



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Organização:
Elis Regina Barbosa Angelo
Maria Ferreira

Realização



Apoio



**ACTAS COMPLETAS E RESUMOS DO 6º CICLO IBERO-
AMERICANO DE DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS:
HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE**

Editora Cravo

Comité Científico

Jorge Chinaa

(Wayne State University - EUA)

Keila Grinberg

(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Leonardo Rosa Ramos

(Università Pontificia Salesiana - Itália)

Marcia Calainho

(Instituto Jurídico Luso Brasileiro - Portugal)

Márcia Maria Menendes Motta

(Universidade Federal Fluminense - Brasil)

Monique Montenegro

(Instituto Ensinar Brasil - Brasil)

Thiago de Souza dos Reis

(Universidade Estácio de Sá/Universidade Veiga de Almeida - Brasil)

Yanina Benitez

(Instituto de Filosofía Ezequiel de Olaso/Centro de Investigaciones Filosóficas - Argentina)

**Elis Regina Barbosa Angelo
Maria Ferreira
(Org)**

**Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-
Americano de Diálogos Contemporâneos:
História, Poder e Sociedade**

Copyright © 2025 Editora Cravo

Título: Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Direção Editorial: Lou Calainho

Edição e Diagramação: Equipa Editora Cravo

Projeto gráfico e capa: Cida Santos

Grafismo: Sofia Ferreira

ISBN 978-989-9037-79-3

Conselho Editorial

Lou Calainho

Magno F. Borges

Maria Auxiliadora B. dos Santos

Dados para Catalogação da Obra

Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos
(2025 : Porto, Portugal).

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade [recurso eletrónico] / Elis Regina Barbosa Angelo, Maria Ferreira (org.). – Porto : Editora Cravo, 2025.

E-book (pdf): 7Mb

ISBN 978-989-9037-79-3

1. Educação - Congressos. 2. Ensino Superior. 3. Investigação Científica. 4. Encontro Científico. I. Angelo, Elis Regina Barbosa. II. Ferreira, Maria. III. Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura. IV. Título.

CDD: 370

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos editores e autores.



www.editoracravo.pt
contacto@editoracravo.pt
+351 960 221 473

6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Realização



Apoio



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	21

RESUMOS

AS REFLEXÕES DE CARLOS DE LAET SOBRE O ESPIRITISMO EM O JORNAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA ADRIANA GOMES.....	23

VIOÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO INTERIOR DO PARANÁ- BRASIL, NO PERÍODO DE 2021 A 2023 ALEXANDRA LOURENÇO KATIA ALEXSANDRA DOS SANTOS.....	24

OS TRABALHADORES INDÍGENAS DO MARANHÃO POMBALINO (1757-1798) ALEXANDRE BRUNO BARZANI SANTOS.....	25

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE JUDEUS BRASILEIROS NAS MACABÍADAS MUNDIAIS (1969-2022) ANDRÉIA LUCIANA RIBEIRO DE FREITAS JANICE ZARPELLON MAZO ESTER LIBERATO PEREIRA EDUARDO FIGUEIREDO MACIEL.....	26

ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO: INVISIBILIZAÇÃO E SILENCIAMENTO DE UMA INTELLECTUAL NA EDUCAÇÃO CARIOCA (1920-1930) ANNA CLARA GRANADO SILVA.....	27

HISTÓRIA, SOCIEDADE, IMIGRAÇÃO E LAZER AO LONGO DOS TRILHOS DA FERROVIA “THE SÃO PAULO RAILWAY” ARLETE ASSUMPÇÃO MONTEIRO.....	28

O IMPACTO DO MOVIMENTO DOS TECELÕES DE 1952 NO DIREITO DE GREVE E NA MEDIAÇÃO DA JUSTIÇA NOS CONFLITOS TRABALHISTAS (1952-1959) ARTUR SILVA LINS.....	29

TEMPLO, TEMPO: A CAPELA-MOR DA CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – MANAUS/AM/BRASIL BRUNO MIRANDA BRAGA.....	30

DÍALOGOS CULTURAIS: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DAS BATALHAS DE RIMAS EM PORTUGAL CARLA APARECIDA DA SILVA RIBEIRO.....	31

CAMADAS DE PROTEÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO MAPA ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS CARLOS VICTOR SOUZA GOMES CLARICE BIANCHEZZI.....	32

USOS POLÍTICOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E O PLANO NACIONAL DE CULTURA (1975) CAROLINA PEDRO SOARES.....	33
MOTINS COLONIAIS: DIREITO DE RESISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA REPUBLICANA NA AMÉRICA PORTUGUESA CÉLIA NONATA DA SILVA.....	34
O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM PARINTINS-AMAZONAS COMO TEMA DA ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR ATRAVÉS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CLARICE BIANCHEZZI ADRIANO MÁRCIO DOS SANTOS.....	35
TEORIA DO PROCESSO JUDICIAL NA DOCTRINA DE TOMÁS DE AQUINO CLAUDIO PEDROSA NUNES.....	36
O ENFRENTAMENTO A CORRUPÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE O PERÍODO POMBALINO. A ADMINISTRAÇÃO DE LUÍS DIOGO LOBO DA SILVA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DANIEL COSTA SILVA.....	37
UOFÉ E SUA GENTE: A EXPANSÃO COLONIZADORA PELOS TERRITÓRIOS KAINGANG E A RESISTÊNCIA INDÍGENAS (BRASIL, SÉCULO XIX) DANIELE WEIGERT.....	38
GERMANISMO, ESTADO NOVO E SILENCIAMENTO CULTURAL: NOTAS ACERCA DA MÚSICA POMERANA DA SERRA DOS TAPES, REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL DANILO KUHN.....	39
SOBRE MÍDIA E POLÍTICA: O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO E OS EDITORIAIS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO - 2018 DAVID SOUZA FERNANDES.....	40
HISTÓRIA E TECNOLOGIA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DA TEORIA COGNITIVA E DA NEUROCIÊNCIA NA APRENDIZAGEM DEILSON DO CARMO TRINDADE JUCIMARA CARVALHO DA SILVA.....	41
PARA ALÉM DA SOBREVIVÊNCIA: REFUGIADOS DO NAZISMO NO BRASIL E A BUSCA POR APOIO E VIDA DIGNA POR MEIO DAS REDES CATÓLICAS DIEGO LUIZ DOS SANTOS KAROLINY DA COSTA LOPES.....	42
HISTÓRIA LOCAL E HABITAÇÃO POPULAR: A FUNDAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL VILLAGE PAVUNA E AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS EM TORNO DA MORADIA NO BRASIL DIEGO ULIANO ROCHA.....	43

DIREITOS HUMANOS E PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS JURÍDICOS NA PROTEÇÃO DO LEGADO IMATERIAL DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

ELIDA NOGUEIRA ZARPELLON | GILIARDE BENAVENTO ALBUQUERQUE
CAVALCANTE VIRGULINO RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA | TAYLLER COELHO
SOUZA | GERSO PEREIRA ALEXANDRE | MURILO AUGUSTO LOPES ARAÚJO.....44

DA DITADURA À DEMOCRACIA: O ENSINO MÉDICO EM COIMBRA (1960-1995)

EMA FELGUEIRAS | HENRIQUE ALEXANDRINO | NUNO GARCIA | BÁRBARA
OLIVEIROS.....45

ENTRE CONFLITOS E CONFRONTOS: O PROCESSO DE DOMINAÇÃO DO POVO PURI NO SUL DO VALE DO PARAÍBA NO SÉCULO XVIII.

ENIO SEBASTIÃO CARDOSO DE OLIVEIRA.....46

ENTRE O HORROR E A EMPATIA: A POLÍTICA DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIOS SOMBRIOS NO CHILE

ERICA BARROS DE ALMEIDA ARAÚJO.....47

OUVIR VOZES QUE NARRAM SUAS HISTÓRIAS E AS HISTÓRIAS QUE NARRAM ESSAS ESCUTAS

FERNANDA CAVALCANTI DE MELLO | MARIA DO CARMO DE MORAIS MATA
RODRIGUES | MARISTELA PETRY CERDEIRA.....48

ARQUIVOS MILITARES, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: TEORIA E PRÁTICA SOCIAL

FERNANDO DA SILVA RODRIGUES.....49

A CONSTRUÇÃO DA POLÍCIA NO BRASIL IMPÉRIO: DE POLÍCIA DA CÔRTE A UMA POLÍCIA SEM MANDATO

FERNANDO DE ALVARENGA BARBOSA.....50

A COLETÂNEA LYRA SACRA DO PADRE JESUÍTA ANTONIO DE MENEZES: OS IMPACTOS DAS RELAÇÕES DE PODER ENVOLVIDAS NA TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS DA MÚSICA RELIGIOSA CATÓLICA

FERNANDO LACERDA SIMÕES DUARTE.....51

APONTAMENTOS SOBRE O “CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA” E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES E DESAFIOS À HISTORIOGRAFIA ACERCA DO PERÍODO COLONIAL NO BRASIL E NO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

FILIPE SANTOS DAS MERCÊS.....52

A MOÇADA DO CINEMA DE SÃO PAULO E O ‘CICLO CINEMATOGRAFICO INDUSTRIAL PAULISTA’ (1949-1962)

FRANCISCO DANIEL IRIS GOIANA.....53

DÍALOGOS ENTRE BIFO E ENZO TRAVERSO SOBRE UMA ESQUERDA DERROTADA – RESCALDOS, DERROTAS E MEMÓRIA

GABRIEL DE MOURA CAVALCANTI.....54

LITERATURA, SOCIEDADE E LUTA POLÍTICA: O PAPEL DO INTELLECTUAL NA VISÃO DE RICARDO PIGLIA

GABRIEL RODRIGUES DA COSTA FARIAS.....55

DESAFIOS JURÍDICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PAPEL DO DIREITO AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DE COMUNIDADES VULNERÁVEIS FRENTE AO IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

GERSO PEREIRA ALEXANDRE | GILIARDE BENAVENTO ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA | TAYLLER COELHO DE SOUZA | ELIDA NOGUEIRA ZARPELLON | MURILO AUGUSTO LOPES ARAUJO.....56

CLUBES GRANDES NO BRASIL: O CASO DO VASCO DA GAMA

GLAUCO JOSÉ COSTA SOUZA.....57

ARTE E PODER: O TEATRO EXPERIMENTAL DO SESC COMO ESPELHO SOCIAL DE MANAUS

HOWARDINNE QUEIROZ LEÃO.....58

TERRITORIALIDADES DA INFÂNCIA PRECARIZADA: ACESSO, PODER E OPORTUNIDADES TERRITORIAIS NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - SGDCA EM SANTOS (BR)

HULDA ERNA WEHMANN | LARISSA DE ALCANTARA VIANA | LETICIA COSTA DE OLIVEIRA | VICTOR IACOVINI.....59

AS MULHERES E OS ARQUIVOS DE CIENTISTAS: UM ESTUDO SOBRE A VISIBILIDADE FEMININA NA ORGANIZAÇÃO DE UM ARQUIVO PESSOAL DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST

ISABEL CRISTINA BORGES DE OLIVEIRA | ALFREDO TIOMNO TOLMASQUIM.....60

SABORES DA RUA: O EMPREENDEDORISMO SÍRIO E O MERCADO DE COMIDA ÁRABE NO RIO DE JANEIRO

ISABELLA FERREIRA SILVA.....61

OS SIGNOS DA CONQUISTA: LÉXICO E ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA AMÉRICA PORTUGUESA MERIDIONAL

ISRAEL AQUINO CABREIRA.....62

PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM DUQUE DE CAXIAS: DISCUSSÕES A PARTIR DOS PROCESSOS DE SOCIABILIDADE E DOS ESTUDOS DE PÚBLICO

JACQUELINE DE CASSIA PINHEIRO LIMA | ANA PAULA CAVALCANTE LIRA DO NASCIMENTO.....63

GYMNASTICS AND EDUCATION: THE INTERSECTIONS OF POWER BETWEEN STATE AND CHURCH IN TEACHER TRAINING IN SOUTHERN BRAZIL (19TH CENTURY)

JANICE ZARPELLON MAZO | TUANY DEFAVERI BEGOSSI.....64

MULHERES, HISTÓRIA E MUSEUS: NARRATIVAS CULTURAIS, APRENDIZAGENS E POSSIBILIDADES DIDÁTICAS

JAQUELINE AP. M ZARBATO.....65

“DA MPP AO RAP AMAZÔNICO”: UMA ANÁLISE DE CANÇÕES DE PROTESTO NO ÁLBUM “TUDO ÍNDIO” DE NILSON CHAVES (1988-1996)

JESSICA MARIA DE QUEIROZ COSTA.....66

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE: A TERRA COMO PALCO DE CONFLITOS EM “NAS TERRAS DO RIO SEM DONO”

JOANA PAULA ATAÍDE | PATRÍCIA FALCO GENOVEZ | MARIA TEREZINHA BRETAS VILARINO.....67

A LEI 5540/68: A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO SUFICIENTE DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

JOÃO CARLOS BERNARDO MACHADO.....68

PORTUGAL E BRASIL NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA MEDICINA LEGAL POSITIVISTA - CIÊNCIA, PODER E SOCIEDADE NO SÉCULO XX

JOÃO DENARDI MACHADO.....69

PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O PODER E A DESCONSTRUÇÃO A PARTIR DE JACQUES DERRIDA

JOÃO PEDRO DA SILVA MARTINS | GIOVANNA OLIVEIRA.....70

TÃO LONGE E TÃO PERTO: O VISCONDE DE ASSECA, AGENTES DA COROA E OS MORADORES NA DISPUTA PELO PODER DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO SUL (1725-1730)

JORGE LUIZ DE MIRANDA LEITE.....71

DA COLIGAÇÃO UNIÃO PELO CEARÁ À FORMAÇÃO PARTIDÁRIA ARENA: TRANSFORMAÇÕES E DESENTENDIMENTOS POLÍTICOS NA IMPRENSA CEARENSE

JUCELIO REGIS DA COSTA.....72

PROJETOS DE BRASIL: AS NOÇÕES DE CASTA E RAÇA NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA PARA JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA E FRANCISCO SOARES FRANCO

JULIA TEIXEIRA DA SILVA.....73

UMA VERSÃO DO MUSEU VIVO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPINA GRANDE

KALINKA WALDEREA ALMEIDA MEIRA.....74

REVITALIZAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO URBANA: O CASO DO BAIRRO LAGOINHA (BELO HORIZONTE - BRASIL, SÉC. 1970-2020)

KARINA OLIVEIRA MORAIS DOS SANTOS.....75

“LEMBRAR DAQUELES QUE SE LEMBRAM DOS CAMPOS DE EXTERMÍNIO É UMA COISA DIFÍCIL DE SUPERAR” – MEMÓRIA E TRANSMISSÃO NA OBRA DE ART SPIEGELMAN

KATHIANE THAÍS FACENDA.....76

FALEM BEM OU FALEM MAL, MAS FALEM DE RAMOS: PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS OCORRIDAS NA PRAIA DE RAMOS, RJ – BRASIL

KESLLIN BARBOSA VIANNA | KESLLIN BARBOSA VIANNA.....77

TEMPO, MEMÓRIA E GERAÇÃO NO COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE A REPRESSÃO DITATORIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM REDES SOCIAIS A PARTIR DO FILME “AINDA ESTOU AQUI”

LARA LUCENA ZACCHI | ALINA DOS SANTOS NUNES.....78

QUE HORAS ELAS SERÃO REALMENTE VALORIZADAS?

LÍDIA FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA | JOÃO EDUARDO MOREIRA TAVARES CUNHA | JOANA PAULA ATAÍDE.....79

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: O CÂNHAMO COMO UM RECURSO SUSTENTÁVEL PARA O SÉCULO XXI

LILIAN DA ROSA.....80

O ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO

LILIAN SANTOS DE ANDRADE | OSVALDO MARIOTTO CEREZER.....81

REVISITANDO 1898: INTERESSES ESTRATÉGICOS NA GUERRA HISPANO-AMERICANA

MARCO AURÉLIO RODRIGUES SILVA.....82

O EX-COLONIZADO: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA, REFLEXÃO E A REAFRICANIZAÇÃO DAS MENTALIDADES

MARCOS IAGO SIQUEIRA PEREIRA.....83

NÃO ADIANTA COLOCAR CREME DE LEITE E CHAMAR DE FETTUCCHINE ALFREDO

MARCUS JOSÉ ALMEIDA VILA REAL | MARIA TEREZINHA BRETAS VILARINO.....84

PODER Y SOCIEDAD EN EL MUNDO GRIEGO ANTIGUO. UNA LECTURA ARQUEOLÓGICA DEL PODER

MARÍA CECILIA COLOMBANI.....85

A QUESTÃO FUNDIÁRIA ENTRE OS POVOS TRADICIONAIS NO MARANHÃO: O PROCESSO DE TITULAÇÃO DAS TERRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CHARCO EM SÃO VICENTE DE FÉRRER NO MARANHÃO

MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO DE ALMEIDA.....86

O PERÍODO DO DEFESO E A PRODUÇÃO ARTESANAL NO CONTEXTO DO SEGURO-DESEMPREGO, AS CATEGORIAS DA PESCA E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

MARIA EDUARDA BROWN BRAGA DE CARVALHO | MANUELA CHAGAS MANHÃES
| GIOVANNA HENRIQUE GONÇALVES DO NASCIMENTO.....87

REPRESENTAÇÕES DO PODER DITATORIAL NA CULTURA LATINO-AMERICANA (ANOS 1960 E 1970)

MARIANA ROSELL.....88

“FEMALE RAGE” – DE GENTILESCHI, A GUERRILLA GIRLS ATÉ TAYLOR SWIFT: UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DO FEMINISMO SALUTOGÉNICO NAS ARTES

MARINA CARLOTTO VIEIRA DE CASTRO.....89

A MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA E SUAS ABORDAGENS POLÍTICO-RELIGIOSAS

MILLENI FREITAS ROCHA.....90

A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E O IMPACTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS: O PAPEL DO PODER ESTATAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIÇA SOCIAL INCLUSIVA PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

MURILO AUGUSTO LOPES ARAUJO | GILIARDE BENAVIDES ALBUQUERQUE
CAVALCANTE VIRGULINO RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA.....91

TROCAS SIMBÓLICAS: A DOÇARIA COMO PONTE ENTRE MEMÓRIA E ARTE CONTEMPORÂNEA

MYRIAM MELCHIOR.....92

OBSTÁCULOS DE ACESSO A JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE

NILZA DA GRAÇA JOÃO | NEULCITO CHAPILA.....93

A CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA

PAULA CAROLINA NOLASCO FERREIRA SILVA.....94

A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO VOCABULÁRIO POLÍTICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

PAULIANE DE CARVALHO BRAGA.....95

ESCOLA, CULTURA E SOCIEDADE: HISTÓRIA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI (1957-1975)

PAULO TIAGO FONTENELE CARDOSO | PEDRO PIO FONTINELES FILHO.....96

MARAVILHAS EM VERTIGEM: OS IMPASSES NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA DE COELHO NETTO

RAPHAEL SOARES MIOTI.....97

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS ACERCA DA ACESSIBILIDADE EM SÍTIOS PRESERVADOS E TURÍSTICOS: O CASO DA CONSTRUÇÃO DA RAMPA DE ACESSO À PRAÇA DOUTOR GOMES FREIRE EM MARIANA

RICARDO PACHECO DA SILVEIRA.....98

A ELABORAÇÃO DE UMA MEMÓRIA PÚBLICA SOBRE A DITADURA MILITAR E O ESQUECIMENTO DOS MILITARES PERSEGUIDOS

RODRIGO MUSTO FLORES.....99

O SUL GLOBAL E O PASSADO COLONIAL COLONIAL EM DISCUSSÃO NA ARTE CONTEMPORÂNEA

ROSANA STEINKE | ROBERTA SODÓ.....100

POLÍTICA, EDUCAÇÃO E ESCRAVIDÃO: LEGISLAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS NO IMPÉRIO DO BRASIL (1870-1880)

ROSANE DOS SANTOS TORRES.....101

A MORTE À ESPREITA: UMA ANÁLISE DE DADOS SOBRE A MORTE DO JOVEM NEGRO

SABRINA OLEGÁRIO SANTANA | MARIA TEREZINHA BRETAS VILARINO | MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA.....102

“NÃO POR FORÇA, NEM POR VIOLÊNCIA”? INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO DE JANEIRO

SAMUEL BARBOSA JUNIOR.....103

O CIMENTO UNIFICADOR DA OPOSIÇÃO UDENISTA: O ANTIVARGUISMO E O ANTICOMUNISMO NAS MEMÓRIAS DE OSCAR DIAS CORRÊA (1945-1964)

SAMUEL DAVI ROCHA SANTOS.....104

AS REFORMAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENQUANTO PROJETO DE PODER: UM DEBATE NECESSÁRIO

SANDRA REGINA MENDES.....105

A (DES)ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E A SOCIALIZAÇÃO CULTURAL: A RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE E A EXCLUSÃO DA MEMÓRIA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

SULAMITA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO | MANUELA CHAGAS MANHÃES | GIOVANE DO NASCIMENTO.....106

O OFÍCIO DO HISTORIADOR NO COLONIALISMO DIGITAL

TAMARA JURIATTI.....107

ESPAÇOS COMEMORATIVOS DA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS

TATHIANNI CRISTINI DA SILVA | Nanci Lancha Novo | MARCOS RAFAEL DA SILVA | CLARA VERSIANI DOS ANJOS PRADO.....108

A LAICIDADE EM QUESTÃO NO REORDENAMENTO ESCOLAR EM MACAPÁ-AMAPÁ-BRASIL

TATIANA PANTOJA OLIVEIRA-ARAÚJO.....109

PODER, DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO NA SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL DE MINORIAS RACIONAIS EM PROCESSOS JUDICIAIS

TAYLLER COELHO DE SOUZA | GILIARDE BENAVIDES ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA | ELIDA NOGUEIRA ZARPELLON | GERSON PEREIRA ALEXANDRE | MURILO AUGUSTO LOPES ARAÚJO.....110

O LIVRO COMO OBJETO CULTURAL: INFLUÊNCIAS E PODER NA SOCIEDADE SOB AS LENTES DO DESIGN GRÁFICO E DA SEMIÓTICA

VAGNER BASQUEROTO MARTINS.....111

OCUPAÇÃO E IDEOLOGIA: REFLEXÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO DO JAPÃO (1945-52) E A BUSCA AMERICANA PELO USO E CONTROLE DE INSTITUIÇÕES

VICTOR HUGO DE MATTOS TRIDNADE.....112

CARNAVAL DE CONGO DE MÁSCARAS EM RODA D'ÁGUA, CARIACICA/ES - BRASIL: HISTÓRIA, MEMÓRIA SOCIAL, TRADIÇÃO CULTURAL, PATRIMÔNIO IMATERIAL, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

VINICIUS DE AGUIAR CALOTI.....113

O LUGAR DOS RIOS NA HISTÓRIA AMBIENTAL: O CASO DO RIO APUCARANINHA, EM TAMARANA-PR

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO.....114

OS CEMITÉRIOS COMO ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS

VIVIANE COMUNALE.....115

MODA MODÉSTIA: A ROUPA COMO VALOR CRISTÃO

VIVIANE URSULINO GOMES FARIAS.....116

O NEGOCIANTE ANTÔNIO ALEXANDRE MANOEL E SUAS ATIVIDADES MERCANTIS NUMA VILA CAFEEIRA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: PIRAI, DÉCADA DE 1860-1880

VLADIMIR HONORATO DE PAULA.....117

DAS CRUZADAS A MISSIONAÇÃO: A MUDANÇA DA POSTURA PORTUGUESA NA PRIMEIRA MODERNIDADE AO ENCONTRAR A VERDADEIRA INFORMAÇÃO DAS ÍNDIAS DO PRESTE JOÃO

WALLACE DE OLIVEIRA MACHADO.....118

O PODER DO TAMBOR: BANDAS DE CONGO NA COMUNIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE ARAÇATIBA EM VIANA ESPÍRITO SANTO

WANDERLEI PORTO DO NASCIMENTO AGUIAR.....119

RACIONAIS MC'S NO ENSINO DE HISTÓRIA NA LUTA ENTRE PODER E EXCLUSÃO

YASMIN RODRIGUES LUIS DOS SANTOS | TATHIANNI CRISTINI DA SILVA.....120

AS MULHERES DE GIOCONDA BELLI NA REVOLUÇÃO NICARAGUENSE

YVONE DIAS AVELINO.....121

TEXTOS COMPLETOS

ESPAÇOS COMEMORATIVOS DA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS

TATHIANNI CRISTINI DA SILVA | Nanci Lancha Novo | Marcos Rafael da Silva | Clara Versiani dos Anjos Prado.....123

PODER Y SOCIEDAD EN EL MUNDO GRIEGO ANTIGUO. UNA LECTURA ARQUEOLÓGICA DEL PODER

MARÍA CECILIA COLOMBANI.....135

AS REFLEXÕES DE CARLOS DE LAET SOBRE O ESPIRITISMO EM *O JORNAL*: UMA ANÁLISE CRÍTICA

ADRIANA GOMES.....143

A (DES)ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E A SOCIALIZAÇÃO CULTURAL: A RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE E A EXCLUSÃO DA MEMÓRIA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

SULAMITA CONCEIÇÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA | MANUELA CHAGAS MANHÃES | GIOVANE DO NASCIMENTO.....153

A LAICIDADE EM QUESTÃO NO REORDENAMENTO ESCOLAR EM MACAPÁ-AMAPÁ-BRASIL

TATIANA PANTOJA OLIVEIRA-ARAÚJO.....165

PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS ACERCA DA ACESSIBILIDADE EM SÍTIOS PRESERVADOS E TURÍSTICOS: O CASO DA CONSTRUÇÃO DA RAMPA DE ACESSO À PRAÇA DOUTOR GOMES FREIRE EM MARIANA

RICARDO PACHECO DA SILVEIRA.....180

O EX-COLONIZADO: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA, REFLEXÃO E A REAFRICANIZAÇÃO DAS MENTALIDADES

MARCOS IAGO SIQUEIRA PEREIRA.....199

A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E O IMPACTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS: O PAPEL DO PODER ESTATAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIÇA SOCIAL INCLUSIVA PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

MURILO AUGUSTO LOPES ARAÚJO | GILIARDE BENAVIDES ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA.....213

ENTRE O PASSADO E O FUTURO: O CÂNHAMO COMO UM RECURSO SUSTENTÁVEL PARA O SÉCULO XXI

LILIAN DA ROSA.....221

MARAVILHAS EM VERTIGEM: OS IMPASSES NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA DE COELHO NETTO RAPHAEL SOARES MIOTI.....	235
ESCOLA, CULTURA E SOCIEDADE: HISTÓRIA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI (1957-1975) PAULO TIAGO FONTENELE CARDOSO PEDRO PIO FONTINELES FILHO.....	247
CARNAVAL DE CONGO DE MÁSCARAS EM RODA D'ÁGUA, CARIACICA/ES - BRASIL: HISTÓRIA, MEMÓRIA SOCIAL, TRADIÇÃO CULTURAL, PATRIMÔNIO IMATERIAL, IDENTIDADE E TERRITÓRIO VINÍCIUS DE AGUIAR CALOTI.....	260
TERRITORIALIDADES DA INFÂNCIA PRECARIZADA: ACESSO, PODER E OPORTUNIDADES TERRITORIAIS NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - SGDCA EM SANTOS (BRASIL) HULDA ERNA WEHMANN LARISSA DE ALCANTARA VIANA LETICIA COSTA DE OLIVEIRA SANTOS VICTOR IACOVINI.....	273
LITERATURA, SOCIEDADE E LUTA POLÍTICA: O PAPEL DO INTELLECTUAL NA VISÃO DE RICARDO PIGLIA GABRIEL RODRIGUES DA COSTA FARIAS.....	291
AS MULHERES E OS ARQUIVOS DE CIENTISTAS: UM ESTUDO SOBRE A VISIBILIDADE FEMININA NA ORGANIZAÇÃO DE UM ARQUIVO PESSOAL DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST ISABEL CRISTINA BORGES DE OLIVEIRA ALFREDO TIOMNO TOLMASQUIM.....	302
TÃO LONGE E TÃO PERTO: O VISCONDE DE ASSECA, AGENTES DA COROA E OS MORADORES NA DISPUTA PELO PODER DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO SUL (1725-1730) JORGE L. MIRANDA LEITE.....	311
OS TRABALHADORES INDÍGENAS DO MARANHÃO POMBALINO (1757-1798) ALEXANDRE BRUNO BARZANI SANTOS.....	325
PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM DUQUE DE CAXIAS: DISCUSSÕES A PARTIR DOS PROCESSOS DE SOCIABILIDADE E DE ESTUDOS DE PÚBLICO JACQUELINE DE CASSIA PINHEIRO LIMA ANA PAULA CAVALCANTE LIRA DO NASCIMENTO.....	341
DAS CRUZADAS A MISSIONAÇÃO: A MUDANÇA DA POSTURA PORTUGUESA NA PRIMEIRA MODERNIDADE AO ENCONTRAR A VERDADEIRA INFORMAÇÃO DAS ÍNDIAS DO PRESTE JOÃO WALLACE DE OLIVEIRA MACHADO.....	349
DESAFIOS JURÍDICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PAPEL DO DIREITO AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DE COMUNIDADES VULNERÁVEIS FRENTE AO IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO GERSO PEREIRA ALEXANDRE GILIARDE BENAVENTE ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA.....	360
A COLETÂNEA LYRA SACRA DO PADRE JESUÍTA ANTONIO DE MENEZES: OS IMPACTOS DAS RELAÇÕES DE PODER ENVOLVIDAS NA TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS DA MÚSICA RELIGIOSA CATÓLICA FERNANDO LACERDA SIMÕES DUARTE.....	365

DIÁLOGOS ENTRE BIFO E ENZO TRAVERSO SOBRE UMA ESQUERDA DERROTADA – RESCALDOS, DERROTAS E MEMÓRIA GABRIEL DE MOURA CAVALCANTI.....	379
GERMANISMO, ESTADO NOVO E SILENCIAMENTO CULTURAL: NOTAS ACERCA DA MÚSICA POMERANA DA SERRA DOS TAPES, REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL DANILO KUHN.....	392
OCUPAÇÃO E IDEOLOGIA: REFLEXÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO DO JAPÃO (1945-52) E A BUSCA PELO USO E CONTROLE DE INSTITUIÇÕES VICTOR HUGO DE MATTOS TRINDADE.....	406
APONTAMENTOS SOBRE O “CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA” E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES E DESAFIOS À HISTORIOGRAFIA ACERCA DO PERÍODO COLONIAL NO BRASIL E NO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO FILIPE SANTOS DAS MERCÊS.....	418
O ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE O PERÍODO POMBALINO: A ADMINISTRAÇÃO DE LUÍS DIOGO LOBO DA SILVA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1756-1763) DANIEL COSTA.....	429
O LIVRO COMO OBJETO CULTURAL: INFLUÊNCIAS E PODER NA SOCIEDADE SOB AS LENTES DO DESIGN GRÁFICO E DA SEMIÓTICA VAGNER BASQUEROTO MARTINS.....	434
O PODER DO TAMBOR: BANDAS DE CONGO NA COMUNIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE ARAÇATIBA EM VIANA ESPÍRITO SANTO WANDERLEI PORTO DO NASCIMENTO AGUIAR.....	443
USOS POLÍTICOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E O PLANO NACIONAL DE CULTURA (1975) CAROLINA PEDRO SOARES.....	457
O PERÍODO DO DEFESO E A PRODUÇÃO ARTESANAL NO CONTEXTO DO SEGURO-DESEMPREGO, AS CATEGORIAS DA PESCA E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA MARIA EDUARDA BROWN BRAGA DE CARVALHO MANUELA CHAGAS MANHÃES GIOVANNA HENRIQUE GONÇALVES DO NASCIMENTO.....	464
O ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO LILIAN SANTOS DE ANDRADE OSVALDO MARIOTTO CEREZER.....	469
REPRESENTAÇÕES DO PODER DITATORIAL NA CULTURA LATINO-AMERICANA (ANOS 1960 E 1970) MARIANA ROSELL.....	478
AS REFORMAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENQUANTO PROJETO DE PODER: UM DEBATE NECESSÁRIO SANDRA REGINA MENDES.....	491

PODER, DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO NA SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL DE MINORIAS RACIONAIS EM PROCESSOS JUDICIAIS

TAYLLER COELHO DE SOUZA | GILIARDE BENAVENTO ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA | ÉLIDA NOGUEIRA ZARPELLON.....499

TEORIA DO PROCESSO JUDICIAL NA DOCTRINA DE TOMÁS DE AQUINO

CLAUDIO PEDROSA NUNES.....507

O OFÍCIO DO HISTORIADOR NO COLONIALISMO DIGITAL

TAMARA JURIATTI.....522

RACIONAIS MC'S NO ENSINO DE HISTÓRIA NA LUTA ENTRE PODER E EXCLUSÃO

YASMIN RODRIGUES LUIS DOS SANTOS | TATHIANNI CRISTINI DA SILVA.....534

O LUGAR DOS RIOS NA HISTÓRIA AMBIENTAL: O CASO DO RIO APUCARANINHA, EM TAMARANA-PR

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO.....549

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO INTERIOR DO PARANÁ-BRASIL, NO PERÍODO DE 2021 A 2023

ALEXANDRA LOURENÇO | KÁTIA ALEXSANDRA DOS SANTOS.....560

ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO: INVISIBILIZAÇÃO E SILENCIAMENTO DE UMA INTELLECTUAL NA EDUCAÇÃO CARIOCA (1920-1930)

ANNA CLARA GRANADO.....575

O NEGOCIANTE ANTÔNIO ALEXANDRE MANOEL E SUAS ATIVIDADES MERCANTIS NUMA VILA CAFEEIRA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: PIRAI, DÉCADA DE 1860-1880

VLADIMIR HONORATO DE PAULA.....582

“DA MPP AO RAP AMAZÔNICO”: UMA ANÁLISE DE CANÇÕES DE PROTESTO NO ÁLBUM “TUDO ÍNDIO” DE NILSON CHAVES (1988-1996)

JESSICA MARIA DE QUEIROZ COSTA.....592

GYMNASTICS AND EDUCATION: THE INTERSECTIONS OF POWER BETWEEN STATE AND CHURCH IN THE TRAINING OF TEACHERS IN SOUTHERN BRAZIL (19TH CENTURY)

JANICE ZARPELLON MAZO | TUANY DEFAVERI BEGOSSI.....606

UMA VERSÃO DO MUSEU VIVO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPINA GRANDE

KALINKA WALDEREA ALMEIDA MEIRA.....619

UOFÉ E SUA GENTE: A EXPANSÃO COLONIZADORA PELOS TERRITÓRIOS KAINGANG E A RESISTÊNCIA INDÍGENA (BRASIL, SÉCULO XIX)

DANIELE WEIGERT.....637

TEMPO, MEMÓRIA E GERAÇÃO NO COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE A REPRESSÃO DITATORIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM REDES SOCIAIS A PARTIR DO FILME “AINDA ESTOU AQUI”

ALINA DOS SANTOS NUNES | LARA LUCENA ZACCHI.....648

**MOTINS COLONIAIS: DIREITO DE RESISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA
REPUBLICANA NA AMÉRICA PORTUGUESA**

CÉLIA NONATA DA SILVA.....662

**TEMPLO, TEMPO: A CAPELA-MOR DA CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA
CONCEIÇÃO – MANAUS/AM/BRASIL**

BRUNO MIRANDA BRAGA.....678



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



APRESENTAÇÃO

Promovido pelo CONJUGARE (Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura), o **6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade**, foi realizado entre os dias 20 e 22 de maio de 2025, a partir do Porto, Portugal.

A comunidade de investigadores debruçou-se sobre a temática geral da edição, História, Poder e Sociedade, na produção de importante contribuição para nosso meio através de comunicações e publicações que ora apresentamos. As actividades do evento foram acompanhadas por diversos investigadores portugueses e do estrangeiro que comunicaram os resultados de suas respectivas investigações, apoiados por organismos de fomento diversos.

As *actas* e *resumos* que ora apresentamos são parte significativa dos esforços empreendidos durante o **6º CIDC** e nós, organizadores, esperamos que façam ressoar as propostas dos participantes e comunicadores em searas mais distantes e por mais alongado tempo.

Os organizadores

21



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3

RESUMOS



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



AS REFLEXÕES DE CARLOS DE LAET SOBRE O ESPIRITISMO EM O JORNAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

ADRIANA GOMES

Resumo:

Este artigo tem como propósito examinar o discurso do intelectual ultramontano Carlos de Laet veiculado no periódico O Jornal, buscando compreender a forma como o espiritismo era percebido por setores católicos que se opunham às transformações advindas da modernidade. A investigação centra-se na análise de como as práticas espíritas – ou aquilo que era identificado como espiritismo à época – eram frequentemente associadas à superstição. No decorrer de cinco publicações, Laet empregou uma variedade de adjetivos para qualificar o espiritismo, valendo-se de sua retórica para fomentar o debate e reforçar a rejeição a essas práticas. O estudo enfatiza as percepções e os argumentos mobilizados pelo autor na contestação do espiritismo, com atenção especial à perspectiva católica tradicionalista, que resistia às mudanças sociais e culturais do período.

23



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO INTERIOR DO PARANÁ-BRASIL, NO PERÍODO DE 2021 A 2023

ALEXANDRA LOURENÇO
KATIA ALEXSANDRA DOS SANTOS

Resumo:

Trata-se dos resultados do projeto Dimensões da violência contra as mulheres: mapeamento do fenômeno na região da Amcespar, que teve por objetivo levantar e analisar dados de violência doméstica contra mulheres na região da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná, no período de 2021 a 2023, a partir dos estudos de gênero e das teorias feministas que alertam para a permanência de um modelo assimétrico de dominação que legitima essa forma de violência. A pesquisa se inseriu no campo problemático que envolve a gestão de dados no âmbito da Política Nacional de enfrentamento da violência contra as mulheres. A geração e gestão de dados são fundamentais para entender e criar estratégias em rede que visam romper a dinâmica de naturalização da violência de gênero, raça, classe e etnia contra as mulheres brasileiras. Metodologicamente utilizou-se a pesquisa qualitativa e quantitativa com enfoque nos dados da segurança pública, da assistência social e da saúde para problematizar a situação de violência contra as mulheres na região e o atendimento disponível a elas. Nossos resultados dos dados da segurança pública indicam que 9 dos 10 municípios analisados apresentaram aumento no número de casos registrados em 2023 em comparação a 2022. A soma total das ocorrências na região subiu de 1.150 em 2022 para 1.635 em 2023, refletindo a tendência observada no estado do Paraná, que registrou 59.707 casos em 2022 e 70.051 em 2023.

24





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OS TRABALHADORES INDÍGENAS DO MARANHÃO POMBALINO (1757-1798)

ALEXANDRE BRUNO BARZANI SANTOS

Resumo:

Esta pesquisa objetiva investigar as vivências laborais dos indígenas moradores das vilas e lugares das Capitânicas do Pará e Maranhão, durante a vigência do Diretório Pombalino. Para tanto, investigou-se as normativas que regulavam os regimes de trabalho do Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista: a Provisão Régia de 02 de setembro, que regulou as administrações particulares; o Regimento das Missões, que norteou os aldeamentos missionários; e o Diretório dos Índios, o qual estabeleceu as diretrizes do trabalho dos ameríndios nas povoações pombalinas. Assim como analisou-se os mapas de população remetidos pelos governadores para a Coroa Lusitana com o intuito de aferir a quantidade de trabalhadores indígenas inseridos nas lides coloniais. Também examinou-se quatorze requerimentos originários de solicitação de liberdade, providos das Capitânicas do Pará e Maranhão e disponíveis na Biblioteca Nacional. Cada uma dessas solicitações evidenciou uma autêntica apropriação das legislações e instrumentos metropolitanos pelos nativos para aferir maiores liberdades de trabalho, de moradia e de trânsito. Bem como demonstrou o manuseio da própria experiência histórica do ameríndio na defesa de suas reivindicações pelo pacto de lealdade estabelecido com a Coroa, em uma evidência de resistência adaptativa. Concluiu-se que a decisão do Conselho Ultramarino estava associada às reformas pombalinas de secularização e centralização da mão de obra indígena do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

25



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE JUDEUS BRASILEIROS NAS MACABÍADAS MUNDIAIS (1969-2022)

ANDRÉIA LUCIANA RIBEIRO DE FREITAS

JANICE ZARPELLON MAZO

ESTER LIBERATO PEREIRA

EDUARDO FIGUEIREDO MACIEL

Resumo:

As Macabíadas Mundiais são um evento esportivo que acontece a cada quatro anos, em Israel, com o intuito de congregar a comunidade judaica mundial. A participação brasileira no evento ocorre desde 1953, com representações da comunidade judaica de cidades do país. O estudo busca entender a construção identitária e a manutenção da cultura na comunidade judaica de Porto Alegre/RS, Brasil, por meio da participação nas Macabíadas Mundiais no período de 1969 a 2022. Para tanto, empregamos a metodologia da História Oral, entrevistando atletas que participaram de edições das Macabíadas, bem como informações de reportagens de jornais. Analisamos o corpus documental a partir da perspectiva da História Cultural, mediada por um viés da Sociologia do Esporte. Consideramos que o estudo histórico-cultural de eventos como as Macabíadas permite o entendimento da construção identitária de comunidades que se inserem e se misturam à construção de um pertencimento nacional. A participação nas Macabíadas proporcionou representações à preservação e fortalecimento cultural da comunidade judaica de Porto Alegre, não apenas em âmbito local e regional, mas também no cenário nacional. Por fim, ressaltamos que, além de aumentar o número de atletas com laço, identidade e pertencimento junto à comunidade judaica, também ampliou a representação de “atleta”, incluindo pessoas com deficiência e com distintas faixas etárias em um único evento esportivo.

26



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO: INVISIBILIZAÇÃO E SILENCIAMENTO DE UMA INTELLECTUAL NA EDUCAÇÃO CARIOCA (1920-1930)

ANNA CLARA GRANADO SILVA

Resumo:

A historiografia educacional foi construída majoritariamente por narrativas masculinas, resultando na marginalização das mulheres e na invisibilização de suas contribuições. No Brasil da Primeira República, Alba Cañizares do Nascimento teve uma atuação significativa na construção de políticas educacionais, como intelectual, Inspetora Escolar e Superintendente de Educação Elementar do Distrito Federal, mas sua trajetória foi ofuscada pela ausência de registros que valorizassem a sua participação. Por isso, este estudo busca reverter essa lógica ao investigar a sua atuação no cenário educacional carioca dos anos 1920 e 1930, revisitando fontes e problematizando lacunas historiográficas. A pesquisa fundamenta-se em metodologias, articulando as questões de gênero, na construção das políticas educacionais. Para isso, utilizo acervos e arquivos do Rio de Janeiro, incluindo documentos pessoais da família da Alba. O estudo dialoga com autores e autoras fundamentais para a História da Educação e das Mulheres no Brasil, enfatizando a importância dos arquivos e discursos na reconstrução da história. Ao resgatar narrativas silenciadas, busca-se uma produção historiográfica menos excludente, destacando Alba Cañizares como protagonista no debate educacional da época.

27



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



HISTÓRIA, SOCIEDADE, IMIGRAÇÃO E LAZER AO LONGO DOS TRILHOS DA FERROVIA “THE SÃO PAULO RAILWAY”

ARLETE ASSUMPCÃO MONTEIRO

Resumo:

Nos meados do século XIX, a economia cafeeira se expandia pelas terras do interior do estado de São Paulo impulsionando a economia paulista e brasileira. A produção em larga escala necessitava de transporte mais eficiente para escoar a produção até o porto exportador de Santos, no litoral atlântico. Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá foi o proponente da construção de uma ferrovia, moderno meio de transporte que havia conhecido em Londres. A construção teve início em 1860, partindo do litoral, com túneis, viadutos e pontes construídos e enfrentando grandes dificuldades no trecho da serra, não somente pelo desmatamento onde seriam implantados os trilhos como também pelos riachos existentes na região, a grande umidade e a neblina que até hoje assola a região. Em 1867 foi inaugurada a The São Paulo Railway, com construção de estações e paradas do trem. A ferrovia servia de transporte para os imigrantes europeus, principalmente italianos, espanhóis e portugueses que chegavam em Santos e direcionados para a Hospedaria do Imigrantes, em São Paulo, onde permaneciam alguns dias até seguirem a seus destinos nas fazendas de café paulista. Os que possuíam “Carta de Chamada” já encontravam algum parente ou conhecido que os aguardavam e não passavam pela Hospedaria paulista. Próximo das estações e paradas do trem se instalaram indústrias de pequeno e grande porte como a Pirelli, a Rodhia, a Firestone, o Moinho São Jorge e muitas tecelagens e fábricas de porcelanas, atraídas não só pela facilidade de transporte como também pela mão de obra imigrante, pois na região se instalaram núcleos coloniais governamentais para os imigrantes. Charles William Miller (1874-1953) nasceu no Brasil, filho do John Miller, que veio como Diretor da “The São Paulo Railway”, residindo na Vila de Paranapiacaba, planejada para os funcionários da ferrovia; aos 10 anos Charles Miller foi estudar na Inglaterra e aprendeu a jogar futebol, rugby e críquete. Em 1894, retornou a Paranapiacaba, trazendo 2 bolas de futebol, um par de chuteiras e um livro com as “regras do futebol”. Rapidamente times se formaram entre os ferroviários e novos times se organizaram com o apoio das empresas da região, tornando-se o lazer das cidades que se formaram ao longo dos trilhos da The São Paulo Railway. O futebol se expandiu por todo Brasil.

28



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O IMPACTO DO MOVIMENTO DOS TECELÕES DE 1952 NO DIREITO DE GREVE E NA MEDIAÇÃO DA JUSTIÇA NOS CONFLITOS TRABALHISTAS (1952-1959)

ARTUR SILVA LINS

Resumo:

Durante a IV República no Brasil (1946-64) o direito de greve foi bastante restringido. Embora garantido pelo artigo 158 da Constituição, até o golpe militar de 1964 tal direito nunca foi regulamentado. Nesse sentido, a legislação que vigeu sua regulamentação foi o Decreto 9.070, imposto pelo governo Dutra em 15 de março de 1946. Nesta lei, greves só seriam admitidas quando todas as instâncias conciliatórias do Ministério e da Justiça do Trabalho não conseguissem assegurar uma “solução pronta e eficaz dos dissídios coletivos”. Porém, foi muito comum as greves se constituírem como ações de pressão sobre os Tribunais, o que pela lei caracterizava sua ilegalidade. No entanto, quando se tem acesso aos documentos judiciais, percebe-se uma jurisprudência, formada a partir do término trágico da greve geral dos tecelões de 1952-53 no Rio de Janeiro, que legalizou as ações grevistas na cidade em tais circunstâncias. Por outro lado, na mesma década, constato uma inflexão nas relações da classe operária com a mediação da Justiça, em que se denota uma maior resistência do empresariado em aceitar os acórdãos julgados. Portanto, através de embates dos trabalhadores na arena da Justiça, pretendo demonstrar que os grupos subalternos também buscaram – e até lograram – ser sujeitos do próprio ordenamento jurídico da sociedade e não apenas objetos de estruturas que visavam sua dominação.

29



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TEMPLO, TEMPO: A CAPELA-MOR DA CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – MANAUS/AM/BRASIL

BRUNO MIRANDA BRAGA

Resumo:

O texto e a comunicação apresentam uma leitura histórica e arquitetônica da Capela-Mor da Catedral de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Manaus/Am/Brasil. Dentre os diferentes edifícios de valor histórico da cidade de Manaus, o templo da atual Catedral, que também é a Igreja Matriz da cidade, é um dos mais longevos e grandiosos do ponto de vista arquitetônico. Autores como Ana Paulo Rabêlo (2008), Otoni Mesquita (2019), Mário Ypiranga Monteiro (1958) concordam que sua construção, realizada majoritariamente na segunda metade do século XIX, durou aproximadamente vinte anos, sendo a obra mais importante e maior do período provincial do Amazonas. Composto por seis altares laterais, construídos já no século XX, o templo, embora altivo, possui uma arquitetura simples, com pouca decoração interna e certa sobriedade. Por outro lado, a grandiosidade reside nas suas proporções, altura e largura, especialmente na Capela-Mor. O templo ainda hoje está em uso para suas funções litúrgicas e sociais, sendo administrado pela Arquidiocese de Manaus, e cuidada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN, sendo por este órgão tombada como Patrimônio Nacional do Brasil em 1988. Na comunicação irei assim apresentar as diferentes estruturas da Capela-Mor, e sua ligação com a história do templo, versando nas diferentes temporalidades nos quais formam alocados em sua estrutura.

30



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DIÁLOGOS CULTURAIS: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DAS BATALHAS DE RIMAS EM PORTUGAL

CARLA APARECIDA DA SILVA RIBEIRO

Resumo:

As batalhas de rimas, enquanto expressão do hip-hop, emergiram historicamente como resistência a estruturas de segregação socioespacial, ressignificando simbolicamente o poder em comunidades marginalizadas. No Brasil, as batalhas de rimas têm se tornado fenômenos culturais significativos, atraindo a atenção de grandes marcas, ampliando seu alcance através das mídias sociais e influenciando outros países, como é o caso de Portugal. Neste sentido, este artigo teve como objetivo apresentar uma breve análise do estudo de caso realizado durante o estágio doutoral na Universidade NOVA de Lisboa, entre junho e novembro de 2024, que teve como intuito investigar as batalhas de rimas em Portugal e os possíveis diálogos com o Brasil. A partir de uma metodologia qualitativa, o estudo revela como a cultura atua como microcosmos de resistência, articulando críticas a estruturas de poder e marginalização. Em relação aos procedimentos, estes foram divididos em duas etapas: online e offline. A pesquisa busca, além de refletir acerca das escolhas metodológicas, expor que, ao transformar espaços urbanos em palcos de resistência, as batalhas questionam e auxiliam na reflexão acerca da formulação e aprimoramento de políticas públicas de cultura considerando as novas dinâmicas culturais, sociais e políticas, influenciadas pelas mídias sociais, propondo ainda caminhos para a inclusão de perspectivas marginalizadas.

31



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CAMADAS DE PROTEÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO MAPA ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS

CARLOS VICTOR SOUZA GOMES
CLARICE BIANCHEZZI

Resumo:

Essa comunicação parte do recorte da pesquisa de Iniciação científica em desenvolvimento desde 2023, e tem buscado concentrar em um mesmo mapa visual/digital/interativo, localização georreferenciada, descrições resumidas de cada sítio arqueológico, localizados no município de Parintins- Amazonas e mais quatro município fronteiriços. Isso tem contribuído para melhor compreender as áreas ocupadas pelos povos indígenas no passado e a dispersão das marcas dessas ocupações - vestígios arqueológicos - nestes municípios, no presente. Nesta apresentação, destacamos as camadas de proteção ao patrimônio arqueológico que tem sido possível viabilizar com o uso deste recurso digital do Mapa Arqueológico de Parintins e municípios que fazem fronteiras. Ao constataremos, ao longo da elaboração do mapa arqueológico, o número expressivo de sítios arqueológicos sem registro junto ao IPHAN, concentramos os esforços no preenchimento individualizado de Fichas de registro dos Sítios Arqueológicos, para encaminhar ao IPHAN, visando o registro oficial, para acrescentar mais essa camada de proteção do patrimônio arqueológico da região e o reconhecimento da relação com a História Indígena de longa duração.

32





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



USOS POLÍTICOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E O PLANO NACIONAL DE CULTURA (1975)

CAROLINA PEDRO SOARES

Resumo:

A política cultural relacionada à atuação dos regimes autoritários e o uso político do patrimônio envolvem processos de representatividade sociocultural, estabelecendo bases para uma reelaboração do passado conforme as necessidades do presente. A construção de memórias coletivas nas políticas patrimoniais reforça a coesão interna e a defesa de fronteiras. O patrimônio é um campo de disputa coletiva, no qual grupos podem ser vitoriosos ou silenciados na construção de uma narrativa, operacionalizada conforme o momento histórico e quem está no poder. Assim, estabelece-se uma conexão entre o uso do patrimônio na construção da memória ensinada e sua integração a ritos e comemorações cívicas, que celebram a narrativa do grupo dominante. Esse uso do passado pode servir para desviar a atenção das contradições contemporâneas e problemas socioeconômicos. Dessa forma, a comemoração e a valorização do patrimônio tornam-se práticas compensatórias em regimes autoritários. Como estudo de caso, o Brasil, com o Plano Nacional de Cultura (PNC), criado na Ditadura Militar e instituído em 1975, incluiu o patrimônio entre seus nove eixos, prevendo a preservação de bens artísticos, históricos e culturais. Dentre as “ideias e programas”, estão preservar os bens culturais (tradições, costumes, cidades), bem como informar e educar acerca dos bens culturais nacionais, tanto em educação de base quanto em eventos, passando ainda pela questão turística.

33



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MOTINS COLONIAIS: DIREITO DE RESISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA REPUBLICANA NA AMÉRICA PORTUGUESA

CÉLIA NONATA DA SILVA

Resumo:

Este artigo analisa, através de pesquisa bibliográfica e documental, a influência e difusão do pensamento humanista ibérico, representado pela Escola de Salamanca, na formação de uma cultura política republicana na América portuguesa baseada nas ideias de liberdade política e no direito do povo à resistência. A circulação das ideias humanistas latentes na Europa moderna atravessa o Atlântico e projeta-se no solo mineiro do século XVIII, através da ação de padres que, ao incentivarem e orientarem os potentados locais nas suas atividades de resistência contra os governadores coloniais, criaram um comportamento participativo para os envolvidos e uma consciência política baseada no “direito do povo” de impor as suas próprias leis. Essa ideia republicana foi consumada em plena guerra com a eleição popular do governador de Minas, em 1709, quando os vassalos rebeldes deram origem à República dos Emboabas, configurada pelo poder civil, e impondo sucessivas rebeliões ao governo local da capitania em meados do século XVIII. Os resultados demonstraram serem os Emboabas sujeitos atuantes no espaço colonial, não meros subprodutos de uma relação de poder colonialista.

34



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM PARINTINS-AMAZONAS COMO TEMA DA ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR ATRAVÉS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

CLARICE BIANCHEZZI
ADRIANO MÁRCIO DOS SANTOS

Resumo:

Este Programa de extensão universitária tem como foco o patrimônio arqueológico do Amazonas, com especial destaque para Parintins. A partir da soma de atividades multidisciplinar de dois projetos em que o patrimônio arqueológico é tema gerador de um conjunto de atividades que aproximam os/as estudantes do ensino superior e da educação básica dos elementos ligados aos bens arqueológico, dando acesso a um pequeno acervo arqueológico musealizado (cedido pelo Museu da Amazônia – MUSA com anuência do IPHAN para este Programa), uma vez que não temos local com peças musealizadas no município. Também oportuniza a aprendizagem de técnicas e ferramentas, desde as moldagens de objetos de argila/cerâmica, como objetos impressos com auxílio da tecnologia 3D. Essa atuação extensionista tem contribuído: com o acesso e conhecimento aos bens arqueológicos, localizados em Parintins e no estado; com a formação de cidadãos conscientes e críticos da herança cultural e identitária, reconhecendo a densa ocupação do território amazônico por uma diversidade de povos indígenas que deixaram marcas e vestígios (nas comunidades rurais e na área urbana de Parintins), no passado profundo, que permanecem até os dias atuais; agregando, à formação acadêmica e dos estudantes de educação básica, o conhecimento a respeito da riqueza patrimonial que tais vestígios materiais são portadores, valorizando e protegendo o patrimônio arqueológico no município e na região Amazônica.

35





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TEORIA DO PROCESSO JUDICIAL NA DOUTRINA DE TOMÁS DE AQUINO

CLAUDIO PEDROSA NUNES

Resumo:

O presente estudo objetiva descortinar a doutrina de Tomás de Aquino a respeito do processo judicial então em voga na Idade Média tardia. Trata-se de estudo incipiente e que propugna pela apresentação dos principais aspectos e procedimentos jurisdicionais da era medieval-tomista, realçando sobretudo as questões relativas ao preparo dos juízes, à formalidade das acusações, ao direito de defesa, à importância do princípio *in dubio pro reo*, à colheita e valoração da prova e à justiça dos julgamentos. Destaca-se, ademais, o sentido ético da jurisdição judicial e sua formulação como categoria destinada a combater os processos ordálios e os procedimentos dos tribunais da Inquisição. Por fim, o estudo exhibe uma resumida conexão entre os institutos jurídico-processuais medievais e os institutos correlatos do direito processual contemporâneo, realçando os primórdios do que hoje se convencionou chamar *due process of law*.

36



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O ENFRENTAMENTO A CORRUPÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE O PERÍODO POMBALINO. A ADMINISTRAÇÃO DE LUÍS DIOGO LOBO DA SILVA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

DANIEL COSTA SILVA

Resumo:

Com a presente comunicação visou aprofundar a reflexão sobre a prática da corrupção no período colonial, especialmente durante o consulado pombalino, e seu entendimento enquanto conceito naquela época, utilizando como recorte espacial e temporal as capitanias de Pernambuco e Minas Gerais entre 1756 e 1768. Período em que os territórios foram administrados por Luís Diogo Lobo da Silva. Destaco que Lobo da Silva encontrou um cenário adverso em ambas regiões, Pernambuco era uma zona açucareira com seus engenhos em “fogo morto”, e uma aristocracia local consolidada, marcada pela decadência; já Minas, apresentava uma sociedade em processo de consolidação, porém de “cunho marcadamente arrivista”, tais conjunturas exigiam que o preposto de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal atuasse com necessária organização, prudência e diálogo. Cabe esclarecer que a interpretação acerca da corrupção não ficou imune às transformações ocorridas na sociedade ao longo do tempo, gerando inclusive debates acalorados sobre a pertinência da utilização do conceito para casos ocorridos no século XVIII. Assim, o objetivo principal da pesquisa é discutir as direções e os aspectos de uma sociedade em transformação, propondo uma reflexão acerca do significado da palavra corrupção e, por conseguinte, do próprio ato de corromper no período delimitado. Parto da premissa de que o consulado pombalino, apesar de suas contradições, marcou uma inflexão no combate à corrupção, motivada principalmente por razões econômicas. Desse modo, a corrupção, tolerada e aceita no passado, torna-se um problema econômico para o Império. E uma série de medidas será adotada por Carvalho e Melo visando combater tais práticas.

37



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



UOFÉ E SUA GENTE: A EXPANSÃO COLONIZADORA PELOS TERRITÓRIOS KAINGANG E A RESISTÊNCIA INDÍGENAS (BRASIL, SÉCULO XIX)

DANIELE WEIGERT

Resumo:

Esta pesquisa investiga a atuação do Estado brasileiro em seu período formativo contra as populações indígenas, com foco nas mulheres Kaingang. Analisa como as políticas indigenistas articularam extermínio, assimilação e exploração do trabalho, comprometendo a reprodução social das comunidades indígenas independentes. A partir da trajetória de Thereza Uofé e suas descendentes, examina-se como as mulheres indígenas resistiram, reconstruíram laços comunitários e ressignificaram suas identidades diante da violência. A escravização temporária, o aldeamento compulsório e a exploração do trabalho indígena são abordados como estratégias interligadas de dominação. Ao articular história indígena, relações de gênero e colonialidade, o projeto busca preencher lacunas historiográficas, evidenciando o papel central das mulheres na resistência e na reconstrução de identidades coletivas.

38



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



GERMANISMO, ESTADO NOVO E SILENCIAMENTO CULTURAL: NOTAS ACERCA DA MÚSICA POMERANA DA SERRA DOS TAPES, REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

DANILO KUHN

Resumo:

Meu trabalho, que parte das perspectivas do Patrimônio Cultural, da Memória Social e da Etnomusicologia, problematiza o processo de esquecimento da música tradicional pomerana na Serra dos Tapes, região sul do Rio Grande do Sul, Brasil, assim como aponta a memória social, a música popular e as festas pomeranas e o hibridismo como estratégias comunitárias de salvaguarda. Utilizando-se de práticas musicais endógenas combinadas a práticas musicais exógenas e do jogo identitário da memória, uma comunidade de descendentes de imigrantes pomeranos busca sobrepujar o epistemicídio musical local imposto, por muitos anos, pela ideologia do germanismo e pela política do Estado Novo: por meio do poder da igreja, da escola e do comércio, as línguas e as identidades alemã e portuguesa (brasileira), subsequentemente, intentaram silenciar a cultura pomerana na região. Contudo, embora restem poucas músicas tradicionais pomeranas na memória da comunidade, bandinhas da região compõem, cantam e gravam canções populares em sua língua materna, as quais desempenham importantes papéis estruturais e sociais, relacionando-se com manifestações culturais tradicionais. Para além, o hibridismo também faz parte do rol dessas estratégias de contraepistemicídio, através da pomeranização de músicas e elementos musicais externos, contribuindo para que a música pomerana da Serra dos Tapes subsista.

39



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SOBRE MÍDIA E POLÍTICA: O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO E OS EDITORIAIS DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO - 2018

DAVID SOUZA FERNANDES

Resumo:

As eleições no Brasil em 2018, foi marcada pelo uso intenso das mídias. A influência da mídia na política sempre foi palco de discussão. O presente trabalho busca identificar a influência que a mídia exerce no processo eleitoral, através dos editoriais publicados pelo jornal Folha de São Paulo. A metodologia utilizada foi a análise de Conteúdo, foram selecionados 92 editoriais, entre os meses de agosto a outubro. Os mesmos foram divididos em temas recorrentes nos editoriais. Período onde as discussões sobre a política e o processo eleitoral estão em maior evidência. O objetivo é identificar qual posicionamento o jornal através do seu editorial constrói sobre a política e seus atores. A finalidade é identificar a interferência que o jornal, como formador de opinião pública exerce no jogo político.

40



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



HISTÓRIA E TECNOLOGIA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DA TEORIA COGNITIVA E DA NEUROCIÊNCIA NA APRENDIZAGEM

DEILSON DO CARMO TRINDADE
JUCIMARA CARVALHO DA SILVA

Resumo:

Buscamos aqui trazer uma discussão histórica acerca da aprendizagem em sala de aula baseado na arquitetura Cognitiva e o mundo digital a partir dos estados mentais e do processamento da Informação em meio digital, cujo objetivo geral está em proporcionar uma percepção das bases teóricas e das práticas no campo da tecnologia educacional com a finalidade de construir habilidades e competências na produção de conteúdo digital e conhecer novas ferramentas a serem trabalhadas por todos os docentes, em especial, ao professor de história. Portanto, este estudo nos permite uma reflexão sobre os novos paradigmas da era digital e da aplicação de tecnologias atuais utilizadas em sala de aula como auxílio para o docente.

41





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PARA ALÉM DA SOBREVIVÊNCIA: REFUGIADOS DO NAZISMO NO BRASIL E A BUSCA POR APOIO E VIDA DIGNA POR MEIO DAS REDES CATÓLICAS

DIEGO LUIZ DOS SANTOS
KAROLINY DA COSTA LOPES

Resumo:

Esta comunicação trata da história de sobreviventes do nazismo que se refugiaram no Brasil durante a ascensão de Hitler na Europa e que, em seu novo país, buscaram novos meios para construir uma vida mais digna. O foco do trabalho recai sobre um grupo de imigrantes que veio para o Brasil entre os anos de 1938 e 1941 por meio de uma negociação entre o Papa Pio XII e o então presidente Getúlio Vargas. Deste esforço, cerca de mil refugiados conseguiram a autorização para adentrar e permanecer em território brasileiro sob a identificação de “católicos não-arianos”. Contudo, para muitos deles, apenas a sobrevivência não foi suficiente e foi necessário buscar novos modos de driblar as adversidades e os obstáculos enfrentados no país que os acolhera, seja em relação a alçar novos espaços no mercado de trabalho ou para conseguir melhores condições de vida. Nesta comunicação, apresentamos alguns destes sujeitos, buscando sublinhar o modo pelo qual eles utilizaram o nome da Igreja Católica para angariar apoio de redes sociais locais afim de se reinventarem no exílio. Para tanto, lançaremos um olhar à trajetória do intelectual Otto Maria Carpeaux, judeu austríaco convertido ao catolicismo que, no Brasil, usou de suas influências católicas para conquistar novos espaços na intelectualidade brasileira. O trabalho visa somar à historiografia dos refugiados do nazismo no Brasil, bem como promover novas reflexões sobre o papel da Igreja católica neste contexto.

42





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



HISTÓRIA LOCAL E HABITAÇÃO POPULAR: A FUNDAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL VILLAGE PAVUNA E AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS EM TORNO DA MORADIA NO BRASIL

DIEGO ULIANO ROCHA

Resumo:

O presente trabalho procura desenvolver uma pesquisa exploratória sobre a criação do conjunto habitacional “Village Pavuna”. Essas moradias estão localizadas em área periférica, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. A partir das discussões teóricas propostas pelo conjunto de estudos de “História Local”, procura-se compreender as dinâmicas sociais e políticas locais que levaram a sua construção. Ao mesmo tempo, de maneira dialética, busca-se trazer novas perspectivas sobre os processos globais e nacionais de produção de habitação popular para as camadas desprivilegiadas da sociedade. Tem-se como hipótese que as narrativas sobre esta comunidade e suas interações com as políticas habitacionais podem ser vistas como um microcosmo de disputas sociais, econômicas e políticas mais amplas. Portanto, este trabalho, ao investigar esse objeto, não apenas explora um caso específico de habitação popular, mas também se insere numa discussão mais vasta sobre a relação entre história local e global, abordando os desafios de como articular essas dimensões em um quadro historiográfico problematizador da realidade. Para a realização da pesquisa, utilizou-se a pesquisa documental em periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. De forma complementar, foram realizadas entrevistas com moradores que vivenciaram este processo.

43



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DIREITOS HUMANOS E PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS JURÍDICOS NA PROTEÇÃO DO LEGADO IMATERIAL DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

ELIDA NOGUEIRA ZARPELLON

GILIARDE BENAVENTO ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO

RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA

TAYLLER COELHO SOUZA

GERSO PEREIRA ALEXANDRE

MURILO AUGUSTO LOPES ARAÚJO

Resumo:

Neste estudo, examina-se os obstáculos normativos quanto à tutela do patrimônio imaterial dos povos indígenas, concentrando-se especificamente nos temas de identidade cultural e nos direitos humanos voltados à manutenção de tradições. Para tanto, adota-se método qualitativo, utilizando revisão de bibliográfica e documental, fitando normas nacionais e internacionais destinadas à tutela do patrimônio cultural indígena. A pesquisa recai sobre a legislação brasileira, buscando compreender como essa tem falhado ou cedido a pressões econômicas e políticas na proteção da cultura indígena. A análise debate os conflitos entre a manutenção das tradições culturais e o desenvolvimento de políticas públicas específicas, como o turismo e a exploração econômica, sugerindo medidas para assegurar a persistência e a identidade das comunidades indígenas sem prejudicar suas tradições ancestrais. Propõe-se, todavia, ponderar práticas normativas inclusivas para a proteção do patrimônio cultural, fundamentadas nos direitos humanos das comunidades impactadas.

44



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DA DITADURA À DEMOCRACIA: O ENSINO MÉDICO EM COIMBRA (1960-1995)

EMA FELGUEIRAS
HENRIQUE ALEXANDRINO
NUNO GARCIA
BÁRBARA OLIVEIROS

Resumo:

Este artigo analisa a evolução do ensino médico em Coimbra entre 1960 e 1995, à luz das principais alterações sociais e políticas. Durante o Estado Novo, o ensino foi condicionado pelo autoritarismo do regime e submetido às suas condicionantes ideológicas. Os anos 60 e 70 do século passado desbravaram caminho para a democratização do ensino, que só se veio a concretizar após a Revolução. A principal metodologia utilizada neste artigo foi a análise documental de fontes primárias, legislação e documentos oficiais da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC), e fontes secundárias, artigos e relatórios. Foram, ainda, realizadas entrevistas semiestruturadas a antigos estudantes e docentes, seguindo as diretrizes éticas da FMUC. A análise do conteúdo das entrevistas baseou-se na identificação de temas recorrentes e na utilização da triangulação de fontes para reforçar a validade dos resultados. Não obstante os desafios enfrentados e a resistência à mudança sentida, o ensino da medicina na FMUC entre 1960 e 1995 foi também palco de reformas e inovações, sobretudo após a Revolução. Concluiu-se que a transição democrática influenciou de forma complexa o ensino médico, com avanços e recuos próprios de uma sociedade em mudança, e, portanto, sujeita ao progresso, mas também ao retrocesso. Além de uma celebrar os 50 anos de democracia, este artigo destaca a importância de uma revisão contínua do ensino médico, para que se ajuste às necessidades dos tempos e da sociedade.

45





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ENTRE CONFLITOS E CONFRONTOS: O PROCESSO DE DOMINAÇÃO DO POVO PURI NO SUL DO VALE DO PARAÍBA NO SÉCULO XVIII

ENIO SEBASTIÃO CARDOSO DE OLIVEIRA

Resumo:

O Vale do Paraíba era ocupado em tempos ainda remotos, por diversas etnias, entre elas, os Puri. Essa região localizada no sul do atual estado do Rio de Janeiro, no século XVIII, era chamada de Campo Alegre da Paraíba Nova. Por ser uma região próxima à estrada do Caminho Velho, passou a ser utilizada como rota de contrabando de ouro, fugindo assim da fiscalização colonial, fazendo o descaminho (contrabando) por Campo Alegre. Sendo essa área vista como sertaneja, ocupada pelos chamados “índios bravos”, nesse período, não havia ainda uma efetiva presença colonial. No entanto, a partir do segundo quartel do setecentos, começava o avanço das fronteiras coloniais, que mais tarde provocaria a uma série de conflitos e confrontos entre o Povo Puri, etnia predominante na região, e colonos, levando a uma redução significativa dos povos originários nessa região, por meio de um intenso confronto, que além de diminuir a população Puri em Campo Alegre, acarretou a fundação do Aldeamento de São Luiz Beltrão em 1788. A proposta desse trabalho é analisar o processo de ocupação colonial e os seus impactos em relação aos povos originários no Sul do Vale Paraíba, em especial os Puri.

46



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ENTRE O HORROR E A EMPATIA: A POLÍTICA DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIOS SOMBRIOS NO CHILE

ERICA BARROS DE ALMEIDA ARAÚJO

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo investigar os usos dos chamados “patrimônios difíceis” ou “sombrios” a partir da política de memória chilena voltada para transformação de centros de tortura da ditadura no país em sítios de memória, a partir da seleção de três lugares representados em arpilleras confeccionadas no período da ditadura: Estádio Nacional, Casa Londres e Villa Grimaldi. Desta forma, a visita turística nestes sítios, não apenas estabelece um vínculo entre aporte museal e dever de memória para com as vítimas do regime totalitário que assolou o país entre os anos de 1973 e 1989, como também suscita a função de educar os visitantes sobre a violação de direitos humanos em tempos e espaços diversos do contexto original através da tensão entre sentimentos de horror e empatia.

47



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OUVIR VOZES QUE NARRAM SUAS HISTÓRIAS E AS HISTÓRIAS QUE NARRAM ESSAS ESCUTAS

FERNANDA CAVALCANTI DE MELLO
MARIA DO CARMO DE MORAIS MATA RODRIGUES
MARISTELA PETRY CERDEIRA

Resumo:

No grupo de pesquisa Currículos cotidianos: redes educativas imagens e sons assistimos filmes, conversamos sobre eles, entre apreciação de outras artes. As vozes nessas conversas narram a vida de cada participante em práticas vividas. Essas práticas nos fazem sentir mas também pensar, pensar mas também sentir, de modo a não separar dicotômica e hierarquicamente um verbo do outro. Ao fazermos isso, praticamos pesquisa; ao pesquisarmos literaturizamos, audiovisualizamos as pesquisas, com as quais produzimos ciências. Nosso intuito é produzir conhecimentos com a materialidade das narrativas surgidas nessas conversas, dos sentimentos que despertam nos encontros quando acolhemos as emoções que daí emanam. Ou, quando criamos artefatos curriculares que fazem emanar emoções (filmes, podcasts, livros, etc). Acreditamos que ao nos afetarmos, escutamos, movemos, criamos e fazemos circular as pesquisas-movimento necessárias às pesquisas com os cotidianos. Uma dessas produções é o podcast ‘Cotidianos e Currículos’ que traz para o campo da educação uma história conectada a várias outras (artes, antropologia, história, etc). Surgem novas narrativas, à História de viver com ética, estética, política e poética. Na medida em que produzimos crônicas sonoras, entrevistas e conversas, fazemos História de pessoas, de docentes e discentes, da instituição escola, na relação que a mesma tem com sociedade.

48





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ARQUIVOS MILITARES, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: TEORIA E PRÁTICA SOCIAL

FERNANDO DA SILVA RODRIGUES

Resumo:

A comunicação proposta tem por objetivo discutir, levantar e mostrar as possibilidades de pesquisas sobre memória e patrimônio, articulada aos estudos dos arquivos militares como lugares de memória e de patrimônio, a partir da literatura especializada, diferentes tipologias de fontes e arquivos existentes. Para tanto, a comunicação analisará fontes de pesquisa localizadas em arquivos públicos militares responsáveis pela guarda e divulgação de riquíssimos acervos documentais. A proposta é apontar nesses arquivos, a partir da pesquisa, campos e objetos de investigação construídos a partir de novos paradigmas da história como disciplina, responsáveis pela ampliação de recentes campos de investigação na área. É importante apontar para a renovação da investigação da história identificada nos grupos de pesquisa cadastrados no CNPQ, nas publicações em revistas especializadas, nas publicações de livros de renomadas editoras e nas atividades culturais e acadêmicas dos centros de memória e documentação que, em esforços individuais, coletivos e institucionais, ampliam a divulgação de novas formas científicas de estudar o passado. O interesse atual pelos estudos relacionados aos arquivos, ao patrimônio e a memória ultrapassa a essência de existir das instituições produtoras de fontes. Os arquivos são organizações que vem recebendo tratamento cada vez mais técnico a fim de implementar políticas arquivísticas que visam ampliar o acesso à informação, também como um direito de cidadania.

49



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A CONSTRUÇÃO DA POLÍCIA NO BRASIL IMPÉRIO: DE POLÍCIA DA CÔRTE A UMA POLÍCIA SEM MANDATO

FERNANDO DE ALVARENGA BARBOSA

Resumo:

Memória é uma maneira de pensar o passado, em função do futuro que se almeja. Qual seja a escolha teórica, se estará comprometido ética e politicamente. A memória social e seu caráter transdisciplinar e polissêmico, pode abrigar tema delicado e de importância. Este evoca a arte de governar e garante territórios (literal e simbolicamente): a segurança pública ou melhor, a segurança cidadã. Quais eram as atribuições no uso da força, da instituição Polícia no Brasil, a partir do século XIX, com a chegada da família real portuguesa? Em 1808, D. João, príncipe regente, preocupado com a segurança da Corte que chegava a terras “selvagens”, precavendo-se contra espões e agitadores franceses, diante de uma possível disseminação das ideias liberais de 1789, que atravessaram o Atlântico (culminaram na Inconfidência Mineira), criou o cargo de intendente-geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. A partir desse contexto histórico, analisar-se-á os reflexos da ação policial contemporânea, que motivaram a ADPF 635, pelo STF, no Rio de Janeiro. Apresentada em 2019, questiona a política de segurança pública do estado, alegando que promove violações a direitos fundamentais, decorrentes da política de segurança pública implementada, especialmente contra a população pobre e negra das comunidades. Ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro com a pretensão de que fossem reconhecidas e sanadas as graves lesões marcadas pela "excessiva e crescente letalidade da atuação policial".

50



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A COLETÂNEA LYRA SACRA DO PADRE JESUÍTA ANTONIO DE MENEZES: OS IMPACTOS DAS RELAÇÕES DE PODER ENVOLVIDAS NA TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS DA MÚSICA RELIGIOSA CATÓLICA

FERNANDO LACERDA SIMÕES DUARTE

Resumo:

A música católica no século XX foi marcada por duas grandes transições de paradigmas composicionais e interpretativos determinadas pela Cúria Romana, a Restauração Musical, no início do século, e o Concílio Vaticano II. O motu proprio “Tra le Sollecitudini”, promulgado por Pio X em 1903, determinou a transição entre um modelo musical mais próximo da ópera e da música instrumental para aquele que tinha no canto-chão e na polifonia renascentista suas principais referências. Contemporânea ao documento pontifício foi a publicação, no Porto, da coletânea de cânticos em português e latim, em cinco volumes, intitulada “Lyra Sacra”. Neste trabalho, são analisadas as principais características da publicação, sistematizada pelo padre jesuíta Antonio de Menezes, e as implicações de tais características ante o motu proprio. A situação dos jesuítas em Portugal no entresséculos e as relações de poder que conduziram ao motu proprio. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental e ao conceito de controle normativo das práticas musicais para fins de análise. Os resultados apontam para o impacto dos paradigmas restauristas na análise das melodias e acompanhamentos instrumentais, bem como da situação dos próprios jesuítas em Portugal como fatores que podem ter conduzido a um relativo insucesso da publicação, caracterizado pela diminuição de volumes em relação ao projeto original e pela recusa a uso litúrgico no Rio de Janeiro.

51



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



APONTAMENTOS SOBRE O “CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA” E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES E DESAFIOS À HISTORIOGRAFIA ACERCA DO PERÍODO COLONIAL NO BRASIL E NO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

FILIPE SANTOS DAS MERCÊS

Resumo:

Esta comunicação analisa as tendências da historiografia sobre o período colonial no Brasil e no Grão-Pará e Maranhão, dando ênfase à relação entre o contexto das mudanças na historiografia e as características dessas mudanças, reconhecendo o desenvolvimento de um novo momento global, com exigências próprias ao historiador: o “Capitalismo de Vigilância”. O desenvolvimento da História Cultural fortaleceu temáticas como a Nova História Indígena, da cultura afro-brasileira, da escravidão, bem como o debate sobre Sistema Colonial e a ideia de Antigo Regime. Essas perspectivas estão implicadas no fim do século XX e início do XXI, tendo como denominador comum a ideia de que o poder cede às estratégias, agências, resistências, ao protagonismo dos grupos subalternizados. Embora esta historiografia tenha dado respostas excelentes às demandas de seu tempo, nesta comunicação, chamo atenção à exigência particular do Capitalismo de Vigilância, momento em que o comportamento é transformado em mercadoria, instrumentalizado pelo controle dos bancos de dados gerados por grandes empresas ligadas à internet. As técnicas ligadas a esta tentativa quase totalitária de controlar o comportamento implicam uma demanda na historiografia: revisitar os mecanismos de poder na história, as experiências que remetem aos sucessos das instituições no que diz respeito às suas pretensões, apontam para o problema entre a sociedade e o indivíduo, a capacidade de determinação e a capacidade de autonomia.

52



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A MOÇADA DO CINEMA DE SÃO PAULO E O ‘CICLO CINEMATOGRAFICO INDUSTRIAL PAULISTA’ (1949-1962)

FRANCISCO DANIEL IRIS GOIANA

Resumo:

Esta pesquisa analisa sociologicamente trajetória de um conjunto de cineastas que denomino de “moçada paulista”. Cineastas nascidos em São Paulo, entre décadas de 1920 e 1930, com formação teórico-prática em escolas de cinema, no Brasil e no exterior, aliada a prática nas nascentes produtoras cinematográficas de São Paulo, na década de 1950, estando assim envolvidos na cena cinematográfica paulista neste período. Esses “moços” são: Rodolfo Nanni, Nelson Pereira dos Santos, Galileu Garcia, Roberto Santos, Carlos Alberto de Souza Barros, César Memôlo Júnior e Trigueirinho Neto. Parto do questionamento de como esses cineastas foram agentes e as posições tomadas dentro do ‘ciclo cinematográfico industrial paulista’, através da análise de suas trajetórias individuais e em conjunto, em relação ao meio cinematográfico e ao contexto sócio-histórico. Bem como de sua produção cinematográfica (escritos e filmes) e sua atuação política em prol do cinema paulista. Também são basilares a esta pesquisa a análise do lugar desses cineastas e suas atuações no processo de autonomização do cinema brasileiro, em São Paulo. Dividimos a análise destes cineastas em dois momentos, no recorte temporal proposto: o desenvolvimento do processo de industrialização do cinema paulista (1949-1954) e as tentativas, principalmente estatais, de reerguer este cinema (1955-1962).

53



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DIÁLOGOS ENTRE BIFO E ENZO TRAVERSO SOBRE UMA ESQUERDA DERROTADA – RESCALDOS, DERROTAS E MEMÓRIA

GABRIEL DE MOURA CAVALCANTI

Resumo:

O ‘progresso’ teve seu auge e decadência no século XX. Mesmo diante genocídios, guerras, ascensão de regimes nazi-fascistas, transformações do Estado e precarização no trabalho, o esgotamento do entusiasmo pelo progresso acontece nesse século. “Bifo” aponta que as utopias se realizaram ironicamente, a última, o advento dos automatismos linguísticos. Há na Esquerda um processo de elaboração das derrotas, a “Melancolia de Esquerda” (2021), descrita por Enzo Traverso - do fracasso das revoluções, construía-se uma memória de lamento, mas pretendia-se aprender com os erros do passado e vencer no futuro. Este sentimento se perdeu após o fim da União Soviética, sendo a derrota de toda uma esquerda marxista tradicional no século XX. Berardi vivenciou uma nova forma de política, que emergiu na esquerda italiana com o Autonomismo; diante maior PC na Europa Ocidental; este mesmo PCI viu seu fim nos anos 1980, posicionando-se contra greves e protestos dos Operaístas e Autonomistas, durante o longo maio de 1968. A produção desses automatismos linguísticos dialoga com uma esquerda que preferiu apagar sua memória e qualquer teleologia. Conceitos tais como rescaldo, melancolia e derrota, a memória dos vencidos e das vítimas, refletem sobre a modernidade tardia, onde a história-progresso deu espaço a horizontes de expectativas largos e incertos. A produção desses automatismos linguísticos dialoga com uma esquerda que preferiu apagar sua memória e qualquer teleologia.

54



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



LITERATURA, SOCIEDADE E LUTA POLÍTICA: O PAPEL DO INTELECTUAL NA VISÃO DE RICARDO PIGLIA

GABRIEL RODRIGUES DA COSTA FARIAS

Resumo:

O presente trabalho pretende analisar a visão do escritor argentino Ricardo Piglia (1941-2017) sobre o papel dos intelectuais nos processos de mudanças sociais, culturais e políticas entre as décadas de 1960 e 1970. Em seus anos de juventude, Piglia foi um intelectual engajado que tinha como algumas de suas principais preocupações as relações entre cultura de esquerda, produção artística e as estratégias de construção de uma vanguarda política e revolucionária. No caso, Piglia possuía um olhar crítico perante aos posicionamentos de grande parte da intelectualidade de sua geração. Para o escritor, havia, dentro da esquerda argentina, uma ausência da problemática da luta de classes na análise da cultura, da literatura e da produção intelectual, o que resultava na ausência de uma perspectiva política verdadeiramente revolucionária e na falta de articulação da prática intelectual com as lutas da classe trabalhadora. Essas colocações de Piglia são encontradas, em um primeiro momento, no longo editorial da única edição do periódico “Literatura y Sociedad” (1965). Anos depois, Piglia retoma esses posicionamentos ao participar do debate “Intelectuales y Revolución: ¿Conciencia crítica o conciencia culpable?” realizado na sexta edição do periódico “Nuevos Aires” (1971). Por conta disso, esta proposta de pesquisa encontra-se no campo da “História Intelectual” (LaCapra, 1998; Sirinelli, 2003).

55



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DESAFIOS JURÍDICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PAPEL DO DIREITO AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DE COMUNIDADES VULNERÁVEIS FRENTE AO IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

GERSO PEREIRA ALEXANDRE

GILIARDE BENAVENTO ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO

RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA

TAYLLER COELHO DE SOUZA

ELIDA NOGUEIRA ZARPELLON

MURILO AUGUSTO LOPES ARAUJO

Resumo:

Cá investiga-se as contradições entre o desenvolvimento econômico e os direitos humanos das comunidades em situação de vulnerabilidade, concentrando-se no efeito do avanço econômico em comunidades que residem em zonas de perigo ambiental. Adota-se uma abordagem qualitativa, fazendo uso de revisão bibliográfica e documental sobre normas ambientais e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Examina-se, todavia, a maneira como a norma tem tratado a proteção de direitos básicos, como saúde e habitação, em cenários de intensa exploração de recursos naturais. O estudo dedica-se a entender como o direito ambiental pode ser mais eficaz na defesa das comunidades mais suscetíveis às implicações negativas do desenvolvimento econômico, tais como deslocamentos forçados, poluição e deterioração do meio ambiente. A avaliação orientada, nesse contexto, se concentra no abismo entre a teoria das políticas públicas e sua implementação concreta, sugerindo soluções legais inovadoras para assegurar que o desenvolvimento econômico não comprometa os direitos das comunidades mais impactadas.

56



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CLUBES GRANDES NO BRASIL: O CASO DO VASCO DA GAMA

GLAUCO JOSÉ COSTA SOUZA

Resumo:

O que define a grandeza de um clube de futebol? O tamanho da sua torcida? O número de títulos conquistados? Os craques que vestiram sua camisa? Sua tradição? Certamente todos esses fatores são importantes para responder a primeira pergunta e eles se aplicam muito bem para explicar o que é um time grande no Brasil. Todavia, no presente trabalho, buscamos discutir a partir de que momento esta transformação acontece e, como objeto de análise, optamos por refletir sobre o Clube de Regatas Vasco da Gama. Fundado por portugueses residentes no Rio de Janeiro em 1898, a agremiação, que inicialmente foi voltada para as atividades náuticas, ganhou destaque nacional após adotar a prática do futebol a partir de 1916. Nos anos 1930, a instituição já figurava como um dos maiores clubes do país, sendo seu estádio um local utilizado para eventos políticos que contavam, inclusive, com a presença do Presidente Getúlio Vargas e tendo sua rotina esportiva acompanhada por inúmeros torcedores e por jornais de diversas partes do Brasil. Assim, nosso objetivo é analisar os anos em que o período no qual o futebol passou a ser praticado pelos vascaínos e como, em menos de duas décadas, o clube se projetou, saindo de uma entidade vinculada à colônia portuguesa e alvo do antilusitanismo para se tornar um dos maiores times do Brasil, símbolo da luta contra a exclusão social e racial, como já é possível observar por ações de sua diretoria nos anos de 1923 e 1924.

57



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ARTE E PODER: O TEATRO EXPERIMENTAL DO SESC COMO ESPELHO SOCIAL DE MANAUS

HOWARDINNE QUEIROZ LEÃO

Resumo:

Esta comunicação investiga as relações entre teatro, poder e sociedade no teatro brasileiro moderno, com foco na cena teatral de Manaus, Amazonas, a partir da década de 1960. Analisa-se o Teatro Experimental do SESC (TESC, 1968-2016), grupo de resistência que confrontou os projetos de expansão da Amazônia, como a criação da Zona Franca de Manaus (1967), durante a ditadura civil-militar. Por meio de peças como "As Folias do Látex" (1975) e "A Resistível Ascensão do Boto Tucuxi" (1982), ambas de Márcio Souza, o TESC denunciou processos colonizadores e defendeu a identidade cultural da região. Baseando-se na dissertação de mestrado da autora, a comunicação amplia a análise com novos exemplos, refletindo sobre o teatro como espelho social e instrumento de transformação política. A proposta é discutir como o TESC articulou arte e resistência, contribuindo para repensar o papel do teatro na luta contra opressões e na construção de narrativas decoloniais, além de identificar seus ecos no teatro contemporâneo.

58





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TERRITORIALIDADES DA INFÂNCIA PRECARIZADA: ACESSO, PODER E OPORTUNIDADES TERRITORIAIS NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - SGDCA EM SANTOS (BR)

HULDA ERNA WEHMANN
LARISSA DE ALCANTARA VIANA
LETICIA COSTA DE OLIVEIRA
VICTOR IACOVINI

Resumo:

Se territorialidade é “a dimensão mais simbólica do território, que incorpora política, relações econômicas e culturais, vinculada a como as pessoas utilizam a terra, se organizam e dão sentido ao lugar”, efetivada “(...) em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, (...)” (SAQUET, 2009, p. 87), como alcançar a erradicação do trabalho infantil? O diálogo entre academia e agentes públicos, no âmbito da pesquisa “Reordenamento do SGDCA para crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil em Santos (SP)” (FAPESP: 2023/10222-2), na Baixada Santista, São Paulo, Brasil, discute experiências à luz dos conceitos de território e territorialidade. Galdeano e Almeida (2018) indicam que os jovens explorados pelo narcotráfico vivem precariamente, associados às “oportunidades territoriais” (WEHMANN; BATISTA, 2023), incidindo sobre as relações de poder, dominação, exploração e violação dos corpos, vidas e lugares. Tais relações, como fios duma malha que interligam os fixos, criam e exploram fluxos vitais (econômicos, sociais, políticos) em prol de organizações que buscam expandir e diversificar negócios e bases territoriais - por vezes ilegais ou proibidos - pela exploração abusiva das piores formas de trabalho. Agentes municipais indicaram que as CAs envolvidas no tráfico residem, via de regra, nas áreas mais precárias, em lares monoparentais e, frequentemente, racializadas.

59



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



AS MULHERES E OS ARQUIVOS DE CIENTISTAS: UM ESTUDO SOBRE A VISIBILIDADE FEMININA NA ORGANIZAÇÃO DE UM ARQUIVO PESSOAL DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST

ISABEL CRISTINA BORGES DE OLIVEIRA
ALFREDO TIOMNO TOLMASQUIM

Resumo:

A organização de um arquivo pessoal está intimamente relacionada ao processo de construção da memória, tanto em relação ao que será preservado, como sobre o destaque que se dá a determinados documentos em detrimento de outros. Nas últimas décadas, a história da ciência, à semelhança de outras áreas da história, tem buscado dar mais evidência ao papel desempenhado pelas mulheres. A física é um dos campos onde, tradicionalmente, a presença feminina é muito restrita, mas tem se alterado nos últimos anos de forma muito lenta. Portanto, a maioria dos arquivos pessoais no campo da física disponíveis nos arquivos históricos é de homens, aumentando os desafios de dar realce ao papel das mulheres físicas. Nesse sentido, está sendo desenvolvido um estudo sobre como a organização de arquivos pessoais de cientistas pode ser desenvolvida de forma a dar mais visibilidade às mulheres. Foi utilizado como referência inicial o arquivo de Jayme Tiomno, sob custódia do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), um dos principais físicos brasileiros, com pesquisas sobre física de partículas e buracos negros. Posteriormente, foi estendido para outros físicos brasileiros, cujos arquivos foram ou estão sendo organizados. O estudo tem permitido tanto uma reflexão sobre os métodos de organização de arquivos que ajudam a ocultar a presença feminina, como a elaboração de estratégias que permitem lançar mais luz sobre o papel das mulheres na história da ciência.

60



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SABORES DA RUA: O EMPREENDEDORISMO SÍRIO E O MERCADO DE COMIDA ÁRABE NO RIO DE JANEIRO

ISABELLA FERREIRA SILVA

Resumo:

O empreendedorismo imigrante tem sido uma alternativa de geração de renda e inserção econômica para refugiados sírios no Brasil, incluindo no Rio de Janeiro. Este estudo tem como objetivo geral analisar o empreendedorismo sírio no contexto das barraquinhas de comida árabe na cidade do Rio de Janeiro, explorando sua relação com os circuitos econômicos urbanos. A metodologia adotada foi qualitativa, contando com a triangulação de dados advindos de uma revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e mapeamento do comércio ambulante sírio na cidade. Os resultados indicam que as barraquinhas de comida árabe se inserem no circuito inferior da economia urbana, operando de forma independente, mas mantendo conexões indiretas com o circuito superior. Além disso, a adaptação dos pratos sírios ao gosto brasileiro reflete um processo de transculturação que amplia sua aceitação no mercado local. No entanto, desafios como a burocracia para formalização e o acesso limitado ao crédito influenciam a estabilidade e expansão desses empreendimentos. Conclui-se que o empreendedorismo sírio, representado pelas barraquinhas de comida árabe, está inserido em um contexto de transformações econômicas e culturais na cidade. A continuidade dessas atividades pode ser impactada por políticas públicas voltadas à formalização e à ampliação de oportunidades para imigrantes.

61



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OS SIGNOS DA CONQUISTA: LÉXICO E ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA AMÉRICA PORTUGUESA MERIDIONAL

ISRAEL AQUINO CABREIRA

Resumo:

O trabalho investiga o processo de ocupação territorial de uma freguesia do sul da América Portuguesa, entre finais do século XVIII e início do século XIX, enfatizando a formação de um léxico específico que orientou essa dinâmica. A pesquisa adota uma abordagem baseada na história social, articulada com a análise de documentação administrativa, judicial e cartográfica da época. Destaca-se o conceito de “Conquista” como articulador da expansão territorial portuguesa, evidenciando sua vinculação tanto à política régia quanto às práticas individuais de apropriação da terra. A metodologia empregada combina análise documental e crítica toponímica, permitindo identificar padrões na distribuição fundiária e na nomenclatura empregada para unidades produtivas. Os resultados indicam que a ocupação da região foi marcada por uma multiplicidade de agentes e estratégias de apropriação, desde concessões régias a mecanismos de legitimação ex-post. Além disso, evidencia-se a coexistência de uma estrutura produtiva na qual grandes fazendas de criação pecuária conviviam com unidades agrícolas menores, reforçando a heterogeneidade da paisagem agrária regional. Ao confrontar o estudo deste caso com trabalhos sobre a ocupação de outras regiões, como a Bacia do Prata, pretende-se contribuir para a compreensão das formas de apropriação territorial e das mentalidades possessórias naquele contexto de fronteira, de modo a aprofundar nossa compreensão sobre a formação territorial da América colonial.

62



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM DUQUE DE CAXIAS: DISCUSSÕES A PARTIR DOS PROCESSOS DE SOCIABILIDADE E DOS ESTUDOS DE PÚBLICO

JACQUELINE DE CASSIA PINHEIRO LIMA
ANA PAULA CAVALCANTE LIRA DO NASCIMENTO

Resumo:

Este trabalho apresenta uma síntese de duas pesquisas realizadas na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A cidade citada tem sido o nosso objeto de estudo na última década e nossas investigações partem da relação da população duquecaxiense com o patrimônio material e imóvel estabelecido nesse espaço. Os estudos produzidos priorizam a perspectiva da interdisciplinariedade visto que compreendemos o conceito de Patrimônio como um processo que deve ser analisado a partir da perspectiva de diferentes campos científicos pois concentra em si uma riqueza de discussões que nenhum campo isolado apresenta condições de assumir a totalidade desse desafio (CHUVA, 2012). Portanto, ele foi contextualizado a partir do viés histórico e da sua interrelação com outras áreas do conhecimento, tais como: Museologia, Educação, Sociologia Urbana, entre outros. Nesse estudo apresentamos uma relação entre os processos de sociabilidade e, a partir desse processo, da relação entre a população duquecaxiense com seus lugares de memória. O foco secundário está baseado em uma pesquisa de público realizada com o objetivo de conhecer o perfil de um recorte daqueles e daquelas que são a finalidade das atividades desenvolvidas pelos espaços patrimoniais: a sociedade civil. Consideramos que os estudos de público têm contribuído não somente como um norteador para as próprias instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio brasileiro, como também para o planejamento de estratégias de políticas públicas voltadas para a sociedade civil, sendo um dos mecanismos para a participação social nos debates sobre o patrimônio.

63



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



GYMNASTICS AND EDUCATION: THE INTERSECTIONS OF POWER BETWEEN STATE AND CHURCH IN TEACHER TRAINING IN SOUTHERN BRAZIL (19TH CENTURY)

JANICE ZARPELLON MAZO
TUANY DEFAVERI BEGOSSI

Resumo:

This study aims to examine the relationship between gymnastics, the State, and the Church in the training of teachers at the Normal School of Porto Alegre, Brazil, during the 19th century. The research is grounded in the theoretical and methodological framework of the History of School Subjects, drawing on the works of Chervel (1990) and Viñao Frago (2008). This approach enabled an analysis of the educational objectives embedded in gymnastics instruction, as well as the political, social, and cultural contexts that shaped teacher training at the time. The examination of normative documents from the period, combined with insights from bibliographical research, reveals that the inclusion of gymnastics in the Normal School curriculum was not merely focused on physical training but rather reflected a complex interplay of interests between the Church and the State. This dynamic contributed to the construction of a school culture that prioritized certain subjects for male students while imposing restrictions on women's educational experiences. These findings underscore how teacher training was embedded in a network of social and cultural values that both constrained and shaped educational practices of the time.

64





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MULHERES, HISTÓRIA E MUSEUS: NARRATIVAS CULTURAIS, APRENDIZAGENS E POSSIBILIDADES DIDÁTICAS

JAQUELINE AP. M ZARBATO

Resumo:

Este trabalho apresenta a investigação (pesquisa em andamento) sobre a educação em museus históricos e a igualdade de gênero/ CNPq/Brasil. Neste recorte pretendemos apresentar alguns resultados da pesquisa, em que se prioriza analisar a partir da fundamentação da história ensinada, as possibilidades e usos didáticos das representações culturais, políticas e sociais de mulheres e de que forma são apresentadas ao público escolar. Nesse sentido, pontua-se em discutir a história das mulheres/gênero numa concepção atrelada à museologia de gênero, fundamentando as leituras de mundo e sensibilização cultural em espaços dos museus. Destacamos neste artigo, a reflexão sobre três mulheres, (Anita Garibaldi, Maria Quitéria e Eva Maria de Jesus (Tia Eva) em três museus históricos de regiões do Brasil, a partir do que se ensina sobre elas nos museus, suas representações e suas histórias de liderança. Assim, como fundamentar a abordagem sobre algumas categorias e conceitos: a) educação e história ensinada em espaços museais, narrativas nos setores educativos de museus presencial/ on line, b) usos de memórias, objetos, cultura material que envolvam o feminino, c) usos e diálogos interdisciplinares na representação feminina em museus. Ao construir a análise, entende-se que as práticas educativas dos museus que versam sobre as narrativas, memórias, imagens, contextos e que encaminham para a formação da consciência histórica, pensando o museu histórico como parte do patrimônio. Em outras palavras, pretende-se analisar a constituição histórico-educativa de aprendizagem nos museus, em que a se constitua como 'lugar' de pertença feminino, contribuindo para a partilha de memórias de um espaço, dos saberes femininos/feministas e de igualdade de gênero. Como locus de análise tem-se as fontes de 03 museus históricos no Brasil: Museu do Ipiranga localizado em São Paulo, o qual conta com setor educativo presencial e on line; o Museu Anita Garibaldi localizado em Santa Catarina na cidade de Laguna conta com material ainda em construção no setor educativo, mas faz parte de um conjunto histórico-patrimonial da cidade e o Museu José Antônio Pereira localizado em Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande, o qual possui objetos não catalogados no setor educativo.

65



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



“DA MPP AO RAP AMAZÔNICO”: UMA ANÁLISE DE CANÇÕES DE PROTESTO NO ÁLBUM “TUDO ÍNDIO” DE NILSON CHAVES (1988-1996)

JESSICA MARIA DE QUEIROZ COSTA

Resumo:

Este artigo objetiva analisar as canções “Tudo índio” e “Memória da Tribo” da obra musical de Nilson Chaves, chamada “Tudo índio” (1995) que foram desenvolvidas com vários artistas amazônidas. As referidas canções como apresentam zonas de discussões sobre temas sociais que estão relacionados com os povos indígenas em voga na década de 1990. Faremos algumas análises a partir das perspectivas decoloniais sobre a construção dessas produções musicais que buscavam fomentar um protagonismo indígena e elucidar maior visibilidade para os contextos sociais e políticos. Para tanto, utilizaremos autores como Walter Mignolo (2014) e Aníbal Quijano (2017).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE: A TERRA COMO PALCO DE CONFLITOS EM “NAS TERRAS DO RIO SEM DONO”

JOANA PAULA ATAÍDE
PATRÍCIA FALCO GENOVEZ
MARIA TEREZINHA BRETAS VILARINO

Resumo:

A obra “Nas terras do rio sem dono” faz um recorte literário acerca da luta pela terra ocorrida no Vale do Rio Doce entre as décadas de 1950-60. Este período retrata violência ocasionada pela estrutura fundiária. Carlos Olavo enfatiza o ciclo de exploração no campo e entrelaça as relações que envolvem a terra e o coronelismo. Objetivo é analisar algumas cenas da obra, em especial, aquelas que ressaltam o poder, a violência e a luta pela terra. A partir da metodologia qualitativa, as cenas cardinais são analisadas por meio dos personagens fictícios, que representam agentes sociais da época. A narrativa dramatiza a realidade vivida pelos posseiros, já que a violência sempre foi instrumento para impedir qualquer mudança na estrutura do poder, tornando a terra palco de um duelo desigual entre a elite agrária e posseiros. A luta evocada na escrita literária não se delimita apenas da luta física, mas refere à luta simbólica que retrata a desigualdade fundiária da qual legitima a grilagem como processo de aquisição de terras daquele tempo. Dessa forma, a pesquisa se ampara na análise literária da narrativa, mas pretende compreender as territorialidades a partir da falta de mobilidade social, na qual os posseiros permanecem ancorados ao sistema de exploração agrário sustentado pelo poder que perpetua. A luta pela terra está longe de ser assunto obsoleto ou restrito a um período específico, esse embate, ainda se mantém relevante na hodiernidade, ecoando a contínua luta pela terra.

67





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A LEI 5540/68: A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO SUFICIENTE DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

JOÃO CARLOS BERNARDO MACHADO

Resumo:

A epígrafe das condições históricas que levou o Institute International of Education, como representante do departamento de Estado dos Estados Unidos, a desenvolver o processo de oligopolização estadunidense que destacou a Educação e o Ensino Superior como os referenciais de desenvolvimento dos Estados latino-americanos foi a política expansionista. Para tanto, pode-se dizer que o Institute International of Education, instrumento político desse processo, em 1958, constituiu o Conselho de Educação Superior nas Repúblicas Americanas para que este, com atribuições definidas e a partir de dados coletados acerca dos parâmetros estruturais do inventário educacional na América Latina, propusesse um compêndio curricular que se adequasse às perspectivas de modernização e ‘mundialização’ da educação e do ensino superior. No Brasil, destaca-se que a inferência promovida pelo Institute International of Education (IIE), a partir do Conselho de Educação Superior nas Repúblicas Americanas (CHEAR), requereu formulações produzidas pelos instrumentos políticos da ideologia estadunidense, organismos internacionais, bem como de alguns modelos econômicos, para, em princípio, referenciar a reorganização de programas e currículos educacionais para o ensino superior. Todavia, a nosso ver, possivelmente essas referências exerceram influências quanto à organização da reforma universitária, através da Lei 5540, em 1968. Deve-se, ainda, ressaltar, como justificativa das referências acima, que o discurso que afirma ser a educação uma única forma capaz de estabelecer o desenvolvimento social, surpreendentemente, parece resistir ao tempo e as gerações latino americanas. Penso que, como uma ideologia, salvo qualquer equívoco que possa evocar constrangimentos, a educação persiste em superar qualquer outra condição que se ache possível com instrumento para o desenvolvimento social.

68



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PORTUGAL E BRASIL NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA MEDICINA LEGAL POSITIVISTA - CIÊNCIA, PODER E SOCIEDADE NO SÉCULO XX

JOÃO DENARDI MACHADO

Resumo:

A comunicação enfoca no processo de internacionalização da medicina legal como ciência da perícia científica especializada para o funcionamento da justiça penal e da elaboração de mecanismos de garantia da ordem perspectivadas pela ideologia positivista. No meandro desse processo, analisa-se exemplarmente os casos de instituições no Brasil e em Portugal, a saber o Instituto Médico-Legal de Lisboa e o Instituto Oscar Freire de São Paulo. A abordagem compreende ambas as instituições como espaços sociais no centro da economia de verdades médico-forenses no Brasil e em Portugal, como núcleos referenciais no ensino técnico e doutrinário da Medicina Legal em seus contextos, que obedeceram a padrões equivalentes de funcionamento científico e institucional. Nesse sentido, as instituições foram eixos centrais para ações orquestradas, tarefas e convívios repetitivos, que firmaram burocracias e auxiliaram a consolidação da Medicina Legal como disciplina científica por entre as Faculdades, as Delegacias de Polícia e os Tribunais, sempre por dentro dos circuitos de verdade científica no interior do Estado. Esses Institutos Médico Legais conectam-se no espaço e no tempo entre si e com instituições congêneres ao redor do mundo ocidental segundo dinâmicas da média e da longa-duração histórica. Essas conexões são perceptíveis por um debate historiográfico consolidado e por elos documentais concretos. As instituições assumem termos científicos, administrativos e sociais análogos a um modelo de instituto que se espalhou pelo Atlântico, durante o final do século XIX e início do século XX, na esteira da internacionalização da Medicina Legal referida como positivista. Esse modelo correspondia as exigências de criação de uma especialidade médica aplicada aos problemas forenses das sociedades urbanas e industrializadas, que para tornar-se exequível organizou-se em institutos modelares de prática e ensino, que funcionavam simultaneamente dentro das Faculdades Médicas e da Administração Penal, e cujas estruturas estavam desvinculadas das instituições da psiquiatria e da higiene.

69



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PERSPECTIVAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O PODER E A DESCONSTRUÇÃO A PARTIR DE JACQUES DERRIDA

JOÃO PEDRO DA SILVA MARTINS
GIOVANNA OLIVEIRA

Resumo:

Em 1993 Jacques Derrida publicou o livro "Espectros de Marx" baseado numa conferência que havia realizado na Universidade da Califórnia (em Riverside). O livro imediatamente adquiriu certa notoriedade pois, além de ser escrito por um filósofo e professor naquela altura extramamente lido e discutido por universidades em todo o mundo, também se ligava de maneira instigante ao seu contexto histórico e tinha temas que pareciam novos à sua obra. Na época, a obra de Derrida já tinha deslanchado uma enorme atenção a noção de "Desconstrução", termo que acabou virando uma espécie de rubrica desta última. Esta apresentação tem por objetivo abordar a noção de desconstrução em sua relação com as noções de poder e hegemonia discutidas no livro e para além dele. Assim, é possível vislumbrar as perspectivas que o pensamento pode ter, a partir destas obras e contextos, para repensar contemporaneamente tais questões.

70





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TÃO LONGE E TÃO PERTO: O VISCONDE DE ASSECA, AGENTES DA COROA E OS MORADORES NA DISPUTA PELO PODER DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO SUL (1725-1730)

JORGE LUIZ DE MIRANDA LEITE

Resumo:

As relações entre o centro lisboeta e as longínquas paragens pertencentes a Portugal – algumas distando de quase um ano de viagem de navio – suscitaram muitos estudos nas últimas décadas. Múltiplos temas e abordagens inquietam pesquisadores acerca do grau de centralidade do poder metropolitano, os níveis de liberdade dos territórios portugueses, o papel das autoridades régias e as redes de poder, as possibilidades usufruídas pelas elites locais, entre outros pontos instigantes. Entretanto, não resta dúvida no tocante à relevância das Câmaras municipais e da administração local na América colonial. A dinâmica da política local era vital para o funcionamento orgânico do Império. Este trabalho enfoca um período especialmente tenso na distante capitania donatarial da Paraíba do Sul na América portuguesa. No final da década de 1720 a Câmara municipal da vila de São Salvador era alvo de cobiça da elite local, em meio às disputas entre um donatário absenteísta, que almejava retomar seus domínios; o governador do Rio de Janeiro, supostamente defendendo os interesses de um parente; e a Coroa portuguesa, desejosa de aumentar seu controle após as descobertas auríferas em sua colônia americana. Essas querelas, que ainda teriam graves desdobramentos, apontam para a complexidade do Império lusitano na Época Moderna, principalmente nas regiões periféricas mais distantes dos centros de maior relevância econômica do ponto de vista da Coroa.

71



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DA COLIGAÇÃO UNIÃO PELO CEARÁ À FORMAÇÃO PARTIDÁRIA ARENA: TRANSFORMAÇÕES E DESENTENDIMENTOS POLÍTICOS NA IMPRENSA CEARENSE

JUCELIO REGIS DA COSTA

Resumo:

Este trabalho objetiva uma abordagem analítica do processo histórico que resultou na formação de uma coligação entre três partidos (UDN, PSD e PTN), denominada de União pelo Ceará, com o intuito de lançar uma frente ampla composta por conservadores e anticomunistas que objetivavam a contenção do crescimento políticos das forças políticas de esquerdas influenciadas pelo apoio do presidente brasileiro João Goulart no Ceará, no estado da federação, localizada na região nordeste do país. No entanto, após a União pelo Ceará ter vencida as eleições de 1962 com a ajuda da imprensa local, pelo manuseio da bandeira anticomunista, os acordos firmados nessas eleições permaneceram na forma de distribuição de cargos e comissões dos eleitos. Um dos aspectos relevantes que contribuíram para essa manutenção envolvia o processo de conjuntura de crise política do país, em que o presidente João Goulart foi deposto e os membros da União pelo Ceará colaboraram para a consolidação da ditadura (1964-1985) e na sua recepção no Ceará, vindo posteriormente a se transformar no partido oficial desse regime político, mantendo a mesma composição de forças política constituídas em 1962. Neste processo de articulações, a imprensa local desempenhava ações no mesmo sentido, de colaboração e vigilância para que a agenda autoritária fosse consolidada.

72



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PROJETOS DE BRASIL: AS NOÇÕES DE CASTA E RAÇA NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA PARA JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA E FRANCISCO SOARES FRANCO

JULIA TEIXEIRA DA SILVA

Resumo:

Esta proposta é parte da dissertação de mestrado desenvolvida na Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ. Na primeira metade do século XIX, o projeto nacional esteve alinhado ao contexto português, pela Nação Portuguesa, a partir da manutenção da união dos territórios entre Brasil e Portugal e ao contexto brasileiro, pela Nação Brasileira, a partir da possibilidade de uma nação independente. O objetivo da comunicação é analisar os debates sobre a construção da nação antes e depois da independência do Brasil, a partir de duas fontes primárias: “Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brasil, 1821”, do médico português Francisco Soares Franco e “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura, 1825”, do estadista José Bonifácio de Andrada e Silva. As categorias de casta e raça contribuem para sinalizar a principal hipótese desta pesquisa: a construção e consolidação da nação brasileira esteve atrelada à hierarquia racial e as bases escravistas da sociedade brasileira do século XIX.

73



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



UMA VERSÃO DO MUSEU VIVO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPINA GRANDE

KALINKA WALDEREA ALMEIDA MEIRA

Resumo:

Considerando a relevância dos monitores nos Museus de Ciências e a importância dessas instituições, este estudo apresenta narrativas utilizando a metodologia de história oral, para responder: Como os monitores de Física percebiam o Museu Vivo da Ciência e Tecnologia e que importância atribuíram às suas práticas? O objetivo geral é apresentar uma parte da versão histórica do Museu e devolver aos seus colaboradores um lugar na história do Museu Vivo por meio de suas versões dos acontecimentos. Como objetivos específicos buscamos compreender a constituição e funcionamento do referido espaço para ampliar a discussão das habilidades formativas na perspectiva da Licenciatura em Física em espaços de educação não formal. Temos, portanto, o interesse de fazer o Museu Vivo “ressuscitar” e ser reconhecido pela suas contribuições.

74



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



REVITALIZAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO URBANA: O CASO DO BAIRRO LAGOINHA (BELO HORIZONTE - BRASIL, SÉC. 1970-2020)

KARINA OLIVEIRA MORAIS DOS SANTOS

Resumo:

A cidade é, fundamentalmente, um território de disputas. As transformações urbanas moldam não apenas a paisagem das cidades, mas também as relações sociais, econômicas e culturais de seus habitantes. A história das grandes cidades é comumente marcada por projetos de reestruturação, a partir de planejamentos idealizadores e norteados por uma visão totalizante sobre a estrutura urbana. Os agentes do planejamento urbano, a partir de investidas público-privadas, perimetram um dado território e, para “recuperá-lo”, o redesenham desconsiderando a diversidade de sujeitos, articulações, memórias, usos do espaço e toda a pluralidade das dinâmicas sociais e culturais que o compõem. A história do bairro Lagoinha se desenvolve junto com a história da cidade de Belo Horizonte, desde a sua fundação. A cidade foi planejada e construída no final do século XIX, com vistas a sediar a nova capital do estado de Minas Gerais, no Brasil, sendo inaugurada em 1897. Trata-se de um bairro que surge enquanto um território pericentral, isto é, nos limites entre o centro da cidade e a região suburbana, cuja trajetória é marcada por processos de marginalização. Orientados pelo referencial teórico de Henri Lefebvre, afiliados ao debate do “direito à cidade”, nesta ocasião, buscaremos demonstrar como projetos recentes de “revitalização”, invés de reintegrar o bairro à cidade, agravou ainda mais seu isolamento, sendo sintomático para os moradores e trabalhadores que o territorializam e lutam pelo bairro.

75



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



“LEMBRAR DAQUELES QUE SE LEMBRAM DOS CAMPOS DE EXTERMÍNIO É UMA COISA DIFÍCIL DE SUPERAR” – MEMÓRIA E TRANSMISSÃO NA OBRA DE ART SPIEGELMAN

KATHIANE THAÍS FACENDA

Resumo:

Esta pesquisa analisa a constituição da pós-memória na obra do escritor e quadrinista Art Spiegelman, filho de judeus sobreviventes do Holocausto e autor da novela gráfica Maus – A Survivor's Tale (1986 e 1991). O conceito de pós-memória, formulado por Marianne Hirsch, descreve a relação dos filhos de sobreviventes de traumas coletivos com os eventos vívidos por seus pais. Segundo a teórica, memórias geradas em situações extremas, como guerras, massacres e ditaduras, podem ser transmitidas a indivíduos que não vivenciaram diretamente o evento original. A principal fonte deste estudo é MetaMaus – A Look Inside a Modern Classic Maus (2011), que reúne entrevistas concedidas por Spiegelman entre 2006 e 2010 a Hillary Chute, além de documentos, fotografias e ilustrações do artista. A obra revela tanto o processo criativo de Maus quanto as reflexões do autor sobre sua trajetória. Com base nesses materiais, busca-se demonstrar os mecanismos de transmissão de memória e a construção da pós-memória do Holocausto por Spiegelman, bem como a intensificação desse processo ao longo da produção da história em quadrinhos. O recorte temporal abrange de 1948, ano de nascimento do autor, até 2011, ano de publicação de MetaMaus, tendo como base teórica a História Cultural e os estudos da memória.

76



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



FALEM BEM OU FALEM MAL, MAS FALEM DE RAMOS: PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS OCORRIDAS NA PRAIA DE RAMOS, RJ – BRASIL

KESLLIN BARBOSA VIANNA

Resumo:

No subúrbio carioca está localizada a Praia de Ramos, na área conhecida política e administrativa como Complexo da Maré. A favela da maré, onde a praia de Ramos está localizada é formado por um conjunto de mais de 16 comunidades. A Praia de Ramos é uma das praias da Baía de Guanabara, junto com as praias da Ilha do Governador e outras como a de Icarai em Niterói. Todas tem um elemento em comum: sofrem com o alto índice de poluição e abandono dos órgãos públicos. Praia que foi bastante popular até a década de 1980, mesmo que já nesse período a mesma fosse uma das mais poluídas do estado do Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, grandes transformações socioespaciais ocorreram, entre elas a poluição, a violência associada a estes espaços, abandono do poder público que levou naturalmente a diminuição de frequência dos seus moradores, até culminar no seu estado atual. O crescimento populacional no entorno da Praia de Ramos, e da Baía de Guanabara como um todo, somado à falta de saneamento básico contribuíram para o aumento da poluição das águas da praia. A Praia de Ramos já foi palco de muitas aglomerações cujo objetivo era aproveitar suas águas, sua paisagem, sua natureza, um espaço vinculado ao lazer e a atividade pesqueira da população do Rio de Janeiro. Devido a sua popularidade entre os moradores da Zona Norte e da Baixada Fluminense ela fez parte da vida de muitas pessoas que atualmente guardam na memória as suas experiências vividas neste local. Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as diferentes transformações socioespaciais ocorridas na Praia de Ramos, RJ a partir da percepção dos moradores que levaram às mudanças de seu uso. Diante deste contexto, o tema designado para a realização do projeto está justamente na compreensão do processo de transformação ocorrido na Praia de Ramos, bem como a população foi percebendo e vivendo essas transformações socioambientais ocorridas que influenciaram na frequência ou no abandono dessas áreas por parte da população. Através do olhar dos antigos frequentadores da área e de antigos moradores pretendeu-se perceber e apresentar o processo de poluição da praia, a partir de qual momento a Praia de Ramos passou a ser considerada imprópria para o banho e qual foi o impacto da perda dessa área de lazer para os moradores dessa área.

77



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TEMPO, MEMÓRIA E GERAÇÃO NO COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE A REPRESSÃO DITATORIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM REDES SOCIAIS A PARTIR DO FILME “AINDA ESTOU AQUI”

LARA LUCENA ZACCHI
ALINA DOS SANTOS NUNES

Resumo:

Este trabalho analisa a recepção do filme “Ainda Estou Aqui” (2024) em redes sociais, considerando as disputas pela memória e pelo passado da ditadura militar brasileira no tempo presente. O filme é uma adaptação do livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva (2015), obra autobiográfica que trata da relação entre Marcelo, sua mãe Eunice Paiva e seu pai Rubens Paiva, desaparecido político e assassinado pela ditadura. Ambas as obras abordam a insistência de Eunice na luta por memória, verdade e justiça nos anos que sucederam a transição política no Brasil. Lançado em 2024, nos 60 anos do golpe militar (1964), o filme suscitou debates em torno de temas como desaparecimento político, autoritarismo, memória e esquecimento, inserindo-se em um contexto marcado por constantes discursos políticos e civis que ora elogiam, ora negam o passado ditatorial brasileiro. Compreendendo as diferentes narrativas sobre o filme como disputas de poder e considerando o amplo uso das redes sociais relacionadas ao debate público, este trabalho objetiva compreender, através de uma perspectiva crítica de análise, como ocorreu a recepção do filme “Ainda Estou Aqui” na esfera pública brasileira. A partir do viés teórico-metodológico da história digital, da história pública e da história do tempo presente, pretende-se problematizar as disputas de memória travadas em torno da obra, as possibilidades de alcance e os tensionamento efetivos das narrativas acerca da ditadura militar no tempo presente.

78





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



QUE HORAS ELAS SERÃO REALMENTE VALORIZADAS?

LÍDIA FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA
JOÃO EDUARDO MOREIRA TAVARES CUNHA
JOANA PAULA ATAÍDE

Resumo:

O contexto histórico das duas obras, mesmo distantes, apresentam realidades muito semelhantes, pelo fato de mulheres saírem de suas casas todos os dias para uma missão: cuidar. Val e outras milhões de pessoas, como as que são vistas em “Babás”, se submetem a relações péssimas de tratamento por parte dos patrões e salários injustos, em busca de uma vida (um pouco melhor). A finalidade de discorrer sobre a relação desses documentários, é trazer à tona conceitos de cunho histórico e social vinculados ao poder. A partir dos fatos narrados, o instrumento de análise se cumpre a partir do comportamento da personagem Val, interpretada por Regina Casé e de outras mulheres, especificamente negras, que demonstram não saber de seus direitos, o que configura o direito subjetivo, que é atribuído à vontade do sujeito e garantido pelo ordenamento jurídico, para a satisfação dos seus interesses juridicamente reconhecidos, mas que muitas vezes não são acionados. Isso não afeta só o campo das obrigações de um cidadão, mas também a relação entre raça, gênero e classe social que, em alguns casos, determinam como os juristas irão analisar situações tão adversas e humilhantes - com total desprezo ou de forma justa. Cabe mencionar, portanto, que essas situações acontecem com muita frequência, mas passam despercebidas para muitos, pela bolha social e o modo de produção capitalista que, literalmente, toma a mente de todos.

79





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



ENTRE O PASSADO E O FUTURO: O CÂNHAMO COMO UM RECURSO SUSTENTÁVEL PARA O SÉCULO XXI

LILIAN DA ROSA

Resumo:

As recentes transformações climáticas têm gerado impactos ambientais significativos, resultando no aquecimento global, na superpopulação e na perda acelerada de biodiversidade. Estudos indicam que esses fenômenos estão fortemente associados ao uso insustentável dos recursos naturais, comprometendo a estabilidade dos ecossistemas e demandando novas abordagens para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Neste contexto, O cânhamo industrial (*Cannabis ruderalis*) tem sido apontado como uma cultura de grande potencial sustentável, devido à sua versatilidade e baixo impacto ambiental. Embora atualmente receba atenção renovada, o cultivo do cânhamo é milenar, conforme evidências arqueológicas datadas de mais de 5.000 anos, com provável origem na Ásia Central. Assim, este analisa a trajetória histórica do cânhamo e discute seu papel na agricultura e na indústria no século XXI, considerando seu potencial como matéria-prima sustentável. Para isso, realizou-se uma análise de fontes históricas e referências teóricas, permitindo apreender o debate em torno de sua relevância ecológica e econômica para o século XXI. Os resultados preliminares da bibliografia consultada, evidenciam que o cânhamo apresenta características favoráveis para aplicação em diversos setores, sendo uma alternativa viável para a promoção da sustentabilidade.

80



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO

LILIAN SANTOS DE ANDRADE
OSVALDO MARIOTTO CEREZER

Resumo:

Apresentaremos os resultados de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo analisar o Ensino de História Africana e Afro-brasileira na educação básica em uma cidade brasileira (Poconé, MT), conforme disposto na legislação brasileira que tornou obrigatório tal ensino desde 2003, a Lei Federal n. 10.639/03. Utilizamos fontes orais (entrevistas com professores) e fontes documentais (leis, diretrizes e orientações curriculares nacionais e estaduais, documentos escolares e bibliografia sobre o tema). A partir dos procedimentos da história oral temática buscamos construir um diálogo entre os registros orais e as fontes documentais. Baseamos a investigação na abordagem qualitativa somada a perspectiva teórica intercultural crítica e nos estudos decoloniais. Refletimos como a história e a cultura africana e afro-brasileira foram inseridas no locus de pesquisa, bem como se e como ocorreu a decolonização dos saberes na educação básica para que haja reconhecimento desses sujeitos que historicamente não têm sido reconhecidos na modernidade/colonialidade. Percebemos as práticas e imaginários racistas ainda estão presentes de diferentes formas e em diferentes âmbitos da escola, os desafios e os problemas estruturais enfrentados pelos professores, o que tem sido feito e o que ainda precisa ser feito. O caminho para uma implementação efetiva da lei ainda é longo, mas muitas transformações ocorreram, apesar dos limites e descontinuidades, esse processo possui conquistas importantes.

81



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



REVISITANDO 1898: INTERESSES ESTRATÉGICOS NA GUERRA HISPANO-AMERICANA

MARCO AURÉLIO RODRIGUES SILVA

Resumo:

No ano de 1898, as lutas pela independência de Cuba chegavam à sua terceira década. Após um longo período de neutralidade, os EUA finalmente entraram no conflito e tiveram um papel fundamental na derrota da Espanha. As causas de sua entrada no conflito são alvo de debates historiográficos, cujas hipóteses enfatizam interesses econômicos ou políticos. No entanto, ambas as linhas apresentam inconsistências. As explicações economicistas sugerem que empresários com negócios em Cuba pressionaram o governo McKinley a agir contra a Espanha. Entretanto, muitos empresários entendiam que o domínio espanhol sobre Cuba garantia segurança aos seus negócios. As hipóteses de cunho político argumentam que a imprensa estadunidense manipulou a opinião pública em favor da intervenção, criando uma pressão insustentável sobre o presidente. No entanto, McKinley só agiu após a explosão do navio da US Navy, o USS Maine, em Havana. Além dessas inconsistências, a historiografia tratou de forma secundária, quando muito, um fator fundamental: o interesse estratégico dos EUA no Mar do Caribe. Os textos de Alfred Thayer Mahan convenceram políticos influentes, como Theodore Roosevelt, sobre a importância do domínio marítimo para o aumento da prosperidade dos EUA desde 1890. A partir do reconhecimento da importância estratégica do território cubano, a proposta desta apresentação é debater as causas da entrada dos EUA na Guerra Hispano-Americana, que afetou profundamente a soberania de países ibero-americanos.

82



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O EX-COLONIZADO: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA, REFLEXÃO E A REAFRICANIZAÇÃO DAS MENTALIDADES

MARCOS IAGO SIQUEIRA PEREIRA

Resumo:

Na Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, Amílcar Cabral (1924-1973), líder do PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde), discursa buscando contribuir para o combate ao colonialismo. Ocorrida em 1966 na capital cubana, Havana, essa conferência se insere no contexto mundial de Guerra Fria as lutas pela independência travadas pelos povos africanos contra seus colonizadores. Em seu discurso, Cabral destaca um aspecto da colonização fundamental para pensarmos o sistema colonial e suas consequências objetivas e subjetivas. A presença europeia, em nosso caso portuguesa, especificamente na futura Guiné-Bissau, representa uma dominação simbólica, para além da dominação física. Isto implica, como observa Lélia Gonzales, Achille Mbembe e Frantz Fanon, na colonização das identidades das populações subjugadas. Desse modo, quais os impactos da presença de Portugal na Guiné Portuguesa? Amílcar Cabral acerta ao compreender que há a necessidade de uma “descolonização das mentes e dos corações” das pessoas? E quanto a Gilberto Freyre, o lusotropicalismo de fato é o produto dessa relação de amistosa na colônia? Diante disso, buscamos, com essa comunicação, apresentar as primeiras impressões dessa pesquisa em desenvolvimento, tendo como recorte temporal os anos 1954 e 1961 no território atualmente conhecido como Guiné-Bissau, no período Guiné Portuguesa.

83



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



NÃO ADIANTA COLOCAR CREME DE LEITE E CHAMAR DE FETTUCCINE ALFREDO

MARCUS JOSÉ ALMEIDA VILA REAL
MARIA TEREZINHA BRETAS VILARINO

Resumo:

A globalização influencia a gastronomia ao modificar pratos tradicionais para atender aos gostos locais, um fenómeno conhecido como apropriação gastronómica. O fettuccine alfredo exemplifica esse processo, tendo sido criado em Roma por Alfredo di Lelio no início do século XX, com apenas fettuccine, manteiga e queijo parmesão. Contudo, ao se popularizar nos Estados Unidos, o prato foi transformado pela adição de creme de leite, tornando-se mais rico e calórico, distanciando-se da versão italiana. No Brasil, essa adaptação segue um padrão semelhante, com ingredientes como requeijão e creme de leite incorporados para realçar a cremosidade, refletindo a preferência nacional por sabores mais intensos. Embora essas modificações tornem os pratos mais acessíveis e atrativos ao público local, geram debates sobre autenticidade e preservação cultural. A distinção entre a versão original e suas adaptações demonstra como a culinária carrega significados históricos e identitários, tornando-se um símbolo de tradição e inovação. Assim, o estudo do fettuccine alfredo evidencia como a globalização reformula receitas, criando novas identidades gastronómicas e alterando a percepção de um prato ao redor do mundo.

84





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PODER Y SOCIEDAD EN EL MUNDO GRIEGO ANTIGUO. UNA LECTURA ARQUEOLÓGICA DEL PODER

MARÍA CECILIA COLOMBANI

Resumo:

El proyecto del presente trabajo consiste en pensar la dimensión del poder y de la sociedad arcaica en Trabajos y Días, la obra más socio-política de Hesíodo. Proponemos una lectura arqueológica del poder, tomando como eje de análisis la consideración del trabajo como hecho ético-antropológico. De este modo, proponemos reflexionar sobre las relaciones de poder que se entablan en torno a la necesidad de trabajar como eje en torno al cual gira la existencia del hombre, otorgándole un particular modo de vida, tanto individual como colectiva. En primer lugar, abordaremos la cuestión desde un eje vertical para ver las relaciones de poder que se dan entre Zeus y los varones mortales, entre el plano divino y el humano, epicentro de la sociedad arcaica. En segundo lugar, relevaremos la cuestión desde un eje horizontal para captar las relaciones de poder que esos varones mortales guardan entre sí como protagonistas de la experiencia social del trabajo. Se trata, en última instancia, de pensar el tópico del trabajo como epicentro de la vida social y política y, desde ese centro, irradiar distintas vinculaciones desde una lectura de carácter arqueológico que busca descender hasta las capas más arcaicas del vínculo sociedad y poder. Son el trabajo y la justicia los elementos que Hesíodo pone en juego para revertir el funesto panorama que la sociedad de su época presenta, sobre todo, a partir de la conducta indeseable de los dorophagoi, los reyes devoradores de dones, núcleo del poder político en su peor versión, así como los hombres de hierro, última raza que marca la degradación antropológica.

85



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A QUESTÃO FUNDIÁRIA ENTRE OS POVOS TRADICIONAIS NO MARANHÃO: O PROCESSO DE TITULAÇÃO DAS TERRAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CHARCO EM SÃO VICENTE DE FÉRRER NO MARANHÃO

MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO DE ALMEIDA

Resumo:

A comunidade quilombola do Charco está localizada a 274 km da capital do Estado do Maranhão, São Luís. Sua ocupação remonta ao período escravista na região da Baixada Maranhense onde ela está localizada, e se deu inicialmente, por escravizados, e, posteriormente, por ex-escravizados e seus descendentes. A luta pela legitimação e regularização do território ocupado se acirrou a partir do ano de 2008. Em 2009 a comunidade foi reconhecida como comunidade quilombola, o que não significou o fim dos conflitos. Em 2010 o líder da comunidade, Flaviano Pinto Neto, foi assassinado, segundo dados do processo criminal, a mando do pretenso proprietário. Apesar de ter sido reconhecida como comunidade quilombola em 2009, até os dias atuais (2025), não recebeu o título completo das terras ocupadas, o que gera instabilidade entre os moradores, que seguem ameaçados por descendentes do antigo grileiro. Essa situação denota a indisposição dos órgãos competentes do Estado brasileiro em consolidar a regularização fundiária do território quilombola em favor dessa comunidade, assim como ocorre na maioria das comunidades quilombolas do país.

86



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O PERÍODO DO DEFESO E A PRODUÇÃO ARTESANAL NO CONTEXTO DO SEGURO-DESEMPREGO, AS CATEGORIAS DA PESCA E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

MARIA EDUARDA BROWN BRAGA DE CARVALHO

MANUELA CHAGAS MANHÃES

GIOVANNA HENRIQUE GONÇALVES DO NASCIMENTO

Resumo:

Este artigo analisa, com base em dados do Censo realizado em 2023, o período do defeso e a produção artesanal no contexto do seguro-desemprego, ao explorar as categorias da pesca e a organização comunitária como alternativas para a geração de trabalho e renda. A pesquisa foca na relevância dessas práticas no âmbito da antropologia, ao destacar atividades como a produção de biojóias, artesanatos e o beneficiamento do pescado. Financiado pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, e conduzido como parte das exigências do Licenciamento Ambiental Federal pelo IBAMA, o estudo investiga os resultados do Censo realizado entre pescadores artesanais dos municípios de Armações dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio/RJ. A pesquisa analisa o percentual de pescadores que recebem o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) e o número expressivo de pescadores que declaram exercer a atividade de artesanato como função complementar no período de recebimento do defeso. Além disso, ressalta a importância da organização comunitária como alternativa para a geração de trabalho e renda, com foco na relevância da produção artesanal como medida de preservação histórico-cultural. A metodologia quantitativa e qualitativa buscou traçar um panorama sobre a concessão do benefício e o exercício da atividade artesanal. Os resultados sugerem que essas práticas são essenciais para a sustentabilidade econômica e a preservação da cultura local e a valorização de saberes tradicionais.

87



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



REPRESENTAÇÕES DO PODER DITATORIAL NA CULTURA LATINO-AMERICANA (ANOS 1960 E 1970)

MARIANA ROSELL

Resumo:

Esta comunicação tem como objetivo analisar como o poder ditatorial foi representado em produções culturais latino-americanas realizadas entre meados dos anos 1960 e 1970. Nos interessa de verificar como as múltiplas linguagens artísticas se dedicaram a discutir a história e a trajetória política do continente num contexto em que vários países da América Latina vivenciavam ditaduras e seguiam enfrentando as investidas estadunidenses intensificadas pelas disputas da Guerra Fria. A partir da análise de peças de teatro, romances e filmes de longa-metragem – sempre considerando especificidades e semelhanças da natureza dessas linguagens – pudemos verificar que foram identificadas uma série de conexões que revelam o quanto artistas de diferentes localidades estavam em diálogo, direto ou não, intencional ou não, na maneira de interpretar a realidade latino-americana e nas propostas para superar os problemas históricos dessa mesma realidade.

88



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



“FEMALE RAGE” – DE GENTILESCHI, A GUERRILLA GIRLS ATÉ TAYLOR SWIFT: UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DO FEMINISMO SALUTOGÊNICO NAS ARTES

MARINA CARLOTTO VIEIRA DE CASTRO

Resumo:

Esta pesquisa examina o papel da “raiva” feminina no trabalho de "Artemisia Gentileschi", "Guerrilla Girls" e "Taylor Swift", explorando como cada uma usa a arte e o ativismo para desafiar injustiças de gênero e redefinir a experiência feminina. As representações poderosas de mulheres de Gentileschi, como "Judite assassinando Holofernes", canalizam a raiva pessoal em narrativas transformadoras de empoderamento. Da mesma forma, as Guerrilla Girls usam a sátira para expor as desigualdades de gênero e raciais no mundo da arte, demonstrando como a raiva feminina pode se tornar uma ferramenta para a crítica social. As músicas de Taylor Swift, "The Man", "Mad Woman" e "Look What You Made Me Do", refletem expressões contemporâneas de raiva feminina, usando traição pessoal e crítica social para reivindicar agência e poder. Além disso, este estudo introduz o conceito de feminismo salutogênico nas artes, que combina a teoria feminista com a salutogênese, o estudo de fatores que promovem o bem-estar. Ao examinar como essas artistas transformam a raiva feminina em uma forma de cura emocional e resistência, a pesquisa argumenta que a raiva, quando reformulada por meio da arte e do ativismo feministas, se torna um poderoso catalisador para o empoderamento, a mudança social e a renovação cultural.

89



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA E SUAS ABORDAGENS POLÍTICO-RELIGIOSAS

MILLENI FREITAS ROCHA

Resumo:

O objetivo dessa comunicação é demonstrar de que maneira o Holocausto é mobilizado por grupos religiosos brasileiros contemporâneos, vinculados à Assembleia de Deus - a segunda maior denominação evangélica do Brasil. Em outras palavras, pretendemos identificar a gramática política envolvida na abordagem e no suporte material dessas fontes, portanto, caracterizar qual a perspectiva esse grupo focal tem sobre o Holocausto e manifestam isso culturalmente. Para essa pesquisa as fontes coletadas foram mobilizadas durante a dissertação de mestrado. As fontes são provenientes de uma instituição de venda de cursos pastorais atrelada à denominação da Assembleia de Deus, chamada Faculdade Gospel, que tem sua sede em Ituiutaba-MG, embora conte principalmente com uma presença virtual que aumenta consideravelmente a circulação de seus produtos. As fontes se tratam de livros e DVDs de cursos pastorais e entrevistas com membros da igreja desse grupo. É parte da pesquisa tentar localizar mais fontes e redes ideológicas envolvidas no processo de produção dessa obra ou vínculos com outras denominações religiosas. Por ser uma pesquisa que lida com o tempo presente, é necessário que haja uma metodologia e uma base teórica adequadas para tratar desse recorte, tanto no que diz respeito à análise do discurso quanto à historiografia do tema. O léxico da pesquisa é delicado, pois estão em jogo disputas políticas acerca dos significados de palavras como “Israel”, “judeus” e “Holocausto” e estes termos se tornaram lugares de memória que estão em concorrência na contemporaneidade. Nas fontes selecionadas aprofunda-se o debate sobre seus sentidos por estarem acionadas dentro do campo religioso. Essas disputas dos sentidos dessas palavras têm relação direta com uma gramática do antissemitismo consolidada nas perspectivas da extremadireita contemporânea. O tema é relevante para trazer à tona novas formulações sobre as maneiras de se lidar com a memória do Holocausto (ou Shoá) e seus produtos na cultura dentro dos espaços religiosos mencionados. Ao mesmo tempo que essas perspectivas confessionais criam visões de mundo e caminhos políticos que interferem no debate público. Afetam os debates sobre o tema do Holocausto e da judeidade, dado que a visão de mundo apresentada por estes materiais se baseia em uma narrativa filossemita, de proximidade com símbolos do judaísmo e com o Estado de Israel, e ao mesmo tempo antissemita, pois acreditam na ideia de uma conspiração judaica mundial poderosa que deve ser vista como aliada.

90



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E O IMPACTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS: O PAPEL DO PODER ESTATAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIÇA SOCIAL INCLUSIVA PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

MURILO AUGUSTO LOPES ARAUJO

GILIARDE BENAVENTO ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO

RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA

Resumo:

Objetiva-se, neste estudo, analisar o papel do poder estatal na modulação de um sistema jurídico mais inclusivo, atentando-se às consequências das reformas institucionais em grupos vulneráveis após a Constituição Federal de 1988. O estudo aborda o imbricamento entre transformações sociais e o campo jurídico, analisando de que maneira as políticas governamentais podem intensificar ou atenuar as desigualdades. A abordagem utilizada é qualitativa, envolvendo uma análise de literatura e documentos sobre legislações e iniciativas de reformas sociais destinadas à inclusão de grupos minoritários. O estudo concentra-se nas implicações das modificações legais para a inserção de grupos como mulheres e comunidades indígenas. Portanto, busca-se compreender de que forma a resistência das instituições jurídicas em se ajustar a essas transformações sociais pode prolongar práticas discriminatórias, revelando deficiências e sugerindo novos caminhos legais para assegurar o acesso à justiça e a igualdade em um cenário social mais abrangente.

91



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TROCAS SIMBÓLICAS: A DOÇARIA COMO PONTE ENTRE MEMÓRIA E ARTE CONTEMPORÂNEA

MYRIAM MELCHIOR

Resumo:

O projeto Troco doces por suas memórias de doces surgiu como uma iniciativa do grupo de extensão Gastronomia, Cultura e Memória da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o Centro Municipal de Artes Hélio Oiticica (CMAHO). A proposta busca aproximar comerciantes do entorno do espaço cultural, explorando a doçaria como um elo entre memória afetiva, identidade cultural e práticas artísticas contemporâneas. Inspirado na instalação “Troco sonhos” da artista Ana Teixeira, o projeto promoveu a troca simbólica de doces por relatos pessoais, permitindo um resgate de vivências ligadas à gastronomia popular. Além de evidenciar a doçaria como patrimônio imaterial brasileiro, a pesquisa revelou a forte presença feminina na produção e comercialização de doces, reafirmando seu papel central na transmissão de saberes e na sustentabilidade familiar. Com base na metodologia da história oral e da observação participante, a investigação demonstrou como o consumo de doces, sejam eles caseiros ou industrializados, está profundamente enraizado na cultura brasileira. Os dados obtidos apontam para a importância das tradições alimentares na construção da identidade e para a necessidade de ampliar a inclusão das classes populares nos circuitos culturais. O projeto evidencia que o diálogo entre arte e memória coletiva pode ser uma ferramenta eficaz para a democratização do acesso aos espaços culturais.

92



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OBSTÁCULOS DE ACESSO A JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE

NILZA DA GRAÇA JOÃO

NEULCITO CHAPILA

Resumo:

O presente trabalho é intitulado “Obstáculos de Acesso à Justiça em Moçambique: caso das Comunidades Rurais do Distrito de Morrumbene”. A pesquisa visa compreender os obstáculos de acesso à justiça em Moçambique. O método de abordagem usado foi indutivo. Quanto às técnicas de recolha de dados foram usadas as entrevistas e pesquisa documental, numa amostra de 22 elementos. A pesquisa teve como pergunta de partida: sendo que o acesso à justiça é um direito fundamental dos cidadãos, conformes os artigos 62o e 70o da CRM, até que ponto o cidadão é garantido o acesso efectivo à justiça em Moçambique, especialmente no distrito de Morrumbene? Do trabalho feito constatou-se que há morosidade na tramitação processual no Tribunal Judicial do Distrito de Morrumbene, uma vez que parte significativa dos arguidos viu os prazos de prisão preventiva ultrapassados, o que de certa forma viola a Constituição da República de Moçambique. A maior parte dos arguidos questionados não dispõe de condições materiais e financeiras para constituir um advogado, beneficiando-se somente da assistência jurídica providenciado pelo Tribunal Judicial e do Instituto de Patrocínio Jurídico em Morrumbene. Maior parte dos arguidos reconheceram que a falta de condições financeiras para a constituição de um advogado particular influenciou para a sua condenação, pois estes consideram que as suas penas foram injustas e os seus assistentes jurídicos não mostraram interesse em recorrer, apesar deste direito reservado aos arguidos. A deficiência na assistência jurídica aos cidadãos de baixa renda contribui para a não efectivação do acesso à justiça, pois a burocracia excessiva que domina o sistema judicial moçambicano dificulta a interpretação dos procedimentos por parte de um cidadão comum, necessitando de apoio jurídico para a salvaguarda dos seus direitos.

93



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA E A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA

PAULA CAROLINA NOLASCO FERREIRA SILVA

Resumo:

Nos últimos anos, verifica-se em escala mundial ascensão de governos com traços fascistas. O Brasil, como país situado na periferia do capitalismo mundial, contém particularidades típicas do capitalismo dependente e diante da crise global de 2008 que se espalhou precisamente no cenário brasileiro no final de 2014 e início de 2015 há um movimento da autocracia burguesa de salvaguardar seus intentos. O golpe parlamentar, jurídico e midiático que destituiu ilegalmente a ex-presidente Dilma Rousseff do cargo presidencial em 2016; a farsesca Operação Lava Jato e a ascensão de um governo de extrema-direita que apresentava explicitamente traços e tendências fascistas, podendo ser caracterizado como neofascismo, fomentou a preservação da contrarrevolução burguesa, visando uma ofensiva aos direitos sociais e a neutralização da classe trabalhadora.

94



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO VOCABULÁRIO POLÍTICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

PAULIANE DE CARVALHO BRAGA

Resumo:

Este trabalho investiga a produção literária de Emília Freitas (1855-1908), Carmen Dolores (1852-1910) e Chrysanthème (1870-1948), analisando como suas obras renovaram a cultura política republicana na Primeira República (1889-1932). Argumenta-se que essas escritoras foram intelectuais centrais na formulação de um vocabulário político próprio, destacando cidadania, igualdade de direitos e participação feminina na esfera pública. O estudo examina seus itinerários intelectuais, redes de sociabilidade e estratégias discursivas. Emília Freitas, em *A Rainha do Ignoto* (1899), criou uma utopia feminista de poder e autodeterminação, dialogando com o espiritismo e o pensamento social da época. Carmen Dolores, em *A Luta* (1911) e colunas na imprensa, refletiu sobre a condição da mulher letrada e as contradições da cultura republicana. Chrysanthème, em *Flores Modernas* (1921) e *Enervadas* (1922), abordou debates sobre sexualidade, moralidade e modernidade no Brasil dos anos 1920. Utilizando o conceito de memoricídio, discute-se o apagamento dessas autoras pela historiografia e pelo cânone literário. A pesquisa explora os periódicos, associações e debates públicos como espaços de articulação de novas concepções de direitos e cidadania. Assim, propõe-se uma revisão crítica da historiografia política e intelectual brasileira, resgatando o papel das mulheres na construção dos discursos republicanos e na formulação de projetos políticos alternativos à hegemonia masculina.

95



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ESCOLA, CULTURA E SOCIEDADE: HISTÓRIA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI (1957-1975)

PAULO TIAGO FONTENELE CARDOSO
PEDRO PIO FONTINELES FILHO

Resumo:

A proposta desse estudo está inserida na Linha de Pesquisa dos Saberes históricos em diferentes espaços de memória, tendo como objeto de pesquisa a ser discutido o Ginásio Municipal de Piracuruca e sua atuação na sociedade piracuruquense em relação à educação veiculada por essa instituição. O referido estudo tem como objetivo principal compreender a história e a memória da referida instituição de ensino, como local de formação da população estudantil do município e regiões vizinhas e, além disso, analisar a instituição como espaço de memória escolar da cidade. Nesse contexto, quando ao revisitar a história do Ginásio Municipal de Piracuruca, tem-se também o papel de dar significados a um momento da história local, visto que, quando se escreve a história da cidade, pouco se contempla a história das intuições escolares do município. Além disso, o interesse pela pesquisa a ser realizada tem como base a relevância que o Ginásio Municipal teve para a cidade a partir da segunda metade da década de 1950, visto que Piracuruca, naquela época, era uma das poucas cidades piauienses em que havia instituições com oferta de ensino de curso secundário. Diante do exposto, a pesquisa proposta possui relevância acadêmico-científica, visto que estará imersa no campo da história, memória e educação escolar. Possui também relevância social, pois incide sobre a construção da consciência histórica, sobretudo no tocante à valorização da memória das instituições escolares e na formação da cidadania.

96





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MARAVILHAS EM VERTIGEM: OS IMPASSES NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA DE COELHO NETTO

RAPHAEL SOARES MIOTI

Resumo:

Este resumo tem como finalidade apresentar novos olhares sobre as obras de Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), especialmente aquelas relacionadas ao seu processo de escrita entre as décadas de 1890 e 1910. O recorte escolhido resulta das tensões exercidas pelo campo da literatura sobre as transformações urbanísticas e comportamentais vivenciadas na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, bem como dos impactos dos processos conduzidos pelo Estado em suas análises. O uso de fontes literárias proporciona narrativas interessantes sobre o período. As obras ficcionais desempenharam um papel de destaque como arenas de debate em torno do cenário urbano carioca, que, a partir da segunda metade do século XIX, começou a sofrer significativas modificações em seus espaços físicos. As narrativas ficcionais atuaram de maneira expressiva nas mentalidades e subjetividades relacionadas à vida urbana e ao sentimento de pertencimento a uma nova forma de experimentar a cidade.

97





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS ACERCA DA ACESSIBILIDADE EM SÍTIOS PRESERVADOS E TURÍSTICOS: O CASO DA CONSTRUÇÃO DA RAMPA DE ACESSO À PRAÇA DOUTOR GOMES FREIRE EM MARIANA

RICARDO PACHECO DA SILVEIRA

Resumo:

A Praça Gomes Freire, localizada em Mariana/MG, é um Patrimônio Cultural tombado pela esfera Federal e Municipal, um lugar de memória e um importante atrativo turístico. Concebido ainda no período colonial para recepcionar a população, passou por diversas modificações. Mantinha o mesmo projeto arquitetônico desde o final do século XIX, até que em 2020, durante as obras de requalificação no local, passou por uma polêmica intervenção materializada em uma rampa de acesso sobre a Rua Barão de Camargos. Instituições públicas e privadas, sociedade civil organizada e moradores do entorno se mobilizaram e a rampa foi modificada, passando a dialogar com o ambiente. Diante dos fatos, iniciou-se um trabalho de pesquisa qualitativa sobre o direito ao patrimônio cultural e a acessibilidade, visando responder ao tema-problema suscitado pela construção da rampa: convergência de interesses legitimamente protegidos? Buscou-se aprofundar os conceitos considerados estruturantes da pesquisa: patrimônio cultural, memória, acessibilidade e turismo. Avaliou-se a política pública imposta ao Município em relação ao turismo na praça, além de observar a participação da rede colaborativa local. Investigou-se o marco legal sobre patrimônio cultural e acessibilidade, cartas patrimoniais e sobretudo, as manifestações populares e institucionais através da imprensa local, regional e nacional.

98



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A ELABORAÇÃO DE UMA MEMÓRIA PÚBLICA SOBRE A DITADURA MILITAR E O ESQUECIMENTO DOS MILITARES PERSEGUIDOS

RODRIGO MUSTO FLORES

Resumo:

Existem inúmeras formas de se narrar o passado e a opção por um ou outro caminho é tomada a partir de um ponto de vista político, uma vez que são as narrativas sobre o passado conferem sentido a uma determinada realidade sócio-política. A batalha pela memória da ditadura militar inicia-se antes da conclusão do processo de abertura política, com o lançamento de autobiografias escritas por antigos integrantes da luta armada contra o regime. Essas obras, contribuíram para expor a violência da ditadura, denunciando as práticas de violação de direitos humanos e pautando os clamores por justiça em meio ao período de hegemonia militar. Entretanto, cabe questionar: por que, na constituição de um discurso de memória relativamente dominante sobre a ditadura militar brasileira, a perseguição aos militares que se opuseram ao golpe de 1964 e ao regime subsequente é frequentemente omitida, ocultando, tanto a resistência desse grupo ao regime quanto, a violência administrativa que lhes foi imposta após o golpe? O que se pretende fixar aqui é que, mesmo entre a memória dos vencedores no campo das representações – e vencidos no campo político –, há memórias que foram tragadas por uma “zona cinzenta”. Essas memórias, embora parte integrante do que pode ser chamado de memória da resistência, foram ocultadas ou não incorporadas ao discurso hegemônico. É importante ressaltar que colocar em perspectiva a memória construída sobre a ditadura não significa promover um discurso generalista pautado na dicotomia entre verdade e mentira. O que se busca evidenciar é que há diversas vivências, identidades, experiências e formas de narrar o passado, as quais apresentam entre si uma relação de antagonismo ou complementariedade, demonstrando que um mesmo passado foi vivido de maneiras distintas. Seguindo essas assertivas, a presente comunicação pretende levantar hipóteses que permitem entender os motivos que levaram ao esquecimento da memória dos militares cassados da narrativa hegemônica sobre a ditadura, propondo uma reflexão historiográfica sobre a constituição das memórias sociais. Além disso, pretende-se também analisar como o processo de transição pactuado entre as elites políticas e os militares no poder demandava um discurso de memória que justificasse a nova ordem política que se apresentava, bem como salvaguardasse as biografias dos agentes políticos envolvidos com a ditadura e a transição.

99



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O SUL GLOBAL E O PASSADO COLONIAL EM DISCUSSÃO NA ARTE CONTEMPORÂNEA

ROSANA STEINKE
ROBERTA SODÓ

Resumo:

A arte contemporânea discutida entre o passado e o presente de dois países latino-americanos - Brasil e Uruguai – possibilitam traçar relações comuns sobre questões que se interseccionam em uma história colonial e escravista. Igualmente essas heranças coloniais estão presentes nas formas simbólicas das artes consagradas pelo olhar eurocêntrico, cenário no qual as atuais reflexões sobre o racismo estrutural tem importante protagonismo e necessitam de discussões e intervenções urgentes e necessárias. Alejandro Cruz, artista visual uruguaio, cria objetos que nos provocam a pensar a ocupação territorial, a exploração do território e suas riquezas e recursos naturais, cujo processo baseou-se no trabalho de pessoas escravizadas. Existem denominadores comuns entre os diferentes países colonizadores no que diz respeito à sua engenharia e aos seus patrocinadores imponentes. Los Camungueros no Uruguai e Os Homens Tigre no Brasil, são exemplos que podem ser nomeados, tema que traz visibilidade, gerando um “diálogo conceitual” entre ambas as figuras. Relacionar a obra do referido artista a uma discussão sobre Brasil e Uruguai a partir de sua obra contribui para reflexões e práticas antirracistas que ainda teimam em permanecer na sociedade.

100



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



POLÍTICA, EDUCAÇÃO E ESCRAVIDÃO: LEGISLAÇÃO E PROJETOS EDUCACIONAIS NO IMPÉRIO DO BRASIL (1870-1880)

ROSANE DOS SANTOS TORRES

Resumo:

A proposta desta comunicação é discutir os embates políticos envolvendo a escolarização dos libertos na cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1870 e 1880, à luz dos distintos projetos de futuro de Nação identificados na capital do país nesse período. O enfoque da pesquisa privilegia as lutas antiescravistas nas quais o movimento abolicionista teve grande participação. Apesar das variadas propostas de liberdade aos cativos, interessa-nos demonstrar os elos dessa luta com as causas do ensino. Para tanto, damos destaque aos discursos proferidos por alguns integrantes do movimento abolicionista, em favor da liberdade e da educação/instrução dos escravos e de seus descendentes. Analisamos os embates e conflitos gerados na esfera política, observando a atuação de grupos liberais e conservadores em sua relação com a instrução pública. Nesse aspecto, buscamos avaliar a repercussão da Reforma Leôncio de Carvalho (1879) e a Reforma eleitoral (1881), a partir dos discursos de apoio ou oposição a tais medidas.

101



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A MORTE À ESPREITA: UMA ANÁLISE DE DADOS SOBRE A MORTE DO JOVEM NEGRO

SABRINA OLEGÁRIO SANTANA

MARIA TEREZINHA BRETAS VILARINO

MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA

Resumo:

Este estudo tem como objetivo analisar as taxas de violência e mortalidade entre os jovens negros no Brasil, estabelecendo relações entre dados de morte, juventude e raça, refletindo sobre o impacto do racismo estrutural na violência direcionada a essa população. O racismo estrutural, legado da escravidão, permeia as instituições brasileiras e é essencial para compreender as altas taxas de violência contra a população negra. A violência, vista como fenômeno multicausal, tem no racismo sua macrocausa. O estudo enfoca o protagonismo da juventude negra ao denunciar essa violência, utilizando o conceito de necropolítica, que descreve a morte sistemática de jovens negros como estratégia de controle e poder. A análise quantitativa foi baseada em dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com recorte racial, etário, identificando as altas taxas de mortalidade entre jovens negros. Os resultados evidenciam que esses jovens lideram as estatísticas de vítimas de Morte violentas intencionais (MVI), principalmente nas categorias de homicídios dolosos e violência policial, sendo possível afirmar que é 3,8 vezes maior a chance de um jovem negro morrer que em intervenções policiais do que um branco. A violência contra a juventude negra reflete um sistema racialmente desigual, com implicações diretas na desumanização e marginalização dessa população. A análise também ressalta a necessidade de políticas públicas para combater as disparidades e promover a inclusão e a justiça social.

102



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



“NÃO POR FORÇA, NEM POR VIOLÊNCIA”? INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO DE JANEIRO

SAMUEL BARBOSA JUNIOR

Resumo:

Esta comunicação é oriunda de minha dissertação de Mestrado em História Social na UFRJ, a qual está inserida no campo de reflexões sobre as relações entre educação, política e religião em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro. Essas reflexões possuem como problemática central o crescente aumento de intolerâncias religiosas nas escolas. Delimitamos o recorte espaço-temporal da pesquisa na realidade social de alunos e professores de escolas públicas da Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre 2019 e 2023, privilegiando como campo de investigação as aulas de disciplinas de ciências humanas e sociais. Dessa forma, objetivamos elencar e analisar discussões religiosas circunscrevendo a origem ideológica dos grupos que compõem os espaços públicos educacionais, realçando suas bases epistemológicas. Nosso referencial teórico amparou-se na sociologia crítica para compreendermos a construção dos gostos e lugares epistêmicos dos sujeitos pesquisados, realçando seu potencial construtivo de intolerâncias religiosas. Metodologicamente, utilizamos abordagens qualitativas e quantitativas em educação, como entrevistas com professores e análise de conteúdo em ocorrências sobre intolerâncias nas escolas. Portanto, objetivamos comunicar os resultados dessa pesquisa que visou contribuir para a compreensão das relações entre religião e educação, sobretudo com a formação de professores, de forma a tratar com proficiência questão tão importante na contemporaneidade escolar brasileira.

103



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O CIMENTO UNIFICADOR DA OPOSIÇÃO UDENISTA: O ANTIVARGUISMO E O ANTICOMUNISMO NAS MEMÓRIAS DE OSCAR DIAS CORRÊA (1945-1964)

SAMUEL DAVI ROCHA SANTOS

Resumo:

Este estudo tem como objetivo examinar a atuação da oposição política conduzida pela União Democrática Nacional (UDN) no período compreendido entre o fim da ditadura do Estado Novo (1945) e o início da ditadura militar (1964). Estruturada em torno do antivarguismo e do anticomunismo, essa atuação é analisada a partir das memórias de Oscar Dias Corrêa. Advogado, professor universitário e político mineiro, Corrêa destacou-se na UDN, partido que se consolidou como o principal opositor dos governos trabalhistas no Brasil. Defensor do liberalismo político, notabilizou-se por um discurso moralista e anticorrupção, em consonância com os princípios udenistas. A pesquisa examina suas memórias registradas em uma entrevista autobiográfica concedida à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) na década de 1990, oferecendo uma perspectiva sobre a dinâmica política brasileira do período. O estudo investiga como o udenismo estruturou sua atuação entre as duas ditaduras, articulando uma forte retórica antitrabalhista e anticomunista. Líderes como Virgílio de Melo Franco, Milton Campos, Magalhães Pinto, Afonso Arinos, e Carlos Lacerda desempenharam papéis relevantes naquela experiência política, cuja narrativa enfatizava a defesa da ordem diante das ameaças encarnadas pelo varguismo e pelo comunismo às instituições democráticas do país. Nesse sentido, este estudo contribuirá para a compreensão do pensamento político de Oscar Corrêa, bem como acerca do papel desempenhado pela UDN.

104



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



AS REFORMAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENQUANTO PROJETO DE PODER: UM DEBATE NECESSÁRIO

SANDRA REGINA MENDES

Resumo:

Objetiva-se analisar debates acerca das reformas educacionais para o ensino médio brasileiro pressupondo que não é possível compreender a educação desarticulada do contexto econômico e sócio-político em que se situa. Na sociedade brasileira, em diferentes temporalidades, as reformas educacionais estiveram, em geral, comprometidas com a reorganização da estrutura política e econômica, dirigida por grupos dominantes da sociedade para atender aos seus interesses. Atualmente, encontra-se em implementação no nível médio uma reforma que não direciona para a emancipação social e econômica de jovens ao vincular e submeter a formação às necessidades imediatas do mercado. As concepções presentes nos documentos normativos e o avanço das políticas neoliberais sob a educação reestabelecem o enfoque tecnicista da década de 1970, priorizando um currículo pragmático em que conhecimentos tidos como problematizadores são secundarizados. Tem-se, nesse processo, a destituição da História nos currículos de ensino médio que, acompanhada do avanço da extrema-direita com suas diferentes investidas busca garantir a formação de sujeitos presos a um pânico moral, contrários a tudo que se apresenta fora do padrão judaico-cristão, heteronormativo e eurocêntrico. Essa formação ideológica está associada a um projeto pedagógico comprometido com a aprendizagem flexível com vistas a atender ao mercado também flexível. O que está posto não se circunscreve a uma reforma curricular, mas a um projeto de poder.

105



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A (DES)ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E A SOCIALIZAÇÃO CULTURAL: A RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE E A EXCLUSÃO DA MEMÓRIA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

SULAMITA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO
MANUELA CHAGAS MANHÃES
GIOVANE DO NASCIMENTO

Resumo:

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA. Diante disso, a cidade, presente neste estudo, é entendida não apenas como uma construção moderna alinhada ao capitalismo, mas como um espaço histórico e cultural fundamentado nas tradições, saberes e "habitus" das comunidades que a compõem. Nessa perspectiva, a cidade é fruto de uma socialização cultural que transcende a dominação de classes, encontrando-se em um processo harmonioso, desestabilizado pelos "modus operandi" capitalistas, que priorizam o lucro em detrimento das memórias e práticas tradicionais, intensificando desigualdades. A socialização da cultura ocorre pela instrumentalização das classes dominantes, produzindo uma identidade comum e disseminando ideologias que consolidam sua hegemonia, através de aparatos como a indústria cultural e os aparelhos de hegemonia, que conformam a opinião pública. O Estado, alinhado às elites, assume um papel educativo, moldando o conformismo das classes subalternas. Intelectuais orgânicos reforçam esse processo, internalizando o "habitus" dominante e invisibilizando reivindicações populares. A memória coletiva, essencial para a identidade das comunidades, sofre constante manipulação, por meio de processos como gentrificação e especulação imobiliária, apagando saberes tradicionais. A partir do estudo de caso de Armação dos Búzios, analisa-se como a socialização cultural e a manipulação da memória pelas classes dominantes reconfiguram a identidade urbana, marginalizando comunidades tradicionais e aprofundando desigualdades.

106



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O OFÍCIO DO HISTORIADOR NO COLONIALISMO DIGITAL

TAMARA JURIATTI

Resumo:

É inegável que as transformações das tecnologias digitais alteraram significativamente a prática historiográfica. Este trabalho investiga como o historiador, inserido no contexto da sociedade digital, lida com as novas ferramentas computacionais e como essas tecnologias estão permeadas por relações de poder historicamente constituídas que também afetam o seu ofício. O objetivo é compreender o impacto do chamado "Colonialismo Digital" (Faustino; Lippold, 2023) sobre a pesquisa historiográfica, refletindo sobre a dependência de infraestruturas tecnológicas concentradas nos centros do capitalismo global e como os historiadores brasileiros tem enfrentado esse desafio. A inquietação desta pesquisa reside na necessidade de problematizar o fetiche da tecnologia no meio acadêmico, evitando sua aceitação acrítica e destacando os desafios epistemológicos e metodológicos que ela impõe ao historiador. A partir da revisão bibliográfica e da análise de casos concretos, é possível perceber como a digitalização de fontes, o armazenamento massivo de dados e a automação na produção do conhecimento influenciam a construção historiográfica. Os resultados indicam que, embora as tecnologias digitais ampliem possibilidades metodológicas, seu uso precisa ser feito de forma ética e crítica. Fica nítida a necessidade de uma abordagem reflexiva do historiador em relação às tecnologias digitais, promovendo alternativas que ampliem a autonomia da produção historiográfica nacional.

107



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ESPAÇOS COMEMORATIVOS DA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS

TATHIANNI CRISTINI DA SILVA
NANCI LANCHANOVO
MARCOS RAFAEL DA SILVA
CLARA VERSIANI DOS ANJOS PRADO

Resumo:

Conhecer a História de Santos pressupõe o entendimento da importância do porto ali localizado, cujo crescimento foi acentuado pela produção cafeeira do estado de São Paulo, na segunda metade do século XIX, atraindo grande número de trabalhadores. Com eles, a divulgação de ideias anarquistas e comunistas que influenciaram a organização e resistência dos trabalhadores portuários. A ditadura civil-militar instalada em 1964, interrompeu a trajetória das lutas dos trabalhadores promovendo a invasão e fechamento de sindicatos, perseguição e prisão das principais lideranças. A cidade perdeu sua autonomia política, só recuperada em 1983. O porto, o maior da América do Sul, se modernizou, terminais privatizados e automação reduziram o número de trabalhadores e o potencial de suas lutas. Nos últimos anos, o município promove a revitalização da área central da cidade e dos seus antigos armazéns. Mas a história do trabalho e dos trabalhadores do porto não estão incluídas nesse projeto. Compreendendo o papel do porto e de seus trabalhadores para a cidade, buscamos a criação de um Centro de Memória dos Trabalhadores nos antigos armazéns. Registrar a vida, a presença dos trabalhadores que por ali passaram é essencial para compreensão da dinâmica das ruas, do seu comércio e da formação dos bairros no seu entorno. Para tanto, baseamo-nos em autores como Aleida Assmann, Andreas Huyssen, Dolores Hayden e Nanci Trigueiros.

108





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A LAICIDADE EM QUESTÃO NO REORDENAMENTO ESCOLAR EM MACAPÁ-AMAPÁ-BRASIL

TATIANA PANTOJA OLIVEIRA-ARAÚJO

Resumo:

A cena pública na atualidade brasileira faz emergir novos questionamentos sobre a laicidade, que não são tão novos assim se voltarmos nosso olhar para a História. O debate se torna nevrálgico quando se analisa os desdobramentos dessas celeumas do campo político para o campo educacional. Este trabalho pretende discutir a configuração da laicidade na educação pública, comparando a constituição do cenário nacional da época e o local, restringindo o locus de pesquisa a Macapá, capital do Amapá, quando este foi transformado, em meados dos anos de 1940, em Território Federal, ocasião em que Getúlio Vargas ainda estava na presidência da República. O primeiro governante do Território Federal do Amapá, Janary Gentil Nunes, teve o encargo de organizar toda a estrutura para marcar a presença do Estado e a área educacional estava entre uma de suas principais atuações. Delinearemos neste artigo a organização educacional erigida e analisaremos a forma que a laicidade amapaense foi configurada diante da presença de instituições religiosas na região, da qual se destaca a Igreja Católica. As fontes analisadas são, além das bibliográficas, os jornais locais "Amapá" e "A Voz Católica", Livro do Tombo da Diocese de Macapá e as provenientes de acervos escolares da Escola Doméstica de Macapá e da Escola Industrial de Macapá, hoje desativadas

109



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PODER, DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO NA SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL DE MINORIAS RACIONAIS EM PROCESSOS JUDICIAIS

TAYLLER COELHO DE SOUZA

GILIARDE BENAVENTO ALBUQUERQUE CAVALCANTE VIRGULINO

RIBEIRO NASCIMENTO E GAMA

ELIDA NOGUEIRA ZARPELLON

GERSO PEREIRA ALEXANDRE

MURILO AUGUSTO LOPES ARAUJO

Resumo:

Objetiva-se avaliar a função do Direito na luta contra as desigualdades estruturais que perpetuam a marginalização social, particularmente no cenário dos litígios judiciais que envolvem minorias raciais. Adota-se, para tanto, a revisão bibliográfica e documental, mirando como as práticas legais e as decisões judiciais intensificam ou harmonizam as desigualdades raciais em variados setores da sociedade. A pesquisa debruça-se sobre políticas governamentais voltadas para a igualdade racial, focando em práticas judiciais que marginalizam ou favorecem a inclusão de minorias, tais como comunidades afrodescendentes e outras etnias marginalizadas. O estudo, igualmente, analisa o efeito das normas brasileiras nas estruturas sociais que corroboram para a discriminação, sugerindo soluções para um sistema legal mais inclusivo, voltado para uma justiça verdadeiramente justa. No final, a análise volta-se para as alterações legislativas que possam contribuir para a erradicação de preconceitos e a garantia da justiça para todas as etnias, sem considerar sua condição social ou outro traço diferenciador.

110



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O LIVRO COMO OBJETO CULTURAL: INFLUÊNCIAS E PODER NA SOCIEDADE SOB AS LENTES DO DESIGN GRÁFICO E DA SEMIÓTICA

VAGNER BASQUEROTO MARTINS

Resumo:

Este artigo discute a relação entre as pessoas e o livro como objeto de cultura material, explorando seu simbolismo, implicações estéticas e de poder. Cada vez mais, se as pessoas podem manter o livro como uma cópia digital, essa é realmente uma questão de quanto tempo o livro físico será importante para as experiências de vida moderna. A questão que orienta esta pesquisa é: como o design gráfico e a semiótica afetam a percepção e o potencial de poder do livro na sociedade? Transformar informação em poder está se tornando ainda mais importante. Do ponto de vista desta pesquisa, não é apenas uma necessidade obter informações, mas também observar que tipo de poder elas podem trazer consigo. Todos esses trabalhos demonstram como podemos ler o design gráfico e as formas de impressão neles, e as maneiras pelas quais fornecem metáforas ilimitadas das quais extrair significado. Assim, a discussão visa mostrar que o livro impresso, embora mudando de meios durante a transição das formas de mídia antiga para as novas, como os livros digitais, ainda possui um impacto profundo na cultura. Ele impacta a sociedade e carrega significados que vão muito além de suas funções utilitárias.

111





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OCUPAÇÃO E IDEOLOGIA: REFLEXÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO DO JAPÃO (1945-52) E A BUSCA AMERICANA PELO USO E CONTROLE DE INSTITUIÇÕES

VICTOR HUGO DE MATTOS TRIDNADE

Resumo:

Este trabalho apresenta reflexões críticas acerca do aparelho político-militar estadunidense, sua percepção e decisões frente à determinadas instituições existentes no Japão entre o fim de Segunda Guerra Mundial e início de ocupação (1945-52). Após os eventos de 6 e 9 de agosto de 1945 que, eventualmente, culminaram na rendição das forças armadas japonesas, os Estados Unidos passam a ocupar, sob comando do general Douglas MacArthur, todo o território das ilhas japonesas. Deste modo, com base em documentação diversificada, exploramos o modo de operação desta ocupação liderada por MacArthur no processo de estabelecimento de um governo indireto através do então imperador do Japão e múltiplas reformas desta e outras instituições vigentes. Inserido no contexto da Guerra Fria, este período é interessante para pensarmos em questões referentes a Estado, ideologia e poder, pois, os Estados Unidos, as decisões por não tirar o imperador Hirohito do cargo, mas reformar esta instituição, a constituição, o sistema educacional, a polícia, etc. abrem janelas para discutirmos o papel da ideologia na política praticada durante a ocupação.

112



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CARNAVAL DE CONGO DE MÁSCARAS EM RODA D'ÁGUA, CARIACICA/ES - BRASIL: HISTÓRIA, MEMÓRIA SOCIAL, TRADIÇÃO CULTURAL, PATRIMÔNIO IMATERIAL, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

VINICIUS DE AGUIAR CALOTTI

Resumo:

O Carnaval de Congo de Máscaras é uma festividade que transcorre, há mais de 150 anos em Roda D'Água, Cariacica/ES - Brasil, em homenagem à Nossa Senhora da Penha, Padroeira do Espírito Santo, cuja gênese associa-se aos escravizados fugitivos da circunregião, sendo descrito por um auto de fé, tradição e alegria, assinalado por um catolicismo popular sincrético com as religiões de matriz africana, albergando um público que outrora orbitou até 40.000 pessoas, advindas de várias regiões do estado e do país. Hodiernamente, o Carnaval de Congo principia-se com um cortejo, guiado pela charola de uma Santa muito apumada. A caminhada é seguida em seu percurso, pelos integrantes das bandas de congo e por brincantes mascarados, travestidos do personagem mitológico João Bananeira, culminando com uma “missa congueira”, outrossim coadjuvada pelos batuques das bandas e ultimando-se por um momento solene de reza da Ave Maria. Com essa produção, objetiva-se ponderar sobre o Carnaval de Congo de Máscaras, buscando compreender a importância desse patrimônio cultural de natureza imaterial na construção da identidade, história, memória social e tradição cultural da municipalidade de Cariacica, no período de 1993-2023. Desse modo, empregamos o procedimento etnográfico com observação participante e o método da história oral, com a intenção de compreender os significados desse rito celebrativo, afora procedimentos de análise bibliográfica e pesquisa documental.

113



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O LUGAR DOS RIOS NA HISTÓRIA AMBIENTAL: O CASO DO RIO APUCARANINHA, EM TAMARANA-PR

VINÍCIUS MARCONDES ARAÚJO

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar as formas como os rios têm sido tratados enquanto objetos de estudo no campo da história ambiental. Este campo se desenvolveu a partir dos anos 1970 analisando as interações entre seres humanos e meio ambiente ao longo do tempo, ganhando importância na medida em que as questões ambientais e climáticas entraram na ordem do dia do debate público. Desde então, os elementos naturais como rios, florestas e biomas, as diversas atividades humanas de exploração ambiental e as próprias percepções humanas sobre a natureza entraram para a área de interesse da historiografia. A diversidade dos usos e percepções sobre os rios ao longo da história comprovam sua importância para a humanidade. Ao fornecerem água, alimento, meios de transporte e energia, os rios criam sociedades. Mas, ao mesmo tempo, os rios também são criados na medida em que servem como fronteiras geográficas, obstáculos ao transporte terrestre ou entidades místicas. A relação dos seres humanos com a natureza, neste sentido, não é de oposição, mas de interação dialética e interpenetração. A par destas considerações levantadas por uma análise da historiografia sobre o tema, analisaremos as possibilidades e problemáticas proporcionadas pelo estudo do rio Apucarantina, localizado na cidade brasileira de Tamarana (Paraná).

114



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OS CEMITÉRIOS COMO ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS

VIVIANE COMUNALE

Resumo:

Em 2022, com o apoio da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), iniciamos uma ação para a valorização do espaço cemiterial, nosso objetivo era envolver o maior número de pesquisadores para conduzir visitas mediadas em seus respectivos cemitérios pesquisados. Esta ação fez parte da 20ª Semana Nacional de Museus, e foi promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que propôs o tema “O poder dos museus”, durante o período de 16 a 29 de maio, diversas visitas mediadas ocorreram em vários estados como, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A proposta deste artigo é compartilhar os resultados obtidos nos últimos dois anos em que instituímos essas visitas dentro da Semana Nacional de Museus e propor uma reflexão sobre formas de ressignificar esses espaços e conscientizar a população local sobre a importância da preservação da memória ali existente e por que não, inspirar que outros pesquisadores pelo Brasil decidam abrir os portões dos cemitérios locais para promover essas visitas mediadas.

115



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MODA MODÉSTIA: A ROUPA COMO VALOR CRISTÃO

VIVIANE URSULINO GOMES FARIAS

Resumo:

A moda, além de uma prática estética, reflete aspectos sociais, culturais e religiosos, sendo utilizada por grupos para expressar identidade e pertencimento. Este estudo tem como objetivo geral compreender como a moda modesta é adotada por mulheres católicas e como ela se relaciona com os princípios religiosos e sociais que regem seu modo de vestir. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com mulheres católicas que seguem a moda modesta. As entrevistas abordaram temas como a influência da religião na escolha das roupas, a percepção da moda modesta e os desafios enfrentados por quem opta por esse estilo. A moda modesta, caracterizada por roupas mais discretas e elegantes, se tornou um movimento relevante nos últimos anos, ganhando visibilidade tanto no meio religioso quanto no mundo da moda em geral. Os resultados mostram que a escolha das roupas dessas mulheres reflete a identidade religiosa, status, recato, elegância e pertencimento social. Observou-se ainda que, embora a moda modesta tenha raízes religiosas, ela também é adotada por mulheres que não seguem uma religião, mas que se identificam com a estética. A conclusão do estudo aponta que a moda modesta não se limita apenas a uma imposição religiosa, mas também é uma forma de expressão e identidade para essas mulheres. O vestuário reflete sua subjetividade e os valores que desejam comunicar à sociedade.

116



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O NEGOCIANTE ANTÔNIO ALEXANDRE MANOEL E SUAS ATIVIDADES MERCANTIS NUMA VILA CAFEEIRA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: PIRAI, DÉCADA DE 1860-1880

VLADIMIR HONORATO DE PAULA

Resumo:

O desenvolvimento, e, posteriormente, a expansão da cultura cafeeira em diferentes partes da região do Médio Vale do rio Paraíba do Sul nas décadas de 1820, 1830 e 1840 estimulou o desenvolvimento econômico de diferentes áreas da província do Rio de Janeiro. De um modo geral, a expansão de atividades produtivas no agro-rural fluminense possibilitou o surgimento de atividades econômicas complementar à cultura cafeeira, como podemos verificar no aperfeiçoamento progressivo no sistema de transporte da região, que evoluiu do antigo método baseado nas tropas de muares até o advento das estradas de ferro, como a Estrada de Ferro D. Pedro II. Paralelo à produção cafeeira, se observa o aumento da atividade mercantil nas zonas de desenvolvimento e expansão do café em locais como Pirai. Uma vila criada em 1837 na esteira dos desdobramentos da produção escravista do agro-rural para exportação. Além do desenvolvimento da economia rural agro-exportadora, Pirai foi palco de uma economia mercantil articulada com a produção agrícola e controlada por negociantes estabelecidos em casas de negócio espalhadas pelo termo da vila. Dentre os inúmeros negociantes temos o português Antônio Alexandre Manoel, dono de uma casa de negócio, com sólidos vínculos ao fornecimento de mercadorias e serviços para uma sociedade escravista com sólidos interesses na produção do café. Nesse sentido, nosso objetivo com este trabalho será o de apresentar determinadas considerações sobre atuação mercantil deste negociante português num contexto favorável para a economia escravista agro-exportadora a partir de suas relações com a classe senhorial detentora do poder político, social, econômico e cultural do Império do Brasil na época.

117



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DAS CRUZADAS A MISSIONAÇÃO: A MUDANÇA DA POSTURA PORTUGUESA NA PRIMEIRA MODERNIDADE AO ENCONTRAR A VERDADEIRA INFORMAÇÃO DAS ÍNDIAS DO PRESTE JOÃO

WALLACE DE OLIVEIRA MACHADO

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o imaginário português na primeira modernidade e sua transição diante do evento das grandes navegações. É analisado como os viajantes ibéricos, pautados por idealizações e aspirações maravilhosas, expandiram o mundo conhecido e se confrontaram com o rompimento dessas idealizações no ato do contato com o outro. Para tal, foi utilizado o livro “Oh Preste João das Índias”, do padre lusitano Francisco Álvares, impresso em 1540, que narra a passagem portuguesa pela Etiópia entre os anos de 1520 e 1526, entendida como as Índias do Preste João. Nele, consegue-se compreender como a visão do homem ibérico, que, na esteira das grandes navegações durante a modernidade, era baseada em idealizações sobre as terras e sobre o contato, e como o ato de expansão promoveu uma mudança de postura rumo a uma desnaturalização da idealização. A embaixada portuguesa que chega às Índias do Preste João para criar laços entre cristãos, embasada em uma ideia medieval de cruzada contra os inimigos infiéis, sai da região e termina por incentivar uma mudança de planos, rumando para uma expansão da fé através da missão proselitista.

118



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O PODER DO TAMBOR: BANDAS DE CONGO NA COMUNIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE ARAÇATIBA EM VIANA ESPÍRITO SANTO

WANDERLEI PORTO DO NASCIMENTO AGUIAR

Resumo:

O presente estudo busca investigar a essência da cultura africana, focalizando os processos de transmissão cultural manifestados principalmente por meio de rituais e danças associados aos descendentes africanos e afro-brasileiros. A pesquisa foi realizada através da observação participante nas festividades das Bandas de Congo, particularmente na localidade de Araçatiba, em Viana-ES. O tambor de Congo, reconhecido como o mais significativo instrumento nas Bandas, ultrapassa sua função musical, servindo como um símbolo de identidade cultural e espiritual para os praticantes. Este instrumento é crucial para a luta pela existência e resistência dos povos aquilombados, que enfrentam históricos preconceitos enraizados desde o período colonial e que ainda reverberam nas comunidades afro-brasileiras contemporâneas. Na tradição afro-brasileira do Congo, o tambor desempenha um papel central nas celebrações e rituais religiosos, constituindo uma conexão acústica que reitera os laços ancestrais e fortalece a coesão comunitária. Através da análise das festividades e do papel do tambor de Congo, visa-se compreender o poder da transmissão cultural nas suas dimensões religiosa e profana, assim como suas implicações na luta antirracista ao longo dos séculos e suas repercussões no cenário atual. Assim, a luta antirracista contemporânea deve se entrelaçar com a valorização das riquezas culturais do Brasil, pois são essas expressões que alimentam a força e a resiliência de quem as mantém vivas.

119



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



RACIONAIS MC'S NO ENSINO DE HISTÓRIA NA LUTA ENTRE PODER E EXCLUSÃO

YASMIN RODRIGUES LUIS DOS SANTOS
TATHIANNI CRISTINI DA SILVA

Resumo:

Este trabalho discute a importância da prática antirracista na Educação Básica para conscientização da comunidade escolar no âmbito da História. Dialogando com o trabalho do grupo Racionais MCs (1988 -) para tratar do genocídio negro brasileiro objetivando evidenciar as novas abordagens curriculares decoloniais e antirracistas no ensino de História. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi utilizado o método qualitativo de análise para interpretar e compreender como as canções do grupo impactaram na visão histórico-social do que é ser negro no Brasil e no que isso acarreta, o enfoque na hipótese do genocídio negro pelo Estado. Para tanto, estabelece-se diálogo com Frantz Fanon (1968); Beatriz do Nascimento (2021); Abdias do Nascimento (1978); Sérgio Adorno (2006); Djamila Ribeiro (2019); a obra “Racionais MC’s: entre o gatilho e a tempestade” (2023), de coordenação Jaqueline Santos e Daniela Vieira; e a obra do grupo Racionais MCs. Para Rosa (2023, p. 84) os “Racionais foram, e em certa medida ainda continuam a ser, os intelectuais que produziram essa representação do Brasil, a partir da fala do jovem negro da periferia das grandes cidades brasileiras”. Com suas músicas o grupo denuncia o sistema opressor e propõe formas de sobrevivência aos seus, fora da linguagem tida como acadêmica, porém cheia dos seus aspectos, oferecendo os elementos necessários para ampliar o pensamento dos seus contemporâneos sobre as dinâmicas raciais e políticas existentes.

120



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



AS MULHERES DE GIOCONDA BELLI NA REVOLUÇÃO NICARAGUENSE

YVONE DIAS AVELINO

Resumo:

Minha comunicação pretende acompanhar a trajetória da escritora e poeta nicaraguense Gioconda Belli ao se tornar uma militante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), movimento guerrilheiro que, em 1979, derrubou a ditadura de Anastacio Somoza. Belli escreveu "A Mulher Habitada" no ano de 1989, neste romance forte e convincente, a autora vai buscar no processo de colonização espanhola as figuras de duas mulheres, uma guerreira indígena, Itzá, símbolo dos habitantes da América Pré-Colombiana e outra, o alterego da autora, Lavínia, mulher branca que se engaja na luta contra a opressão da ditadura da "dinastia" Somoza. A junção da história dessas duas mulheres, central para o romance é o que será discutido em minha fala.

121



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3

TEXTOS COMPLETOS



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ESPAÇOS COMEMORATIVOS DA MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS

Tathianni Cristini da Silva¹

Nanci Lancha Novo²

Marcos Rafael da Silva³

Clara Versiani dos Anjos Prado⁴

A paisagem urbana é o depósito dessas memórias sociais, porque elementos naturais como montanhas e portos, bem como ruas, prédios e padrões de assentamento, moldam (enquadram) a vida de muitas pessoas e muitas vezes sobrevivem a muitas vidas (Hayden *apud* Lombardero, 2016, p.173).

Comemorar, palavra que nos remete a alegria, reunião, celebração. Celebrar historicizando a presença e a luta de trabalhadores que construíram uma cidade/região é o que pretendemos, ao tratar da importância dos espaços de recordação para a permanência e reconhecimento da memória dos trabalhadores do porto de Santos, São Paulo.

123

¹ Doutora em História Social e Pós-doutora pela Universidade de São Paulo. Mestre em Engenharia de Produção: Mídia e Conhecimento pela Universidade de Santa Catarina/UFSC; Bacharel e licenciada em História pela mesma instituição. Atua como docente nos cursos de História e Pedagogia da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. Foi professora substituta no curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora/ UFJF. tathianni@gmail.com

² Doutora em Ciências, História Econômica, pela Universidade de São Paulo, Bacharel e Licenciada em História pela mesma instituição. Atuou como docente em cursos de História e Pedagogia na Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES, Administração e Relações Internacionais na Fundação Lusíada de Santos e Relações Internacionais na Faculdade Metropolitana Unidas (FMU - São Paulo). nancinovo@uol.com.br

³ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor nos cursos de História e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Metropolitana de Santos, SP. mrafa25@gmail.com

⁴ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Licenciada em História pela mesma instituição. Atua como docente no curso de História da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. claraversiani62@gmail.com





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 1: Cartão postal, imagem de carregadores de café



Fonte: CARREGADORES de café. Santos, SP: Union Postale Universelle, [entre 190- e 193-]. 1 cartão-postal, impresso, col, 8,9 x 13,9 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon979679.jpg. Acesso em: 13 Apr. 2025.

124

Para recordar esses espaços ocupados pelos trabalhadores, temos na figura 1, um cartão postal das primeiras décadas do século XX, quando o porto de Santos, São Paulo, empregava um número significativo de trabalhadores que transformaram a cidade gradativamente num centro urbano vibrante e importante politicamente. De um lado da imagem temos o navio em processo de estiva e do lado contrário um dos armazéns que compõem a área das docas do porto, entre eles uma fila de estivadores carregando as sacas de café. Esses profissionais foram essenciais para o desenvolvimento da cidade.

Este artigo visa discutir a presença dos trabalhadores do porto na cidade, mostrando o momento em que porto e cidade formavam uma estrutura contínua e a relação que hoje se estabelece de separação entre estes.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

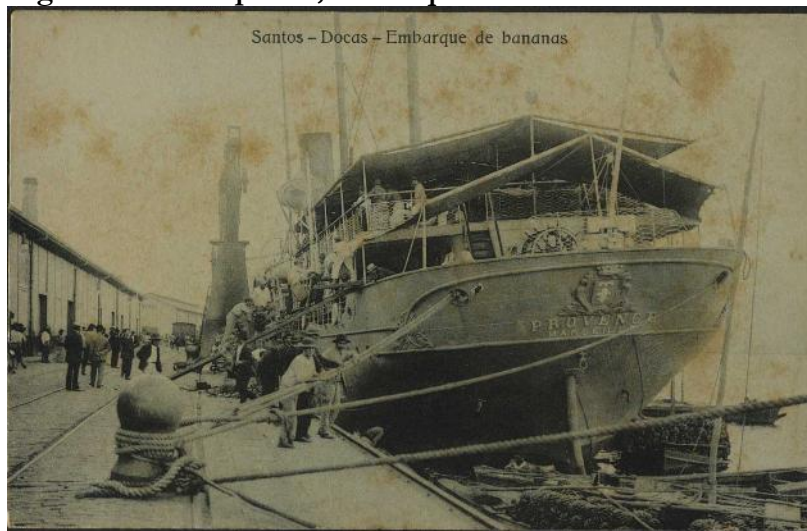
HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 2: Cartão postal, embarque de bananas.



Fonte: DOCAS Embarque de bananas: [navio Provence, de Marseille]. Santos, SP: M. Pontes & Co, [191-]. 1 cartão-postal, colotíпия, p&b, 9 x 14 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1481048/icon1481048.jpg. Acesso em: 13 Apr. 2025.

125

Na figura 2, vemos um navio francês sendo preparado para viagem com um carregamento de bananas, enquanto transeuntes circulam tranquilamente pelas docas. Os dois postais apresentados mostram uma cidade que dialoga com seu porto, cuja vida transita entre os espaços vividos.

Reconhecendo a importância dos trabalhadores para o porto e o papel essencial do porto para esses trabalhadores, propomos que o município reflita sobre essa relação e, finalmente, dê o devido reconhecimento a quem tanto lutou para construir os espaços de convivência e sociabilidade da cidade.

Para compreender melhor esse contexto, é importante lembrar que Santos constituiu, desde os primórdios da colonização no século XVI, a principal referência do litoral paulista devido a existência do porto que, por melhores condições de atracamento substituiu o porto inicial da Vila de São Vicente (IBGE, 1957, p. 276). A partir daí manteve-se como ponto de ligação entre o planalto e o exterior.

Nos dois séculos iniciais da colonização, embora tenha sido introduzida a cultura da cana de açúcar na região da Baixada Santista, o aproveitamento do porto foi reduzido, uma vez que as condições de clima e solo não eram as mais propícias para tal cultura. Todavia, a partir da segunda metade do século XVIII, com o desenvolvimento da agroindústria do açúcar no interior de São Paulo e, posteriormente, a partir da segunda metade do século XIX, com a produção de café sobrepujando a de açúcar nas exportações, criaram-se exigências para o





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



antigo porto colonial. Dentre elas priorizou-se a primeira grande reforma do porto, na década final do século XIX, “a construção do Porto de Santos foi coerente com o projeto de seus partícipes de construir um complexo portuário capitalista e não, melhorar um porto do tipo antigo” (Honorato, 1994, p.195, mimeo). Prevaleceu o modelo portuário com cais retilíneo ou contínuo, facilitador do atracamento das embarcações, bem como das operações de carga e descarga, substituindo os antigos trapiches.

Além dos 866 metros previstos inicialmente para a construção do cais e melhorias da área próxima, a empresa vencedora da concorrência para as obras do porto no ano de 1886, constituída oficialmente com o nome de Gaffrée, Guinle e Companhia, após quatro anos conseguiu sucessivas cessões totalizando 4.720 metros de cais, além de obter a ampliação da concessão de exploração das atividades do porto de 39 para 90 anos, criando a Companhia Docas de Santos, que monopolizou as atividades portuárias, recebendo a denominação pejorativa de *o polvo* (Trigueiros, 1998, p.32.). Importante destacar que as obras do porto e arredores contribuíram também para a melhoria das condições sanitárias da cidade, atingida diversas vezes por epidemias que ocasionaram o fechamento do porto, além de estabelecer a infraestrutura necessária para a ampliação e melhoria das atividades portuárias durante a primeira metade do século XX.

Outra repercussão das transformações do porto e da concessão da exploração das atividades portuárias, operacionalizadas pela Companhia Docas de Santos, foi o controle sobre a mão de obra por ela estabelecido, uma vez que constituía a principal empregadora da cidade e monopolizava grande parte das atividades portuárias. No entanto, outros tipos de trabalhadores, como os estivadores, preservaram independência e autonomia sindical, atuando nas atividades de arrumação e retirada (estivagem e desestivagem) de mercadorias dos navios.

A presença de imigrantes europeus nas atividades do porto de Santos acentuou-se com o desenvolvimento das atividades econômicas regionais, notadamente a partir do século XIX e da produção e exportação do café, que levou à construção da Estrada de Ferro São Paulo Railway (1867) para o transporte do café do oeste do estado de São Paulo para o porto, e após as obras de construção do “porto capitalista”.

Para falar sobre esse contexto complexo de uma cidade em rápida transformação no decorrer do século XX e a presença dos trabalhadores em espaços comemorativos, vamos dialogar com alguns autores como Aleida Assmann que discute a questão da memória habitada ou memória funcional, conforme define.

A memória, habitada está vinculada a um portador, que pode ser um grupo, uma instituição ou um indivíduo
estabelece uma ponte entre passado, presente e futuro procede de modo seletivo,
à medida que recorda uma coisa e esquece outra
intermedeia valores dos quais resultam um perfil identitário e normas de ação
(ASMANN, 2011, p. 146).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Andar pela cidade e perceber aqueles que ali estiveram, que tornaram o “porto da morte” no porto mais importante da América Latina é essencial para o entendimento das ações dos trabalhadores enquanto agentes históricos. A memória funcional possui grande significância aqui para a formação cidadã e identitária.

Um porto e seus trabalhadores

Além dos trabalhadores portuários, a cidade constituía um importante polo de atividades econômicas vinculadas ao café, abarcando desde o comércio até a logística de distribuição do produto. Esse dinamismo econômico resultou na absorção de um contingente significativo de mão de obra, não apenas no setor portuário, mas também no ramo da construção civil, criando assim as bases materiais para o surgimento e a consolidação de um movimento operário organizado. Inicialmente, esse movimento esteve sob a influência do anarco-sindicalismo, corrente ideológica difundida por imigrantes europeus, cujas lideranças foram fundamentais na mobilização da primeira greve geral na cidade, em 1891. A partir de 1922, contudo, observa-se uma crescente influência do comunismo, que passou a ocupar um espaço central na organização das lutas trabalhistas.

De fato, "desde a formação da classe operária santista, a cidade de Santos transformou-se em um palco de lutas que adquiriu uma aura lendária, destacando-se, entre todos os protagonistas, os portuários como figuras centrais" (Silva, 1995, p. 15). Essa proeminência explica as denominações atribuídas à cidade e ao seu porto — inicialmente como "Barcelona Brasileira", em referência à influência anarco-sindicalista, e posteriormente como "Porto Vermelho" e "Moscou Brasileira", conforme analisado por Silva e Sarti (1995; 1998) em seus estudos sobre os trabalhadores portuários de Santos.

Embora transformações significativas tenham ocorrido nas décadas seguintes, é crucial ressaltar que esse período fundacional consolidou características estruturais da cidade: o porto manteve-se como eixo econômico dominante, do qual dependia a maior parte do mercado de trabalho local. Apesar da gradual diversificação econômica e do surgimento de novas categorias profissionais, os portuários preservaram seu papel central no movimento operário santista (Silva, 1995, p. 15).

Nas décadas de 1910 e 1920, o movimento operário ganhou força, articulando greves de grande impacto, como a de 1917 em São Paulo, que resultou em perseguições políticas, prisões e até a expulsão de lideranças estrangeiras. Nesse contexto, o associativismo operário era tratado como "caso de polícia". Com o fim da Primeira República (1930) e a ascensão de Getúlio Vargas, foi instituído um aparato legal de controle sindical (Decreto-Lei nº 19.770/1931), que estabeleceu um modelo verticalizado de organização: sindicatos por categoria (sujeitos à aprovação governamental), federações estaduais e confederações nacionais. Essa estrutura visava fragmentar a mobilização operária e submeter as entidades ao Estado (Carone, 1984; Fausto, 2000).

127



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A instalação do polo industrial de Cubatão nas décadas de 1950 e 1960 atraiu um contingente massivo de trabalhadores para a região, muitos dos quais se estabeleceram em municípios vizinhos como Vicente de Carvalho e Praia Grande. Esse fluxo fortaleceu numericamente os sindicatos sediados em Santos, ampliando a base do movimento operário-local.

O retorno de Vargas à presidência (1951) e sua política desenvolvimentista reativaram a economia e fomentaram demandas trabalhistas. Nesse período, os operários romperam com a estrutura sindical controlista, criando organizações intersindicais — como o Pacto da Unidade Intersindical (PUI, 1953) — que articulavam múltiplas categorias. O PUI, emblemático por sua atuação na Greve dos 300 Mil (1953), inspirou iniciativas similares, incluindo o Fórum Sindical de Debates (FSD, 1956) e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS, 1962) (Silva, 1995; Matos, 2019).

Como define Silva (1995), o período de 1950 a 1959 — marcado pela atuação das intersindicais — pode ser classificado como a "Era das Negociações", na qual Santos emergiu como um dos epicentros do sindicalismo combativo no Brasil. Assim, no ano de 1956, foi formado o Fórum Sindical de Debates/FSD e, em 1962, a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS), que alcançaram repercussão nacional e estão inseridos na história dos movimentos dos trabalhadores brasileiros.

128

A cidade e os espaços comemorativos

A cidade de Santos consolidou-se em torno de seu porto, elemento central de sua formação socioeconômica e urbana. No entanto, observa-se uma dissociação entre a memória coletiva da cidade e o patrimônio histórico ligado à atividade portuária, especialmente no que diz respeito às narrativas dos trabalhadores. Embora fisicamente integrados, porto e cidade parecem ocupar espaços simbólicos distintos: a história laboral e as lutas da classe trabalhadora não permeiam o imaginário urbano, permanecendo à margem das representações oficiais do passado.

Os esforços recentes de preservação patrimonial em Santos têm priorizado vestígios materiais do período colonial e da fase áurea do café (final do século XIX e início do XX), negligenciando a dimensão social do patrimônio. Como resultado, a memória coletiva tende a invisibilizar os sujeitos históricos que impulsionaram a dinâmica portuária — os trabalhadores —, privilegiando uma narrativa centrada em ciclos econômicos e arquitetura monumental.

Em 2011, políticas públicas direcionadas ao centro histórico propuseram a "revitalização" da zona portuária, projeto reativado em 2023 sob a denominação Parque Valongo (Prefeitura de Santos, 2024). Financiada pela Autoridade Portuária de Santos (APS) — entidade pública federal — e por empresas privadas do setor, o empreendimento visa fomentar turismo e lazer, com infraestrutura esportiva, áreas de contemplação, terminais para cruzeiros e espaços gastronômicos. Contudo, conforme alerta Huyssen (2014, p. 231), iniciativas desse tipo correm o risco de se reduzirem a uma "disneyficação" do espaço público, onde a memória é



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



substituída por uma experiência pasteurizada, desprovida de conflitos ou pluralidade histórica.

Embora marcante na paisagem urbana por seus guindastes e contêineres, o Porto de Santos não ocupa um lugar significativo na memória social da cidade, tampouco nas políticas públicas de patrimônio. Santos, que ao longo do tempo consolidou uma identidade vinculada ao turismo balneário e de negócios, tem adotado em seu centro histórico políticas preservacionistas alinhadas à tendência contemporânea da "restauração historicizante" (Huyssen, 2014, p. 130).

Nesse processo, o passado mobilizado por tais políticas privilegia as décadas finais do século XIX e iniciais do XX, período em que a cidade era conhecida como o "Porto do Café". Contudo, a memória materializada nesses patrimônios preservados exclui a história dos trabalhadores portuários. Na ausência de museus, monumentos ou espaços que os representem, evidencia-se uma seleção memorialística deliberada — onde atores políticos e sociais determinam o que merece ser lembrado e o que é relegado ao esquecimento.

O espaço urbano configura-se como elemento fundamental para a construção tanto da memória pessoal quanto da coletiva. Como observa Hayden (1995, p. 9), "territórios urbanos são depósitos dessas memórias, porque características naturais como colinas ou portos, assim como ruas, construções, padrões de assentamento, emolduram as vidas de muitas pessoas e frequentemente por gerações". Contudo, no caso de Santos, embora a atividade portuária permaneça visível na paisagem - com seu maquinário, navios, trens e caminhões em constante movimento -, a memória coletiva parece ter relegado ao esquecimento as lutas e histórias dos trabalhadores.

Hayden (1995, p. 13) ressalta que "preservar o passado de qualquer cidade é um processo tanto político quanto histórico-cultural". Em Santos, essa afirmação revela-se particularmente pertinente, uma vez que as políticas públicas de preservação adotaram uma abordagem que privilegia determinados aspectos históricos em detrimento de outros, resultando numa narrativa patrimonial que exclui dimensões importantes da memória social. Complementando essa análise, Assmann (2011, p. 147) distingue entre memória funcional (ou habitada) e memória cumulativa (ou inabitada). Enquanto a primeira se caracteriza por "referências ao grupo, à seletividade, à vinculação a valores e à orientação ao futuro", a segunda, desvinculada de portadores específicos, estabelece uma separação entre passado, presente e futuro, perdendo assim sua conexão vital com o presente. Essa distinção ajuda a compreender como certas memórias - como as dos trabalhadores portuários - podem ser progressivamente marginalizadas no espaço urbano.

Conhecemos bem as desilusões que o esquecimento nos impõe, a perda irreversível do saber ponderado e de experiências vitais. Sob o teto amplo das ciências históricas podem guardar-se vestígios inabitados e acervos que ficaram sem dono, mas que podem ser recuperados, de modo a oferecer novas possibilidades de adesão à memória funcional. (Assmann, 2011, p.147).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

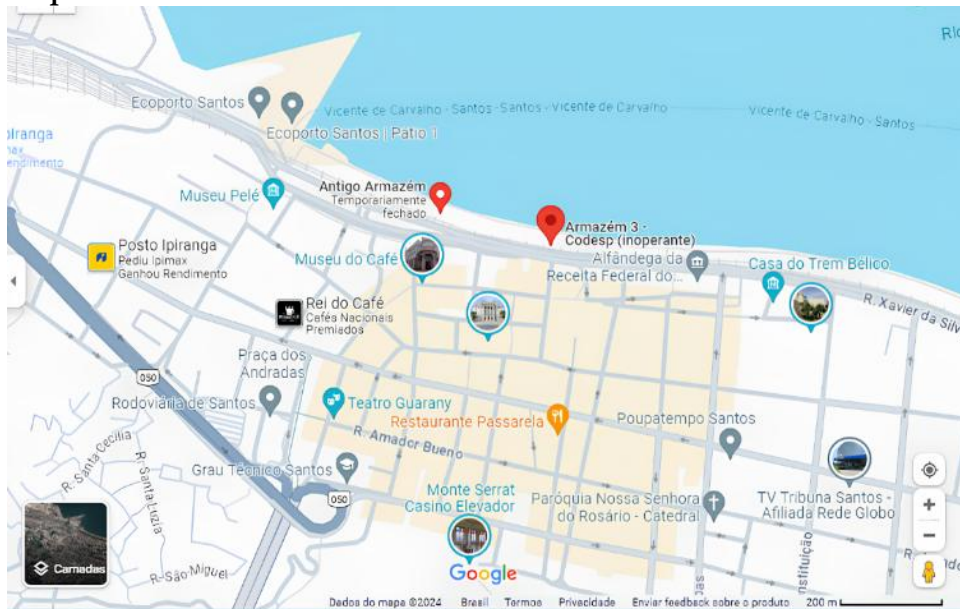
20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Nossa proposta com relação à história dos trabalhadores do porto de Santos intenta contribuir para a emergência, ou mesmo constituição de uma memória funcional que possibilite o diálogo entre o passado e o presente das lutas dos trabalhadores, o fortalecimento e valorização da identidade e da inserção deles na história da cidade. Neste sentido, a criação de um Centro de Memória dos Trabalhadores visa dar concretude à memória funcional, citada por Assmann. A proposta otimiza o uso de um dos antigos armazéns do porto localizado no bairro do Valongo, hoje centro da cidade de Santos, conforme imagem do *Google Maps*, abaixo.

Figura 3 - região do Valongo em Santos, onde estão localizados os antigos armazéns do porto.



130

Fonte: Google Maps. Disponível em:
<https://www.google.com/maps/search/antigos+armaz%C3%A9ns+da+santos/@-23.9325196,-46.3340469,16z?authuser=0&entry=ttu> Acesso em: 13 abr. 2025.

De acordo com a imagem, a área comporta alguns dos museus mais importantes da cidade, como o Museu Pelé e o Museu do Café, além do Santuário Santo Antônio do Valongo e a primeira estação de trens de São Paulo de 1867, a Estação do Valongo, que ligava Santos a Jundiaí, entre muitos outros atrativos. A prefeitura municipal vem promovendo eventos na área para sua valorização e uso, no entanto, o centro histórico hoje é pouco habitado. Essa localidade é uma das mais antigas em termos de ocupação pelos trabalhadores do porto, desde sua origem de trapiche até a modernização, pois ali exerciam suas funções junto aos navios, cargas, armazéns, rua do comércio, estação ferroviária e demais necessidades





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



cotidianas. Portanto, o local se apresenta como ideal para a criação de um centro de memória que representa a cidade desenvolvida pelas mãos de trabalhadores de diferentes continentes, desde os escravizados, libertos e fugitivos das lavouras de café do interior paulista até os imigrantes de uma Europa em crise com ideais anarquistas e comunistas, todos em busca de uma vida melhor daquela que haviam experimentado.

Como vem ocorrendo em diversas cidades brasileiras, os antigos centros urbanos estão passando por um processo acelerado de esvaziamento e degradação. O patrimônio cultural que testemunha o crescimento e a vida urbana entre o final do século XIX e o XX encontra-se em franco declínio - realidade que se repete em Santos. A comparação entre imagens de diferentes períodos permite dimensionar claramente essas transformações.

Atualmente, Santos carece de uma representação material efetiva da história dos trabalhadores portuários em seu espaço urbano. Em 1996, foi erguida uma estátua em homenagem ao trabalhador portuário, porém sua relevância foi drasticamente reduzida com a construção da via perimetral, que a deixou confinada entre pistas de tráfego intenso de caminhões. Outro exemplo significativo foi a estátua em homenagem aos corretores de café, instalada em 2012 em frente ao Museu do Café, que após sofrer depredações foi removida do local.

Portanto, o Centro de Memória dos Trabalhadores aqui proposto busca trazer essa memória à tona na cidade. Camargo (2019, p. 02), define centro de memória como

um arquivo alargado, um arquivo que comporta não só o material que a instituição naturalmente produz e acumula ao longo das suas atividades, mas também aquele do qual ela se apropria para se desenvolver e cumprir sua missão. É preciso haver uma série de informações disponíveis, preparadas para uso imediato, e não apenas aquelas originárias de suas atividades precedentes. O centro de memória deve agregar, além do arquivo, documentos que lhe são complementares, e que muitas vezes são produzidos por iniciativa do próprio centro.

Assim, o centro de memória é um instrumento de ação e terá o importante papel de congrega desde documentos relativos aos trabalhadores do porto até entrevistas e outros artefatos que se relacionam à presença destes trabalhadores na cidade.

131



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

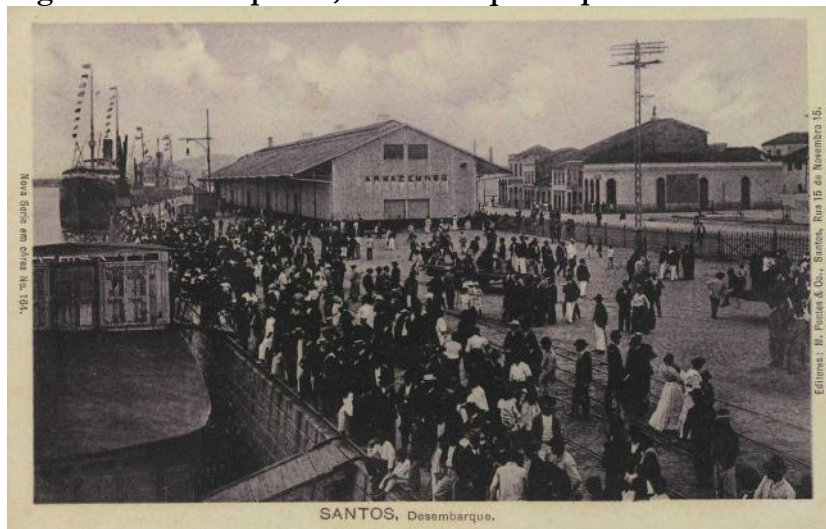
HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 4 – Cartão postal, desembarque no porto de Santos



Fonte: SANTOS: Desembarque. Santos, SP: M. Pontes & Co, [1909?]. 1 cartão-postal, colotipia, monocromático, 8 x 13. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1513694/icon1513694.jpg. Acesso em: 13 Apr. 2025.

132

Nas primeiras figuras observamos os trabalhadores em sua lida diária com os navios, já na figura 4, temos a chegada de outras tantas pessoas que vieram para a região na tentativa de construir uma vida digna. Esses postais, em conjunto com muitos outros objetos, contam a História dos trabalhadores e precisam ser vistos pela população para o entendimento das relações estabelecidas na cidade e seu lugar nessa história.

Assim, o Centro de Memória compõe essa busca por espaços de recordação e comemoração da memória dos trabalhadores que fizeram e fazem a História da cidade que economicamente cresceu e cresce por meio de seu porto.

Referências

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: Formas e Transformações da Memória Cultural**. Trad: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os centros de memória são instrumentos de ação. In: **SAUSP.DOC**. Nov/Dez 2019. Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2019/10/2019n06-SAUSP.pdf> Acesso em: 29 fev. 2025.

CANEDO, Leticia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato**. São Paulo: Contexto, 1996.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CARONE, Edgar. **Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

CORVO, Luiz Rodrigues. **Santos em Transe: o sindicalismo aguerrido**: lembranças de seis greves gerais (1960-1964). Santos: Realejo Livros & Edições, 2021.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Bertrand Russel, 2000.

HAYDEN, Dolores. **The power of place**. Massachussets: MIT Press, 1995.

HONORATO, Cezar Teixeira. **O Polvo e o porto**: a CIA. Docas de Santos. 1888-1914. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1994, mimeo.

HUYSEN, Andreas. **Políticas de memória de nosso tempo**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014. (Col. Estudo de Comunicação e Cultura. Cultura e Conflito, *e-book*.)

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios**, vol. XXVIII, São Paulo, 1957.

INOUE, Célia Regina *et al.* **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos**: citação e referência. São Paulo: UNESP, 2023. (*E-book*) Disponível em: ABNT-final.pdf (unesp.br) Acesso em: 13 abr 2025.

PREFEITURA DE SANTOS. **Tudo sobre o Parque Valongo**. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/parque-valongo> Acesso em: 23 fev. 2024.

SARTI, Ingrid. **Porto Vermelho** - os Estivadores Santistas no Sindicato e na Política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa** - Os operários das Docas de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937-1968), S. Paulo: Hucitec, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SILVA, Ricardo M. da; ALEXANDRINO, Carlos Mauri. **Sombras sobre Santos**: o longo caminho da volta. Santos: Secretaria Municipal da Cultura, 1988.

SILVA, Tathianni Cristini da; NOVO, Nanci Lancha; SILVA, Marcos Rafael da; PRADO, Clara Versiani dos Anjos. **SANTOS, O PORTO E OS TRABALHADORES: POR UMA MEMÓRIA DO LUGAR**. In: Actas Completas e Resumos do 4º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Historiografia e Memória [recurso

133



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



eletrónico] Elis Regina Barbosa Angelo, Thiago S. Reis (org.). Porto: Editora Cravo, 2024
p. 643-654

TRIGUEIROS, Nanci Novo. **As intersindicais de trabalhadores da Baixada Santista:**
o Fórum Sindical de Debates e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (1956-
1964). Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1998.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PODER Y SOCIEDAD EN EL MUNDO GRIEGO ANTIGUO. UNA LECTURA ARQUEOLÓGICA DEL PODER

María Cecilia Colombani¹

“Yo que sé lo que te conviene, gran necio Perses, te lo diré: de la maldad puedes coger fácilmente cuanto quieras; llano es su camino y vive muy cerca. De la virtud, en cambio, el sudor, pusieron delante los dioses inmortales; largo y empinado es el sendero hacia ella y áspero al comienzo; pero cuando se llega a la cima, entonces resulta fácil por duro que sea”
(*Trabajos y días*, 286-293).

Introducción

El proyecto del presente trabajo consiste en pensar la dimensión del poder y de la sociedad arcaica en *Trabajos y Días*, la obra más socio-política de Hesíodo. Proponemos una lectura arqueológica del poder, tomando como eje de análisis la consideración del trabajo como hecho ético-antropológico. De este modo, proponemos reflexionar sobre las relaciones de poder que se entablan en torno a la necesidad de trabajar como eje en torno al cual gira la existencia del hombre, otorgándole un particular modo de vida, tanto individual como colectiva.

En primer lugar, abordaremos la cuestión desde un **eje vertical** para ver las relaciones de poder que se dan entre Zeus y los varones mortales, entre el plano divino y el humano. En segundo lugar, relevaremos la cuestión desde un **eje horizontal** para captar las relaciones de poder que esos varones mortales guardan entre sí como protagonistas de la experiencia social del trabajo. Se trata, en última instancia, de pensar el tópico del trabajo como epicentro de la vida social y política de los mortales y, desde ese centro, irradiar distintas vinculaciones desde una lectura de carácter arqueológica que busca descender hasta las capas más arcaicas del vínculo sociedad y poder. Son el trabajo y la justicia los elementos que Hesíodo pone en juego para revertir el funesto panorama que la sociedad de su época presenta, sobre todo, a

135

¹ Escuela de Humanidades. Universidad de Morón. Facultad de Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata. ceciliacolombani@hotmail.com.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



partir de la conducta indeseable de los *dorophagoi*, los reyes devoradores de dones, epicentro del poder político en su peor versión.

El plano vertical

En primer lugar, nos referiremos a las relaciones de poder que se dan verticalmente entre dioses y hombres. Desde una perspectiva antropológica, el poder se juega a partir de la existencia de dos ámbitos impermeables, el *tópos* divino y el humano, heterogéneos en su calidad ontológica y en las posibilidades de ejercicio del poder (Gernet, 1981).

Mientras unos mandan desde su estatuto regio, otros obedecen en lo que llamaremos la metáfora política, como herramienta interpretativa. Actividad y pasividad son las marcas que definen un funcionamiento del poder que parece del orden de la representación sustancial en palabras de Michel Foucault (1992), entendiendo este mecanismo de ejercicio del poder desde la exhibición de una cabeza visible del mismo.

Los dioses, los Sempiternos Inmortales, ordenan y los hombres prudentes acatan ese mandato por el solo hecho de venir de ese plano álder que representa la divinidad y que sobrepasa el *topos* humano por doquier.

Son los *Athánatoi* quienes dispusieron el trabajo para los hombres desde distintas razones y con fines diversos. Nuestro intento radica en leer la verticalidad de la decisión para comprender la dimensión política de la misma:

Y es que oculto tienen los dioses el sustento a los hombres; pues de otro modo fácilmente trabajarías un solo día y tendrías para un año sin ocuparte en nada. Al punto podrías colocar el timón sobre el humo del hogar y cesarían las faenas de los bueyes y de los sufridos mulos (*Trabajos y días*, 42-46).

Un modo de ejercicio del poder divino es esta posibilidad de ocultar el sustento a los hombres, lo cual abre el dispositivo del trabajo como hecho cultural y ético, teniendo en cuenta que constituye la clave del hombre prudente, asociando la relación trabajo-virtud.

El dispositivo está pensado como una carga sostenida en el tiempo que involucra la totalidad de la existencia, tomando la vida como un todo, *holon*, como un *continuum*, y que denuncia la precariedad antropológica, lo cual sitúa a los varones mortales en una relación de dependencia en relación al alimento que el trabajo otorga. Por ello el sustento está oculto

136



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



como estrategia de los dioses y como modo de garantizar el despliegue y la continuidad del trabajo como núcleo subjetivante.

En el marco de las relaciones entre los *tópoi* aludidos, el ocultamiento del sustento es de carácter político-estratégico y hace a la verticalidad del poder que tiene en la divinidad su cara visible, su remate piramidal.

A los hombres solo les compete obedecer y salir a diario a buscar el sustento negado de una vez y para siempre. Así se articulan las relaciones y así se vislumbra el clima aldeano en relación con el trabajo como motor histórico de la supervivencia y del progreso.

La propia recomendación de Hesíodo a su hermano Perses nos permite intuir el tipo de labores que constituyen las marcas de una vida colectiva que se ha alejado, definitivamente, de la deliciosa edad de oro, exenta de fatigas y sufrimientos, según ilustra el mito de las razas. Los hombres áureos no tienen necesidad de trabajar porque la tierra pródiga les brinda los frutos necesarios para la vida; una vida que mucho se asemeja a la de los mismos dioses.

En la economía de las relaciones de poder que estamos indagando, los versos siguientes refuerzan las líneas vinculares. Vertical y horizontalmente, el trabajo constituye la clave de la aceptación y el reconocimiento, o, por el contrario, el rechazo y el oprobio:

Ahora bien, tú recuerda siempre nuestro encargo y trabaja, Perses, estirpe de dioses, para que te aborrezca el Hambre y te quiera la venerable Deméter de hermosa corona y llene de alimento tu cabaña; pues el hambre siempre acompaña al holgazán. Los dioses y los hombres se indignan contra el que vive sin hacer nada, semejante en carácter a los zánganos sin aguijón, que consumen el esfuerzo de las abejas comiendo sin trabajar (*Trabajos y días*, 298-307).

137

Recuperemos de los versos lo que hemos llamado el eje vertical. Los dioses se indignan contra quien no trabaja porque no aceptar el trabajo constituye la marca de una transgresión a las órdenes divinas.

Si políticamente los dioses dispusieron las tareas a los mortales, la holgazanería es el desconocimiento del mandato divino; es la manera de desacatar la verticalidad de la relación estatutaria que se impone y negar la propia condición humana a partir de la huella humanizante del trabajo como hecho cultural.

No obstante, los versos constituyen una bisagra entre los ejes que venimos proponiendo como clave interpretativa. No solo los dioses se indignan contra el que vive sin trabajar, sino también los hombres se indignan contra el holgazán, abriendo el plano horizontal del juego



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



político y vincular. Aquel que no abraza el trabajo como forma de vida vive de otros, con las consecuencias éticas que ello implica.

Entre pares, el trabajo es un punto homogeneizante, una prenda de semejanza que convierte a los hombres en *homoioi* ya que todos, sin excepción, deben cumplir la orden divina y con ello atestiguar su pertenencia a un *tópos* común, inferior y subordinado.

El plano horizontal

Esa pertenencia a un territorio de pares abre el juego a ciertas relaciones de poder entre los miembros de una determinada comunidad, donde unos ostentan el poder del trabajo como marca de inscripción humana y comunitaria y otros no, quedando por fuera de las reglas que regulan la vida en relación.

El trabajo territorializa a los hombres en un espacio de intercambio político en tanto actores que pueden jugar las pautas de reciprocidad que implica la aldea, mientras que la ausencia del trabajo desterritorializa²:

Fabricate en casa todos los utensilios necesarios, no sea que los pidas a otro, aquél te los niegue, y tú te encuentres sin medios en tanto que se pasa la estación y se pierde la labor. No lo dejes para mañana ni para pasado mañana; pues el negligente no llena su granero ni tampoco el moroso. El cuidado favorece la labor; y el holgazán siempre está luchando con la ruina” (*Trabajos y días*, 407-414).

138

La recomendación es nítida y despliega la horizontalidad de los *homoioi* en materia laboral. Trabajar implica tres cosas fundamentales: aceptar la superioridad de los dioses, reconocer las reglas de reciprocidad entre los pares y reconocer al trabajo como eje subjetivante. Esta última dimensión retorna en el cuidado de uno mismo como varón prudente.

Los planos se complementan y en todo momento se mezclan en el juego de exhortaciones. Solo como estrategia discursiva y como modo de enfatizar las líneas de poder distinguimos por separado un plano de otro.

La línea de continuidad, tanto en el enfado como en la indignación contra quien no trabaja, se ve claramente expresada a lo largo de todo el poema. Consideramos que la clave del sentimiento iguala a dioses y hombres prudentes en una línea de sucesión estructural que enfatiza la dualidad de linajes que atraviesa la totalidad de la obra.

Lo que queda claro es que el apego al trabajo y las consecuencias del mismo, sobre todo en la posibilidad de ahuyentar el hambre, verdadera calamidad para los hombres comedores de pan, abre un plexo de relaciones sociales y de poder donde algunos hombres están mejor

² Utilizamos los términos en el horizonte de sus marcas lexicales, más allá de cierto parentesco con el discurso filosófico contemporáneo. Perder un territorio, un espacio, un estatuto o, por el contrario, quedar espacializado, fijado al territorio que ciertas conductas habilitan. Tomamos el concepto de territorio desde una dimensión material pero también simbólica. Ganar o perder un territorio zanga la tensión entre lo Mismo y lo Otro en el interior de una cultura.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



posicionados que otros, evidenciando una más nítida capacidad de manejar las relaciones entre pares:

Trabaja, ¡necio Perses!, en las faenas que para los hombres determinaron los dioses, a fin de que nunca en compañía de tus hijos y tu mujer con el corazón angustiado busques sustento entre los vecinos y éstos no te hagan caso; pues de momento recibirás dos y hasta tres veces; pero si todavía les sigues molestando, no lograrás nada, sino que hablarás mucho en vano e inútil será un campo de palabras (*Trabajos y días*, 397-403).

Los versos devuelven esas consecuencias ético-antropológicas mencionadas en párrafos anteriores; una vida parasitaria trastoca las relaciones sociales de todo tipo.

Así, *Trabajos y días* no es simplemente un manual para el trabajador, ni tampoco una enseñanza acerca de los ciclos estacionales, o del orden de la naturaleza; se trata, más bien, de un dispositivo político donde se inscriben las condiciones de posibilidad de instituir una sociedad más justa, articulada en torno al trabajo como operador cultural.

En este punto, coincidimos con S. Nelson cuando afirma: “*It is not how to farm, but what the cycle of the year, with its balance of good and evil, profit and risk, anxiety and relaxation, implies about the will of Zeus that Hesiod is teaching*” (1996: 53); no obstante, ampliamos el espectro para pensar el texto como magma instituyente de una comunidad de relaciones sociales y políticas.

Desde una perspectiva semejante, Fontenrose sostiene que *Trabajos y días*, “*is both a plea for justice and a gospel of work*” (1974; 5). Pero volvemos a permitirnos ampliar el panorama ya que, si bien es cierto que el poema enseña cómo se alcanza la dignidad del hombre, no es menos cierto que estratégicamente sienta las bases de la vida comunitaria articulada en torno al trabajo como capacidad instituyente de lo político.

De este modo, los alcances que toma la inquietud ético-político-social del trabajo en Hesíodo sugieren una intensa preocupación por el modo en que define una manera de vivir, tanto individual como colectiva, con las consecuentes relaciones vinculares³.

El plano estructural

“La consideración de la realidad impone el reconocimiento no sólo de la necesidad material, sino también de la obligación moral del trabajo”
(Mondolfo, 1969, p. 361)

Ahora bien, llegados a este punto donde la necesidad de trabajar es un imperativo del hombre prudente, coincidimos Rodolfo Mondolfo cuando afirma, “Es evidente que la época de

³ Coincidimos entonces con la postura de Judet de La Combe y Lernould (1996: 302), cuando afirman que “*l’ travail apparaît comme l’ activité qui définit l’ homme essentiellement*”. En efecto, el trabajo se define desde una entidad que va más allá de su mera dimensión funcional para pensarlo, complementariamente desde su dimensión socio-política.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Hesíodo y la clase social trabajadora a la que éste pertenecía tenían clara conciencia del valor social y moral del trabajo” (1969, p. 361). A partir de su reflexión nos preguntamos ¿Qué significa concreta y cotidianamente trabajar en Hesíodo? ¿Cuál es la relación entre el trabajo, la naturaleza y el tiempo? ¿En qué medida las marcas concretas y materiales del trabajo reivindicar una posición social que repercuta en las relaciones de poder?

La relación con el trabajo implica una serie de relaciones que se encuadran en el mismo orden político que hemos analizado. A la observancia de los dioses en relación al reconocimiento que el trabajo implica como mandato divino, se suma la posibilidad de lo que podríamos denominar un *empowerment* de parte de quien trabaja, quien, entre otras ventajas, conjura la posibilidad del hambre, aborrecido por los varones mortales, y sostiene el engrandecimiento del granero, a partir del trabajo sostenido.

Si bien los signos de reciprocidad nunca desaparecen, el hombre que trabaja no depende de otro como sí lo hace el holgazán. En este sentido, aquel que trabaja gana en autonomía.

Finalmente podemos reconocer una relación entre el trabajo y el conocimiento porque el éxito del mismo y el consecuente posicionamiento en relación a sus beneficios, depende en buena medida del conocimiento preciso de las condiciones materiales que lo posibilitan.

Así, el recorrido por el plexo de tareas es un ejemplo concreto de la materialidad del trabajo e implica abordar el conocimiento de los días adecuados para cada tarea. De esta forma, el trabajo no solo está asociado al poder, sino también, del saber que la experiencia implica.

En el marco de un calendario de corte religioso, Hesíodo reconoce una perfecta dualidad de días, inscrita en la economía general de un pensamiento que se maneja en forma binarizada⁴. Días favorables y desfavorables rozan distintos aspectos de la vida en su conjunto. Como es de imaginar, son los días favorables los que definen el éxito en las labores y, en general, en todo aquello que roza la vida en su totalidad: siembra, viajes, nacimientos, etc: Ten buena cuenta como es debido de los días procedentes de Zeus y advierte a los criados que el treinta del mes es el mejor para supervisar los trabajos y repartir las raciones. (*Trabajos y Días*, 765-767)

El participio del verbo *φύλασσω*, presente en el texto griego, nos pone en la senda del cuidado y de la observancia. El campo del verbo es elocuente al respecto y se asocia a la misión didáctica del poeta: guardarse, precaverse, atender, poner atención, tener precaución. Sin duda, la cuestión del tiempo en materia de trabajo es una cuestión capital a la hora de considerar los elementos intervinientes porque los días vienen de Zeus, encontrándose allí el fondo religioso del tópico.

Por otro lado, la acción de tomar precauciones, estar alerta, observar los días como forma de captar la ciclicidad cósmica, enfatiza la noción de temporalidad, al tiempo que abre un tiempo futuro donde se recoge el éxito del trabajo presente. Se trata de las consecuencias de la

140

⁴ En torno a la autenticidad de la sección correspondiente a los días (vv. 765-828), véase Liñares (2006), n. 241. Tomamos la posición de la autora y analizaremos exclusivamente los versos donde la autenticidad de los mismos es reconocida.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



previsión en el ejercicio del trabajo. De este modo, el trabajo como experiencia antropológica, compromete las distintas temporalidades, ya que, inscrita en el presente, se proyecta sobre el futuro, tiempo de la recolección del fruto de dicha experiencia.

Dos acciones concretas materializan el trabajo: supervisar y repartir las provisiones. El campo semántico del primer verbo marca una senda. El verbo ἐποπτεύω refuerza la noción de atender, vigilar, cuidar las tareas como un bien preciado y volver al trabajador un custodio atento del trabajo.

Conclusiones

Sin entrar en el sistema de clasificación de los días, tópico que excede el presente trabajo, nos mantenemos fiel al espíritu de asociar trabajos y días como estructura indisoluble, y de reconocer la dualidad de días, tensada entre positivos y negativos⁵.

Versos más adelante, la presencia del verbo πένομαι es significativo para nuestro modelo de lectura por sus resonancias antropológicas: trabajar, realizar un trabajo penoso, ser pobre. El significado impacta en la propia condición humana, ya que la esencia misma del hombre es tolerar el trabajo, soportar aquello que lo saca de la pobreza. Esta es la nota constitutiva de los hombres, los trabajos humanos, βροτήσια ἔργα, adjetivo utilizado por primera vez en Hesíodo.

Desde la propia advertencia de las Musas en Teogonía advirtiendo su superioridad estatutaria, los hombres son pastores del campo, triste oprobio, vientres tan solo. Tal territorialización implica el trabajo como marca antropológica. La prudencia no es otra cosa que esta aceptación de la propia condición de mortales.

Referencias

Hesíodo (2000). *Obras y fragmentos*. Gredos.

Hesiod (2006). *Theogony. Works and Days. Testimonia*. Most, G. W. (editor y traductor). Loeb Classical Library. Harvard University Press.

Liddel, H. G., Scott, R. (1996). *A Greek-English Lexicon*. Clarendon Press.

Liñares, L. (2005). Hesíodo *Teogonía, Trabajos y Días*. Edición bilingüe. Losada.

Vianello de Córdoba, P. (1978). *Hesíodo Teogonía*. Universidad Nacional Autónoma de México.

Gernet, L. (1981). *Antropología de la Grecia Antigua*. Taurus.

⁵ Para acompañar el sistema de clasificación, véase Liñares *ob. cit.*, n. 243





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Foucault, M. (1992). *Las redes del poder*. Almagesto.

Nelson, S. (1996). The Drama of Hesiod's Farm. *Classical Philology*, 91(1), 45-53.

Mondolfo, R. (1969). *La comprensión del sujeto humano en la cultura antigua*. EUDEBA.

Judet de La Combe, P., Lernould, A. (1996). Sur le Pandore des *Travaux*. Esquisses. *Le métier du mythe. Lectures d' Hésiode*, 16, 301-313.

142



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



AS REFLEXÕES DE CARLOS DE LAET SOBRE O ESPIRITISMO EM *O JORNAL*: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Adriana Gomes¹

Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (1847-1927) destaca-se como uma das figuras intelectuais mais representativas do cenário brasileiro entre os séculos XIX e XX. Sua atuação multifacetada abrangeu os campos da educação, do jornalismo, da literatura e da crítica religiosa, revelando um percurso marcado pela erudição e pelo engajamento ideológico. Professor do renomado Imperial Colégio de Pedro II, Laet desenvolveu intensa atividade como jornalista, tendo seus textos publicados em diversos periódicos² de grande circulação, além de integrar o quadro de membros fundadores da Academia Brasileira de Letras. Sua produção literária contempla, entre outras obras de relevo, *Em Minas* e *Heresia Protestante*, que atestam tanto sua habilidade literária quanto seu comprometimento com debates de ordem moral e religiosa (LOPES, 1964, p. 6–7).

Ao longo de sua trajetória, Laet deixou clara sua adesão a dois eixos fundamentais que nortearam suas reflexões e posicionamentos: a defesa da monarquia e o catolicismo tradicional³. Tais convicções não se limitavam ao foro íntimo, mas transpareciam em suas intervenções públicas, especialmente nos escritos em que se propôs a defender a ortodoxia católica diante da ascensão de outras formas de religiosidade (LAET apud NOGUEIRA, 1958, p. 52). Nessa perspectiva, sua produção pode ser compreendida como expressão de uma militância intelectual voltada à preservação dos valores e estruturas sociais ligadas à Igreja Católica.

Laet assumiu, com frequência, posturas contundentes em relação a correntes religiosas que divergiam da doutrina romana, empregando o espaço jornalístico como arena de debate e contestação. Exemplo emblemático dessa atuação se encontra nos artigos publicados em

143

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira; Coordenadora do Laboratório de Estudos de Política e Ideologia; Coordenadora dos grupos de pesquisa do CNPq NUESHE e NECREJI; Pesquisadora APQ1 FAPERJ (SEI-260003/005943/2024).

² Carlos de Laet colaborou com diversos periódicos ao longo de sua trajetória literária, tendo seus textos publicados em uma variedade de jornais e revistas, entre os quais se destacam *O Brasil*, *Diário do Commercio*, *A Liberdade*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Cruzeiro*, *Jornal do Commercio*, *O Jornal*, *A Tribuna Liberal*, *Revista Brasileira*, *Jornal do Brasil*, entre muitos outros (CRISPINIANO, 2020, p. 14-15).

³ Reescrever sem qualquer possibilidade de plágio: No contexto brasileiro da segunda metade do século XIX, os ultramontanos encontraram afinidade com o pensamento do catolicismo tradicional, visto que identificaram nele uma base teológica e filosófica adequada às suas reivindicações. Estas reivindicações se centram na defesa de uma sociedade caracterizada pela hierarquia, sustentada pelo privilégio, profundamente enraizada na fé católica como único alicerce do Estado. Nesse contexto, os direitos políticos e civis eram subordinados à fé e à prática religiosa. A sociedade almejada era confiada a uma autoridade investida de autoridade divina, demandando, portanto, uma obediência inquestionável, e onde o altar e o trono, embora distintos, estavam intrinsecamente ligados por uma identidade de objetivos e interesses. Em termos mais explícitos, o propósito era que o altar exercesse domínio tanto religiosa quanto moralmente sobre o trono (CORDI, 1984, p. 38; SILVA; CARVALHO, 2019, p. 21-22).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



1926 no periódico carioca *O Jornal*, nos quais critica veementemente o espiritismo kardecista, classificando-o como uma “superstição perigosa”. Nesse contexto, dirige apelos não apenas aos católicos, mas também a judeus e protestantes, conclamando-os à resistência frente ao avanço da doutrina espírita. Tal posicionamento remete à sua postura anterior diante do protestantismo, já abordada em sua obra *Heresia Protestante* (1907), na qual trava intensa polêmica com o pastor presbiteriano Álvaro Reis (1864-1925).

A análise do pensamento de Carlos de Laet, particularmente no que concerne à sua defesa do catolicismo tradicional, reveste-se de significativa relevância para os estudos sobre as dinâmicas religiosas no Brasil oitocentista e nas primeiras décadas do século XX. Sua atuação evidencia a presença de um discurso católico articulado, comprometido com a manutenção da ortodoxia e hostil às novas expressões religiosas em emergência naquele período. O confronto com o espiritismo, tema recorrente em sua produção tardia, revela não apenas sua fidelidade aos princípios da Igreja, mas também sua percepção do fenômeno espírita como ameaça à ordem religiosa e social vigente. Por meio dessa postura militante, Laet inscreve-se no rol dos intelectuais que buscaram afirmar a hegemonia católica em um momento de pluralização do campo religioso brasileiro.

O Jornal e a Atuação de Carlos de Laet

144

Carlos de Laet foi um escritor muito atuante, com textos publicados em diversos meios de comunicação ao longo de sua vida. Neste trabalho, o foco está nas colaborações que ele realizou para *O Jornal*, periódico do Rio de Janeiro que passou a fazer parte da história da imprensa brasileira quando foi comprado, em 1924, por Assis Chateaubriand (1892-1968). Essa aquisição marcou o início da construção de um verdadeiro império no setor de comunicações (MESSINA; DUQUE; KAZ; BRAGA, 2007, p. 10).

A compra de *O Jornal* foi o primeiro passo na criação dos *Diários Associados*⁴, uma rede que viria a reunir jornais, revistas e, posteriormente, emissoras de rádio e televisão. Foi nesse contexto que, anos mais tarde, Chateaubriand também se tornou o responsável por introduzir a televisão no Brasil, em 1950 (MESSINA; DUQUE; KAZ; BRAGA, 2007, p. 10).

Logo após adquirir o periódico, Chateaubriand buscou o apoio da Igreja Católica, em especial de Dom Sebastião Leme (1882-1942), então arcebispo do Rio de Janeiro. Ele sabia que contar com a aprovação de uma figura tão influente dentro da Igreja era essencial para legitimar o projeto conservador que pretendia desenvolver com *O Jornal*. Dom Leme era visto como alguém alinhado aos valores tradicionais, especialmente por seu posicionamento contrário ao socialismo. Assim, as ideias de “restauração” defendidas por Chateaubriand acabaram ganhando força em diversos setores da sociedade (SOARES, 2014, p. 50).

⁴ O *Jornal* destacou-se como o carro-chefe dos *Diários Associados*, um conglomerado midiático que, ao longo do tempo, passou a reunir uma ampla rede composta por 28 jornais, 16 emissoras de rádio, cinco revistas e uma agência telegráfica (Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/assis-chateaubriand/biografia>. Acesso em: 24 mar. 2025).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Com a nova linha editorial definida, *O Jornal* passou a defender abertamente ideias conservadoras, o que ficou claro já no editorial publicado em 2 de outubro de 1924. Para garantir que o conteúdo do jornal refletisse essa visão, Chateaubriand reuniu um grupo de colaboradores reconhecidos e respeitados⁵, que concordavam em seguir a orientação proposta.

Nesse grupo, Carlos de Laet teve papel de destaque. Ele mantinha uma coluna fixa em *O Jornal*, onde escrevia com frequência - em média duas vezes por semana. Nessas publicações, Laet tinha liberdade para tratar de temas variados e dar voz às suas opiniões, inclusive aquelas que demonstravam seu forte vínculo com os ideais ultramontanos, ou seja, uma visão da Igreja Católica marcada por grande obediência à autoridade do Papa e resistência a mudanças internas.

Carlos de Laet e o Ultramontanismo Católico

Para que se compreenda adequadamente a crítica de Carlos de Laet ao espiritismo, publicada em *O Jornal*, é fundamental situar previamente algumas concepções associadas ao ultramontanismo, movimento com o qual o autor mantinha estreita afinidade. Antes de analisar seus textos, torna-se necessário delinear as particularidades conceituais desse fenômeno e suas conexões com outros termos frequentemente empregados de forma intercambiável, como “romanização” e “reforma”.

De acordo com Gustavo Oliveira (2019, p. 24–25), é comum que os conceitos de ultramontanismo, romanização e reforma sejam tratadas como sinônimos. Contudo, embora compartilhem afinidades em seus fundamentos teológicos e políticos, é importante destacar suas distinções. No contexto brasileiro, Pedro Rigolo Filho (2006, p. 2–3) explica que o termo “romanização” se refere, sobretudo, ao período posterior à Proclamação da República, quando, com a separação entre Igreja e Estado, tornou-se possível uma maior aproximação da Igreja Católica no Brasil com os ritos, normas e modelos institucionais oriundos de Roma. Essa adesão às diretrizes romanas implicou uma tentativa de padronização e uniformização do catolicismo no país, promovida em detrimento das particularidades culturais, regionais e políticas locais.

Antes dessa transformação, conforme apontam Oliveira (2019, p. 26) e Sérgio Coutinho (2001, p. 13), havia conflitos recorrentes entre a autoridade eclesiástica e o poder civil, num cenário em que muitos membros do clero negligenciavam suas funções religiosas, colaborando para um catolicismo fragmentado e adaptado às estruturas de poder local. A romanização, nesse sentido, consistiu numa estratégia da Igreja Católica para restaurar sua centralidade doutrinária, a partir de uma imposição de normas litúrgicas e administrativas inspiradas diretamente no Vaticano.

⁵ Diversas personalidades de destaque no cenário intelectual e político entre os séculos XIX e XX marcaram presença nesse contexto, entre elas: Epitácio Pessoa (1865-1942), Alfredo Pujol (1865-1930), Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), Azevedo Amaral (1881-1942), Sabóia de Medeiros (1905-1955), Austregésilo de Athayde (1898-1993), Alceu Amoroso Lima, Rudyard Kipling (1865-1936), Raymond Poincaré (1860-1934), Lloyd George (1863-1945), Capistrano de Abreu (1863-1927), Pandiá Calógeras (1870-1934), Fidelino de Figueiredo (1888-1967), Humberto de Campos (1886-1934), Paulo de Castro Maya (1893-1928), Ferdinando Laboriau (1893-1928) e Carlos de Laet (MESSINA; DUQUE; KAZ; BRAGA, 2007, p. 12-16; SOARES, 2014, p. 70).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Quanto ao conceito de “reforma”, Oliveira (2019, p. 29) esclarece que, ao contrário do que o termo pode sugerir, não se tratava de um movimento voltado à transformação institucional da Igreja Católica em moldes progressistas. Pelo contrário, a chamada reforma nesse contexto representava um esforço de retorno à ortodoxia romana, vinculado a uma espiritualidade mais disciplinada e moralmente rígida. Assim como o ultramontanismo, esse movimento defendia uma reestruturação da vida eclesiástica a partir da autoridade papal e da obediência às determinações de Roma.

O ultramontanismo, por sua vez, segundo a definição de Ivan Aparecido Manoel (2013, p. 18), consolidou-se no seio da Igreja Católica como uma resposta à crise provocada pelas transformações sociais, políticas e culturais desencadeadas a partir da Revolução Francesa, no final do século XVIII. O termo, que literalmente significa “além dos montes” (referência geográfica aos Alpes, em relação à sede do papado), passou a designar uma postura de adesão incondicional à autoridade papal e ao magistério romano, em contraposição às tendências liberais e nacionalistas que influenciavam setores do catolicismo europeu. O ultramontanismo propunha, assim, a reafirmação da ortodoxia romana frente às ameaças representadas pela modernidade, pelas novas formas de organização social e pelo avanço de outras confissões religiosas.

Neste contexto, a atuação de Carlos de Laet revela-se coerente com os princípios ultramontanos, sobretudo na forma como articulava sua defesa do catolicismo tradicional e sua oposição a doutrinas religiosas emergentes - entre elas, o espiritismo - que ele percebia como ameaças à integridade da fé católica e à unidade eclesial. Sua postura intelectual reflete a tentativa de reafirmar a centralidade da Igreja de Roma no panorama religioso brasileiro das primeiras décadas do século XX.

146

Carlos de Laet e o espiritismo

O artigo de Carlos de Laet publicado em 27 de abril de 1926 em *O Jornal* representa um ponto de inflexão em sua série de críticas ao espiritismo. O título, “Contra os mistérios – Cartas de um cético”, já anuncia a natureza combativa da abordagem, que se estrutura em forma epistolar e é retomada em publicações posteriores, como nas edições de 28 de abril e 1º de maio do mesmo ano. Em seus textos, Laet não apenas reafirma seu ceticismo diante dos fenômenos espíritos, como também propõe uma ruptura com a condescendência até então dedicada a essas práticas, insistindo na urgência de uma crítica mais incisiva. Para tanto, utiliza uma linguagem sofisticada, repleta de referências literárias e eruditas, ao mesmo tempo em que mobiliza metáforas e imagens de cunho moralizante, dirigidas especialmente às classes populares, como nos trechos em que denuncia os “inexplicáveis abusos” e os “absurdos revoltantes” da “seita de Allan Kardec”.

Laet argumenta que a expansão do espiritismo deve ser compreendida à luz da perda de prestígio da Igreja Católica, mas rejeita que esse crescimento represente um avanço racional. Pelo contrário, ele sustenta que a adesão às ideias espíritas revela uma decadência moral e



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



intelectual, resultado da desordem e da desorientação de uma sociedade cada vez mais afastada da fé católica. Ao mesmo tempo, destaca que a influência kardecista não se limita às camadas populares: penetra também entre os chamados “letrados”, sendo, por isso, ainda mais perigosa. Na edição de 1º de maio, por exemplo, alerta: “É tempo de chamar as coisas pelo seu nome. E que os espíritas saibam que há entre os homens cultos quem os desdenhe, os combata e os acuse com energia”. Tal afirmação sinaliza uma tentativa de demarcar as fronteiras do campo intelectual, buscando reafirmar a autoridade dos letrados diante do que considera um “desvario coletivo”. Assim, ao mesmo tempo em que denuncia os médiuns e os centros espíritas por suas práticas fraudulentas, também responsabiliza os leitores cultos que, segundo ele, validam esses abusos ao se associarem a uma crença que deveria ser combatida em nome da razão e da moral.

Conclusão

Ao longo das primeiras décadas do século XX, Carlos de Laet se distinguiu como uma figura intelectual de destaque, profundamente motivada por suas convicções no âmbito político e religioso. Sua dedicação inabalável aos princípios monárquicos e ao conservadorismo católico, em consonância com as diretrizes de Roma, impregnou suas obras, consolidando-o como uma figura de notável relevância no contexto do ultramontanismo, uma corrente do catolicismo que advogava pela supremacia da autoridade papal e pela ortodoxia da fé.

A aversão de Laet à modernidade e sua postura inequivocamente ultramontana em relação à fé católica destacaram-se como traços proeminentes em seu pensamento. Abordando uma ampla gama de tópicos, ele expressou vigorosamente sua oposição ao protestantismo, que ele considerava uma heresia. Em um episódio notável de 1926, Laet buscou apoio tanto de protestantes quanto de judeus para embasar suas críticas ao espiritismo e suas variantes espiritualistas.

Seus escritos também se dedicaram com especial atenção ao Centro Espírita Redemptor e suas abordagens terapêuticas para questões mentais, em parte devido à sua proximidade com os médicos Juliano Moreira e Oscar Pimentel, que compartilhavam suas objeções aos métodos de cura espírita, referindo-se a eles como “Espiritismo Racional e Científico Cristão” e “espíritas kardecistas”.

Além de questionar o espiritismo, Laet explorou as complexidades das dissidências no seio do movimento espírita da época, enfatizando a dificuldade de unificação nesse contexto. Notável foi a ausência do Centro Espírita Redemptor no Congresso Constituinte Espírita Nacional⁶ de 1926, assim como a não participação da Federação Espírita Brasileira, uma instituição de grande importância para o movimento.

⁶ Um dos trabalhos acadêmicos que podemos sugerir para leitura com o propósito de compreender um pouco mais sobre o ‘Primeiro Congresso Espírita’ e a ‘Liga Espírita do Brasil’ é a dissertação de mestrado de Marco Aurélio Gomes de Oliveira defendida em 2014: *Imprensa espírita na cidade do Rio de Janeiro: propaganda, doutrina e jornalismo* (1880-1950).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



No entanto, a utilização polissêmica do termo “espiritismo” por Laet resultou em ambiguidades em suas análises, uma vez que o empregou de maneira genérica para se referir às religiões mediúnicas. Sua rejeição do espiritismo baseou-se principalmente na prática de invocação dos mortos e na ausência do batismo em seus rituais, elementos que, em sua perspectiva, afastavam o espiritismo da condição de religião cristã e do monoteísmo judaico.

É notório que a abordagem de Carlos de Laet em relação às práticas de cura espírita e seus adeptos se caracterizou por uma visão restrita. Seus escritos revelaram uma falta de empatia em relação às pessoas que buscavam alívio para questões de saúde por meio das curas espíritas, frequentemente devido à ausência de suporte estatal nesse domínio. A perspectiva de Laet em relação às necessidades e crenças daqueles que procuravam consolo e cura nas práticas espíritas destacou uma carência em seu entendimento das complexas dinâmicas sociais e religiosas da época. Embora ele valorizasse a ciência, carecia de uma compreensão mais profunda das dificuldades enfrentadas por aqueles que buscavam alívio por meio dessas práticas.

Referências

ANDRADE, Solange; BOSSONE, Michel. A representação do Ritual Romano de Exorcismos no Filme O Exorcista (1973). *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano VII, n. 20, p. 59-78, Set, 2014.

MATEUS. In: BIBLIA SAGRADA. *Evangelho de S. Mateus*. [S. l.: s. n.], 2013.

BRASIL. *Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 19 jul. 2023.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos diários associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CENTRO ESPÍRITA REDEMPTOR. *Espiritismo racional e científico cristão*: organizado pelo astral superior que dirige o Centro Espírita Redemptor do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro Espírita Redemptor, 1921.

CORDI, Cassiano. *O tradicionalismo na república velha*. 1984. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1984.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. *Religiosidades, misticismo e história no Brasil central*. Brasília: Cehila, 2001.

CRISPINIANO, Helena Ramalho. *Carlos de Laet: intelectualidade, ativismo católico e imprensa monarquista (1847-1927)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020. Disponível em:



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



https://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Dissertacao_Helena_Ramalho.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

FARIA, Itamar Teodoro de. Os intelectuais e a política: apontamentos de história intelectual. *Ciência et Praxis*, Passos, v. 10, n. 20, 2017. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/3958>. Acesso em: 14 ago. 2023.

FERRO, Flavia Salles. *Virgílio de Mello Franco: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1894.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI ao XIX. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 613-630, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702001000400006>.

GOMES, Adriana. A judicialização do espiritismo: o ‘crime indígena’ de João Baptista Pereira e a jurisprudência de Francisco José Viveiros de Castro (1880-1900). Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

149

HONESTO, Eder. *Do exílio a símbolo cultural: a construção do ícone “santa dica” em Goiás*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2020. Disponível em: https://www.bdt.ueg.br/bitstream/tede/342/2/DISSERTACAO_EDER_HONESTO.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

ISAIA, Artur Cesar. O catolicismo pré-conciliar brasileiro e as religiões mediúnicas: a recorrência ao saber médico-psiquiátrico. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 26, p. 599-622, 2005. Disponível em: <https://blook.pt/publications/publication/47b5391b7dd9/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 2, 23 dez. 1890. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=1030. Acesso em: 19 jul. 2023.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 2, 24 dez. 1890. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=1030. Acesso em: 19 jul. 2023.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, p. 2, 25 dez. 1890. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=1030. Acesso em: 19 jul. 2023.

LAET, Carlos de. *Heresia protestante*: polêmica com um pastor presbiteriano. São Paulo: A. Campos, 1907.

LEME, Dom Sebastião. Carta pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando os seus diocesanos. Petrópolis: Vozes de Petrópolis, 1916. Disponível em <https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26223>. Acesso em: 7 abr. 2023

LOPES, Francisco Leme. *Carlos de Laet*: textos escolhidos. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1964.

LOPES, Marcos Antônio. *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

MANOEL, Ivan Aparecido. Das reformas ultramontanas à ação católica: achegas para o entendimento da história católica no Brasil. In: MARIN, Jéri Roberto (org.). *Questões religiosas: teorias e metodologias*. Dourados: Editora UFGD, 2013.

MEDEIROS, Rodrigo Dantas de. Dom Vital e a questão religiosa no segundo reinado. In: FERREIRA, Gabriella Rossetti (org.). *Investigação científica nas ciências*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

MESSINA, Ágata; DUQUE, Helena; KAZ, Leonel; BRAGA, Regina Stela. *O jornal*: órgão líder dos diários associados. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Comunicação Social, 2007.

MIRANZI, Silveira Mário Alfredo; ASSIS, Dnieber Chagas de; RESENDE, Deisy Vivian de; IWAMOTO, Helena Hemiko. Compreendendo a história da saúde pública de 1870-1990. *Saúde Coletiva*, Osasco, v. 7, n. 41, p. 157-162, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/842/84213511007.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

NOGUEIRA, Ataliba. *Centenário de Carlos de Laet*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1958.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 1, 2 out. 1924.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 6, 30 mar. 1926.

150



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 3, 31 mar. 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro p. 1-6, 10 abr. 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 3-6, 13abr. 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 2, 22 abr. 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 1, 24 abr. 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 2, 29 abr. 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 2, 6 maio 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 2, 7 maio 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 1, 8 maio 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 1, 11 maio 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 1, 13 maio 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 2, 20 maio 1926.

O JORNAL. Rio de Janeiro, p. 2, 28 maio 1926.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *A congregação da missão e a construção do ultramontanismo oitocentista*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Gomes de. Imprensa espírita na cidade do Rio de Janeiro: propaganda, doutrina e jornalismo (1880-1950). 2014. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/442>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PEREIRA NETO, André de Faria; AMARO, Jacqueline de Souza. O Centro Espírita Redemptor e o tratamento de doença mental, 1910-1921. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 491-507, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000200008>

151



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



RIGOLO FILHO, Pedro. *A Romanização como cultura religiosa (1908-1920)*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/361251>. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.361251>. Acesso em: 12 fev. 2024.

RITUALE ROMANUM, 1924. Disponível em <https://www.liturgia.it/content/ritrom.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANGLARD, Gisele. A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização. *Esboços*, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 11-23, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/119>. Acesso em: 31 dez. 2023.

SILVA, Ana Rosa Cloet da; CARVALHO, Thais da Rocha. A cruzada ultramontana contra os erros da modernidade. *Revista Brasileira de História das Religiões*, (ANPUH), ano 7, n. 35, set./dez. 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i35.45883>.

SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

SOARES, Edvaldo. *Pensamento católico brasileiro: influências e tendências*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

152





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A (DES)ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E A SOCIALIZAÇÃO CULTURAL: A RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE E A EXCLUSÃO DA MEMÓRIA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS

Sulamita Conceição Ribeiro de Oliveira¹

Manuela Chagas Manhães²

Giovane do Nascimento³

Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA. Parte deste artigo retoma discussões originalmente desenvolvidas na monografia *O Processo de Desenvolvimento Local e a Luta Pela Memória: A Segregação Socioespacial, Invisibilização Cultural e a Deslegitimação das Comunidades Tradicionais de Armação Dos Búzios/RJ* (2023), defendida no curso de Ciências Sociais/Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Diante disso, este artigo propõe uma retomada crítica e analítica do processo de desestruturação do município de Armação dos Búzios⁴, no qual é entendida não apenas como uma construção moderna alinhada ao capitalismo, mas como um espaço histórico e cultural fundamentado nas tradições, saberes e "habitus" das comunidades que a compõem. Nessa perspectiva, a cidade é fruto de uma socialização cultural que transcende a dominação de classes, encontrando-se em um processo harmonioso, desestabilizado pelos "modus operandi" capitalistas, que priorizam o lucro em detrimento das memórias e práticas tradicionais, intensificando desigualdades.

Reexaminar esse percurso histórico constitui um gesto de resistência frente à hegemonia de um modelo neoliberal que subordina todas as dimensões da vida à lógica do lucro, em detrimento dos direitos territoriais e culturais dessas comunidades. Esta análise é, ao mesmo tempo, um posicionamento político e epistemológico: resistir é evidenciar os traços de um

153

¹ Mestranda em Cognição e Linguagem UENF/PPGCL e Educadora Socioambiental do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte. / e-mail: sulamitaribeiro16@gmail.com

² Doutora em Cognição e Linguagem UENF/PPGCL, professora da Universidade Estácio de Sá e Pesquisadora no Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte. / e-mail: manuchagasmanhaes@gmail.com

³ Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana/ UENF/ PPFH e Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense e Pesquisador no Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte. / e-mail: giovanedonascimento@gmail.com

⁴ O Município de Armação dos Búzios é um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, localizado na Região das Baixadas Litorâneas, classificada pelo IBGE como mesorregião (Mapa 01), composta por 12 municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim (XAVIER, 2006).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



processo contínuo e violento de exclusão e apagamento; é afirmar que, apesar das adversidades, essas comunidades seguem existindo e lutando por reconhecimento e permanência, inclusive nos espaços de incidência política. Ainda que, por vezes, a insistência em determinados conceitos possa parecer repetitiva, acredita-se que a retomada constante é indispensável para ampliar e aprofundar a compreensão crítica sobre as múltiplas camadas da estrutura social. Reforçar essa crítica é, sobretudo, um ato de denúncia e um clamor diante da dor vivida por um povo historicamente oprimido.

A cidade como objeto simbólico: representação, produção imagética e ressignificação da história

As estruturas urbanas representam um elemento essencial nas dinâmicas que se estabelecem entre as cidades e os sujeitos sociais que nelas habitam. A disposição dessas construções no espaço, os métodos e técnicas empregadas em sua construção, bem como os modelos arquitetônicos escolhidos para moldá-las, são aspectos que influenciam a memória daqueles que interagem com esses ambientes. Isso ressalta a relevância da interação social e do senso coletivo na percepção da cidade e na maneira como os sujeitos sociais se relacionam com o espaço.

Ao longo da história, as sociedades frequentemente utilizaram estruturas arquitetônicas duráveis de modelos padronizados como instrumentos para a preservação da memória coletiva. Essas construções são empregadas pelas instituições sociais para estabelecer um vínculo permanente com objetos específicos, nos quais a disposição espacial desses elementos desempenha um papel fundamental na constituição da memória social, como menciona Junior (2011).

As representações estão em constante transformação, refletindo o próprio processo de mudança histórica das sociedades. Por trás de cada concepção espacial, da organização e uso do território, dos mapeamentos e descrições de paisagens, bem como da valorização — ou não — de determinados lugares, encontram-se os valores culturais, o universo simbólico da cultura, da política e das ideologias (JUNIOR, 2011, p. 7).

Desse modo, a compreensão da complexa interligação entre esses elementos e sua representação na configuração atual da cidade possibilita perceber como o espaço urbano reflete dimensões da imaterialidade coletiva, assim como revela as formas pelas quais os agentes sociais se relacionam com esse espaço. Tal perspectiva permite discutir e problematizar a história das cidades, especialmente no que se refere às ações e representações que nelas se manifestam, favorecendo uma abordagem histórica mais aprofundada e sensível. Bourdieu (1998, p. 112) destaca que, na prática social, os critérios objetivos de identidade regional são apropriados como objetos de representações mentais, atos de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento. Nesse processo, os agentes dominantes investem seus interesses nessas representações, materializando-as em formas objetais como estratégia de manipulação simbólica, a fim de determinar a representação mental que os outros (dominados) podem ter destas propriedades e seus portadores.

154



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A produção simbólica, manifestada por meio de diversas formas e linguagens, está diretamente associada à construção da imagem de Búzios e se articula com uma de suas principais funções: a dominação social por meio de representações e classificações. Tal dinâmica está vinculada à construção de uma narrativa histórica artificial sobre cultura e tradição, que contribui para a manutenção das desigualdades entre as classes sociais e para a desmobilização política e social dos grupos dominados. Esse projeto de caráter elitista fundamenta-se em um conjunto de representações mediadas pela linguagem, operando por meio de um jogo de imagens e símbolos da cidade, produzido pela classe dominante e difundido ao público externo com o propósito de materializar e reforçar a diferenciação social de classe.

Dessa forma, configura-se um confronto simbólico impulsionado pelas ações estratégicas da elite dominante, que atua por meio de discursos e representações de caráter elitista. Essa dominação simbólica se materializa em figuras objetais — como estátuas — que reforçam vínculos simbólicos com determinados grupos sociais, além da hipervalorização de espaços e lugares específicos, consolidando uma hierarquia simbólica no território.

No caso do município de Armação dos Búzios, essas representações simbólicas também se manifestam por meio de esculturas, como é o caso da estátua em tamanho natural dos três pescadores (ver Figura 1), que simula a atividade pesqueira — prática historicamente impactada pela chegada da classe dominante, pela especulação imobiliária e pela consequente exclusão dos habitantes nativos. Tais imagens visam reforçar a ideia da cidade como um lugar simples, bucólico e integrado à natureza, caracterizado por um ritmo de vida desacelerado. A figura do pescador, nesse contexto, é associada à lentidão e à rusticidade, perpetuando a narrativa de que a cidade ainda preserva sua “memória” e “tradição”, agora ressignificadas para atender aos interesses do turismo e do consumo externo.

155

Figura 1 - Estátua dos três pescadores em tamanho natural



Fonte: Arquivo pessoal.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A mudança estrutural que a cidade enfrentou evidenciou a substituição da aldeia de pescadores por um sofisticado balneário. Isso ocorreu por meio da utilização da imagem-síntese, desconfigurando a história e os ofícios da comunidade tradicional local. Primeiramente, a criação de uma representação visual estigmatizou a pesca artesanal, tornando-a atrativa à principal figura objetual, Brigitte Bardot. Isso deu sentido à nova estruturação simbólica elitista. Em segundo plano, houve um processo de urbanização, desenvolvimento e modernização na porção peninsular, impulsionado por ações especulativas e corrida imobiliária, que refletiu, em nível macro, nas dimensões simbólica, econômica e social. Isso relegou a comunidade tradicional a um papel secundário no processo de construção social da cidade.

A transformação estrutural vivenciada por Armação dos Búzios ocorreu por meio da construção de uma imagem-síntese que desconfigurou a história e os ofícios da comunidade tradicional local. Em um primeiro momento, a criação de uma representação visual estigmatizou a pesca artesanal, tornando-a exótica e atrativa à figura objetual central — Brigitte Bardot —, que passou a simbolizar a nova estruturação simbólica da cidade. Em um segundo plano, o avanço da urbanização, impulsionado por processos de modernização, especulação e corrida imobiliária na porção peninsular, provocou transformações nas dimensões simbólica, econômica e social. Como consequência, a comunidade tradicional foi relegada a um papel marginal no processo de construção social e identitária da cidade.

Esse conjunto de representações, articulado por meio de linguagens imagéticas e simbólicas e concretizado em intervenções urbanas pontuais, constitui a base ideológica que sustenta a estigmatização da comunidade tradicional. É evidente que tal processo alimenta um movimento contínuo de afirmação simbólica, assegurando a manutenção da posição social da classe dominante, a renovação de seu poder e a legitimação de uma narrativa que preserva seletivamente o passado estético e a escala construtiva da cidade.

156

Hegemonia cultural e a socialização da ideologia

Partindo dessa conjuntura, é possível afirmar que a socialização da cultura está intimamente conectada à necessidade das classes dominantes de produzirem uma identidade geral comum, através da disseminação ideológica para consolidar sua hegemonia. As estruturas de controle privado de dominação desempenham um papel decisivo nesse processo, principalmente a indústria cultural e suas formas materiais de construção da opinião pública.

As classes dominantes consolidam sua autoridade moral, intelectual e hegemonia em contextos de democracias de massas, especialmente quando a classe trabalhadora está desorganizada. Ao promoverem uma coesão político-cultural entre as classes, elas legitimam sua dominação. Nesse processo, o movimento de socialização cultural emerge como uma ação política, cultural, social e econômica, com o objetivo de criar uma identidade comum compartilhada. Dessa forma, os conflitos típicos da sociedade de classes são ofuscados pela



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



criação de uma identidade cultural coletiva, que serve para materializar e fortalecer a dominação das classes dominantes (MORAES, 2010).

A transformação imposta pela classe dominante na sua interpretação e aplicação do direito, e, consequentemente, na função do Estado, está intimamente vinculada ao objetivo de promover o conformismo entre as classes subalternizadas. A classe burguesa se apresenta como um organismo em constante evolução, capaz de englobar toda a sociedade e adaptá-la ao seu modelo econômico e cultural. Nesse contexto, a função do Estado é redefinida, assumindo um papel de educação, por meio de um alinhamento histórico e cultural promovido através do sistema educacional (GRAMSCI, 2014, p. 275).

O Estado, em consonância com a classe dominante, age para gerar o conformismo dos grupos dominados, viabilizando, assim, a hegemonia política e cultural das classes dominantes. Essa dinâmica está intrinsecamente associada a um contexto histórico marcado pela socialização da política, que origina a socialização cultural. A dominação, substancializada no processo de assimilação de um conjunto de disposições (*habitus*), internalizada no sujeito social, padroniza e governa suas ações e percepções, contribuindo para a manutenção e hegemonia cultural.

O processo de socialização cultural, consolidado pela sistematização da identidade, é caracterizado por uma luta política, onde há uma contínua disseminação do *habitus* das classes dominantes que influencia diretamente a hegemonia tanto no campo político quanto cultural. Nesse processo, a atuação dos intelectuais orgânicos associados à elite regente é imprescindível para a manutenção da ordem burguesa, construindo um consenso social onde as classes dominantes desempenham um papel histórico de autoridade, representando a totalidade da sociedade.

Esse consenso é estruturado ideologicamente na sociedade civil através da direção política dos diversos recursos materiais, ou seja, dos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2006). Esses aparelhos são os principais instrumentos utilizados pela classe dominante para difundir e legitimar sua ideologia na sociedade civil, a fim de que essa concepção de mundo seja internalizada pelas classes subalternas, fazendo com que adotem esse *habitus*.

Além da consolidação de um consenso social, a construção da opinião pública nos meios de comunicação é também influenciada por intelectuais orgânicos, que a direcionam conforme os interesses das elites e do próprio Estado, silenciando as ações e reivindicações das classes subalternas e enfraquecendo suas formas de organização coletiva. A disputa pelo controle do campo cultural na sociedade civil está intimamente relacionada à legitimação, eficácia e manutenção dos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2014).

A disputa pelo domínio cultural também atravessa o complexo campo social da memória, que se estende aos fatos evocados pelos sujeitos históricos e desempenha um papel fundamental na concretização de objetivos de longo prazo da classe trabalhadora, podendo influenciar a forma como a sociedade percebe sua história e os papéis que nela desempenha. A memória, quando compreendida como expressão de uma estrutura social de classes, configura-se necessariamente como uma memória coletiva, que reflete as divisões de classe

157



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



presentes na sociedade⁵. Quando um agente social está inserido em um contexto no qual não há uma diferenciação de classe claramente perceptível — em virtude dos conflitos e oposições estruturais que são naturalizados —, ele dificilmente escapa de ser moldado pelo processo de reprodução social que estabelece suas relações com o coletivo (SANTOS, 2021). A memória, como produto desse meio, é fortemente marcada pelas particularidades que compõem a sociedade estratificada quando incorporado ao sujeito social.

O processo de apagamento da memória pela classe dominante e de ressignificação pela classe dominada deve ser analisado à luz das influências das imposições históricas que determinam qual memória deve ser valorizada e evidenciada. Tal capacidade está associada à visão individualizada de um agente sobre uma ação específica e ao impacto negativo que essa ação tem em sua compreensão, consciência e relação com a memória.

Os fatores históricos exercem uma influência direta sobre o conteúdo da memória, a qual pode ser modificada quando relacionada às experiências materiais vividas pelos sujeitos sociais. No entanto, é possível observar que os conflitos sociais impactam o processo de rememoração, devido às mudanças frequentes ocasionadas pelas contínuas imposições das representações memoriais elaboradas pela elite.

Ao analisar o processo histórico presente na memória da cidade de Armação dos Búzios, observa-se que a comunidade tradicional, que foi impactada pela especulação imobiliária e pela invasão territorial que resultou na gentrificação, não teve sua memória apagada, justamente devido à sua participação ativa nos processos de transformação do lugar.

Apesar de a memória coletiva ser preservada entre as comunidades tradicionais por meio de sua constante evocação, ela pode ser apagada e cair no esquecimento. Esse processo ocorre em função das imposições sociais da classe dominante, que utiliza seus recursos socioeconômicos e políticos para criar uma estrutura física e simbólica capaz de desestabilizar a memória, a cultura, os saberes e os fazeres dessas comunidades, isto é, (des)estrutura Búzios.

A transformação contínua do lugar, baseada em uma reconfiguração histórica e cultural sustentada por representações físico-simbólicas, influencia a disseminação da memória legítima. O esquecimento ocorre quando as memórias perdem seu significado, seja para a sociedade, seja para o próprio agente social (HALBWACHS, 2006). Esse esquecimento é impulsionado por uma estrutura econômica, política e cultural de dominação, que impõe estigmas e invisibiliza as raízes das comunidades tradicionais. A marca deixada pela classe dominante isola os agentes sociais, enfraquece as relações coletivas, que são essenciais para as imposições de dominação, e permite a legitimação e manutenção do controle sobre esses sujeitos sociais.

A memória coletiva, transmitida nas relações entre os agentes sociais e mediada pelas estruturas grupais e suas interações, também se constitui a partir de uma classe inserida em

158

⁵ Isto se legitima, independentemente de o agente social que as reproduz tem ou não uma consciência de classe de suas memórias.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



uma ampla estrutura sociorreprodutiva. Essa memória é resguardada, sobretudo, pelos anciãos, que atuam como guardiões dos saberes e das experiências coletivas. Mesmo diante de processos de desestruturação provocados pela invisibilização e estigmatização das comunidades tradicionais, essa memória persiste enquanto houver a existência social que a sustenta.

Intervenções físicas pontuais, promovidas sob a lógica da dominação simbólica, contribuíram para legitimar uma leitura distorcida da história local. Esse processo atribui à classe dominante o protagonismo na formação histórica da cidade e, paralelamente, amplia sua hegemonia cultural ao reforçar a estigmatização dos grupos subalternos. A conversão histórica da cidade, marcada por uma narrativa ideológica seletiva, desconsidera as singularidades que compõem a realidade social. Trata-se de uma evocação moldada por uma perspectiva hegemônica, que ofusca a pluralidade das relações coletivas e inviabiliza a apreensão dos conflitos sociais subjacentes. Nesse sentido, Marx e Engels (2007, p. 47) afirmam que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”.

A partir das intervenções espaciais e simbólicas, elementos históricos e a própria percepção de realidade dos sujeitos locais são transformados, conduzindo-os à reprodução da ideologia dominante e de sua hegemonia cultural, política e econômica. Isso persiste pela dificuldade em traçar uma separação absoluta entre memória e ideologia, uma vez que toda memória — sensível às dinâmicas de classe — está profundamente inserida nas disputas ideológicas.

Essas disputas desempenham um papel central na configuração dos modos pelos quais os agentes sociais realizam o processo de rememoração. Esses processos se tornam fundamentais para moldar o *habitus* da sociedade como todo, inclusive dos grupos dominados, e como efeito, exercem uma influência determinante sobre a formação de posições e práticas éticas que conduzem o comportamento e atitude diária dos atores sociais. A luta pela memória, portanto, não se limita a uma disputa ideológica entre classes quanto à forma de rememorar os eventos históricos. Ela se relaciona, sobretudo, com as inferências que a estrutura dessas memórias exerce sobre a atuação ética dos agentes sociais no presente. Diante essa perspectiva, compreende-se que a exteriorização da ideologia, da memória vivida e das rememorações dos saberes e fatos históricos é profundamente influenciada e moldada pelos valores e ideais da classe dominante, que historicamente detém o poder hegemônico.

Memória, ideologia e dominação Simbólica: o apagamento cultural das comunidades tradicionais

As memórias em disputa, compreendidas como formas de memória sensível, ocupam um papel central na luta pelo controle dos processos de transformação social que atravessam a sociedade. Permanentemente associadas aos acontecimentos históricos e aos relatos que os constituem, essas memórias estão diretas ou indiretamente implicadas na organização social

159



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



dos grupos e exercem profunda influência sobre o *habitus* dos agentes sociais e, em especial, sobre a comunidade tradicional (SANTOS, 2021).

Bourdieu (2007) analisa como a reprodução e a legitimação da dominação cultural pelas classes dominantes ocorrem no interior do meio social, destacando o *habitus* como o mecanismo prático por meio do qual essa reprodução se efetiva entre as massas. A dominação exercida pelas elites manifesta-se de distintas formas em diferentes esferas sociais. No campo educacional, ela se perpetua através da imposição de um capital cultural hegemônico. No contexto do município, essa dominação emerge, entre outros fatores, da especulação imobiliária, da dependência de um sistema econômico voltado aos interesses da elite e da ressignificação da trajetória histórica local. Essa ressignificação se dá por meio da construção de monumentos, edifícios e instalações voltadas à recepção turística que, ao se apoiarem na geografia local, reforçam a separação entre as porções do território, promovendo desigualdades socioespaciais e raciais.

A violência simbólica manifesta-se por meio da imposição de um arbítrio cultural que confere legitimidade à cultura dominante. De maneira sutil e dissimulada, o sistema naturaliza essa imposição, apagando a história marcada por colonização, genocídio, especulação e invasão, ao mesmo tempo em que silencia os saberes e fazeres das comunidades tradicionais. Introduz-se, assim, novas práticas culturais e econômicas, internalizadas pelos sujeitos através do *habitus*, entendido como “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191).

O meio social colabora para a formação dos princípios que orientam as disposições dos indivíduos — esquemas incorporados de forma coletiva — e a reprodução do *habitus*, seja por ações pedagógicas, seja pela implantação de modelos socioeconômicos, reforça a hegemonia cultural de classe e contribui para a invisibilidade dos saberes e fazeres comunitário. A reprodução da discriminação linguística, aliada à segregação socioespacial dos sujeitos pertencentes à comunidade, contribui para a reafirmação da cultura dominante, que é gradativamente internalizada. Esse processo dificulta a continuidade da transmissão intergeracional das práticas culturais e históricas, resultando em um apagamento identitário prolongado. Como apontam Ribeiro, Santos e Maeso (2010), “toda lógica dos sistemas repressivos se dirige não só para o apagamento da identidade, mas também para a produção da exclusão e do esquecimento absoluto”.

A narrativa histórica, nesse sentido, é tensionada por dois eixos fundamentais: a fragilidade afetiva da memória e as arbitrariedades vinculadas ao controle e distorção da história. As transformações contínuas nas estruturas sociais, nas normas culturais e nas relações de poder incidem diretamente sobre a forma como os sujeitos experienciam e interpretam os acontecimentos históricos, interferindo nos processos de rememoração, uma vez que a memória é permeável às influências emocionais e afetivas, o que dificulta sua ação evocativa.

160



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A manipulação e o controle da história, compreendidos enquanto estratégias de disputa hegemônica no campo cultural, constituem instrumentos centrais de manutenção da dominação político-cultural das classes dominantes. Esses mecanismos operam na conformação da identidade coletiva e na legitimação das posições de poder, promovendo o *habitus* da classe dominante e, como consequência, contribuindo para o apagamento e o esquecimento da memória social coletiva genuína.

Os sistemas ideológicos funcionam como barreiras à emergentes transformações significativas, na medida em que cristalizam interpretações fixas e inquestionáveis da realidade, inviabilizam resistências e anulam a possibilidade de ruptura com a ordem social vigente, perpetuando os interesses da elite (ANSARA; DANTAS, 2015, p. 2).

A ideologia, nesse contexto, refere-se a um conjunto normativo que molda a percepção e a ação dos atores sociais na vida cotidiana. Quando a memória é atravessada por elementos ideológicos, suas narrativas tornam-se rígidas, institucionalizadas e permanentes, consolidando uma visão única e dominante sobre o passado (CHAUÍ, 2007). Isso ocorre porque a ideologia opera como um dispositivo reacionário, voltado à conservação da estrutura social, impedindo o exercício crítico e o questionamento das formas estabelecidas de dominação.

161

Como estrutura sócio-política e elemento da realidade externa, a ideologia internaliza-se e passa a fazer parte da subjetividade dos indivíduos, convertendo-se em estrutura de caráter e componente psíquico. A máquina ideológica, pois, se configura nas situações sociais, nos processos históricos e no contexto das relações entre os homens, partindo da realidade objetiva e inserindo-se na realidade subjetiva, acomodando-se à mentalidade dos sujeitos por meio de um processo que se costuma denominar de psicologização ideológica. Desse modo, a internalização transforma esquemas sociais em conteúdos psíquicos, fazendo com que os códigos simbólicos e as regras de comportamento da sociedade sejam parte integrante da interioridade de cada indivíduo. Ao por em prática a ideologia, o sujeito se coloca na condição de representante da realidade social, agindo em nome de uma sociedade, uma cultura e uma história específicas. Como componente do psiquismo humano, a estrutura ideológica de caráter social determina as formas de pensamento, sentimento e ação das pessoas em suas relações cotidianas assim como os próprios processos de construção da memória coletiva (ANSARA; DANTAS, 2015, p.7)

Dessa maneira, a memória passa a se configurar como uma construção individualizada, marcada por uma negação de suas raízes ancestrais e de seu papel enquanto veículo de reprodução e disseminação da ideologia dominante. Lima (2003) destaca que os sujeitos sociais frequentemente alimentam a ilusão de serem os autores de suas próprias narrativas e lembranças. Contudo, na prática, eles operam como transmissores das representações que já estão inscritas nos códigos da história e da cultura. No interior do processo ideológico, os verdadeiros produtores das narrativas são silenciados, submetidos ao esquecimento e colocados em uma condição de invisibilidade e insignificância.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A ideologia atua precisamente no sentido de obscurecer as fronteiras entre o simbólico e o material, produzindo construções ilusórias que moldam e estruturam a realidade de maneira a se confundir com ela. As representações e o espaço físico passam, então, a estabelecer entre si uma relação de similitude, instaurando uma ideologia que apresentada como o próprio real. Isso inviabiliza a emergência de visões críticas limitando qualquer possibilidade de críticas ou questionamentos (ANSARA; DANTAS, 2015).

A memória, seja como história da sociedade seja como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres, tem o papel de nos libertar do passado como fantasma, como fardo, como assombração e como repetição. Uma compreensão política da memória é atenta à diferença temporal entre o passado e o presente, é atenta à diferença das memórias sociais que constituem o presente, é atenta à necessidade de liberar a memória e de explicitá-la para que o presente se compreenda a si mesmo e possa construir/inventar o futuro. Uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as formas presentes da dominação, herdadas de um passado ignorado. (CHAUI, 1992, p. 43)

A narrativa histórica, promovida pela autoridade dominante na sociedade, exerce um papel de mobilização ideológica ao ocultar os conflitos estruturais que caracterizam a sociedade de classes e ao negar a memória coletiva dos grupos subalternizados. A retórica da harmonia social e da coesão sistêmica, utilizada para a manutenção da ordem estabelecida, é construída mediante a manipulação da memória e a imposição do esquecimento aos atores sociais, apoiando-se na destituição da potência de suas narrativas históricas.

O que Michel (2010) denomina como esquecimento-manipulação envolve o uso de aparatos estatais e institucionais para gerir e controlar os processos de esquecimento. Nesse contexto, os agentes sociais responsáveis pela transmissão de saberes, práticas culturais e memórias coletivas são privados de sua influência e colocados sob a hegemonia das representações físico-simbólicas impostas pela classe dominante. Ao monopolizar as narrativas, esta promove o encobrimento das identidades e da territorialidade dos grupos dominados.

O silenciamento imposto aos sujeitos sociais constitui um projeto ideológico voltado para o apagamento das comunidades tradicionais, de sua cultura e da própria memória coletiva. Essa profunda dinâmica de poder não apenas fortalece os interesses da elite dominante, como acarreta o isolamento do sujeito social, comprometendo sua consciência acerca de sua própria identidade e da identidade do outro.

Considerações Finais

A breve análise empreendida ao longo deste artigo procurou examinar, de forma muito ínfima, a dinâmica do processo de invisibilização cultural das comunidades tradicionais, abordando os mecanismos de dominação simbólica que, ao longo do tempo, invisibilizam a memória coletiva e reforçam a hegemonia cultural das classes dominantes. A partir de uma

162



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



leitura crítica, também realizada anteriormente nas discussões originalmente desenvolvidas na monografia, foi possível observar como a memória, enquanto construção social e histórica, não é somente um produto do passado, mas um agente mobilizador que condiciona as relações sociais no presente.

No contexto de Armação dos Búzios, o processo de gentrificação e especulação imobiliária emerge como uma estratégia de reestruturação da cidade, que ressignificou sua história e cultura a partir dos interesses econômicos e culturais da classe dominante. Transvestido de modernização, essa reestruturação resultou no apagamento da cultura das comunidades tradicionais, que, ao serem progressivamente deslocadas e marginalizadas, se depararam com uma identidade coletiva fragilizada. A imposição de uma cultura hegemônica, sustentada por práticas simbólicas e ideológicas, é acompanhada por uma violência simbólica que apaga as histórias impondo uma nova forma de viver, de ser e de se perceber no mundo, internalizada através do *habitus*.

Neste sentido, os métodos de manipulação da memória e da história se tornaram instrumentos fundamentais de manutenção da ordem social, uma vez que moldam a percepção dos agentes sociais sobre sua própria identidade e sua relação com o passado. A memória, portanto, torna-se uma construção um tanto fragmentada e controlada, desprovida de seu potencial emancipatório.

A análise proposta sobre as relações entre memória, ideologia e dominação simbólica não se limita a uma reflexão teórica, mas aponta a necessidade de um processo contínuo de rememoração através de diferentes meios de socialização, práticas culturais das comunidades tradicionais e contação de história, no qual foi suprimida em nome da modernização. Reconhecendo a centralidade dessas memórias na construção de uma identidade coletiva genuína, é possível vislumbrar alternativas para o contínuo processo de existência e resistência a esse apagamento, que se expressa na luta por reconhecimento, por espaços de fala em espaços de decisão e incidência política.

163

Referências

ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. *Athena digital: revista de pensamento e investigação social*, v. 15, n. 1, p. 0207-223, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 1985.

DE MORAES, Dênis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 54-54, 2010.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 2003.

JUNIOR, Antonio Fernando Cordeiro Guedes. Entre o tempo e o espaço: cidade e memória social. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão e seus diferentes profetas, 1845 –1846. Tradução: prefácio e notas de Marcelo Backes Organização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Sulamita Conceição Ribeiro de. *A luta pela memória: invisibilização cultural e a deslegitimação das comunidades tradicionais de Armação dos Búzios/RJ*. 2023. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

RIBEIRO, António Sousa; SANTOS, Cecília MacDowell; MAESO, Silvia Rodríguez. Violência, memória e representação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 88 | 2010, 5-7.

SANTOS, Alexandre de Jesus. As lutas de classes no campo da memória. Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências, v. 10, n. 01, p. 27-42, 2021.

XAVIER, Marina de Aquino Parreira. Estética, poder e território. 2006. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro

164



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A LAICIDADE EM QUESTÃO NO REORDENAMENTO ESCOLAR EM MACAPÁ-AMAPÁ-BRASIL

Tatiana Pantoja Oliveira-Araújo¹

A laicidade e a secularidade em questão

Max Weber analisou a religião como um fenômeno social intrincado, examinando seu impacto na organização das sociedades e sua conexão com a economia, política e a divisão social. Seus estudos relacionando o desenvolvimento do capitalismo e a racionalização e o desencantamento do mundo influenciaram muitos trabalhos sobre a secularização da sociedade moderna, como consequência desses processos (WEBER, 1982).

O paradigma weberiano foi relativizado por Torres (2013), argumentando que não se deve desconsiderar os avanços que as religiões vêm obtendo no mundo contemporâneo, através de processos de adaptação. O religioso se reconfigurou tal qual a sociedade na modernidade tardia, alargando a noção de campo religioso de Pierre Bourdieu, o que deve perpassar, segundo Torres (2013) por uma análise da secularização e das consequências advindas da globalização e do pós-colonialismo na América Latina.

Para Bonato (2017), o debate intelectual sobre secularização reacendeu devido às mudanças no campo religioso, à revisão da teoria clássica, à busca por paradigmas alternativos na sociologia religiosa, à presença pública da religião e ao surgimento de novas pesquisas impulsionadas pela laicidade. O estudo também destaca novas perspectivas analíticas, incluindo a de José Casanova, analisando a validade de seus modelos teóricos.

Temos, então, duas inflexões na bibliografia, como apontado por Lott (2016). Uma atrelada à tese do desencantamento do mundo, filiada por autores que ratificam a expurgação da religião do âmbito político, como Marcel Gauchet e Didier da Silva. E a outra, tendo por representante Philippe Portier, substituição da tese de secularização pela a de recomposição do religioso, com a multiplicação de crenças e espiritualidades. Daí Portier apud Lott (2016) apontar o conceito de laicidade:

Em geral, temos por laicidade um regime jurídico e político no qual primeiramente os indivíduos dispõem de uma liberdade de crença ou de não crença. Primeira ideia, portanto: cada um deve poder crer ou não crer como ele entende e manifestar publicamente, se ele o deseja, sua opinião, sua crença ou sua não crença. A segunda característica da laicidade é o Estado neutro. Neutralizar o

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). Orientadora: Joana D'Arc do Valle Bahia. Coorientadora: Brenda Carranza. Possui Graduação e Licenciatura Plena em História, especialização *latu sensu* em História Social e Cultura da Amazônia e Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É professora de História da rede estadual de ensino do Governo do Estado do Amapá. E-mail: tatiapantoja@gmail.com.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Estado no sentido que esse Estado não se coloque a serviço de uma crença diferente, de uma crença religiosa que afirmaria sua singularidade com relação a todas as outras crenças na sociedade. De um lado, por conseguinte, liberdade de convicção; de outro, neutralidade do Estado, um Estado que não intervém na esfera religiosa. (PORTIER *apud* LOTT, 2016, p. 191).

A França é frequentemente citada como um modelo tradicional de laicidade, especialmente após a Lei de 1905 que separou a Igreja Católica do Estado. No entanto, o estudo de Baubérot (2017) revela que não existe um modelo único de laicidade na França. Quatro formas de laicidade coexistiram durante o desenvolvimento da lei, enquanto três tipos surgiram após a proclamação, gerando debates entre seus defensores e opositores. Com isso, podemos observar como a laicidade pode assumir diversas formas, dependendo dos processos históricos de cada país.

Por conta disso, Blancarte (2016) diferenciou laicidade pura, que é um modelo ou aspiração de virtude, de laicidades práticas, que conformam a realidade social. Estas laicidades são plurais e diversificadas, tais quais a forma como o Estado se relaciona com religião e atores do campo religioso.

De acordo com Blancarte et al (2018), é possível falar em "invenção da laicidade", considerando que há diferentes configurações de laicidade em cada contexto histórico e geográfico. O conceito pode adquirir várias formas, dependendo de como a relação entre as instituições religiosas e o Estado foi historicamente estabelecida. Isso permite comparar situações, elaborar estudos de caso e fortalecer a elaboração de ferramentas e tipologias teórico-interpretativas.

Por conta de laicidade apresentar característica polimórfica, Dullo (2024) apontou-o como um conceito socialmente disputado, o que, para o autor, ocasiona uma certa confusão conceitual sobre o termo. Por isso justifica sua preferência pelo conceito de secularização por entendê-lo não apenas como um processo, mas também como um projeto político.

Oro (2011) discute o conceito de secularização como uma abordagem mais adequada para o contexto anglo-saxônico, como exclusão do religioso do ambiente público; e laicidade como o processo pelo qual o Estado se emancipa da influência religiosa, sendo mais frequente nas línguas neolatinas. Ele define três categorias de laicidade: a) países que aderem ao sistema de laicidade das Igrejas estatais; b) países que defendem a separação entre Igrejas e Estado, mas realizam acordos bilaterais ou concordatas; e c) sistemas que defendem a separação entre Igreja e Estado.

Para Monteiro (2013), a diferenciação entre laicidade e secularismo é essencial para entender a organização dos espaços públicos em contraste com o Estado, por um lado, e com a vida familiar, por outro. Destarte, a escolha por um conceito ou outro implica em encaminhar o estudo por um viés ou outro, consoante com o objeto de estudo. Para analisar o reordenamento escolar no Amapá a partir de meados de 1944, quando foi desmembrado do estado do Pará e como tal processo suscitou envolveu a questão também a participação da Igreja Católica, discutiremos o viés da laicidade.

166



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A Laicidade no Brasil

Mariano (2003) abordou a trajetória de secularização e pluralismo religioso, avaliando ter havido maior liberdade religiosa no Brasil do que na França. A separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro levou à desmonopolização da religião, secularização do Estado, surgimento e expansão do pluralismo religioso, com o objetivo de competição no setor religioso, com especial atenção às igrejas cristãs do movimento pentecostal.

Ao adotar o modelo das controvérsias para analisar a laicidade, Montero (2013, p. 23), afirmou que a laicidade brasileira foi configurada para “a regulação dos direitos e deveres da Igreja católica enquanto instituição e não para erradicar a fé ou dirimir conflitos religiosos que, na verdade, até então eram percebidos como inexistentes”. Hodiernamente, a pressão das igrejas evangélicas por mais espaço político favorece a “doutrina do secularismo à moda brasileira”, que defende não a expulsão da religião do âmbito estatal, mas sim a permissão para a sua expansão, ampliando o espaço público para grupos e instituições religiosas.

Da mesma forma, Oro (2011) também sustentou a especificidade da “laicidade à brasileira”, marcada pelo alinhamento da Igreja Católica e do Estado. Isso permitiu a formação de aliança, como quando da vigência do Governo Vargas, o que permitiu ainda que as religiões afro-brasileiras fossem sistematicamente reprimidas e desqualificadas

Camurça et al (2020) ratificaram que a natureza da laicidade no Brasil é única, já que não seguiu os modelos francês ou norte-americano. Isso resultou em uma expectativa reduzida de secularização e conflitos entre entidades religiosas e laicas. Estas se apropriam das normas legais e constitucionais da laicidade para seus próprios interesses e projetos, gerando situações de controvérsias, conflitos, alianças e acomodações.

167

A questão da laicidade na educação da Proclamação da República a “Era Vargas”

A separação entre o Estado e a Igreja ocorreu com a Proclamação da República. No entanto, no Brasil há uma singularidade em sua laicidade em comparação com outras nações. A Igreja Católica continuou a exercer influência, particularmente na educação, direcionando suas escolas católicas para as elites e dirigindo o Ensino Secundário para os homens, tendo um currículo mais científico, e o Ensino Primário para as mulheres, com vista ao aprimoramento cultural e na preparação para o lar (VECHIA, 2005; INÁCIO FILHO, 2004). A Igreja Católica também incentivou as mulheres a escolherem as Escolas Normais por ser a docência uma profissão socialmente aceita, na associação entre a maternidade e a educação (CUNHA; SILVA, 2010).

A partir de meados da década de 1920, a crescente disseminação dos princípios da Escola Nova, contestando o ensino tradicional e propondo a superação através de novos métodos e uma nova filosofia educacional, começou a incomodar os grupos católicos. Estes começaram a vê-los como uma nova ameaça à estabilidade da Igreja Católica, justamente quando tentavam restabelecer sua aliança com o Estado. Portanto, a educação tornou-se um



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



campo de batalha entre os dois grupos, cada um buscando êxito em seus projetos (CELESTE FILHO, 2016; CARVALHO, 1998).

Após a ascensão de Getúlio Vargas ao Poder, o Governo começou a atuar como um mediador de conflitos, fazendo concessões aos renovadores e aos católicos (XAVIER, 2005). Assim, durante as Reformas do Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, o Ensino Religioso retornou às escolas através do Decreto n. 19.941, de 20 de Abril de 1931, atendendo à pressão da Igreja Católica, a despeito de os escolanovistas considerarem isso como um atentado contra a laicidade na educação (SILVA, 2013, p. 36).

Gustavo Capanema, sucessor de Francisco Campos na Pasta, foi responsável por outras alterações na estrutura educacional do país - as chamadas Reformas Capanema. Com isso, houve a divisão do Ensino Profissional em Ensino Industrial, Comercial e Normal (PALMA FILHO, 2005).

Embora a forte oposição dos escolanovistas, a Igreja Católica também conseguiu incluir algumas de suas pautas nessas Reformas, como a permissão de instauração de colégios segregados por sexo; ter uma diferenciação curricular e a separação de corpos baseado em gênero, mesmo quando a escola era mista, incutindo uma percepção dos espaços sociais que homens e mulheres devem ocupar e de suas respectivas funções na sociedade (BENCOSTTA, 2011). Contribuíram para tal êxito a relevância que Estado e a Igreja Católica atribuíam à família, à ordem, à disciplina, ao patriotismo, entre outros princípios, além da influência política dos católicos na área educacional, o que possibilitou a formação de um pacto entre Igreja e Estado (SCHWARTZMAN, 1986; VILHENA, 1992).

168

A autonomia do Amapá como Território Federal

A formação do Amapá como unidade federativa teve início em 1943, quando foi separado do Estado do Pará através do estatuto jurídico-político de Território Federal, e foi transformado em Estado apenas em 1988 (SANTOS, 2006). Anteriormente, era apenas uma cidade do Pará, fazendo fronteira com a Guiana Francesa. Durante a Colonização do Brasil por Portugal, seu posse foi disputada inicialmente com os espanhóis e posteriormente com os franceses, durante o Império e o começo da República brasileira (CASTRO, 1999).

No início da década 1940, a economia continuava baseada no extrativismo vegetal e no comércio que se estabelecia através dos regatões (COSTA, 2007), vivendo uma situação de declínio pela crise da borracha, que resultou em uma diminuição populacional, na precarização de grupos escolares e no sufocamento das ações urbanísticas e educativas que foram empreendidas pela Igreja Católica, por meio das ações sociais do Pe. Júlio Maria Lombaerd (LUNA, 2017; FERREIRA, 2022).

O primeiro governador do Território Federal do Amapá (doravante TFA), diretamente indicado pelo presidente Getúlio Vargas, foi um capitão do Exército brasileiro, Janary Gentil Nunes, governando de 1944 até 1956, sendo sucedido por pessoas apoiadas por ele e concordes para dar continuidade ao seu programa de governo (SANTOS, 2006). Janary



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Nunes foi escolhido como um homem ideal para “modernizar os investimentos sociais e internacionalizar a economia, principalmente os recursos minerais” (LUNA, 2017, p. 93-94). O então governador estava imbuído com a missão de integração nacional da região, por meio da exploração do grande potencial de recursos minerais, aliada ao discurso de Segurança Nacional durante a Segunda Guerra Mundial (PORTO, 1999). Suas manobras políticas permitiram que a empresa Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês, doravante citada pela sua sigla ICOMI, associada a empresa americana Bethlehem Steel, ganhasse a concessão da exploração manganésifera na área (DRUMOND; PEREIRA, 2007).

Desta feita, “a identidade nacional passava a ser a identidade territorial, sem a qual não seria possível a construção do Estado Nacional (...) a partir da redivisão territorial e da implantação de uma política intervencionista e centralizadora do Governo Federal, na região” (SILVA, 2011). Nacionalismo, intervenção e centralização orientaram a política no TFA.

Desenhava-se também para o Amapá a formação de uma sociedade laboriosa e ordeira. A formação de uma mão-de-obra local disciplinada faria a “‘elevação’ social do caboclo [que] passava pela urgência em torná-lo economicamente útil e socialmente ajustado ao novo tipo de sociedade amazônica ‘nacionalmente integrada’ ” (PAZ, 2014, p. 36).

A intenção era estabelecer autênticos centros civilizadores em áreas fronteiriças, em conformidade com a ideologia do Estado Novo, que defendia que a identificação do cidadão como integrante da nação se daria através de sua participação direta no processo de produção (REIS, 1988). A integração do Amapá à nação foi traçada por meio de uma ação intensiva do Estado, levando à transformação do caboclo amazônida em brasileiro (COELHO, 2004). Para realização desse projeto, o Governo territorial tinha três premissas a cumprir: “Sanear, Educar e Povoar”. Em vista disso, buscou atrair imigrantes para a colonização, executar diversas obras de saneamento e urbanização, além de construir edifícios públicos e escolas. Segundo Lobato, a integração das áreas de fronteiras dos Territórios Federais priorizava a colonização “por homens com corpos saudáveis e mentes educadas, enfim, habilitados à promoção da riqueza pessoal e nacional” (LOBATO, 2009, p. 89).

169

A laicidade no reordenamento do Território Federal do Amapá

Conforme Santos (2006), Janary Gentil Nunes governava de forma autocrática, fazendo alianças estratégicas com profissionais liberais, dirigentes de festas religiosas e grandes proprietários de terras. Para Lobato (2009), isso era uma estratégia de cooptação, que fazia desses segmentos seus aliados na consecução do projeto de Estado, sendo a Igreja Católica um grande em potencial pelo controle social que detinha sobre a maioria da população.

Janary Nunes casou-se na Igreja Católica, primeiramente com Iracema Carvão Nunes, com quem teve dois filhos, e, após o falecimento desta, com a sua própria ex-cunhada, Alice Déa Carvão Nunes, sendo que, conforme Montoril (MONTORIL, 2015), “foi ‘cria’ e ‘afilhada’ do casal Janary-Iracema, e que, para unirem-se tiveram que pedir permissão para a Igreja” .



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Nos eventos que o governador Janary Nunes realizava, fazia sempre convite ao clero para comparecer, como chancela política. Suas habilidades foram muito testadas nas tensões entre setores populares e o clero católico a respeito de interdição de danças e consumo de bebidas alcoólicas em festividades a Santos que esses últimos haviam feito.

Neste caso, podemos inferir o alcance da importância simbólica dada à Igreja Católica para fazer seu segundo matrimônio, visto que haveria aí uma interdição, pois os padrinhos eram como filhos espirituais. Ainda assim, Janary convivia com pessoas de diferentes credos, sendo que o seu próprio alfaiate era um umbandista (BRANDÃO, 2018).

No tocante à Igreja Católica, observa-se um reordenamento de suas bases no Amapá. Missionários italianos do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (doravante PIME) substituíram os sacerdotes, de origem alemã, da Congregação Sagrada Família em 1948 (GHEDDO, 2000), e em 1951 ganharam um reforço com a chegada de algumas missionárias da Ordem das Irmãs de Caridade das Santas Capitânia e Gerosa, também conhecida como Ordem das Irmãs de Nossa Senhora Menina, em 1951 (ROMELLI, 2011).

O PIME foi responsável pela fundação do jornal *A Voz Católica* em 1949, como um meio de comunicação das atividades das paróquias e, ao mesmo tempo, um instrumento de orientação educacional. Além disso, os missionários criaram o Orfanato São José de Macapá, o Pensionato São José, o Clube Desportivo Juventus, cinemas paroquiais São José e Trem, Clubes de Mães paroquiais “com cursos de corte e costura para as mulheres”, a Rádio Educadora e organizaram uma rede de correio hertziano (*O Ponteiro*, 1996, p. 7). Houve também a articulação para a organização da Juventude Operária Católica (DUARTE, 2021). Fundaram também a Gráfica São José, que imprimiu o jornal *A Voz Católica*. Este jornal foi fundado em 1949 e foi usado como meio de comunicação das atividades das paróquias e para orientação educacional (*O Ponteiro*, 1996). Entre os assuntos mais discutidos nos artigos é marcante a preocupação a respeito da moral e dos bons costumes ao lume da fé cristã e a preocupação do clero com a atividade religiosa e educacional de evangélicos.

Data de 1916 a primeira tentativa de estabelecer uma missão evangélica no Amapá, marcada com a vinda do pastor Clímaco Bueno Aza, sendo mal sucedido devido à forte oposição liderada pelo padre Julio Maria Lombaerd, que promoveu a queima de Bíblias evangélicas em praça pública. No ano seguinte, outro pastor, José de Matos, fundou a Assembleia de Deus, causando novos conflitos com o clero católico. A criação do TFA atraiu migrantes em busca de emprego e melhores oportunidades. Isso levou a um renascimento da missão evangélica, com o território recebendo uma liderança fixa da Congregação A Pioneira (CARMO; ROCHA; REIS, 2018).

Os desentendimentos entre as lideranças fizeram com que a Assembleia de Deus se dividissem em outras congregações, se ramificando pelo TFA e aumentando as conversões. Também outras vertentes evangélicas seguiram a onda da migração, como a Igreja Batista, erguendo um templo bem no centro da cidade de Macapá (CARMO; ROCHA; REIS, 2018). Destaca-se também a implantação da Igreja Evangélica dos Irmãos pelo missionário norte americano Eduardo Muller e sua família. Entre 1951 e 1953, esse missionário erigiu o

170



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



primeiro templo da Igreja Evangélica dos Irmãos e, ao lado desta, implantou a Escola Evangélica que ensinava a ler, a escrever e a datilografia para as pessoas da comunidade (COSTA, 2013).

Outro grupo que passou a se radicalizar no TFA foi o dos espíritas, da linha de Allan Kardec, que passaram a fundar seus primeiros, como Centro Espirita Frei Evangelista e Centro Espirita Irmã Cáritas. A União Espirita Amapaense foi fundada em 1960 e, no ano de 1977, a Federação Espirita do Amapá (FEAP), de modo a exercer a doutrina pareada às diretrizes da Federação Espirita Brasileira (FEB). (PICANÇO; REIS, BASTONE, 2018).

A cultura local era marcada pela fusão de elementos do catolicismo com danças afro e por rituais de pajelanças e de benzedeiros. A repressão a essa cultura foi duramente repreendida pelo clero católico, no Amapá, tanto antes quanto depois do Amapá virar Território Federal. Uma das manifestações mais combatidas foi a do Marabaixo, uma “festa de santo” em homenagem à Santíssima Trindade e Divino Espírito Santo, o que desencadeou vários episódios de conflitos com os populares e com políticos que defendiam a manutenção dos costumes arraigados. O governador Janary Nunes tratava de apaziguar esses conflitos, procurando fazer uma mediação para manutenção da ordem (LOBATO, 2015; FERREIRA, 2022).

Um grupo social que causava preocupação pela sua atuação entre a massa de trabalhadores foram os comunistas. No jornal amapaense da Igreja Católica, chamado A Voz Católica, se verifica uma denúncia da ação dos comunistas no Amapá e a tentativa do clero de causar repulsa a suas ideias e contornar seus estratagemas aliciadores (OLIVEIRA, 2011).

Como se pode observar em análise aos Livros do Tombo, para marcar sua presença, o PIME traçou a estratégia de construir escolas nas paróquias, buscando doações na Europa e ajuda financeira ou doações de materiais por parte do Governo do TFA. Assim, ocorreu o estabelecimento de uma aliança entre as duas instituições:

O governo do Amapá queria difundir a educação no interior do território e chegou a fazer uma convenção com dom Aristides, por meio da qual a prelazia construiria as escolas e o governo subvencionaria os professores. Aos domingos, as escolas seriam usadas para encontros religiosos e catequese. Interessantes estes dados: nos anos 1950, 75% das escolas do Amapá eram da prelazia, admitindo estudantes pobres, dando toda a assistência e material; 9 escolas primárias reuniam uns 3 mil alunos, enquanto os cursos profissionalizantes (industrial, agrícola, mecânica, de corte e costura) tinham uns 500 alunos. (NEGRI, s/d, p. 42)

Portanto, no Amapá, se desenrolavam processos que configuram uma laicidade onde o religioso continuava pujante na cena pública. O Estado se abstinha de construir escolas, particularmente na periferia de Macapá e no interior do Território. Em troca, a Igreja Católica fornecia o corpo docente e a manutenção, desde que as escolas fossem utilizadas para fins religiosos, o que não se restringia apenas aos domingos, conforme citado por Negri (s/d).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Os padres costumavam visitar as escolas para dar aulas de catequese. Nos *Livros do Tombo*, há registros de estudantes de diversas escolas participando das missas, recebendo a comunhão e realizando atividades nas instalações escolares para as celebrações da Páscoa, frequentemente com a presença de um padre. Essas escolas não se limitavam apenas às que operavam nas instalações cedidas pela Igreja Católica, visto que padres visitavam regularmente outras instituições de ensino pertencentes ao Governo Territorial.

Os cursos de férias são frequentemente mencionados nos *Livros do Tombo* e constituem mais um componente que possibilita examinar o quão intensa era a cooperação entre a Igreja Católica e o Governo do TFA: a formação simultânea de professores e catequistas. Era crucial que fossem educados na fé católica para formar bons católicos e evitar que se tornassem presas dos grupos rivais.

Durante a gestão de Janary Nunes, a educação escolar possibilitaria criar um indivíduo novo, disciplinado e comprometido com a produtividade, num grande esforço para revitalizar o homem da região e auxiliar no desenvolvimento econômico (LOBATO, 2009). A população deveria apoiar o projeto do governo para alterar seu modo de vida, de maneira coercitiva, sem levar em conta a realidade local. As escolas inauguradas neste período refletiam as intenções do governo, propagando o êxito das atividades sociais da ICOMI em todo o Amapá. (PAZ, 2014).

Os missionários do PIME também realizavam ações junto aos professores para atuarem como catequistas e faziam confissões e cerimônias no espaço escolar das escolas públicas (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015, p. 88). Ainda preocupavam-se com a profissionalização dos habitantes do território, criando duas escolas profissionalizantes de marcenaria e serralheria em dois bairros de Macapá e de uma escola Agrícola no município de Amapá

Como observado, a criação do TFA desencadeou várias dinâmicas sociais e econômicas. Na tentativa de conduzir essas dinâmicas, o governo territorial empreendeu uma política educacional que tinha na criação de grupos escolares e de escolas a sua principal meta, inclusive escolas de ensino profissional, pois os alunos “deveriam ser preparados para integrar o mundo da produção, através do qual se integrariam à própria sociedade” (LOBATO, 2014). Assim, foram fundadas a Escola de Iniciação Agrícola (1947), localizada no município de Amapá; a Escola Industrial (1950) e a Escola Doméstica (1951), ambas em Macapá.² Essas escolas funcionavam sob regime de internato e atendiam alunos do sexo masculino, à exceção da Escola Doméstica, que recebia somente estudantes do sexo feminino e operava também como externato (LOBATO, 2009; DIAS, 2015).

Durante o Mestrado, desenvolvemos uma pesquisa sobre a Escola Doméstica de Macapá. Essa escola foi inaugurada em 6 de agosto de 1951, sendo extinta em 1964 e reinaugurada

172

² Outra escola profissionalizante foi criada por iniciativa particular, em 1949, por contadores da Associação Comercial Agrícola e Industrial do Território, e formava técnicos em Contabilidade. Tratava-se do Colégio Comercial do Amapá (CCA), que passou por dificuldades financeiras e tinha carência de professores de quadro efetivo, obtendo junto ao governo do TFA dotação orçamentária para construir seu prédio, passando assim a ser pública (LOBATO, 2009).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



com o nome de Ginásio Feminino. Com a Reforma do Ensino pela Lei n. 5.692/71, o curso ginásial foi extinto e, com isso, a escola foi remodelada para a coeducação dos dois sexos. O Decreto de n. 30, de 28 de novembro de 1978 renomeou a nomenclatura do educandário para Escola Irmã Santina Rioli, em homenagem a uma das irmãs pioneiras que lá trabalhara (OLIVEIRA, 2016).

A Escola Doméstica de Macapá foi uma escola pública feminina que ficou a cargo das Irmãs de caridade das Santas Capitanio e Generosa, que eram responsáveis pela sua administração pedagógica e espiritual, conforme as articulações do primeiro bispo prelado de Macapá, Dom Aristides Piróvano, e do governador Janary Nunes. Funcionava no sistema de internato, oferecendo também cursos livres de externato. A aprendizagem era de cursos de corte-costura, tricô, bordados, crochês e culinária, além das disciplinas regulares (OLIVEIRA, 2016).

Havia um controle estrito das Irmãs sobre as alunas do internato, desde a organização da escola e das disciplinas, a rotina de aulas e tarefas das alunas, sobre a forma como eram ensinadas as Prendas Domésticas e entre outros aprendizados, a realização de missas e confissões com presença de padres, impregnando de religiosidade o ambiente. A interpenetração público/confessional na Escola Doméstica de Macapá conformou uma cultura escolar que possibilitou a internalização de *habitus* por parte das então alunas, que as tornaria no futuro boas esposas cristãs e mães dedicadas, visando a um aprimoramento moral da sociedade e à qualificação profissional feminina no âmbito doméstico, ou então, para complementação de renda do marido (OLIVEIRA, 2016).

Outra escola-modelo da educação profissional do TFA foi a Escola Industrial de Macapá. Sua criação aconteceu em 01 de dezembro de 1949, sob denominação de Escola Profissional Getúlio Vargas, sendo modificada para Escola Industrial de Macapá exatamente após um mês, pelo Decreto n. 101/GAB. Funcionava como internato e semi-internato. Em 24 de julho de 1964, foi renomeada como Ginásio Industrial de Macapá, sendo o nome alterado para Ginásio de Macapá, cerca de um ano depois.³ Mais do que mudanças de denominação, a partir de 1965 houve uma modificação substancial da escola, pois o curso de internato fora extinto e o educandário passou a atender apenas em externato orientado para o trabalho, em um outro contexto histórico e com outra proposta pedagógica. Por isso, consideramos orientar o exame documental desta escola até 1964, enquanto ela prevaleceu como Escola Industrial de Macapá, pelas suas correlações com as Reformas Capanema e com a adoção do modelo de escolanovista.

Ele atendia somente rapazes de 12 a 15 anos em regime de internato para os estudantes que mais carentes e vindos do interior do Território e semi-internato para os que tinham como família na Capital, oferecendo cursos de Marcenaria, Metalurgia e Sapataria, em regime de

173

³ A escola ainda teve mais três alterações em sua designação: Ginásio de Macapá, Escola Integrada de Macapá e, a designação atual como Escola Antonio Cordeiro Pontes, cujo nome homenageia um ex-aluno da Escola Integrada, que também foi um de seus professores, além de ter exercido cargos políticos.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



internato e de semi-internato. Tinham a sua disposição toda uma oficina completa para a sua formação.

Também foi atingido pelas reformas educacionais de 1964, quando foi fechado o sistema de internato, com o Decreto n. 07, de 2 de fevereiro de 1964 do Governo do TFA, e renomeado como Ginásio Industrial de Macapá, sendo depois o nome alterado para Ginásio de Macapá. Tal como a Escola Doméstica, a Escola Industrial muda de características e por isso, situamos o nosso recorte final de análise em 1964.

Na Escola Industrial de Macapá tentava-se implementar a moderna pedagogia, legada pela Escola Nova, para formar mão-de-obra especializada para o mercado industrial manganésífero, que fosse disciplinada e submissa a hierarquia e aos novos padrões de civilidade, com aquisição de valores por meio de práticas religiosas católicas que aconteciam no espaço escolar e extra-escolares e do ensino religioso ligado aos ensinamentos da Igreja Católica, que asseguravam a conversão dos alunos e a perpetuação de futuras famílias católicas e afastados do comunismo, fazendo parte de um projeto de sociedade compartilhado entre o Governo do TFA e a Igreja Católica.

Palavras finais

174

Conceitos operacionais servem para converter conceitos abstratos em parâmetros mensuráveis e aplicáveis, a partir dos quais podemos embasar uma análise com critérios científicos. A discussão sobre a laicidade nos possibilitou ampliar o estudo anterior feito sobre a interpenetração entre o público e o privado, nas reflexões sobre a nossa Tese Doutoral.

Em nível nacional a laicidade se conformou de uma maneira à brasileira. A nível local também podemos dizer que houve uma laicidade à amapaense. A concorrência nos campos religioso e político fez com que a Igreja Católica, por meio do PIME, e o Estado, representado pelo Governo do TFA, passassem por cima de suas eventuais rusgas, e somassem esforços em suas ações no setor educacional, em nome de um projeto de modernização para Amapá e de seus próprios interesses.

Referências

AMAPÁ. Diocese de Macapá. **O Ponteiro**: Boletim da Diocese de Macapá. Edição Especial: 50 anos do PIME no Brasil, mar./abr. 1996.

_____. Diocese de Macapá. **Livros do Tombo da Prelazia de Macapá**. Vol. 1 e 2, 1979.

BAUBÉROT, J. Les sept laïcités françaises - Le modèle français de laïcité n'existe pas. Maison des sciences de l'homme. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2015.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BENCOSTTA, M. L. A. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil (século XX)**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 3 v.

BLANCARTE, R. J. A República Laica no México: entre a Laicidade Pura e a Laicidade Prática. **Numen online**: revista eletrônica de Estudos e Pesquisa da Religião, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, 2016, p. 10-32.

_____. *et al.* Editorial: As encruzilhadas da laicidade na América Latina. **Religião e Sociedade online**, Rio de Janeiro, n. 38, v. 2, 2018, p. 10-20.

BONATO, M. A secularização em pauta: da reflexão teórica às mutações do catolicismo no Brasil contemporâneo, 2017, Goiás. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO: Gênero, laicidade e ativismo religioso no Congresso brasileiro, 2017.

BRANDÃO, Alessandro R P. Tenda espírita São Sebastião harmonia e caridade: a História da Umbanda no Amapá. **Tempo Amazônico online**, v. 6, n.1, jul-dez 2018, p. 100-114.

175

CAMURÇA, M.; SILVEIRA, E. J. S. da; ANDRADE JÚNIOR, P. M. de. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. **Horizonte online**: revista eletrônica do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da PUC Minas, Dossiê: Fundamentalismos e Democracia, Belo Horizonte, Dossiê v. 18, n. 57, p. 975-1001, set./dez. 2020.

CARMO, A. T. do.; ROCHA, C. de J.; REIS, M. V. de F. “Ide por todo mundo”: o processo de implementação da Assembleia de Deus no Amapá - Considerações sócio-históricas. **Identidade!**: periódico *online* do Grupo de Pesquisa Identidade da Faculdades EST-Escola Superior de Teologia. São Leopoldo, v. 23, n. 1, p. 08-25, jan./jul. 2020.

CARVALHO, M. M. das C. de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTRO, A. H. F. de. O fecho do Império: História das Fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, F dos S. **Nas Terras do Cabo Norte**: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira séculos (XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 129-193.

CELESTE FILHO, M. Leigos e católicos em disputa pela Escola Nova no Brasil na década de 1930. **Inter-Ação online**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 276-293 maio/ago. 2016.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



COELHO, M C. De Caboclo a Brasileiro: Estado e nacionalidade no Território Federal do Amapá. **Saeculum** (Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB), João Pessoa, v. 10, p. 141-162, 2004.

COSTA, M. C. Os evangélicos chegam no Amapá. **Amapaense de coração**. Macapá, 27 abr. 2013. Disponível em: <http://mrccarrera.blogspot.com/2013/04/os-evangelicos-chegam-no-amapa.html>. Acesso em 01 ago. 2024.

COSTA, P. M C. N. Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970. 2007. 222 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

CUNHA, W. D dos S.; SILVA, R. J. V. A educação feminina do século XIX: entre a Escola e a literatura. **Gênero online**: revista do Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social/ UFF, Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem. 2010.

DIAS, A. O. da S; CARVALHO, C. H. de. O Território Federal do Amapá e a organização da educação pública (1943-1958) In: FERREIRA, N. de B. (Org.). **Interfaces da educação: história, política, saberes e práticas para além da fronteira amazônica**. Macapá: EdUNIFAP; Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 67-109.

DUARTE, J. Igreja e jovens trabalhadores: a atuação da JOC no Amapá (1957-1968). In: LOBATO, Sidney da S. Igreja e trabalhadores na Amazônia setentrional. Branco: Nepan Editora, 2021.

DULLO, E. Secularization, secularism and laicidade in Brazil: Rethinking global theoretical assumptions. **Religion Compass online**, Hoboken, v. 18, n. 2, fev. 2024, p. 1-11.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M de A. P. **O Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FERREIRA, I. M. Do altar à escola: a atuação da Igreja Católica no campo educacional amapaense (1903-1956). 2022. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá. 2022. Disponível em: https://www2.unifap.br/ppged/files/2022/11/Dissertacao_IDELSON-MACIEL-FERREIRA.pdf. Acesso em 20 maio 2023.

GHEDDO, P. **PIME**: 150 *anni di missione* (1850-2000). Bologna: EMI, 2000.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



INÁCIO FILHO, G.; SILVA, M. P. da. Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar? **Revista HISTEDBR online**: revista do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil/UNICAMP, Campinas, v. 15, p. 1-15, 2004.

LOBATO, S. da S. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá. Belém: Paka-Tatu, 2009

_____. Federalização da fronteira: a criação e o primeiro Governo do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios & Fronteiras online**: revista eletrônica do Programa de Pós-graduação em História da UFMT, Cuiabá, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014.

_____. Santos e sacramentos no cotidiano dos trabalhadores de Macapá (1944-1964). **Revista Tempo online**: revista eletrônica da EdUFF, v. 21, n. 38, 2015, p. 1-20.

LOTT, H. M. Compreensões sobre o momento contemporâneo da saída da religião e condição atual da Laicidade: entrevistas com pesquisadores franceses. **Horizonte online**, Belo Horizonte, v. 14, n. 41, jan./mar. 2016, p. 185-199.

LUNA, V. X. Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970). 2017. 217 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23699>. Acesso em: 09 jun. 2023.

MARIANO, R. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas online**: revista eletrônica de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 3, no 1, jun. 2003, p. 111-125.

MONTERO, P.; SALES, L.; TEIXEIRA, J. M. As Relações entre Estado e Religião no Brasil. In: SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. **Manual de Sociologia Política**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 425-442.

MONTORIL, N. Do Fundo do Baú: O “sim” de Janary Nunes e Alice Déa Carvão Nunes. Blog **Porta-Retrato - Macapá/Amapá - Treze anos**. Macapá: João Lázaro. 2015. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2015/05/um-registro-historico-raro-familia-de.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

NEGRI, T. **Dom Aristides**: uma aventura humana e missionária. São Paulo: Mundo e Visão, s/d, p. 24.

177



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OLIVEIRA, T. P. A voz de Deus no lar amapaense: potencialidades de pesquisa no jornal *A Voz Católica*. In: AMARAL, Alexandre *et. al.* **Do lado de cá**: fragmentos de História do Amapá. Pará: Açai, p. 219-237, 2011.

_____; FERREIRA, N. de B. Onde se reza e também se estuda: Estado, Igreja Católica e a escolarização no ex-Território Federal do Amapá (1948-1964). **Tempo Amazônico online**: revista eletrônica da ANPUH – Seção Amapá, v. 2, n. 2, jan./ jun. 2015, p. 74-93.

_____. Público/confessional, cultura escolar e formação de habitus: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964). 2016. 203 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá. 2016. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2022/10/DISSERTACAO-TATIANA-PANTOJA-OLIVEIRA.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017.

ORO, A. P. A laicidade no Brasil e no Ocidente-algumas considerações. **Civitas online**: revista eletrônica de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, vol. 11, núm. 2, maio-agosto, 2011, p. 221-237.

PALMA FILHO, J. C. A Educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: _____ (org.). **História da Educação**: Cadernos de Formação. 3. ed. São Paulo: Santa Clara Editora; PROGRAD/UNESP, 2005, p.61-74.

PAZ, A. **Os mineiros da Floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PICANÇO, L T B; REIS, M V de F; & BASTONE, P. In: BASTONE; REIS, M V de F (orgs.). **Religião e religiosidade na Amazônia e na contemporaneidade**. Macapá: UNIFAP, 2018.

PORTO, J. L. R. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. **Presença online**: revista de educação, cultura e meio ambiente/UFRO, v. 3, n. 15, p. 46-52, mar. 1999.

REIS, E. P. O Estado Nacional como ideologia. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

ROMELLI, G. **50 Anos educando para a vida**: uma proposta diferente [1961-2011]. Macapá: [s.n.], 2011.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SCHWARTZMAN, S. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, mar. 1986.

SANTOS, F. R. dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970). Belém: Grafinorte, 2006.

SILVA, M. L. da. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre *et al.* (Org.). **Do lado de cá**: fragmentos de História do Amapá. Belém: Açaí, 2011. p. 95-113.

SILVA, T. A. da. A Igreja Católica no debate da LDB de 1961 - ação, estratégias e manutenção da influência da hierarquia católica através da estrutura do Estado. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/13106>. Acesso em: 29 abr. 2023.

TORRE, R. de la. Una agenda epistemológica para replantear las maneras de entender la secularización en América Latina Relación entre modernidad y religión. In: BÉLIVEAU, V. G.; GIUMBELLI, E. (org.). **Religión, Cultura y Política en las sociedades del siglo XXI**, Buenos Aires: Biblos, 2013, p. 109-136.

VECHIA, A. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil (século XIX)**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 78-90. 2 v.

VILHENA, C. P. de S. A família na Doutrina Social da Igreja e na política social do Estado Novo. **Psicologia-USP**, São Paulo, v. 1/2, n. 3, p. 45-57, 1992.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito protestante”**. Trad. José Marcos M de Azevedo. Rev. Antonio Flavio Pierucci. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

XAVIER, L. N. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 105-120, 2005.

179



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E DILEMAS CONTEMPORÂNEOS ACERCA DA ACESSIBILIDADE EM SÍTIOS PRESERVADOS E TURÍSTICOS: O CASO DA CONSTRUÇÃO DA RAMPA DE ACESSO À PRAÇA DOUTOR GOMES FREIRE EM MARIANA

Ricardo Pacheco da Silveira¹

Introdução

Com o advento do marco legal sobre o direito à acessibilidade a partir dos debates e acordos internacionais propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) nas últimas décadas, iniciou-se no Estado Brasileiro um novo tempo no direito à acessibilidade. Este direito, previsto no art. 244, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, permanecia sob a ótica popular, limitado. Entretanto, nos últimos anos, a sociedade civil organizou-se e exigiu do Poder Público a sua regulamentação de maneira irrestrita e inclusiva. Considerando todo esse movimento e a recente construção da rampa de acesso à Praça Dr. Gomes Freire sobre a Rua Barão de Camargos em Mariana/MG, o trabalho possui como tema-problema a seguinte questão: convergência de interesses legitimamente protegidos? A partir deste tema-problema, o trabalho visa alcançar uma resposta mais adequada com base nas manifestações dos órgãos públicos, da rede colaborativa local (*stakeholders*) por meio dos seus comerciantes, prestadores de serviços, conselhos, associações e demais organizações comprometidas com o turismo enquanto atividade econômica e com a salvaguarda do bem patrimonial no Município, baseando-se no marco legal e doutrinário sobre o direito ao patrimônio cultural e o direito à promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência.

Aprofunda-se, para tanto, nos conceitos estruturantes do patrimônio cultural, memória, turismo e acessibilidade à luz dos autores propostos nas bibliografias das disciplinas cursadas pelo mestrando, diretamente relacionados ao tema presente; nos autores atuantes nas pesquisas sobre patrimônio cultural e acessibilidade durante a construção do texto; além do marco legal e doutrinas inerentes ao processo de inclusão das pessoas tuteladas pela lei de acessibilidade, sem conflitar com a proteção legal ao patrimônio cultural, enfocando, para efeito de análise e demonstração, a possibilidade da coexistência das normas.

Por fim, mas não menos importante, reitera-se que o presente trabalho dialoga com o “Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto” (PPGTURPATRI/UFOP) por analisar as políticas públicas adotadas pelo Município de Mariana para fins turísticos, notadamente, a construção da rampa de acesso à Praça Dr.

¹ Mestre em Turismo e Patrimônio pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio (PPGTURPATRI) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: ricardo@ufop.edu.br





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Gomes Freire, uso do turismo dos bens culturais. Dialoga com a área de concentração “O Turismo em Cidades Patrimônio e Desenvolvimento Regional”, definido resumidamente como uma ampliação do conceito de patrimônio e das novas apropriações do passado com suas novas epistemologias e novos objetos de investigação. Acrescenta-se ainda o interesse do poder público e da sociedade civil organizada na salvaguarda das cidades enquadradas como patrimônio cultural, localizadas no entorno da sede da UFOP nos seus dois aspectos: político-administrativo e físico. E por último, dialoga com a linha de pesquisa “Patrimônio, Memória e Bens Culturais”, por enfatizar o interesse do poder público e da sociedade civil organizada na salvaguarda do bem cultural e sua proteção legal frente a outro interesse igualmente protegido: o da acessibilidade.

Objetivo

A Praça Gomes Freire, localizada em Mariana/MG, é um Patrimônio Cultural tombado pela esfera Federal e Municipal, um lugar de memória e um importante atrativo turístico. Concebido ainda no período colonial para recepcionar a população, passou por diversas modificações. Mantinha o mesmo projeto arquitetônico desde o final do século XIX, até que em 2020, durante as obras de requalificação no local, passou por uma polêmica intervenção materializada em uma rampa de acesso sobre a Rua Barão de Camargos. Instituições públicas e privadas, sociedade civil organizada e moradores do entorno se mobilizaram e a rampa foi modificada, passando a dialogar com o seu entorno. Diante dos fatos, objetivou-se iniciar um trabalho de pesquisa qualitativa sobre o direito ao patrimônio cultural e a acessibilidade, visando responder ao tema-problema suscitado pela construção da rampa: convergência de interesses legitimamente protegidos? Buscou-se aprofundar os conceitos considerados estruturantes da pesquisa: patrimônio cultural, memória, acessibilidade e turismo. Avaliou-se a política pública imposta ao Município em relação ao turismo na praça, além de observar a participação da rede colaborativa local. Investigou-se o marco legal sobre patrimônio cultural e acessibilidade, cartas patrimoniais e sobretudo, as manifestações populares e institucionais através da imprensa local, regional e nacional.

181

Abordagem metodológica

A pesquisa tem sua origem a partir da reação da população marianense em 2020, quando informada pelo Executivo Municipal sobre a construção de uma rampa de acesso sobre a Rua Barão de Camargos durante as obras de requalificação da Praça Gomes Freire. Pela primeira vez deu-se início ao acirrado debate sobre acessibilidade em um patrimônio cultural tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e ao mesmo tempo um lugar de memória. As primeiras linhas surgiram no campo das ideias quando se pensou na relação entre a acessibilidade e a vivência contínua de pessoas em um patrimônio cultural e atrativo turístico, assim como o seu entorno. Aqui se chega ao tema-problema da



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



pesquisa; vale lembrar, a construção da rampa de acesso à Praça Dr. Gomes Freire sobre a Rua Barão de Camargos: convergência de interesses legitimamente protegidos?

Neste trabalho procura-se abordar os conceitos estruturantes do patrimônio cultural, da memória, do turismo e da acessibilidade. Inicia-se daí um estudo sobre o panorama das teorias e marcos legais destes conceitos e as possíveis relações entre eles. Os pesquisadores referenciados compõem o elenco de pesquisadores estudados ao longo das disciplinas do mestrado. Os demais pesquisadores citados compõem um elenco de autores consultados durante a elaboração do artigo que discutem o tema da acessibilidade, do turismo e da proteção ao patrimônio cultural sob diversos prismas. Há que se considerar ainda os autores incluídos no artigo por sugestão da banca de qualificação. O terceiro capítulo da dissertação de mestrado prioriza uma análise das manifestações no âmbito da sociedade local acerca da construção da rampa e amplamente difundidas pela imprensa local, regional e nacional; momento em que é possível uma leitura dos fatos sucedidos à luz dos conceitos e marco legal anteriormente trabalhados para se vislumbrar uma resposta razoável ao tema-problema posto.

Na conclusão se tem a apresentação dos resultados pretendidos: a convergência do direito à fruição do patrimônio cultural com o direito à acessibilidade, tomando por base as manifestações da sociedade local pela imprensa e as informações disponibilizadas nos sites oficiais das instituições envolvidas.

O estudo se ampara no suporte teórico e metodológico da pesquisa qualitativa, alinhada a uma epistemologia interpretativista com foco na observação. Tal metodologia pressupõe a busca de percepções e análise de textos (Pimentel, 2022). Como pesquisa qualitativa, está pautada por uma íntima relação entre o pesquisador e a sua pesquisa, priorizando a pesquisa de campo, isto é, obtendo respostas sem fazer perguntas (Gustin, 2020). A pesquisa qualitativa faz-se notar na análise das atas de reuniões/ofícios/informações oficiais disponibilizadas pelo Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal, Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAT), Associação das Pessoas com Deficiência de Mariana (ADEM), Fundação Renova, dentre outras instituições envolvidas, bem como vasto número de reportagens pela imprensa local, regional e nacional.

Sintetizando, o presente trabalho procura construir uma resposta fundamentada ao tema-problema inicialmente proposto à luz de todos os fatos ocorridos durante a construção da rampa de acesso a Praça Gomes Freire, considerando a acessibilidade como direito do cidadão e como esse direito se relaciona ao direito à fruição do patrimônio cultural.

Praça Gomes Freire: interfaces conceituais entre o Patrimônio Cultural e Memória

Breve histórico da Praça:

Segundo a autora Cláudia Damasceno Fonseca (1998, p. 28), a versão histórica e oficial da origem da cidade de Mariana remonta ao dia 16 de julho de 1696, por ocasião da Festa da

182



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Virgem, venerada com o título de Nossa Senhora do Carmo, data em que os bandeiras Miguel Garcia e o Coronel Salvador Fernandes Furtado avistaram o rio reluzente em ouro. Batizaram o rio com o nome de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, denominação mantida até os dias atuais. Apossaram-se do local e imediatamente construíram ali as primeiras cabanas. Trataram de dividir as primeiras lavras. Surgiu então o primeiro núcleo de habitantes, denominado “Mata Cavalos”, e construíram no local a primeira capela, consagrada pelo capelão oficial da bandeira, o Padre Francisco Gonçalves Lopes.

Ainda de acordo com a autora (Fonseca, 1998, p. 33), a primeira metade do século XVIII foi marcada por graves instabilidades infraestruturais na formação do arraial, ocasionando, por duas vezes, a deserção dos seus primeiros habitantes. Contudo, em 1710, o povoado voltou a atrair novos habitantes em busca da exploração aurífera e já contava com uma expressiva população. No ano seguinte, em 1711, o arraial foi elevado à Vila, que passou a contar com um Poder Regional Delegado: a Câmara de Vereadores, constituída pelos “homens bons” ou “senhores da terra”. Apesar da organização político-administrativa, a população ainda convivia com as constantes enchentes na região, o que somente foi superado a partir de 1743, com a implementação do novo núcleo urbano da futura cidade.

183

Sustenta a autora (Fonseca, 1998, p. 34) que, para a constituição de uma Vila no período colonial, era necessária a divisão do espaço urbano em dois locais específicos: o primeiro, para abrigar a Casa da Câmara dos Vereadores e Cadeia além do pelourinho, portanto, os símbolos da autonomia municipal e da justiça; e o segundo, para abrigar a Igreja Matriz, isto é, o símbolo do poder religioso. A autora traz ainda uma descrição detalhada da Praça Gomes Freire além dos eventos ali realizados naquele momento histórico. (Fonseca, 1998, p. 37).

Apesar da orientação vigente à época, no tocante à construção dos principais edifícios civis e religiosos além do pelourinho na mesma Praça, em Mariana houve uma espécie de separação das construções, que passaram a ocupar lugares distintos. É o que esclarece a autora (Fonseca, 1998, p. 45).

Com a independência e o surgimento do império Brasileiro em 1822, a comunidade internacional passou a se interessar pela jovem nação, iniciando com os viajantes-naturalistas. É nesse contexto que chega à Mariana o naturalista Auguste Saint-Hilaire. Ao conhecer a cidade, assim descreveu a atual Praça Gomes Freire: “a praça chamada das Cavalhadas é um quadrilátero alongado e coberto de grama; é lá que nos festejos públicos se fazem as corridas a cavalo e os torneios” (Saint-Hilaire, 2000, p. 79). Ou seja, a Praça Gomes Freire passou por inúmeras intervenções desde então, sendo a de 2019 mais uma delas.

Ao longo dos últimos três séculos a Praça Gomes Freire passou por expressivas modificações, tendo sido igualmente renomeada em diversos períodos da história. Após a Proclamação da República, precisamente em 1892, a Câmara de Vereadores deliberou pela construção de um Fórum, um mercado, calçamento das ruas e o ajardinamento da Praça. Somente em 1945, quando a cidade de Mariana foi erigida em Monumento Nacional nos



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



termos do Decreto-Lei nº 7713 de 06 de julho (Brasil, 1945), a Praça recebeu a atual denominação de Praça Gomes Freire, em homenagem ao médico e político marianense Dr. Augusto Gomes Freire de Andrade (1865-1938). (Santos, 2017, p.26). Desde então, a Praça não sofreu intervenções significativas até 2019, mantendo a mesma conformação.

A Praça Gomes Freire enquanto Patrimônio Cultural

A expressão patrimônio cultural, definida durante a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972”, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), contempla três dimensões, quais sejam: como monumentos ou obras arquitetônicas; como conjuntos de uma única arquitetura e como sítios, isto é, como intervenções humanas conjugadas ou não, com a natureza (UNESCO, 2004, p. 3). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 sintetizou o conceito de patrimônio cultural como bens de natureza material e imaterial que aludem à identidade, memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade Brasileira. (Brasil, 1988). A partir de então, a doutrina Brasileira apresentou um leque de definições e compreensões a respeito do conceito de patrimônio cultural que apontam para sua evolução desde o advento do Decreto-Lei nº 25/37.

O conceito de patrimônio cultural limitava-se ao conjunto dos bens móveis e imóveis de valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937). Tal conceito, restrito ao pré-requisito da “pedra e cal” (Fonseca, 2003, p. 59), rapidamente se viu superado pela necessidade do reconhecimento das culturas nacionais representadas nas celebrações, formas de expressão, saberes tradicionais e lugares. Essa iniciativa se deveu, sobretudo, à UNESCO, logo após a Segunda Guerra Mundial, no intuito de coibir novas exaltações exacerbadas de determinadas culturas em detrimento de outras; vale dizer: a superação da vertente nacionalista do conceito de patrimônio pela universalista (Abreu, 2003, p.36). Retornando ao Brasil, a evolução do conceito de Patrimônio Cultural alcançou o seu apogeu com a publicação do Decreto Federal nº 3.551/00, que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial (Brasil, 2000).

Mas o que é o patrimônio cultural afinal? Para José Newton Coelho Meneses (2006, p. 42 e 44), o conceito de patrimônio cultural está vinculado ao conceito de cultura propriamente dita. Atualmente, o patrimônio se resume a uma atividade de comunicação visando a compreensão dos bens culturais. Segundo o autor, aquele que usufrui do conhecimento acerca do patrimônio está apto a fornecer soluções a problemas predominantemente interpretativos, acarretando-lhes uma satisfação em conhecer cada vez mais diferentes construções culturais. Ainda segundo Meneses (2012, pp. 27 e 28), um patrimônio não pode ser definido sob a ótica exclusiva dos historiadores, arqueólogos e etnólogos, mas acima de tudo, sob a ótica do sentimento de herança, legado e identidade. A ideia de patrimônio não pode ser concebida separadamente da cultura, da construção social, da memória, da ética, da política e das escolhas da coletividade, acrescenta. É com base em uma fundamentação ética

184



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



que se constrói a via interpretativa dos patrimônios culturais. Um patrimônio inteligível de um povo. É o sentido dado ao repertório de valores que identificam essa sociedade. Conclui o autor: “Patrimônio é algo móvel e não imobilizado; é dinâmico e não estático; vivo e não morto” (Meneses, 2012, pp. 27 e 28).

A Praça Doutor Gomes Freire, localizada em Mariana, objeto que compreende o presente estudo, compõe o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade, inscrito no livro do Tombo Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sob o nº 62 de 14 de maio de 1938, e autuado sob o nº 69-T-1938 (IPatrimônio, 2021). Também compõe o núcleo histórico urbano do distrito sede, conforme Dossiê de Tombamento elaborado pelo Município de Mariana e ratificado pelo Decreto Municipal nº 5.272/10 (Mariana, 2010, p. 46). Pela descrição da Praça constante no Dossiê, é possível a visualização das características que ensejam a conceitualização de patrimônio cultural e natural: paisagismo, arborização, local de realização de eventos desde o período colonial, sobrados do período colonial e até mesmo um imóvel construído na década de 1980, com características da arquitetura pós-moderna.

Figura 01 - Praça Gomes Freire



Fonte: UFOP, 2019.

185

A Praça Gomes Freire enquanto espaço de Memória

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 216 prescreve o direito à memória como um componente indispensável na construção do conceito de patrimônio cultural. O legislador constituinte traz à tona o conceito de memória sem se preocupar, a princípio, em explorá-lo mais intensamente ao longo dos dispositivos, apesar de concebê-lo como um pilar extremamente importante na construção do conceito de patrimônio visto anteriormente. Talvez, nesse momento, o legislador tivesse como norte apenas o conceito de memória do Decreto-Lei nº 25/37, até ali pouco desenvolvido, mas que rapidamente desencadeou um processo de sofisticação conceitual, como será verificado.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Dentre os autores nacionais e internacionais que discutem o tema da memória, inicia-se com um renomado ícone na contemporaneidade, o francês Pierre Nora (1993, p. 09). O conceito elaborado pelo autor traz consigo importantes requisitos para a compreensão da memória enquanto elemento constitutivo do conceito de patrimônio cultural. A memória é dinâmica; pontual; coletiva ou individualizada; vinculada ao lugar ou paisagem; a memória é um absoluto.

Para Jacques Le Goff (1990, pp. 423 e 483), discutir a memória é um grande desafio, por ser um conceito nebuloso. Entretanto, sob a sua ótica, a memória do ponto de vista das ciências humanas, notadamente, da história e da antropologia, restringe-se, *a priori*, em um conjunto de funções psíquicas nas quais o ser humano é capaz de atualizar impressões, ou informações pretéritas, ou tidas por ele como passadas. Prossegue afirmando que é um fenômeno individual e psicológico que está ligado à vida na sociedade; permanecendo esta última passível de mutações em decorrência da presença ou não da escrita. Aqui cabe uma observação: segundo o autor, o Estado, que para manter determinados feitos pretéritos que lhe convém, passa a produzir documentos; edificar monumentos, o que implica em um direcionamento da memória coletiva no que se refere ao espaço social e à política. Em suma, uma apropriação do tempo pelo Estado, segundo suas regras de retórica.

186

As Intervenções da Praça conforme Cartas Patrimoniais e recentes entendimentos

Dentre as Cartas Patrimoniais vigentes que disciplinam as intervenções em monumentos culturais a nível internacional e nacional, serão priorizadas a Carta de Veneza, a Carta de Burra e a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora.

Na Carta de Veneza, aprovada durante o II Congresso de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, entre os dias 25 a 31 de maio de 1964. Em seu art. 9º é possível conferir a definição de restauro (Carta de Veneza, 1964).

O dispositivo é claro quanto à necessidade das reconstituições indispensáveis por razões técnicas, deixando evidente a sua contemporaneidade. Encerra-se por meio de uma advertência: a reconstituição deverá ser precedida de um estudo arqueológico. Trazendo para o caso concreto, pode-se inferir que a indispensabilidade de parte das intervenções ao longo da Praça Gomes Freire e do seu entorno, como a rampa de acesso, comprovaram tais razões técnicas; mesmo porque consistiram em razões legais: direito à acessibilidade. Quanto ao aspecto do estudo arqueológico e histórico, verificou-se a sua observância, conforme amplamente divulgado pela mídia (Portal de Notícias, 2020).

Sobre o Art. 9º da Carta de Veneza, Francisco Marshall (2016, p. 125) explica a respeito da proposta de um método de restauro crítico, caracterizado pela necessidade das suas intervenções demonstrarem suas diferenças históricas; portanto, enfatizarem as diferenças históricas ao invés de confundi-las. Acata igualmente os acréscimos de épocas distintas. Segundo o autor, este método provém da escola italiana sobre o restauro, que por sua vez coaduna com a escola europeia. É um método que remonta a doutrina especializada



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



desenvolvida na transição do século XIX para o XX, e já se faz presente na Carta de Atenas de 1931. Nesse método, segundo o autor, “há exortação para o respeito às várias camadas de temporalidade acrescentadas no histórico do monumento, e sua preservação nas ações de conservação e restauro”. Finaliza descrevendo a importância do método de restauro crítico no tocante às lacunas deixadas propositalmente durante as intervenções no monumento. Esclarece: “aparece, sobretudo, o valor das lacunas, a declaração de que, entre a origem do objeto e nosso olhar, há acidentes e ausências que não podem ser supridas com a fantasia, mesmo que muito informada, dos restauradores de outras eras” (Marshall, 2016, p. 125). Aparentemente, ao que tudo indica, a restauração da Praça Gomes Freire em 2019 pautou-se pelo método do restauro crítico. Contudo, na proposta inicial, cogitou-se o preenchimento de uma destas lacunas apontadas pelo autor, conforme trecho da reportagem da Agência Primaz (2019). Destaca-se aqui a iluminação cênica que se cogitou inserir na Praça por meio de fitas de “led”. Se concretizada, se tornaria um mau exemplo de intervenção e, consequentemente, de restauração. Obviamente, não seria nada crítica. Felizmente, não foi o caso.

Complementando a Carta de Veneza, tem-se a Carta de Burra, que elenca as definições atualmente recomendadas pelo ICOMOS (2013), iniciando-se com o conceito de conservação. A conservação implica em todos os cuidados necessários para que um bem cultural mantenha o seu significado. Pressupõe uma boa gestão deste bem no intuito de salvaguardá-lo evitando sua exposição a um estado de vulnerabilidade. Ela se baseia na proteção ao material e demais acessórios que compõem o bem, assim como a sua utilização, suas associações e significados; prioriza uma intervenção criteriosa do bem quando necessário, mas o mínimo possível. Os vestígios das intervenções pretéritas em um bem cultural consistem em elementos comprobatórios da sua história e da sua utilização e por essa razão, componentes do seu significado (Brasil, 2013).

Em relação à preservação, os Artigos 1º e 17º da Carta (Brasil, 2013) a definem como uma modalidade de intervenção que visa assegurar a manutenção do material e demais acessórios do bem cultural no estado em que se encontram, retardando a sua depreciação ou deterioração natural. A preservação é o procedimento adotado nos casos em que o material do bem cultural é considerado de significação cultural, assim como nos casos em que não restar comprovada a significação cultural do bem, inviabilizando a adoção de outras modalidades de conservação (Brasil, 2013).

A reconstrução, de acordo com os Artigos 1º e 20º (Brasil, 2013), significa a reversão de um bem cultural a um estado anterior conhecido, e diferencia-se do restauro pela introdução de material novo. Somente é indicada quando o bem cultural estiver violado em razão de danos ou alterações indesejáveis. Também é preciso que o bem contenha evidência mínima de uma significação cultural anterior. A reconstrução pode ser empregada também em usos e práticas que carreguem consigo a significação cultural daquele bem. Deve ser identificável através da observação aproximada ou mesmo por meio de uma interpretação complementar (Brasil, 2013).

187



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A adaptação, pelos Artigos 1º e 21º (Brasil, 2013), significa a alteração de um bem cultural ou parte dele para cumprir com o uso existente ou com um uso proposto. A adaptação está limitada a tudo aquilo que for essencial para o uso do bem; ou seja, só é possível quando tiver um impacto mínimo sobre o significado cultural do bem, superada as demais alternativas possíveis.

Por derradeiro, mas não menos importante, tem-se a restauração. Segundo a Carta de Burra, Artigos 1º e 9º (2013), significa o resgate do material empregado na construção de um bem cultural a um estado anterior conhecido; seja através da retirada de acréscimos, seja pela reinclusão do material existente do bem ao estado anterior sem a utilização de material novo. A restauração só é apropriada quando se constatar fortes indícios de um anterior estado do material ou componente do bem cultural.

Na intervenção ocorrida na Praça Gomes Freire em 2019, verifica-se um misto das definições elencadas pela Carta de Burra e pela Carta de Veneza, com especial destaque para a restauração. Dentre as características da restauração apontadas na Carta de Burra, observa-se que as contribuições ocorridas em diferentes épocas devem ser mantidas, o que a princípio favorece ao fenômeno do palimpsesto. Pode-se também destacar a reconstrução, especificamente em relação às adaptações, que a carta enfatiza ser possível na medida em que seja o único meio de conservação do bem. Com o advento da Constituição da República e legislação específica voltada para o direito à acessibilidade, torna-se imprescindível que todo imóvel declarado de interesse cultural passe por adaptações, o que se conjectura ser o caso da Praça e do seu acesso com a construção da rampa. Ressalta-se que a restauração, reconstrução e adaptação no âmbito da Praça foram de certa forma absorvidos pelo conceito da requalificação, conforme será visto adiante.

Prosseguindo o debate, se passa a comentar a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora. Pela definição apresentada na Carta, a Praça Gomes Freire é um Jardim Histórico também sujeito às suas diretrizes, conforme expressamente estabelecido nas recomendações constantes no item nº 08 do documento. Diante disso, reporta-se a uma das recomendações muito apropriada ao debate: “intervenções em jardins históricos ou em seu entorno devem ser, na medida do possível, reversíveis e essa reversão deve provocar o mínimo possível de danos ao sítio” (Carta de Juiz de Fora, 2010, p. 11). Fato similar ocorreu por ocasião da construção da rampa de acesso à Praça Gomes Freire. A primeira estrutura, embora aprovada pelas instâncias competentes e pela sociedade, foi expressamente rejeitada por todos ao término da sua construção, sendo possível, no entanto, sua posterior reconstrução sem impactar irreversivelmente o ambiente.

Por último, sobre a requalificação, para Everaldo Batista da Costa (2012, p. 05) vincula-se às ações que propõem melhoria na qualidade socioambiental a determinados setores urbanos. Visa associar a produção social do local e sua realidade enquanto lugar de memória e vida.

188



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Acessibilidade urbana

Turismo e Acessibilidade

Prosseguido o debate, inicia-se agora uma discussão acerca das intervenções na Praça Gomes Freire visando a acessibilidade e os consequentes reflexos na atividade turística local, no intuito de alcançar uma resposta possível ao tema-problema proposto inicialmente: “a construção da rampa de acesso à Praça Gomes Freire: direitos legitimamente protegidos?” Tomando a Lei Federal nº 11.771/08, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, constata-se logo no seu artigo 2º a definição legal do que é considerado uma atividade turística (Brasil, 2008).

Do ponto de vista doutrinário, verifica-se que o conceito do Turismo é extenso. Por isso, destacam-se alguns doutrinadores da teoria do turismo considerados estratégicos para o presente debate e os caminhos possíveis a se seguir.

Para Ana Catarina Alves Coutinho e Maria Augusta Wanderley Seabra de Melo (2016, p. 146), a partir dos estudos de John Tribe (1938), o turismo se divide em dois campos muito bem definidos: a sua concepção do ponto de vista da comercialização, ou seja, as suas estratégias empresariais, a normativa aplicável na atividade turística, sua gestão; e a sua concepção do ponto de vista não comercial, tais como impactos ambientais, suas impressões subjetivas, seu impacto social etc.

Já para o autor Mário Carlos Beni (1990, p. 21), existem inúmeras definições do que seja o turismo. No entanto, dentre as definições existentes, o autor elenca aquelas categorias comuns em todas elas, que de certa forma convergem para uma definição mais homogênea possível: viagem ou deslocamento, permanência fora do domicílio, temporalidade, sujeito do turismo e objeto do turismo. Com base nestas categorias, Beni propõe que o turismo se ramifica não apenas em duas concepções, como proposto por Tribe, mas em três concepções distintas: da produção que envolve uma pluralidade de empresas atuantes no setor; da distribuição do produto turístico ao consumidor, incluindo aí também os serviços; e a da condicionante da viagem juntamente com a receptividade do viajante.

Sobre o turismo acessível, é preciso reportar novamente ao art. 8º da Lei Federal nº 13.146/15 (Brasil, 2015): é um dever do Estado garantir à pessoa com deficiência, dentre outros direitos sumamente importantes, o direito ao turismo e à acessibilidade. E, ainda no art. 42 da mesma Lei acrescenta-se: “A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Reportando novamente ao Município de Mariana, verifica-se no próprio Dossiê de Tombamento do Centro Histórico uma informação preocupante, qual seja: uma infraestrutura insuficiente e o seu reflexo na atividade turística (Mariana, 2010, pp. 17 e 64). Como já relatado, até 2019, a Praça Gomes Freire não atendia integralmente à legislação e à doutrina especializada referente à acessibilidade. E, com base nesse e em vários outros

189





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



motivos já apresentados, a instituição privada executora das intervenções na Praça argumentou, mais de uma vez, sobre a necessidade das obras, acarretando na tensão entre todos os atores envolvidos. (Renova, 2019).

A Construção da Plataforma de acesso a Praça Gomes Freire de Mariana: divergências de opiniões após o início da intervenção e momento de tensão e posicionamento do IPHAN.

Tendo avançado um pouco mais no debate inicial externado anteriormente a respeito dos conceitos estruturantes da memória, patrimônio cultural, acessibilidade e turismo, prossegue-se agora com a análise dos fatos que permearam as intervenções na Praça Gomes Freire entre 2019 e 2021 a fim de se construir uma adequada resposta ao tema problema inicialmente proposto; vale lembrar, a construção da rampa de acesso à Praça Dr. Gomes Freire em Mariana: direitos legitimamente protegidos?

Como já adiantado, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Mariana, do qual a Praça Gomes Freire é parte, está inscrito no livro do Tombo Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN) sob o nº 62 de 14 de maio de 1938 e autuado sob o nº 69-T-1938 (IPHAN, 2021). Por esse motivo, compete ao IPHAN, por meio do seu escritório técnico localizado na cidade, apreciar e aprovar eventuais projetos de intervenção no conjunto arquitetônico.

Especificamente quanto à rampa, objeto de pesquisa do artigo em curso, o IPHAN aprovou definitivamente o projeto no dia 30 de março de 2020 publicada na Seção nº 01 do Diário Oficial da União no dia 30 de março de 2020. Ressalta-se que alguns *stakeholders* locais já haviam concordado com as intervenções no dia 11 de novembro de 2019, mas nem todos. (Renova, 2020).

Nota-se que não foi noticiado a presença dos representantes da Associação dos Deficientes Físicos de Mariana (ADEM), por exemplo; ou seja: como houve um consenso se uma parcela importante dos usuários da Praça não participou desta primeira deliberação dos *stakeholders* locais? A visita técnica da ADEM ocorreu somente no dia 19 de outubro de 2020, com as obras em andamento.

190



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 05 - Aprovação do projeto por parte dos *stakeholders* locais e moradores do entorno da Praça

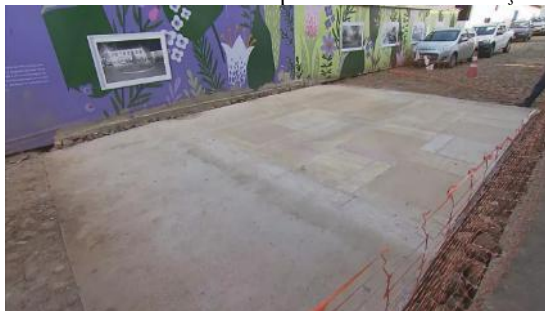


Fonte: Fundação Renova, 2019.

Pode-se problematizar ainda mais o alegado consenso dos *stakeholders* locais para o início das obras de requalificação da Praça. O Executivo Municipal já havia aprovado o projeto elaborado pela instituição financiadora no dia 03 de setembro de 2019, consoante 27ª reunião da câmara técnica entre os Municípios atingidos ocorrida no dia 11 de setembro de 2019 em Vitória/ES (CT-ECLET, 2019). Ora, o que houve de fato no dia 11 de novembro de 2019 foi um *referendum* de parte dos *stakeholders* locais do que mesmo um consenso sobre o projeto de requalificação da Praça.

Essa desarticulação dos *stakeholders* locais fomentou as controvérsias que se sucederam ao longo das intervenções na Praça, notadamente, na construção da rampa de acesso. Como amplamente difundido, durante a sua execução, houve uma mudança de entendimento pelos próprios *stakeholders* locais e demais segmentos da sociedade organizada, alegando, em suma, possível discrepância entre as características da rampa com a ambiência constituída predominantemente pelo conjunto arquitetônico da Praça Doutor Gomes Freire (Portal de Notícias G1 2020).

Figura 06 - Primeira versão da rampa de acesso à Praça Gomes Freire



Fonte: G1, 2020.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 07 - Primeira versão da rampa de acesso à Praça Gomes Freire observada por outro ângulo



Fonte: Portal Ângulo, 2020.

O Poder Executivo manifestou-se rapidamente, determinando a continuidade da construção da rampa e enfatizando, expressamente, o atendimento às diretrizes previstas na Lei Federal nº 10.098/00 (Jornal Voz Ativa, 2020). Entretanto, os debates persistiram nos dias seguintes e parte dos *stakeholders* locais com os demais segmentos da sociedade organizada deliberaram pela alteração do projeto inicial contando inclusive com a intervenção do Ministério Público (Portal da Cidade, 2020).

Destaca-se que durante toda polêmica instaurada em torno da construção da rampa de elevação apenas o Poder Executivo se pautou expressamente nas diretrizes da Lei Federal nº 10.098/00; ao passo que a parcela dos *stakeholders* locais mencionada e demais segmentos da sociedade civil focaram majoritariamente na proteção ao patrimônio cultural. É o que se comprova pela leitura de alguns excertos das manifestações publicadas pela imprensa local à época (Portal da Cidade de Mariana, 2020).

A divisão acirrada de opiniões, surgida a partir de dois interesses legitimamente protegidos pelo Ordenamento Jurídico Pátrio (acessibilidade e fruição do patrimônio cultural), aponta para uma realidade preocupante: a comunidade estaria diante de uma inconsciência coletiva acerca de determinados direitos protegidos por lei ou embora consciente, a população estabeleceu uma hierarquia entre estes direitos?

Atentando-se para as manifestações exclusivas do IPHAN durante todas as deliberações, ao que tudo indica, a autarquia assumiu um papel pouco esclarecedor frente às calorosas manifestações dos segmentos da sociedade; haja vista que exarou entendimentos conflitantes, permanecendo ao final incompreensível o seu posicionamento quanto aos dois direitos tutelados (acessibilidade e fruição do patrimônio cultural).



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A primeira versão da rampa foi enfim removida ao final do mês de outubro de 2020. No lugar, construíram uma nova rampa de acesso à Praça em diálogo com o conjunto arquitetônico local (Mariana, 2020):

Figura 09 - Remoção da primeira versão da rampa de acesso à Praça



Fonte: Portal da Cidade, 2020.

193

Figura 10 - Rampa de acesso à Praça Gomes Freire atualmente vista em três ângulos distintos



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

No dia 23 de dezembro de 2020, a Praça Gomes Freire, parcialmente requalificada, foi entregue à população pelo Executivo Municipal sob várias críticas do COMPAT e da Associação Nossa Mariana, segundo excertos das reportagens (Agência Primaz PRIMAZ, 2020).

Resultados e Discussão

Como anunciado ao longo do texto, o presente artigo visa responder ao tema problema “a construção da rampa de acesso a Praça Doutor Gomes Freire em Mariana: direitos legitimamente protegidos?” pautando-se pelos conceitos estruturantes já apresentados.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Como amplamente divulgado pela imprensa, entre os dias 04 e 05 de abril de 2023, aconteceu na cidade de Ouro Preto/MG o “Seminário Nacional de Direito do Patrimônio Cultural”, ocasião em que se elaborou a “Carta de Ouro Preto para a Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural” (Patrimônio Cultural, 2023). A carta contempla 33 diretrizes que abordam desde as tipologias patrimoniais possíveis, às diretrizes compensatórias e sancionatórias. Das diretrizes elencadas, destaca-se a Diretriz nº 22, a saber: “Observar o direito à acessibilidade para as pessoas com deficiência ao patrimônio cultural”. Nota-se que está relacionada ao tema da acessibilidade debatido ao longo do artigo e relacionada aos demais conceitos estruturantes como um direito constitucionalmente protegido.

A carta atribui o direito ao patrimônio cultural à mesma natureza de um direito humano à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e à mesma natureza de um direito fundamental previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assim sendo, em consonância com a carta, não há outra forma de caracterizar as intervenções na Praça Gomes Freire, exclusivamente no aspecto da acessibilidade, sem considerar a importância da proteção ao direito de fruição do patrimônio cultural. Desse modo, resta configurada a convergência desses dois direitos fundamentais como legitimamente protegidos pelo ordenamento jurídico; haja vista o direito à dignidade humana enquanto direito fundamental contemplar a acessibilidade universal como uma de suas manifestações efetivas na sociedade.

194

Considerações finais

Os conceitos estruturantes de patrimônio cultural, memória, acessibilidade e turismo aprofundados nos capítulos terceiro e quarto da dissertação de mestrado da qual se extrai o presente artigo foram imprescindíveis para que se pudesse compreender e formular uma resposta ao tema problema inicialmente proposto.

A Praça Gomes Freire, enquanto patrimônio cultural e espaço de memória – um dos principais atrativos turísticos da cidade de Mariana, além de um histórico espaço de convivência – passou por um polêmico processo de requalificação a partir de 2019. A pesquisa focou na principal polêmica ou tema problema; vale repetir, a construção da rampa de acesso a praça sobre a Rua Barão de Camargos: direitos legitimamente protegidos? Pode-se afirmar agora que sim.

Na contemporaneidade não é concebível processos de requalificação nos bens culturais turísticos sem considerar a acessibilidade. O motivo não é somente o desenvolvimento do turismo enquanto atividade econômica, mas a dignidade humana. Apesar do marco legal existente no ordenamento jurídico Pátrio e a melhor doutrina a respeito dos dois direitos aqui retratados, o desafio maior é a conscientização da sociedade, o que pareceu ter sido alcançado timidamente no caso da Praça Gomes Freire.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Referências

ABREU, Regina. **A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio, ensaios contemporâneos**. Lamparina Editores. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Agência Primaz de Comunicação. LOUREIRO, Luiz; SENA, Marcelo. **Entidades criticam a reabertura parcial do “Jardim” em Mariana**. 2020. Disponível em: https://www.Agência_Primazprimaz.com.br/2020/12/23/entidades-criticam-a-reabertura-parcial-do-jardim-em-Mariana/. Acesso em: 12 mai. 2023.

Atas das Câmaras Técnicas. **Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo (CT-ECLET)**. Atas 27ª e 29ª. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/cif/atas-cts>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BENI, Mário Carlos. Sistema de Turismo - **SISTUR: Estudo do Turismo face à moderna Teoria de Sistemas**. In. **Revista Turismo Em Análise**, ECA/USP. 1990. São Paulo. p. 15-34.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html. Acesso em 12 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 30 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 16 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em 08 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm. Acesso em 05 nov. 2021.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 05 nov. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa. Secretaria de informação Legislativa. **Decreto-Lei nº 7713 de 06 de julho de 1945.** 1945. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/532763/publicacao/15719381>. Acesso em: 08 jan. 2021.
GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 5ª Edição revista, ampliada e atualizada.** São Paulo: Almedina, 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Carta dos Jardins Históricos Brasileiros dita Carta de Juiz de Fora de 05 de outubro de 2010.** Juiz de Fora. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Carta de Veneza.** 1964. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Burra.** 2013. Disponível em: Burra Charter 2013 (Adopted 31.10.2013) ([iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br)). Acesso em: 13 mar. 2023

Jornal Voz Ativa. **Praça Gomes Freire: “a rampa permanecerá”, afirma nota da Prefeitura de Mariana-MG.** 2020. Disponível em: <https://jornalvozativa.com/noticias/praca-gomes-freire-a-rampa-permanecera-afirma-nota-da-prefeitura-de-mariana-mg/>. Acesso em: 07 jan. 2021.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

Mariana. Ipatrimônio. **Mariana – conjunto arquitetônico e urbanístico.** Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/Mariana-conjunto-arquitetonico-e-urbanistico/#!/map=38329&loc=-20.37810500000002,-43.41666800000001,17>. Acesso em: 07 jan. 2021.

196



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MARIANA. Prefeitura Municipal. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural COMPAT MARIANA. Núcleo Histórico Urbano de Mariana/MG. **Dossiê de Tombamento**. 2010 Disponível em: <https://www.compat.info/tombamentos-2009-a-2010>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MARSHALL, Francisco. **Carta de Veneza, 1964: notas de leitura**. In Revista Mouseion. n. 24. Unilasalle Editora. 2016. Canoas/RS. Disponível em: unilasalle.edu.br. Acesso em: 13 out. 2022.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v. 10. dez. 1993. p. 7-28

PATRIMÔNIO CULTURAL. **Carta de Ouro Preto para a Legislação Brasileira de Patrimônio Cultural**. 2023. Disponível em: patrimonioculturalbrasil.org. Acesso em: 09 mai. 2023.

PIMENTEL, Thiago Duarte. **O turismo como problema científico: ontologia, epistemologia, teoria e método**. 2022.

Portal da Cidade de Mariana. **Obras na Praça Gomes Freire revoltam moradores e geram grande repercussão**. 2020. Disponível em: <https://Mariana.portaldacidade.com/noticias/cidade/obras-na-praca-gomes-freire-revoltam-moradores-e-geram-grande-repercussao-3237>. Acesso em: 06 jan. 2023.

Portal da Cidade de Mariana. **Renova inicia a remoção da rampa de acessibilidade na Praça Gomes Freire**. 2020. Disponível em: <https://Mariana.portaldacidade.com/noticias/cidade/Renova-inicia-a-remocao-da-rampa-de-acessibilidade-na-praca-gomes-freire-0406>. Acesso em: 07 jan. 2021.

Portal de Notícias G1. **Obra de revitalização de praça histórica causa polêmica em Mariana, na região central de MG**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/09/30/obra-de-revitalizacao-de-praca-historica-causa-polemica-em-Mariana-na-regiao-central-de-mg.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SAINT-HILAIRE. Augusto de. **Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SANTOS, Larissa Teixeira Mol. **Jardim: A Praça Gomes Freire na Vida dos Marianenses.** Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Federal de Minas Gerais, campus de Ouro Preto. Ouro Preto, 2017. Disponível em: <http://edumat.ouropreto.ifmg.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2018/10/JARDIM-A-PRA%C3%87A-GOMES-FREIRE-NA-VIDA-DOS-MARIANENSES-VERS%C3%83O-FINAL.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2021.

UNESCO. Unesdoc. Digital library. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de 2003.** 2006. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 08 ago. 2022.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O EX-COLONIZADO: CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA, REFLEXÃO E A REAFRICANIZAÇÃO DAS MENTALIDADES

Marcos Iago Siqueira Pereira¹

Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. (Fanon, 2008, p.104)

Para que o Negro seja visto e para que seja identificado como tal, pôs-se de antemão um véu em seu rosto e foi-lhe criado um rosto, do qual toda a humanidade fugiu. O Negro não existe sem este véu. O Negro é uma sombra no centro de um comércio de olhares. Este comércio tem uma dimensão tenebrosa, quase fúnebre, de tal maneira que exige, para o seu funcionamento, elisão e cegueira. (Mbembe, 2014 p.192-193)

O jogo de palavras que compõem o título desta subseção não foi um erro de concordância de tempos verbais. Esta foi a melhor maneira que encontramos para demonstrar o estado em que se encontrava o negro dentro desta estrutura de dominação. Como escreveu Mbembe (2014), a compreensão da colonização precisa abarcar uma dominação psíquica dos colonizados. Para além disso, precisamos tratar de uma colonização das identidades. Se no sistema de organização tradicional a identidade está intimamente ligada com aspectos culturais do grupo, na colônia outros instrumentos disputam a construção psíquica desses indivíduos. A introdução da educação sistematizada, uma religião institucionalizada e centrada em um livro sagrado, a centralização política, tudo isso compõe uma nova mentalidade em oposição a tradicional.

No sistema colonial, concentra diversas formas de violência, entre elas está o epistemicídio. Para Sueli Carneiro (2005, p.97), além da negação cultural, de saberes e a inferiorização produzida por este processo, o epistemicídio é “um processo persistente de indigência cultural”. Juntamente com isso, para Carneiro (2005), há uma desqualificação do próprio indivíduo. Assim, o negro é encerrado nas grades da inferioridade, não tendo uma cultura, uma religião e, muito menos, civilização.

Criara-se na figura do colonizado a imagem de um animal. Uma vez na condição de desumanizado, almejava o colonizado a humanidade só encontrada na metrópole. Como um trem desenfreado em alta velocidade que tem como destino o abismo, Sartre (1968, p.3) compreende que a locomotiva da colonização empurrava a colônia a desumanização ao mesmo tempo que arrastava a Europa consigo. A humana civilização de que a Europa se tornou porta voz, destituiu o colonizado dos aspectos próprios de sua humanidade. A cultura não é cultura, mas barbárie; a espiritualidade é feita demoníaca; a organização é desarticulada

¹ Mestrando em história social pelo programa de pós-graduação em história da Universidade Estadual de Montes Claros, na linha de Poder, Trabalho e Identidade. Contacto: marcosiago.adm@gmail.com.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



e substituída pelo Estado; a tudo isso a Europa assistia sem se incomodar. Por parte da metrópole, ainda que professassem a fé cristã, não havia compaixão, amor ao próximo. Por uma questão de lógica colonial, o colonizado não estava, e jamais estaria, apto a ocupar esse espaço; jamais seria digno de amor. Ele sempre seria o outro, o condenado, o diferente, jamais o semelhante. Não sendo semelhante, também não é humano. Esta configuração é a perfeita justificativa para os crimes cometidos contra as colônias. Em resumo, Sartre, escrevendo o prefácio de “Os Condenados da Terra” de Fanon (1968), é preciso ao tratar essa desumanização sistemática.

Nossa tropa de choque recebeu a missão de transformar 'essa certeza abstrata em realidade: a ordem é rebaixar os habitantes do território anexado ao nível do macaco superior para justificar que o colono os trate como bêstas de carga. A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir "respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. Desnutridos, enfermos, se: ainda resistem, o medo concluirá o trabalho: assestam-se os fuzis sobre o camponês; vêm civis que se instalam na terra e o obrigam a cultivá-la para eles. Se resiste, os soldados atiram, é um homem morto; se cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão fender-lhe o caráter, desintegrar-lhe a personalidade. (Sartre. in. Fanon, 1968, p.9)

200

Para nós, com todo esse processo de violência a colonização produz a transformação da identidade dos povos subjugados. Longe de ser uniforme e idêntico em todos os indivíduos, esta transformação afeta de diferentes modos e intensidade a depender da distância que se encontra o colonizado das entidades de emanção do poder (escolas, igrejas, exército, prédios de administração metropolitana, comércio e contato com a economia mundo). Dentro do sistema colonial, há uma mudança do núcleo de identidade daqueles indivíduos que mais se aproximam do ideal de civilização proposto pela metrópole. No modo de organização tradicional a identidade é construída dentro do próprio grupo a que pertence o indivíduo; as posições de autoridade, os rituais de passagem, as divindades adoradas, tudo isso constrói o “eu autêntico” (Mbembe, 2014, p.182). Por outro lado, através da escola, das missões religiosas e científicas, da introdução da lógica capitalista naquela sociedade, temos ao mesmo tempo a desqualificação do eu autêntico e a criação de um outro. Como escrevemos algumas páginas acima, o colonizado é criação do colonizador.

É a partir destas pontuações iniciais que conseguimos compreender as epígrafes que abrem esse texto. O negro, neste sistema de contínuas violências, é atravessado pelos olhares que o destroem e o reconstrói simultaneamente. Quem ele é só se faz dentro dessa chuva de olhares vindos da metrópole. O mundo que vive não é mais um mundo negro, mas branco. Os marcadores culturais valorizados são os europeus. O negro, então, para ser tratado como humano, precisa negar o seu eu autêntico e adotar o outro criado pelo mundo colonial.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Nesta perspectiva de análise, Mbembe (2014, p. 181) identifica a experiência colonial do negro com similar a experiência do espelho de que escreveu Lacan em seus estudos psicanalíticos. No entendimento de Mbembe, o processo de dominação colonial é também um marco inaugural de uma construção identitária dotada de uma ontologia própria. Não estando restrita a ocupação física e a exploração da terra, o potentado, como chama Mbembe as potências colonizadoras, é responsável por produzir uma nova identidade no colonizado, uma nova psique é construída paulatinamente à medida que também avança a dominação física. A manifestação dessa nova construção mental é expressa na linguagem, na religiosidade, nos costumes, na cultura e, não poderíamos deixar de mencionar, na política. Dentro da compreensão psicanalítica, a experiência do espelho, ou o estágio do espelho, é um importante conceito no pensamento de Lacan. Para o psicanalista, este estágio busca dar conta de explicar o momento do desenvolvimento humano onde a criança se identifica como uma imagem fora dela. Assim como em um espelho vemos o reflexo de quem somos, a criança percebe-se ao mesmo tempo que sua imagem é formada pelo ambiente que a rodeia. Neste momento, ao mesmo tempo que a imagem não corresponde a quem ela é, torna-se norteadora de quem ela deve ser. “A função do estágio do espelho revela-se para nós, por conseguinte, como um caso particular da função da imago, que é estabelecer uma relação do organismo com sua realidade - ou, como se costuma dizer, do *innenwelt* (mundo interior) com o *Umwelt* (mundo circundante)” (Lacan, 1996, p. 100). Esta experiência é fundamental para a formação do “eu”, da identidade do indivíduo. O estágio do espelho é, portanto, o momento em que a criança é moldada pelo mundo circundante. A imagem que se projeta no espelho é ao mesmo tempo ela (mundo interior) e o que dela se espera, as expectativas do mundo circundante.

201

Esse desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal, que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo: o estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação - e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica - e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. Assim, o rompimento do círculo do *Innenwelt* para o *Umwelt* gera a quadratura inesgotável das enumerações do eu. (Lacan, 1996, p. 100)

Nesta compreensão, aquilo que somos na fase adulta da vida é o produto do eu em confronto com o outro projetado no espelho. Ainda que sem perceber, almejo alcançar a imagem que a mim se projeta como eu. Perseguindo-a construo o novo eu. A ontologia, portanto, se dá nesta dialética entre o eu e a projeção que o mundo que me cerca faz de mim. É partindo desta compreensão que Mbembe analisa a experiência do negro no sistema colonial e a compara com esse estágio do desenvolvimento infantil.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Observemos esse trecho de *Aventura e Rotina*, de Gilberto Freyre² (2010, p. 268):

Continuo a ver estes negros da Guiné, ainda quase no mesmo estado dos de 1500 e de 1600: como que parados no tempo. Vejo-os parados no tempo e com as mesmas belas formas de corpo expostas ao sol, os mesmos gestos, os mesmos risos, com que vários deles daqui saíram para entrarem na história e na vida cultural do Brasil.

A violência desse texto é camuflada pela boa escrita e por falsos elogios. Freyre, desqualifica todos os processos de desenvolvimento interno, singularidade dos processos que envolvem aquela sociedade ao declarar vê-los “parados no tempo”. Fica evidente, com isso, que sua compreensão de história é linear e atrelada a uma lógica de progresso aos modos europeus. Não concebendo, com isso, a pluralidade cultural e a particularidade do tempo para cada sociedade. Assim, seu pensamento conecta muito bem com a compreensão antropológica do século XIX, a África permanecia em atraso e cabia aos europeus conduzirem-na a civilização. Por fim, de modo muito poético após “elogiar” aqueles povos, suaviza o processo de escravidão moderna dizendo “daqui saíram para entrarem na história e na vida cultural do Brasil”, trazendo para esse tenebroso passado um ar de voluntariedade – saíram – e ainda de benéfico resultado – entrarem na história e na vida cultural do Brasil.

Mesmo se tratando de um povo formado, composto por indivíduos de várias idades, aos olhos coloniais não passavam de crianças. Mbembe (2014) é preciso ao recorrer a teoria psicanalítica de Lacan para demonstrar como o colonizado era visto e tratado na dominação colonial. Ainda que falássemos de adultos, homens e mulheres formados, no entendimento da metrópole todos estavam por se fazer, com uma ontologia ainda em construção. Nesta estrutura de poder, a posição ocupada pelo negro é similar à de uma criança: subjugado, sem capacidade cognitiva para discernir entre o bem o mal, certo e errado, desprovido de uma linguagem adequada (o idioma do colonizador), sem cultura e nem instrução. A título de exemplo, recobremos o objetivo do Boletim Cultural na compreensão de Sarmento Rodrigues, então governador da Guiné Portuguesa:

Chegou, portanto, a época de dar à cultura do espírito incremento paralelo ao progresso material. [...]. Podemos, ao contrário, dar a importância merecida e necessária ao aperfeiçoamento mental, pois que isso é indispensável ao bem-estar, ao progresso e à civilização que difundimos. (Rodrigues, 1946, p.5-6)

Aos olhos colonizadores os povos guinéus não passavam de uma raça inferior, ainda em estágio de evolução ou, um povo criança. Atrasados no processo evolutivo necessitavam de tutoria para alcançar o progresso. Assim como uma criança é instruída, construída, pelo

² Na década de 1950, Gilberto Freyre é convidado pelo Estado Novo português para viajar pelos territórios do ultramar. A finalidade destas viagens era angariar apoio intelectual do sociólogo e produzir com isso a melhora da imagem portuguesa no exterior.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



mundo circundante, como escreve Lacan (1996), com o negro assim também se procede no entendimento de Mbembe (2014). A colônia foi para o negro sua fase do espelho. As instituições de ensino, as missões evangelizadoras, as missões científicas de etnografia e o próprio aparelho estatal de poder projetaram a imagem que o colonizado deferia imitar, ou melhor, se tornar pelo processo de assimilação.

É compreensível essa construção conceitual psicanalítica no universo de formação infantil. Entretanto como concebê-la naqueles cuja identidade já se têm formada? A resposta não é óbvia nem fácil. Mas um caminho para a compreensão é o estabelecimento da inferiorização do negro como pilar do mundo colonial. Esta inferiorização, no texto de Fanon (2008, p.28), se faz primeiramente no campo econômico e

em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade. [...]. A Sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a Sociedade chega ao ser. O prognóstico está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício.

O negro, diante disso, sob o poder colonial é conduzido como uma criança, pelo processo de inferiorização, ao estágio do espelho. Ao tratar sobre esse movimento de inferiorização produzido em relação ao negro, Sueli Carneiro (2005, p.99) destaca que

203

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade europeia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”.

Como coisa resta-lhe aceitar a projeção que para ele é feita. Esta aceitação podemos visualizar nos marcadores de civilidade determinados para o recebimento da cidadania, por exemplo. Do colonizado é exigido despir-se do seu eu para vestir-se do produto que fez a metrópole. Trata-se, portanto, da mutilação, destruição, aniquilação, da identidade já constituída. Na perspectiva de Mbembe (2014, p.182),

o eu autêntico seria tornado um outro. Um eu estrangeiro (alienado) substituiria o eu próprio, fazendo assim o Negro portador, apesar dele, de significados secretos, de obscuras intenções, de um inquietante estranhamento que comanda a sua existência sem ele saber, e que confere certos aspectos da sua vida psíquica e política um carácter nocturno e, por vezes, demoníaco.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Na busca por alcançar a imagem que se projeta no espelho para o negro colonizado encontra-se o abismo da inferiorização epidérmica. Como escreve Fanon (2008), o negro antes de qualquer coisa é um negro. No mundo branco a negrura da pele é a marca da inferioridade carregada pelo indivíduo. Ainda que detentor de habilidade similares ou superiores a branquitude, ele continuará sendo um negro. Fazendo da ontologia produzida pela colonização um eterno devir. Sempre marcada pela inferioridade e pela impossibilidade ser um completo eu.

É nesta relação de desiguais que ocorre a transformação das identidades. Gilberto Freyre defende que o contato entre os portugueses e os habitantes dos trópicos produz transformações de ambas as partes. Como sendo um comércio de identidades, há trocas e negociações envolvendo tanto a identidade dos colonizados quanto dos colonos. Indubitavelmente, tanto um como outro é transformado nesta relação, como defende Cesaire (1978), ninguém é capaz de desumanizar o outro, como fez a Europa a África, sem se desumanizar concomitantemente. Todavia, o engano – para não dizer que o desenvolvimento deliberado de uma teoria alinhada politicamente aos interesses políticos coloniais do Estado Novo - de Freyre recai em sua compreensão de uma relação de troca que produziria uma nova cultura, a lusotropical³.

Por outro lado, nós pensamos haver tensões envoltas a desconstrução e construção da identidade, cultura, costumes e no cotidiano em geral das populações autóctones. Acreditamos haver um confronto entre aquilo que chamamos “Tradicional” e “Artificial”. Como introduzido anteriormente, identificamos como “Tradicional” os modos de convivência, organização política, social e percepção temporal da vida/história das populações nativas anterior ao contato com os colonizadores. Em oposição ao “Tradicional” temos o “Artificial”, este se referindo a nova lógica introduzida na Guiné pelo sistema colonial. O resultado disso é o choque entre essas duas culturas.

A colonização, assim, transcende o domínio do território pela política, economia, do controle físico pelo exército e chega à colonização da subjetividade, das identidades dos dominados, não na completude, totalidade e equitativamente. Como observamos nas constatações de Cabral (1977), existiam aqueles indivíduos que aderiam aos interesses portugueses e buscavam a assimilação, outros que resistiam e combatiam o avanço da mentalidade colonizadora principalmente no campo e ainda outros que transitavam entre esses dois mundos.

De uma maneira ou de outra, em maior ou menor grau, o tradicional em contínuo contato com o artificial, transforma-se, criando assim, o novo tradicional. Este que não é inteiramente

³ Por lusotropicalismo, entende-se a doutrina construída por Gilberto Freyre que compreende o nascimento de uma nova cultura e até mesmo uma nova civilização oriunda da presença portuguesa em suas áreas de colonização nos trópicos. Derivada do contato franco e amistoso entre Portugal e os povos nos territórios tropicais, América, Ásia e África, surge um novo indivíduo dotado de uma nova cultura, não mais português, nem mesmo africano, asiático ou americano, mas fruto dessa nossa sociedade integradora, sem violência e preconceito racial.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



“artificial” e nem totalmente tradicional. Essa relação dialética é percebida nas relações, no cotidiano, entre os nativos e os europeus, estrangeiros, no contato entre a estrutura política e social tradicional e a construída pelos portugueses, artificial. O fruto deste confronto resultou na mudança do núcleo de identidade daqueles que passam pelo espelho colonial. Seu Eu não se sustenta mais em seu grupo étnico, sua religiosidade, seus costumes e ancestrais, mas sim na ideologia colonial, na cultura europeia, na inferioridade racial.

A utilização dessa terminologia dicotômica não deve ser compreendida como a substituição de um por outro, tradicional pelo artificial, mas sim, somente para fins didáticos de reflexão e análise. Essa relação, na verdade, se dá dentro de uma complexidade superior a que é possível contemplar com essa dicotomia. Temos, neste processo colonial, um comércio de subjetividades, onde nas negociações da identidade, não sendo harmônicas e nem amistosas, tem-se perdas e ganhos de ambas as partes, maiores perdas, no entanto, do lado nativo e de sua identidade tradicional. Desse modo, não pode haver o engessamento das relações no contexto estudado, pelo contrário, é preciso considerar a existência de inúmeras variantes no cálculo da subjetividade. Não há resultados exatos. Antes, temos uma pluralidade de resultados, com diversas concepções, substituições, sobreposições, permanências, abandonos ou transformações, das práticas culturais, sociais, políticas e religiosas que compõe os indivíduos.

Para então pensar a ideia de “Artificial” é preciso começar entendendo esta organização como derivada de uma divisão imposta, por isso artificial, pelo estrangeiro colonizador. Como escrito algumas páginas acima, compreendemos e aceitamos o entendimento de que toda tradição é inventada, como defende Hobsbawn e Range (1997). Sem dúvida toda organização social é construída historicamente, entretanto o ponto de diferenciação entre o “Tradicional” e o “Artificial” é a imposição exterior a sociedade previamente estabelecida. Como defende, Hobsbawn (1997, p.16), a tradição genuína não deve ser confundida com a inventada. Logo, aquilo que aqui chamamos de Tradicional é o que Hobsbawn (1997) contrapõe a tradição inventada.

Assim, entendemos que a construção “Tradicional” é autônoma, paulatina, ligada a uma tradição e com uma profunda ligação com o território. A construção da organização social “Tradicional” se dá, então, pelas relações entre os integrantes do grupo étnico e pelas trocas, contatos (violentos ou harmônicos), ou não entre os grupos étnicos. Nesta forma de organização, as demandas objetivas do indivíduo, comer, se relacionar, beber, são supridas por uma organização social estabelecida para essa finalidade, ou seja, no “Tradicional” a comunidade se estrutura para a manutenção de sua existência, para a subsistência do grupo. Em contrapartida, os interesses objetivos da “Artificial” são outros, até mesmo sua construção naquele território. Primeiro, seu estabelecimento se dá inicialmente pela força e não por necessidade. Sua lógica organizacional não está alicerçada nas necessidades objetivas das comunidades locais, mas sim nos interesses externos, com objetivos que não tem a sobrevivência dos indivíduos previamente estabelecidos como finalidade, mas sim, outros interesses e objetivos que, em muitos casos, em nada se relaciona com aquele território e

205



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



aqueles povos. Aqui, cabe-nos a reflexão proposta por Ranger (1997), ao compreender a transmigração das tradições inventadas na Europa para a África. O modo de vida Tradicional (tradição genuína) passa por um tensionamento com o Artificial (a inventada). Nas palavras de Fanon (2008), temos na realidade colonial “o mundo dividido em compartimentos, este mundo cindido em dois, é habitado por espécies diferentes” (Fanon, 1968 p.29).

Estabelecida, a organização política “Artificial”, passa a intermediar e estruturar por meio de suas instituições sociais a construção subjetiva dos indivíduos, considerando a distância entre o centro emanador do poder e o sujeito em contato com este. Esta, uma vez estabelecida, passa a parecer tradicional para aqueles que nascem próximos e sob a égide do poder exercido. Fazendo, assim, com que estes entendam o artificial como moderno e o tradicional como retrógrado, antiquado.

De tal difracção originária deduzimos, geralmente, que o eu autêntico seria tornado um outro. Um eu estrangeiro (alienado) substituiria o eu próprio, fazendo assim do negro portador, apesar dele, de significados secretos, de obscuras intenções, de um inquietante estranhamento que comanda a sua existência sem ele saber, e que confere a certos aspectos da sua vida psíquica e política um carácter nocturno e, por vezes, demoníaco. (Mbembe, 2014, p. 182)

206

É, portanto, desse modo que o colonizado vai sendo transformado nessa relação. A ele é relegado o lugar de subalterno, sendo ensinado, as vezes forçado ou convencido, a aceitar o novo saber, a nova religião, a nova organização política, a nova cultura. Passa, com isso, a ver pelas lentes pelas quais o colonizador vê o colonizado.

Para este, neste novo mundo, os interesses, objetivos, valores e pretensões futuras não são as mesmas daqueles que não aderem, aderem parcialmente ou resistem a essa nova lógica de organização. Isso implica dizer que a acomodação do discurso português não se dá homogeneamente, mas varia de acordo com as condições de transmissão e a força com que chega aos receptores.

Por tanto, essas duas organizações, “Tradicional” e “Artificial”, não podem ser pensadas de maneira pura. Não existe purismo cultural. Pensar esse encontro como relações puras é, ingenuidade, talvez, mas acima de tudo reducionista, pois desconsidera as vastas interações existentes anteriormente, cada cultura com suas particularidades e as transformações sofridas ao longo do tempo.

Desse modo, o que temos é a coexistência dessas organizações. Como garante Person (2010, p. 749), temos povos sem uma centralização política que agora, com a colonização, experienciam uma realidade de submissão a uma estrutura de Estado. A religiosidade local é combatida, bem como os costumes, tradições e saberes. Em contrapartida, é pregado o cristianismo e o abandono das práticas locais. Este embate é observável através da vigência do Estatuto dos Indígenas que vigorou até 1961 e o Estatuto Missionário publicado em 1941 que garante “livre exercício de sua autoridade” a Igreja Católica.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Como escreve Fanon,

todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será. (Fanon, 2008, p.34)

É precisamente neste ponto que se faz necessária a descolonização das mentalidades e dos corações. Para compreensão desta constatação no contexto da Guiné recorremos a um discurso de Amílcar Cabral pronunciado em Cuba.

No ano de 1966, entre os dias 4 e 14 de janeiro, ocorria em Havana, capital de Cuba, a 1ª Conferência de solidariedade dos Povos da África, Ásia e da América Latina. Precisamente na plenária do dia 6, Amílcar Cabral tem o espaço de fala reservado para representar os povos e as organizações nacionalistas das colônias portuguesas. Pouco depois de começar seu discurso, de maneira poética citando provérbios africanos, deixa claro que seu objetivo ali não é atacar o imperialismo. Sobre isso diz: “não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo” (Cabral, 1977, p.30). Entretanto, estava disposto a utilizar aquele momento para discutir questões de maior complexidade. Pois, como disse na ocasião: “Para nós, o pior ou o melhor mal que se pode dizer do imperialismo, qualquer que seja a sua forma, é pegar em armas e lutar” (Cabral, 1977, p.30).

Para Cabral (1977), este era o momento oportuno para discutir questões inerentes as contradições internas das colônias.

viemos a esta Conferência convencidos de que ela é uma oportunidade rara para uma ampla troca de experiências entre os combatentes duma mesma causa, para o estudo e a resolução de problemas centrais da nossa luta comum, visando não só o reforço da nossa unidade e solidariedade, mas também a melhoria do pensamento e da ação de cada um e de todos, na prática quotidiana da luta. [...]. Queremos referir-nos à luta contra as nossas fraquezas. (Cabral, 1977, p.30)

Como escreveu mais à frente, não bastava aos movimentos nacionalistas lutar contra as forças externas. Era preciso, também, compreendendo as contradições internas as suas nacionalidades, buscar a solução para os problemas internos produzidos nestes anos de dominação estrangeira.

Em sua compreensão esta dominação se apresenta de duas formas gerais.

1º Dominação directa - por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes da administração e colonos) - à que se convencionou chamar de colonialismo clássico ou colonialismo.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



2º Dominação indirecta - por meio dum poder político integrado na sua maioria ou na totalidade por agentes nativos - à qual se convencionou chamar de neocolonialismo. (Cabral, 1977, p.35)

Tanto uma como a outra, nas sessões superiores, demonstramos sua capilaridade. Quando pensamos na forma direta de dominação somos direcionados, principalmente, aos núcleos urbanos da Guiné. Nestes, é possível encontrarmos maior presença colonial juntamente com seus aparatos de poder. Além de ser estes espaços os escolhidos para receberem os principais monumentos, por tanto demonstradores de poder como escreve Mbembe (2014), como prédios, fortes, estatuas, placas comemorativas e tantos outros. No campo a situação é distinta. Nas áreas rurais a dominação predominante é a indireta, necessitando, portanto, da cooptação de agentes nativos para a efetivação de seus interesses. Os diferentes modos de dominação produzem diferentes resultados. Este também é um ponto de observação apresentado por Cabral (1977). Em sua concepção, há pelo menos três efeitos observáveis, fruto da dominação direta:

- a) destruição completa, acompanhada em geral da liquidação imediata ou progressiva da população autóctone e consequente substituição desta por uma população exótica;
- b) destruição parcial, em geral acompanhada da fixação mais ou menos volumosa de uma população exótica;
- c) conservação aparente, condicionada pela confinção da sociedade autóctone a áreas ou reservas próprias e geralmente desprovidas de possibilidades de vida, acompanhada da implantação massiva de uma população exótica. (Cabral, 1977, p.35)

208

Como vemos, Cabral se restringe a efeitos físicos e imediatos do processo colonial. Ainda que em alguns momentos é perceptível a possível compreensão dos efeitos subjetivos e de longo prazo, Cabral não reserva um espaço para tratá-los especificamente. Entretanto, ao mencionar a pequena burguesia e sua concepção como classe separados dos demais, ou ainda, quando destaca a importância de uma teoria revolucionária para as lutas de libertação, demonstra a compreensão da necessidade de uma libertação psíquica dos dominados.

Acrescentamos, então, a análise de Cabral (1977), a necessidade de pensarmos as amarras invisíveis que prendem o colonizado. Ainda que fisicamente se tronassem livre depois da descolonização se manteriam presos caso ignorassem essas amarras psíquicas. Como escreveu Lacan (1996, p.102) “uma liberdade que nunca se firma tão autêntica quanto dentro dos muros de uma prisão”.

A negligência disso resulta na permanência colonial nas mentalidades/identidades dos ex-colonizados. Mbembe (2014) observa que os monumentos construídos pela metrópole operam como emanadores de símbolos e significados que relembram sempre ao colonizado sua situação de dominação, bem como a imagem refletida no estágio do espelho. Além disso, atua posteriormente, com o fim do sistema colonial, como objetos de memória lembrando



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



sempre aquele território esse passado traumático. Ao mesmo tempo, que mantém firme as prisões psíquicas construídas pela experiência do espelho durante a colonização.

É também representada como uma das matrizes significantes da linguagem do passado e do presente, da identidade e da morte. É corpo que dá carne e peso à subjetividade, algo que não só recordamos como continuamos a experimentar, visceralmente, muito tempo depois do seu formal desaparecimento. (Mbembe, 2014, p.181)

Diante disso, reafirmamos, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, todos os povos que experienciam a dominação colonial, sofrem seus efeitos na subjetividade. Sendo necessário, portanto, especificamente no caso da Guiné, uma reafrikanização das mentalidades. Ou seja, um combate a imagem construída dessas populações por seus dominadores. A busca pela superação do estágio do espelho e a construção de uma nova identidade. Nas palavras do líder da luta, Amílcar Cabral,

Com efeito, estes dez anos de luta não só forjaram uma nação africana nova e sólida, como também fizeram **nascer um homem novo e uma mulher nova**, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, no solo da nossa pátria africana. **Podemos mesmo afirmar que o resultado transcendente da nossa luta, e que é ao mesmo tempo a sua força principal, é a consciência nova que caracteriza presentemente os homens, as mulheres e as crianças do nosso país.** (Cabral, 1972, p.13, grifo nosso)

209

A defesa de Cabral é genuína. Sua preocupação está para além da libertação física que se desenvolvia com a guerra. Tão importante quanto a libertação do território, era a formação de quadros conscientes de suas condições, primeiro de colonizados e segundo de responsáveis pela interrupção da construção de inferior feita por Portugal neste sistema de dominação.

A colonização, como vimos, conquista territórios e captura mentalidades. No caso da Guiné, não podemos ser negligentes com esse aspecto da ocupação portuguesa. A presença colonial representa para a história daquelas populações a modificação forçada dos seus costumes, crenças, organizações políticas e todo o arcabouço social - com seus ritos e rituais de passagem, valores morais, ideais de vida e organização econômica – construído por séculos de existência. A ênfase que damos a essas modificações não é pelas transformações em si, mas pela força que as conduzem. Pela imposição, respaldados em uma construção da inferioridade das populações autóctones, Portugal produz o esvaziamento cultural daquele povo. Partindo pelo atraso histórico, tecnológico e cultural, caminhando para a demonização das práticas religiosas locais, desaguamos na completa desumanização do colonizado.

Como uma criança desprovida de recursos psíquicos e habilidades técnicas para viver, os colonizados são tratados. Somente assim podem aprender a viver “civilizadamente”, ou melhor, ocidentalmente. A adoção do Português como idioma oficial é um sintoma da nova



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



conformação mental que é exigida daquele povo. Em um território marcado historicamente pela oralidade, exigir que aprendam uma língua estrangeira é obrigá-los a abandonar sua história e viver uma nova a partir de então. Uma nova história, uma nova língua, uma nova mentalidade e uma mesma carne. A pele racializada jamais deixou de ser discriminada pela adoção dos marcadores civilizacionais europeus. A colonização foi eficiente neste aspecto, plantou raízes profundas nos corações, tanto de africanos quanto de europeus.

É diante desta constatação que Aimé Césaire (1978), escreve sobre a indesculpabilidade da Europa, ou ainda Sartre (1968), ao escrever que ninguém coloniza impunemente. No exercício de desumanização colonial a Europa abraçou a barbárie. Amílcar Cabral, combateu tudo isso. Fisicamente organizou a luta anticolonial na Guiné e Cabo Verde, ideologicamente combatia esse pensamento inferiorizante implantado pela colonização. O avanço da guerrilha simbolizava o avanço da educação anticolonial. O combate mais fervoroso era com a desumanização presente nos corpos negros. Cabral sabia que nada adiantaria expulsar os colonizadores se os guineenses mantivessem inebriados pela ideologia da colonização. Era necessário a libertação dos corpos e das mentes. Esta observação nos conduz a compreensão de uma outra dimensão da colonização e seus efeitos. Aquilo que escreve Mbembe (2014), acerca de uma memória presente nos corpos vivos descendentes daqueles que passaram pela violência colonial é mais bem compreendido com o entendimento desse aspecto da colonização. Ao dizer que aqueles indivíduos lembram de algo que não viveram, está se referindo as feridas abertas pela colonização que ainda que curadas deixam cicatrizes nas identidades daqueles povos.

Nas palavras de Amílcar Cabral (1970),

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria, cultura que se alimenta da realidade viva do meio e negue tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras. Vemos assim que, se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é, necessariamente, um acto de cultura.

Em concordância com Cabral (1970), entendemos que a condição de colonizados só é superada quando a mentalidade, daqueles que passaram pelo processo de submissão, consegue desfazer a imagem de inferior que sustentava o potentado colonial. Desse modo, a valorização da cultura local, das organizações políticas, que chamamos aqui de tradicionais, fazem-se fundamentais para a superação deste momento de suas histórias.

Referências

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Edição U.L. Praia, 1977.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CABRAL, Amílcar. **A grande conquista: uma sociedade nova.** In: Construção de uma sociedade nova – série: Colonialismo e luta de libertação dos povos africanos. ?, 1972.

Cabral, Amílcar. **La cultura fundamento del movimiento de liberacion.** In: Africa "portuguesa" la lucha por la independencia, Paris, n° 11, p. 12-20, novembro, 1973.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** São Paulo: Feusp, 2005.

CÉSARIE, A. **Discurso sobre o Colonialismo.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvado: EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Aventura e Rotina.** São Paulo: É Realizações, 2010.

HOBSBAWN, Eric. **Introdução: A Invenção das Tradições.** In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 9-23.

LACAN, Jaques. **O estádio do espelho como formador da função do eu.** In: Adorno, Theodor W. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.97-103.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

PERSON. Yves. **Estados e povos da Senegâmbia e da Alta Guiné.** In: História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880 / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília: UNESCO, 2010.

PORTUGAL. Decreto-lei n. 18:570. *Diário do Governo*, terça-feira, 8 de julho de 1930. **Acto Colonial.**

PORTUGAL. Decreto-lei n. 22:465. 11 de abril de 1933. **Acto Colonial.**

PORTUGAL. Decreto-lei n. 31:207. *Diário do Governo*, sábado, 5 de abril de 1941. **Estatuto Missionário.**

211





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PORTUGAL. Decreto-lei n. 39.666, 20 de maio de 1954. **Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique.**

RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições na África Colonial.** In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 219-270.

RODRIGUES, M. M. Sarmento. **Para a elevação do nível cultural da Guiné.** In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. Bissau, v. 1, n.1, 1946, p.5-7.

SARTRE, Jean Paul. **Prefácio.** In: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, p.1-22.

212





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E O IMPACTO DAS MUDANÇAS SOCIAIS: O PAPEL DO PODER ESTATAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIÇA SOCIAL INCLUSIVA PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

Murilo Augusto Lopes Araújo¹

Giliarde Benavinito Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama²

Introdução

A Carta Magna de 1988 (Brasil) representou um marco na redefinição do papel do Estado brasileiro na promoção de igualdade e justiça social, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como mulheres e povos indígenas. No entanto, mesmo diante de um arcabouço jurídico que prega a inclusão, a efetivação desses direitos tem sido obstaculizada por resistências institucionais e pela lentidão das reformas necessárias. Nesse sentido, este estudo busca analisar como o poder estatal modula o sistema jurídico para torná-lo mais inclusivo, avaliando implicações, pontuais, das transformações pós-1988 sobre esses grupos vulneráveis.

O período pós-colonial legou ao Brasil estruturas sociais excludentes, nas quais indígenas foram subjugados pela escravidão e mulheres foram confinadas a espaços domésticos, sem participação política ou autonomia jurídica. Apesar dos avanços constitucionais, a persistência de um ordenamento jurídico pouco permeável a demandas sociais contribui para a manutenção de desigualdades. Movimentos sociais têm pressionado por mudanças, mas a implementação de políticas públicas inclusivas ainda esbarra em obstáculos institucionais e culturais.

Considerando o panorama traçado, esse trabalho adota uma abordagem qualitativa, examinando legislações, documentos oficiais e literatura crítica para entender como reformas institucionais podem tanto mitigar quanto reforçar disparidades. O foco recai sobre a tensão entre as transformações sociais e a rigidez do sistema jurídico, investigando de que modo a resistência das instituições prolonga práticas discriminatórias. Além disso, busca-se

213

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (Câmpus Paraíso). Discente Pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Direito e Sociedade (NEIDISO/Unitins) E-mail: muriloau1110@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9448949411333156>

² Doutorando (PPGDR, UFT). Mestre (PPGCOMS/UFT). Corregedor Adjunto da Polícia Penal (SECIJU/TO). Professor de Direito (Unitins, Paraíso). E-mail: benavinito.gama@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525837393612907>.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



identificar lacunas no acesso à justiça e propor caminhos para um direito mais adaptável às demandas de igualdade substantiva

Algumas Notas sobre Justiça Social Inclusiva e Indígenas

A efetiva proteção aos direitos dos povos indígenas no Brasil somente foi consolidada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente por meio do artigo 231, que reconhece a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições desses povos, bem como seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Contudo, a mera positivação desses direitos não tem sido suficiente para assegurar sua plena efetividade. A dificuldade de concretização das normas constitucionais voltadas à proteção indígena reflete entraves estruturais que comprometem a evolução das instituições jurídicas e políticas nacionais (Almeida, Angeliln e Veronese, 2021).

Durante séculos, os povos indígenas foram relegados a uma condição de invisibilidade e exclusão no cenário jurídico e político brasileiro. A marginalização histórica dificultou sua inserção efetiva no campo da jurisprudência, transformando sua participação em um processo de luta contínua por reconhecimento e garantia de direitos. Mesmo após a Constituição de 1988, episódios recorrentes de invasões, ameaças e atentados contra comunidades indígenas revelam o distanciamento entre o texto constitucional e sua aplicação prática (Leão e Nóbrega, 2022; Piaia e Wedig, 2023; Bittar, 2023).

A exclusão social dos povos indígenas e a negligência histórica quanto à aplicação de normas protetivas comprometem sua qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania. É emblemático que somente com a Constituição de 1934 os indígenas passaram a ser formalmente incluídos no processo eleitoral, um marco importante na transição do status de objeto de tutela para o de sujeitos de direitos. Essa mudança normativa representou o início de uma lenta e ainda inconclusa reconfiguração da ótica jurídica dominante sobre os povos originários (Piaia e Wedig, 2023).

Ademais, a construção social do preconceito contra os indígenas permanece como uma barreira significativa à concretização de seus direitos fundamentais. A cultura e os modos de vida indígenas, por destoarem de padrões hegemônicos e, particularmente, da moral religiosa de matriz cristã, são frequentemente estigmatizados como contrários à moralidade e à civilização. Essa perspectiva excludente se evidencia historicamente, por exemplo, na imposição da catequese como condição para o reconhecimento da humanidade dos povos indígenas, reforçando a ideia de que apenas pela assimilação aos valores ocidentais-cristãos poderiam ser aceitos socialmente (Leão e Nóbrega, 2022; Piaia e Wedig, 2023; Bittar, 2023). Nesse contexto, a resistência e a organização dos movimentos indígenas desempenham papel central na luta pela efetividade de seus direitos. A mobilização dessas populações tem provocado importantes transformações institucionais e jurídicas, tensionando o sistema normativo e exigindo a reformulação de práticas excludentes. A construção de uma justiça social verdadeiramente inclusiva passa, necessariamente, pelo reconhecimento da pluralidade

214



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



étnica e cultural, pela valorização dos saberes indígenas e pela superação das estruturas coloniais ainda presentes nas instituições brasileiras.

Algumas Notas sobre Justiça Social Inclusiva e Mulheres

Dentro da perspectiva de uma justiça social inclusiva, é imprescindível destacar a histórica exclusão das mulheres dos espaços de participação social, política e econômica. A luta pela garantia de direitos fundamentais, como a autonomia pessoal e a igualdade de oportunidades, remonta a séculos e evidencia o longo processo de resistência das mulheres contra uma estrutura social patriarcal (Rocha, 2023; Campos, 2024).

No contexto brasileiro, essa exclusão assumiu contornos particularmente graves. A construção histórica da sociedade brasileira relegou as mulheres a posições de subalternidade, vinculando-as, quase exclusivamente, ao espaço doméstico e à obediência aos homens. Esse cenário gerou uma condição estrutural de vulnerabilidade, marcada não apenas pela desigualdade no acesso ao trabalho e à renda, mas também pela convivência institucional com a violência de gênero (Rocha, 2023; Campos, 2024).

Crimes como o estupro, o assédio sexual, o feminicídio, a violência física e psicológica, entre outros, foram por muito tempo naturalizados nas relações familiares e invisibilizados pelas instâncias judiciais. A impunidade diante de tais práticas reforçou a cultura machista, que permanece, ainda hoje, como traço estruturante das relações sociais no país (Rocha, 2023; Campos, 2024).

A desigualdade salarial entre homens e mulheres e a baixa representação feminina em cargos de liderança e poder são exemplos concretos dos obstáculos que ainda persistem. Esses indicadores revelam uma sociedade que, apesar de avanços normativos, permanece marcada por práticas discriminatórias (Rocha, 2023; Campos, 2024).

O século XX representou um importante ponto de inflexão. A emergência dos movimentos feministas trouxe à tona o debate público sobre os direitos das mulheres, alcançando marcos históricos como a conquista do direito ao voto, assegurado pela Constituição de 1934. Tal conquista representou um passo fundamental na construção de um sistema jurídico mais igualitário, ainda que os desafios à efetivação da igualdade de gênero permaneçam (Rocha, 2023; Campos, 2024).

Destaca-se, nesse percurso, o julgamento do caso Maria da Penha na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que evidenciou a responsabilidade do Estado brasileiro na omissão diante da violência doméstica. Tal julgamento impulsionou a criação da Lei nº 11.340/2006 (a chamada Lei Maria da Penha), considerada um marco no enfrentamento à violência de gênero no Brasil (Rocha, 2023; Campos, 2024).

Apesar desses avanços, a superação da cultura patriarcal ainda exige o comprometimento contínuo das instituições jurídicas e da sociedade civil. A busca por equidade entre homens e mulheres é, portanto, um processo em constante construção, exigindo políticas públicas

215



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



interseccionais, revisão de práticas institucionais e ampliação dos espaços de escuta e protagonismo das mulheres.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e analítico-interpretativa, centrando-se na análise de produções académicas indexadas no acervo da Scientific Electronic Library Online (SciELO). A opção por um desenho qualitativo justifica-se pela complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos investigados - violência de gênero, encarceramento feminino, racismo institucional e direitos indígenas - os quais exigem uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, jurídicas e históricas que os constituem.

A investigação foi conduzida por meio de análise documental e bibliográfica, com ênfase na leitura crítica de dez artigos científicos publicados entre os anos de 2021 e 2023, que abordam políticas públicas, sistema de justiça e direitos humanos na perspectiva da interseccionalidade. Os critérios de seleção dos textos incluíram: (i) pertinência temática com os eixos analíticos do estudo (gênero, raça/etnia, justiça criminal); (ii) recorte geográfico focado no Brasil e na América Latina; (iii) publicações em periódicos de reconhecida relevância no campo do direito, ciências sociais e políticas públicas.

A análise dos dados seguiu os pressupostos da análise temática de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), com etapas de pré-análise, exploração do material, categorização e interpretação. As categorias analíticas emergiram de forma dedutiva e indutiva, a partir dos marcos teóricos do feminismo interseccional, do antirracismo e do pluralismo jurídico. Foram identificadas três macrotemáticas interligadas: (1) a consolidação normativa dos direitos humanos e seus limites estruturais; (2) o avanço parcial de agendas críticas nos espaços institucionais; e (3) a captura das políticas públicas por lógicas punitivistas e seletivas.

Resultados e discussões

No início do século XXI, observou-se o fortalecimento de dispositivos normativos voltados à proteção de grupos historicamente marginalizados. No Brasil, a promulgação da Lei Maria da Penha (2006) configurou um marco jurídico na abordagem da violência de gênero, ao reconhecer sua especificidade e prever mecanismos protetivos inovadores.

Todavia, sua formulação adotou uma concepção universalizante da "mulher vítima", desconsiderando marcadores interseccionais como raça e classe. A concepção invisibiliza a realidade de mulheres negras e indígenas, cujo acesso à justiça é mediado por estruturas de opressão múltiplas (Almeida, Angelini e Veronese, 2021).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



No campo dos direitos indígenas, a ratificação da Convenção nº 169 da OIT representou um avanço normativo. Pode-se abstrair, de estudos de Bittar (2023), que a incorporação formal dessa convenção nos marcos legais nacionais foi marcada por resistências institucionais e interesses econômicos sobre os territórios tradicionais, resultando em conflitos fundiários e na marginalização de formas autônomas de governança.

No plano dos direitos indígenas, Piaia e Weidg (2023) apontam que, apesar do fortalecimento de diretrizes internacionais relativas à consulta prévia e à autodeterminação, os marcos jurídicos nacionais permanecem insensíveis à complexidade desses direitos. A judicialização, embora necessária, mostrou-se insuficiente para promover transformações estruturais.

No campo penal, Rocha (2023) e Campos (2024) identificaram a seletividade do sistema de justiça criminal, sobretudo em relação a mulheres presas por tráfico de drogas. O perfil das encarceradas - em sua maioria negras, jovens, mães solo e periféricas - revela o uso da punição como forma de controle social, voltada à contenção de corpos marcados pela vulnerabilidade socioeconômica e racial.

O período recente, marcado por retrocessos democráticos e pela ascensão de agendas conservadoras, expõe a ambiguidade institucional: ao mesmo tempo em que se consolidam estruturas formais de proteção a grupos vulnerabilizados, suas pautas são cooptadas por uma racionalidade punitivista e moralizante.

Em digressão de contribuições de Rocha (2023) e Campos (2024), o enfrentamento à violência doméstica passou a depender excessivamente da via judicial, com a expansão de medidas protetivas desvinculadas de políticas públicas estruturantes - como moradia, renda e redes de apoio comunitário. Tal configuração reforça a centralidade do Judiciário como instância reguladora das relações de gênero, sem incidir nas causas estruturais da violência.

Na justiça criminal, Rocha (2023) e Campos (2024) documentam práticas inquisitivas nas decisões que envolvem mulheres condenadas por tráfico, incluindo presunções de culpa, fragilidade probatória e uso de estereótipos morais como agravantes penais. Trata-se da reafirmação de um controle social seletivo, legitimado pela aparência de legalidade.

Na dimensão étnico-racial, observa-se a intensificação de conflitos fundiários e o enfraquecimento da proteção territorial indígena, impulsionados por discursos ultraconservadores e pela flexibilização das normas ambientais. Essa ofensiva institucional reflete a convivência do Estado com interesses ruralistas, em detrimento da autodeterminação dos povos originários.

A análise integrada dos dados revela que as respostas estatais têm sido fragmentadas, reativas e desarticuladas frente à complexidade das vulnerabilidades. Políticas públicas continuam a ser formuladas com base em categorias estanques, sem contemplar a sobreposição de opressões. A mulher indígena, por exemplo, vivencia simultaneamente violências de gênero, racismo estrutural, colonialismo e exclusão territorial - sem que sua condição seja contemplada por políticas interseccionais.

Constata-se também a dissonância entre o discurso normativo dos direitos humanos e sua efetividade prática. As conquistas legislativas não têm produzido mudanças estruturais no

217



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



padrão de exclusão vigente, gerando um hiato entre reconhecimento jurídico e transformação social.

As desigualdades que afetam mulheres e povos indígenas não podem ser compreendidas de forma dissociada das estruturas coloniais e racistas que moldaram a sociedade latino-americana. A colonialidade do poder continua a organizar a produção social da diferença, articulando dominação de classe, raça e gênero (Rocha, 2023; Campos, 2024).

A lógica perpassa as instituições estatais e seus instrumentos jurídicos. Conforme Sueli Carneiro (2003), o racismo no Brasil se perpetua por meio da aparência de neutralidade jurídica, atuando como operador silencioso de desigualdades. Do mesmo modo, Rocha (2023) demonstra que as opressões estruturais são indissociáveis, exigindo abordagens que reconheçam suas interações sinérgicas.

A Lei Maria da Penha, embora emblemática, apresenta limites quando aplicada a contextos interseccionais, nos quais se confrontam normas estatais e práticas tradicionais. Rocha (2023) e Campos (2024) advertem para os efeitos da colonialidade de gênero, ao mostrar como a imposição de lógicas patriarcais eurocentradas deslegitima as formas indígenas e comunitárias de organização social.

No campo dos direitos territoriais, a lógica desenvolvimentista do Estado brasileiro ignora a centralidade do território na constituição das identidades indígenas. Leão e Nóbrega (2022) sinalizam que a imposição de uma epistemologia hegemônica que invisibiliza saberes outros, produzindo exclusão epistêmica e política.

Dessa forma, a efetivação dos direitos humanos requer uma inflexão epistemológica e institucional. É necessário reconhecer e incorporar os sistemas jurídicos plurais e os saberes subalternizados, reconstruindo o papel do Estado como garantidor de justiça em contextos de diversidade. Trata-se de deslocar o eixo das políticas públicas, promovendo escuta ativa, redistribuição de poder e valorização de epistemologias insurgentes.

218

Considerações finais

Diante do exposto, constata-se que a trajetória histórica do Brasil contribuiu para a consolidação de um cenário alarmante na atualidade, em que, apesar da existência de políticas públicas e normativas legais, determinados grupos sociais - notadamente mulheres e povos indígenas - continuam sendo deslegitimados, invisibilizados e marginalizados. Tal realidade compromete a efetiva inserção desses sujeitos no campo jurídico e na vida social de forma ampla.

A desvalorização sistemática dessas populações opera como um mecanismo de exclusão estrutural, refletindo-se na dificuldade de acesso à justiça e na recorrente ausência de responsabilização adequada por atos de violência ou discriminação que as atingem. Em muitos casos, as punições são brandas ou sequer aplicadas, o que contribui para a impunidade e para a perpetuação das violações.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Embora as instituições jurídicas tenham passado por processos de modernização normativa e institucional, a sociedade brasileira ainda permanece presa a preconceitos históricos e arraigados, o que limita o alcance prático dessas evoluções. A negligência do Estado em garantir a efetividade das normas protetivas revela não apenas uma omissão institucional, mas uma grave falha em assegurar os direitos fundamentais dessas populações.

Nesse contexto, a impunidade se converte em estímulo à recorrência das violações, tornando a convivência social insustentável para mulheres e indígenas. Enquanto mulheres seguem expostas a situações cotidianas de assédio e violência em espaços públicos, os povos originários enfrentam exclusão, julgamento e preconceito de ordem religiosa, étnica e cultural, que inviabilizam sua plena participação social.

Portanto, o Brasil se vê imerso em um cenário de profundo descaso estatal em relação a essas parcelas da população. É imprescindível que haja uma resposta urgente, efetiva e comprometida por parte do Estado e da sociedade civil na superação dessas desigualdades. Sem a garantia de segurança, dignidade e justiça para mulheres e povos indígenas, não se pode vislumbrar um projeto de país verdadeiramente democrático, inclusivo ou desenvolvido.

Referências

ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de; ANGELIN, Rosângela; VERONESE, Osmar. A diferença como direito: reflexões constitucionais sobre o pluralismo. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 915-939, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/58177>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTAR, Eduardo C. B. A situação atual dos direitos humanos: entre destroços, desincentivos e retrocessos. A fronteira e o limite do Estado Democrático de Direito. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1-28, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/72030>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CAMPOS, Carmen Hein de. Reações institucionais frente às políticas de gênero: uma análise da justiça criminal. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1-27, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2024/72628>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LEÃO, André Carneiro; NÓBREGA, Francisco de Assis Nascimento. Os desafios da assistência jurídica aos povos indígenas no Brasil: o caso do povo Xukuru. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1-29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/65353>. Acesso em: 14 abr. 2025.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PIAIA, Eliana; WEDIG, Josiane Carine. Violações coloniais e as reivindicações por direito de povos indígenas: vivências na Terra Indígena Mangueirinha. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 314–320, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e90305314>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ROCHA, Décio Vieira da. Desigualdades de gênero em ocupações jurídicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, e10255, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980531410255>. Acesso em: 14 abr. 2025.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ENTRE O PASSADO E O FUTURO: O CÂNHAMO COMO UM RECURSO SUSTENTÁVEL PARA O SÉCULO XXI

Lilian da Rosa¹

A planta do *Cannabis* é um cultivar antigo. Indícios arqueológicos, datados com mais de 6.000 anos, sugerem que a *Cannabis* seja originária da Ásia Central, mais precisamente da China, onde suas sementes eram utilizadas para a alimentação e suas fibras para a fabricação de utensílios como calçados, vestimentas e cestos (Li, 1974). Aos poucos, suas variedades se espalharam pela Ásia e África e, depois, pela Europa. Registros indicam que, neste último continente, do século XIV ao XVIII, o cânhamo e suas sementes eram utilizados para as produções de óleo, de remédio, de tecido e de papel (Carneiro, 2002). Em especial, a produção de fibras de cânhamo merece destaque porque foi de grande valor econômico para as grandes potências europeias.

Ao longo do período mercantilista, o cânhamo era a principal matéria-prima na produção de cordoarias e velas de navios (Díaz-Ordóñez, 2016; Contreras, 1974), a tal ponto que algumas estimativas indicam que as embarcações europeias utilizaram mais de 300 mil toneladas só para a primeira armação, sem contar as reposições conforme o desgaste do tempo (Díaz-Ordóñez, 2009). Contudo, com a emergência da revolução industrial e com a criação da energia a vapor e a introdução de materiais mais modernos, como as cordas de nylon, que, devido ao menor peso em comparação às cordas de cânhamo, tornaram-se uma alternativa mais atrativa e a fibra do cânhamo sofreu uma redução no mercado global Bertucelli (2013). Ao final do século XIX para o século XX também foi instituído um regime político de controle estatal das drogas que afetou diretamente a produção, o consumo e o comércio de cânhamo. Até então, a regulamentação dessas era relativamente livre, seguindo os interesses do mercado e dos controles locais. Pesquisadores indicam que o deslocamento do mercado de drogas da legalidade à ilegalidade iniciou com as Guerras do Ópio (1839/42-1856/60), entre ingleses e chineses, passando pela Lei Seca nos EUA (1919-1933) e se institucionalizou com a Convenção Única da Organização das Nações Unidas sobre Drogas, de 1961, sendo atualizada pelo Protocolo sobre Psicotrópicos, de 1971, e pela Convenção de Viena, de 1988 (Escotado, 1996; Carneiro, 2002). A implementação de todas essas medidas proibitivas contribuiu para uma significativa retração do mercado de fibras de cânhamo. Durante o século XX, a competitividade da fibra de cânhamo declinou substancialmente em setores como a produção de cordas, vestuário e papel, levando à sua obsolescência em diversos usos secundários.

221

¹ Investigadora na Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad de Sevilla (ES). O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil E-mail: lilianrosa.rs@gmail.com.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



No Brasil, a planta da Cannabis é proibida desde a década de 1930 quando passou por um processo de proibição. Até então, a regulamentação dessas substâncias era relativamente livre, seguindo os interesses do mercado e dos controles locais. Pesquisadores indicam que o deslocamento do mercado de drogas da legalidade à ilegalidade iniciou com as Guerras do Ópio (1839/42-1856/60), entre ingleses e chineses, passando pela Lei Seca nos EUA (1919-1933) e se institucionalizou com a Convenção Única da Organização das Nações Unidas sobre Drogas, de 1961, sendo atualizada pelo Protocolo sobre Psicotrópicos, de 1971, e pela Convenção de Viena, de 1988 (Escohotado, 1996; Carneiro, 2002).

Entretanto, as recentes descobertas científicas sobre a produção de materiais biodegradáveis a partir da fibra do cânhamo têm impulsionado uma reconfiguração progressiva deste mercado, configurando-o como um setor em expansão e diversificado que pode ser voltado a oferecer produtos mais sustentáveis e ecologicamente correto e com finalidades sustentáveis. Neste contexto, o cânhamo vem passando por uma série de revisões e debates. A literatura científica indica que tais fenômenos decorrem, em grande medida, do uso insustentável dos recursos naturais, comprometendo a estabilidade dos ecossistemas e a resiliência ambiental do planeta (Letcher, 2021; Agrawal, Kumar, Dhanasekaran, 2022; Nath, 2022).

Este estudo tem como objetivo realizar uma discussão das iniciativas globais relacionadas à evolução do processo de institucionalização do cânhamo industrial. Parte-se do pressuposto de que este é um mercado em fase de consolidação a nível mundial, buscando apresentar as experiências e trajetórias de diversos países no que diz respeito à regulamentação e produção do cânhamo e de seus derivados e além de explorar as perspectivas para novos mercados que utilizam o cânhamo como principal insumo produtivo, inclusive para pensar o processo de regulamentação do cânhamo no Brasil.

A metodologia deste trabalho fundamenta-se em uma revisão bibliográfica e análise da legislação que regulamentação o uso industrial do cânhamo. Assim, o estudo examina o desenvolvimento das propostas legislativas relacionadas e os processos de legalização em âmbito nacional e internacional.

Panorama atual da produção mundial de cânhamo

Até certo ponto, a proibição contribui para que persistam diversas lacunas no desenvolvimento tecnológico do cânhamo para uso industrial, entre eles tecnologias de processamento mais eficientes da planta e suas partes, a produção de fármacos por meio de culturas celulares (sem a necessidade de cultivo direto), bem como o melhoramento genético e desenvolvimento de cultivares para usos específicos (Schuluttenhofer; Yuan, 2017). Ainda assim, no tempo presente, se observa uma série de avanços neste setor produtivo. Atualmente existe uma quantidade de produtos que podem ser construídos a partir da fibra do cânhamo.

222



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Como visto, seus usos industriais e comerciais estão em um contexto crescente de cadeias de produção cada vez mais complexas e rentáveis. Apenas nos usos estritamente “industriais” (sementes, fibras e aparas), o mercado global supera a marca de US\$4bi e está previsto chegar a US\$17bi em 2030 (Facts, 2023), o que aponta para uma ampla perspectiva em torno de mercado.

Ademais, o cânhamo vem sendo apontado como uma matéria-prima ecologicamente correta, pois oferece uma série de benefícios ambientais: um hectare de terra cultivado com cânhamo pode armazenar entre 9 e 15 toneladas de CO₂, equivalente ao armazenamento realizado por uma floresta jovem, porém o cânhamo atinge esse resultado em apenas cinco meses (Comissão Europeia, 2023).

No contexto das transformações nos usos econômicos da terra e dos recursos vegetais, o cânhamo apresenta-se como uma cultura com significativo potencial de inserção nas cadeias produtivas contemporâneas, sobretudo no que se refere a propostas de transição ecológica e reconversão industrial. Em comparação com espécies tradicionalmente cultivadas para fins industriais, como o eucalipto, o cânhamo oferece vantagens agrônômicas e ambientais relevantes: consome aproximadamente 60% menos água, não acidifica o solo, favorece sua regeneração, contribui para o incremento da biodiversidade e permite o cultivo orgânico, sem necessidade do uso de agrotóxicos (Andre; Hausman; Guerriero, 2016; Ranalli; Venturi, 2004).

Além dessas qualidades ecológicas, diversos estudos têm destacado a versatilidade do cânhamo como matéria-prima renovável, capaz de atender a múltiplos setores industriais. Pesquisas desenvolvidas por McPartland, Clarke e Watson (2000), Ranalli e Venturi (2004), Andre, Hausman e Guerriero (2016) e Schluttenhofer e Yuan (2017) apontam que a planta possui uma ampla gama de aplicações industriais com menor impacto ambiental em relação a materiais convencionais. Dentre os principais usos, destacam-se:

Para além desses benefícios agrônômicos, as plantas têm destacado a versatilidade do cânhamo como matéria-prima renovável, capaz de atender a múltiplos setores industriais. Estudos como os de McPartland, Clarke e Watson (2000), Ranalli e Venturi (2004), Andre, Hausman e Guerriero (2016) e Schluttenhofer e Yuan (2017) apontam que a planta possui uma ampla gama de aplicações industriais com menor impacto ambiental em relação a materiais convencionais. Dentre os principais usos, destacam-se: o setor papelheiro, as fibras oferecem uma alternativa ecológica à celulose de madeira, com processos produtivos menos poluentes e produtos finais biodegradáveis, incluindo papéis e embalagens sustentáveis. A construção civil também tem se beneficiado de materiais à base de cânhamo, como o hempcrete — um tipo de concreto leve, isolante térmico —, além de painéis e isolantes fabricados com suas fibras, contribuindo para edificações mais eficientes e de menor impacto ambiental. No setor cosmético, os óleos e extratos da planta são utilizados em produtos para cuidados da pele e dos cabelos, devido às suas propriedades hidratantes, anti-inflamatórias e antioxidantes. Já no campo da alimentação e do bem-estar animal, o cânhamo é utilizado tanto como substrato para cama de animais quanto como ingrediente na formulação de

223



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



rações, por meio do aproveitamento de suas sementes e óleos. Finalmente, destaca-se o potencial do cânhamo como fonte de energia renovável, especialmente por meio da transformação de suas sementes em biodiesel, o que amplia seu papel como insumo viável para uma matriz energética de menor impacto ambiental. Dessa forma, a versatilidade industrial do cânhamo, aliada às suas qualidades agrônômicas, tem reacendido o interesse por seu cultivo em contextos de transição ecológica e reestruturação produtiva.

Os marcos legais em torno da produção do cânhamo industrial

No que diz respeito ao marco legal dos países produtores, é importante observar que existem muitas variações nas regulamentações e políticas que moldam o mercado global de cânhamo, incluindo aspectos relacionados à produção, comercialização e consumo. De modo geral, o cânhamo pode ser comercializado em 46 países, conforme dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). No entanto, menos da metade deles autorizam o cultivo da planta (United Nations, 2022), que, nos últimos anos, vem passando por várias revisões em termos dos marcos legais de produção. A seguir discute-se brevemente alguns marcos legais de distintos estados nacionais que podem contribuir para pensar o caso brasileiro.

Desde a década de 1970, a União Europeia passou a desenvolver um conjunto de políticas regulatórias voltadas à promoção do cultivo de cânhamo industrial, alinhando incentivos econômicos com diretrizes técnicas e sanitárias. A introdução do Regulamento CEE nº 1308/70 marcou o início desse processo, ao estabelecer um arcabouço institucional de estímulo à produção agrícola, no qual o cânhamo foi progressivamente reintegrado como cultura estratégica. Esse movimento foi aprofundado com o Regulamento CEE nº 1430/82, que representou um marco regulatório ao distinguir formalmente o cânhamo industrial da cannabis de uso psicoativo, com base em critérios genéticos objetivos. Nesse sentido, foram estabelecidos parâmetros que limitavam a concentração de substâncias psicoativas nas variedades permitidas para cultivo, com ênfase na seleção de cultivares com baixo teor de tetrahydrocannabinol (THC).

A consolidação dessa diferenciação normativa ocorreu com o Regulamento CEE nº 2059/84, que definiu o limite máximo de 0,3% de THC para as variedades classificadas como cânhamo industrial, além de instituir um catálogo oficial de sementes autorizadas para o plantio nos países-membros. Esse conjunto de medidas teve impactos significativos na viabilização econômica da cadeia produtiva do cânhamo na Europa, permitindo o acesso a subsídios agrícolas, crédito rural e incentivos à inovação tecnológica voltados à transformação de fibras, sementes e outros derivados da planta. No atual estágio regulatório, os cultivos de cânhamo encontram-se disciplinados por um novo conjunto normativo, composto pelas legislações (UE) nº 1307/2013, 1308/2013 e pela Regulamentação de Implementação da Comissão Europeia nº 809/2014. Essas normas mantêm os critérios de controle de THC, mas introduzem certa flexibilização, permitindo variações entre 0,2% e

224



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



1% de concentração, a depender do contexto nacional e do uso final da produção. Esse modelo regulatório europeu representa um caso relevante de política agrícola e industrial que concilia controle sanitário, estímulo à produção sustentável e regulação de mercados emergentes, sendo frequentemente citado como referência internacional na formulação de marcos legais para o setor do cânhamo (Santos, VIAN, Jorge, 2022).

Além das leis reguladoras trabalhadas acima, a regulamentação do cultivo e comercialização do cânhamo industrial na União Europeia insere-se em um arcabouço jurídico robusto e em constante atualização, refletindo o crescente interesse do bloco em promover práticas agrícolas sustentáveis e cadeias produtivas inovadoras. A tabela a seguir apresenta a base jurídica que fundamenta a regulamentação.

Tabela 1: Base jurídica da União Europeia sobre o cultivo do cânhamo

Base Jurídica	Descrição
Regulamento (UE) 2021/2115	Estabelece regras para apoiar os planos estratégicos elaborados pelos países da UE no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC).
Regulamento Delegado (UE) 2022/126 da Comissão	Define requisitos adicionais para que as terras cultivadas com cânhamo sejam elegíveis para pagamentos diretos, além de regulamentar os controles de THC em campo e o cultivo de cânhamo como cultura secundária.
Regulamento de Execução (UE) 2022/1173 da Comissão	Trata do sistema integrado de gestão e controlo no contexto da Política Agrícola Comum.
Regulamento (UE) n.º 1308/2013	Estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas, incluindo o cânhamo.
Regulamento Delegado (UE) 2016/1237 da Comissão e Regulamento de Execução (UE) 2016/1239 da Comissão	Estabelecem regras sobre as licenças de importação de cânhamo.
Diretiva 2002/53/CE do Conselho	Relativa ao catálogo comum de variedades de espécies de plantas agrícolas.
Diretiva 2002/57/CE do Conselho	Diz respeito à comercialização de sementes de plantas oleaginosas e de fibras, incluindo o cânhamo.
Decisão 2003/17/CE do Conselho	Trata da equivalência das inspeções de campo de culturas produtoras de sementes realizadas em países terceiros e da equivalência das sementes produzidas nesses países.
Regulamento (UE) 2023/915 da Comissão	Estabelece os teores máximos de delta-9-tetrahidrocanabinol (Δ^9 -THC) permitidos nas sementes de cânhamo e seus derivados.

Fonte: COMISSÃO EUROPEIA. *Cânhamo*. Agricultura e Desenvolvimento Rural (tradução livre)

Dentro desta base jurídica, a União Europeia tem promovido o cultivo de cânhamo como uma estratégia alinhada aos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, reconhecendo seu potencial como cultura sustentável e de baixo impacto ambiental. Por meio de políticas de

225



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



incentivo e da integração do cânhamo em agendas de transição ecológica, a União Europeia valoriza os múltiplos benefícios ambientais associados ao seu cultivo.

Atualmente, o cânhamo também é cultivado em praticamente toda a Europa. Segundo dados da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural da União Europeia referentes ao ano de 2022, a área destinada ao cultivo de cânhamo para a produção de fibras tem aumentado significativamente nos últimos anos: passou de 20.540 hectares em 2015 para 33.020 hectares em 2022, o que representa um crescimento de 60%. No mesmo período, a produção total de cânhamo saltou de 97.130 toneladas para 179.020 toneladas, registrando um aumento de 84,3%. A França se destaca como o maior produtor do bloco, concentrando mais de 60% da produção da União Europeia, seguida pela Alemanha (17%) e pelos Países Baixos (5%) (Comisión Europea, 2022).

Entre os países europeus, a Itália apresenta um marco regulatório particularmente relevante para o cultivo de cânhamo industrial. Em 14 de janeiro de 2017, o Ministério da Agricultura italiano publicou uma diretriz interpretativa da Lei nº 242/2016, reafirmando a legalidade do cultivo de cânhamo sem a necessidade de licença ou autorização prévia, desde que respeitado o limite de 0,2% de tetrahidrocanabinol (THC), conforme estabelecido pela normativa da União Europeia. A regulamentação italiana introduz ainda um regime de tolerância: se a concentração de THC exceder 0,2% mas não ultrapassar 0,6%, o agricultor não está sujeito a sanções; no entanto, valores superiores a 0,6% autorizam o confisco ou destruição das plantas pelas autoridades competentes. A legislação também impõe que a reprodução de mudas em viveiros seja realizada exclusivamente a partir de sementes certificadas, assegurando o controle genético e sanitário da produção (Comisión Europea, 2022).

Na Ásia, a indústria do cultivo de cânhamo é regulamentada em países como China, Coreia e Tailândia. O cultivo de cânhamo na região é amplamente liderado pela China, que se destaca como o maior produtor mundial, tanto em termos de volume cultivado quanto pela diversificação de suas aplicações industriais. Desde 2010, o governo chinês tem alterado suas legislações relativas ao cânhamo, adotando uma abordagem rigorosa no controle da produção de cânhamo industrial, com um limite de THC inferior a 0,3%. Em 2018, o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA) da China publicou a Lei de Plantio de Cânhamo (NY/T3252-2018), que estabelece diretrizes para a definição de variedades, a qualidade das sementes e as normas de produção (Zhao, Xiong e Chen, 2018).

De um modo geral, o continente americano também tem experimentado um processo de transformação regulatória e uma mudança de percepção sobre o cânhamo industrial, impulsionado pelo crescente interesse dos países em aproveitar suas múltiplas aplicações. Este movimento responde à expansão da pesquisa científica, ao reconhecimento dos benefícios econômicos e ecológicos da planta e à adaptação das legislações nacionais para integrar novas cadeias produtivas vinculadas ao setor.

O Canadá iniciou a concessão de licenças para o cultivo de cânhamo com fins de pesquisa em 1994 e, posteriormente, legalizou o cânhamo industrial para uso comercial em 1998. A legislação canadense estabelece uma definição precisa do cânhamo industrial e um marco

226



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



regulatório abrangente que vai desde a obtenção de autorizações e licenças de cultivo até os requisitos para a exportação e importação de produtos derivados. De acordo com a normativa vigente, todo o cânhamo industrial cultivado, processado e comercializado no Canadá deve conter no máximo 0,3% de tetrahidrocanabinol (THC) em peso seco de folhas e flores. Além disso, é estabelecido um limite máximo de 10 partes por milhão (ppm) de resíduos de THC em produtos derivados de sementes de cânhamo, como farinha e óleo (Johnson, 2015; Rava, 2016). Adicionalmente, Rava (2016) observa que a maioria dos produtores canadenses está organizada em cooperativas ou alianças, e um número crescente optou por certificar seus cultivos como orgânicos e tentar reduzir os custos de produção, além de fortalecer o setor.

Na América Latina, países como Paraguai, Uruguai, Equador, Chile e Colômbia permitem o cultivo de cânhamo sob certas condições (Laiha, 2022). A decisão do Uruguai de autorizar o cultivo de cânhamo industrial, em 2014, representou uma mudança paradigmática nas políticas públicas sobre substâncias psicoativas. Em 2014, o Poder Executivo do Uruguai regulamentou o cultivo do cânhamo e, em seu artigo 1º, o definiu como as plantas ou partes de plantas delas (incluindo folhas e pontas floridas), devendo ter um conteúdo de THC igual ou inferior a 1%, assim como seus derivados. Além disso, estabeleceu que as sementes de variedades de cânhamo utilizadas no país não podem ultrapassar um conteúdo de THC de 0,5%. Essa medida, ao promover um marco regulatório sólido e transparente, facilitou a exploração de novas oportunidades de desenvolvimento econômico e social, além de estabelecer um precedente para outros países da região (Presidência, 2014; Rava, 2016).

Em 2022, a Colômbia promulgou o Marco Legal do Cânhamo Industrial, uma norma que regula o cultivo, a transformação e a comercialização do grão e da fibra de cânhamo. A Lei 2204 de 10 de maio de 2022 estabeleceu que o cultivo de cânhamo com fins industriais deve ter um conteúdo de THC igual ou inferior a 0,3%. Essa regulamentação abrange o uso de sementes para plantio e cultivo destinadas à produção de grãos, sementes certificadas, plantas em estado vegetativo e outros componentes vegetais. Além disso, a lei regula a comercialização, importação, exportação, aquisição, armazenamento, transporte e disposição final de sementes, grão, plantas e seus derivados com fins industriais e científicos na Colômbia (Colombia, 2022)

A análise do novo marco regulatório colombiano, particularmente em relação à legislação sobre o cânhamo industrial, revela uma abordagem que impõe poucas barreiras para os futuros cultivadores. De acordo com a Latin American Industrial Hemp Association (LAIHA), a legislação estabelece que o cultivo e a transformação do cânhamo exigirão apenas uma licença, o que facilita o ingresso de novos atores no setor. Importante destacar que os licenciados não serão obrigados a apresentar relatórios periódicos, nem estarão sujeitos a cotas restritivas, o que confere maior flexibilidade aos interessados em ingressar na indústria. Adicionalmente, a norma estabelece uma diferenciação positiva nos custos das licenças, ajustando-os conforme os rendimentos dos licenciados, o que contribui para um sistema regulatório mais justo e acessível. Essa estrutura regulatória oferece um ambiente favorável

227



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ao desenvolvimento da indústria do cânhamo na Colômbia, incentivando a inovação e a expansão econômica dentro do setor (Laiha, 2022).

De modo geral, o debate em torno da regulamentação do cânhamo concentra-se principalmente na presença de tetrahydrocannabinol (THC), o principal composto psicoativo da Cannabis sativa. A distinção fundamental entre o cânhamo industrial e a maconha está na concentração desse canabinoide. Conforme as legislações de diferentes países, o limite máximo de THC permitido para o cânhamo industrial varia, situando-se geralmente entre 0,2% e 1%. A presença dessa substância na planta é um dos principais fatores que determina a regulamentação do cânhamo industrial em um país ou não. No Brasil, por exemplo, o cultivo do cânhamo ainda é proibido. De um modo geral, a legislação brasileira vigente também impõe restrições significativas e barreiras burocráticas à realização de pesquisas científicas com a planta. O processo regulatório envolve exigências rigorosas para obtenção de autorizações junto a órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), limitando o acesso a material genético e a realização de experimentos em larga escala. Essas restrições dificultam o avanço de estudos sobre as propriedades medicinais, industriais e agrônomicas da planta, impactando o desenvolvimento de tecnologias e a inovação no setor.

A trajetória do cânhamo no Brasil

228

A cultura do cânhamo adentrou a América Portuguesa no século XVIII via projetos de desenvolvimento do próprio Estado português, como uma forma de garantir poder geopolítico e econômico. A Coroa fomentou o cultivo do cânhamo em diferentes espaços coloniais em experiências que iniciaram em 1716 e perduraram até o final do período colonial, em 1822.

Já entre os séculos XIX e início do XX, em um contexto de uma nação independente, o Brasil teve a ascensão de um capital industrial aplicado sobretudo nas primeiras fábricas de tecido. Neste contexto, as fibras do cânhamo se tornaram como matéria-prima para a produção têxtil. De modo geral, essa planta era utilizada para a fabricação de papel, de tecidos ou de produtos derivados, como cordas, cabos, sacos, fios de sapateiro, fios de fogueteiro e fios de velas. Além desses, as fibras do cânhamo também eram utilizadas na produção de embalagens e sacas para empacotar o café, o arroz, entre outros produtos.

Os investimentos e as tentativas de produção tiveram uma participação significativa de investimentos particulares, que visavam atender o mercado e angariar lucros. Empreendimentos comerciais dessa natureza ocorreram em Pernambuco e Rio de Janeiro e São Paulo. Alguns empresários pernambucanos começaram. Um testemunho ocular declarou que na metade do século XIX já existia uma tecelagem de cânhamo e juta (Pinto, 1940).

No caso de Pernambuco, por exemplo, o cânhamo começou de fato a integrar a indústria têxtil no último quartel do século XIX. Alguns empresários pernambucanos começaram a utilizar as fibras do cânhamo como matéria-prima para a produção têxtil. De certo modo,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



eles provavelmente se apoiavam em experiências de outras províncias, como a de São Paulo – na qual se confeccionava com essas fibras as sacarias de café (Saes, 2008). Além disso, nesse mesmo período, alguns países - a Inglaterra, o Egito e a Índia, por exemplo - também apostaram nessa produção, fato que pode ter influenciado a decisão desses industriais.

O Trabalho de Rosa (2019) aponta que na segunda metade do século XIX até o início do século XX, a cidade de Recife, localizada no estado de Pernambuco, possuía 4 fábricas têxteis que utilizavam o cânhamo como matéria-prima. A Companhia Fábrica de Estopa S.A foi inaugurada em 1891 e funcionava com 117 teares, empregando 210 funcionários. Documentos da época declaram que ela se manteve como única competidora nesse mercado até 1903, quando surgiu a Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta. Já em 1925 foi fundada a Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta que se configurava como Sociedade Anônima. Neste mesmo ano de 1925, a Companhia Fábrica Yolanda também entrou para o mercado de produção têxtil.

De modo geral, o objetivo da companhia era a exploração de tecidos de cânhamo, juta barbantes, cordoalhas, produção de sacarias e seus derivados, visando atender uma demanda do mercado brasileiro que começava a demandar mais produtos industrializados.

Além da iniciativa desses empresários, as ações estatais do Estado de Pernambuco colaboravam com o cultivo do cânhamo naquele estado. Um exemplo disso é o anúncio da inspetoria agrícola federal do 5º distrito de Recife, que em 25 de novembro de 1924 tornava público que a entidade estava distribuindo sementes de milho, de feijão e de cânhamo. Estas podiam ser retiradas mediante o preenchimento de um formulário disponibilizado na mesma repartição. A chamada servia sobretudo para informar os agricultores registrados no ministério da agricultura (Diário de Pernambuco, 1925). Esse tipo de ação, mesmo que de forma indireta, favorecia a produção de matéria-prima para as fábricas de cânhamo.

Visando o desenvolvimento do cultivo de cânhamo, tal como acontecia em Pernambuco, o estado do Rio de Janeiro também disponibilizava sementes para os agricultores que se interessassem, desde 1907. Para suprir esse fornecimento, o estado cultivava cânhamo no Horto Botânico de Niteroy (Jornal do Commercio, 1907).

Como Pernambuco e Rio Janeiro, São Paulo tentou viabilizar o cultivo de cânhamo para fins econômicos. No início do século XX, com a crise da lavoura cafeeira, o estado buscava diversificar a sua produção agrícola para diminuir a sua dependência do café. O incentivo em pesquisas sobre plantas economicamente viáveis se tornou patente e, com isso, os gêneros que até então exerciam um papel secundário na economia, sobretudo os que eram utilizados na fabricação de sacarias para embalar o café, protagonizaram uma tentativa de substituição de cultura (Ferreira, 2017). Novamente, o cânhamo estava entre as plantas testadas.

No entanto, esses projetos de desenvolvimento do linho cânhamo aos poucos entraram em decadência e boa parte dessas fábricas fecharam. Até certo ponto, isso também está relacionado a conjuntura de 1930 que proibia o uso, o transporte e o cultivo da planta passando a realizar um rígido controle dessas fábricas que precisavam enviar relatórios mensais informando sobre a quantidade de cânhamo utilizado mensalmente

229



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O cânhamo no Brasil do século XXI: uma análise do cenário Atual

No tempo presente, há uma crescente demanda de grandes segmentos da sociedade brasileira para legalizar a produção de cânhamo industrial há alguns avanços no debate sobre essa temática. O texto abaixo discorre sobre a atual situação por meio da análise de Projetos de Lei a legalização da produção de cânhamo com finalidade industrial. Neste contexto, foram analisados Projetos de Lei apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que visam a legalização do cânhamo e a regulamentação do setor. A tabela abaixo apresenta esses projetos.

Tabela: 2: Projetos de lei visando a regulamentação do cânhamo no Brasil

Autor	Projeto de lei	Instituição
Fábio Mitidieri	399/2015	Câmara dos Deputados
Paulo Teixeira	10549/2018	Câmara dos Deputados
Jean Wyllys	7270/2014	Câmara dos Deputados
João Daniel	6475/2019	Câmara dos Deputados
Flávia Arns	4776/2019	Senado Federal
Eduardo Girão	5158/2019	Senado Federal
Comissão de Direitos Humanos	5295/2019	Senado Federal

Fonte: Câmara dos Deputados, Senado Federal e Associação Nacional do Cânhamo.

Dos sete projetos apresentados, cinco deles abordavam a regulamentação da Cannabis de forma mais ampla, os quais abordam o cultivo, o processamento, a pesquisa, a produção e a comercialização de produtos derivados da Cannabis, englobando tanto o cânhamo industrial quanto a Cannabis medicinal. Um deles buscam regulamentar unicamente o cânhamo industrial. Dos Projetos de Lei apresentados, o Projeto 6475/2019, por sua vez, foi apresentado visando exclusivamente a regulamentação do cânhamo industrial, explorando a viabilidade do cultivo de cânhamo como uma alternativa econômica sustentável para propriedades pertencentes a agricultores familiares.

Outro projeto que chama atenção é o projeto apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Determina que o Ministério da Agricultura será órgão regulamentador da cannabis no Brasil. Ou seja, estes dois últimos Projetos estão mais voltados a regulamentação do cânhamo e uma participação efetiva do Ministério da Agricultura de forma que este órgão centralize esse processo.

De certa forma esses projetos já encontram consonâncias com um conjunto de iniciativas nas Assembleias Estaduais, como por exemplo, pela Frente Parlamentar em Defesa da





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial do Estado de São Paulo, estabelecida na Câmara dos Deputados.

As investigações sobre o cultivo de cânhamo no Brasil ainda são embrionárias e avançam lentamente. Como exemplo disso, pode-se citar a criação de um Banco de germoplasma de sementes de Cannabis. Tal banco genético será custodiado e desenvolvido pela UFV e não estará restrito às sementes de cânhamo industrial. Nesse sentido, a UFV é a primeira instituição pública do país a sediar um banco genético de Cannabis Sativa L (Universidade Federal de Viçosa, 2024)

Para tal, a Universidade solicitou autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o cultivo de cinco mil pés de Cannabis, com cerca de 400 variedades. O objetivo do projeto é caracterizar geneticamente as diversas variantes da planta, permitindo uma compreensão mais profunda de suas composições químicas. Mais recentemente, em 2024, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) também conseguiu autorização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para realizar pesquisas com a planta, conhecer suas potencialidades, adaptação ao solo e clima brasileiro e igualmente formar um banco de sementes.

Vale destacar que o Brasil não é pioneiro nesta iniciativa uma vez que outros países já realizaram esse tipo de política. A maior parte dos bancos genéticos de Cannabis está localizada em instituições estrangeiras, que podem ou não compartilhar seus acervos com outros países, limitando o acesso a variedades genéticas para pesquisa e desenvolvimento agrícola. Entre os principais centros de conservação estão o Instituto Vavilov, em São Petersburgo (Rússia); a Universidade de Wageningen, na Holanda; o Instituto de Fibras Naturais e Plantas Medicinais, na Polônia; a Academia de Ciências Sociais de Yunnan, na China; a Ecofibra, na Austrália; o Banco Genético Global de Svalbard, na Noruega; e o Millennium Seed Bank, na Inglaterra. Esses bancos armazenam e estudam diferentes acessos genéticos da planta, desempenhando um papel essencial na preservação da biodiversidade e na pesquisa para o desenvolvimento de novas aplicações industriais e medicinais do cânhamo.

As iniciativas de pesquisa sobre o cultivo de cannabis no Brasil podem gerar benefícios significativos nos âmbitos científico, econômico, social e ambiental. No campo da ciência e tecnologia, a caracterização genética das variedades da planta possibilita o desenvolvimento de linhagens específicas para aplicações medicinais e industriais, além de aprofundar o conhecimento sobre compostos bioativos, como os canabinóides. Na saúde pública, a produção nacional pode reduzir custos e ampliar o acesso a medicamentos à base de cannabis para o tratamento de condições como epilepsia, dores crônicas e doenças neurodegenerativas. Do ponto de vista econômico, a regulamentação do cultivo pode diversificar a produção agrícola, gerar empregos, atrair investimentos e fortalecer setores da bioeconomia voltados à fabricação de bioplásticos, tecidos sustentáveis e papel. Além disso, a cannabis apresenta potencial para práticas agrícolas regenerativas, contribuindo para a melhoria da qualidade do solo e a captura de carbono. No contexto regulatório, a pesquisa

231



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



científica fortalece o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências, garantindo segurança jurídica e padrões de qualidade na produção de derivados da planta. Dessa forma, o avanço dessas iniciativas pode posicionar o Brasil de forma estratégica na economia verde e no mercado global de produtos terapêuticos e sustentáveis.

Conclusão

O uso industrial do cânhamo tem se consolidado em diversos países que já regulamentaram seu cultivo, integrando-se a cadeias produtivas cada vez mais complexas e economicamente rentáveis. Sua versatilidade permite aplicações em setores como o têxtil, cosmético, alimentício, farmacêutico e da bioconstrução, impulsionando a inovação e a sustentabilidade. Além disso, a regulamentação tem favorecido o desenvolvimento de novas tecnologias e mercados, ampliando as oportunidades para agricultores, indústrias e investidores interessados no potencial econômico da planta.

No caso brasileiro, a produção de cânhamo pode ter um impacto positivo na economia local dos estados, gerando oportunidades de emprego, especialmente em regiões dependentes da agricultura familiar. O ressurgimento desse cultivo versátil, com uma história centenária, pode representar um ponto de inflexão e indicar novos caminhos para a vida dos agricultores, além de contribuir para um aumento significativo do Produto Interno Bruto per capita por meio de uma produção mais sustentável. No entanto, grande parte desse potencial dependerá do modelo regulatório que vier a ser adotado no Brasil e dos marcos regulatórios do comércio internacional.

232

Referências

AGRAWAL, Dinesh Chandra; KUMAR, Ramesh; DHANASEKARAN, Manikandan. **Cannabis/Hemp for Sustainable Agriculture and Materials**. Berlin/Heidelberg: Springer, 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO CÂNHAMO. **Propostas**. Disponível em: <https://canhamonacional.com.br/propostas/>. Acesso em: 1 mar. 2025.

BERTUCELLI, Sylvie. **Le volontarisme agricole et coopératif: un moteur d'innovation. L'exemple du chanvre industriel**. OCL Journal, v. 20, n. 4, 2013.

CARNEIRO, Henrique Soares. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX**. Revista Outubro, n. 6, p. 115-128, 2002.

Comisión Europea. **Cáñamo: La producción de cáñamo ofrece amplias oportunidades a los agricultores, los sectores industriales y los consumidores de la Unión Europea**.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/farming/crop-productions-and-plant-based-products/hemp_es.

CRINI, Grégorio; LICHTFOUSE, Eric; CHANET, Guillaume; BENYOUNIS, Khaled Y.; MORIN-CRINI, Nadia. **Applications of hemp in textiles, paper industry, insulation and building materials, horticulture, animal nutrition, food and beverages, nutraceuticals, cosmetics and hygiene, medicine, agrochemistry, energy production and environment: a review.** *Environmental Chemistry Letters*, v. 18, n. 5, p. 1451-1476, 2020.

ESCOHOTADO, Antônio. **Historia general de las drogas.** Madrid: Editorial Espasa Calpe, S. A., 2007. Edição digital

FACTS AND FACTORS MARKET RESEARCH. **Industrial Hemp Market.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.fnfresearch.com/industrial-hemp-market>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FERREIRA, Aldenor da Silva. Qual a cultura para substituir o café? a busca paulista por um sucedâneo. **REVISTA DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA.** 2017.

JOHNSON, Renée. **Hemp as an Agricultural Commodity.** Congressional Research Service (CRS) Report. Federation of American Scientists (FAS), 2015.

LAIHA, Cábamo en la América Latina. <https://laiha.org/canamo-en-america-latina/>. 2022
Letcher, T. M. (2021). Global warming—A complex situation. In *Climate Change*

LETCHER, Trevor. **Global warming:** A complex situation. In: *Climate Change*. Elsevier, 2021. p. 3-17.

NÃO TILKAT, Ayşe Hoşer; TILKAT, Emine Ayaz; SÜZERER, Veysel; ÖZDEN ÇİFTÇİ, Yelda. **Production of Industrial Hemp:** Breeding Strategies, Limitations, Economic Expectations, and Potential Applications. *Türk Bilimsel Derlemeler Dergisi*, v. 16, n. 1, p. 54-74, 2023.

NATH, Mausum Kumar. **Benefits of Cultivating Industrial Hemp** (*Cannabis sativa* ssp. *sativa*) — A Versatile Plant for a Sustainable Future. *Chemistry Proceedings*, 2022.

PINTO, Estevão. **Associação comercial de Pernambuco.** Recife: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940.

233



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



RAVA, Catalina. **Cânhamo industrial**: ventana de oportunidad para Uruguay. Estudios de Economía Agraria y Ambiental, n. 15-02, 2016.

ROSA, Lilian. **Terra e ilegalidade**: agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). 2019. 241 p. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

SANTOS, Regina Ávila; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; JORGE, Marco Antônio. **Institucionalização e cadeia produtiva do cânhamo industrial**. In: Congresso da SOBER, 2022.

SCHLUTTENHOFER, Colin; YUAN, Lijun. Challenges towards Revitalizing Hemp: **A Multifaceted Crop**. Trends in Plant Science, v. 22, n. 11, p. 917-929, 2017.

UFV, UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Ufv sediará Banco de Germoplasma de Cannabis.

UNITED NATIONS. **Commodities at a Glance**: Special issue on industrial hemp. n. 16, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). A obra do Banco de Dados da Cannabis Industrial no Brasil é lançada. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=43080#:~:text=A%20obra%20do%20Banco%20de,de%20forma%20clara%20e%20transparente>. Acesso em: [data de acesso].

YILDYRYM, Hüseyin; ONAY, Ayhan. Produção industrial de cânhamo. In: ONAY, Ayhan (Ed.). **Cânhamo Industrial**. Ancara: Nobel Academic Publishing Education Consultancy Tic. Ltda., 2022. p. 137-157.

ZHAO, Hui; XIONG, Haifeng; CHEN, Jianmin. **Regional Comparison and Strategy Recommendations of Industrial Hemp in China Based on a SWOT Analysis**. Sustainability, v. 13, n. 6419, 2021.

234





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MARAVILHAS EM VERTIGEM: OS IMPASSES NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA DE COELHO NETTO

Raphael Soares Mioti¹

Os impasses na capital federal: tensões entre ficção e modernidade

O uso de textos literários e periódicos mostram-se de grande valia para que se possam formular perguntas sobre as tensões entre os grupos em disputa, os discursos que estariam movimentando os debates ligados ao pertencimento à cidade e suas subjetividades. Em um ambiente marcado pelo sentimento exacerbado de transitoriedade e causador de variadas rupturas em antigos arranjos sociais, torna-se de grande importância a indagação e problematização de algumas questões ligadas ao campo da história em seu aspecto cultural, apresentando, através da literatura, diversos sentidos caros ao período pelo qual a cidade era atravessada, inclusive em suas concepções imagéticas e no impacto que as representações realizadas pelo campo literário afetaram ideias de pertencimento e tradição no imaginário carioca. A cidade transformada pelas *Reformas*², como ficou conhecido no ambiente acadêmico o conjunto de melhoramentos e reformulações urbanísticas elaboradas pelo poder público no Rio de Janeiro, ainda é palco de inúmeras querelas em relação aos modelos propostos e sua distância em relação ao que se viu concretizado. Mais ainda, traz consigo uma série de tensões e disputas, principalmente ligadas à tradição e seus embates com os preceitos da modernidade. A modernização da cidade ainda deixa muitas lacunas e perguntas sobre o período e suas reminiscências.

As relações entre os mais diversos interesses econômicos e políticos, e a maneira como foram percebidos e adaptados pela intelectualidade e pelo campo literário são, ainda na atualidade, chaves de grandes debates em torno dos limites e possibilidades que a literatura teve ao tentar reproduzir ou produzir novos sentidos, que pudessem dar sustentação aos modos cosmopolitas e burgueses que, dia a dia, colocavam em xeque a tradição e os valores contidos nas estruturas e arranjos da cidade. O presente trabalho tem como premissa investigar de que maneiras a relação entre cultura literária e modernização foi capaz de engendrar novas perspectivas, principalmente ligadas ao novo modo de se perceber a cidade do Rio de Janeiro,

235

¹ Mestrando no programa de História Política e Cultura PPGHIS da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista de pesquisa Capes, E-mail: raphaelmiot@hotmail.com

² Período tradicionalmente compreendido pela historiografia urbana do Rio de Janeiro entre as décadas de 1870-1920. O período das reformas como ficou conhecido é marcado pela Comissão de Melhoramentos iniciada em 1875, indo até as modificações urbanas empreendidas durante a administração de Carlos Sampaio (1920-1922). Ver: BENCHIMOL, Jaime. Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Informação, Rio de Janeiro, 1992.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



onde o viés do embelezamento, e as narrativas e contradições em torno deste, produziram ferramentas de consenso e coerção nas representações sobre a cidade ao longo do século XX.

A cidade, desde a década de 1870, sofre intensas transformações nas suas estruturas físicas, fruto direto da necessidade de adequação e melhoramentos para suprir as novas exigências do mercado internacional. Os novos parâmetros de produção em escala capitalista já se apresentavam incompatíveis com muitas estruturas sociais e econômicas, sendo a cidade do Rio de Janeiro uma espécie de observatório dos crescentes problemas histórico-sociais ligados ao colapso do sistema escravista, o declínio do governo imperial, e às incontáveis crises sanitárias que estavam no bojo das pautas ligadas as reformas empreendidas entre as décadas de 1870 a 1900.

Dentro do processo de intensas mudanças nas estruturas físicas e culturais da cidade, podemos conjecturar as obras de Henrique Maximiano Coelho Netto (1864-1934) como fruto de tal efeito transitório. O escritor maranhense é, sem sombra de dúvidas, muito influenciado por algumas análises, principalmente as mais ligadas ao atraso brasileiro e sua relação quase diametral com os modos de produção e reprodução de uma cultura burguesa. O interesse do autor em explorar os descaminhos entre uma nação muito ligada ao passado e suas incongruências com o mundo burguês cosmopolita aparece de modo flagrante já em 1893, data de publicação do romance *A Capital Federal-impressões de um Sertanejo*³ (1893), obra permeada por questões dicotômicas entre a tradição e a modernidade, atraso em relação ao mundo burguês civilizado, e o modo dramático sob o qual o autor enxerga a posição brasileira dentro de tal sistema (NETTO, 1915, p. 166-167).

A obra, num primeiro olhar, nos apresenta as epopeias vividas por Anselmo Ribas, personagem ligado ao mundo rural que viaja para a Capital Federal, onde espera ter novas experiências e contatos com o moderno e civilizado. Inicialmente, o autor faz uso de objetos da modernidade para acentuar as diferenças na percepção de passagem do tempo no cenário rural em relação ao urbano. Para isso, narra a viagem do personagem em um dos grandes símbolos da modernidade durante o período: a locomotiva. O autor descreve como a poderosa máquina atravessa em grande velocidade toda a sorte de obstáculos e distâncias no trajeto entre o lar do protagonista e a capital, como podemos observar: “[...]via as árvores passarem vertiginosamente, como se os campos e os montes assustados fugissem diante do comboio rápido[...]” (NETTO, 1915).

Coelho Netto faz uso do poder narrativo com relação à Capital Federal, de maneira que estabelece um conjunto de ilustrações presentes no imaginário do protagonista, questões

236

³ Obra escrita por Henrique Maximiano Coelho Netto (1864-1934), o romance narra a breve estadia de Anselmo Ribas na capital federal. Em sua breve passagem Anselmo desfruta dos prazeres mundanos e dos dissabores da urbe carioca, modificando suas análises e percepções em torno da cidade. Ver: COELHO NETTO, Henrique Maximiano (Anselmo Ribas pseud.). *A capital Federal: impressões de um sertanejo*. Rio de Janeiro: Typographia do jornal O Paiz, 1893.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



inconscientes muito ligadas à maneira como Anselmo consumiu as narrativas em torno da cidade, em contraposição ao seu contato real com os espaços, situações que apontam para a produção de representações coletivas muito ligadas ao constructo narrativo utilizado pelo autor, como ferramenta para emoldurar as diferenças entre as subjetividades e sua relação com o real (CHARTIER, 2002, p. 72). Suas percepções entre o moderno e o tradicional ganham novos contornos.

Durante o período de publicação do romance, a cidade do Rio de Janeiro já havia iniciado seu processo de transformações em parte de suas estruturas, principalmente aquelas ligadas à região portuária e aos seus entornos. Contudo, a grande artéria cultural e econômica do centro do Rio continuava sendo a Rua do Ouvidor, que na obra é observada e utilizada pelo autor como base de argumentações por diferentes ângulos, gerando, por vezes, verdadeiros impasses sobre os anseios e continuidades presentes na sociedade carioca. Se por um lado mantinha-se como o grande centro de convergência de pessoas e culturas cosmopolitas, por outro, ainda matinha muitas características presentes na velha cidade.

Algumas estruturas psicológicas ligadas à necessidade de modernização estão muito presentes na obra, sendo o jogo entre expectativa versus realidade muito utilizado por Coelho Netto para denunciar o atraso das estruturas da cidade, seus modos ainda bastante ligados ao passado e a maneira como as classes dirigentes cariocas estavam imersas em anseios de modernização. O momento de contato entre o personagem principal e a Rua do Ouvidor é revelador neste sentido. Anselmo faz eloquente discurso ao tio, denunciando as distâncias entre o cenário imaginado e sua indignação com o aspecto real da via:

[...]- Então... que esperavas tu? – Eu? uma avenida como as que tenho admirado em gravuras, como as que tenho visto descriptas: com grandes casas apalaçadas, ruas cuidadosamente calçadas de mármore... arquitetura e gosto, arte e elegância, e largueza sobretudo, meu tio; largueza, muita largueza...[...] (Netto, 1893).

O diálogo entre os personagens nos apresenta, logo de início, duas questões: a primeira, mais nítida e perceptível, aponta para o fato de que as obras literárias não se colocam como reflexos diretos da realidade (PIMENTEL, 2024, p. 32-33). Isto porque as características traçadas e almejadas pelo protagonista não tinham qualquer ligação com as vias do centro do Rio de Janeiro durante o período, em especial com a principal delas, a própria Rua do Ouvidor, alvo das críticas. A outra chave de compreensão dos perigos do uso de fontes literárias como modos de espelhar os dilemas da realidade se coloca no fato de que, em nenhuma passagem da obra, o autor realiza qualquer tipo de menção direta ou mesmo produz analogias com vias e cenários da urbe carioca. Muito pelo contrário, Coelho Netto utiliza-se de comparações produzidas pelo protagonista de acordo com as narrativas que este consumiu através de diálogos e na observação de gravuras e revistas de outros centros urbanos. Ou seja, a mediação se dá por associações ligadas às subjetividades dos campos narrativos literários e imagéticos, e não por aproximações ou reflexões oriundas do contato com os espaços da cidade (NETTO, 1915, p. 78). No bojo dos diálogos ficam evidentes as

237



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



comparações com os grandes boulevards, assim como o desejo que estes figurassem nos espaços da cidade. Nesta altura da obra, é possível notar com clareza os esforços utilizados pelo autor, nos permitindo perceber como a cidade enquanto narrativa estava também atravessada por desejos imagéticos ligados a referências externas. Analisar criticamente os espaços da cidade implicava, invariavelmente, em compará-la a outras metrópoles, com suas narrativas, e tentar mediar sua posição no concerto das sociedades civilizadas (RODRIGUES, 2002, p. 30).

Nos diálogos entre Anselmo e Serapião Ribas, observa-se de forma latente uma série de tensões presentes nos discursos em torno da cidade. A angústia do personagem em ver a principal rua da Capital Federal ainda manter fortes traços antigos, apresentando desejos de modernização e os embaraços presentes na capital republicana, que ainda carregava consigo estruturas antiquadas (BENCHIMOL, 1992, p. 118). Como escritor e observador da cidade, Coelho Netto apresenta uma série de anseios coletivos ligados às classes dominantes do Rio de Janeiro durante o período. A imagem do desejo de uma urbe renovada, que fosse capaz de responder às demandas do tempo efêmero da modernidade (BENJAMIN, 2009, p. 41), são questões caras ao texto.

Nos diálogos presentes no romance (NETTO, 1915, p. p. 100-105), vemos o modo ainda contraditório em se tentar atribuir ao Rio de Janeiro uma posição entre as cidades tidas como balizas da civilização ocidental. A maneira como o narrador se mostra ambíguo ao estabelecer o diálogo do advogado Dr. Gomes de Almeida com Anselmo, em suas trocas de experiências o advogado propõe ao sertanejo uma reflexão sobre os limites entre as cidades nas narrativas literárias e sua visão concreta. Ao apresentar ao sertanejo sua série de viagens pelo mundo, Almeida estabelece certos distanciamentos entre real e onírico, o que, em certa medida pode ser observado como uma intenção ainda vacilante em mediar as distancias presentes na própria cidade do Rio de Janeiro em relação aos projetos mundiais. Ou seja, na falta de parâmetros concretos de similaridade entre a Capital Federal e o mundo, o recurso utilizado em tentar aproximá-la se dá em observar as lacunas presentes nos projetos burgueses europeus, lacunas essas que também se encontravam na cidade do Rio. Se a cidade não apresentava equipamentos e costumes modernos, pelo menos nas ausências e mazelas do processo estaria em pés de igualdade (NETTO, 1915, p. 111).

Na obra, Coelho Netto aponta primordialmente as impossibilidades mostradas nas rupturas da cidade. A modernização se apresenta como um processo inacabado, permeado ainda por continuidades espessas no tecido social carioca. A imposição de novos modos e relações dependia de novas atribuições sociais que ainda não se encontravam plenamente configuradas na cidade. Na tentativa de buscar uma cidade ideal, as sensibilidades vinculadas ao real promoveram um contexto universalizante de certas ideias de civilização, causando como impactos mais visíveis, a relação assimétrica entre as propostas urbanísticas modernizadoras e a historicidade presente. As denúncias realizadas pelo advogado a Anselmo caminham na tentativa de radicalizar as diferenças entre as narrativas sobre as grandes capitais mundiais, cujas características reais se mostram esclarecedoras nesse sentido. O papel

238



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



e os limites das narrativas, enquanto uma espécie de fotografia fidedigna da realidade, são colocados em xeque. Da mesma forma, a mediação no consumo de narrativas literárias e produtos imagéticos produziria no indivíduo novas subjetividades, alterando seus pontos de vista e questionamentos sobre o real (BENJAMIN, 2009, p. 48).

Tomando por base a obra e seu período de produção, algumas proposições podem ser realizadas, inclusive na maneira como os personagens apresentam de modo sutil símbolos e particularidades em expressar os aspectos de sua época. A maneira como apresenta as desventuras de Anselmo paradoxalmente se encaixa de modo como este se relaciona com a cidade. Sua origem tradicionalmente ligada ao campo, em vários momentos lhe causam estranhamentos e conflitos como os descritos anteriormente. Personagens como o de Serapião Ribas e Dr. Gomes de Almeida já caminham por situações mais ligadas ao transitório; como observadores das transformações, sendo eles também habitantes dos espaços, acabam por ser atingidos de modo diferente pelas mudanças, indo por vezes do ceticismo ao conformismo, que dentro do seio social ao qual pertencem, enxergam na modernidade e suas nuances o caminho irredutível do progresso.

O advogado, porém, é apresentado como um personagem muito ligado às viagens; ou seja, se mostra como um indivíduo que, vagando entre diferentes lugares, possuiria melhores atributos de investigação e análise sobre a capital federal. Em um desses episódios, Dr. Gomes apresenta a Anselmo e Serapião suas visões sobre o brasileiro, passando por ilustrações ligadas ao mito das três raças até colocações sobre o caráter imitativo que a sociedade estava tomando. A imitação é percebida como mais um dos revezes da modernidade, sendo observada em campos como os da moda, administração pública e econômica (BENJAMIN, 2009, p. 44). Diferente de outros intelectuais contemporâneos aos processos de transformação da cidade, Coelho Netto apresenta uma visão por vezes cética sobre o processo. Numa cidade cada vez mais inundada por costumes universalizantes e tentativas sucessivas de usar a reorganização urbana como um meio e não uma causa de modernização, o autor apresenta percepções críticas ao caráter pouco original e frívolo que se manifestava na sociedade carioca, não apenas a tradição estaria em risco sob tais circunstâncias; a própria ideia de perseguir a qualquer custo os valores e status da civilização moderna poderia trazer consequências imprevisíveis, caso não fossem levadas em conta as particularidades histórico-sociais em disputa, como podemos observar:

[...]é a mania que temos de aplicação de meios administrativos, econômicos e ainda políticos usados em casos normaes em outros paizes de condições bem diferentes das nossas, de systema de organização diverso, á anomalia da situação que atravessamos. É querer curar a uma febre eruptiva com um sedativo que fez cessar a cephaléa do vizinho[...] (Netto, 1915, p.156).

Por se tratar de uma produção textual mais ampla, o romance possui diversas chaves de análise. Entretanto, foram estabelecidos alguns pontos de observação mais ligados ao modo como o autor atribuiu, mesmo que de maneira menos explícita impressões e sensibilidades

239



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



em torno de uma capital que se modificava, não apenas no seu quesito físico, mas no seu conjunto de subjetividades e novas simbologias. No período de recente implementação do sistema republicano, coube ao Rio de Janeiro a tarefa de se tornar a capital federal do novo sistema político. Para que tal projeto pudesse atingir êxito, o uso da força na produção de novos costumes e sentidos em torno da cidade criou um processo que teve seus efeitos colaterais. À medida que o projeto de modernização procurava desmontar as estruturas anteriores, suas ações acabaram por deixar ainda mais evidentes suas rupturas (RODRIGUES, 2002, p. 32; XAVIER, 2017, p. 38).

É justamente na observação dessas rupturas que os escritores e cronistas tentaram atuar, com ideais e intenções das mais variadas, com objetivo de traduzir e conjecturar os símbolos da modernidade que dia a dia mostravam seus desdobramentos nas paisagens da cidade. As relações estabelecidas na produção textual de Coelho Netto apontam de modo sutil as relações ambíguas ligadas às camadas dirigentes e intelectuais da cidade no período. Ao analisar as motivações dos projetos de reformulação urbanística a todo o momento está sempre presente uma necessidade contraditória: os mesmos anseios de modernização traziam consigo dúvidas e suspeitas sobre suas consequências diretas. As camadas dirigentes tentavam impor pela força um novo sistema de coisas, mas elas mesmas traziam consigo fórmulas conservadoras para empregar tal engenho. Dentro dessa lógica os escritores e intelectuais da virada do século se dividiam entre passado, presente e futuro, pois tinham a consciência de estarem vivendo um tempo marcado pela efeméride e a quebra de antigos paradigmas, mas, ao mesmo tempo não tinham total confiança nos parâmetros e alcances que tais mudanças poderiam ocasionar nas subjetividades individuais e coletivas sobre o pertencimento histórico (FALCON; RODRIGUES, 2000, p. p.229-230).

Escritores mais sagazes rapidamente perceberam que a nova proposta trazia consigo lacunas. Entre os novos contemplados com o bilhete premiado da prosperidade material e técnica, não constavam os nomes de um enorme contingente populacional que historicamente manteve a sustentação do antigo que agora deveria ser sepultado em lugar do novo (FALCON; RODRIGUES, 2000, p. 229). A inquietação com o anonimato que as ruas traziam aos que estavam na multidão era um símbolo de tal processo. A modernidade atraía com suas luzes, da mesma maneira que evidenciava seus problemas que anteriormente, os antigos lampiões haviam deixado no escuro.

A escrita de Coelho Netto é profundamente marcada por essas inquietações; seu fascínio com a capacidade técnica da modernidade não é capaz de atenuar suas desconfiças em relação ao preço a ser pago. O maranhense radicado na Capital Federal não presenciava apenas os choques entre o moderno frente o passado; a historicidade que o ligava à tradição não era aquela semeada por narrativas distantes, mas a todo o seu conjunto de costumes e subjetividades que agora entravam em xeque. O escritor tinha a vantagem de conseguir externalizar seus impasses e contradições por meio de sua produção literária. Ao ampliar os debates, tornava a cidade um espaço capaz de se retratar em nuances o que outras categorias profissionais não conseguiam, principalmente àquelas mais ligadas ao discurso dominante

240



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



em torno do processo de modernização, como, por exemplo, a medicina social e a engenharia. Essas duas áreas de conhecimento em específico funcionaram durante todo o período compreendido entre as décadas de 1870 e 1900 como “árbitros neutros” no processo de civilizar e controlar corpos e expressões dissonantes do projeto (BENCHIMOL, 1990, p. 46-52).

As décadas finais do século XIX apresentaram novos padrões produtivos em vários campos da sociedade brasileira, com avanços técnicos que modificaram sensivelmente não apenas a recepção de ideias e informações, mas também os processos produtivos de escritores e intelectuais, que, cada vez mais, estavam se ligando aos novos jornais e periódicos que, graças aos recentes processos de divulgação e reprodução em larga escala, dominavam os noticiários e debates em torno da cidade. O ambiente urbano, repleto de fragmentos desses ruídos de modernização, foi mobilizado de forma intensa para expressar os contornos da sociedade carioca, bem como as transformações de uma cidade que rapidamente expandia seus horizontes técnicos. As crônicas surgiram como um dos principais veículos de disseminação dos novos valores cosmopolitas. Atrrelados ao novo modelo burguês de convívio urbano, estavam os literatos que, em sua produção, cada vez mais precisavam utilizar os ambientes da cidade para chamar a atenção do público leitor (SUSSEKIND, 1987, p. 25). As crônicas e romances traziam, como marca principal, a versatilidade de temas e a ambientação em cenários que buscavam aproximar o público leitor do cenário urbano. Na busca de adequar o estilo de escrita aos novos padrões de consumo, os literatos fizeram da cidade um palco privilegiado para debates e experimentações.

Divulgada originalmente nos folhetins do jornal O Paiz, entre novembro de 1892 e fevereiro de 1893, a obra, publicada no mesmo ano, traz consigo não apenas os debates entre modernização e tradições locais, mas também está inserida nos novos modos de produção e divulgação pelos quais a imprensa carioca se encontrava durante o período (PEREIRA, 2016, p. 167). Os processos técnicos, que exigiam uma produção cada vez mais regular e intensa por parte dos autores e que demandavam novas exigências em relação ao público, cada vez mais ligado aos padrões de vida cosmopolitas, ressignificaram os valores do viver urbano. De forma tácita, o consumo de crônicas e romances ambientados na cidade não apenas serviu como ferramenta de entretenimento, mas também como veículo de divulgação de modelos e debates.

A partir de meados da década de 1890, a técnica passa a ser observada sob novos prismas pelos autores, fazendo uso narrativo de utensílios e artefatos oriundos do processo e com novas maneiras de expressar a passagem do tempo, amplamente percebida no sentido da aceleração. A literatura tentou fomentar o diálogo com os novos meios, ora com aproximações, ora com afastamentos. O sentido do efêmero e da instabilidade proporcionados por tecnologias que se colocavam de modo rival ou até mesmo contrastante com a técnica literária foram percebidos de maneira muito peculiar por cronistas e literatos do período. Tecnologias como o fonógrafo, o cinematógrafo ou mesmo os novos métodos de impressão de imagens em jornais e revistas trouxeram novos desafios ao campo literário,

241



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



que começava a sentir os primeiros impactos nas tensões estabelecidas entre o campo da arte e a técnica, esta última referindo-se aos avanços técnicos do fim de século (SUSSEKIND, 1987, p. 25).

Nos embates entre a modernidade e a ornamentação, a escrita, que se definiu durante grande parte do século XIX como uma forma de expressão artística artesanal, a partir da década de 1890, começa a ser solapada pela técnica, alterando um conjunto de subjetividades ligadas ao próprio procedimento narrativo. A expansão técnica invadia o *Intérieur*⁴, e o campo da literatura buscou soluções para tentar atenuar os impasses. Isso se dá de modo perceptível na maneira como são construídos os embates entre antigo/moderno, rural/urbano, na obra de Coelho Netto. O autor, que produzia suas obras com fortes características ornamentais na linguagem e descrições, procurou atenuar os impasses, colocando o componente artístico como guia para suas composições, como medida de aproximação com relação ao horizonte técnico que se definia. Buscou acentuar as diferenças na percepção da passagem do tempo nos cenários urbanos em relação ao rural, bem como a maneira instável que o ambiente da cidade produzia nos personagens ligados ao campo. Tais recursos não diminuía as tensões e desconfortos do autor em relação ao aparato técnico que se inscrevia em seu processo produtivo, porém lançavam as bases para novos modos de perceber o caráter frívolo e transitório como pontos de ruptura causados pela técnica. A escrita não precisaria estar subordinada à técnica, mas definitivamente não poderia ignorar o processo de modernização. Desse embate, e com o uso da cidade como elemento de elo narrativo em seu processo de produção, a ficção trazia novos elementos e questões para a realidade (SUSSEKIND, 1987, p. 28; BENJAMIN, 2009, p. 46).

242

Considerações finais

As tensões entre os novos meios de produção em relação ao antigo, produziu dentre os impactos mais visíveis a conformação de *imagens do desejo*⁵, categoria utilizada por Walter Benjamin (2009), para classificar o conjunto de novas aspirações e anseios do indivíduo exposto ao transitório. O século XIX é observado pelo autor como um momento de limiar entre a tradição e modernidade, o que produz as imagens e com elas o anseio coletivo em superar e transfigurar as imperfeições do próprio fenômeno, bem como as deficiências da

⁴ Categoria utilizada por Walter Benjamin (1892-1940) para classificar o mundo privado e suas relações com as renovações técnicas, o *intérieur* seria o refúgio do indivíduo, lugar onde suas subjetividades e individualidade estariam preservados. Ainda sobre o *intérieur*; ver: Paris, Capital do século XIX. BENJAMIN, Walter, 1892-1940. Passagens / Walter Benjamin – Belo Horizonte. Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009

⁵ Categoria utilizada por Walter Benjamin (1892 – 1940), para caracterizar o conjunto de novas aspirações e anseios que mercadorias e suas respectivas imagens passam a exercer sobre o indivíduo na modernidade. Ver: BENJAMIN, Walter, 1892-1940. Passagens / Walter Benjamin – Belo Horizonte. Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ordem social no qual estão inseridos, paralelo a isso, as imagens do desejo trazem a vontade expressa de se distanciar daquilo que se tornou antiquado e obsoleto, ou seja: o passado recente. As experiências de uma sociedade marcada pela efemeridade produzem uma necessidade de interação com o novo, por parte do inconsciente coletivo, a utopia que para Benjamin continuaria a existir, se manifestaria agora pelo transitivo, onde construções duradouras ou modas passageiras seriam manifestações do inconsciente, cada época estaria projetando oniricamente as imagens do período seguinte (MICHELLET, apud BENJAMIN, 2009, p. 41).

Da mesma maneira que o século XIX, assistiu ao movimento de separação entre a arquitetura e a arte com as construções de aço e vidro, fenômeno similar também ocorre com relação aos panoramas que paulatinamente desvinculam-se da pintura, Walter Benjamin (2009), argumenta que as passagens foram cruciais na difusão dos panoramas, abrindo caminho para o imagético e a difusão posterior de expressões técnicas como a fotografia e posteriormente o cinema. Os panoramas expressam uma subversão nas relações da arte com a técnica, principalmente ao acentuar a superioridade do viver urbano em relação ao mundo rural, porém tentando inserir ao menos de modo idílico um saudosismo bucólico no cenário instável da grande cidade. Nos panoramas a cidade têm sua representação ampliada, transformando-se em paisagem, tornando-se o ambiente propício ao surgimento do Flâneur, que de modo sutil se coloca como observador privilegiado da cidade nesse período de subversão técnica em relação à arte (BENJAMIN, 2009, p. p. 42-45).

Dentro da lógica burguesa moderna, a arte é solapada pelos anseios de novidade, o “novo” tem uma qualidade inerente em si, independentemente de seu valor como mercadoria. A novidade é a origem da aparência que pertence de modo inalienável às imagens produzidas pelo inconsciente coletivo, no limite, a vida mundana das cidades produz uma fantasmagoria no indivíduo, as mercadorias se apresentam a este de forma utópica e ao mesmo tempo cínica, utópica porque o desejo de posse nunca se confirma plenamente, haja vista a necessidade de busca permanente, e cínica porque as mercadorias traziam consigo uma carga de alienação, criando falsas expectativas e falsos anseios no indivíduo da modernidade (BENJAMIN, 2009, p.41). A cidade um palco de experimento de ações vinculadas ao desfrute e lazer dentro do imaginário coletivo, o lazer mundano surge para além de seu próprio fetiche na medida que se impõe como fantasmagoria no ambiente da cidade abalando de modo irreversível o inconsciente coletivo em torno do viver urbano. A ficção como expressão literária e artística não se encontra imune a tais processos, de maneira que suas influências sobre a realidade não se dão de modo espelhado, muito pelo contrário, configuram toda uma nova gama de visões sobre o real onde o campo literário modificou e acentuou seus impasses.

As estruturas da cidade, sintetizadas e expostas por Debret, ainda reverberavam no olhar que se refletia nas vitrines e se perdia na convulsão das multidões solitárias de uma cidade em metamorfose (ROCHA, 1995, p. 98). Coelho Netto e os intelectuais de sua geração, em maior ou menor grau, conseguiram perceber as rupturas em andamento, elaborando análises

243



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



mais ou menos perspicazes acerca do processo. Os mais astutos compreenderam que o que estava em jogo na urbe carioca não se restringia apenas ao seu tempo histórico. Na verdade, o embaralhamento da percepção do tempo e seu caráter efêmero lhes trazia a certeza de que estavam desarraigados de suas bases ligadas à tradição. A cidade e seu pecúlio histórico não permitiam observações feitas apenas à distância. O autor e alguns de seus pares, por meio de sua inserção no processo, rapidamente perceberam que estavam imersos no "castelo de cera" que a tradição resguardava; contudo, essa fortificação logo derreteria diante das luzes da modernidade. Ao observar os enlaces de sua obra, tornam-se evidentes as querelas entre as tensões provocadas pela nova roupagem e os aspectos do antigo corpo histórico. O anseio por um Rio de Janeiro regenerado é apresentado, muitas vezes, em uma dicotomia entre as narrativas e a realidade. A cidade ideal, quimérica e com suas paisagens livres dos tacanhos emaranhados de pequenas ruas e calçadas estreitas, trazia consigo a insegurança da perda de identidade.

O movimento de distanciamento entre a arte e a arquitetura, descrito por Benjamin (2009), não se verificou da mesma maneira na relação entre ficção e história. Mesmo que o uso do literário não deva ser feito com o objetivo de tentar um "espelhamento" com a realidade histórica, considerando que nenhuma obra literária ou historiográfica é capaz de abarcar toda a realidade, e partindo do princípio de que os campos ficcional e historiográfico possuem propostas, finalidades e compromissos completamente distintos, sua relação de proximidade se manifesta na medida em que seja possível, de modo mediado, com limites e possibilidades, estabelecer um diálogo entre os dois campos narrativos (PIMENTEL, 2019, p. 33). A obra de Coelho Netto traz, como ficção, um conjunto de possibilidades que, embora incapazes de espelhar diretamente o período histórico em que foram produzidas, propagaram e ressignificaram as experiências ligadas ao viver urbano na *Belle Époque carioca*⁶.

244

Referências

COELHO NETO, Henrique Maximiano (Anselmo Ribas pseud.). A capital Federal: impressões de um sertanejo. Rio de Janeiro: Typographia do jornal O Paiz, 1893.

BENCHIMOL, Jaime. Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Informação, Rio de Janeiro, 1992.

⁶ Conceito utilizado pela historiografia urbana do Rio de Janeiro a partir dos anos 1980 para classificar os desdobramentos e transformações da sociedade carioca, assim como os parâmetros relacionados ao modo de vida burguês na cidade entre as décadas de 1900 e 1920. Ver: RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado. Cultura e Rio de história na cidade do janeiro. In AZEVEDO, André Nunes (org.). Anais do Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural / NAPE / DEPEXT / SR-3 / UERJ, 2002, pp. 11-43.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BENJAMIN, Walter, 1892-1940. Passagens / Walter Benjamin— Belo Horizonte. Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. [Trad]. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: A beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002, p. 61-80.

COELHO NETO, Henrique Maximiano (Anselmo Ribas pseud.). A capital Federal: impressões de um sertanejo. Rio de Janeiro: Typographia do jornal O Paiz, 1893.

GORELIK, Adrián. “Ciudad, modernidade, modernización”. UNIVERSITAS HUMANÍSTICA, núm. 56, junio, 2003, pp. 11-27. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, Colômbia.

JABLONKA, Ivan. O terceiro continente: ou a literatura do real. Editora FGV; 1ª edição, 2024.

LESSA, Carlos, 1939 – O Rio de todos os brasis: uma reflexão em busca de autoestima. Carlos Lessa. – Rio de Janeiro: Record, 2000. – (Metrópoles).

PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. Coelho Netto: um antigo modernista / Leonardo Afonso de Miranda Pereira. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PINTO, Júlio Pimentel. Como a ficção constrói a experiência. São Paulo: Cia das Letras, 2024. (Do fingimento à imaginação moral: Diálogos entre ficção e história.)

ROCHA, Oswaldo. A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro: 1870/1920. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro 1886/1906/ Lia de Aquino Carvalho – Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Divisão e Editoração, 1995.

RODRIGUES, Antônio Edmilson M; FALCON, Francisco José Calazans. Tempos modernos: ensaios de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Em algum lugar do passado. Cultura e Rio de história na cidade do janeiro”. In AZEVEDO, André Nunes (org.). Anais do Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural / NAPE / DEPEXT / SR-3 / UERJ, 2002, pp. 11-43.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. João do Rio: a cidade e o poeta – olhar de flâneur na belle époque tropical. Antônio Edmilson Martins Rodrigues. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SUSSEKIND, Flora. Cinematógrafo das Letras: literatura, técnica e modernidade no Brasil / Flora Sussekind. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

XAVIER, Priscilla Oliveira. Cidade Maravilhosa: imaginário, mito e identidade. Rio de Janeiro, 2017. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.]

246



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade
Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ESCOLA, CULTURA E SOCIEDADE: HISTÓRIA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI (1957-1975)

Paulo Tiago Fontenele Cardoso¹
Pedro Pio Fontineles Filho²

Introdução

Tudo o que o homem habita, toca ou transforma é portador de suas experiências e desejos. Assim, grandes construções ou um simples tijolo que faz parte delas têm um repertório importantíssimo sobre os espaços urbanos e sua história. As instituições escolares podem se enquadrar perfeitamente nessa categoria de lugares da cidade, pois participam de um processo de mudança e evolução da sociedade no seu sentido mais digno, que é o de promover educação. Contudo seu sentido para a história do lugar não se encerra apenas nessa função. Assim, o estudo que ora se apresenta faz uma (re)visita à história e memória do antigo Ginásio Municipal de Piracuruca-PI, uma instituição de ensino secundário financiada pelo poder público municipal, fundada oficialmente no ano de 1957 e que funcionou entre os anos de 1958 e 1975. A referida instituição foi uma das poucas escolas de ensino secundário criadas no Estado do Piauí nos meados do século XX, sendo responsável pela formação de muitos piracuruquenses e de habitantes das cidades circunvizinhas, tendo em vista que antes de Piracuruca apenas Parnaíba possuía uma instituição de ensino secundário no norte do Piauí. O estudo, dentro da metodologia aplicada, faz uma investigação mais aprofundada sobre a história do Ginásio Municipal, analisando vários aspectos no decorrer de sua existência, aspectos estes relacionados à cidade e aos sujeitos que consumiam e vivenciavam o espaço do Ginásio. A pesquisa, antes de contemplar a história da instituição de ensino, contribui para a escrita da história local do município de Piracuruca com novas visões e discussões sobre esse momento da história do lugar. Além disso, o estudo sobre o Ginásio, contribui fortemente para história da educação no município, visto que quase não são encontrados textos que tratam sobre esse fazer historiográfico.

É no contexto de modernização da cidade nas décadas que se seguem que nos anos de 1950 surge o objeto a ser estudado nessa pesquisa, impulsionado pelos novos modos e desejos de

247

¹ Mestrando em Ensino de História no Mestrado Profissional em Ensino de História/ProfHistória. Especialista em História do Brasil pela Universidade Candido Mendes. Especialista em História, Cultura e Sociedade pela UESPI. Graduado em História pela UESPI. Professor da Secretaria do Estado da Educação SEDUC/PI. Professor da Secretaria Municipal de Educação de Piracuruca. E-mail: paulotfontenelecardoso@aluno.uespi.br

² Doutor em História Social pela UFC. Mestre e Especialista em História do Brasil pela UFPI. Graduado em História pela UESPI. Professor do ProfHistória/UESPI. Professor do PPGHB/UFPI. Professor do Curso de História/UESPI/CCM. Membro do Grupo de Pesquisa SANA. Membro do Grupo de Pesquisa GPEHED. E-mail: pedropio@ccm.uespi.br.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



consumir e vivenciar a cidade. O Ginásio Municipal de Piracuruca³ foi fundado no ano de 1957, no governo municipal de José Mendes de Moraes para atender a demanda por ensino secundário no município, já que as cidades mais próximas onde existiam instituições de ensino ginasial na época eram Parnaíba e Teresina.

É nesse ínterim de trazer novos objetos e abordagens, que contemplem a escrita da história do território municipal e também da história da educação em Piracuruca, que se baseia o presente estudo. Para isso, buscou-se analisar e questionar a vasta documentação produzida pela instituição no recorte temporal estudado (1957 a 1975), tais como atas, regimentos, livros, matrículas, fotografias, e também os arquivos existentes na cidade que têm documentação que possibilitam a pesquisa, como a Câmara Municipal de Vereadores, o Casarão de Cultura Coronel Luiz de Brito Melo e arquivos particulares de ex-alunos e professores.

O historiador, ao buscar a história das instituições escolares e através da análise feita através das fontes fornecidas sobre o objeto, tem como resultado, não apenas uma narrativa histórica sobre o objeto em si, mas, antes de tudo, a construção de um momento da história local. Aqui são citados locais de educação escolar como elo com a história local. Porém, todo e qualquer local onde há interação humana pode ser considerado um dispositivo para a leitura da história local. Logo, esses dispositivos mencionados são parte integrante das cidades, que por si, já têm grande interesse como objetos de pesquisa.

Diante da exposição, o estudo da história do Ginásio Municipal de Piracuruca configura-se como uma análise dos locais de experiência da cidade, principalmente das vivências sobre educação e cultura escolar. O referido estudo, além de contemplar aspectos da espacialidade da cidade, também está inscrito na linha de pesquisa da história local, porém, não a história local escrita por memorialistas e que não seguiam metodologia de pesquisa. O modo de escrever a história local produzida por pessoas de diferentes segmentos da sociedade e que, na maioria das vezes, não eram historiadores, valorizando principalmente os grandes nomes do lugar, seus feitos heroicos e suas famílias, já geraram muitas discussões e até mesmo uma visão inferiorizada pelos conteúdos e escritos sobre história local.

Assim, ao pesquisar a história do Ginásio Municipal esperou-se também que os laços identitários sejam fortalecidos com o lugar e com o objeto de pesquisa, principalmente pelos sujeitos que consomem esses espaços, já que, no município, não existem programas, sejam eles ligados à educação ou ao poder público, que promovam a história da cidade⁴, ficando o conhecimento e a aproximação com essa história (do município), muitas vezes, relegada a

248

³ A escola em questão existe até hoje, porém já mudou de nome três vezes: Entre 1957 e 1975, enquanto era subsidiada pelo poder municipal era nomeada como Ginásio Municipal de Piracuruca, a partir de 1976 quando passou a ser gerida pelo Estado do Piauí, passou a ser chamada oficialmente de Unidade Escolar Presidente Humberto Castelo Branco. No ano de 2019, mediante lei estadual, é renomeado como CETI Inês Maria de Sousa Rocha.

⁴ A única tentativa conhecida é o livro didático Piracuruca: Iniciando Geografia e História, publicado pela Secretaria de Educação de Piracuruca em 2004. O livro foi revisado e teve sua segunda edição em 2008.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



momentos festivos. Pelo exposto, percebe-se que a história local pode ser vista e usada como estratégia pedagógica, pois é um elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber escolar, cabendo ao professor aliar aspectos da história local com os conteúdos da grade curricular, diante disso,

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais, e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionado do conteúdo, os quais serão integrados no conjunto do conhecimento.⁵

Ao observarmos a citação acima, também percebemos que a história local está sempre atrelada a outras conjunturas, como a regional, a global, etc., cabendo ao pesquisador realizar recortes que tornem a pesquisa viável, já que a história local não se explica no seu próprio limite, de forma que algumas questões só podem ser entendidas ao serem analisadas à luz de outros espaços, conjunturas ou localidades.

Ao revisitar a historicidade do Ginásio Municipal nos debruçamos sobre a documentação ainda existente na instituição, tais como fotografias de eventos, desfiles e professores, diretores e estudantes, folhas e livros de matrículas dos discentes no período estudado, diários de classe, regimentos internos das décadas de 1950, 1960 e 1970 e outras fontes materiais que puderam ser problematizadas e questionadas pelo pesquisador, pois elas não poderiam ser usadas de modo absolutamente objetivo. Assim, “é preciso considerar os elementos subjetivos que compõem os documentos em si, bem como o trabalho do pesquisador no processo de análise”.⁶ Dessa forma, o estudo realizado utilizou a pesquisa documental como uma das bases para sua sustentação, visto que ao longo do recorte a instituição de ensino e seus agentes produziram uma quantidade considerável de fontes primárias, essenciais para a promoção de um diálogo com o historiador através de sua organização, análise e subjetividades, pois de acordo com Prado (2010), o trabalho de pesquisa exige ampla atenção ao material a ser analisado, com o objetivo de captar todas as nuances que o envolvem. Tal acervo não difere muito dos outros arquivos de instituições escolares do restante do país, pois não houve ao longo dos anos a preocupação de guardar, colecionar e organizar a documentação escolar. Assim:

249

⁵ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2009. p. 105.

⁶ TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; Andrade, Rodrigo Pinto de. História da Educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.15, n. 28, p. 175-199, jan. / jun., 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/TIAGO/Downloads/4133-Texto%20do%20artigo-12420-1-10-20140623.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2023.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Em relação às instituições escolares, os acervos documentais são imprescindíveis para o acesso às fontes. Muitas delas podem ser encontradas na própria instituição. Os documentos que podem ser encontrados na escola, que tratam de seu cotidiano, apresentam informações fundamentais à vida da instituição. Contudo, as precárias condições de manutenção representam um obstáculo a mais no processo de sua análise e interpretação.⁷

Dessa forma, com relação à memória, as instituições escolares são também instrumentos que vinculam e fazem parte da memória de uma civilização, de um grupo social, de uma cidade. Assim, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”⁸

Momentos constitutivos do Ginásio Municipal de Piracuruca.

A implantação do ensino secundário em Piracuruca-PI acontece no contexto de expansão dessa especificidade de ensino pelo Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960, para atender principalmente à população das cidades, satisfazendo, principalmente, aos anseios dos setores urbanos na criação de uma elite intelectual, que, além de promover o Estado na sua política de escolarização, suprisse a necessidade de profissionais letrados nos cargos públicos disponíveis na cidade, como por exemplo professores para as turmas de ensino secundário. Porém, antes de adentrarmos nas discussões referentes ao nosso objeto de pesquisa, é interessante que se faça uma breve retrospectiva das escolas que fizeram parte do processo educacional da população no século XIX até meados do século XX, quando houve a criação do Ginásio Municipal.

Piracuruca, antes mesmo de se tornar cidade em finais do século XIX, já possuía escolas de instrução primária, mantidas pelo poder público e também escolas particulares. Assim, de acordo com Nunes (1975), “podemos, contudo, afirmar que até então os poderes públicos não cuidaram da educação. Daí o aparecimento, em maior número, de escolas particulares, sob o amparo de fazendeiros abastados, para o ensino das primeiras letras a seus familiares” (Nunes, 1975). Conforme a fala do autor, podemos perceber que desde a implantação no ensino escolar público ou particular este esteve voltado para as elites, independentemente de estas serem urbanas ou rurais. O mesmo autor ainda nos traz a informação de que no ano de 1844, Piracuruca tinha 3 escolas particulares rurais distribuídas dentro de seu território. Com o nascimento da República brasileira, e a ideia de afastar o estado de tudo que lembrasse os tempos da monarquia, este cenário muitas vezes caótico sofreu mudanças com a

250

⁷ TOLEDO, Cêzar de Alencar Arnaut de; Andrade, Rodrigo Pinto de. História da Educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.15, n. 28, p. 175-199, jan. / jun., 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/TIAGO/Downloads/4133-Texto%20do%20artigo-12420-1-10-20140623.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

⁸ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6. ed. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2012. P. 324.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



prioridade e obrigação do ensino primário. Em Piracuruca, assim como outras cidades do interior piauiense, foram criadas escolas oficiais nos primeiros anos da República. De acordo com Brito (2018), ao escrever em 1922 sobre a cidade de Piracuruca, no contexto alusivo ao centenário do Piauí:

Instrução - O estado mantém duas escolas: uma do sexo masculino e outra do feminino, regidas, respectivamente, pelo professor Félix Amaral, nomeado a 4 de setembro de 1894, e pela normalista Raimunda de Barros Cavalcante, nomeada a 6 de outubro de 1921. A estadual do sexo masculino tem uma matrícula de 48 alunos e frequência, média de 28.⁹

Ao observar todas as considerações acerca da existência de escolas no município de Piracuruca no decorrer do século XIX e as primeiras décadas do século XX feitas até agora, percebe-se que todas elas eram mantidas pelo governo do estado. As escolas mantidas pela municipalidade surgem apenas a partir da década de 1920, década essa vista como um período de início de transformações na estrutura da cidade e nos hábitos culturais e de consumo da população abastada, proporcionados pelas rendas da cera de carnaúba, que desde meados da década anterior alcançava preços elevados no mercado internacional.

Assim, de acordo com Brito (2018) “o município, ex-vi da cláusula III do Congresso das Municipalidades, criou a 1º de fevereiro de 1921, uma escola para o sexo masculino, da qual se acha a frente o professor Josias de Moraes Mello”. Percebe-se a partir do trecho destacado e no que já foi mostrado anteriormente que no processo de escolarização no município o sexo masculino sempre foi uma maioria. Essa predominância pode ser explicada, em parte, pelo papel social atribuído às mulheres na época, que considerava suficiente o aprendizado básico de leitura e escrita para elas. Já nos finais dessa mesma década, Bitencourt (1989) nos mostra que a quantidade das escolas públicas existentes em Piracuruca era praticamente a mesma, sendo também mencionada a existência de escolas particulares e professoras que ensinavam meninas em domicílio:

Em 1927 haviam três escolas públicas, duas particulares e algumas professoras que se dedicavam à instrução exclusiva de moças e meninas em suas residências. O principal educandário tinha o nome de Grupo Escolar Fernando Bacellar, depois denominado de Escola Anísio Brito; As outras unidades de ensino ficavam nos povoados de Tetéus e Sucuruju. As escolas particulares pertenciam aos professores Eugenilino Boson e Bite Pereira, funcionando a última no bairro Guaraní, popularmente conhecido como o outro lado do rio. Dona Carmina Carvalho foi a professora que ensinou a ler, escrever e contar, às meninas e as moças da cidade cujos pais puderam-se dar ao luxo de contrata-las para a educação exclusiva.¹⁰

⁹ BRITO, Anísio; Miranda, Reginaldo (Org.). **Obra reunida de Anísio Brito**. Teresina: Academia Piauiense de Letras / casa Anísio Brito (Arquivo Público), 2018. p. 28.

¹⁰ BITENCOURT, Jurenir Machado. **Apontamento Histórico da Piracuruca**. Teresina: Comepi, 1989. p. 83.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Ao analisarmos o trecho citado acima, percebemos que o processo de educação das crianças e jovens na cidade estava distribuído numa quantidade significativa de escolas. Porém, o grupo escolar citado pelo autor foi criado no início da década de 1930, na política de estruturação do ensino primário do interior do Piauí no governo do interventor federal Landry Sales, nomeado pelo então presidente Getúlio Vargas. O grupo escolar em questão, nomeado inicialmente de Fernando Bacellar¹¹, foi a primeira estrutura escolar construída para fins educacionais da cidade, além de possuir mobiliário¹² próprio para a escola. Antes desse momento, as escolas existentes no município funcionavam em casas emprestadas ou alugadas pela prefeitura municipal ou pelo estado, que eram adaptadas para o funcionamento de aulas, não possuindo, em sua quase totalidade, estrutura, nem mobiliário e materiais que atendessem às demandas educacionais.

A instituição de ensino secundário que é objeto de pesquisa desse estudo, está inserida no contexto de expansão desse estágio educacional pelo interior do Piauí, sendo fundada na cidade de Piracuruca em finais de 1957. Antes desse momento, Piracuruca por não possuir estabelecimento educacional de ensino secundário, forçava os jovens a procurarem cidades onde pudessem progredir seus estudos e posteriormente alcançarem o ensino superior. Vale ressaltar que muitas das famílias não tinham condições para custear as despesas de estudos e estadias de seus filhos estudando em outras cidades. Assim, muitos alunos não prosseguiram com seus estudos e tampouco vislumbravam uma formação superior. É nesse contexto que, em meados do ano de 1957, surgem no legislativo do município projetos para a criação de um Ginásio para a cidade. Analisando o livro de Atas para as sessões da Câmara para o ano de 1957, é possível visualizar a urgência do processo para a aprovação os projetos 12/57 e 13/57 sobre a criação do Ginásio Municipal e seu Estatuto, assim, na ata da 2ª sessão extraordinária da Câmara, do ano de 1957:

Inicialmente o senhor presidente declarou que a convocação feita para a presente Sessão prendia-se ao seguinte: tomar conhecimento e deliberar sobre os projetos de Leis enviados pelo executivo para apreciação, votação e aprovação dos mesmos. Referidos Projetos receberam na secretaria desta Câmara, os números 12 e 13/57 e dispõem sobre a criação do Ginásio Municipal de Piracuruca e aprova o Estatuto do Ginásio Municipal de Piracuruca, respectivamente. Declarou em seguida que o senhor prefeito solicitava, através de seu ofício, que foi lido como matéria de expediente, que referidas matérias eram de urgência e que esperava a máxima brevidade no pronunciamento deste Legislativo [...]. Aprovado o requerimento, pronunciaram-se favoráveis pela aprovação dos Projetos as Comissões de Finanças e Administração e Educação [...]. Ato contínuo o senhor presidente pôs os aludidos Projetos em primeira, votação, tendo os mesmos recebido aprovação unânime.¹³

¹¹ Nasceu em Valença-PI, em data incerta. Em 1844, foi nomeado professor público da Villa de Piracuruca e lá também ocupou outros cargos como escrivão da coletoria geral e provincial, secretário da Câmara, tabelião público, juiz de paz, contador, curador de órfãos, delegado de polícia, Juiz municipal, vereador e promotor público. Faleceu em 26 de maio de 1915.

¹² Exemplares originais das primeiras carteiras escolares do Grupo Escolar Fernando Bacellar ainda existem e fazem parte do acervo do Casarão Luiz de Britto Mello, em Piracuruca-Piauí.

¹³ PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara. 19 de fevereiro de 1957.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Pelo exposto nos trechos da Ata da sessão, observa-se que a necessidade de uma instituição de ensino secundário para funcionamento num período próximo, além do seu caráter de urgência, não demandou discussões específicas relacionadas à viabilidade financeira de o município custear, de acordo com suas arrecadações e demandas, uma estrutura que demandava espaço físico (prédio), equipamentos, mobiliários e pessoal, principalmente professores e funcionários. Assim, no dia seguinte à aprovação dos Projetos já mencionados a Lei nº 298 de 20 de julho de 1957 foi sancionada pelo prefeito José Mendes de Moraes¹⁴ tal lei no seu art. 1º cria “com sede nesta cidade, um estabelecimento de ensino denominado Ginásio Municipal de Piracuruca, para ministrar o curso secundário, em turno diurno e noturno, a ambos os sexos”. Posteriormente, no início de agosto de 1957, uma nova lei é sancionada, aprovando o Regimento Interno¹⁵ do Ginásio Municipal de Piracuruca. Regimento esse que dá todo o direcionamento sobre a finalidade, organização, diretoria, secretaria, pessoal administrativo e auxiliares de disciplina, corpo docente, orientação educacional, corpo discente e penalidades, além das disposições transitórias.

O documento, no seu Art. IV, deixa claro que a instituição educacional funcionaria em regime de externato, disponibilizando aulas para um público misto e funcionando nos turnos diurno e noturno, e que com relação às disciplinas e toda organização obedeceria às legislações dos órgãos do Ministério da Educação e Cultura. Com relação aos professores, o mesmo documento afirma no Art. XIV que o corpo docente da instituição seria constituído de professores contratados pela prefeitura Municipal, respeitando a Legislação Federal. Com relação aos professores que iriam ministrar aulas no Ginásio Municipal, a ata da Sessão Solene de Fundação¹⁶ da instituição de ensino secundário realizada em três de novembro de 1957 deixa claro que na ocasião da reunião

253

os candidatos aos cargos de professores fizeram a fixação da escolha de matérias a lecionar. Outrossim, oportunamente seriam convidadas outras pessoas de

¹⁴ José Mendes de Moraes em duas legislaturas, de 1955 a 1958 e na de 1963 a 1966. Era conhecido como Geroça, fazendo nascer na política piracuruquense o termo Doca-Geroça, pois durante as décadas de 1950 e 1960 em alguns momentos o comando do poder municipal foi alternado com o também político Raimundo da Silva Ribeiro conhecido como Doca Ribeiro. Faleceu em Parnaíba no ano de 1982.

¹⁵ O Regimento Interno do Ginásio Municipal foi impresso em forma de livreto no formato 16x12 pela tipografia Antonio Lopes, o ano de 1957. Não sabemos em qual cidade foi impresso, nem quantas cópias foram feitas e se foram distribuídas para o pessoal que compunham os quadros do Ginásio Municipal. Hoje é conhecida apenas uma cópia do regimento, pertencendo ao arquivo pessoal de Paulo Tiago Fontenele Cardoso.

¹⁶ O livro de lavratura da Ata de Fundação do Ginásio Municipal de Piracuruca, faz parte do arquivo da Câmara Municipal de Piracuruca, nele está contido apenas a ata de fundação escrita em duas páginas e seguido de uma página com as assinaturas dos presentes no dia da solenidade. O texto da ata cita, além das congratulações dadas ao prefeito José Mendes de Moraes pela fundação do Ginásio e de menções ao discurso proferido pelo João Borges de Alcobaça, a informação relevante sobre o corpo docente que iria ministrar aulas no Ginásio Municipal, sendo essa escolhido durante uma mesa redonda, realizada na residência do prefeito da cidade, no dia dois de novembro de 1957.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



profissões liberais ou que tenham a necessária habilitação para integrarem o corpo docente do Ginásio (Piracuruca, 1957).¹⁷

Desse modo, percebe-se que não só o corpo docente, mas também a diretoria seria composta por pessoas de certo renome na sociedade, sendo profissionais liberais ou pessoas ligadas a funções eclesiásticas. Tal escolha se dava possivelmente pela credibilidade que os professores iriam transmitir aos discentes e aos pais dos discentes, pautando os quesitos de moralidade e rigidez. Assim, para o cargo de diretor foi escolhido Monsenhor Benedito Cantuária de Almeida e Sousa, que anteriormente foi diretor da escola preparatória para o curso de admissão ao ginásio, o Ateneu Piracuruquense. Como já foi mencionado anteriormente, a remuneração desses profissionais que atuavam no Ginásio Municipal de Piracuruca seria feita pelo poder público do município. Assim, em março de 1958, o prefeito José Mendes de Moraes, encaminha Projeto de Lei¹⁸ sobre a remuneração dos professores do Ginásio Municipal, projeto esse aprovado em votação pelos vereadores em sessão ordinária de 12 de março de 1958.

Apesar de o projeto para a criação do Ginásio Municipal ter sido aprovado pela Comissão de Finanças e Administração, o que se esperava era que o município tivesse condições financeiras para custear a manutenção com materiais e pagamentos do quadro de funcionários. Porém, ao analisarmos o Art. XXI do regimento interno do ginásio, vemos que “Os alunos se sujeitam ao pagamento de uma anuidade, no valor de Cr\$ 720,00 (setecentos e vinte cruzeiros)”. Ainda no mesmo documento é mencionado que esse valor poderia ser dividido em até dez prestações. A ideia de pagar pelas aulas aparentemente não agradou aos pais dos futuros alunos, pois, já em fevereiro de 1958, foi discutido na Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 1, apresentado pelo então prefeito, que propunha a gratuidade do ensino no Ginásio. Tal projeto foi aprovado unanimemente na 2ª e na 3ª votação da 8ª sessão ordinária do ano de 1958. Porém a aprovação do projeto de gratuidade no ensino recebeu críticas do presidente da sessão, o então vice-prefeito Dr. Cícero Fortes de Cerqueira¹⁹, pois segundo a secretária que lavrou a ata, o presidente

254

¹⁷ PIRACURUCA. **Conselho Municipal**. Ata de Fundação do Ginásio Municipal de Piracuruca. 03 de novembro de 1957.

¹⁸ O Projeto de Lei em questão, foi discutido na 11ª sessão ordinária do ano de 1958, recebendo o número 2 na secretaria da Câmara Municipal. Para sua apreciação foi requerido regime de urgência, obtendo pela comissão competente, parecer verbal favorável pela aprovação. O projeto foi aprovado em 1ª discussão por unanimidade de votos. Não tivemos acesso ao texto do Projeto de lei, ficando impossível saber até o momento quais os valores que o poder público municipal pretendia pagar aos professores contratados.

¹⁹ Cícero Fortes de Cerqueira, nasceu na localidade Baixa no município de Piracuruca em 05 de dezembro de 1918, filho do Cap. Joaquim de Cerqueira Machado e Ana fortes de Almeida, formado em Odontologia pela Faculdade federal de Medicina em Salvador (BA) no ano de 1945. Foi prefeito de Piracuruca de 1946 a 1947, vice-prefeito e presidente da Câmara de vereadores de 1956 a 1959 e prefeito novamente de 1971 a 1973. Faleceu em Piracuruca no dia 25 de novembro de 1996.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Declarou estranhar a atitude do legislativo em aprovar o Projeto que cria a gratuidade do Ensino no Ginásio Municipal de Piracuruca, visto que em época anterior havia sido rejeitada uma proposição do Vereador Antônio Rodrigues Magalhães versando sobre a gratuidade aos alunos reconhecidamente pobres inscritos no referido Estabelecimento (Piracuruca, 1958).²⁰

A prefeitura do município apesar das críticas e desconfianças do vice-prefeito, sustenta a ideia de não cobrar anuidade dos alunos, nos primeiros momentos de funcionamento do Ginásio Municipal, o que não significa que o estabelecimento de ensino não representasse uma despesa grande para os cofres do município. Podemos comprovar tal afirmação ao observarmos o texto da ata da 29ª sessão ordinária da Câmara Municipal do ano de 1958, quando o Projeto de Lei nº 12/58 solicita a “abertura de crédito de Cr\$ 80,000,000 (oitenta mil cruzeiros) para o pagamento de material de expediente do Ginásio Municipal”. Ainda com relação à anuidade, esta volta a ser cobrada em 1973²¹, já nos últimos anos de funcionamento do Ginásio Municipal.

Observando o que já foi discutido anteriormente, sobre a criação do Ginásio Municipal e os ajustes nos cofres públicos do município que possibilitassem seu funcionamento, percebe-se que diferentemente de muitas escolas criadas anteriormente, as quais não possuíam prédio próprio, sendo estes alugados pela municipalidade, a referida instituição de ensino já iniciou seu funcionamento em sede própria localizada à Avenida Coronel Pedro de Brito²², nº 934, no centro da cidade. Na época em que foi construída²³, era considerada a maior estrutura escolar da cidade, assemelhando-se em muito, ao menos nos aspectos da planta e aparência externa, ao prédio da antiga Faculdade de Direito do Piauí. Diminuta é a documentação relacionada ao erguimento do prédio, mas é possível que tenha iniciado no começo da década de 1950, pois a Lei nº 71 de 04 de julho de 1950 abre crédito especial de Cr\$ 3.500,00 (três

255

²⁰ PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Ata da 8ª Sessão Ordinária da Câmara. 06 de fevereiro de 1958.

²¹ A Lei nº 816, sancionada em 05 de dezembro de 1973, altera o artigo 21 do Regimento Interno de 1957 e revoga a Lei nº 318 de 28 de fevereiro de 1957. Assim, a partir desse momento os alunos do Ginásio Municipal ficam abrigados ao pagamento de anuidade correspondente à metade de um salário mínimo da época. A referida Lei ainda previa que o valor poderia ser dividido em dez prestações mensais.

²² Pedro de Britto Passos nasceu no município de Granja em 04 de fevereiro de 1794, filho de Agostinho Rodrigues Passos e de Ana Rodrigues Ramos. Não se sabe quando se transferiu para Piracuruca, mas naquela cidade casou-se em 1815, com Ana Maria de Cerqueira, nascendo deste casamento nove filhos. Rico proprietário de terras e fazendas participou da primeira Câmara de Vereadores da Vila da Peracuruca em 1833. Como liderança política e econômica da região, foi o responsável pelos primeiros melhoramentos urbanísticos de Piracuruca como a construção da primitiva Praça Irmãos Dantas ainda na década de 1830. Faleceu em uma de suas fazendas (fazenda Chafariz), no dia 24 de julho de 1875, e seu corpo foi trasladado para a Vila da Peracuruca onde foi sepultado no Cemitério do Campo da Saudade. Era pai do senador da república Gervásio de Britto Passos.

²³ Ainda não é possível determinar o ano de construção do prédio do Ginásio Municipal, sendo possivelmente entre 1951 e 1957.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



mil e quinhentos cruzeiros) para adquirir um terreno para a construção de uma instituição escolar, assim:

Art. 1- Fica o governo do Município autorizado a adquirir do senhor Olegário de Moraes Machado, o terreno de sua propriedade, com as dimensões de cento e quatro metros e meio (104. 50) nos lados Leste e Oeste e vinte e quatro metros e sessenta centímetros (24m.60) nos Lados Norte e Sul, encravado entre a avenida “Pedro de Brito”, ruas “João Facundo” “Abdias Neves” e terreno foreiro, pela quantia de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros), para servir para edificação do Instituto Municipal de Ensino de Piracuruca (Piracuruca, 1950).²⁴

Apesar de se tratar de um espaço para construir o prédio do Instituto Municipal de Educação²⁵, é possível observar que pelas dimensões dadas e a localização do terreno entre as ruas mencionadas, trata-se do terreno onde está localizado hoje o prédio do antigo Ginásio Municipal de Piracuruca. Na década de 1950, a localização do imóvel indicado na Lei nº 71, estava no limite urbano do centro da cidade, ali finalizavam os arruamentos e a rede de energia. Além desse limite urbano, a cidade era constituída de uma periferia com moradias produzidas em sua maioria com matérias de baixa qualidade, como adobe (tijolos feitos de barro cru), madeiras irregulares retiradas nas matas próximas e sem um tratamento mínimo (madeira redonda) e cobertura de telhas ou palhas dispersas em grandes lotes de terras acessados por veredas tortuosas, pois muitas das ruas ainda não eram traçadas e abertas. Além disso, a população dessa parte da cidade não tinha acesso à energia elétrica²⁶.

256

Considerações finais

As pesquisas realizadas para a escrita deste trabalho, até o momento, nos dão uma dimensão positiva sobre os propósitos e objetivos pensados ao vislumbrar uma (re)visita à história do Ginásio Municipal de Piracuruca, no recorte de 1957 a 1975. O que até certo tempo era visto como algo impossível, mostra-se agora necessário para que assim se possa preencher espaços que faltavam quanto à história local e da educação de Piracuruca. As contribuições com os estudos sobre a instituição de ensino não se encerram apenas na história do Ginásio, mas trazem sentidos mais amplos para entendermos a sociedade piracuruquense no tempo presente.

²⁴ PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Lei nº 71, de 04 de julho de 1950. Autoriza a aquisição de imóvel e abre crédito especial de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) para esse fim. Piracuruca, PI. 04 jul. 1950.

²⁵ Referências ao Instituto Municipal de Ensino de Piracuruca não foram encontradas antes do sancionamento desta lei pela ausência de documentação na Câmara Municipal.

²⁶ No período analisado, a cidade era abastecida com energia elétrica fornecida pela Usina Elétrica Leônidas Melo, a partir da queima de óleo diesel. Os postes e fiação elétrica atendiam as residências, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos localizados na região central da cidade e em poucos pontos do Bairro Guarani (conhecido como outro lado do rio), por ser depois do centro a região mais habitada da cidade e também por ser uma região localizada próxima à Usina Elétrica.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Tal entendimento se dá quando os alunos percebem que suas atitudes como sujeitos ativos, participativos e críticos na sociedade acontecem quando eles analisam e contextualizam o processo de formação de seu lugar e seu povo. As atividades até agora pensadas e produzidas para que o discente compreenda seu espaço através de várias interfaces além do uso da cognição possibilitam também o desenvolvimento da criatividade ao participar da execução das atividades do manual.

O objetivo deste estudo, que busca investigar questões que nos afetam ou incomodam na região em que vivemos e no ambiente escolar, está sendo concretizado. Torna-se evidente a carência de material didático que permita, por meio de atividades criativas e dinâmicas, compreender o mundo ao nosso redor e suas transformações.

No estudo realizado até o momento, observa-se que, em nenhum momento, a história do Ginásio Municipal de Piracuruca, mesmo em um recorte de apenas 17 anos, foi analisada de forma isolada. Ela está sempre entrelaçada com aspectos da história local, seus sujeitos, suas práticas e modos de viver e agir. Interfaces como o patrimônio, as temporalidades (passado e presente) e a promoção de uma postura investigativa e analítica por parte dos alunos sobre a sua própria sociedade são fundamentais para que se reconheçam como sujeitos históricos que agem e transformam. Ao participar de sua própria história e da história de seu lugar, fortalecem-se os aspectos de uma formação cidadã, que valoriza a democracia, a solidariedade e a participação na vida coletiva.

Para a historiografia da cidade de Piracuruca, o estudo sobre o Ginásio Municipal será o primeiro de forma sistematizada sobre uma escola na cidade, sem ter a pretensão de abarcar sua história completa, mas sim aspectos que também se relacionam com a história local e que possam contribuir com a escrita sobre a educação em Piracuruca.

257

Referências

Referências bibliográficas

AS FESTAS comemorativas do Estado Novo em Piracuruca. **Vanguarda**, Teresina, ano I, n. 11, p. 1, 19 novembro 1939.

BERUTTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e aprender história**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BITENCOURT, Jurenir Machado. **Apontamento Histórico da Piracuruca**. Teresina: Comepi, 1989.

BRITO, Anísio. **O município de Piracuruca** (Separata do “O Piauí no Centenário de sua Independência”). Papalaria Piauihyense. Therezina – Piauí, 1922.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BRITO, Anísio; Miranda, Reginaldo (Org.). **Obra reunida de Anísio Brito**. Teresina: Academia Piauiense de Letras / casa Anísio Brito (Arquivo Público), 2018.

BRITTO, Maria do Carmo Fortes de. **Remexendo o baú**. Piripiri: Gráfica e editora Ideal, 2002.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Org.). **História**. Coleção: A reflexão e a prática no ensino. Vol. 6. São Paulo: Blucher, 2012.

CINQUENTA anos de educação. **Revista Ateneu**. Piracuruca, Ano I, nº 1, p. 06-07, jan., 2001.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6. ed. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2012.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, história e patrimônio – Perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12. N. 22, p. 131-151, jul. / dez. 2010.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Vol. 4, Rio de Janeiro, 1975.

PRADO, Eliane Mimesse. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Campo Grande, v.16, n. 31, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2444/1601> Acesso em: 10 de novembro de 2023.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2009.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; Andrade, Rodrigo Pinto de. História da Educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.15, n. 28, p. 175-199, jan. / jun., 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/TIAGO/Downloads/4133-Texto%20do%20artigo-12420-1-10-20140623.pdf>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

258





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Referências de documentação

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara. 19 de fevereiro de 1957.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Ata da 6ª Sessão Ordinária do ano de 1958. 05 de fevereiro de 1958.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Ata da 8ª Sessão Ordinária da Câmara. 06 de fevereiro de 1958.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Ata da 11ª Sessão Ordinária da Câmara, do ano de 1958. 12 de março de 1958.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Ata da 29ª Sessão Ordinária da Câmara. 11 de setembro de 1958.

PIRACURUCA, **Câmara Municipal**. Ata da 6ª sessão ordinária no exercício de 1993. Piracuruca, 19 mar. 1993.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Decreto nº 6, de 25 de novembro de 1936. Baixa o regulamento Interno do Gymnásio Municipal Piracuruquense. Piracuruca, PI. 25 nov. 1936.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Lei nº 7, de 17 de julho de 1936. Cria o Ginásio Municipal Piracuruquense. Piracuruca, PI. 17 jul. 1936.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Lei nº 71, de 04 de julho de 1950. Autoriza a aquisição de imóvel e abre crédito especial de Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros) para esse fim. Piracuruca, PI. 04 jul. 1950.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Lei nº 298, de 20 de julho de 1957. Cria o Ginásio Municipal de Piracuruca e dá outras providências. Piracuruca, PI. 20 jul. 1957.

PIRACURUCA. **Câmara Municipal**. Lei nº 299, de 3 de agosto de 1957. Aprova o regimento interno do Ginásio Municipal de Piracuruca. Piracuruca, PI. 3 ago. 1957.

PIRACURUCA. **Conselho Municipal**. Ata de Fundação do Ginásio Municipal de Piracuruca. 03 de novembro de 1957.

259





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CARNAVAL DE CONGO DE MÁSCARAS EM RODA D'ÁGUA, CARIACICA/ES - BRASIL: HISTÓRIA, MEMÓRIA SOCIAL, TRADIÇÃO CULTURAL, PATRIMÔNIO IMATERIAL, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

Vinícius de Aguiar Caloti¹

Considerações iniciais

No crepúsculo, ao chegarmos num vale cercado por altos morros arborizados e referto de bananeiras, no Município de Cariacica/ES, pode-se ouvir de longe o ecoar de polifônicas vozes que entoam cantigas e são acompanhadas pelo som grave de tambores e pela sonoridade estridente da casaca, entrecortados pelo ronco da cuíca, afigurando-se num ritmo contagiante que nos parece reiterar as batidas do coração.

Essa é a melodia das bandas de congo, uma importante referência cultural das comunidades tradicionais que vivem numa localidade nomeada Roda d'Água. Refiro-me ao que alguns congueiros indagados, numa investigação etnográfica, afirmam ser uma tradição que abarca diversos elementos das culturas afro-brasileira, indígena e portuguesa, configurando uma referência com fortes entrecruzamentos híbridos (HANNERZ, 1997, p. 3). Entretanto, desde a perspectiva dos entrevistados até o momento, o congo pode ser interpretado como um “sinal diacrítico” (BARTH, 2000, p. 163) ou “negativo fotográfico” das identidades afro-brasileira e afro-capixaba, sem desconsiderar o ponto de vista da interação social com os demais segmentos etnoculturais formadores do processo civilizatório brasileiro (RIBEIRO, 1975, p. 9; SANTOS, 2013, p. 14).

O território de Roda d'Água que aqui consideramos, abrange uma franja de terras que perpassa do Bairro Piranema até a região do Encantado, apresentando oito bandas de congo, que se contabilizam entre as adultas e as mirins. Em sua maioria, são compósitas por descendentes de escravizados que nasceram naquela região ou acolá se instalaram, exercendo variadas atividades econômicas para a sua sobrevivência, amiúde trabalhos subalternos. As bandas se nucleiam em uma associação, a Associação das Bandas de Congo de Cariacica (ABCC-ES), organizando variadas festas no decurso do ano, que têm como vértice, o Carnaval de Congo de Máscaras, uma celebração coetaneamente realizada oito dias após o domingo de Páscoa e que, portanto, dispõe de uma data móvel, seguindo o calendário litúrgico católico, em homenagem à Nossa Senhora da Penha, Padroeira do Estado do Espírito Santo, identicamente salvaguardando grande reverência a São Benedito, o “santo

260

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista CAPES. CV: <http://lattes.cnpq.br/0136238997778525>. Professor autista da educação básica capixaba. E-mail: aguiar0caloti@gmail.com





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



dos pretos”, “irmoneiro” e padroeiro que, conforme uma certa hermenêutica da tradição nagô, concebe cada indivíduo como descendente de uma linhagem de Orixás (LYRA, 1981, p. 14). Aliás, duas das bandas de congo na região recebem o nome do Santo, a saber, “São Benedito de Boa Vista” e “São Benedito de Piranema”.

Uma festa cuja origem guarda relação com os escravizados fugitivos da circunregião, há mais de 130 anos, podendo ser caracterizada por um auto de fé, tradição e alegria, demarcada por um catolicismo popular sincrético com as religiões de matriz africanas, de modo a abranger um público que orbita, hoje, até trinta mil pessoas, advindas de várias partes do Estado. Em epítome, atualmente, o Carnaval de Congo inicia-se com uma procissão, guiada pelo andor de uma Santa muito bem arrumada. A caminhada é acompanhada durante todo o tempo, pelos integrantes das bandas de congo e por brincantes mascarados, travestidos do personagem mítico João Bananeira, culminando com uma “missa congueira”, identicamente secundada pelos batuques das bandas e finalizando-se com um momento solene da reza da Ave Maria. As músicas [peças] entoadas pelas referidas bandas vocalizam desde temáticas históricas, tais quais a guerra do Paraguai, o período abolicionista, os cantos de trabalho, chegando a assumir as mais politizadas e antirracistas. Contudo, corriqueiramente, predominam composições poéticas que guardam relação com temas da vida quotidiana imediata, bem como: o eu lírico amoroso, a morte, o mar e às experiências de fé popular mediatas, tais quais as devoções aos santos de referência dos altares católicos (NEVES, 1980; SANTOS, 2013).

Cabe-nos destacar a importância deste patrimônio cultural de natureza imaterial na construção da identidade, história, memória social e tradição cultural do município de Cariacica. A propósito, um patrimônio cultural outrora instituído por intermédio de uma sequência de diplomas legais que regulamentou os patrimônios imaterial (Lei 5061/2013), material (Lei 5290/2014) e, por conseguinte, um programa permanente de registro para ambos na esfera da municipalidade (Decreto 137/2017), ao constituir oito livros para a patrimonialização dos bens culturais – por meio de instrumentos de registro e tombamento, ensejando a inscrição do Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D’Água como patrimônio cultural imaterial em 2019.

Efetivamente, propomo-nos uma breve análise das configurações do sobrecitado bem cultural, a partir das interações entre as esferas da história, memória, patrimônio e território. Deste modo, estruturamos este (inter)texto em três tópicos. Primeiro, abordamos a importância da cultura do congo no Espírito Santo. Em seguida, entabulamos uma discussão interdisciplinar de caráter antropológico e histórico, focalizando as congadas e o congo; para, finalmente, constituir uma abordagem relacional entremeando a reflexão histórica, o patrimônio cultural e o território de Roda D’Água.

A importância do congo no Espírito Santo

O congo representa um dos mais significativos e disseminados símbolos da cultura capixaba, estando presente em muitas outras manifestações culturais. Inclusive, foi o primeiro

261



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



patrimônio cultural de natureza imaterial registrado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, em 2014. Todavia, representa uma temática pouco explorada como referência cultural das comunidades afro-capixabas. Integrantes da Comissão Espírito Santense de Folclore afirmam que diversos municípios capixabas apresentam bandas de congo, sendo a região de Roda D'Água (Cariacica/ES) configurada como um dos importantes redutos dessa referência cultural, albergando uma das maiores festas de congos capixabas que, nalguns momentos, conforme enfatizamos, reuniu até trinta mil pessoas.

Do mesmo modo, o congo se tornou um bem cultural muito presente em muitos trabalhos artísticos nas esferas do cinema, música, artes plásticas, teatro, *et al* – sequiosos por condensar a cultura capixaba em seus produtos ou “mercadorias culturais”, outrossim incrementando “valores de uso” e de “troca” (MARX, 1998, p. 49) às mesmas, ao engendrar um forte apelo comercial baseado no “sentimento”, ou melhor, na “alma” e na “identidade cultural” capixabas. Diversos grupos musicais se projetaram no cenário capixaba e nacional lançando mão do ritmo do congo (BRAVIN, 2008, p. 15; CARVALHO, 2004, p. 7; SANTOS, 2013, p. 78). Como exemplos, Martinho da Vila, em seu disco *O Canto das Lavadeiras* (1989), fez uma gravação de uma música tradicional do congo, a cantiga “Madalena do Jucu”, posteriormente (re)gravada por diversos(as) cantores(as), que obteve sucesso nacional e internacional, assim como o robô *Spirit* que, ao aterrissar no Planeta Marte, em 2004, após ser transportado pela sonda *Perseverance*, foi acordado pela música *Da da da* (2001) da Banda Casaca, um grupo musical regional que mescla pop-rock, reggae e congo, projetando (inter)nacionalmente o congo capixaba.

Nossas investigações acerca do bem cultural em questão (ex)surgem da constatação de que não se conhece o congo capixaba de maneira proporcional à sua importância, destacando-se o congo produzido no território étnico de Roda d'Água, sobre o qual há exíguos trabalhos acadêmicos. Desse modo, faz-se necessário analisar as estruturas sociais desse rito celebrativo, procurando-se compreender a importância de tal patrimônio na formação da identidade, cultura, tradição, memória social e história do município de Cariacica, incluídas as relações entre Estado, sociedade civil e patrimônio na produção do desenvolvimento regional.

Os elementos presentes no congo confeccionam “uma teia”, na acepção concebida por Geertz (1974, p. 15), onde padrões de signos trabalham interativamente, de forma a construir um universo cultural. Teia que vem sendo entretecida por variados atores sociais situados em distintos momentos históricos e na qual estão inseridas diversas outras referências culturais de matriz africana. Estudar essa teia é fundamental para que se possa compreender um pouco mais sobre os descendentes de africanos no Brasil e no Espírito Santo, pois a sua produção cultural constitui uma das matrizes formuladoras da “civilização brasileira” (RIBEIRO, 1995, 63) e do povo capixaba.

Daí a importância de confeccionar um objeto de estudos na interface entre o territórios, as identidades e as representações, em razão da indiscernível relação entre o congo e o território de Roda D'água, um território negro que fabula uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008, p. 76) pelos congueiros, sendo recortado por histórias de vida e de

262



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



famílias, ensejando uma abordagem da micro-história da comunidade que se apresenta assinalada por vivências de fé, tradição e alegria, (re)significando identidades sócio-culturais e políticas nas interações entre o patrimônio, a sociedade civil e o Estado e, por conseguinte, influenciando na (re)constituição da territorialidade social. Doravante, passaremos a algumas considerações sobre um aporte teórico necessário para algumas reflexões acerca das congadas e dos congos.

Das congadas ao congo: um breve relato histórico e antropológico

Conforme a perspectiva de Andrade (1959, 1965), o congo é considerado uma forma de arte ou uma dança dramática de origem africana que reinterpreta as tradições e a organização social das comunidades africanas. Sobre sua chegada ao Brasil, é indicada a informação de que "em 1552, já havia em Pernambuco grupos de africanos que se uniam em irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário". Assim, as congadas estariam conectadas a "rituais antigos africanos que realizavam a coroação de seus líderes de maneira cíclica. O congo referia-se a eventos históricos da África, como as batalhas e as missões diplomáticas envolvendo o rei Coriongo e a rainha Ginga" (BRANDÃO, 1977, p. 160-161). Segundo a investigação de Fernandes (1972, p. 239-255), em 1706, a Vila de Iguaçu/PE foi o local onde ocorreu, pela primeira vez no Brasil, a exibição de um "auto dos Congos".

Segundo Fernandes (1972, p. 242), as congadas são expressões culturais populares promovidas pelos descendentes de africanos no Brasil, que não têm uma raiz exclusivamente africana. Essas manifestações não ocupam posições centrais nos dramas populares dos brancos, mas sim trazem à tona aspectos de sua própria cultura. O autor observa também que, nas congadas de tempos anteriores, esses afrodescendentes manifestavam e simbolizavam os conflitos entre as diversas correntes religiosas que coexistiam, como o islamismo e o catolicismo.

Nas regiões dos vales do Mangará e do Santa Maria, situadas no Espírito Santo, as primeiras menções ao congo remontam a 1854, contrastando com o que Neves (1980) descreve sobre as agrupações de congo formadas por indígenas. Ele relata que um grupo de congo se apresentou em uma festividade na Vila São José do Queimado, que atualmente abriga um relevante sítio arqueológico e histórico no município de Serra, palco de diversas batalhas contra a escravidão e o preconceito racial (NOVAES, 1968; MACIEL, 1994; SANTOS, 2013). Nesse mesmo ano, segundo os autores citados, a Câmara da Vila de Nova Almeida (hoje Serra/ES) instituiu a Postura nº 3, aprovada pelo Governo Provincial em 10 de julho de 1854, que proibia "ajuntamentos", "batuques" e "danças" realizados por escravizados. Em razão disso, as apresentações dos congos no Espírito Santo passaram a depender de autorização policial para acontecer, mesmo após a abolição da escravidão (OLIVEIRA, 2018).

A limitação estabelecida pela citada Postura nº 3 estava relacionada ao controle das chamadas "reuniões", festas e grupos de indivíduos afrodescendentes e quilombolas. Notou-se, por exemplo, que os batuques, jongs e ladainhas, que originalmente reverenciavam os santos da tradição católica, evoluíram para "conteúdos manifestos" (FREUD, 1996) ou linguagens

263



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



codificadas que atuaram como "conteúdos latentes" (FREUD, 1996), funcionando como espaços para a organização das lutas e críticas dos movimentos negros contra seus opressores. Somente na região que hoje é a cidade de Cariacica, a partir da década de 1840, havia um número considerável de quilombolas combatendo os proprietários de terras, superando a quantidade de escravizados nas plantações dos senhores. Curiosamente, os tambores, que representam os principais símbolos dessas celebrações afro-brasileiras tanto no passado quanto no presente, sempre tiveram diversas denominações nas comunidades congueiras do Espírito Santo (MACIEL, 1994; MARTINS, 2000; OLIVEIRA, 2018).

Nas comunidades de origem afrodescendente e quilombola de Muqui, Jerônimo Monteiro e Cachoeiro de Itapemirim, são conhecidos como "caxambus" (OLIVEIRA, 2006; GUIMARÃES e OLIVEIRA, 2017). Por outro lado, os descendentes de africanos escravizados nas regiões do Santa Maria da Vitória e do Mangaraí os chamam de "congos" (OLIVEIRA, 2005). O termo "tambor" refere-se ao instrumento principal das bandas de congo em Retiro, situado em Santa Leopoldina, além da área negra de Roda D'Água, em Cariacica (SANTOS, 2011; 2013). Dessa forma, essa prática cultural foi transmitida ao longo de cerca de duas gerações nas comunidades quilombolas e negras de Conceição da Barra e São Mateus, sendo intensamente utilizada entre 1816 e 1817 na Fazenda Itaúnas, com o objetivo de trazer alegria aos seus rituais de celebração e também religiosos (WIED-NEWIED, 1989).

Sob uma ótica histórica, percebe-se que os tambores de congo estão entrelaçados nas estruturas das constituições de quilombos, atuando como veículos de comunicação que "facilitam a expressão de vozes coletivas" (DELEUZE e GUATTARI, 2008), tanto entre os membros (de forma interna), quanto entre as comunidades externas (de maneira externa), mesmo diante de perseguições, detenções e em situações em que são rotulados de forma pejorativa como "macumbeiros". Dessa forma, segundo Oliveira (2018), os elementos centrais dos rituais das bandas de congo, como tambores, danças e cânticos, representam uma linguagem intrínseca à formação de quilombos.

No começo, o congo em Roda D'Água revela um "sistema de signos" (DELEUZE, GUATTARI, 2008) que é tanto afetivo quanto político. Para os membros desta comunidade, ser congueiro vai muito além de simplesmente tocar instrumentos de percussão, como o tambor e a casaca; envolve o papel de um contador de histórias vibrantes sobre a vida e as famílias, entrelaçadas à coletividade, e que transmitem uma variedade de conhecimentos culturais. Os praticantes da cultura do congo em Roda D'Água (con)fabulam sua identidade, percebendo-a como uma "manifestação de fé e tradição legada por seus antepassados", usando-a como um elemento distintivo que define as conexões entre eles e outros grupos.

Esse processo contrasta com a produção mencionada por Neves (1980), que se apoia em relatos de viajantes de 1858, 1860, 1880 e 1886, especialmente nos escritos do Bispo D. Pedro Maria de Lacerda. Ele destaca que o congo do Espírito Santo se diferencia de outras expressões congueiras de diversas partes do Brasil, pois não representa eventos políticos das monarquias africanas. Em vez disso, se caracteriza pela criação de "bandas de índios", que

264



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



refletem teorias racistas e preconceitos morais, ou seja, um “racismo epistêmico” (SANTOS e MENESES, 2010) em relação aos negros e suas interações com os indígenas. Lacerda sugere que os negros teriam passado por uma “aculturação” da dança indígena, influenciando-a e “contaminando-a”, o que resulta em uma folclorização da cultura afro-brasileira. Essa relação gera uma configuração ideológica ambígua que é duplamente prejudicial aos negros, pois, inicialmente, os separa de sua própria cultura e, posteriormente, distorce essa identidade cultural (PEREIRA, 1983; OLIVEIRA, 2008).

Ainda sobre a origem popular e negra do Congo de Roda D’Água, em entrevistas realizadas com Mestre Itagibe, liderança carismática da banda de congo homônima na região, interpelou-se sobre a origem do festejo do Congo de Máscaras, obtendo-se a seguinte resposta:

[...] o relato que se fala no passado é [que] os escravos fugiram da rebelião que houve no navio na costa capixaba, então uns se esconderam em Queimados e depois pegaram as cabeceiras de Roda d’Água (FERREIRA, 2024, p. 2).

O relato acima menciona dois eventos históricos que são referenciados em várias outras narrativas: o naufrágio do navio Palermo, que deu origem às festividades de puxada e fincada de mastro, e a Insurreição de Queimado, ocorrida em 1849. Essas tradições são lembradas anualmente no dia 19 de março, em frente ao local arqueológico e histórico da Igreja de São José de Queimado, situada no município de Serra, no Espírito Santo (SANTOS, 2011). Segundo Quintino (2018), os rituais de puxada e fincada de mastro destacam a singularidade do congo capixaba em comparação com os de outros estados. Maciel (1992, p.42-47) observa que os negros rebelados em Queimado formaram alianças com escravizados de diferentes regiões, incluindo Cariacica. Pesquisas de Oliveira (2005, p. 21) indicam a presença de refugiados de Queimado na área de Retiro, em Santa Leopoldina/ES. Além disso, Santos (2013, p. 83) argumenta, com base nessas informações, sobre a provável existência de um caminho de fuga que ligava Queimado a Roda d’Água, passando por Retiro.

Ao abordarmos o tema do Carnaval de Congo, notamos que ele pode ser visto como uma manifestação festiva, ritualística e contemporânea, que ao mesmo tempo homenageia "lugares de memória" (NORA, 1993, p. 21) de épocas passadas. Isso se evidencia nas narrativas emocionadas dos congueiros, que compartilham suas experiências pessoais e as vivências de seus ancestrais, transmitidas ao longo dos anos, ressaltando a celebração como um evento repleto de significado. A seguir, analisaremos alguns aspectos socioeconômicos, históricos e culturais associados ao Congo de Máscaras, com o objetivo de refletir sobre as interações entre o patrimônio e a localidade de Roda D’Água, em Cariacica.

O território do congo de roda d’água

Uma análise social coerente, sistemática e de conjunto que aspira ao melhor legado da Escola dos Annales, alvitra-nos o enriquecimento do campo da história com os métodos das ciências

265



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



sociais, a partir de uma concepção da interciência braudeliana, com vistas à descrição de uma pluralidade de objetos, métodos e procedimentos, preservando-se uma ambição de síntese da história, a articulação de vários níveis do real e a dialética dos tempos curtos e longos. Dessarte, faz-se necessário efetuar um percurso globalizante, construindo um quadro conceitual que possibilite uma investigação dos sistemas de causalidades e a delimitação entre fenômenos de natureza vária (DOSSE, 1994, p. 101).

Partilhando dessa premissa, o histórico se apresenta como uma dialógica entre uma estrutura lógica abstrata e o real-concreto, delineando um movimento que percorre da estrutura à conjuntura e vice-versa, com o intuito de (re)constituir uma trama inteligível, sem descurar da análise estrutural, da hipótese causal e da racionalidade em ação no “campo da produção histórica” (BOURDIEU, 1983, p. 78), configurando um pensamento sobre a distância necessária que transcorre do abstrato ao concreto, desde o sítio de chegada, a fim de se confeccionar uma rede hierárquica de determinação dos diferentes níveis do plano real. Na acepção de Dosse (1994, p. 101), o renascimento do discurso histórico perpassa pelo acontecimento, ponderando sobre uma dialética entre o sistema e o acontecimento, a longa e a curta duração, a estrutura e a conjuntura, o passado e o presente, a partir do reconhecimento do fato histórico que, a propósito, guarda relação com uma compreensão de verdade relativa e objetiva, ao conceber a objetividade como o reconhecimento da existência objetiva da realidade refletida pelo conhecimento (DOSSE, 1994, p. 101; SCHAFF, 1995, p. 240).

Ao operacionalizarmos a categoria território, mormente para a descrição de um território étnico, assim como o do congo de Roda D’água, *a priori* cogitamos um “território simbólico”, que se constitui como um espaço de referência para a construção das identidades, diferenças e alteridades. Aliás, um território sujeito a uma gama de processos de hibridização, devido a sua inscrição no local - município de Cariacica e das interações entre o local e o global - Espírito Santo, Brasil, sistema-mundo. Ao refletirmos sobre o conceito de território desde a acepção da “geografia”, enfatizamos a materialidade do mesmo, em suas variadas dimensões, inclusive a da interação entre a sociedade e a natureza. Já do panorama da “ciência política”, salienta a sua construção, a partir das relações de poder; ao passo que a visão da “economia”, opta pela noção de espaço, ao contrário daquela de território, compreendendo-o, amiúde, como um fator locacional, ou seja, uma das bases da produção, enquanto força produtiva. Por sua vez, a “antropologia” realça a sua dimensão simbólica, precipuamente no estudo das sociedades ditas tradicionais, a “sociologia” focaliza a sua intervenção nas relações sociais e, finalmente, a “psicologia” aduna-o no debate sobre a construção da subjetividade e (ou) da identidade pessoal, esmiuçando-o até a escala individual (HAERSBAERT, 2007, p. 37).

Se historicizarmos de forma breve a ocupação da circunvizinhança do território de Roda D’Água, concebemos que, desde o princípio, até o século XIX, havia povos indígenas nas adjacências, provavelmente Goitacazes, Tupiniquins e Amóres que viviam da caça, pesca e agricultura de subsistência, até serem exterminados, aculturados e (ou) expropriados de suas terras (BEZERRA, 2009, p. 44). A propósito, o termo Cariacica (Cari-jaci-cáa), em tupi,

266



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



também indica “o lugar de chegada do homem branco”. A partir do século XVII, tais cercanias assinaladas pela existência de córregos e rios foram exploradas por colonizadores portugueses e depois por seus descendentes, em busca de terras férteis para o cultivo da cana-de-açúcar e do café, estabelecendo fazendas e engenhos movidos pela mão-de-obra negra escravizada, potencializados pelos recursos naturais e hídricos da região que impulsionaram a economia local, através da instalação de engenhos e moinhos. O atual nome da localidade de Roda D’Água, atina a um importante dispositivo mecânico empregado para movimentar esses engenhos, que moíam cana-de-açúcar, dentre outros produtos agrícolas.

Podemos asseverar que a história da cirunrregião, nesse período, avultou-se pela exploração e violência contra as populações indígenas e negras, matrizes fundamentais para a construção da sociedade e economia cariaticuenses, (pre)figurando-se Roda D’Água como um cenário singular, notadamente no século XIX, propício à formação de quilombos e histórias (autos) de resistência no sopé do monte Moxuara. Atualmente, o território específico se sobressai na produção de frutas, destacando-se a banana, além de hortaliças e café, sendo, pois, caracterizada por pequenas e médias propriedades fundiárias, por vezes familiares, que utilizam técnicas de produção sustentáveis e valorizam a qualidade dos produtos, protraindo-se como um importante polo de produção de alimentos frescos e saudáveis para a região metropolitana da Grande Vitória.

Volvendo ao século XIX, à região de Roda D’Água, um período que aponta para a gênese do Carnaval de Congo de Máscaras, que convivia em “intertextualidades bakhtianas”, num intenso processo de produção cultural e intercâmbios simbólicos com os Bailes de Congos (Ticumbis), a Folia de Reis, a Marujada e as Puxadas de Mastro concernentes à Festa de São Benedito, observamos que a vida no lugarejo, além da dureza do trabalho escravo era delineada por uma forte religiosidade na comunidade, sobretudo marcada pela devoção à Nossa Senhora da Penha e a São Benedito. Interditos de participarem da Festa da Penha, no Convento da Penha, em Vila Velha/ES, em razão da sua condição de escravizados, eles fabularam a sua própria festa, “inventando uma tradição” (HOBBSAWM; RANGER, 2012, p. 9) à sua imagem e semelhança, com o escopo de homenagear Nossa Senhora. Contexto sociocultural em que surgiram as máscaras, a fim de se disfarçarem e driblar represálias, incluindo-se a personagem mítica João Bananeira ou “Zé Bananeira”, arquétipo de um “regime poético” (RANCIÈRE, 2009, p. 31) que se tornou uma construção social inscrita no imaginário coletivo e, portanto, no “inconsciente estético” (RANCIÈRE, 2009, p. 41) da população regional, configurando um mito que se (re)atualiza ao ritualizar-se em cada edição anual desse Carnaval da Roça².

Finalmente, cabe-nos pontuar que o território de Roda D’Água, ademais de abrigar essa importante referência cultural da comunidade, acolhe histórias na memória social dos descendentes de escravizados ilustradas por uma vicissitude de violências vividas no período

² O Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D’Água, onde muitos devotos de Nossa Senhora vão inclusive “pagar promessas”, também é conhecido por Festa da Penha e Carnaval da Roça entre os moradores da região.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



escravocrata, que exemplarmente narram acerca do uso do mecanismo da roda d'água como um instrumento de tortura, onde os escravizados eram açoitados com chibatadas. Inobstante as dificuldades e a opressão sofridas pela população local, a comunidade constituiu uma cultura plena de significados e tradições que se mantêm vivas, sendo o Carnaval de Congo uma preleção dessa resiliência e celebração da identidade regional afro-capixaba, que se tornou um patrimônio cultural de Cariacica e espírito-santense.

Considerações finais

Mediante as considerações que esboçamos no *corpus* deste (con)texto, encetamos uma discussão sobre o Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água, ressaltando as suas imbricações entre a história da região, a memória social da comunidade congueira, a ocupação do território negro de Roda D'Água e uma mui breve relação com a ideia de patrimônio imaterial. Assim, mencionamos a importância da cultura do congo no Espírito Santo, traduzida como um patrimônio cultural regional desde 2014, estando, pois, na iminência de vir a ser patrimonializado nacionalmente pelo IPHAN. Também estabelecemos uma discussão teórica-intelectual e epistêmica sobre o congo e, por fim, construímos uma breve abordagem interseccional entre história, memória, tradição, bem cultural e território.

268

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, R. A **inteligência do folclore**. São Paulo: Cia. Americana, 1974.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário de. **Danças dramáticas do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1959.

_____. **Antologia do folclore brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BEZERRA, Omyr Leal. **Cariacica: Resumo Histórico**. 2. ed. Cariacica: Instituto de Pesquisa e Documentação Cariaciquense, 2009. 174 p.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos**: trabalho e identidade étnica em Goiás. Brasília: Ed. da UnB, 1977.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BRAVIN, Adriana. **Congopop**: Mídia, música e identidade capixaba. Vitória: Ed. do autor, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras**: de patrimônio cultural a indústria do entretenimento. Série Antropologia. Brasília: UnB, n. 354, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2008.

DOSSE, F. Uma história em migalhas. In: _____. **A história em migalhas**. Dos Annales à Nova História. 2.ed. Campinas: Ensaio, 1994. p. 167-261.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, Itagiba Cardoso. **Entrevista concedida a Vinícius de Aguiar Caloti**. Cariacica, 26 de outubro de 2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Jongos e Caxambus**: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo. UFES-Proex: Vitória e ES, 2017.

HAESBAERT, R. Definindo Território para entender a desterritorialização. In: _____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 35-98.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



HANNERZ, Ulf. “Fluxos, Fronteiras, híbridos: Palavras - chaves da Antropologia Transnacional”. In: **Mana, Estudos de Antropologia Social**, vol.3, n.1, Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1997.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. **A Invenção Das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

LYRA, Maria Bernadete Cunha de. **O jogo cultural do Ticumbi**. 1981. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFRJ, Rio de Janeiro.

MACIEL, Cleber. **Candomblé e Umbanda no Espírito Santo** - Práticas Culturais Religiosas Afro-Capixabas. DEC/ UFES: Vitória - ES, 1992.

____. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: DEC/SPDC/UFES, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Robson L. M. Em louvor a “Sant’Anna”: notas sobre um plano de revolta escrava em São Matheus, norte do Espírito Santo, Brasil, em 1884. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, 2000.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. Vol. II. E.P.U/EDUSP: São Paulo, 1974.

NEVES, Guilherme Santos. **Bandas de congos**. Rio de Janeiro: MEC/Secretaria de Assuntos Culturais/FUNARTE, 1980. (Cadernos de Folclore, 30).

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAES, M. S. **História do Espírito Santo**. Fundo Editorial do Espírito Santo: Vitória, 1968.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OLIVEIRA, Osvaldo Martins. **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia), PPGAS-UFSC, Florianópolis.

_____. **Relatório técnico de identificação da comunidade remanescente de quilombos de Monte Alegre**. Projeto territórios quilombolas no Espírito Santo. Convênio Ufes-Incra. Vitória-ES, 2006.

_____. **Congo**: demarcador de identidade em uma comunidade quilombola. Revista Do Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo, 2(3), p. 99 - 117, 2018.

PEREIRA, João Batista Borges. **A folclorização da cultura negra no Brasil**. In: PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). “In memoriam”. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p. 200-212. RJ, 1992.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: Estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. **O inconsciente estético**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

_____. **O processo civilizatório**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos** 17, Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, José Elias. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. **Processos organizativos, memória e identidade**: Etnografia e História da Transmissão Cultural do Congo em uma Comunidade Afrobrasileira - Cariacica (ES). In: Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES, 1., 2011, Vitória. Anais... Vitória: EDUFES, 2011, p. 1-20.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SCHAFF, A. **História e verdade**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WIED-NEUWIED, Von Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. BH/SP: Itatiaia/Edusp, 1989.

272



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade
Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TERRITORIALIDADES DA INFÂNCIA PRECARIZADA: ACESSO, PODER E OPORTUNIDADES TERRITORIAIS NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - SGDCA EM SANTOS (BRASIL)

Hulda Erna Wehmann¹

Larissa de Alcântara Viana²

Leticia Costa de Oliveira Santos³

Victor Iacovini⁴

Introdução

Como a noção de territorialidade pode fortalecer o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e Adolescente (SGDCA), através de políticas públicas mais justas? Esta pergunta norteia a discussão deste artigo, que objetiva delinear conceitos e ferramentas de planejamento e gestão pública a partir do Planejamento Urbano e Geografia. O diálogo entre academia e agentes públicos, na pesquisa “Reordenamento do SGDCA para crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil em Santos (SP)” (Processo FAPESP: 2023/10222-2), realizada em parceria com diversas organizações, encabeçadas pelo CEBRAP aborda criticamente experiências em curso na Região Metropolitana da Baixada Santista, estado de São Paulo, Brasil.

A exploração do trabalho infantil é relevante pela gravidade de seus impactos. Segundo dados da UNICEF, 160 milhões de crianças no mundo inteiro foram vitimizadas pelo trabalho infantil (TI) em 2020, em plena pandemia (ILO-UNICEF, 2021), quase 1 em 10 crianças globalmente. No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC-IBGE, 2023) revelaram 1,9 milhão de pessoas com 5-17 anos em situação de TI: 5% da população desta faixa etária em 2022. Tais números indicam a necessidade de um aprofundamento deste tema.

273

¹ Universidade Presbiteriana Mackenzie, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)/Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU). São Paulo-Brasil. wehmann.hulda@gmail.com.

² Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)/Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU). São Paulo-Brasil. larissa.aviana@gmail.com.

³ Universidade Federal do ABC/Laboratório Justiça Territorial e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)/Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU). São Paulo-Brasil, costa.leticia@ufabc.edu.br.

⁴ Universidade Federal do ABC/Laboratório Justiça Territorial e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)/Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU). São Paulo-Brasil. vctriaco@gmail.com.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Em especial, é urgente enfrentar as chamadas Piores Formas de Trabalho Infantil - todas as práticas análogas à escravidão, exploração sexual, atividades ilícitas, e trabalhos prejudiciais à saúde, segurança, ou moral das crianças - conforme a Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação (n.º 182) da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 01/06/1999, regulamentada pelos decretos n.º 3597, de 2000, e n.º 10.088 de 2019. Na convenção, o artigo 3 destaca, em sua alínea c, a produção e o tráfico de entorpecentes (BRASIL, 2019). Dados da Fundação Casa, responsável pelas medidas socioeducativas em São Paulo, revelaram que 36% das crianças e adolescentes (CAs) cumpriam alguma medida por relação ao narcotráfico em 2022.

Galdeano e Almeida (2018) indicam que os jovens explorados pelo narcotráfico vivem precariedades recorrentes: além da distinção de classe no recrutamento para o mercado ilícito, a segregação e precariedade urbana, fragilidade de serviços de atenção básica e pela atuação policial arbitrária. Esses resultados, no Município de São Paulo e no Estado de São Paulo, são corroborados pelas informações dos primeiros contatos da pesquisa em Santos, 2024-2025 nos quais agentes municipais de assistência social caracterizaram as CAs envolvidas pelo tráfico de entorpecentes como domiciliadas nas áreas mais precárias, em lares monoparentais e, frequentemente, racializadas.

Pesquisas que analisaram trajetórias de jovens no comércio varejista de drogas, como Galdeano e Almeida (2018), Mallart e Rui (2016), Feltran (2010 e 2011), apontam que o mercado formal de trabalho não é uma possibilidade para esses CAs, pouco especializados e precariamente escolarizados. A evasão escolar é comum e, segundo Dias (2011), está quase sempre associada ao trabalho precoce. Para Galdeano e Almeida (2018, p. 59), “A exploração do trabalho infantil é uma constante presente nas trajetórias de vida desses adolescentes e de seus familiares. Pelo perfil de escolaridade, local de residência e história familiar, abre-se precocemente nas suas vidas o mundo do trabalho informal”.

Isso revela a complexidade de suas realidades e dinâmicas econômicas que influenciam as trajetórias de vida. Serviços informais no mercado legal são precários, exaustivos e degradantes físico e mentalmente. Os serviços mais comuns são lava-rápido, construção civil e carga-descarga de mercadoria (para homens); faxina (mulheres); e coleta de materiais recicláveis (para ambos). Esta superposição de carências, em recortes territoriais específicos, indicam o impacto das chamadas oportunidades territoriais⁵ no percurso e

⁵ Entende-se oportunidades territoriais por: “conjunto de elementos físicos, ambientais, materiais e imateriais e o conjunto de facilidades socialmente produzidas no território” que potencializam a qualidade de vida e o bem-viver urbano (WEHMANN; BATISTA, 2023).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



possibilidades das CAs que os habitam. Soma-se a isso a transitoriedade de trabalhos entre o legal (mas nunca o formal), o ilegal e o ilícito que permeia suas trajetórias, mantendo-se uma exploração pendular entre trabalho precário com baixa remuneração e sem estabilidade e o trabalho em atividades ilícitas.

O território impacta o acesso ao SGDCA à medida que apresenta poucas oportunidades, seja pela escassez ou ausência de serviços, insuficiente articulação intersetorial, ou, ainda, pelas dificuldades de permanência e continuidade dos processos de assistência. Como exemplo, os agentes indicam a dificuldade de acesso dos CAs a serviços e equipamentos públicos coletivos nas periferias, importantes para inserção social, por custo ou tempo de deslocamento. Tal desigualdade e carência de oportunidades territoriais afetam negativamente a população, seus lugares vividos e as trajetórias futuras possíveis; questões a serem aprofundadas futuramente na pesquisa.

Frente a isso, deslocar o foco das facções criminais, como sugerem Telles e Hirata (2007), para o entrelaçamento das trajetórias de CAs pelo território e pelos equipamentos do SGDCA como plano de referência constitui uma abordagem voltada à compreensão da complexidade das dinâmicas territoriais urbanas e das interações entre esses jovens e os serviços disponíveis.

É nesta perspectiva que desenvolvemos a linha de pesquisa “O impacto das Oportunidades Territoriais na trajetória de CAs em TP”, com o objetivo de compreender a relação entre a realidade do território de vida dos casos em análise, considerando as fragilidades estruturais que caracterizam o município de Santos, com foco nos bairros São Manoel e Vila Nova, escolhidos em diálogo com a Prefeitura.

Trabalhar o conceito de território adiciona complexidade à pesquisa aplicada, dado que é multidimensional, a depender das variáveis relevantes e dos campos de conhecimento e gestão pública envolvidos. Resta estabelecer um conceito de trabalho que permita integrar diferentes políticas públicas voltadas à garantia de direitos. Nossa opção foi associar à discussão a noção de territorialidade. Considerando territorialidade “a dimensão mais simbólica do território, que incorpora política, relações econômicas e culturais, vinculada a como as pessoas utilizam a terra, se organizam e dão sentido ao lugar”, que se efetiva “[...] em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, [...] entre sujeitos e entre estes e seu lugar de vida [...]” (SAQUET, 2009, p. 87), como podemos compreender e propor políticas públicas para identificar trabalho infantil e melhorar a dinâmica institucional local? Parte-se da compreensão dialética território-condição de vida-oportunidades territoriais, aos quais se sobrepõem relações de poder, dominação, exploração e violação dos corpos,

275



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



vidas e lugares. Tais relações, como fios duma malha que interligam os fluxos, criam e exploram fluxos vitais (econômicos, sociais, políticos) em benefício de organizações que buscam expandir e diversificar negócios e bases territoriais - muitas vezes ilegais, ilícitos e proibidos - pela exploração abusiva das piores formas de trabalho de pessoas vulneráveis. Busca-se compreender como as condições de vida e o território se impactam, positiva ou negativamente, especialmente no comércio varejista de drogas. Uma análise territorializada seria um modo de sanar a lacuna prática-teórica da gestão pública, de análises e proposições das dimensões intersectoriais dos programas de erradicação do trabalho infantil (ANDRADE, 2004; ALBERTO *et al.*, 2019). A dimensão territorial é eixo articulador do trabalho analítico, entre o território institucional e o “território usado”, o espaço “banal” e cotidiano (SANTOS, 2000) registrado em campo.

Propõem-se compreender essas dimensões conceituais por sua concretude territorial, como quadro da vida social, e onde tudo é interdependente (SANTOS, 2012) na trama de relações entre os sistemas naturais e artificiais, as divisões jurídico-políticas, heranças históricas e o conteúdo econômico, fiscal e normativo. Visamos espacializar diversos dados quantitativos abertos de agências estatais, e cruzá-los com dados qualitativos junto aos habitantes do lugar com uso de metodologias etnográfica (MAGNANI, 2002) e fenomenológica (GIORGIO; SOUSA, 2010; WEHMANN, 2016). Outra contribuição à gestão pública é reforçar métodos para a prevenção e reconhecimento de fragilidades que impactam nas trajetórias das CAs em situação de TI.

O artigo tem a seguinte estrutura: primeiramente o contexto espacial e temático da pesquisa, apresentando o município de Santos, suas especificidades e características gerais, assim como a estrutura da proposta de investigação. Segundo, os conceitos de trabalho e os sentidos a eles associados, com destaque para as relações entre território, territorialidade, oportunidades territoriais e redes de poder. E terceiro, os resultados teóricos e práticos alcançados inicialmente e, por último, as considerações finais.

A exploração do trabalho infantil em Santos - Brasil

A pesquisa tem quatro linhas de trabalho, pautadas pelo entendimento do envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico de drogas como exploração do trabalho infantil, em oposição do viés criminal. Assim destaca-se a linha 03: O impacto das oportunidades territoriais na trajetória de CAs em TI, com objetivo compreender a relação entre a realidade do território de vida, as fragilidades estruturais de Santos, e assim estabelecer critérios para sistematização do Banco de Dados, facilitar o cruzamento de dados e permitir

276



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



políticas públicas preventivas às CAs em trabalho infantil (TI). Parte-se do atravessamento do território na vida de CAs, na relação dialética deste com a condição de vida que as leva ao trabalho infantil, especialmente ao varejo de drogas; e que o trabalho infantil, por sua vez, impacta o território.

Apesar dos avanços legais, a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e o Sistema de Garantia e Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) em 2006 (BRASIL, 1990, 2006), os entes federados ainda enfrentam problemas para identificar casos, gerar dados, combater e erradicar as formas de trabalho infantil. Em especial os Municípios, operadores básicos das políticas públicas de Assistência Social, Educação, Cultura, Saúde, etc. A fragmentação das ações setoriais – assim como dos dados e sistemas operacionais – dificultam a troca, integração de informações e a erradicação do trabalho infantil conjunta, plena e eficaz.

A problemática se agrava quando se trata das Piores Formas de Trabalho Infantil, que abrange todas as formas análogas à escravidão, exploração sexual, atividades ilícitas, e quaisquer formas de trabalho suscetível a prejudicar a saúde, a segurança, ou a moral das crianças, conforme a Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação (n.º 182/1999) da Organização Internacional do Trabalho - OIT, regulamentada pelo decreto n.º 3597/2000, consolidado pelo Decreto n.º 10.088/2019. Na convenção, o artigo 3 destaca a produção e o tráfico de entorpecentes (BRASIL, 2019). Importante destacar que a Convenção considera “criança” toda pessoa menor de 18 anos (GALDEANO; ALMEIDA, 2018). Entretanto, há grande dificuldade no trato de crianças e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas como vítimas da exploração do trabalho infantil, predominando a criminalização e punição desses jovens.

O Município de Santos, no litoral sul do estado de São Paulo, Brasil, conta com uma política relativamente consolidada de combate ao trabalho infantil e acolheu nossa proposta e equipe. Importante destacar que as pesquisas aprovadas no edital de Políticas Públicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) são aplicadas e conjuntas com a gestão municipal e uma equipe para acompanhar o processo. A equipe acadêmica passou a acompanhar as reuniões da Comissão Municipal para Erradicação do Trabalho Infantil e propôs a instituição dum Grupo de Trabalho Intersetorial para criação de um Banco de Dados integrado no combate ao Trabalho Infantil, produto final de pesquisa a ser ofertado à gestão municipal.

O território de Santos se divide em porção insular, na Ilha de São Vicente, e porção continental. O município é caracterizado por canais, morros e planícies sedimentares. Essas características contribuíram para a instalação do porto, o maior da América Latina,

277



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



responsável pela economia municipal. Santos se desenvolveu principalmente em função do auge da economia cafeeira no século XIX (SILVA; GITAHY, 2013) e foi fundamental na inserção do Brasil no capitalismo global no século seguinte (PAIVA; RIGHI, 2020) na rota da importação e exportação de produtos e mercadorias, inclusive de drogas. Atualmente a economia do município está fundamentada no setor de serviços, comércio e turismo, além das atividades ligadas ao porto (SEADE, 2024).

Santos possuía 418.608 habitantes (IBGE, 2022), com escolarização de 6 a 14 anos de 98,2% (2010) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,840 (2010) e sedia a Região Metropolitana da Baixada Santista – conforme mostra a Figura 1. A (geo)morfologia municipal (com morros e áreas de susceptibilidade a riscos diversos) é indicada como fator de vulnerabilidade. Agentes municipais indicaram que os canais, palafitas, morros e área continental possuem padrão diferenciado de acesso e gestão de políticas públicas que podem contribuir à erradicação do TI.

Figura 1: Localização do Estado de São Paulo, da Região Metropolitana da Baixada Santista e do Município de Santos

278



Fonte: os autores.

Na Figura 2 representa os bairros e unidades municipais visitados no segundo semestre de 2024: CRAS–São Manoel, CRAS–Vila Nova, Prefeitura-Centro, CREAS-Encruzilhada). Agentes municipais citaram os Morros Monte Serrat, Penha e José Menino, algumas comunidades (Caminho de São Manoel, Vila dos Criadores, Piratininga) e as linhas do VLT



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



da Baixada Santista (em operação e construção), bairros portuários (Alemoa [...] Ponta da Praia) e a Rodovia Anchieta (SP-150) como possíveis áreas de interesse - Figuras 3 e 4.

Figura 2: Mapa 1: bairros, unidades e pontos de interesse em Santos–SP



279

Fonte: os autores. Santos Mapeada (2024); IBGE Censo 2022 (2024); Google Earth (2024).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 3: Mapa 2: bairros, unidades e pontos de interesse nas Zonas Central, Intermediária e de Morros em Santos–SP



280

Fonte: os autores. Bases: Bases: Santos Mapeada (2024); IBGE Censo 2022 (2024); Google Earth (2024).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 4: Mapa 3: bairros, unidades e pontos de interesse na Zona Noroeste do Município de Santos-SP



Fonte: os autores. Bases: Santos Mapeada (2024); IBGE Censo 2022 (2024); Google Earth (2024).

281

Contatos e observações iniciais da pesquisa (julho-novembro de 2024) com agentes públicos municipais de Santos-SP apontam alguns problemas principais:

- 1) subdimensionamento de casos e dados de TI no sistema SUAS e demais sistemas setoriais:** há uma invisibilização do problema nas políticas setoriais pela população, que raramente declara a situação aos agentes estatais, e receio dos próprios agentes estatais em lidar com a situação e das possíveis consequências para si, famílias e CAs, que levam à subnotificação e ao subdimensionamento dos dados oficiais sobre TI em todas as esferas.
- 2) tratamento criminal-penal de algumas formas de TI como o varejo de entorpecentes por agentes de segurança e justiça:** crianças e adolescentes na produção/venda/consumo de drogas ilícitas acabam processados como criminosos e não como trabalho infantil. Problema agravado atualmente no contexto de extrema violência e letalidade da Operação Escudo em Santos e região, entre a PMSP e grupos armados que acabam vitimando comunidades que são alvos das ações da Operação.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



3) rede de proteção e assistência social insuficiente: falhas na rede de atendimento afetam as famílias e CAs, no SUS; no Conselho Tutelar (recebimento e encaminhamento e intervenção nos casos); no SUAS (CRAS, CREAS, CentroPOP) que acabam às vezes acolhendo reclamações e mediando demandas com outros sistemas/órgãos; na rede de educação básica e profissionalizante (falta de vagas e dificuldades na inserção e frequência em escolas e EJA); restritas opções de cultura, esportes e lazer; acesso, atuação e tramitação de casos no sistema judiciário (além do Ministério Público e Defensoria Pública); necessidade de capacitação (e sensibilização) de agentes das forças de segurança pública (polícias, guardas, bombeiros) para o tratamento adequado do TI.

4) fragmentação das políticas públicas setoriais do SGDCA: ainda que existam ações e alguma integração entre as áreas, não há integração entre seus sistemas de processamento. Falta acesso às plataformas de processos e dados (com as devidas garantias e proteções) para realização de ações conjuntas para garantia de direitos e necessidades básicas ao pleno desenvolvimento dessas pessoas.

5) falta de oportunidades de reinserção educacional e profissional das CAs em situação de TI ou egressas da privação de liberdade ou em medida socioeducativa: afeta em especial adolescentes que já passaram por autuação judicial ou policial e por medidas socioeducativas em vários regimes. Essas pessoas são estigmatizadas como “menor infrator” e tem dificuldade em retomar os estudos no ensino básico ou profissionalizante.

Contribuições ao reordenamento do SGDCA em Santos–SP incluem:

1) redesenho das variáveis e coleta de dados nas unidades de atendimento do SUAS: trabalho conjunto com os agentes públicos setoriais para co-criar um sistema de dados para aprimorar as ações e ampliar serviços prestados à população.

2) sensibilização dos agentes de segurança pública e justiça (entre outras áreas) sobre TI: melhorar o entendimento destes sobre as situações e riscos do trabalho infantil (em especial das piores formas) para aprimorar as respostas e soluções públicas para erradicar essas situações.

3) integração de ações e sistemas (inter)setoriais: a articulação em curso no SGDCA, visitas, reuniões, oficinas e o banco de dados devem contribuir ao desenvolvimento de ações conjuntas e conexões processuais e sistêmicas nos próximos anos; e

4) ampliação das oportunidades locais de aprendizagem, ensino e profissionalização: ampliar vagas e oportunidades de aprendizagem profissional, ensino básico e superior em instituições públicas e privadas para oferecer melhores oportunidades de vida aos jovens.

A seguir, buscamos aproximar os sentidos possíveis de território, territorialidades e a exploração das piores formas de trabalho infantil.

282



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Conceitos de trabalho: território, territorialidade, oportunidades territoriais e redes de poder

O conceito de território é multidimensional, a depender das variáveis mais relevantes, diferentes campos do conhecimento e da gestão pública. Uma questão trabalhada na pesquisa é a determinação dos sentidos mobilizados para combater as piores formas de trabalho infantil em Santos–SP.

Entende-se territorialização como processo político-cultural, numa área delimitada por relações de alteridade, identidade e dilemas da segregação socioespacial de certas comunidades e camadas sociais (HAESBAERT, 2010). Acredita-se que uma contribuição possível seja ir rumo a uma reterritorialização de direitos da cidadania mais ampla, autônoma e universalizante, nos termos de Haesbaert:

[...] o grande dilema deste final de século poderia ser mesmo o da desterritorialização - tanto no sentido dos neonacionalismos e neofundamentalismos quanto da efetivação de um “território-mundo” fonte ou de um controle mais rígido, que parta do topo (lembrando o Grande Irmão orwelliano), ou de uma autonomia mais universalizante baseada numa cidadania cada vez mais ampla [...] da sociedade-mundo a que alude Jacques Lévy). (HAESBAERT, 2010, p. 197)

283

Consideração o desenvolvimento pleno na infância e adolescência, compreende-se a necessidade de fortalecer uma rede de ações, cuidados e informações para combater as piores formas de trabalho infantil, parte da sobrevivência econômica e social em aglomerados de exclusão (HAESBAERT, 2010).

As situações de exclusão - sejam elas conjunturais, transitórias, atomizadas e/ou de massa (ou misturas) - inserem os membros de muitas comunidades e favelas na (des)ordem da violência e do medo. Especialmente na conjuntura não tão transitória da “guerra” ao narcotráfico que afeta desproporcionalmente estes aglomerados divididos entre os “territorialismos” do tráfico e da polícia (consequências da exclusão econômica e cultural, violência indiscriminada, mobilizações reacionárias e fundamentalismos – HAESBAERT, 2010). Um exemplo recente e simbólico foi a morte de uma criança de quatro anos que brincava em frente à sua casa, no Morro de São Bento, em Santos, por um disparo de um policial militar (BOEHM, 2024). O agravante no caso é que o pai da criança também foi vitimado por uma ação policial, a Operação Escudo/Verão, no começo de 2024, reforçando a percepção de exclusão transgeracional que afeta grupos sociais específicos.

Estas comunidades conflagradas buscam sobreviver em meio à guerrilha, com poucos recursos, com seus corpos em risco e direitos cotidianamente violados. Uma parte considerável da população sobrevive nesta situação aviltante da “espoliação” formulada por Kowarick (2023): ausência, precariedade ou extorsão de serviços e equipamentos coletivos,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



assim como dos acessos, conexões e informações correlatas, considerados socialmente necessários à reprodução digna da vida cotidiana dos trabalhadores – infantis, inclusive. Enquanto persiste a precariedade, a “espoliação e exploração caminham juntas” (idem), continua a exploração do trabalho e o aviltamento das condições de vida dos trabalhadores. Situação que pode ocorrer mesmo com a melhoria de certos bairros com a manutenção de baixos salários e precário acesso aos bens coletivos. Nesses casos, tal como indicado pelos servidores públicos na região central de Santos, ocorre uma expulsão paulatina (“gentrificação”).

A noção trabalhada em 1979 aponta a relação produção-consumo como soma de precariedade com dilapidação: “ela constitui a somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivos que agudizam ainda mais a dilapidação que operam na esfera produtiva” (KOWARICK, 1979, s/p). Uma mediação dos sentidos e significados que a espoliação urbana possa ter para determinados grupos, camadas ou classes sociais é necessária para continuar o debate (KOWARICK, 1979). Ao incluir crianças e adolescentes como “grupo” ou “camada” explorada pelo trabalho infantil - pelas suas piores formas - indaga-se quais anseios, expectativas e projetos são subtraídos; quais podem mover estes atores sociais; quais trajetórias de vida. E qual a contribuição dos equipamentos/serviços coletivos e dos diversos tipos de cuidado - das oportunidades territoriais - para reverter essas situações e erradicar essas situações de exploração.

É a partir desse questionamento que se propõe a pesquisa conjunta de dados georreferenciados, que indicam a existência concreta de determinadas infraestruturas e serviços, e da interpretação desses dados pelos jovens do lugar. O cotejamento entre o que existe e qual sua percepção pode balizar o aperfeiçoamento das políticas públicas, indicando não apenas a existência de determinada oportunidade, mas o acesso simbólico e apropriação por grupos sistematicamente excluídos.

Deve-se entender a espoliação urbana em chave atual: “(...) somatória de extorsões que se refletem na ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se mostram socialmente necessários à reprodução urbana dos trabalhadores” (KOWARICK, 2020, p. 575). Um processo espoliativo é retirar duma camada social o que estes atores consideram direitos seus. No caso em estudo, percebe-se que uma série de serviços coletivos estão ausentes ou precariamente ofertados nos territórios, produzindo diferentes territorialidades, a depender das possibilidades de acesso material e simbólico a serviços básicos para a reprodução digna das famílias, crianças e adolescentes trabalhadores.

Para Galdeano e Almeida (2018), o não cumprimento dos direitos preconizados no ECA e no SINASE no que se refere ao acesso e à permanência na educação, na saúde, na profissionalização, na moradia das famílias, “[...] leva à reflexão de que ‘não é o adolescente que está em conflito com a lei, mas a lei que está em conflito com o adolescente’” (GALDEANO; ALMEIDA, 2018, p. 19). Territorializar a espoliação de crianças e adolescentes é entender a apropriação indevida dessas vidas como força de trabalho

284



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



nas/pelas relações de mercado e familiares. Na precariedade e vulnerabilidade social, a inserção precoce nas relações de trabalho é modo de sobrevivência.

O território como quadro da vida social (SANTOS, 2012) tecido por uma trama de relações complementares entre os sistemas naturais e artificiais, as divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, fiscal e normativo, sendo também onde se dá o exercício da vida (SANTOS, 2007), condicionante das possibilidades de vida disponíveis. As conotações materiais e simbólicas nas interpretações do território, segundo Haesbaert, articulam relações de dominação e apropriação que o atravessam. Para Saquet (2009) o caráter material e imaterial do território requer uma abordagem que reconheça a unidade histórica-relacional e multidimensional-híbrida do território e da territorialidade, ou entre as dimensões da economia-política-cultural-natureza.

Busca-se delinear, sob a perspectiva da justiça territorial, enquanto “a territorialização dos princípios da justiça social” (WARD, 2009, p. 274), apreender como a percepção do território vivido impacta na trajetória de vida de crianças e adolescentes, a partir das possibilidades de apropriação de oportunidades territoriais disponíveis. As oportunidades territoriais são conjunto de elementos ambientais, materiais e imateriais assim como as facilidades socialmente produzidas no território (WEHMANN; BATISTA, 2023).

O território é a um tempo concreto e imaterial, vivido e percebido. O que impacta a trajetória de vida de crianças e adolescentes, pelo seu entendimento de possíveis oportunidades territoriais. Além do que é registrado oficialmente como disponível, a percepção do que está efetivamente acessível àqueles que são espoliados desde tenra idade. Para isso, as questões orientadoras da pesquisa são:

- Como são percebidos as oportunidades territoriais (forma, equipamentos, fluxos, etc.) existentes em seus territórios de vida pelos interlocutores da pesquisa? O que é ignorado? O que é percebido como acessível, e o que não?
- Quais fatores parecem influenciar essa percepção?
- Como essas leituras de mundo influenciam as trajetórias vividas?

O território, sob uma perspectiva feminista e pós-estruturalista, vai além do espaço onde se exerce poder. É o espaço que sustenta a vida, provê abrigo e significado, como exposto por Haesbaert (2014, 2028) e Cabnal (2010). Para Cabnal, recuperar o território é reivindicar a autonomia e dignidade do corpo, lutar por um espaço na terra de existência plena e digna. O território é um espaço de cuidado: não só permite a sobrevivência, mas a criação e manutenção de condições de vida. Fisher e Tronto (1990) definem o cuidado como os esforços para reparar o mundo de modo que se possa viver bem, o que implica sustentar uma rede de suporte e interdependência. Metzger (2014) observa que os contextos de cuidado gerados pelas práticas podem estar implícitos em práticas, edifícios, hábitos e tecnologias. Perspectiva que reforça o território como um elemento material-simbólico que sustenta redes de interdependência e possibilita uma vida digna.

As fragilidades materiais-simbólicas revelam a falta de acesso a recursos essenciais, privando crianças e adolescentes de pertencimento, proteção e desenvolvimento da autonomia. O

285



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



trabalho precário infantil e adolescente não só responde a necessidades financeiras imediatas, mas resulta da desestruturação das redes de sustentação da vida. Assim como precariedade e falta de acesso a serviços essenciais, como educação e mobilidade, que deveriam proporcionar segurança e oportunidades de crescimento. Para operar adequadamente, o planejamento e políticas públicas devem ser elaborados partir da observação atenta às interdependências (METZGER, 2014), neste caso, as que perpetuam o trabalho infantil.

Essas limitações obrigam famílias e comunidades a estratégias de sobrevivência em condições de vulnerabilidade e exploração. Pensar o território pelo cuidado desafia o modelo tradicional de Estado provedor e população carente. Promove uma abordagem de agência distribuída entre sociedade e indivíduos ativos na criação de condições de vida dignas, sem desresponsabilizar o Estado e as estruturas excludentes. É importante questionar o papel do Estado como controlador das relações de cuidado e do território. A institucionalização do cuidado estatal frequentemente desconsidera a diversidade de práticas e redes locais, substituindo-as por mecanismos burocráticos e centralizados que podem reproduzir desigualdades. Assim, o território torna-se uma ferramenta de controle socioambiental, onde a administração estatal regula quem acessa recursos e serviços, excluindo vozes e necessidades das comunidades impactadas (DROTBOHM, 2022).

O território deve ampliar capacidades e autonomia das crianças, adolescentes e comunidades, permitindo vidas e projetos que reflitam suas aspirações e habilidades. Um paradigma masculinista (TRONTO, 2020) de controle e exclusão como ferramenta de domínio reforça a fragmentação e enfraquece a interdependência. Planejamento e políticas públicas baseadas no cuidado focam em reconstruir e fortalecer redes coletivas de resistência. Eles devem possibilitar que crianças e adolescentes não sejam submetidos a trabalhos degradantes e que possam construir seus futuros. Sob olhares decoloniais e feministas, o cuidado é empoderamento, agência e subjetividade daqueles que recebem cuidados (OJEDA *et al.*, 2022; ALAM; HOUSTON, 2020). Considerar CAs na elaboração de políticas públicas que afetam suas vidas e seu desenvolvimento. Ouvir suas vozes e integrá-las nas tomadas de decisão.

286

Considerações finais

Para finalizar retomamos algumas questões da Introdução seguidas por considerações que sintetizam nossos achados e reflexões iniciais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, BRASIL, 1990), determina elementos para a proteção integral de crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (12-18 anos).

Os deveres estipulados à família, sociedade e Estado englobam as principais esferas da vida e do desenvolvimento humano - vida e dignidade, educação e profissionalização, cultura e esporte, liberdade e convivência - nos primeiros anos de vida da pessoa, essenciais à formação humana adequada. Ninguém poderia ser negligenciado, discriminado, explorado e violentado.

Os esforços sócio-estatais das últimas décadas foram insuficientes para superar desigualdades e inadequação de políticas públicas e parte das CAs não têm garantia dos direitos



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



fundamentais. Muitos são explorados pelas famílias e/ou comunidades; negligenciados pelo do Estado; oprimidos e violados pela segurança pública. A inserção precoce e vexatória nas relações de trabalho prejudica as oportunidades de educação, profissionalização formal, prática de esportes e acesso ao lazer e cultura, substituídos por jornadas extensas de trabalho como parte da fórmula de sobrevivência.

Quais sentidos podem ser mobilizados a partir dos conceitos de território, territorialidade e territorialização para identificar casos de trabalho infantil e melhorar dinâmicas institucionais (locais)?

As perspectivas trabalhadas sobre “território” vão além das tradicionais que delimitam Estados nacionais e suas fronteiras ou às grandes dinâmicas de poder. Aqui trabalhamos as vivências cotidianas nos territórios comunitários tecidos por relações múltiplas de poderes e instituições com determinadas necessidades, recursos e demandas. Aponta-se a necessidade de considerar as trajetórias vividas por essas pessoas e grupos, recortes de gênero, raça e classe social na perspectiva do cuidado, como das oportunidades territoriais e possibilidades rumo à justiça territorial, trabalhando metodologias de pesquisa cartográfica e fenomenológica (WEHMANN, 2016).

Entender as piores formas de trabalho infantil no município é central nos próximos meses e anos. Os relatos apontam a importância do complexo portuário, das comunidades e vilas, comércio sazonal, turismo e lazer como mercados interligados que demandam trabalho infantil. As dinâmicas institucionais locais de assistência social, cultura, educação, esporte, justiça, lazer, saúde, segurança, trabalho - para citar as principais - ainda necessitam aprimorar dados e procedimentos para identificar, registrar e erradicar casos de TI.

287

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento e suporte institucional da Pesquisa Número 2023/10222-2; bem como às bolsas de pesquisa e treinamento técnico concedidas: Bolsa de Pós-doutorado no País (2024/14176-8) Bolsa de Treinamento Técnico IV (2024/14157-3) e Bolsa de Treinamento Técnico IV (2024/14158-0).

Referências

ALAM, A.; HOUSTON, D. Rethinking care as alternate infrastructure. **Cities**, [s. l.], v. 100, p. 102662, 2020.

BOEHM, C. Ouvidoria da PM e entidades repudiam morte de criança em Santos. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-11/ouvidoria-da-pm-e-entidades-repudiam-morte-de-crianca-em-santos#:~:text=O%20menino%20Ryan%20da%20Silva,disp%C3%B4s%20ali%2C%20que%20esse%20disparo>. Acessado em 26 de novembro de 2024.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **RESOLUÇÃO Nº 113, DE 19 DE ABRIL DE 2006.** Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Registro Mensal de Atendimentos - RMA.** Dados Abertos. Brasília: 2024. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/registro-mensal-de-atendimentos---rma>. Acesso em: 20 nov. 2024.

288

CABNAL, Lorena; ACSUR. **Feminismos diversos:** el feminismo comunitario. ACSUR, 2010.

DIAS, C. Estado e PCC em meio as tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**, São Paulo, 2011, v. 23, n. 2, p. 213-233.

DROTBOHM, H. O Cuidado além do Reparo. **Mana**, [s. l.], v. 28, n. 1, p. e281206, 2022.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão:** política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011.

FELTRAN, G. Periferias, direitos e diferenças: notas de uma etnografia urbana. **Revista de antropologia**. São Paulo, 2010, v. 53, n. 2, p. 565-610.

FISHER, B.; TRONTO, J. C. Toward a Feminist Theory of Caring. Em: ABEL, E.; NELSON, M. (org.). **Circles of Care**. Albany, NY: SUNY Press, 1990. p. 36-54.

FNPETI [Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil]. **O Trabalho Infantil no Brasil:** análise dos microdados da PnadC 2022. 2024.

GALDEANO, A. P.; ALMEIDA, R. (Org). **Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil:** mercados, famílias e redes de proteção social. São Paulo: Cebrap, 2018.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



GIORGI, A.; SOUSA, D. **Método fenomenológico de investigação em psicologia**. Lisboa: Fim de século, 2010

GUÉRIOS, P. R. O estudo de trajetória de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Revista de Antropologia**, Curitiba, 2011, v. 12, n. 1, p. 9- 29.

HAESBAERT, R. Do Corpo-Território Ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia**, [s. l.], v. 22, n. 48, p. 75, 2020.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. Em: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; SOUZA, M. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Favelas e Comunidades Urbanas. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

IBGE. **Trabalho de Crianças e Adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2022 PNAD Contínua**. 2023.

ILO-UNICEF [International Labour Organization – United Nations Children's Fund]. **Child Labour**: Global estimates 2020, trends and the road forward. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/topics/child-labour/child-labour-statistics-and-research>. Acesso em 08 out. 2024.

MALLART, F. **Cadeias dominadas**: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos. São Paulo: Editora Terceiro Nome/Fapesp, 2014.

MALLART, F; RUI, T. Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. In: MELO, J; SIMIÃO, D.; BAINES, S. **Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade**. Natal: EDUFRN, 2016.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

METZGER, J. Spatial Planning and/as Caring for More-Than-Human Place. **Environment and Planning A: Economy and Space**, [s. l.], v. 46, n. 5, p. 1001–1011, 2014.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OJEDA, D.; NIRMAL, P.; ROCHELEAU, D.; EMEL, J. Feminist Ecologies. **Annual Review of Environment and Resources**, [s. l.], v. 47, n. Volume 47, 2022, p. 149–171, 2022.

PAIVA FILHO, H. D.; RIGHI, R. E. **O Desenvolvimento Urbano da Cidade de Santos: o local, o regional e o nacional em 400 anos de história** Em: ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO, 2020, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: [s. n.], 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5821/siiu.9938>.

SANTOS, PREFEITURA MUNICIPAL. **SANTOSMAPEADA Bairros Oficiais de Santos**. Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/santosmapeada/Planejamento/Bairro/MapaBairro/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SEADE. **Emprego**, 2024. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/emprego/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SILVA, F. T. da; GITAHY, M. L. C. The Presence of Labour in the Urban Culture of Santos. **Moving the Social**, [s. l.], v. 49, p. 11–30, 2013.

TELLES, V. da S.; CABANES, R. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, V.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 2007, v. 21, n. 61, p. 173-191.

TRONTO, Joan. **¿Riesgo o cuidado?** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2020.

VIANA, L. **Chão, pó, poeira: a produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo**, Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

WEHMANN, H. E. **A pesquisa qualitativa fenomenológica: olhos para ver a criatividade cotidiana**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), v. 14, n. 2, p. 56-66, 2016.

290





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



LITERATURA, SOCIEDADE E LUTA POLÍTICA: O PAPEL DO INTELLECTUAL NA VISÃO DE RICARDO PIGLIA

Gabriel Rodrigues da Costa Farias¹

Introdução

No ensaio de apresentação do primeiro número da revista *Literatura y Sociedad*, um jovem escritor começa o texto com a seguinte afirmação: “En Argentina, en 1965, los intelectuales de izquierda somos inofensivos” (PIGLIA, 1965, p. 1). Logo em seguida, o autor afirma que esses intelectuais escrevem manifestos, viajam aos países socialistas, seus livros são vendidos e premiados, no entanto, mesmo com esses “ganhos” materiais, eles encontram-se separados da classe trabalhadora: “Unidos al mundo burgués por nuestras costumbres y a la clase obrera por nuestra ideología, no pertenecemos verdaderamente ni a uno ni a otra” (Piglia, 1965, p. 1). Esse “distanciamento” dos intelectuais de esquerda com a classe trabalhadora tornava-se, então, uma das principais preocupações do jovem escritor argentino Ricardo Piglia entre as décadas de 1960 e 1970. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar a visão do escritor sobre o papel nos processos de mudanças sociais, culturais e políticas daqueles anos. Em seus anos de juventude, Piglia foi um intelectual engajado que tinha como algumas de suas principais preocupações as relações entre cultura de esquerda, produção artística e as estratégias de construção de uma vanguarda política e revolucionária. No caso, Piglia possuía um olhar crítico perante os posicionamentos de grande parte da intelectualidade de sua geração. Para o escritor havia dentro da esquerda argentina uma ausência da problemática da luta de classes na análise da cultura, da literatura e da produção intelectual, o que resultava na ausência de uma perspectiva política verdadeiramente revolucionária e na falta de articulação da prática intelectual com as lutas da classe trabalhadora. Essas colocações de Piglia são encontradas, em um primeiro momento, no longo edital da única edição do periódico *Literatura y Sociedad* (1965). Anos depois, Piglia retoma esses posicionamentos ao participar do debate *Intelectuales y Revolución: ¿Conciencia crítica o conciencia culpable?* realizado na sexta edição do periódico *Nuevos Aires* (1971).

Por conta disso, esta proposta de pesquisa encontra-se no campo da “História Intelectual” que, nas palavras do historiador francês Jean-François Sirinelli, é: “um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento entre das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 2003, p. 232). Além disso, também destacamos as abordagens teóricas propostas pelo historiador estadunidense Dominick LaCapra, principalmente a partir de suas propostas de como o pesquisador deve

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ). Bolsista da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Correio eletrônico: Gabriel.R.C.Farias@gmail.com





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ler, interpretar um texto e formular a relação desses textos com diversos contextos pertinentes para LaCapra, coexistem, ao menos, seis possíveis contextos para a análise textual: 1) A relação entre as intenções do autor e o texto; 2) A relação entre a vida do autor e o texto; 3) relação da sociedade com o texto; 4) A relação da cultura com os textos; 5) A relação do texto com a obra do autor; 6) A relação entre modos de discurso e textos (LACAPRA, 1998, p. 252).

Os intelectuais entre a luta cultural e a luta política

Em dezembro de 1965 foi publicado o único número do periódico *Literatura y Sociedad*, editada por Ricardo Piglia e Sergio Camarda. O objetivo dessa revista literária, como bem explicou Piglia (1965) em sua apresentação, foi de levantar aportes teóricos sobre a luta cultural dentro do campo intelectual da esquerda argentina, principalmente na crítica literária e na relação entre ideologia e literatura. Encontra-se, nesta única edição, ensaios de importantes nomes do marxismo, tais como George Lukács, Lucien Goldman, Jean-Paul Sartre e Henri Lefebvre, assim como reportagens de importantes críticos literários latino-americanos como Ángel Rama, Noé Jitrik e Juan José Sebreli. Nas sessões relacionadas à narrativa e ficção, destacam-se os nomes de Cesare Pavese, Italo Calvino e Ernest Hemingway.

Durante aquele ano de 1965, o projeto de publicação da revista ocupou bastante o tempo e o esforço de Ricardo Piglia. Em seus diários pessoais, há passagens que abordam o processo de criação e preparação do periódico, tal como a seguinte anotação datada, a princípio, de 10 de maio de 1965: “Estou preparando a apresentação da revista [...] Agora está tudo pronto, o índice está fechado e posso começar a preparar a apresentação. Não quero que seja um editorial, mas apenas um ensaio dando conta de algumas das questões discutidas na revista” (Piglia, 2017, p. 193). No dia seguinte, Piglia faz outro comentário enfatizando seu objetivo: “A apresentação da revista se esclarece quando penso nela como uma tentativa de trabalhar a cultura como um campo político específico. A política tem seus próprios registros e modos, que não podem ser aplicados diretamente à literatura ou à cultura” (PIGLIA, 2017, p. 194). Piglia, nesse sentido, escolhe a forma ensaística para expor os pontos e as discussões que ele levantaria nesse longo editorial. Para Theodor Adorno (2012), o ensaio é um tipo de exercício de pensamento livre e uma experiência intelectual que não precisa se submeter às regras tradicionais e metodológicas do procedimento científico e filosófico. O ensaio, no caso, se aproxima de uma autonomia estética, no entanto, não é somente uma simples forma artística, pois ainda precisa manter a profundidade da crítica filosófica e social. Visto que a realidade é cada vez mais complexa e incapaz de se buscar uma totalidade devido às contradições presentes na modernidade, o ensaio trabalha em fragmentos: “O ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplainar a realidade fraturada.” (ADORNO, 2012, p. 35). Sendo assim, por meio da forma ensaio, Piglia apresenta suas principais preocupações

292



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



sobre questões políticas, sociais e culturais sobre a Argentina naquele momento, com citações e referências a pensadores e escritores como Marx, Lênin, Franz Fanon, Sartre e Cesare Pavese (PIGLIA, 1965).

A apresentação da revista foi dividida em duas partes. Na primeira parte, chamada de *Izquierda y realidad*, Ricardo Piglia argumenta os motivos que levaram ao afastamento dos intelectuais de esquerda com a classe trabalhadora argentina. Para Piglia, a “fratura” entre os intelectuais e os trabalhadores remonta à década de 1940. Naquele momento, o país estava passando por transformações estruturais importantes. A fase do país liberal unificado em 1880 pelo imperialismo inglês estava terminando. A velha classe trabalhadora “artesanal”, oriunda das imigrações europeias da virada do milênio, estava perdendo espaço para uma nova classe trabalhadora que estava surgindo no processo de industrialização do país. Surgia, ao mesmo tempo, o “Peronismo”, encabeçado pela liderança política de Juan Domingo Perón. Os intelectuais de esquerda, por outro lado, habituados a analisar a realidade argentina a partir da realidade europeia, entenderam o fenômeno peronista como uma vertente do fascismo. Nesse sentido, era necessário unir as forças “democráticas” e “progressistas” contra Perón. Nas eleições gerais de 1946, a partir de um “moralismo liberal”, as forças de esquerda aceitaram apoiar a “Unión Democrática” (formada por parte da burguesia tradicional preocupada em manter sua hegemonia) em seu embate contra o Peronismo. No entanto, para a decepção dos intelectuais, a classe trabalhadora preferiu Perón: “Cuando el proletariado real aparece en la calle cantando ‘Los muchachos peronistas’, los imágenes se distorsionan, la realidad es molesta, aplastante. El Proletariado al que habían estado hablando durante años se había esfumado, repentinamente.” (PIGLIA, 1965, p. 3).

Com o peronismo no poder, grupos da esquerda decidiram fazer parte da oposição ao governo. Em 1950, com o fim da aliança entre burguesia industrial e classe trabalhadora dentro do peronismo e, conseqüentemente, o começo do desmoronamento do regime de Perón, a esquerda argentina não conseguia mostrar para a classe trabalhadora um caminho independente do peronismo e dos setores reacionários: “Siempre ligada a las opciones burguesas, atendiendo con prolijidad los matices de una política de alianza, no plantea para la clase obrera un camino independiente entre la burguesía peronista y la derecha gorila” (PIGLIA, 1965, p. 4). Mais uma vez, a burguesia era quem realmente definia o processo político. Com a derrubada de Perón em 1955, setores mais combatentes da classe trabalhadora foram brutalmente perseguidos pelo novo regime político. Por conta disso, torna-se cada vez mais claro que o peronismo se transformava, para a classe trabalhadora, em uma via “independente” da burguesia, tornando-se a principal corrente política do operariado: “Desde entonces, peronismo y clase obrera son, para el proletario argentino, la misma cosa.” (PIGLIA, 1965, p.4)

Nas eleições gerais de 1958, os intelectuais de esquerda optaram pelo “Fronidizismo”, movimento organizado por parte da burguesia industrial desenvolvimentista e conciliadora. No entanto, no ano seguinte, com a repressão aos trabalhadores realizada pelo governo de Arturo Frondizi, parte da intelectualidade de esquerda rompeu com o Frondizismo. Nesse

293



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



contexto, Ricardo Piglia argumenta que o fim da “euforia frondizista” marca o início de um novo processo dentro de parte da esquerda argentina: o reconhecimento da história nacional a partir da luta de classes. Ao mesmo tempo em que essa intelectualidade se aproxima cada vez mais do marxismo, ela também é impactada pelos desdobramentos da Revolução Cubana de 1959: “[...] a reconsiderar la historia nacional a la luz de la lucha de clases, a poner a prueba su propia ideología. Favorecidos por una perspectiva internacional modificada por la Revolución Cubana, iniciaron una dolorosa toma de conciencia.” (PIGLIA, 1965, p.5). Aparece, então, a chamada “Nova Esquerda”, uma nova geração que rompe com a tradição “liberal”, se aproxima da classe trabalhadora com a consciência de que esta é a classe que precisa decidir o caminho político livre das opções burguesas. Piglia cita o exemplo dos intelectuais em torno da revista “Contorno” (Ismael Viñas, David Viñas, Noé Jitrik, León Rozitchner, etc.), que nesse período passaram do frondizismo liberal ao marxismo revolucionário. Além disso, essa “Nova Esquerda” quebra o monopólio que o Partido Comunista Argentino (alinhado à URSS) e os grupos trotskistas tinham do marxismo nacional, com discussões e polémicas internacionais que eram totalmente alheias à realidade da classe trabalhadora argentina. A “Nova Esquerda”, nas palavras de Piglia: “Replantea la necesidad del camino nacional para el marxismo en la Argentina.” (PIGLIA, 1965, p. 5).

Com parte da intelectualidade de esquerda compreendendo os problemas políticos argentinos a partir do marxismo, Piglia aborda a necessidade de haver estratégias de luta e ação para a construção de uma vanguarda: “[...] y que descubra en cada nivel específico de acción (sindical, ideológico, político) la táctica concreta para efectivizar una política, para construir la vanguardia, para abominar de nuestra ineficacia.” (Piglia, 1965, p. 6). Nesse sentido, depois de analisar a situação dos intelectuais de esquerda diante da realidade argentina, Piglia finaliza a primeira parte do ensaio enfatizando o objetivo da revista “Literatura y Sociedad”: “El final de este artículo y los futuros números de Literatura y Sociedad quieren ser un aporte para la discusión de estas cuestiones en el nivel específico de la lucha cultural.” (PIGLIA, 1965, p. 6).

Na segunda parte do ensaio, nomeada de “Falsa conciencia y cultura nacional”, Ricardo Piglia destaca propostas que seriam essenciais para a luta cultural argentina. No caso, Piglia argumenta que a ausência de uma vanguarda revolucionária é a causa da debilidade da classe dos intelectuais. Reduzidos a uma atividade ideológica, os intelectuais reproduzem a realidade não como ela é, mas como ela deveria ser: “Buscamos apropiarnos con el pensamiento y la palabra de un mundo que se nos escapa.” (PIGLIA, 1965, p. 8). Ao ficarem presos somente ao mundo das ideias, os intelectuais não encontram os caminhos para as atividades de suas ações. De acordo com Piglia, somente a atividade revolucionária é capaz de romper com o círculo da falsa consciência. Piglia, nesse sentido, faz o seguinte questionamento: “¿de qué modo encontrar, como intelectuales, esa actividad revolucionaria? ¿Cuál es el límite de efectividad de un intelectual de izquierda en la Argentina?” (PIGLIA, 1965, p. 8). O caminho para o intelectual encontrar sua efetividade política é entender que não há como separar política e cultura. A luta cultural é, dessa maneira, uma luta política. A luta de uma classe para

294



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



conseguir sua hegemonia sobre as demais em todos os aspectos da vida social. A consciência, tanto quanto sua relação com a produção, é um fator primordial para a existência ativa de uma classe social, principalmente na sua importância para a luta ideológica. Para Piglia, é necessário enfrentar a ideologia dominante em cada nível de sua totalidade concreta (a arte, a educação, a legislação) para construir uma verdadeira cultura nacional que enfrente a cultura dominante e a tradição burguesa (PIGLIA, 1965, p. 8-9).

Ainda de acordo com Piglia, cada movimento revolucionário deve buscar na sua própria realidade histórica a estratégia da ação revolucionária. O essencial do marxismo é analisar a realidade sem isolá-la do seu processo de formação, nem de suas relações com o sujeito que ela conhece, nem do conteúdo geral da totalização na qual ela se inscreve. Seria nesse interior dessa totalidade social que se entrelaçam os níveis de enfrentamento com a burguesia: “En la “formación económico-social” y no en el campo de una superestructura abstracta es necesario luchar por una nueva conciencia de lo real, superando los falsos planteos de autonomía o dependencia de la cultura con la “base económica”. (PIGLIA, 1965, p. 9). Possuir a visão dessa perspectiva histórica é o caminho que o intelectual possui para superar a falsa consciência, romper com a fratura intelectuais-realidade, elaborar uma cultura nacional e construir uma vanguarda revolucionária. Para Piglia, essa seria a grande tarefa de sua geração dentro do mundo intelectual da esquerda revolucionária: “si algo define a una generación es una problemática común, históricamente situada. Para nosotros (generación definida por el peronismo) se trata de inscribirnos en lo real, superar la falsa conciencia.” (PIGLIA, 1965, p. 9).

Nesse sentido, Piglia explica a importância da publicação de uma revista literária como uma forma do intelectual assumir a responsabilidade de que a literatura também é importante para os processos de transformações sociais. A literatura precisa ser entendida como um elemento relevante no processo de desmistificação e tomada de consciência. Sendo, além disso, um modo de significar (e não de refletir) a realidade através de uma práxis específica, que tem estruturas próprias e não tolera intervenção externa. Citando Lênin, Piglia vai afirmar: es indispensable asegurar la máxima libertad al pensamiento y a la fantasía, respetando las completas mediaciones entre literatura e ideología, entre literatura y sociedad.” (Piglia, 1965, p. 9). Além de descobrirmos a realidade com a literatura, a própria literatura é – ela também – uma realidade. Uma realidade irreduzível que solicita uma análise imanente, compreensível, que atenda, especialmente, a coerência de sua estruturação interna; que revele as mediações específicas entre essas estruturas e a concepção de mundo do autor, entre estilo e ideologia, sem confundi-los. Não é somente com a literatura que o intelectual vai transformar o mundo, mas é preciso também mudar junto com ela. Escrever, nesse sentido, também faz parte da luta por uma consciência ativa do real: “Y en esa lucha por una conciencia activa de lo real, será precisamente nuestra literatura la que se enriquecerá. No desde afuera, con el fantasma de una preceptiva, sino con la aparición de un nuevo mundo moral, de una nueva relación entre los hombres” (PIGLIA, 1965, p. 11).

295



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Na época de publicação da revista, Piglia escreveu algumas notas nos seus diários pessoais sobre a chegada do periódico e um pouco da recepção de alguns leitores. Em uma anotação de 6 de dezembro de 1965, Piglia revela que o objetivo do seu ensaio foi de fazer uma crítica às limitações do campo intelectual da esquerda sobre a realidade argentina: “O editorial que escrevi tenta fazer uma crítica aos estereótipos da esquerda. Sua inutilidade define um modo de ver o mundo. O peronismo parece ser o ponto cego do olhar histórico.” (PIGLIA, 2017, p. 216). Um segundo ponto que Piglia aborda em sua anotação é sua oposição à noção de “literatura engajada” que acarreta uma postura individualista. Para Piglia, trata-se, ao contrário, de pensar a literatura como uma prática social e ver sua função na sociedade. Por conta disso, Piglia decide se opor ao “compromisso sartreano” e o modo como Sartre enxergava a função (ou não função) da literatura: “A ideia sartriana de que toda obra individual deve responder à responsabilidade da arte é ridículo e paralisa qualquer ação. A pergunta de Sarte, o que pode *A náusea* diante de uma criança que morre de fome?, é moralista e sofisma.” (PIGLIA, 2017, p. 2016). Para Piglia, o que um homem (e principalmente um intelectual de esquerda) pode fazer diante da injustiça do mundo é unir-se a outros que procuram modos de agir não individuais: “Sair do eu e da consciência subjetiva, esse é o caminho de Marx e de Wittgenstein. Num caso é a classe, no outro são os jogos da linguagem que condicionam a ação política. A eficácia e – a resposta – não pode ser individual.” (PIGLIA, 2017, p. 216).

296

Apesar de deixar claro em seu ensaio alguns pontos dos seus posicionamentos, Piglia mostrou-se um pouco preocupado com as interpretações de algumas críticas e leituras do seu texto. Em uma anotação datada de 13 de dezembro de 1965, Piglia afirma: “Ninguém entende o critério que está na base do primeiro número: uma intervenção conceitual muito agressiva para sacudir o estado letárgico da cultura de esquerda, afim aos preconceitos “progressistas” com os quais rompemos (ou seja, a cultura do PC).” (PIGLIA, 2017, p. 220). As análises de Piglia sobre o fenômeno peronista também confundiram alguns leitores. Piglia, sendo assim, não se considerava um raivoso anti-peronista como muitos intelectuais de sua geração, entretanto, também não era um adepto do populismo de Perón: “Comento os efeitos culturais do peronismo e seus mitos com simpatia, mas é evidente que não sou peronista e não me deixo deslumbrar pelo pragmatismo” (PIGLIA, 2017, p. 220). Apesar de algumas críticas, Piglia continuou trabalhando em uma segunda edição da revista, como é observado em seus cadernos pessoais. No entanto, mais uma vez as rupturas da história política argentina impactariam a vida da classe dos intelectuais de esquerda no país. Com o golpe de Estado de 28 de junho de 1966, a conjuntura política ficou difícil para a continuidade desse projeto editorial, transformando *Literatura y Sociedad* em um periódico de somente uma edição. Em 4 de julho de 1966, Piglia escreve, então, a seguinte lamentação: “Quanto à revista, está claro que a situação política instalada com o golpe de Onganía impossibilitará a edição do próximo número. A universidade também foi afetada pelo golpe de Estado. Mais uma vez, será preciso começar tudo de novo” (PIGLIA, 2017, p. 269).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Os intelectuais entre a “consciência crítica” e a prática social

No ano de 1971, um evento em específico abalou o mundo intelectual internacional: a prisão do poeta Heberto Padilla pelo governo cubano e, posteriormente, uma questionável “autocrítica” escrita pelo poeta após este deixar a prisão. O “Caso Padilla”, como ficou conhecido, gerou muitas discussões entre a intelectualidade de esquerda na época. Em uma anotação datada de 28 de maio de 1971, Ricardo Piglia relata os impactos desse evento: “Todos os intelectuais de esquerda às voltas com o caso Padilla. Reunião na casa do Walsh para discutir uma possível carta aberta. Os liberais estão horrorizados com a violência stalinista contra a dignidade humana.” (PIGLIA, 2019, p. 262). Piglia, assim como grande parte dos intelectuais, se mostrou bastante crítico à prisão de Padilla. No entanto, Piglia discordou do modo como os intelectuais estavam tratando do assunto. Se por um lado, havia aqueles que concordavam com a atitude do governo cubano, por outro lado, os críticos do “Caso Padilla” faziam seus argumentos a partir de um moralismo liberal. Piglia, nesse sentido, tentava buscar um posicionamento distinto desses dois “polos”, algo que gerava discordância de todos os lados: “Crítico ao mesmo tempo o liberalismo dos intelectuais que querem ser protagonistas da história e as vacilações da cúpula revolucionária cubana parece impossível.” (PIGLIA, 2019, p. 262).

No decorrer dos meses, os impactos do “Caso Padilla” continuavam causando discussões no mundo intelectual. No mês de outubro daquele ano, uma pequena revista literária chamada “Nuevos Aires” convidou alguns nomes do círculo da intelectualidade argentina para debaterem sobre as consequências do “Caso Padilla” no mundo intelectual de esquerda. A discussão foi gravada e depois transcrita para ser colocada na sexta edição do periódico com o seguinte título “Intelectuales y Revolución ¿conciencia crítica o conciencia culpable?”. No debate, estiveram presentes os seguintes nomes: Noé Jitrik, Marcos Kaplan, Mauricio Meinares, Leon Rozitchner, Jose Vazeilles e Ricardo Piglia. No debate, Piglia retoma algumas críticas e ideias que estavam presentes em seu ensaio na revista “Literatura y Sociedad”. O principal argumento do escritor na “Nuevos Aires” era que havia na esquerda argentina uma ausência da problemática da luta de classes na análise da cultura, da literatura e da produção intelectual, resultando na ausência de uma perspectiva política verdadeiramente revolucionária que articulasse a prática intelectual com as lutas populares. Ao mesmo tempo, surgia uma conjuntura política que proporcionava novas possibilidades sobre o processo revolucionário argentino: as lutas da classe operária cordobesa, a aparição das guerrilhas, o fortalecimento do chamado peronismo de base e o trabalho de algumas organizações da esquerda revolucionária traziam novas realidades políticas que, nas palavras de Piglia: “han terminado por desplazar el eje no sólo en la discusión sobre la estrategia de la revolución, sobre los caminos y las vías al socialismo, sino también en las discusiones sobre el papel de los intelectuales y de la cultura en la revolución” (PIGLIA, 1971, p.13).

Mesmo com essa conjuntura revolucionária, grande parte da intelectualidade de esquerda possuía uma incapacidade de como lidar nesse tipo de situação. Para Piglia, certos escritores reproduzem na literatura as relações que a burguesia estabelece com o trabalho improdutivo

297



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



(trabalho improdutivo no sentido marxista, isto é, o que não produz mais-valia). Assim, por considerarem a literatura um trabalho improdutivo, esses escritores praticariam uma ideologia literária em definir suas funções não de acordo com suas relações com a luta de classes, mas com um certo “distanciamento” da estrutura de classes e da prática social. Essa seria, de acordo com Piglia, a ideologia da “negatividade” e os intelectuais que assinaram a carta de Paris sobre o “Caso Padilla” estariam unidos por essa ideologia. Uma ideologia que define os intelectuais como os “conscientes críticos” de qualquer sociedade cuja maior marca é a oposição entre cultura e política (ou, em outras palavras, entre intelectuais e sociedade) entendida como contradição fundamental. Uma oposição que, para Piglia: “sublima la lucha de clases, la verdadera contradicción antagónica de una sociedad, en beneficio de una oposición fantasmal entre la cultura y la política, entre los intelectuales y los políticos.” (PIGLIA, 1971, p. 14).

Em relação aos intelectuais que assinaram a “Carta de Paris”, Piglia enfatiza sua crítica à figura de Mario Vargas Llosa. O escritor peruano, no caso, seria o principal representante dessa ideologia praticada por certos intelectuais de esquerda que separam da prática social e atribuem a si mesmo o “monopólio” da consciência crítica sobre toda a sociedade: “Digo que Vargas Llosa sintetiza com gran claridad es a posición, porque él al mismo tiempo explicita la teoría del privilegio del intelectual como conciencia crítica y la teoría de los demonios del escritor.” (PIGLIA, 1971, p. 21). Para Piglia, apesar da “Carta de Paris” possuir assinaturas de vários intelectuais da Europa e dos Estados Unidos, como, por exemplo, Jean-Paul Sartre, Rossana Rossanda, Susan Sontag, Pier Paolo Pasolini, Italo Calvino e Simone de Beauvoir, os principais responsáveis pela manifesto foram os intelectuais latino-americanos que viviam em Paris e necessitavam do “aval” desses grandes nomes como uma garantia dos posicionamentos do texto, resultando em um caráter até mesmo eurocêntrico do documento. Nesse sentido, essa carta seria, para Piglia, a síntese do conflito de determinados intelectuais com a política, conflito que surge do fato de não levarem em conta a luta de classes em seus problemas específicos. Piglia, então, afirma: “Lo que digo es que en la crítica de los intelectuales que viven en París a la Revolución cubana hay un modelo de participación de los intelectuales en la política latinoamericana que yo niego y combato.” (PIGLIA, 1971, p. 22).

No decorrer do debate, ao falar sobre a criação de cultura revolucionária de esquerda, Piglia usa como exemplo a ser seguido a produção artística da vanguarda soviética dos primeiros anos do processo revolucionário: “Pensemos en la experiencia de la LEF, por ejemplo, y toda la producción artística en la URSS en tiempos de Lenin” (Piglia, 1971, p. 35). Segundo Piglia, existe um elemento importante ao estudar como os intelectuais soviéticos entendiam a relação entre poder político e os problemas da criação de uma cultura revolucionária, principalmente a partir da ideia de que essa cultura não é um trabalho exclusivo de uma elite de intelectuais, mas um resultado de uma prática desses mesmos intelectuais em conjunto às massas: “Yo creo que ellos ofrecen algunos caminos, habría que revisar el artículo de Ossip Brik publica en la “Lef” defendiendo el encargo social o pensar que el “Acorazado Potemkin” y “Octubre” son obras encargadas por el comité central del partido bolchevique.” (PIGLIA, 1971, p. 47). Nesse sentido, Piglia crer que é importante analisar as experiências

298



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



da revista literária *Lefe* dos intelectuais e artistas soviéticos da década de 1920, pois esse seria um dos momentos mais significativos na história da estética marxista, exemplo de uma relação criadora entre vanguarda política e vanguarda artística. Do mesmo modo, Piglia fala da importância da obra teatral e teórica de Bertolt Brecht. O dramaturgo alemão, no caso, foi herdeiro das experiências artísticas de Vsevolod Meyerhold, Sergei Tretyakov e Sergei Eisenstein, e o único durante os anos duros do Stalinismo manteve viva uma alternativa realmente produtiva da estética marxista. Seriam essas as experiências que a intelectualidade de esquerda argentina deveria discutir e tentar assimilar, sendo um importante caminho para a criação de uma vanguarda: “Hay que ver la actitud que tenían los intelectuales en ese momento, que era la actitud de ponerse al servicio de la vanguardia política y discutir con esa vanguardia la estrategia y la dirección de sua arte.” (PIGLIA, 1971, p. 48).

Além da vanguarda artística soviética, Ricardo Piglia também aborda os exemplos do marxismo chinês, principalmente a partir das ideias de Mao Tsé-Tung sobre a condução política. Para analisar as relações entre literatura e política dentro do marxismo, Piglia crê que são muito úteis as teses de Mao sobre a prática, sobre como se articulam na prática social a produção material, a luta de classes e o que timoneiro chinês aborda sobre arte e a experimentação científica. As três são práticas que possuem suas próprias leis e estão relacionadas com a instância da luta política e da direção do partido de vanguarda. Sendo assim, se a direção política é reformista ou contrarrevolucionária, fica evidente que toda estrutura política se deforma, como, por exemplo, a União Soviética depois da morte de Lênin. Para não haver esse desvio, é necessário entender a continuidade da luta de classes mesmo dentro das experiências de caráter socialista. A República Popular da China, no período da chamada “Revolução Cultural”, seria, para Piglia, o exemplo a ser seguido a medida em que sua direção reconhece a experiência e a prática das massas ao longo de sua história: “ha sido capaz de ligar con la revolución al conjunto de los intelectuales y ha sabido enfrentar las desviaciones burocráticas movilizand o a las masas como lo muestra la revolución cultural.” (PIGLIA, 1971, p. 51)

Sobre o papel do intelectual, Piglia aborda que a maneira de resolver a contradição da falta da prática social é pertencer às organizações revolucionárias: “La unica manera de romper con eso que vos llamás el cuerpo de derecha, la única manera de romper con la ideologia de la separación es ligarse al movimiento político revolucionário” (PIGLIA, 1971, p.61). Piglia usa os exemplos dos escritores Roldofo Walsh e David Viñas, que eram dois intelectuais que estavam ligados com o trabalho político e cultural. No caso de Walsh, era notória sua contribuição com a “Confederación General del Trabajo de los Argentinos” (CGTA). Sua obra literária mais recente até então, “¿Quien mató a Rosendo?”, que fora originalmente publicada no jornal da CGTA, seria, para Piglia, a obra mais importante da literatura argentina daqueles anos. É uma obra que nasceu diretamente da prática política de Walsh e que, nas palavras de Piglia: “Abre perspectivas teóricas, es a la vez literatura de testimonio y se p ueder leer como una novela, como un panfleto, como un análisis político y está ligada directamente a sua trabajo en la CGTA”[...] (PIGLIA, 1971, p. 64).

299



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Perto do fim do debate, Ricardo Piglia faz algumas de suas últimas considerações sobre a questão dos intelectuais e a política. Piglia fala que seu objetivo no debate foi enfatizar que se produziu uma “Nova Situação” na Argentina a partir dos eventos do chamado “Cordobazo”, ocorrido dois anos antes. Com o aprofundamento da luta de classes, novos problemas começam a ser vistos em relação à estratégia teórica dos intelectuais frente à cultura e à revolução. Nesse sentido, em um contexto marcado pela ascensão dos grupos armados, pelo peronismo de base e pelo trabalho da esquerda revolucionária junto com a classe trabalhadora, as respostas para essas novas problemáticas precisam ser, de alguma forma, também novas: “De allí que, a mí juicio, sea únicamente a partir de esta nueva situación como vamos a poder realizar nuestra práctica específica articulada. Con otras prácticas como una instancia concreta de la lucha política.” (PIGLIA, 1971, p. 73). Sobre a proposta que o periódico “Nuevos Aires” ao levantar um debate acerca da relação entre intelectuais e revolução, Piglia aborda que, mesmo com suas críticas, possui um grande respeito pelos intelectuais “progressistas” ou “anti-imperialistas” que não estão em organizações revolucionárias e que não consideram as questões relacionadas à revolução proletária as suas principais preocupações. Além disso, Piglia também afirma que a questão levantada pela revista sobre a “consciência” estaria mal formulada. Para o jovem escritor, a questão principal não seria o problema da “consciência”, mas sim o problema da prática social dos intelectuais. Sendo assim, Piglia finaliza “Es decir, no me parece que el problema de la conciencia sea el eje sobre el cual tengamos que poner la discusión.” (PIGLIA, 1971, p. 73).

Ricardo Piglia também faria breves comentários sobre sua participação nesse debate. Numa passagem de 7 de outubro de 1971, Piglia relata essa situação da seguinte maneira: “Ontem à noite, nova hecatombe, violenta discussão (gravada) com Kaplan, Jitrik, León e outros. Ficaram todos contra mim quando questioneei a autonomia da literatura, ou melhor, a ilusão de autonomia na literatura.” (Piglia, 2019, p. 287). Piglia afirma que essa é uma reação típica da esquerda liberal, que considera a cultura como um campo neutro, onde qualquer discussão sobre a condição concreta do trabalho intelectual faz com que esses intelectuais se unam em defesa de seus “feudos pessoais”. Sendo assim, nas palavras de Piglia, esses intelectuais: “[...] não estão preparados para enfrentar uma estratégia de vanguarda que procure intervir nas relações da arte com a sociedade (e não ao contrário: como a sociedade se vê na arte), ou melhor, qual a função da arte na sociedade.” (PIGLIA, 2019, p. 287).

Considerações finais

No final do debate na “Nuevos Aires”, ao se referir a uma fala de Noé Jitrik, Piglia faz a seguinte colocação: “Recuperando lo que dijo Jitrik respecto al problema de la experiencia de la década del 20 y la experiencia de Brecht, que son intelectuales ligados a la organizaciones revolucionarias.” (PIGLIA, 1971, p. 74). O dramaturgo alemão, para Piglia, seria o modelo ideal de intelectual que a esquerda dita revolucionária deveria seguir: alguém que pensa e organiza uma produção crítica e artística ligada à cultura de esquerda, porém, que ao mesmo tempo também esteja ligado às

300



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



organizações revolucionárias que visam a luta de classes como motor da história. Em outras palavras, alguém que se encontra tanto na vanguarda artística como na vanguarda política. Esse seria, então, o papel de um intelectual dentro dos processos de mudanças políticas, sociais e culturais. Tanto no ensaio de *Literatura y Sociedad* quanto no debate em “Nuevos Aires”, Piglia buscou formas de apresentar propostas que seriam a solução do problema dos intelectuais perante a realidade política argentina. Em 1965, mesmo com o surgimento da “Nova Esquerda”, ainda havia a necessidade de um rompimento dos intelectuais de esquerda com a “falsa consciência”. Era preciso entender que a luta cultural também era uma luta política, onde somente a atividade revolucionária poderia elucidar esse caminho. Alguns anos depois, no debate de 1971, dessa vez influenciado pelas leituras do marxismo chinês e da vanguarda soviética da década de 1920, Piglia aprofunda suas análises ao destacar ainda mais a questão da prática social dos intelectuais com as lutas populares. Além do empenho pela construção de uma cultura revolucionária de esquerda, o intelectual precisa pertencer às organizações revolucionárias. Esse seria, então, o caminho para que o intelectual deixasse de ter uma posição de inofensividade na sociedade.

Referências

ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. In: ADORNO, Theodor W. “**Notas de Literatura I**”. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual y leer textos”. In: PALTI, Elías José (org). “**Giro lingüístico**” e historia intelectual”. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

PIGLIA, Ricardo. “**Anos de Formação: Os diários de Emilio Renzi: 1**”. Tradução: Sérgio Molina. São Paulo: Todavia, 2017.

PIGLIA, Ricardo. “**Os anos felizes: Os diários de Emílio Renzi: 2**”, Tradução: Sérgio Molina. São Paulo: Todavia, 2019.

PIGLIA, Ricardo. “**Literatura y Sociedad**”. In: “**Literatura y Sociedad**” nº 1, Octubre/ Diciembre de 1965.

PIGLIA, Ricardo. “**Intelectuales y revolución ¿Conciencia crítica o conciencia culpable?**”. In: “**Nuevos Aires**” nº 6, Diciembre de 1971.

SIRINELLI, Jean-François. “**Os intelectuais**”. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. - 2a ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



AS MULHERES E OS ARQUIVOS DE CIENTISTAS: UM ESTUDO SOBRE A VISIBILIDADE FEMININA NA ORGANIZAÇÃO DE UM ARQUIVO PESSOAL DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST

Isabel Cristina Borges de Oliveira¹
Alfredo Tiomno Tolmasquim²

Introdução

Os arquivos pessoais refletem a vida de uma pessoa - o titular do arquivo - em determinado contexto social e político, bem como suas decisões sobre o que será preservado ou descartado, ou seja, como e a partir de quais aspectos quer ser lembrado. Além disso, os documentos também guardam informações sobre outras pessoas com as quais ele conviveu. No caso do arquivo de um cientista, pode incluir os colegas nas universidades e institutos de pesquisa, alunos, cientistas com quem colaborou ou que tinham interesse em seu trabalho, membros de associações científicas, entre outros. Eles registram tanto seus relacionamentos pessoais, como profissionais, que, muitas vezes, se misturam. Um arquivo pessoal “esconde” no meio do seu conjunto documental informações não só sobre o seu titular, mas sobre outras pessoas, que, por diferentes razões, não tiveram seus arquivos preservados ou suas trajetórias estudadas pela história.

A estrutura de organização, ou arranjo do arquivo, é uma das formas de fornecer visibilidade a alguns desses outros atores. Assim, por exemplo, uma organização baseada na tipologia documental tende a dispersar documentos relacionados a um determinado indivíduo em diferentes locais. No caso do arquivo pessoal de um cientista, por exemplo, referências a um determinado colega podem estar dispersas em dossiês referentes a cartões de Natal e felicitações, atividades pessoais, atividades institucionais, atividades científicas, atividades de ensino etc. Isso, evidentemente, dificulta encontrar informações sobre este outro cientista ou suas relações com o titular.

Os instrumentos de recuperação da informação são elementos importantes para dar visibilidade a terceiros. Eles não só facilitam, mas, muitas vezes, estimulam pesquisas, por indicarem correlações entre determinados documentos. Esses instrumentos são a porta de entrada dos usuários, que vão guiar suas pesquisas no arquivo.

O presente trabalho é fruto da crescente demanda dos historiadores, em particular dos historiadores da ciência, por melhor compreender o papel das mulheres na ciência, e da

302

¹ Bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas. iseabailcris@gmail.com

² Pesquisador titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins. alfredo@mast.br.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



consequente busca por documentos relativos ao tema nos arquivos. Ele se propõe a discutir formas de lidar com as seguintes questões: como dar mais visibilidade às mulheres cientistas durante o processo de descrição e indexação arquivística, e quais estratégias podem ser utilizadas na elaboração dos instrumentos de recuperação da informação para lançar luz sobre as mulheres cientistas presentes em arquivos em que elas não são as titulares?

Arquivo pessoal: espaço de construção de memória e de representação

O processo de construção da memória é repleto de lutas e disputas, que ocorrem, em grande parte, nos “lugares de memória” (NORA, 1993) ³, como os museus, monumentos, memoriais, arquivos, entre outros. Entre estes, têm especial significado os arquivos, pois, como afirma Theo Thomassen

Indivíduos e organizações também criam arquivos para não serem esquecidos. Diários, álbuns de fotografias e livros de visitantes são criados e mantidos para documentar, para posteridade, a história da pessoa ou da organização. Esta função de herança cultural, às vezes, é atribuída também a arquivos que não foram deliberadamente criados como lembrança de um passado ilustre. Uma parte pequena desses arquivos que, como o passar do tempo perderam sua função testemunhal, são preservados por serem considerados parte da herança cultural e fonte potencial para pesquisas históricas (THOMASSEN, 2006, p. 7).

303

No caso específico dos arquivos pessoais, este processo de construção da memória se dá em vários momentos. O primeiro deles é na própria decisão de preservar determinado arquivo, definindo o que merece ser lembrado e o que pode ser esquecido, pois, como afirma Jacques Le Goff, o que sobrevive do passado é fruto de escolhas (LE GOFF, 1996).

Em segundo lugar, está o processo de organização e descarte, quando a atenção se volta não mais para o fundo como um todo, mas para os documentos individualmente. No processo de avaliação, as decisões técnicas sobre o que será preservado nos arquivos estão relacionadas com a definição de valor, conforme Theodore R. Schellenberg (2002). Segundo ele, todo documento tem um valor primário, que se reveste da noção de uso para a tomada de decisão administrativa, e pode vir a ter um valor secundário, que o reveste da noção de múltiplos usos. Em outras palavras, o valor secundário pode ser visto como o *locus* de transição da memória vivida para a memória historizada.

E, por fim, no processo de descrição e recuperação da informação, quando determinados aspectos, fatos, pessoas etc. ganham luz - ou se escondem - no meio da massa documental. Como afirma Heloísa Liberalli Bellotto,

³ Ver também Artières, Philippe. *Espaces d'archives. Lieux d'archives. Sociétés et Représentations*, Paris, nº 19, Avril 2005.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Os instrumentos de pesquisa são vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas às hipóteses de trabalho, o historiador passa para o como e o onde. [...] a localização dos testemunhos [...] o material de interesse é dado aos historiadores pelos arquivistas, através dos chamados instrumentos de pesquisa [...] (BELLOTTO, 2014, p.291).

Na descrição arquivística, mesmo considerando o arcabouço técnico-científico, a questão autoral está presente, visto que é o profissional de referência que irá produzir este instrumento. Segundo Elizabeth Yakel, a representação arquivística “é uma prática natural, evolutiva e socialmente construída” (YAKEL, 2003, p.2, tradução nossa). A descrição e a indexação arquivística são elaboradas por um agente inserido em uma época e que sofre influência dela. O instrumento de pesquisa, além de representar a vida do titular do arquivo, reflete a cultura da instituição custodiadora, ou seja, a forma como o arquivo será organizado, descrito e indexado, e revela o imaginário que se construiu à época da organização do arquivo.

Por meio do processo de escolha das informações para a definição dos pontos de acesso, os arquivistas revelam e ocultam, transformando os instrumentos de busca em declarações políticas (YAKEL, 2003, p.20, tradução nossa).

304

Nesse sentido, a construção de um inventário é a representação de um tempo, e se constitui numa resposta à demanda de seus usuários. Assim, as decisões sobre a preservação de um arquivo pessoal, a forma como será organizado e como e quais informações serão disponibilizadas, por mais que se revistam de uma roupagem técnica, têm, necessariamente, um forte elemento político. Elas refletem as questões que estão sendo discutidas na época, e expressas, muitas vezes, pelas demandas dos usuários, ou na pergunta: que história é essa?

Gênero e história da ciência

No caso da história da ciência, é notório o aumento do interesse pelas questões de gênero. Em 1981, durante o Congresso Internacional de História da Ciência em Bucareste, Romênia, foi criada a *Commission on Women and Gender in History of Science, Technology and Medicine* da *Division of History of Science and Technology* (DHST) da *International Union of History and Philosophy of Science and Technology* (IUHPST), que tem mantido encontros regulares desde então. No Brasil, no último Seminário Nacional de História da Ciência, realizado em 2024, em Salvador, Bahia, havia 63 trabalhos que abordavam, de alguma forma, a questão de gênero. No caso específico da física, a *International Union of Pure and Applied Physics* (IUPAP) tem se dedicado tanto à história como à situação atual das mulheres na física. Em sua Assembléia Geral, em 1999, foi criado o Grupo de Trabalho de Mulheres na Física. Pouco depois, em 2002, foi realizada a *First IUPAP International Conference on Women in Physics*, onde foram analisadas as barreiras que as mulheres enfrentam para ingressar na física. No caso brasileiro,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Marília Caldas e Marcia C. Barbosa (2002) traçaram um panorama sobre a questão do ensino da ciência e da educação feminina no Brasil desde o período colonial. Segundo as autoras

[...] Durante o tempo em que o Brasil era uma colônia de Portugal (até 1822) e durante os primeiros 50 anos após sua independência, a maioria das famílias ricas educou seus filhos em Portugal, onde as primeiras escolas para meninas foram abertas em 1815 e as mulheres não foram permitidas em universidades até 1879. [...] estudar fora do Brasil nunca foi uma prioridade para as famílias brasileiras, então as mulheres realmente tiveram acesso ao ensino superior apenas quando nossa primeira universidade foi aberta em 1912. [...] elas prefeririam entrar nas humanidades. Hoje, a proporção de estudantes de graduação do sexo feminino em física é de apenas cerca de 25% (CALDAS; BARBOSA, 2002, p.1, tradução nossa).

Durante esta conferência, ocorreram várias recomendações e resoluções, incluindo a ampliação da participação de mulheres nas comissões e conselho da *IUPAP* (SAITOVITCH; BARBOSA; LIMA, 2015, p.248-249). Em 2004, ocorreu a I Conferência Latino Americana de Mulheres nas Ciências Exatas e da Vida, no Rio de Janeiro, organizada pela física Elisa Maria Baggio Saitovitch. Um ano antes, em 2003, foi criada a Comissão de Relações de Gênero da Sociedade Brasileira de Física e, em 2005, o Programa Mulher e Ciência do Governo Brasileiro (SAITOVITCH; LIMA; BARBOSA, 2015). Também em 2005 ocorreu, no Rio de Janeiro, sob a coordenação de Saitovitch e Barbosa, a *II IUPAP International Conference on Women in Physics*⁴ (IUPAP-CONFERENCE, 2005). Desde sua criação, a conferência vem ocorrendo em diferentes países e, em 2023, foi realizada virtualmente na Índia.

305

Mulheres cientistas

Esse interesse no tema não é sem razão. Historicamente, as mulheres têm enfrentado grandes desafios para conseguir reconhecimento em vários campos do conhecimento, entre eles, a física. Por exemplo, a prestigiada Universidade de Harvard só começou a aceitar mulheres no doutorado em física em 1973, enquanto que a de Princeton apenas em 1975. Até então, elas eram proibidas de se matricular. Evelyn Fox Keller, física, escritora e ativista feminista americana, em seu artigo *Women in science: an analysis of a social problem*, publicado em 1974, abordou “a diferença que fazia ser uma mulher na ciência” (ROCHA; KELLER, 2022, p. 731). Pouco tempo depois, em 1977, publicou um artigo falando da sua experiência e das dificuldades enquanto estudante de doutorado em Harvard. Mais recentemente, Kariane Camargo Svarcz (2017) se pronunciou de forma enfática: “para falar em gente que pisa em regras, que tal falarmos de mulheres cientistas? A inserção das mulheres na ciência foi sempre um pisar em regras. As mulheres na física que o digam” (SVARCZ, 2017, p. 1).

⁴ Para saber mais sobre a conferência ver <https://cbpf.br/women-physics/>





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Um estudo realizado a partir das bolsas e auxílios concedidos pelo CNPq no período de 1951 a 1973 mostrou que, dos 853 físicos identificados, apenas 14% eram mulheres. Segmentando a análise, verificou-se que a proporção de mulheres nas funções de orientadoras, professoras ou pesquisadoras caiu para 8% em relação ao total dessa categoria. (TOLMASQUIM e DOMINGUES, no prelo).

A percepção desse crescente interesse das pesquisadoras e pesquisadores sobre o papel das mulheres na física trouxe novas questões durante a organização do arquivo pessoal do físico Jayme Tiomno, sob custódia do Arquivo de História da Ciência (AHC) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

O Arquivo de História da Ciência preserva documentos de várias instituições e associações científicas, como o Observatório Nacional; Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil e Associação Brasileira de Astronomia, além de 45 fundos de cientistas,⁵ principalmente das áreas das ciências exatas e da natureza, abarcando documentos desde o século XIX. Um levantamento realizado para esta pesquisa mostrou que 14 desses fundos particulares são de físicos, correspondente a 31% do total. Porém, somente dois deles são referentes a físicas mulheres: Elisa Frota-Pessôa e Susana Souza Barros.

A Tabela 1 mostra o número de fundos particulares de cientistas homens e mulheres em cada área do conhecimento, em função do campo principal de atuação do titular.

306

Tabela 1 - Arquivos pessoais por área de pesquisa e/ou atuação profissional

Área de pesquisa e/ou atuação profissional	Pesquisado r	Pesquisador a	Total
Arqueologia/Antropologia	1	1	2
Engenharia	10	0	10
Física	12	2	14
Historiador da ciência	1	0	1
Matemática	4	2	6
Medicina	1	0	1
Mineralogia	2	0	2
Ornitologia	1	0	1
Química	4	4	8
Total	36	9	45
Porcentagem	80%	20%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 1 representa o passado predominante masculino no campo das ciências. A quantidade de arquivos de cientistas mulheres custodiados pelo AHC é de 20%, enquanto que, no caso da física, essa proporção é ainda menor: 14%.

⁵ Levantamento feito em 2024.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Jayme Tiomno, titular do arquivo que suscitou esta pesquisa, foi um dos pioneiros da física no Brasil, formado em 1943 pela antiga Universidade do Brasil, e é considerado um dos físicos mais proeminentes que o país já teve. Ele participou ativamente na construção do que hoje é chamado de Modelo Padrão de Física de Partículas, a versão globalmente aceita sobre as forças e a dinâmica das partículas no núcleo atômico. Seus estudos o levaram a ser indicado para o prêmio Nobel de Física. Posteriormente, deu importantes contribuições também para o entendimento da dinâmica dos buracos negros. O arquivo de Tiomno, sob custódia do AHC do MAST, tem aproximadamente 16 metros lineares de documentos, e começou a ser organizado em 2022. Durante a pesquisa arquivística feita para conhecimento do titular e do conteúdo do arquivo foram identificadas documentos relativos a várias físicas, como Elisa Frota-Pessôa (sua esposa e também física); Sarah de Castro Barbosa; Cécile Dewhitt-Morette; Elisa Maria Baggio Saitovitch, dentre muitas outras. Em meio às correspondências, foram identificadas discussões não somente sobre temas científicos, mas também sobre a formação acadêmica dos cientistas, dentre eles mulheres. É o caso de Regina Célia Arcuri e Miriná Barbosa de Sousa Lima.⁶

Numa análise dos inventários de dois outros físicos, Jacques Abulafia Danon e Hervásio de Carvalho, também sob guarda do AHC, foi possível identificar documentos referentes a várias mulheres cientistas que não constam no seu arranjo, nas descrições ou nos índices onomásticos. Podem ser citadas como exemplos as cientistas Diana Flora Gutterman, Ana Helena Pacheco Moreira e Lygia Donadio Barbosa. Há ainda casos de físicas, como os de Neusa Margem Amato, Anna Maria Freire Endler, Diana Josefina Rosa Guenzburger e Elisa Maria Baggio Saitovitch, que aparecem em mais de um fundo, o que permite identificar diferentes aspectos de suas trajetórias. Mesmo no caso de um inventário analítico, que, em princípio, tem uma descrição mais detalhada, há informações importantes sobre mulheres na ciência, as quais precisam ganhar visibilidade para os pesquisadores da documentação. Um exemplo é uma correspondência enviada pelo físico José Leite Lopes a Jayme Tiomno, em 1948, em relação ao pedido negado para uma bolsa de estudos pela Rockefeller Foundation à Elisa Frota-Pessôa, esta não dava bolsas a moças, pois, segundo eles, poderiam casar e largar a pesquisa.⁷

A partir do contexto aqui mencionado, emergiu a questão: como dar visibilidade às físicas mulheres presentes nos documentos do referido arquivo?

307

⁶ Este estudo foi iniciado a partir do Projeto *Institucionalização de Arquivos Pessoais: identificação, tratamento e acesso a novas fontes para a história da ciência, do MAST*, que tinha como objetivo a organização do arquivo para posterior acesso. Atualmente, está inserido no Grupo de Pesquisa Constituição do Campo da Física no Brasil do Museu de Astronomia e Ciências Afins, na linha de pesquisa Organização e recuperação da informação em arquivos de cientistas.

⁷ José Leite Lopes, Rio de Janeiro, para Jayme Tiomno, Princeton, 01/11/1948, Arquivo Jayme Tiomno, Acervo MAST.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Dando visibilidade às mulheres cientistas nos arquivos de cientistas

A análise dos arquivos de Tiomno, Danon e Carvalho permitiu identificar algumas ações que podem ajudar a lançar luz sobre a presença de mulheres físicas nos arquivos pessoais.

Em primeiro lugar, identificou-se que a utilização comum de abreviações para o primeiro nome e os nomes intermediários nos índices e nas referências bibliográficas ajuda a ocultar o gênero do autor ou da pessoa citada. Isso torna necessário a utilização, ao menos nos nomes de mulheres, do nome completo, sem abreviações, mesmo que seja necessário fazer uma pesquisa adicional para complementar a informação ou mudar determinadas normas.

Outro ponto é a utilização de termos genéricos na descrição, como cientistas, pesquisadores, professores, estudantes etc. Quando da presença de mulheres no documento ou dossiê é importante que isso seja refletido na descrição, como, por exemplo: homens e mulheres cientistas, pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, homens e mulheres estudantes etc.

O processo de descrição de um arquivo deve ser o mais preciso possível com relação às informações. Nesse sentido, os inventários analíticos, onde a descrição é mais pormenorizada, pode ser considerado o “mundo ideal”. No entanto, nem sempre isso pode ser feito, em função de diferentes fatores, como a política de descrição da instituição, o tamanho do arquivo e o número de profissionais envolvidos. Por exemplo, o arquivo pessoal de Jayme Tiomno, em função de sua dimensão, demandaria uma equipe enorme ou um tempo muito longo para que pudesse ser realizada uma descrição detalhada. Numa descrição sumária, as informações presentes serão fruto de escolhas sobre o que se pretende dar visibilidade e o que se considera que pode permanecer oculto. Nesse sentido, a fim de lançar luz sobre as mulheres nos arquivos pessoais de cientistas, precisamos, ao longo do processo descritivo, desde a descrição do nível fundo até o último nível adotado, nos ater à utilização de termos que indiquem ao usuário que no conjunto documental há informações que podem ser úteis a sua pesquisa.

Em suma, quando não for possível optar pela descrição em nível de item documental, a referência às mulheres cientistas deve constar na descrição das séries, subséries e dossiês. Também ao longo do processo descritivo é possível indicar nos tipos documentais se há documentos referentes a mulheres como, por exemplo, currículo de pesquisadora, memorando de contratação de professora, carta de recomendação para alunas, relação de estudantes homens e mulheres, etc.

Outra iniciativa para ampliar a visibilidade feminina é indicar na descrição e no índice o nome das mulheres que aparecem no dossiê. No caso específico dos índices onomásticos sugere-se a criação de uma seção específica para o nome das mulheres cientistas, fornecendo destaque a elas.

Ao buscar dar visibilidade às mulheres cientistas por meio dos pontos de acesso, os índices ganham especial importância por ser uma porta de entrada para se chegar às descrições e, conseqüentemente, ao documento almejado. Isso significa dizer que se faz necessário definir

308



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



metodologias de indexação que tenham como preocupação acabar com a invisibilidade feminina nos arquivos, tanto no índice onomástico quanto no de assunto.

Conclusão

A pesquisa, ainda em fase inicial, está demonstrando a necessidade de se debruçar sobre a questão de gênero no que se refere à organização, descrição e indexação dos arquivos de cientistas, a fim de definir estratégias que minimizem a invisibilidade feminina. Ela também vem demonstrando que há inúmeras informações sobre a vida das cientistas, que podem se complementar a partir de diferentes arquivos, ajudando a traçar sua trajetória pessoal e profissional.

O Arquivo de História da Ciência do MAST utiliza a descrição sumária, complementada por índices. Mas, mesmo as organizações documentais detalhadas precisam buscar soluções para dar visibilidade às mulheres cientistas presentes na documentação.

Esta pesquisa tem demonstrado a necessidade de continuação, a fim de traçar um panorama mais completo sobre a questão, e poder corroborar as estratégias levantadas ou mesmo definir outras com o objetivo de retirar as cientistas da invisibilidade e facilitar e estimular o usuário que pesquisa sobre gênero na ciência a alcançar mais fontes de pesquisa.

Dar visibilidade ao papel das mulheres na ciência de forma a reconhecer essas trajetórias e estimular meninas a seguirem o mesmo caminho é um processo de construção de memória. Para lançar luz sobre algo que tem permanecido escondido não basta seguir os procedimentos técnicos padrões. Este é um processo de lutas e disputas, que demanda estratégias e ações.

309

Referências

BARBOSA, Márcia C.; LIMA, Betina S. Mulheres na física do Brasil: E por que tão poucas? E por que tão devagar? *In*: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013. 304 p. Disponível em: <<http://tedis.unb.br/images/pdf/YannoulasLivroTrabalhadorasFinalCompleto.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2024, p. 69-86.

BELLOTO, Heloísa L. O sentido da descrição documental. *In*: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p.290-305.

IUPAP-CONFERENCE. **II IUPAP International Conference on Women in Physics**. Rio de Janeiro, Brasil, 2005. Disponível em: <https://cbpf.br/women-physics/>. Acesso em: 21 jun. 2024

LE GOFF, Jacque. Documento/Monumento. *In*: **História e Memória**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1996. p. 535-553.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



KELLER, Evelyn Fox; ROCHA, Gustavo Rodrigues; ROCHA, Luana Fonseca da Silva. Ciência e gênero, feminismo e história das ciências: entrevista com Evelyn Fox Keller. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 29, p. 725-735, 2022.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Arquivo Jacques Danon**: inventário sumário. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 1999. 278p.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Arquivo Hervásio de Carvalho**: inventário. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. 187p

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Arquivo Jayme Tiomno**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins [em fase de organização].

NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo. PUC-SP, n.10, p.7-28. Dez. 1993.

SAITOVITCH, E. BARBOSA, Márcia C.; LIMA, Betina S. Mulheres na Física: uma análise quantitativa. In: SAITOVITCH, Elisa Maria Baggio ET al. **Mulheres na Física**: casos históricos, panorama e perspectivas. São Paulo: Livraria da Física, p. 270, 2015, p.245-259.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**. FGV Editora, 2002.

SIQUEIRA, Rogério Monteiro de; BARRETO, Renilda; BONAVENTURA, Isabella (orgs.). 19 Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Salvador, 2024. **Caderno de Resumos...** São Paulo: SBHC, 2024.

SVARCZ, Kariane Camargo. Além de um simples jaleco branco: experiências femininas na Física. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's World Congress. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017, p.1-12

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, jan/jun, p. 5-16, 2006.

TOLMASQUIM, Alfredo T.; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. **Constituição do campo da física no Brasil a partir das bolsas e auxílios concedidos pelo CNPq**. A ser publicado.

YAKEL, Elizabeth. Archival representation. **Archival Science**, v. 3, p. 1-25, 2003.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TÃO LONGE E TÃO PERTO: O VISCONDE DE ASSECA, AGENTES DA COROA E OS MORADORES NA DISPUTA PELO PODER DA CAPITANIA DA PARAÍBA DO SUL (1725-1730)

Jorge L. Miranda Leite¹

As primeiras décadas do século XVIII foram bastante movimentadas. Na Europa, a Inglaterra se reequilibrava após um século de guerras intestinas que culminaram no estabelecimento de uma monarquia parlamentar. A França se impunha como potência sob o governo do célebre Luís XIV. A Espanha vivia uma crise sucessória no trono que envolveu em uma guerra várias forças do continente. Já muito distante dos seus anos de glória, Portugal experimentava uma nova expectativa de grandeza com a descoberta de metais preciosos na sua principal possessão ultramarina, que em contrapartida aumentava o temor da cobiça estrangeira.

Do outro lado do Atlântico, o ouro impactava profundamente a América portuguesa. Deslocava seu eixo econômico da região que atualmente denominamos como nordeste para o sudeste, atraía enorme afluxo de pessoas para uma área até então pouco habitada, gerava uma nova dinâmica econômica interna e, sem dúvida, desafiava a monarquia lusa a estabelecer um modo de governar que desse conta dos novos desafios. A Coroa portuguesa lidava com velhas ameaças - ataques estrangeiros, como da França no Rio de Janeiro (1710-1711) - e outras novas, ou nem tanto, - a Guerra dos Emboabas (1707-1709), Guerra dos Mascates (1710-1711) e a Revolta de Vila Rica (1720).

Alheia a tudo isso, em uma região do Império português considerada de menor interesse para a Coroa, ao menos sob os aspectos políticos e econômicos, a capitania da Paraíba do Sul enfrentava suas próprias questões. Seus moradores lidavam com problemas e interesses bastante específicos. Quando digo “alheia” não se trata de desprezar absolutamente o contexto. Ao contrário, sem ele a história não faria sentido. Justamente transformações no jogo político e econômico global estimularam o Império português a buscar novos rumos em sua governança que impactariam, por exemplo, a relação com capitanias como a Paraíba do Sul. O que pretendo dizer é que, em seu microcosmo, os moradores daquela região enxergavam sua situação como prioritária e central. O que importava o Parlamento inglês? Qual a diferença se o próximo rei da Espanha seria Bourbon ou Habsburgo? O que teriam a ver com o Tratado de Utrecht? Qual a relação com os conflitos entre Recife e Olinda? Quem se importava com o tal Felipe dos Santos? Provável que a maioria nunca tenha tomado conhecimento sobre tais acontecimentos. Não quer dizer que esse contexto em nada os afetasse. Em maior ou menor grau, tais fatos geravam reflexos que tocavam, geralmente de forma indireta, regiões mais afastadas. Contudo, tais questões passavam ao largo.

¹ Doutorando pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Professor do Colégio Pedro II. E-mail: jmirandaleite@yahoo.com.br





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Tão longe

“Capitania da Paraíba do Sul” e “Campos dos Goitacases” são algumas das designações que aparecem na documentação até o início do século XIX para se referir genericamente a vasta área do atual Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Suas origens remontam ao período das Capitânicas Hereditárias, quando D. João III doou a região em 1536 a Pero de Gois da Silveira como “capitania de São Tomé”. Essa primeira tentativa de colonização não foi bem-sucedida. Retomada pela Coroa no início do século XVII, a região foi solicitada em 1627 por sete capitães – por serviços prestados na defesa do Rio de Janeiro – com o intuito de criar gado para abastecer os engenhos do recôncavo da Guanabara. Como precaução contra perigos estrangeiros, que suspeitava ainda pairar sobre a cidade do Rio de Janeiro, Lisboa enviou instruções para que o governador Martim Correia de Sá distribuisse sesmarias na região dos lendários índios goitacás, para que assim fosse devidamente ocupada. Cabe dizer que na prática não foram os próprios capitães que ocuparam as planícies de Campos, mas sim seus arrendatários – não teriam sido poucos os interessados em explorar aquelas terras férteis e de boas pastagens.

Todavia, no ano de 1652 o governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, general que se destacara na retomada de Angola e São Tomé e Príncipe das mãos dos holandeses, começou a estabelecer seus interesses em Campos dos Goitacazes. Em 1674 conseguiu junto ao rei a doação da capitania, finalmente com o nome de Paraíba do Sul, para seus herdeiros Martim Correia de Sá, primeiro Visconde de Asseca, e João Correia de Sá. Charles Boxer destaca que o desejo de Salvador Correia de Sá de acrescer bens para sua família parecia insaciável. E não apenas poder econômico, mas também político. Na década de 1670 o velho general ocupou uma cadeira no prestigiado Conselho Ultramarino tendo “muitas oportunidades de influenciar a política do governo”. (BOXER, 1973, pp. 391-396) Decerto, a família Correia de Sá e Benevides soube aproveitar suas oportunidades e tornou-se poderosa. Suas ambições trariam profundos desdobramentos para a capitania da Paraíba do Sul e seus moradores.

Como cumprimento às exigências da doação, em 28 de março de 1677, agentes do donatário fundaram a Câmara da vila de São Salvador. A recém-criada instância municipal logo seria convertida em espaço de combates acirrados. Principalmente entre os partidários dos Assecas e aqueles senhores residentes, que se consideravam prejudicados pelas prerrogativas concedidas pela Coroa ao donatário absenteísta e pelas medidas adotadas por seus procuradores. A Câmara ainda viveria constantes atritos com outros importantes atores locais: os padres beneditinos e jesuítas. Como se percebe, será esse, a partir de então, um tempo de conflitos territoriais na região. Aliás, o clima de instabilidade teria sido um dos principais fatores para que, a despeito das terras férteis, tenha predominado a criação de gado, ao menos no primeiro século de ocupação.

312



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Vale ressaltar ainda que tais disputas não opunham os ricos donatários ao “povo”, ao contrário, era uma luta entre potentados. Como apontado por Sheila Faria, se de um lado havia grandes proprietários (muitos deles absenteístas) e ordens religiosas, do outro estavam produtores ricos (ou enriquecidos) – proprietários ou não das terras que ocupavam – que aspiravam o uso das terras longe de constrangimentos e livres de taxas consideradas por eles abusivas. Ademais, muitos desses terratenentes locais ambicionavam ocupar as instâncias políticas locais, nomeadamente os postos camarários, em busca de uma distinção social que para além do poder lhes possibilitasse a consolidação de suas redes de influência. (FARIA, 1998, p. 32) O interesse em fazer parte dos ofícios camarários se explica porque, além de prover reconhecimento social, também dava acesso ao poder de decisão sobre o governo econômico local. No mundo efetivamente vivido pelos campistas, as pessoas preocupavam-se com o direito à terra, com a propriedade do gado, os impostos considerados abusivos, a intromissão de um donatário absenteísta, o estabelecimento de posições no poder local, etc. Essas questões afetavam diretamente os moradores da capitania e os movia em suas estratégias de negociação e posicionamento em relação aos centros de poder, estivessem eles no Rio de Janeiro ou em Lisboa.

Refiro-me ao Rio de Janeiro e Lisboa como “centros do poder” porque um fator peculiar à administração do Império Português foi uma certa confusão no que tange as jurisdições. As legislações que tratavam sobre as Câmaras foram ao longo do tempo as Ordenações Afonsinas (de 1446), depois as Ordenações Manuelinas (1521) e a que regeu a maior parte do período colonial, as Ordenações Filipinas (1603) com suas atualizações e adendos ao longo do tempo. Havia muitos pontos obscuros que abriam brechas para interpretações e disputas de jurisdição e entre as elites. Além disso, alguns pontos ficavam reservados para decisões do monarca ou de autoridades metropolitanas próximas a ele. Ainda que a legislação que regia as instituições municipais fosse comum, dentro ou fora do reino, as peculiaridades acabavam determinando as práticas. Principalmente no ambiente da América portuguesa que possuía um contexto mais complexo que as demais regiões coloniais, nas quais predominavam quase exclusivamente atividades comerciais.

As relações entre o centro lisboeta e as longínquas paragens pertencentes a Portugal – algumas distando de quase um ano de viagem de navio – suscitaram muitos estudos nas últimas décadas. Múltiplos temas e abordagens inquietam pesquisadores acerca do grau de centralidade do poder metropolitano, os níveis de liberdade dos territórios portugueses, o papel das autoridades régias e as redes de poder, as possibilidades usufruídas pelas elites locais, entre outros pontos instigantes.

Entretanto, não resta dúvida no tocante à relevância das Câmaras municipais e da administração local na América colonial. Não por acaso, muitos trabalhos se dedicaram ao estudo dessa instituição, abordando vários aspectos e conexões. A dinâmica da política local era vital para o funcionamento orgânico do Império. Por isso, entender esse espaço onde a letra das decisões palacianas se encontrava com a crueza da vida ordinária local desafia o olhar para a complexidade das relações de poder.

313



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Perda e regresso dos Asseca nas primeiras décadas do século XVIII

A casa dos Asseca governou sua donataria na América sempre à distância por meio de seus representantes. Porém, o 3º Visconde, o jovem Diogo Correia de Sá e Benevides, dedicava ainda menos atenção às terras da Paraíba do Sul. A região vivia uma calma artificial. A exceção ficaria a cargo de eventuais atritos entre a Câmara e os beneditinos. Essa paz seria interrompida no ano de 1709. Nesse ano o Visconde decidiu vender para o prior Duarte Teixeira Chaves todas as fazendas livres e de morgadio que ele possuía no Rio e em Campos, a capitania da Paraíba do Sul e a alcaidaria-mór do Rio de Janeiro, com a qual ele acabara de ser agraciado pelo rei. Esse negócio guardava uma série de fragilidades que lhe causariam problemas mais adiante. A capitania da Paraíba do Sul ainda não se encontrava formalizada por carta de doação, uma vez que a transmissão do domínio sobre a mesma não era automática. Além disso, a venda fora realizada sem a anuência da esposa do Visconde e sem a aprovação régia.

De posse da escritura duvidosa o prior de Chaves embarcava para o Brasil em 1710. Apesar das fragilidades mencionadas, não teve dificuldade para conseguir a provisão para tomar posse da capitania porque o governador do Rio de Janeiro, que lhe passou a provisão, era seu tio, Francisco de Castro Moraes. Assim, em 17 de dezembro daquele ano, o prior se apresentava para tomar posse na vila de São Salvador. Os oficiais da Câmara tão pouco questionaram a documentação que o mesmo portava. Logo, começou a exercer o papel de donatário provendo os postos e ofícios. De posse das fazendas do Visconde, tratou de romper arrendamentos e expulsar rendeiros. O tempo de paz havia acabado. O próprio capitão-mor em exercício, Diogo Fernandes Castanheira, que também era reneiro, além de demitido do posto foi expulso do arrendamento. O novo capitão-mor nomeado foi Domingos Alvares Pessanha. Membro de uma importante família local conduziu seus parceiros aos postos de comando e iniciou-se um tempo de pesados, e sangrentos, conflitos com os antigos aliados do Visconde. Duarte Teixeira Chaves, voltou para o Rio de Janeiro e vendeu boa parte de suas terras na Paraíba do Sul para várias pessoas, sendo o que comprou o maior quinhão o próprio Domingos Alvares Pessanha.

Observando o que se passava, e provavelmente procurado por moradores da Paraíba do Sul afetados pelas ações do pretense novo donatário, o Ouvidor do Rio de Janeiro, dr. Roberto Carr Ribeiro, achou por bem pedir instruções ao rei, enviando-lhe carta em 30 de janeiro de 1711. O Procurador da Coroa foi ouvido e foi de opinião de que Duarte Teixeira Chaves era pernicioso para a colônia e que deveria ser chamado o mais rápido possível para prestar contas em Lisboa, por esses e outros abusos. Era também de opinião que o Visconde agira mal ultrapassando uma jurisdição que não lhe cabia e que, por tal, a capitania deveria ser sequestrada pela Coroa. Nessa direção, em 8 de novembro o Conselho Ultramarino manifestava sua concordância com o Procurador.

Duarte Teixeira Chaves embarcaria para Lisboa, em 1713, quando assumira o governo do Rio de Janeiro Francisco de Távora. Mesmo em Portugal o prior mantinha contato, por meio

314



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



de seus representantes, com os compradores das propriedades buscando convencê-los de que nada mudava em relação às vendas por ele feitas, na medida em que o Visconde de Asseca já havia sido pago. Poderiam ficar tranquilos e gozar com segurança de suas novas propriedades. Mais tarde alguns documentos atribuiriam a raiz de todo o ódio contra o donatário ao interesse em terras e posições obtidos pelas mãos desautorizadas do prior de Chaves.

O sequestro foi, finalmente, realizado pelo Ouvidor Dr. Luis Fortes Bustamante Sá, em 29 de junho de 1713. Em reunião camarária na vila de São Salvador registrava-se que a capitania estaria desde então sob controle da Coroa e os postos e ofícios da governança deveriam ser chancelados pelo governo do Rio de Janeiro.

Observe-se os impactos sofridos na região pela intervenção do prior em 1709 e quatro anos depois por sua saída. Quantos homens foram destituídos de suas posições? Quantos foram alçados a postos e logo a seguir retirados deles? Quantas propriedades fundiárias foram ocupadas ou mudaram de mãos? Outro ponto importante nessa resolução registrada em reunião camarária foi a determinação da jurisdição do Rio de Janeiro sobre a Paraíba do Sul. Esse era um temor do velho general Salvador Correia de Sá desde que a capitania fora doada aos seus descendentes. A curta duração do domínio de Duarte Teixeira, geraria desdobramentos pelas décadas seguintes como se verá mais adiante.

Em Portugal, o Visconde de Asseca tomara conhecimento sobre as vendas procedidas pelo prior e buscava, amigavelmente, tratar alguns ajustes no negócio. Como as conversas não foram bem-sucedidas, o Visconde solicitou licença ao rei para enviar seus dois filhos, Martim Correia de Sá e Luís José Correia de Sá, para o Rio de Janeiro, a fim de cuidar dos seus bens. Foi um longo período de articulações políticas. Finalmente o Conselho Ultramarino deu parecer favorável. Logo Duarte Chaves representaria ao rei contra a licença, alegando estar sendo prejudicado. Reclamava que o Conselho Ultramarino não deveria ter assentido com tal licença. Em 13 de maio de 1722 o Conselho refutava a representação do prior considerando justo e razoável que Martim Correia de Sá fosse ao Brasil representar os interesses de seu pai. Porém, alguns membros do Conselho defenderam que o Visconde e seu filho assinassem um termo em que se comprometessem em respeitar a posse de Duarte Teixeira até que a justiça julgasse o litígio existente entre essas partes. Uma semana depois o rei aprovava o parecer do Conselho, incluindo o apontamento dos conselheiros sobre a querela. No dia 27 daquele mês os filhos do Visconde já estavam embarcando para o Rio de Janeiro. Chegando ao destino, permaneceram hospedados na casa do governador Aires Saldanha de Albuquerque até o final do governo deste.

Enquanto o prior de Chaves e os Asseca travavam acirrada luta no Reino buscando, cada qual com seus argumentos e estratégias, defender seus direitos sobre as terras da capitania da Paraíba do Sul, os moradores respiraram certas liberdades. Nesse contexto, a família Manhães Barreto buscou o protagonismo na política local.

315



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Um governador intempestivo e seu tio

As relações econômicas entre o Rio de Janeiro e a Paraíba do Sul eram muito fortes. A ocupação da planície campista fora feita de forma mais efetiva, em meados do século XVII, para atender a demanda de gado para os engenhos de açúcar do recôncavo da Guanabara. Alguns relevantes moradores do Rio de Janeiro eram proprietários de terras na Paraíba do Sul. Por se tratar de importante porto, produtos vindos da cidade carioca eram fundamentais para o abastecimento de Campos.

Com maior ascendência política sobre a capitania da Paraíba do Sul desde o sequestro, o novo governador do Rio de Janeiro teria um importante papel nos acontecimentos que sacudiram a região na segunda metade da década de 20 do século XVIII. Luís Vahia Monteiro chegou ao Brasil em janeiro de 1725 e assumiu o governo da capitania em maio daquele ano com os desafios postos pelo rápido crescimento que aquela região da colônia experimentava como reflexo da recente exploração aurífera. Fazia-se necessário tornar cada vez mais forte a presença da Coroa portuguesa em uma posição tão estratégica. De acordo com João Fragoso, o Rio de Janeiro se transformava na primeira metade do século XVIII na “principal praça do Atlântico luso” (FRAGOSO, 2007, p. 38).

É de se supor que todo esse dinamismo repercutisse nas regiões que, ainda que não tão contíguas, possuíam uma forte ligação no que diz respeito às suas atividades econômicas, como era o caso da Paraíba do Sul. Nas primeiras décadas do XVIII o porto da cidade do Rio de Janeiro tornara-se o principal entreposto de contato com a Europa e a África, tanto para a saída do ouro e de pedras preciosas quanto para a entrada de gêneros para abastecimento da região aurífera, bem como de mão de obra africana escravizada. Para Ernst Pijning o governo de Luís Vahia Monteiro foi fundamental para “a transformação do Rio de Janeiro em uma saída viável para os tesouros de Minas”. (PIJNING, 2009, p. 181). É possível imaginar a gama de interesses enraizados naquela cidade que se deveria enfrentar. Além disso, Fernanda Bicalho destaca a presunção da elite do Rio de Janeiro, particularmente os oficiais camarários, que se arvoravam o mérito de conquistadores daquelas terras (BICALHO, 1998, p. 22). O novo governador se mostraria pouco adaptável às particularidades locais. Tendo sido recebido com honras pelos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, não demoraria muito a se ver envolvido em um turbilhão de conflitos que abarcavam desde esses mesmos potentados locais até religiosos das mais diversas filiações, fazendo jus ao seu apelido de o “Onça”.

Estudando os caminhos e descaminhos na América portuguesa do século XVIII, Paulo Cavalcante aborda aspectos da personalidade de Luís Vahia Monteiro que marcariam sua passagem pela colônia. Seu estilo um tanto inflexível e direto logo degradaria também suas relações com o Conselho Ultramarino. Queixas e acusações contra o governador não tardariam a se acumular. (CAVALCANTE, 2006, p. 192)

Curioso que esse zelo e correção para com os interesses da Coroa o transformassem em um problema para a própria Coroa. A incapacidade do governador em transigir com as práticas

316



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



loais, ironicamente, punha em risco os próprios interesses régios e o delicado equilíbrio que viabilizava a governabilidade. (ROMERO, 2017, p. 234) Outro ponto importante e interessante para nosso tema é que Vahia Monteiro era sobrinho do prior Duarte Teixeira Chaves. De forma recorrente nos embates com seus inimigos, os negócios de seu tio serão alvo de especulações e graves acusações contra ele.

O fato é que Vahia Monteiro representava uma nova perspectiva da Coroa portuguesa no sentido de constituir um controle mais centralizado na América, o que ficaria cada vez mais evidente com seus sucessores. Como instrumento desse processo, a intrepidez de Luís Vahia Monteiro anunciava o tipo de adversário que os Asseca enfrentariam nos próximos anos. Seja pelo zelo com o serviço a Coroa ou em defesa dos interesses de seu tio, a questão é que o governador do Rio de Janeiro se tornaria o maior obstáculo para que o donatário da capitania da Paraíba do Sul estabelecesse suas vontades.

O Retorno dos Asseca

D. João V decidiu por conceder nova carta de doação em 22 de junho de 1725, perdendo o Visconde das faltas em que incorrera, porém com modificações em relação à mercê mais antiga. A carta de confirmação, no entanto, seria expedida somente no dia 23 de março de 1727. (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 57, D. 13348)

Se parecia que as coisas estavam se ajustando para os Asseca, eis que a carta de doação chegava no Rio de Janeiro nas mãos do governador Luís Vahia Monteiro. O apelido do governador, o *Onça*, fazia cada vez mais sentido para os Asseca nos anos vindouros. Ernst Pijning comparou seu estilo de governo como o de um “elefante em uma loja de porcelana”, afirmação corroborada pelos exemplos que vimos anteriormente em seu trato com religiosos e potentados locais. (PIJNING, 2009, p. 187) De toda sorte, Martim Correia de Sá, com seus 30 anos de idade, finalmente partiu no dia 8 de setembro de 1727, em direção à capitania da Paraíba do Sul, para tomar posse. (AHU_ACL_CU_017, Cx. 18, D. 2068)

Ao chegar na vila de São Salvador não houve resistência por parte da Câmara. Já instalado junto com seu irmão nas terras do seu pai, Martim recebeu, em meados do ano seguinte, nova procuração da parte do Visconde. Esta ampliava seus poderes para prover cargos na milícia e na justiça, arrecadar redízima de direitos reais, dízimos do pescado, impostos de engenhos, nomear alcaides-mores, sentenciar causas, dar cartas de sesmaria, etc. (LAMEGO, 2016, pp. 255-256)

Nesse primeiro momento Martim Correia intentou estabelecer uma nova ordem na capitania posicionando-se em relação ao governador do Rio de Janeiro e aos proprietários locais. Por seu turno, o governador do Rio de Janeiro não parecia reconhecê-lo dessa maneira.

317



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A primeira discórdia entre o Visconde e o “Onça”

Luís Vahia Monteiro recebeu uma carta régia, de 12 de abril de 1727, incumbindo-o de levantar um “considerável” montante junto aos moradores do Rio de Janeiro, para o donativo referente às despesas dos casamentos do príncipe D. José com a infanta da Espanha, Dona Mariana Victória, e de Dona Maria Bárbara com D. Fernando, príncipe das Astúrias. A arrecadação do donativo, se apresentaria como uma pequena mostra da disputa de autoridade que os anos seguintes aprofundaria entre o representante do donatário e o governador do Rio de Janeiro.

No dia 30 de julho, Vahia Monteiro solicitava à Câmara da vila de São Salvador que enviasse procuradores para ajustar a melhor maneira de suceder a contribuição da Paraíba do Sul com o donativo. (LAMEGO, 2016, pp. 277-278)

Os oficiais da Câmara da vila de São Salvador protelaram a resposta ao governador porque desejavam aguardar a chegada de Martim Correia de Sá e ouvi-lo sobre suas novas obrigações. A dúvida era se estariam sujeitos ao donativo agora que o sequestro havia sido levantado. Após a conversa com o filho do donatário, os camaristas responderam ao governador somente em 23 de setembro, com evasivas, procurando justificar que pela doação confirmada ao Visconde eles não estariam mais sujeitos a tal contribuição. (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 30, D. 6873) Como era de seu perfil, o governador retrucou, em carta de 11 de novembro, com um tom bem mais duro. Começou reclamando da demora em respondê-lo. Diminuiu o papel de Martim Correia de Sá que estaria somente por “procurador do Visconde a quem até o presente não considero mais jurisdição por procuração, salvo com ordem real”. Acrescentava ainda “fiquem Vossas Mercês advertidos até não deixar prover ofícios e mandar aqui tirar provimentos, enquanto não mostrarem provimento pelo próprio donatário”. Exigia-lhes que comparecessem o mais breve possível em sua presença para tratar do donativo, porque não se tratava de tributos para alegarem isenção. Afirmava Luís Vahia Monteiro que por serem vassalos de um donatário não deixavam de ser igualmente do rei, “cuja real autoridade pode a cada passo alterar, levantando ou diminuindo as Doações, pôr tributos, diminuí-los e acrescentá-los”. (AHU_ACL_CU_017, Cx. 23, D. 2529)

A veemência do governador parece ter causado forte impacto na Câmara da vila de São Salvador. Em 29 de novembro os oficiais já haviam respondido ao governador afirmando que enviaram os procuradores para tratar do assunto do donativo. Ainda persistia a opinião que a contribuição da parte da capitania da Paraíba do Sul fosse diferente das outras, por se achar nela o procurador do donatário. Os oficiais esperavam que seus procuradores fossem suficientes para tratar do assunto. Afinal, a exigência feita pelo governador de que eles próprios comparecessem diante dele para tratar do donativo desguarneceria o governo e a justiça locais. Todavia, estariam prontos para se apresentar, caso o governador assim desejasse.

318



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Contudo, a cordialidade com que os oficiais responderam ao governador Vahia Monteiro não parecia nada sincera. No mesmo dia 29 de novembro em que lhe escreveram, também produziram uma carta ao rei bem mais amarga em relação ao governador do Rio de Janeiro. Já no início culpavam-no pela “grandíssima perturbação que nos achamos”. No relato Luís Vahia Monteiro era apresentado como autoritário e inflexível. Exigia que os oficiais da vila de São Salvador se apresentassem a ele pessoalmente no Rio de Janeiro para tratar do donativo. Desconsiderava que os camaristas tivessem lhe explicado que com o apoio, e exemplo, de Martim Correia de Sá já preparavam localmente uma significativa doação para o casamento dos príncipes “para que fosse mais manifesto a Vossa Majestade o amor e zelo destes seus obedientes vassalos”. A intransigência do governador soava como perseguição porque para vilas que ficavam a menores distâncias do Rio de Janeiro ele consentira que os ajustes fossem realizados por procuradores. Diante dos problemas que o comportamento do governador poderia causar ao sossego e bom governo da vila e de toda a capitania, os camaristas acharam por bem dar conta ao vice-rei e ao corregedor da comarca. (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 30, D. 6873)

Ironicamente, no dia seguinte, 30 de novembro, o governador escrevia uma carta ao rei dando-lhe conta da resistência da capitania dos Campos dos Goytacazes em contribuir com a doação e denunciava as ousadias do procurador do Visconde de Asseca, violando cláusulas da doação, querendo “fazer justiça, chamar câmaras, regular ordenanças, pôr registros nas passagens e impor 4\$800 réis por boiada que sai de Campos”, e ainda não tendo apresentado a certidão da homenagem que devia ter sido prestada pelo donatário. (apud LAMEGO, 2016, pp. 292-293)

No tocante ao donativo, Luís Vahia Monteiro parecia deixar o representante do Visconde de Asseca um tanto o quanto alheio à questão ao dirigir-se diretamente aos oficiais camaristas da vila de São Salvador. Buscando fazer parte das tratativas Martim Correia de Sá havia escrito à dita Câmara em 22 de novembro de 1727. Dizia que havia recebido notícias de que a Câmara do Rio de Janeiro chegara a uma posição quanto sua contribuição para o donativo e que ele tinha certeza que os vassalos da Paraíba do Sul não ficariam a dever em nada no que dizia respeito à fidelidade para com o rei e que ele os apoiaria no que decidissem em termos de contribuição. Coube nesse ponto uma certa alfinetada em Vahia Monteiro quando mencionou de passagem “visto que o governador não me ter participado nada”. De toda sorte, no que dependesse de sua autoridade, estaria disposto a contribuir “com a minha própria fazenda”, como de fato fez com uma volumosa doação para servir de exemplo aos moradores. Em carta do dia 30 daquele mês parabenizava a Câmara pela maneira como conduziu a contribuição com o donativo e, em especial, pela escolha dos procuradores que enviaria, para os quais disponibilizava seus cavalos para a viagem. (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 30, D. 6873)

As cartas dos oficiais da Câmara de São Salvador e de Luís Vahia Monteiro foram submetidas ao Conselho Ultramarino e o rei despachou de acordo com o parecer deste, em 29 de julho de 1728. Ao fim e ao cabo, a resposta não tomava partido definido de nenhum dos lados

319



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



apresentados. Cada um foi parcialmente contemplado. Aos camaristas, determinava que não precisavam comparecer diante do governador para ajustar os termos do donativo, bastando para isso seus procuradores. Ao governador, assentia que o procurador do donatário não poderia exercer tais jurisdições sem que as devidas homenagens fossem prestadas e, em caso de abuso, a capitania e jurisdição deveriam ser sequestradas. (apud. LAMEGO, 2016, p. 293) Após o valor do donativo para aquele ano ser alcançado, o tema da legitimidade de tal contribuição voltou à pauta na vila de São Salvador. Após deliberação, em 18 de dezembro de 1728, os oficiais enviavam comunicação para Luís Vahia Monteiro informando-o que não contribuiriam mais com o donativo e que doravante se submeteriam apenas ao donatário e não mais ao governo do Rio de Janeiro. Na verdade, os camaristas jogavam com as disputas entre as instâncias, pois declaravam que assim agiriam “até que Sua Majestade nos declare que estamos sujeitos à capitania do Rio de Janeiro”. (AHU_ACL_CU_017, CX 23, D.2529) Como sabido, a resistência contra tributações e principalmente contribuições extraordinárias, como o donativo para os casamentos dos príncipes, não era uma especificidade dos vassalos da Paraíba do Sul. George de Souza aponta as mesmas reações nas Câmaras de Olinda e Recife na ocasião. Conforme o pesquisador, o mesmo ocorria nas Minas Gerais e em outras capitanias sendo “praticamente onipresentes na documentação preservada” (SOUZA, 2021, p. 98).

Acerca do argumento usado com o governador do Rio de Janeiro, os oficiais do Senado da vila de São Salvador nada mais faziam do que reverberar o que Martim Correia de Sá lhes escrevera 10 dias antes. Suas justificativas passavam pelo mesmo ponto, ou seja, a posse lhe havia sido concedida, como bastante procurador de seu pai, a mais de um ano mediante a carta de confirmação da doação da capitania assinada pelo próprio monarca. Assim, não faria sentido manterem-se submetidos ao governador do Rio de Janeiro “porque de outro modo ficaria sem efeito a Real Doação e defraudados os privilégios que o mesmo Senhor expressamente concedeu ao Donatário”. Mais do que nunca essa diretriz parecia conveniente para se esquivarem da obrigação do donativo. (AHU_ACL_CU_017, CX 23, D.2529)

Marcando posição

Martim Correia de Sá esforçava-se para se impor no seu posto de capitão-mor. Em 8 de dezembro de 1728, Martim Correia de Sá se reportava aos camaristas de São Salvador referindo-se a sua apresentação feita no ano anterior aos oficiais do exercício daquele ano. O filho do donatário, e procurador deste, deixava claro:

Parece que depois disto [sua apresentação aos oficiais registrada em auto na Câmara] não podem vossas mercês receber ordens do governador do Rio de Janeiro salvo no caso que Vossa Majestade for servido encarregar-lhe algum particular.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Ainda de acordo com ele, se restasse alguma dúvida eles já haviam visto as respostas dadas pelo vice-rei e pelo Conselho Ultramarino, comunicada ao governador do Rio de Janeiro “sobre a pretensão de prover os postos da ordenança desta capitania” e disse ainda que “depois disto a ninguém mais podem obedecer sem culpa”. (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 28, D. 6416)

Mas as coisas não eram tão simples e claras como o filho do donatário quis fazer crer. O campo de disputas continuava aberto e viver na capitania da Paraíba do Sul naqueles dias não devia ser muito fácil, tal era a confusão e instabilidade quanto ao governo. Se em 8 de dezembro de 1728, como vimos, Martim Correia reafirmara sua autoridade perante os oficiais da vila de São Salvador, em 2 de abril do ano seguinte, a mensagem aos mesmos era inversa. O mesmo filho do donatário se dirigia ao Senado comunicando:

Como Sua Real Grandeza, que Deus guarde, foi servido declarar ao governador do Rio de Janeiro que eu, como procurador do meu pai, não podia exercitar os poderes de sua doação, cessou a dúvida que tinha até agora, fundado nas cláusulas da mesma doação e porque nenhuma pessoa me excede no desejo de servir e obedecer a Sua Real Grandeza, me parece dizer a Vossas Mercês que em tudo obedeçam ao governador do Rio de Janeiro e cumpram inteiramente as suas ordens enquanto Sua Majestade não mandar o contrário, como em todo este tempo tem experimentado o zelo e o cuidado com que Vossas Mercês se empregam no serviço de Sua Majestade espero que continuem.

321

Martim Correia encerrava a carta solicitando que fosse devidamente registrada nos livros do Senado. (AHU_ACL_CU_017, Cx. 23, D. 2529) O que teria ocorrido no transcurso desses quase quatro meses para a mudança no discurso do filho do donatário?

De fato, a questão do donativo fora apenas a ponta do iceberg dos problemas entre o governador do Rio de Janeiro e o filho do Visconde de Asseca. Martim Correia de Sá já deveria estar a par da carta régia que o governador do Rio de Janeiro recebera. Escrita em Lisboa no dia 29 de julho de 1728, consistia numa ordem de Sua Majestade para que não se consentisse que o procurador do donatário exercesse jurisdição deste sem a aprovação régia. Pelo texto, a ordem de dom João respondia a uma consulta feita por Luís Vahia Monteiro sobre a posse tomada por Martim Correia de Sá como procurador de seu pai com a carta datada de 30 de novembro de 1727. Dizia o rei “me pareceu que obraste bem em não consentir que Martim Correia de Sá exercitasse jurisdição que é só concebida ao visconde ou a seu lugar tenente aprovado perante o qual é o que há de dar homenagem nas vossas [Luís Vahia Monteiro] mãos”. O rei recomendava certa vigilância para que o donatário se ativesse ao que cabia estritamente à sua doação. Certamente era um trunfo nas mãos do governador para exigir que a homenagem fosse prestada. (BR_APC_CMCG_21.01) Em janeiro de 1729 as tensões com a situação da capitania da Paraíba do Sul aumentariam rapidamente. Em carta aos oficiais da Câmara da vila de São Salvador o governador iniciaria uma queda de braços com desdobramentos imprevisíveis nos anos seguintes. Vahia seria uma incômoda pedra no sapato para os representantes do Visconde de Asseca.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



De fato, ao governador não faltava encencas por lidar no próprio Rio de Janeiro, mas muitos o acusariam de despender tanta energia na distante região campista motivado por interesses do seu tio, como já foi dito. Seja como for, os posicionamentos políticos eram fluidos e complexos. Nessa verdadeira teia de poderes que se tece para viabilizar o governo, é natural que diferentes interesses e espaços de poder se relacionem e busquem um ajuste que acomode as múltiplas demandas.

Não resta dúvida de que as elites locais nas mais diversas regiões do território português procuraram ocupar os espaços de poder que se ofereciam. Não obstante, a descontinuidade territorial que caracterizava a colonização portuguesa contribuiu para os conflitos jurisdicionais e para, até certo ponto, o estabelecimento de algumas elites locais que procuravam brechas e possibilidades para impor seus próprios interesses. No caso da Paraíba do Sul proprietários, arrendatários e posseiros construiriam suas alianças pró ou anti donatário conforme suas conveniências. (CARDIM & MIRANDA, 2014, p. 87)

O jogo político na Paraíba do Sul, uma região por certo ponto de vista de menor interesse, pode servir como um microcosmo dessas disputas pelo poder. A disputa por jurisdições, a maneira como as determinações vindas do Reino eram acolhidas e o estabelecimentos de interesses locais apontam para a complexidade que a vida prática abarca. Sem dúvida havia grupos locais interessados em se estabelecerem como elite da terra e gozarem dos benefícios e estatutos que essas posições poderiam conferir. Para lograr êxito esses homens fundaram redes de relações e apoio entre si e com aqueles que demonstrassem capacidade para ajudá-los em seus objetivos, seja o donatário, o governador do Rio de Janeiro ou o próprio prior de Chaves. Todavia, a situação move-dicha vivida na região levaria à uma imensa dificuldade de se criar qualquer estabilidade. Esta pesquisa ainda continuará examinando os vários desdobramentos dessa disputa por poder na Paraíba do Sul que experimentará várias reviravoltas, incluindo uma Revolta em 1748 e a compra por parte da Coroa desta que foi uma das últimas capitanias privadas da América portuguesa.

322

Referências

Carta de confirmação da doação da Capitania da Paraíba do Sul, entre a do Espírito Santo e a de Cabo Frio, no Estado do Brasil, que se passou ao Visconde de Asseca, Diogo Correia de Sá. Lisboa, 23 de março de 1727. AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 57, D. 13348.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre o requerimento do donatário da Paraíba do Sul, Visconde de Asseca, solicitando a sua substituição na administração das terras situadas entre o Espírito Santo e Cabo Frio, pelo seu filho primogênito, Martim Correia de Sá. AHU_ACL_CU_017, Cx. 18, D. 2068.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Carta dos oficiais da Câmara da vila de São Salvador ao governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro. Vila de São Salvador, 23 de setembro de 1727. AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 30, D. 6873.

Carta do governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, aos oficiais da vila de São Salvador da Paraíba do Sul. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1727. AHU_ACL_CU_017, Cx. 23, D. 2529

Carta dos oficiais da Câmara da vila de São Salvador ao governador Luís Vahia Monteiro. Vila de São Salvador, em 29 de novembro de 1727. AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 30, D. 6873.

Carta de Martim Correa de Sá aos oficiais da Câmara da vila de São Salvador. Vila de São Salvador, em 30 de novembro de 1727. AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 30, D. 6873.

Carta dos oficiais da Câmara da vila de São Salvador ao governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro. Vila de São Salvador, em 18 de dezembro de 1728. AHU_ACL_CU_017, CX 23, D.2529.

Carta de Martim Correa de Sá aos oficiais da Câmara da vila de São Salvador. Vila de São Salvador, em 8 de dezembro de 1728. AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 28, D. 6416.

Carta de Martim Correa de Sá aos oficiais da Câmara da vila de São Salvador. Vila de São Salvador, em 2 de abril de 1729. AHU_ACL_CU_017, Cx. 23, D. 2529.

Carta do rei D. João V ao governador do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro. Lisboa Ocidental, em 28 de junho de 1728. Livro de Registro da Câmara municipal de 1728-1735, folha 114, BR_APC_CMCG_21.01.

Bibliografia

BICALHO, Fernanda. *As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro*. Revista Brasileira de História. Nº 36, vol. XVIII, 1998.

BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

CARDIM, Pedro & MIRANDA, Susana. “A expansão da Coroa Portuguesa e o estatuto político dos territórios” in: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*, vol. II (ca. 1580 – ca. 1720). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de Trapaça: Caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucite: Fapesp, 2006

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LAMEGO, Alberto. *A Terra Goytacá: à luz de documentos inéditos*, vol. I, Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2016.

PIJNING, Ernst. “Dores de crescimento do Rio de Janeiro: o estabelecimento da ordem na capital pelo governador Luís Vahia Monteiro”. in: SCHWARTZ, Stuart & MYRUP, Erik Lars (orgs). *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: Edusc, 2009.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e Poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SOUZA, George Félix Cabral de. “Câmaras municipais e fiscalidade: negociação, resistência e conflito (Pernambuco, primeira metade do século XVIII)”. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 37, n. 73, jan/abril 2021.

324



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OS TRABALHADORES INDÍGENAS DO MARANHÃO POMBALINO (1757-1798)

Alexandre Bruno Barzani Santos¹

Introdução

O trabalho compulsório originário foi a principal força de trabalho da Capitania do Maranhão no período de vigência do Diretório Pombalino (1757-1798), sendo a sua arregimentação e distribuição o centro secular de disputas entre colonos e religiosos, principalmente jesuítas e franciscanos (DORNELLES, 2021, p. 310). A bem-sucedida economia missioneira fundava-se no poder temporal exercido sobre os indígenas, mas também sobre as vantajosas isenções dos direitos de alfândega (NEVES NETO, 2013; ASSUNÇÃO, 2004; ALDEN, 1996). Já os moradores não cansavam de prestar queixas às autoridades locais quanto à dificuldade de acesso ao trabalho dos nativos (CORRÊA, 2011; DOMINGUES, 2000; MONTEIRO, 1992).

O “índio colonial”² maranhense vivenciou plenamente as reformas pombalinas, refletidas no Alvará de 04 de abril de 1755, que incentiva o casamento entre índios e brancos; na Lei de Liberdades de 06 de junho de 1755, que concedia plena liberdade aos índios com relação a suas pessoas, bens e comércio, equiparando seu status jurídico ao dos demais súditos portugueses; no Alvará de 07 de junho de 1755, o qual aboliu o poder temporal dos missionários sobre os nativos, incentivava o seu autogoverno nas povoações e determinava a predileção dos indígenas na ocupação os cargos de vereadores, oficiais de justiça e ordenança (MOREIRA, 2019, p. 145).

A política empreendida por Francisco Xavier e Sebastião José visou o estabelecimento de novas modalidades de exploração do trabalho na região através da utilização de administradores civis, os diretores, responsáveis pela gerência da produção nativa (DORNELLES, 2021, p. 310). Destarte, como argumenta Coelho (2005, p. 103), essas legislações foram elaboradas em um contexto de reivindicação lusitana pela legitimidade de territórios disputados ao Norte da América Portuguesa pelo Tratado de Madrid (1750). Nesse

325

¹ Licenciado (2022) e Mestre (2025) em História pela Universidade de Brasília. Indigenista e professor, o autor pesquisa os requerimentos indígenas de liberdade do Vale Amazônico Pombalino. E-mail: alexandrebarzan@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4985084041510551>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8699-797X>.

² Na década de 1970, a historiadora americana Karen Spalding cunhou o termo “índio colonial” para se referir àqueles nativos que mesmo convivendo efetiva e ativamente com o mundo colonial, continuavam sendo identificados como ameríndios pelos moradores, embora não mais vivessem em suas comunidades de origem. Distanciados fisicamente e culturalmente de suas raízes, esses “índios coloniais” ainda mantinham traços, tradições e práticas que os diferenciavam dos mundos luso-brasileiros e os da diáspora africana, com quem conviviam, trocavam saberes e constituíam o Estado do Grão-Pará e Maranhão.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



cenário, conforme Nádia Farage (1991, p. 41-43) houve-se a utilização do indígena na condição de súdito português como “muralhas do sertão”, de forma a assegurar a soberania lusitana sobre as áreas em disputa, fundamentando-se no princípio de *uti possidetis, ita possideatis* (a terra pertence a quem ela ocupar).

Tais legislações de liberdade não reverberaram positivamente na Capitania do Maranhão, dado o receio das autoridades locais em relação às atitudes subsequentes dos indígenas assimilados à tamanha independência, como evidenciado na carta do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho de Mello, em 12 de novembro de 1755:

Porque tenho infalível que estes índios como são, não só bárbaros e rústicos, mas, além de preguiçosos [...] logo que se capacitarem que estão em plena liberdade e que os não podem obrigar a residir nas fazendas em que se acham, no mesmo instante me persuado a que desamparem absolutamente aos lavradores, deixando tudo em confusão e desordem.

Fonte: CARTA do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Sebastião José de Carvalho de Mello, em 12 de novembro de 1755. Arquivo Estadual do Pará (AEP), 2º tomo, p. 824.

326

De modo que essa e outras súplicas coloniais por uma maior regulação da mão de obra ameríndia concretizaram-se na elaboração dos noventa e cinco parágrafos do Diretório dos Índios, em 1757, uma legislação colonial elaborada para atender aos interesses dos agentes políticos residentes no Vale Amazônico Colonial.

Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p. 109) ressaltou que o Diretório manteve as diretrizes básicas das legislações anteriores, como a divisão dos índios nas categorias de “mansos e selvagens” (esses ainda residentes nos sertões indomáveis e aqueles nas hastes portuguesas), a obrigação do trabalho compulsório e a garantia das terras das aldeias para os nativos. Ao passo que resgatou o direito de tutela proveniente do Regimento das Missões (1688), a qual não mais seria exercida por religiosos, mas por um novo ator político: o diretor, enquanto os nativos não alcançassem a civilidade suficiente para se autogovernar.

Em comum a todas essas políticas indigenistas da segunda metade do século XVIII estava a efetiva necessidade da adesão dos ameríndios livres ou escravizados ao trabalho compulsório colonial; à religião romana; e aos costumes morais e sociais de Portugal no Antigo Regime (refletidos na obrigatoriedade da Língua Portuguesa, no uso das devidas vestes e na efetiva integração do autóctone às espacialidades luso-brasileiras). Ao ameríndio partícipe das vilas e lugares da Capitania do Maranhão na segunda metade do século XVIII, a liberdade nunca correspondeu ao ócio ou à ausência de trabalho, mas tão somente a uma maior versatilidade de optar onde, como e qual tipo de labor realizaria.

Trabalho para os indígenas assimilados às urbanidades luso-brasileiras não faltava no Maranhão Pombalino, devido a sua variação climática e vegetal o território maranhense colonial era coberto por dois biomas: Amazônia e Cerrado. Tal fato permitiu na porção



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



amazônica a coleta de drogas do sertão, como o cacau e o gengibre. Já no cerrado, houve-se o estímulo para a agricultura de exportação de arroz e algodão, gêneros protagonistas nas remessas comerciais do porto de São Luís a Lisboa na segunda metade do século XVIII, estimulados pela Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão³ (MARTINS, 2017, p. 23-24).

Também no Cerrado, houve a expansão do gado pelos chamados sertões dos Pastos Bons, ao sul da capitania (entre os rios Parnaíba e Tocantins), processo iniciado em finais do século XVII, seguindo a expansão da pecuária vinda do Estado do Brasil, e acelerado no século XVIII. E o labor realizado nas “ruralidades invisíveis” do Maranhão Pombalino, feita de roças de indígenas, mestiços, desertores, que, pelo menos para o século XVIII, ainda aguarda um estudo mais aprofundado e sistemático (CHAMBOULEYRON, no prelo, 27-28). A conjuntura positiva de fatores econômicos refletida pelos superávits comerciais de exportações da Capitania levou o historiador Yuri Michael Pereira Costa (2018, p. 92) a designar esse período como idade de ouro da região.

Todos os empreendimentos econômicos citados acima foram realizados na Capitania do Maranhão, em maior ou menor número, por braços indígenas ao lado de braços africanos escravizados. Esse cenário só foi possível em razão das ações promulgadas pela Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão, empresa monopolista que aportou 114.000 africanos no porto de São Luís entre 1755 e 1820, provenientes dos portos da África Ocidental, principalmente de Cacheu e Bissau, na Guiné portuguesa, de acordo com o historiador Mathias Assunção (2015, p. 447).

327

Requerimentos dos indígenas Joaquim José e Maria Joaquina

Os requerimentos de liberdade dos trabalhadores indígenas, que nas próximas páginas serão expostos e investigados, foram remetidos das mais diversas espacialidades coloniais da Capitania do Maranhão na segunda metade do século XVIII ao Conselho Ultramarino, em Lisboa. Tais solicitações jurídicas são evidências originárias autorais e protagonistas de resistência adaptativa dos nativos do Maranhão Pombalino para o alcance de melhores condições de vida para si e para os seus próximos, nos âmbitos sociais, existenciais e laborais. Esses indígenas requerentes optaram por não se distanciarem das fronteiras dos espaços luso-brasileiros. Ao contrário, eles buscaram uma maior liberdade de movimentação nessas

³ Por Alvará Régio de 7 de junho de 1755 foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. À empresa foi concedido o monopólio de navegação, comércio e tráfico de produtos metropolitanos destinados ao Maranhão e Pará, e os bens exportados dessas Capitânias à Lisboa, durante vinte anos contados a partir da saída da primeira frota. Decorrido o período de concessão de exclusividade do comércio, não foi o mesmo privilégio prorrogado, entrando a Companhia em processo formal de liquidação, o qual ocorreu definitivamente em 25 de fevereiro de 1778 (DE MATOS, 2019, p. 76-78). O Alvará, publicado na Oficina de Miguel Rodrigues, está disponível integralmente na coleção “Livros Raros” da Câmara dos Deputados <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22122>>.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



mesmas localidades, através da apropriação dos instrumentos legais e das instituições que geriam esses ambientes, assim como dos saberes adquiridos em sua “experiência histórica”⁴ com os mundos coloniais. A experiência histórica, ferramenta metodológica edificada e aplicada extenuantemente por Edward Thompson em seus livros, argumenta que a agência humana (com suas vivências, experiências e sentimentos imbuídos) foi componente protagonista na recepção e interpretação de novas e distintas legislações impositivas aos grupos subalternos, rompendo assim com análises simplistas economicistas de base/superestrutura.

Em seus requerimentos, os nativos demonstraram uma percepção e interpretação autoral acerca do novo regime de trabalho que estava se estabelecendo pelos noventa e cinco parágrafos do Diretório Pombalino, e pela figura do diretor (agente dessemelhante dos antigos religiosos e administradores particulares). A esse universo inaugurado pelo regimento de 1757, os nativos elaboraram novos sentidos e leituras críticas para almejar ganhos individuais e diminuir as suas perdas coletivas.

O indígena Joaquim José, morador da Cidade de São Luís, iniciou dramaticamente o seu requerimento⁵, datado de 03 de agosto de 1784, pelo reconhecimento de sua condição identitária naquele período histórico da Capitania do Maranhão: “Diz Joaquim Joze assistido na Cidade do Maranhão, que suposto tinha a infelicidade de ser hum dos Indios daquelle Continente, não deixa de ser vasallo de Vossa Magestade liberto, e sem subjugação a pessoa alguma”⁶. No documento destinado à rainha d. Maria I, o nativo revela que havia-se conservado desde os seus tenros anos na companhia e casa da sogra de Domiciano José de Moraes e sua esposa, de quem era afilhado de batismo.

Joaquim alegou que, tendo ciência da Lei Geral das Liberdades dos Índios, optou por sua própria vontade a continuar naquela residência, na qual havia sido educado nos ofícios coloniais e tratado com todo amor e afabilidade. Domiciano, então, de modo a que no futuro não viesse a sofrer sanções pelo governador da Capitania, Joaquim de Mello e Póvoas, pediu para “[...] conceder-lhe portaria para o suplicante, dito Indio que foi de criação da sua casa, o ter no seu serviço e pagar-lhe o seu jornal”⁷. Porém, dias após o conhecimento das autoridades sobre a solicitação de permanência do nativo Joaquim, o cabo de esquadra Francisco Roiz aportou à residência da família na Cidade de São Luís com novas determinações do governador.

328

⁴ Esta produção tem uma enorme dívida teórico-metodológica com Edward P. Thompson, principalmente, com o seu estilo de escrever a história, a sua forma de dialogar com os documentos e o seu duplo compromisso com as evidências históricas e com os problemas e as questões sociais do presente.

⁵ REQUERIMENTO do indígena Joaquim José, morador na cidade de São Luís, para a rainha d. Maria I, solicitando provisão de liberdade para que possa servir exclusivamente à casa de Domiciano José de Moraes. 03 de agosto de 1784. AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

⁶ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

⁷ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Francisco Roiz argumentou aos Moraes que possuía ordens para retirar o nativo da propriedade familiar, ainda que não tenha apresentado ordem escrita ou despacho, e levá-lo à residência de Francisco Socorro para lá trabalhar por seis meses, conforme previsto no Diretório, ação que efetivamente executou. Na propriedade de Socorro, Joaquim alegou que não era bem tratado, “[...] soffrendo huma escravidão violenta contra as Leis de Vossa Magestade, que por tantas vezes tem declarado ao suplicante e outros da sua condição livres, izentos, e sem subjeição”⁸.

O indígena Joaquim, em seu requerimento, ainda criticou veementemente a forma como eram aplicadas as legislações metropolitanas na Colônia brasileira, sobre a qual afirmou: “[...] as mesmas Leis neste Continente se não observão, e ficão irrizorias por se antepor sempre alguns interesses à obediência, e servem mais de flagelo e vexame para serem os índios tiranizados”⁹. De modo que solicitou à rainha, d. Maria I a sua pronta restituição à casa de Domiciano de Moraes, em razão de sempre ter tido um bom tratamento naquela residência, ser afilhado de batismo de sua esposa e, finalmente, pela jurisprudência exposta na portaria que Sua Majestade promulgou para o caso da indígena Maria Joaquina, a qual está anexada ao documento.

As relações de compadrio instituídas pela Igreja Católica, normatizadas a partir do Concílio de Trento (1545-1563) e reforçadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), vigentes até o final do século XIX, eram formalizadas pelo batismo. O primeiro de todos os sacramentos oferecia ao indígena pagão e destinado irremediavelmente ao fogo eterno o ingresso ao Cristianismo e aos demais sacramentos (crisma, matrimônio etc.), pela remissão do pecado original. John Monteiro, em estudo sobre a escravidão indígena, lembra que o papel da religião serviu para demarcar a diferença entre um estado em que viviam anteriormente os ameríndios e o novo lugar que passavam a ocupar na cristandade a partir do batismo. O indígena era aceito como neófito da Igreja Católica, e, mais do que isso, era reconhecido como um indivíduo integrado à sociedade cristã, estando mais próximo aos moldes civilizatórios patriarcais, masculinizados e hierárquicos de Portugal no Antigo Regime (MONTEIRO, 1994, p. 160-162).

Os padrinhos e madrinhas¹⁰ escolhidas (geralmente provindos de uma posição igual ou superior ao dos responsáveis pelo batizando, como era o caso da esposa de Domiciano, mulher branca casada com um dono de lavouras e manufaturas), ficavam encarregados da

⁸ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

⁹ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

¹⁰ O dicionarista Raphael Bluteau define o padrinho como “Aquele que faz o ofício de pai, e impõe o nome nos sacramentos do batismo e confirmação” (BLUTEAU, 1728, v.2, p. 381) e madrinha como “A mulher que irá tocar no batizado como testemunha daquele acto, a que assiste à noiva na Igreja, no crisma, etc” (BLUTEAU, 1728, v.2, p. 243). Nas Constituições, o título XVIII é dedicado exclusivamente aos critérios para ser padrinho e madrinha de uma criança ou adulto. Sua quantidade é definida conforme as normas do Concílio de Trento; assim, “no batismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha, e que se não admitam juntamente dois padrinhos, e duas madrinhas” (CONSTITUIÇÕES... In: VIDE, 1853, Título XVIII, p. 28),





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



permanência do afilhado na fé católica, possuindo a obrigação de lhe ensinar a doutrina cristã, os bons valores e os morais costumes (CONSTITUIÇÕES... In: VIDE, 1853, Título XVIII, p. 26). O batismo proporcionava, assim, uma sólida união entre as famílias dos padrinhos e apadrinhados, sendo uma ferramenta amplamente utilizada na América Portuguesa para reforçar os laços de clientelismo, segundo Kátia Mattoso (2003, p. 132) e no contexto do Maranhão Pombalino, para ressaltar as teias de subordinação de indígenas libertos pela Lei de 1755 a seus antigos proprietários, segundo Alexandre Pelegrino (2015, p. 31-32).

Assim, o nativo Joaquim descreveu-se como um sujeito batizado e liberto, perfeitamente ingresso à sociedade cristã do Maranhão no Antigo Regime, afilhado de uma mulher branca de posses e de notória propriedade, de quem por próprio desejo desejava continuar recebendo educação e os bons costumes cristãos. Juntamente a essas fundamentações, Joaquim defendeu o seu pedido de restauração à residência em que foi criado a partir da decisão precedente na qual a rainha d. Maria favoreceu a indígena Maria Joaquina, publicando Portaria de Liberdade para o seu específico caso, que será abordada em sequência.

O caso da indígena Maria Joaquina¹¹ está descrito na Portaria de Liberdade, escrita por d. Maria em 1782, e anexada à petição de Joaquim José com vistas a fundamentar o seu pedido. Por esta fonte, a única encontrada em relação a súplica de Maria Joaquina, detalha-se que a ameríndia era natural e moradora da cidade de São Luís do Maranhão, vivendo com sua mãe idosa em residência própria, a quem sustentava com o que lograva de seu trabalho na cidade, costurando, engomando e fiando as roupas da população em geral. Contudo, após a publicação das determinações do Diretório Pombalino, havia sido “[...] mandada trabalhar contra sua vontade para as terras do Rio Morim, aonde actualmente existe”¹², a uma distância significativa de sua antiga residência e local de trabalho¹³.

Dessa forma, a nativa solicitou para que fosse restituída à cidade de São Luís em sua plena liberdade, trabalhando para si e sendo isenta dos serviços reais e dos realizados a particulares. A essa petição, d. Maria, foi enfática ao determinar que era preferível a indígena viver entre as duras e imprevisíveis condições laborais enquanto autônoma na cidade a perder a sua liberdade em uma escravidão particular: “[...] na falta da Real Providência lhe será menos penoso perder a vida entre o rigor das violências que o viver em huma incessante escravidão, sem que a Liberdade que lhe conferi lhe aproveite”¹⁴. E ainda criticou a atitude do governador ao afirmar que “[...] encontravam os Indios nos mesmos Governadores o seu mayor flagelo,

330

¹¹ ANEXO do requerimento do indígena Joaquim José, no qual dispõe a íntegra da Portaria de Liberdade escrita pela rainha d. Maria I, em 07 de novembro de 1782, referente ao caso da indígena Maria Joaquina, moradora da cidade de São Luís, dispensando-a do trabalho compulsório para cuidar integralmente de sua mãe idosa. 07 de agosto de 1784. AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

¹² Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

¹³ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

¹⁴ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



fazendo que as minhas leys fiquem errezórias por interponem os seus interesses a obediência que devem aos meus Reays preceitos”¹⁵.

Sua Majestade acatou o pedido de Maria Joaquina, determinando ao Procurador dos Índios que “[...] em execução da sobredita Ley de seis de Junho de mil setecentos sincoenta e sinco, retirareis a suplicante de onde se ache posto a servir, não sendo por sua vontade, e a deixeis em sua natural liberdade”¹⁶. Assim como advertiu a qualquer pessoa que se indispusse a ordem real o seguinte: “[...] de qualquer violência que se lhe fizer a este o Respeito pello governador, ou outra qualquer pessoa me dareis de tudo conta pello Tribunal do meu conselho Ultramarino para se me consultar e dar a providência necessária”¹⁷.

Como fundamento a essa decisão, a rainha d. Maria I ratificou o Alvará de 10 de novembro de 1647 e a Lei de 06 de junho de 1755, normativa que equiparou o status jurídico dos nativos aldeados aos demais súditos reinóis, restituindo a sua plena liberdade de bens, trânsito e comércio, estendendo inclusive tais direitos às populações não-aldeadas, as quais “[...] estão em partes mui remotas, vivendo nas trevas da ignorância, e dificultosamente se persuadirão a descer para as povoações”¹⁸. As populações já aldeadas ficariam incorporadas “[...] sem distinção ou exceção alguma, para gozarem de todas as honras, privilégios, e liberdades de que meus vassalos gozam atualmente”¹⁹. Por essa determinação, não haveria desigualdades entre os súditos coloniais da monarquia lusitana; todos eram alvos das mesmas distinções e subordinados aos mesmos deveres.

Dessa forma, o pedido da indígena Maria Joaquina foi atendido positivamente pela rainha d. Maria I, transformando a experiência histórica local em precedente legal metropolitano, e, obviamente, em instrumento de resistência adaptativa. Já quanto ao requerimento do indígena Joaquim José, ainda que Domiciano Moraes alegasse que o cabo Francisco Roiz tivesse retirado o nativo de sua residência “[...] sem mais apresentar ordem, nem despacho de Vossa Excelência, e tem a certeza de que esta deligência fora feita surreticiamente [sorratamente]”²⁰, aparentemente Francisco Roiz possuía amparo da autoridade colonial, pois nas margens da réplica metropolitana, havia um despacho simples e enfático: “Não há que deferir”. Assim, a necessidade de mão de obra refletida na gênese do Diretório se impôs novamente às liberdades concedidas nas legislações de 1643 e 1755.

331

¹⁵ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

¹⁶ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

¹⁷ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

¹⁸ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

¹⁹ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.

²⁰ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 63, d. 5650.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Requerimento das indígenas Sinflosia e suas filhas Anna Raimunda e Joaquina

As indígenas Sinflosia e suas filhas Anna Raimunda e Joaquina, da cidade de São Luís, enviaram um requerimento à rainha d. Maria I, no dia 25 de junho de 1788²¹. Nesse documento, as nativas detalham que serviam a soldada há muitos anos a Albina da Silva e a seu filho Alexandre Carlos Malheiros, um dos lavradores daquela Capitania “[...] em cuja caza são tratadas em suas conformidades, não se lhes faltando a satisfação das suas soldadas e suas súplicas”²². Acontece, porém, que muito frequentemente elas eram retiradas daquela residência para servirem a outros colonos “[...] por ordem superior”²³, e ali são constrangidas a servir e a trabalhar contra sua vontade, o que não he sem motivo, porque alguns desses lhes não pagão, e outros suposto que lhes pagão a contia, as mandão logo embora, em muito desemparo”²⁴.

Quando tal frequente situação de expulsão da casa de particulares ocorria, as indígenas não tinham outra solução, a não ser “[...] recorrer outra vez a sobre sua ama Albina da Silva, que nunca deixa de responder as suas súplicas com caridade”²⁵. Dessa forma, Sinflosia e suas filhas Anna Raimunda e Joaquina solicitaram pelas leis de Vossa Magestade, especialmente, pela Provisão de 07 de novembro de 1782, provisão para que permanecessem atuando a soldada nas lavouras da sobredita Albina da Silva e seu filho, Alexandre Malheiros, enquanto fosse da sua própria vontade, “[...] e que não possuão as ditas Supplicantes serem obrigadas a servir a pessoa alguma e nem as tirem da caza da dita sua Ama”²⁶. A Provisão de 07 de novembro de 1782 é justamente a normativa processual do caso anterior da indígena Maria Joaquina²⁷.

332

²¹ REQUERIMENTO da indígena Sinflosia e suas filhas Anna Raimunda e Joaquina, moradoras na cidade de São Luís, para a rainha d. Maria I, solicitando provisão de liberdade para trabalhar a soldada exclusivamente na casa de sua ama, Albina da Silva. 25 de junho de 1788. AHU, Maranhão, cx. 71, d. 6183.

²² Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 71, d. 6183.

²³ Não está evidente no requerimento da nativa se essa “ordem superior” era provinda do governador ou de outra autoridade colonial. Porém, o principal indício de que se tratava de disposição do governador José Teles da Silva se encontra em uma anotação do Conselho Ultramarino às margens do documento, em que se registra o próprio desconhecimento do órgão sobre “[...] os governadores poderem remover os Índios que estão Repartidos a huns lavradores para o Serviso de outros”.

²⁴ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 71, d. 6183.

²⁵ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 71, d. 6183.

²⁶ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 71, d. 6183.

²⁷ Na legislação de 1782, a rainha d. Maria I decretou a imediata retirada dos ameríndios de qualquer localidade onde não desejassem servir, e sua pronta restituição à localidade em que anteriormente estivesse, para assim viverem em sua natural liberdade. Dessa forma, evidencia-se documentalmente a “experiência histórica” de Edward Thompson (1998), segundo a qual os indivíduos e os grupos sociais vivenciam suas experiências conectadamente às experiências passadas, registradas na sua cotidianidade particular ou na memória coletiva, como foi o caso do requerimento de Sinflosia remeter o processo de Maria Joaquina, utilizando-o para a defesa de seus interesses.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O trabalho a soldada, conforme o dicionário do padre Raphael Bluteau (1728, v.2, p. 699), era uma relação de serviço entre o trabalhador e o empregador, baseada em um prévio acordo acertado entre as partes, a qual se pagava no término em soldos, porções de dinheiro. Segundo Francisco Cancela (2012, p. 154), antes de se constituir como prestações de serviços de curta e média duração com a intermediação do diretor da localidade, essa modalidade de trabalho regulamentada na América Luso-brasileira permitia a expropriação da mão de obra indígena por longos anos, sendo uma das facetas da escravidão particular.

Francisco Cancela (2012, p. 155) argumenta que havia flexibilidade para os adultos indígenas, homens e mulheres, negociarem os seus valores remuneratórios e a duração do contrato de trabalho, a variar de acordo com a especialidade, o volume e a natureza do labor. Por outro lado, o pagamento das crianças indígenas de ambos os sexos, menores de 15 anos, pelo ofício a soldada era exclusivamente feito em forma de vestuário (dividido em duas partes, a primeira veste voltada à jornada laboral do indígena, e a segunda destinada à presença na missa católica, e, por essa razão, mais asseada). Já nos anos de vida seguintes, a remuneração anual matizava de 3 mil a 8 mil réis, e das meninas entre 2.400 e 5.000 réis.

As mulheres indígenas postas à soldada conheceram desde muito cedo o árduo trabalho doméstico que lhes era reservado nas casas das famílias brancas. Destinadas a aprender os "ministérios próprios do seu sexo", as nativas deveriam servir nas atividades de limpeza e asseio da casa, na produção e preparação da comida, na tecitura de redes, no traçado de esteiras, na fabricação de tigelas, na produção de farinha e beijus, na utilização de pequenos equipamentos domésticos e na fiação e higienização das roupas dos colonos luso-brasileiros (CANCELA, 2012, p. 268).

Já aos homens indígenas, o trabalho a soldada significava participar como mão de obra nas "roças familiares" de colonos luso-brasileiros, cultivando mandioca, milho, feijão, farinha, bem como nas "roças do comum", voltadas ao comércio interno e à exportação metropolitana, de cacau, cana, arroz e algodão; nas atividades extrativistas das drogas de sertão, como o gengibre e o cacau silvestre; no corte e transporte de nobres madeiras; na extração de produtos aquáticos, como a tartaruga e o "mandacaru" (peixe-boi); na lida com o gado vacum e cavalos nos Pastos Bons, etc (CANCELA, 2012, p. 268-269).

Sobre o pedido das nativas, o Conselho Ultramarino defendeu que do governador "[...] hé seu dever o cuidado que deve ter nesta Repartição para que se não queixem os mesmos Indios"²⁸. De forma que deferiu o pedido da indígena Sinflosia e suas filhas, pela seguinte sentença: "Passe a Provisam requirida e na conformidade do que se expedio por esta Provisam de 07 de Novembro de 1782"²⁹. Assim, uma legislação provinda de uma situação conflitiva colonial (a de Maria Joaquina) serviu como anteparo metropolitano e experiência histórica e jurídica para o atendimento dos pedidos de outras ameríndias em condição similar na mesma Capitania.

²⁸ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 71, d. 6183.

²⁹ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 71, d. 6183.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Requerimento do indígena Agostinho Maciel

Liberdade semelhante de moradia efetiva e dispensa a portarias pleiteou o indígena Agostinho Maciel em seu requerimento³⁰, destinado ao príncipe regente d. João e futuro rei d. João VI, datado de 18 de maio de 1796. Em sua súplica, Agostinho definiu-se como: “[...] índio Americano morador e cazado na Villa de São Jozé de Guimarães do Cumã, na Comarca da Cidade de São Luís do Maranhão”³¹. Neste documento, o nativo narra que nasceu e viveu como escravizado até o momento em que d. José I promulgou a Lei Geral das Liberdades dos Índios, de 1755, o que nos informa que Maciel possuía, ao menos, 41 anos. Após a publicação da Lei de 1755, Agostinho optou voluntariamente com sua família por conservar-se na residência do seu antigo administrador, o padre Roberto Martins, vigário colado³² da Vila de Alcântara. Após a morte do religioso, o requerente e seus parentes transferiram-se para a casa do cunhado de Roberto, Félix Fiesco Collares, na mesma Vila de Alcântara, lá residindo até o falecimento de Félix, quando viram-se sem recursos para sobreviver, pois não possuíam terras para ou animais para proverem-se.

Tal foi a razão para que o suplicante e seus pais resolvessem se mudar para a Vila de Guimarães, local em que residia quando escreveu o requerimento. Essa vila foi descrita pelo nativo como uma povoação nova e habitada majoritariamente por índios, e suas terras “[...] além de férteis, produzem bem todos os gêneros daquele Paiz”³³. Agostinho detalha que logo após a chegada de sua família, eles foram logo alistados como moradores efetivos pelo diretor da povoação, sendo assim também encarregados para o serviço real e de portarias particulares. O requerente defendeu que sempre lidou com suma e humilde obediência aos juízes e diretores daquela vila, jamais isentando-se ao trabalho quando “[...] mandados para as Portarias dos governadores daquela Capitania, tanto para o Serviço de Vossa Magestade, como para o serviço dos seus vassallos, sem que nelles ouvesse nunca a mais mínima repugnância”³⁴. Todavia, como frequentemente a sua família era destinada às portarias, e como regamente as cumpriam, não estavam possuindo tempo para o trabalho em suas próprias lavouras, chegando ao extremo de “[...] de não terem que comer, e menos que vestir”³⁵.

334

³⁰ REQUERIMENTO do indígena Agostinho Maciel, morador na cidade de São Luís, para o príncipe regente d. João, solicitando provisão de liberdade para ser dispensado, juntamente a sua família, de portarias particulares, e para servir apenas uma vez a do serviço real. 18 de maio de 1796. AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.

³¹ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.

³² O vigário colado era o religioso indicado pela Coroa portuguesa ou governo imperial, que se sujeitava ao bispo, recebia côngruas e vivia permanentemente em uma paróquia canônica e legalmente constituída (BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria, 2008, p. 204).

³³ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.

³⁴ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.

³⁵ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Agostinho argumentou que a sua família não chegou a essa extrema situação por ser “[...] entregue ao ócio e por indigência sua, mas porque não se izentão, nem se izentarão nunca do Real serviço de Vossa Magestade Fidelíssima, de quem se confissão, e reconhecem fiéis vassallos”³⁶. Essa era a razão pela qual a família Maciel chegava aos pés do Príncipe Regente a suplicar que os seus membros fossem isentos de portarias a trabalhos particulares, e ainda às destinadas ao serviço real, que fossem apenas uma vez a cada ano. Agostinho também requereu que não se coincidissem o período de serviço das portarias dos seus filhos com a sua e a de seu pai, para que sempre alguém ficasse trabalhando na lavoura, reivindicando garantias laborais providas das dificuldades de sua própria vivência dentro dos mundos do trabalho colonial.

Quando tivesse autorização para se dedicar às lavouras de gêneros agrícolas, sobre os quais o requerente ressaltou que possuía suficientes terras e capacidade para plantá-las, Agostinho ressaltou que conseguiria pagar os competentes dízimos, as primícias e sobreviver, assim como seus familiares, pois eram “[...] as terras deste Pais as mais fecundas para todas as plantações”³⁷. Finalmente, o indígena sustentou que nessa nova configuração de trabalho proposta a Sua Majestade “[...] viverão mais bem remediados, que de outro modo, nunca os Índios destes Paizes, sairão da mizéria com que se achavão quando se achavão sendo escravos”³⁸.

Em seu auto de justificação, Agostinho ressaltou ser filho legítimo do indígena Apolinário Maciel e sua mulher Nazária Martins, sendo criado inicialmente na casa do reverendo Roberto Martins, e após seu falecimento, em casa de seu cunhado Félix Colares. Argumentou ser morador efetivo da vila de São José de Guimarães, na qual foi partícipe de todas as portarias particulares e régias, nunca recaindo na temida ociosidade que o Diretório dos Índios caracterizava como destino natural dos indígenas que não viviam sob tutela luso-brasileira. E, por fim, defendeu o seu requerimento de liberdade pela Lei de 06 de junho de 1755.

Para a defesa de sua súplica, o indígena indicou três testemunhas, os quais confirmaram os itens de sua justificação: Floriano Lopes de Freitas, indígena natural e morador da Villa de São José de Guimarães, casado e agricultor; Aurélio Cantanhede, homem pardo, natural e morador da mesma vila, casado e carpinteiro; Valério Correia, homem mameluco, natural e morador da Vila de Guimarães, casado e agricultor. Após auferidas as testemunhas pelo tabelião Bernardino Félix de Carvalho, o juiz ordinário, Manoel Garcia assim despachou a solicitação do indígena: “Hey por justificada a petição do justificante a folhas 2º, e 3º do que antepoño minha autoridade judicial de Notório, e se entregue-a preparada ao justificante por assim o requerer, e pague os custos”³⁹.

³⁶ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.

³⁷ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.

³⁸ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.

³⁹ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Como defendido por Mark Harris (2008, p. 42-43), a principal função do juiz ordinário no contexto amazônico pombalino, em relação às liberdades indígenas, era a de zelar pela tramitação material do processo do requerente. Para tal, o magistrado elaborava um dossiê com a inquirição de testemunhas, os autos de justificação e os requerimentos a serem destinados ao governador para ser dada a resolução. No documento em questão não está explícita a decisão do governador, todavia, há menções do Conselho Ultramarino sobre ela, como: “Deve informar o governador Capitam general do Maranhão sobre o uzo e prática das Portarias de que o suplicante se queicha”⁴⁰ e “Informe o governador, e capitão-general do Maranhão com o seu parecer na forma de resposta”⁴¹.

Assim, compreende-se que ou o desfecho dado pelo governador nunca tenha existido ou ele não contemplava os anseios do requerente indígena. Por essa razão o suplicante destinou a sua súplica ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, e tal órgão tenha cobrado maiores explicações ao Governo da Capitania, como evidenciado no parágrafo acima. Para tanto, o suplicante utilizou-se da Lei de 06 de junho de 1755, mas principalmente apresentou-se como um ativo defensor dos interesses da Coroa lusitana, e, por conseguinte, do “pacto de lealdade” estabelecido entre a Metrópole e a mão de obra originária do Maranhão.

A categoria teórica de “pacto de lealdade” desenvolvida por Francismar Lopes em sua tese “Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul” (2012) defende que as relações laborais dos indígenas assimilados às povoações luso-brasileiras setecentistas eram modeladas por pactos. Acordos tácitos nos quais os indígenas trabalhadores se comprometiam a seguir as normativas e expectativas do reino, e, em contrapartida, auspicavam melhores condições de trabalho e salários, assim como possíveis mercês e privilégios. Através da ferramenta de Lopes, assim como da produção de Steve Stern (1987), a qual defende o condicionamento da deferência e da inserção indígena aos mundos coloniais pela prévia negociação dos termos de trabalho e remuneratórios, analisa-se que o indígena Agostinho Maciel priorizou em seu requerimento o “pacto de lealdade” com a Coroa lusitana, secundarizando as relações laborais com os moradores da Capitania do Maranhão.

O nativo solicitou a dispensa de portarias, mas tão somente a de labores feitos a particulares, comprometendo a si e a sua família aos deveres do serviço régio (ainda que com seus condicionamentos, como o revezamento laboral entre os seus familiares nas portarias régias, bem como sua frequência ser de apenas uma vez ao ano). Agostinho relatou em seu requerimento que desejava dedicar mais tempo às suas terras para alcançar uma melhor forma de vida, como também para pagar os dízimos (recursos que eram, em parte, destinados ao reino português pelo sistema de padroado) e as devidas primícias aos padres e freis que viviam naquelas territorialidades.

⁴⁰ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.

⁴¹ Op. cit., AHU, Maranhão, cx. 90, d. 7478.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O indígena desejava liberdade, não para viver em ociosidade, mas tão somente para produzir gêneros agrícolas de subsistência em sua propriedade na Vila de Guimarães, produtos que seriam responsáveis pelo próprio abastecimento interno da Capitania. A agricultura foi caracterizada como um dos principais meios para se alcançar a civilidade dos povos originários no século XVIII, como consta do parágrafo 16, do Diretório dos Índios. E tal ascensão civilizatória era basilar para os projetos reivindicativos do reino Lusitano, em um contexto de disputa territorial de fronteiras pelo Tratado de Madrid (1750). Dessa forma, Agostinho auspicava movimentar-se dentro do complexo “pacto de lealdade” entre os nativos trabalhadores do Vale Amazônico e a Coroa Lusitana, regido pelos noventa e cinco parágrafos do Diretório do Índios, vislumbrando novos e maiores horizontes vivenciais de liberdade, em um evidente exemplo de resistência adaptativa.

Infelizmente, não ficou registrada na fonte primária a decisão final dada pelo Conselho Ultramarino à solicitação do nativo Agostinho Maciel, bem como não foi encontrada documentação subsequente referente ao caso. Todavia, em um universo social de protagonismos originários, como o do Vale Amazônico setecentista, não é precipitado afirmar que o ameríndio buscou em outras formas e instrumentos de resistência adaptativa as chaves para uma vida mais condizente aos seus interesses pessoais e familiares.

337

Considerações finais

Assim, verifica-se que os ameríndios assimilados às vilas e lugares do Maranhão Pombalino foram agentes protagonistas na constituição dos espaços sociais, econômicos, políticos e religiosos do Vale Amazônico da segunda metade do século XVIII. Utilizando-se de legislações favoráveis (como a Lei de 1755 e a Provisão Régia de 07 de novembro de 1782), de agentes e instrumentos reinóis (como os procuradores dos índios e os requerimentos que elaboraram), de órgãos de concretização da justiça (Conselho Ultramarino) e, principalmente, de sua condição enquanto indígena (pessoas miseráveis, súditos luso-brasileiros e delimitadores das fronteiras nortistas), reivindicaram melhores condições de vida e espaços de liberdade.

Os nativos requerentes investigados compreenderam o tamanho de sua importância para o projeto colonizatório no Antigo Regime, e agenciaram seus papéis na defesa de seus interesses pessoais e coletivos. Para tal, demonstraram a sua corroboração e participação no “pacto de lealdade” firmado com a Metrópole, e esperaram, em retorno, a graça da Provisão de Liberdade de Sua Majestade. Demonstra-se assim, a efetiva integração desses ameríndios suplicantes à economia das mercês, mecanismo através do qual a Coroa gerava uma dependência dos vassalos, obrigando-os a prestar serviços através da oferta de recompensas, em uma rede mais ampla de pactos que envolviam Coroa, funcionários, instituições locais e vassalos (HESPANHA, 2009, p. 51-55).

O aceite ou a negativa pelo Conselho Ultramarino desses requerimentos estava muito mais condicionado aos interesses da Metrópole e ao gênero do suplicante do que a sua



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



fundamentação jurídica. Na Capitania do Maranhão, as decisões dadas pelo Conselho se nortearam pelos objetivos pombalinos de arregimentação do braço originário nas especialidades luso-brasileiras. Ainda que tivessem de ceder uma relativa autonomia aos ameríndios, como o fez ao deferir os pedidos de Sinflosia e suas filhas Joaquina e Anna Raimunda, era preferível ter esses nativos economicamente ativos nas povoações pombalinas do que em sertões indomados e inacessíveis.

A mesma lógica não se verificou no processo de Joaquim José, indígena que estava em idade de trabalho compulsório pelo Diretório Pombalino (entre 13 a 60 anos). Joaquim desejava trabalhar unicamente na residência de sua madrinha, a esposa de Domiciano José de Moraes, e possuiu o seu requerimento negado pelo Conselho Ultramarino, demonstrando que a Coroa possuía distintos parâmetros para analisar os casos processuais de homens e mulheres nativos no Maranhão Pombalino. Enquanto para as ameríndias em perfeitas condições laborais, havia uma permissividade do Conselho para laborarem apenas na casa de um morador ou moradora, a quem as havia criado desde os tenros anos. No caso de nativos homens em regimental idade de trabalho, o entendimento do Conselho era de que eles deveriam estar à disposição dos moradores da Capitania, até que se findasse o prazo de labor conforme o Diretório.

Infortunadamente, o desfecho de Agostinho Maciel não ficou registrado na fonte primária do seu requerimento. Demonstrando-se, assim, a necessidade de contínuas pesquisas e trabalhos sobre as realidades e resistências adaptativas dos indígenas trabalhadores do Estado do Grão-Pará e Maranhão, assim como do Estado do Brasil, durante a vigência do Diretório Pombalino, em todas as etapas jurídicas, desde a concepção pelo Procurador dos Índios até a análise lisboense.

338

Referências

ALDEN, Dauril. **The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond 1540-1750**. California: Stanford University Press, 1996.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os Índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino**. Oficina de José António da Silva: Parte I (1727) e Parte II (1728).



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CANCELA, Francisco Eduardo Torres. **De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808).** Salvador: PPGH/UFBA Tese (doutorado em História Social), 2012.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII).** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.

CORREIA, Helidacy Maria Muniz. **“Para o aumento da conquista e bom governo dos moradores”:** o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais.** Universidade Federal do Rio Grande (FURG), v. 10, n° 20, p. 241-263, 2018.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos:** colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Comissão Nacional de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DORNELLES, Soraia Sales. Registros de fundações, ereções e posses de vilas: um olhar sobre as vilas de índios do Maranhão. **Saeculum-Revista de História**, v. 26, n. 44, p. 308-327, 2021.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

HARRIS, Mark. O lobisomem entre índios e brancos: o trabalho da imaginação no Grão-Pará no final do século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 47, p. 29-55, 2008.

HESPANHA, António Manuel. Por que é que foi ‘portuguesa’ a expansão portuguesa? ou O revisionismo nos trópicos. In: MELLO E SOUZA, Laura; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (eds.). **O governo dos povos.** São Paulo: Alameda, 2009.

MARTINS, Diogo de Cambraia. **A economia amazônica na longa duração (1680-1807).** XII Congresso Brasileiro de História Econômica. Niterói, 2017.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John. O Escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. São Paulo, Secretaria da Cultura, 1992.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Reinventando a autonomia**: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania do Espírito Santo, 1535-1822. São Paulo: FFLCH Humanitas, 2019.

NEVES NETO, Raimundo. **Um patrimônio em contendas**: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750). Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. **Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

STERN, Steve. **Resistance, rebellion and consciousness in the Andean Peasant Word**, 18th to 20th Centuries. The University of Wisconsin Press, 1987.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

340



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PATRIMÔNIOS CULTURAIS EM DUQUE DE CAXIAS: DISCUSSÕES A PARTIR DOS PROCESSOS DE SOCIABILIDADE E DE ESTUDOS DE PÚBLICO

Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima¹
Ana Paula Cavalcante Lira do Nascimento²

Introdução

Este trabalho apresenta uma síntese de duas pesquisas realizadas na cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A cidade citada tem sido o nosso objeto de estudo na última década e nossas investigações partem da relação da população duquecaxiense com o patrimônio estabelecido nesse espaço. Os estudos produzidos priorizaram a perspectiva interdisciplinar visto que compreendemos o conceito de Patrimônio como um processo que deve ser analisado a partir de diferentes campos científicos pois concentra em si uma riqueza de discussões que nenhum campo isolado apresenta condições de assumir a totalidade desse desafio (CHUVA, 2012). Portanto, ele foi contextualizado a partir do viés histórico e da sua interrelação com a Museologia e a Sociologia Urbana, entre outros. Nesse estudo apresentamos uma relação entre os processos de sociabilidade e, a partir deles, da relação entre a população duquecaxiense com seus lugares de memória. O foco secundário está baseado em uma pesquisa de público realizada com o objetivo de conhecer o perfil de um recorte daqueles e daquelas que são a finalidade das ações desenvolvidas pelos espaços patrimoniais: a sociedade civil. Consideramos que os estudos de público têm contribuído tanto como um norteador para as próprias instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio brasileiro, como também para o planejamento de estratégias de políticas públicas voltadas para a sociedade civil, sendo um dos mecanismos de participação social nos debates sobre o patrimônio.

341

Patrimônio e lugares periféricos

Duque de Caxias é uma das cidades que compõem a região conhecida como Baixada Fluminense, que, por sua vez, integra uma das oito regiões que formam o Estado do Rio de Janeiro. Constitui uma área de 2.817,57 km² e uma população estimada de 3,7 milhões de

¹ Professora do PPG em Educação da UNESA. Pós-Doutora em História (UERJ) e do PPG em Cognição e Linguagem (UENF), Doutora em Sociologia (IUPERJ), Mestre em História (PUC-RJ), Graduada em História (UERJ).

² Doutora em Humanidades, Culturas e Artes (UNIGRANRIO), Mestre em Letras e Ciências Humanas (UNIGRANRIO), Graduada em Pedagogia (UNIGRANRIO). Professora do Colégio Brigadeiro Newton Braga (FAB/RJ).



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



habitantes, que corresponde a 23% da população do Estado do Rio de Janeiro. Responde por cerca de 11% do PIB do Estado, no entanto apresenta indicadores de pobreza e rendas bem inferiores. Dessa forma, é vista como um território periférico e estigmatizado. Simbolicamente, é como os “fundos” da metrópole.

Trata-se de uma visão, em parte, construída por imagens midiáticas que, constantemente, põem em primeiro plano as profundas desigualdades sociais. Imagens e notícias mais voltadas para a violência e a pobreza são bem destacadas nos noticiários. Essa região, porém, tem uma cultura muito rica, um acervo histórico variado e de grande relevância para a historiografia, tanto do próprio estado quanto do país. Nela, um acervo material e imaterial transita entre vestígios da presença de povos sambaquieiros e tupinambás, da ocupação portuguesa do período colonial, da arte sacra brasileira e de patrimônios mais contemporâneos.

Sua historicidade, por muito tempo, ficou preterida. Por isso, concordamos quando a Prof.^a Helenita Maria Beserra da Silva (2003, p. 28) afirma que a “historiografia brasileira apresenta uma grande lacuna no que diz respeito à Baixada Fluminense”. Essa lacuna tem tentado ser preenchida com o trabalho de pesquisadores que atuam nesse espaço. Entre eles, o Núcleo de Estudos Urbanos (NURBS) coordenado por uma das autoras, configurou-se como um espaço de discussão sobre as questões presentes neste cenário urbano: redes, narrativas, subjetividades e memórias. Um dos projetos era direcionado a investigação da cidade de Duque de Caxias a partir da perspectiva dos transeuntes e moradores dessa cidade, mediados pelas ações educativas patrimoniais.

As instituições participantes do projeto eram: o Museu Ciência e Vida (MCV – órgão da Fundação CECIERJ), a Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizola (BMLMB – órgão da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias) e o Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto (IHCMDC – órgão da Câmara Municipal de Duque de Caxias). O trabalho de pesquisa foi extenso, com duração de quatro anos. Nesse período, o grupo de pesquisadores do NURBS investigou o processo histórico de constituição de cada um deles, entrevistou os gestores e avaliou as atividades educativas desses aparelhos culturais.

Em 2019 demos continuidade a pesquisa com o objetivo de ampliar o estudo patrimonial a partir da escuta direta dos transeuntes e moradores da cidade de Duque de Caxias. Dessa forma, a opção pela pesquisa de público nos orientou para a compreensão desses espaços de memória e patrimônio partindo daqueles e daquelas que são a finalidade de funcionamento dos mesmos. No entanto era necessário delimitar ainda mais as instituições pesquisadas. Assim optamos pelos espaços municipais de acesso gratuito: O Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto e a Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizola.

Alguns lugares de memória em Duque de Caxias

Duque de Caxias tem uma população estimada de 855.048 habitantes, distribuídos em 467,319 km² de área territorial. Quanto aos dados econômicos, o salário médio mensal dos

342



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



trabalhadores formais é de 2,9 salários, e 37,8% da população duque-caxiense têm rendimento mensal per capita de meio salário-mínimo. Tais valores discrepantes, se comparados ao valor do PIB do município de R\$ 41.595.844,68, o fazem ocupar a segunda posição no *ranking* do Estado do Rio de Janeiro e o 18º lugar no *ranking* nacional (IBGE, 2010).

Essa discrepância afeta, de certa forma, as políticas de formação cultural da população que trabalha ou habita na cidade. Uma população carente economicamente estabelecida em uma cidade tão rica em termos culturais. De fato, não há escassez histórica, de documento-monumentos ou de locais de memória na cidade de Duque de Caxias. Dos séculos anteriores à colonização portuguesa à história mais contemporânea e mapeando apenas os bens móveis e imóveis do município, há uma variedade de itens portadores de patrimonialidade. Nem todos, porém, encontram-se patrimonializados. Na lista de bens tombados pelo IPHAN, estão inscritas a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (Processo 160-T-38; Livro de Belas Artes v. 1; n.º de inscrição 76; fl. 14) e a Casa Grande e Capela da Antiga Fazenda de São Bento (Proc. 564-T-57; Livro de Belas Artes v. 1; fl. 82; n.º inscrição 439). Alguns sítios arqueológicos foram identificados e catalogados pelo Museu Histórico Nacional. Parte do material também está salvaguardado nesse museu.

Em nível estadual, consta, no Guia dos Bens Tombados pelo Estado do Rio de Janeiro (INEPAC, 2012), os Caminhos de Minas (trecho da Estrada do Taquara; Serra do Mar/Mata Atlântica). Em nível municipal, a lista de bens listados é mais completa.

O propósito da exposição desse panorama é demonstrar que o mais importante ao discutir o patrimônio da cidade de Duque de Caxias é pensar na forma como a sociedade constitui seu patrimônio. Pensar também que o receio de perda dessa memória transforma esses espaços em lugares de memória (NORA, 1993). Pensar o patrimônio em Duque de Caxias implica considerar as disputas apresentadas por esse campo – disputas de poder, ideológicas e econômicas.

Do acervo apresentado, queremos adentrar nosso foco nos patrimônios que escolhemos como objetos de pesquisa, como aparelhos culturais e públicos, que contribuem para a educação integral dos habitantes e transeuntes dessa cidade. Intentamos apresentar esses espaços como laboratórios da memória. É uma apresentação breve, cuja intenção é contextualizar essas instituições na discussão sobre formação integral e ações educativas, e não traçar uma historiografia completa.

O Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira (ou Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias – IHCMDC) e a Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizola estão situados no primeiro distrito da cidade de Duque de Caxias. Algumas características são comuns às duas instituições. Ambas são órgãos públicos, de acesso gratuito e fazem parte da estrutura pública municipal. Todavia, respeitando as singularidades de cada uma, o aspecto que desejamos ressaltar aqui é o caráter educativo de cada uma delas que contribuem na formação integral dos sujeitos que transitam no espaço urbano duque-caxiense.

343



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Para pensar nas atividades culturais e educacionais desenvolvidas por essas instituições, é necessário um olhar para o passado e para o processo de constituição desses lugares em espaços educativos, inseridos na dinâmica educativa da cidade de Duque de Caxias. Entender, também, de que forma as mudanças do conceito de patrimônio, de educação museal e da própria concepção de educação são refletidos na função social desempenhada hoje tanto pela BMLMB quanto pelo IHCMDC.

O IHCMDC funciona no subsolo da Câmara Municipal, que, atualmente, passa por novas reformas estruturais. Em seus 47 anos de existência, a função social desse espaço permanece fiel ao seu objetivo principal: a salvaguarda de documentos importantes e referência de pesquisa historiográfica do município. Essa função tem-se ampliado consideravelmente, e seu reflexo é perceptível pelas diversas atividades que tem desenvolvido em diálogo com a cidade e seus sujeitos.

Quanto ao(s) uso(s) do IHCMDC, podemos afirmar que, ao longo do tempo de existência, manteve a proposta principal: trabalhar com a história da cidade e da região da Baixada Fluminense, recuperando, preservando e divulgando essa história com o conteúdo do acervo. Ainda assim, o IHCMDC também variou suas funções e seus usos ao investir no diálogo com a cidade. De que forma? Estabelecendo uma relação dialógica com os representantes de cultura do município (artistas locais, artesãos, literatos etc.), com as escolas/universidades públicas e particulares, com as associações de bairro, com outras instituições que têm propósitos em comum, entre outros. O IHCMDC busca ir além de um espaço de referência e guarda bibliográfica e documental. Seu público-alvo é a população em geral. Trata-se de um objetivo que busca cumprir, dentro desse movimento de proatividade, de saída desse espaço abaixo do solo, subtraído ao olhar e à curiosidade dos sujeitos.

Apesar dessa condição, as atividades realizadas são potencialmente educativas. São palestras, oficinas, organização de eventos acadêmicos, exposições permanentes, entrevistas registradas em audiovisual com habitantes da cidade e da Baixada Fluminense para a construção contínua do banco de oralidade, publicação da *Revista Pilares da História* (2012-atual) com artigos relacionados à história da Baixada Fluminense e da cidade de Duque de Caxias.

Várias dessas atividades são viabilizadas por meio da parceria com a Associação de Amigos do Instituto Histórico (ASAMIH), que foi criada em 2001 com uma meta: fomentar a participação e o apoio da sociedade civil em prol do IHCMDC. Outras atividades já foram realizadas ou são planejadas com o apoio de instituições de ensino e pesquisa, com a Secretaria Municipal de Educação e outros aparelhos culturais.

A Biblioteca Municipal Leonel de Moura Brizola é um monumento arquitetônico de 385m², distribuídos em dois pavimentos. Uma construção sobre pilotis que, junto ao Teatro Raul Cortez, forma o Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), nome de uma das figuras de destaque na arquitetura brasileira contemporânea e o arquiteto responsável pelo planejamento do Centro Cultural. O CCON abrange toda a área conhecida como Praça do Pacificador, um lugar central no 1º distrito de Duque de Caxias. Segundo Ítalo Campofiorito, amigo de Niemeyer, o arquiteto tinha “a preocupação de preservar os espaços vazios entre

344



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



os prédios, para manter a sua escala monumental”, o que confirma que o CCON foi pensado e planejado como um monumento, um troféu para a cidade.

A BMLMB, que foi criada com a missão de integrar, valorizar e estimular a difusão cultural à comunidade; ser um espaço vivo e dinâmico; tornar-se uma referência cultural em Duque de Caxias quanto à informação, reflexão, construção de conhecimento e de preservação de documentos, ainda estava bem distante dessas finalidades. Várias estratégias de ação foram elaboradas, como abrir alguns espaços internos (como o primeiro pavimento) e os pilotis para a cidade, democratizando esses espaços com outros grupos artísticos e culturais, “do rock ao funk, do pagode ao samba” (NURBS, 2016).

Na realidade, a articulação da BMLMB com esses grupos e coletivos, como a festa Cypher, Baile Charm, Conexsoul e outras, é atravessada por questões de segurança e de resistência. Para Santos (2014, p. 15), a reurbanização da Praça do Pacificador tinha a intenção de criar um espaço disciplinado, que não leva em consideração as práticas espaciais dos praticantes que existiam antes, grupos que, atualmente, tentam reivindicar o espaço que era deles. A posição disciplinadora tem desagradado aos grupos, pois, antes, as festas aconteciam no meio da praça e sem horário de término. Atualmente, “as festas nos Pilotis agem dentro de certas limitações, como horário para começar e terminar”, e têm provocado insatisfação de alguns organizadores, que pensam em transferir os eventos para outras praças da cidade. A questão não é somente o horário e o espaço, mas também os conflitos com os guardas municipais.

345

Mesmo sem possuir mais uma sala exclusiva na Biblioteca, a guarda municipal e a polícia militar estão autorizadas pela Prefeitura a fazer da Biblioteca uma base espacial de segurança e vigilância pública naquele trecho de Duque de Caxias. Seja em frente à Biblioteca ou em seu interior é grande a circulação de policiais e guardas municipais, especialmente nos finais de semana. (SANTOS, 2014, p. 15)

Mesmo investindo numa atuação mais aberta à cidade, a BMLMB está inserida nesse conflito pelo direito à cidade. Afinal, era um espaço de grupos, coletivos e sujeitos que usavam a praça muito antes da revitalização. Alguns optaram por sair desse espaço, enquanto outros resistem e buscam se adaptar a uma nova situação.

Tanto o IHCMDC quanto a BMLMB buscam realizar atividades para a comunidade de seus entornos a fim de contribuir no exercício da cidadania. É um movimento proativo que compreende que a existência de um patrimônio ou de uma instituição cultural não garante a apropriação desses espaços pelos sujeitos. Para democratizar, é preciso dialogar com o público, ir ao encontro dele e conhecer os sujeitos que formam essa categoria.

Os estudos de público e o debate sobre o patrimônio

Público pode ser definido como um “fenômeno particular da vida coletiva, diferente de fazer parte de uma multidão”, de algo aleatório (KÖPTCKE; PEREIRA, 2010, p. 813). É um organismo vivo que se faz e se refaz continuamente, formado por diferentes grupos sociais,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



que desenvolvem especificidades baseadas em comportamentos, atitudes e expectativas diversas. Enfim: “Conhecer o público e o não público dos museus, é fundamental para a análise e o debate sobre a democratização das instituições museológicas, e o seu uso (e não uso) por parte dos diferentes setores da sociedade contemporânea” (Museus em números, 2011, p. 93).

Para construir um perfil de público do Instituto Histórico e da Biblioteca Municipal optamos pela coleta de dados por pesquisa indireta. Por conta da pandemia de SARS-Cov-19, a pesquisa de campo foi realizada somente com a aplicação de um questionário semiestruturado via mídias sociais, sem a identificação nominal dos sujeitos participantes. O conteúdo do questionário foi estruturado de forma a contemplar a identificação de um perfil sociodemográfico, o perfil cultural e o perfil de opinião. Importante destacar a submissão e aprovação desse instrumento pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CONEP). O formulário foi elaborado digitalmente por meio da plataforma *Survey Monkey* e disponibilizado em plataformas digitais, como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*, durante os meses de agosto e novembro de 2020.

Definimos como critério de inclusão na pesquisa apenas os sujeitos que tinham algum tipo de ligação com a cidade de Duque de Caxias, como lugar de moradia, estudou e/ou trabalho. A realização dessa pesquisa envolveu riscos mínimos aos participantes, pois garantiu o anonimato e a privacidade.

Os questionários semiestruturados foram aplicados durante o período de pandemia, sem contato direto da pesquisadora com os participantes da pesquisa. Os dados coletados foram tratados estatisticamente e geraram um material muito amplo. Diante disso, optamos por trabalhar com a amostra maior, representada pelo público feminino, para não perder qualidade de informações que necessitaram de cruzamento de variáveis.

Por fim, o terceiro bloco foi planejado de forma direta com os objetos de pesquisa e a maneira com que os sujeitos que não utilizam esses aparelhos – que chamamos de não público – compreendem esses espaços na dinâmica da cidade. As perguntas de 19 a 25 buscaram elencar, entre outros, as opiniões dos participantes quanto à função e à importância da BMLMB e do IHCMDC, perfil de público e investimento financeiro estatal nesses espaços.

Quando questionadas sobre a principal função da BMLMB e do IHCMDC na dinâmica da cidade, notamos que o não público associa esses espaços como locais educativos, de formação, de conhecimento e que deveriam ser objetos de maior valorização e divulgação pela cidade. Poucos comentários críticos foram direcionados a eles, como uma participante que afirmou que essas instituições são vias de ganho de dinheiro para o governo: “Ganho pro governo”. A maioria, porém, aponta uma leitura positiva:

“De formação cultural e de construção de cidadania”.

“Dinamizar atividades culturais na cidade”.

“São espaços de acesso e disseminação de cultura e conhecimentos importantíssimos para todos os cidadãos”.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



“Embora eu não conheço esses locais, é importante que as pessoas visitem esses espaços que, além de culturais, são educativos, deveriam ser mais divulgados e valorizados pelo povo”.

“Propiciam vínculo com a cidade, conhecimento, lazer e departamento para atividades culturais”.

Uma característica interessante que apareceu em comum às instituições pesquisadas como um dos principais objetivos foi o lazer. O que indica que essas instituições estão mais próximas e interessantes para uma população com pouco acesso às atividades culturais. Em contrapartida, a BMLMB teria como função principal uma relação mais direta com a aprendizagem e o IHCMDC, com a apresentação da história da cidade. Em ambas, ficou por último a função de discutir e debater as questões sociais relevantes para a cidade. Tal função, mesmo com limitações de orçamento e equipe de pessoal, essas instituições têm buscado realizar em seus espaços e de acordo com a proposta trazida pela Nova Museologia, que incentiva essa inserção dos museus e centros culturais nas problemáticas sociais.

Conclusão

Construir uma relação dialógica com a cidade, com o território, passa pela relação com os sujeitos agentes que dinamizam o cotidiano desses espaços. São eles que configuram o principal propósito da existência dos espaços culturais e educativos. Isso torna o público o X da questão (KÖPTCKE, 2012). Por isso, nas últimas décadas, no Brasil, há um investimento nas pesquisas de público e do não público, que, em nosso entendimento, é a categoria mais desafiadora. Ouvir os sujeitos que participam e não participam da dinâmica educativa das instituições culturais e patrimoniais nos ajuda a compreender a posição e a função desses espaços na relação com a cidade. Também é um caminho para o planejamento das políticas públicas e para a criação de indicadores de acesso à cultura que, embora seja um direito garantido por lei, ainda é mais acessível a classes economicamente favorecidas (CANCLINI, 1998).

Referências

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: Estratégias para entrar e sair da Modernidade. 2ª ed. SP: Edusp, 1998.

CHUVA, Márcia (org.). História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 34: p. 11-24, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda; PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. Museus e seus arquivos: em busca de fontes para estudar os públicos. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 809-828, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37935>. Acesso em 04 dez. 2020.

KÖPTCKE, L. S. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 1, n. 1, p. 209-235, 29 abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12643>. Acesso em: 11 mar. 2020.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

SANTOS, A. B. dos. Entre a Praça do Pacificador e o Centro Cultural Oscar Niemeyer: o espaço público. **Anais da 29ª RBA**, ago. 2014. ISBN: 978-85-87942-28-9

SILVA, H. M. B. A emancipação política do município de Duque de Caxias. **Revista Pilares da História**. Ano II, n. 3, dez. 2003. Disponível em: http://www.bvambientebf.uerj.br/banco_de_imagens/revistas_pilar_hist/03_revista_pilar_es_da_historia.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018

348



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DAS CRUZADAS A MISSIONAÇÃO: A MUDANÇA DA POSTURA PORTUGUESA NA PRIMEIRA MODERNIDADE AO ENCONTRAR A VERDADEIRA INFORMAÇÃO DAS ÍNDIAS DO PRESTE JOÃO

Wallace de Oliveira Machado¹

Introdução

Para este trabalho, foi escolhida a resultante da minha pesquisa de mestrado, intitulada “*A caminho das Índias: a transformação do imaginário no olhar do viajante europeu na primeira modernidade*”, realizada no PPGHS da UERJ FFP, na qual foi abordada a presença portuguesa na região da Etiópia no século XVI, entendida como as Índias do Preste João. Este trabalho tem o objetivo de expor como a visão portuguesa foi modificada após o retorno da embaixada lusitana na região da Etiópia, entre os anos de 1515 e 1526, e como o desdobramento dessa embaixada pode ter sido resultado da obra do padre secular e capelão Francisco Álvares, que foi imortalizado no livro “*Ob Preste João das Índias: A verdadeira informação das Índias do Preste João*”, publicado em forma impressa no ano de 1540 em Portugal, sendo a única edição lusitana impressa do século XVI. Para a análise do livro, foi utilizado como método a análise de conteúdo de Lawrence Bardin (BARDIN, 2011), na qual os temas mais importantes foram destacados da obra, sendo contabilizadas as ocorrências e os contextos em que foram apresentados.

349

A visão cruzadística europeia

Havia uma relação intrínseca entre a figura do Preste João e o pioneirismo português durante a expansão marítima. Alguns estudiosos da área apontam que, entre os fatores que levaram os portugueses a se lançar ao mar, o Preste João talvez não fosse um motivo, mas sim um dos objetivos do movimento de navegação portuguesa pela costa africana. Os portugueses, em sua expansão, tinham também como meta encontrar esse mítico rei, que poderia auxiliá-los nas empreitadas contra os muçulmanos ou que, com sua ajuda, tornaria o acesso às riquezas das Índias mais próximo. Luiz Felipe Tomaz afirma que o infante D. Henrique ansiava por encontrar o Preste João, pois sabia dos rumores sobre o monarca, como por exemplo que o superior do mosteiro em Jerusalém tinha participado do Concílio de Florença, em 1441, e se aproximado do monofisismo etíope, movimento esse que estava no bojo da aproximação entre o negus etíope e o rei de Aragão, Afonso V (THOMAZ, 1998, p. 120). O

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS UERJ-FFP), financiado pela CAPES. Mestre em História Social pelo mesmo programa. E-mail: Uerjwallace@gmail.com.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



que se pode compreender é que a relação da expansão marítima possui também um cunho cruzadístico.

Para entender melhor essa ideia, é preciso recuar ao período medieval e compreender as estruturas que moldaram a imagem do mítico rei. Durante a Segunda Cruzada (1147-1149), supostas cartas de um rei cristão oriental circularam nas principais cortes europeias, sendo enviadas ao Imperador do Sacro Império Romano Germânico, ao Imperador Bizantino e ao Papa. Otto, bispo de Freising, foi um dos principais responsáveis por difundir a imagem de um rei habitante das Índias que pretendia auxiliar os aliados cristãos em uma empreitada contra os inimigos da seita de Maomé (RAMOS, 1999, p. 240).

Nessas cartas, o Preste João seria um rei que acumulava poderes temporais e atemporais, tendo entre os homens o título de rei e, perante Deus, o título de presbítero, como o mais humilde servo. Algo que poderia remontar à questão das investiduras na Europa medieval, pois evocava os poderes temporais e atemporais do monarca.

entende-se crê sem falhas que eu, Preste João, sou o senhor dos senhores e me vantagem a todos os reis da terra inteira, em todas as abundâncias que existem debaixo do céu, em força e em poder. Setenta e dois reis são nossos tributários. Somos um cristão devoto e, onde quer que haja cristãos pobres, que o poder da Nossa Clemência Governa, defendemo-los e sustentamo-los com as nossas esmolas (JOÃO, 1998, p. 55)

350

Ele seria um rei com imenso poder bélico, marchando à frente com o símbolo do cristianismo, a cruz, como insígnia de sua devoção. Seu reino no Oriente, que remontaria aos Reis Magos e a São Tomé, fazia com que suas terras fossem povoadas por sortilégios e maravilhas. Os prodígios seriam um elemento marcante em suas descrições, justamente como um aspecto que fundamenta a ideia das terras ao Oriente, pois esse recorte espacial abarcaria toda sorte de criaturas, populações e riquezas desconhecidas e almejadas pelo homem europeu (ECO, 2013, p. 101–106).

Nascem também em nossa terra cavalos e burros selvagens, homens de cornos, bois selvagens, homens selvagens, monóculos, homens com olhos adiante e atrás, homens sem cabeça, com a boca e os olhos no peito, cujo comprimento é doze pés, e a largura seis; na cor, são semelhantes ao ouro puríssimo; homens com doze pés e seis braços, doze mãos, quatro cabeças, em cada uma das quais têm duas bocas e três olhos. Nascem ainda nas nossas terras mulheres com grandes corpos, barba até às mamas, cabeças raspadas, vestidas de peles, ótimas caçadoras, que criam animais selvagens com cães para acaçá, leão contra leão, urso contra urso, cervo contra cervo e assim todos os outros (JOÃO, 1998, p. 57)

Nelas, não existiria a fome, pois choveria maná, e os homens que dele comessem viveriam mais de cem anos. As cartas relatavam riquezas, como a opulência do rei oriental, e



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



afirmavam que ele estaria apto a auxiliar os cristãos ocidentais na verdadeira empreitada: recuperar a Terra Santa.

A Nossa terra escorre mel e abunda leite. E nenhuma terra nossa os venenos são nocivos nem coaxa a rã palradora, não existe o escorpião nem a cobra serpenteia na erva. Os animais venenosos não podem habitar neste lugar nem aqui causar qualquer dano. Através de uma província nossa, onde vivem os pagãos, corre um rio chamado Idono. Esse rio, saindo do paraíso, estende o seu curso por toda aquela província em diversos meandros e aí são encontradas pedras naturais, esmeraldas, safiras, carbúnculos, topázios, crisólitos, onixes, berilos, ametistas, sardas e muitas pedras preciosas. (JOÃO, 1998, p. 63)

As cartas tiveram um enorme apelo no período das cruzadas e ganharam sustentáculo na literatura, fazendo do Preste João um dos personagens mais icônicos da Europa (GODINHO, 1985a, p. 37). As narrativas de viagens do período, como as de Marco Polo no século XIII (POLO, 1997) e Jean de Mandeville no século XIV (MANDEVILLE, 2007), entre outros, com maior ou menor índice de veracidade, descreveram partes do Oriente e citaram a existência de um cristianismo e de um rei que foi entendido como o Preste João. Durante os séculos XIV e XV, os cristãos da região da Etiópia tiveram contato com os europeus, seja por meio das relações comerciais no Oriente Médio e na região do Levante, seja pela promoção de peregrinações realizadas pelos abexins até a Terra Santa. Sabe-se que, no século XV, algumas delegações etíopes foram enviadas à Europa a fim de negociar uma aproximação. Entre 1431 e 1449, o Concílio de Florença contou com a participação da delegação etíope, convidada pelo próprio Papa, para resolver a distância criada pelo Concílio de Calcedônia, no século V (ALMEIDA, 1999, p. 261).

Foram em contextos como estes que a imagem do Negus da Etiópia passou a ser relacionada com a imagem do Preste João das Índias, sendo essas Índias pensadas onde hoje é reconhecida como a África Oriental ou o Chifre da África. Para compreender essa ideia, é preciso levar em consideração que as noções sobre Etiópia e Índias no século XV não passavam de grandes generalizações. O termo etíope significava “caras queimadas”, fazendo alusão à cor da pele (BETHENCOURT, 2018, p. 24). A terra dos etíopes, a Etiópia, fazia referência a toda a região da África, dividida em quatro partes: Congo, Angola, Moçambique e Monomotapa, além do topônimo posterior Etiópia Alta, que foi cunhado no século XVII por Baltasar Telles (CARAMAN, 2001, p. 1339). Nesse mesmo viés, a Índia era mais uma terra idealizada do que concreta, sendo também uma região imprecisa (BOXER, 1969, p. 43). É neste ponto que Luis Felipe Thomaz aponta que uma das ideias que explicaram a expansão portuguesa na historiografia era o objetivo de aproximação dos portugueses com o mítico rei cristão, para abrir uma nova frente de combate contra o Islã, desta vez vinda do Oriente. O reino do Preste João auxiliaria os portugueses a asfixiar o comércio de especiarias muçulmano, rompendo com o eixo Índia-Meca-Mediterrâneo. Esse pensamento seria

351



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



combatido de dentro da corte portuguesa pelo fato de que o comércio atlântico já era rentável (THOMAZ, 1998, p. 172–173).

Seja pelo ponto de vista estritamente religioso, com a aproximação entre os cristãos, seja pelo ponto de vista econômico, com a derrocada da hegemonia muçulmana no Mar Vermelho ou em Ormuz, a aproximação com o reino do Preste João seria vantajosa para os cristãos ocidentais, principalmente para os portugueses que desejavam fazer frente no Oriente.

Os planos lusitanos para as Índias

Os portugueses, em expansão pela costa da África, visavam superar suas limitações, seja em relação ao trigo, mão de obra ou ouro (GODINHO, 1985b, p. 85), mas também o faziam com curiosidade sobre a região e sobre o monarca lendário. Esse processo de expansão do mundo conhecido pelos lusitanos fazia com que buscassem os grandes rios que, em tese, seriam afluentes do Nilo, cuja nascente estaria nas terras do Preste João, na região das Índias, que por sua vez estaria próxima ao paraíso (HOLANDA, 2010, p. 114). O Preste João cercou esse imaginário português na fase das navegações. D. João II promoveu uma empreitada para a região das Índias do Preste João, enviando dois padres, Antônio de Lisboa e Pêro de Montarroio, ainda em 1486 (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 23). Essa missão não progrediu, pois, por não saberem o idioma árabe, não prosseguiram além de Jerusalém e retornaram. Um ano depois, o rei enviou uma nova expedição para as Índias, desta vez com Pero de Covilhã e Afonso Paiva, que seguiram via Mediterrâneo para o território das Índias; enquanto pelo Atlântico seguiu a empresa de Bartolomeu Dias, também com cartas para os líderes das Índias, incluindo o Preste João (BOXER, 1969, p. 56). Apenas Pero de Covilhã conseguiu dar prosseguimento de fato no território das Índias, dando continuidade à empresa de seu amigo, que faleceu antes de completar seus objetivos. No entanto, Covilhã deu suas últimas notícias no Cairo e entrou no território da Etiópia, desaparecendo. Apenas com o retorno da embaixada de D. Rodrigo de Lima, em 1526, a coroa portuguesa teve notícias dele.

A embaixada portuguesa nas terras do Preste João teve êxito apenas na terceira tentativa, quando, por meio de um mercador armênio denominado Matheus, as autoridades abexins conseguiram entrar em contato com os portugueses para estreitar relações. O mercador entrou em contato com os portugueses em Goa, no ano de 1512, sendo interrogado e depois enviado para Portugal em 1514, onde teve de depor para o rei suas intenções e seus objetivos. Ele entregou uma carta da rainha regente Helena pedindo, em nome do rei cristão da região, uma aliança entre o reino de Portugal e o reino das Índias (ALMEIDA, 1999, p. 265). Essa embaixada foi formada no reinado de D. Manuel, que deu prosseguimento às ideias de D. João II sobre o contato com o Preste João. Todavia, dentro da própria corte havia uma discordância sobre os objetivos dos portugueses na região das Índias: um grupo acreditava que os portugueses deveriam se ater a uma relação mais mercantil, sem tanto envolvimento da coroa em sistemas diplomáticos e alianças com os potentados locais, como defendia o Barão de Alvito e seu sobrinho, o Governador Geral das Índias, Lopo Soares de Albergaria;

352



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



enquanto outros acreditavam em uma aproximação com os cristãos orientais para um futuro estabelecimento hegemônico dos portugueses e cristãos na região das Índias, como, por exemplo, o embaixador D. Duarte Galvão (THOMAZ, 1998, p. 198–199).

A coroa portuguesa buscou formar uma embaixada na região da Etiópia e, por sua vez, galgar uma hegemonia cristã na região do Mar Vermelho. Ela saiu de Portugal em 1515 rumo a Goa, passando pelo Atlântico. A empresa portuguesa sofreu revezes para acessar a região da Etiópia. Um desses revezes foi a própria resistência do Governador Geral das Índias, Lopo Soares de Albergaria, que era resistente à empresa e não auxiliava no que podia, como afirma o padre Álvares no primeiro fôlio do livro na edição de 1540 (ALVARES, 1540, p. 1). Em uma dessas tentativas, o embaixador D. Duarte Galvão morreu, deixando a embaixada sem um líder. Coube ao novo governador das Índias, Diogo Lopes de Sequeira, escolher D. Rodrigo de Lima para capitanear a embaixada. Com o novo embaixador, eles adentraram na Etiópia em 1520, onde permaneceram até 1526 (FICALHO, 1898).

O contato entre a embaixada portuguesa e as Índias do Preste João foi imortalizado pelo padre e capelão Francisco Álvares, que, durante a estada da embaixada em terras etíopes, produziu uma obra impressa supracitada. Durante a permanência da embaixada, alguns elementos vieram à tona a respeito dos abexins ou habitantes das Índias e sobre a intenção dos portugueses. Começando pela segunda parte, fica claro o pensamento dos portugueses a respeito das idealizações sobre as terras das Índias e sobre os objetivos a partir desse pensamento.

Como método de análise escolhido para o desenvolvimento da dissertação de mestrado, foi utilizada a análise de conteúdo de Lawrence Bardin. A partir dos termos mais importantes e de suas repetições presentes na obra, tornou-se possível compreender aquilo que interessava aos portugueses no momento do contato, sendo contabilizados os conteúdos e os contextos que eram colocados. Um dos elementos que se sobressaiu foi a unidade mouro, sendo uma referência aos muçulmanos que existiam naquelas terras. Os portugueses marcaram o conflito pensando nos mouros em uma relação tipicamente maniqueísta: os mouros que estavam dentro das terras do Preste eram classificados como falsos e corruptos ou, na melhor das condições, como servidores; os mouros externos eram sempre considerados inimigos e hostis. Essa relação mostra como os mouros são pintados na obra, sendo reivindicadas duas situações plausíveis para encaixar os mouros: ou abaixo dos cristãos como servidores ou sendo combatidos.

Outro elemento importante que a obra traz à discussão seria a noção sobre as representações das terras do Preste João. No decorrer das descrições dessas terras, assumidas como Índias, elas foram cotejadas com histórias e lendas sobre riqueza e opulência, presentes nas outras narrativas de viagem que antecederam a embaixada. Em algumas partes da obra, o padre narra que os portugueses chegaram em sítios específicos se baseando em histórias e buscaram comprovar as mesmas. Como, por exemplo, o evento em que passaram o dia na terra lavrando-a, pois se basearam em uma das histórias que nas terras do Preste João, com o cair da chuva, pululavam pepitas de ouro. No entanto, os portugueses teriam passado o dia inteiro

353



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



e não teriam encontrado nada (ALVARES, 1540, p. 27). Em outro momento, se reivindicou a autoridade literária das viagens do Infante D. Pedro, que teria viajado as sete partidas, quando falou das terras das Amazonas enquanto esteve no reino de Damute.

E dizem que nas cabeças destes reinos de Damute guorage contra ho sul he ho reino das Amazonas, e nam sam segundo me parece e me contarã como nos dizíamos ou nos diz o livro do infante Dom Pedro: por que estas amazonas (se estas sam) todas tem maridos geralmente todo ho anno, e sempre em todo tempo cõ ellas e ellas com elles fazem sua vida e nã tem rei e tem rainha; estas nam he casada nem tem marido certo, contudo não deixa de fazer filhos e filhas: e há filha he herdeira em seu reino. Dizer ser mulheres de condição muito guerreira [amazonas] e pelejam encima de vacas e que são grandes arqueiras e de pequenas lhes fazem secar a mama esquerda por causa de não estravar o tiro de flecha. Dizem mais haver neste reino das amazonas muito infinito ouro e que desta terra vem o ouro para o reino de Damute (ALVARES, 1540, p. 117)

Neste ponto, compreende-se o motivo do subtítulo da obra, “A verdadeira informação das terras do Preste João das Índias”, que evoca a noção de verdade, na qual o fato e o testemunho ocular sobrepõem-se às narrativas. No decorrer do encontro entre abexins e portugueses, um elemento ficou claro: o objetivo dos portugueses. Um dos episódios mais emblemáticos da embaixada foi quando as autoridades abexins confundiram os portugueses com uma caravana de mercadores, criando um dos atritos mais sérios. O então embaixador D. Rodrigo de Lima posicionou-se contra a postura das autoridades locais, afirmando que nem ele nem sua ascendência tinham consigo essas práticas por serem nobres. Ele estava ali com uma missão mais importante, que seria aproximar os cristãos. Esse evento foi imortalizado no livro como o objetivo da embaixada: “unir cristãos com cristãos”.

Respondeu-lhe ho Embaixador que non vinham pera ser mercadores, mas que vinhã pera servir a Deos e a hos Reys, ajuntar christãa com Chriftãa. [...] Primeiramente dissemos que ho frade foy dizer a ho embaixador que comprasse e vendesse que lhe davam pera isso licença: e que disto fe espantava muito ho embaixador, porque ele nem seu pay, nem may, nem avos nam compravam nem vendiam, nem tinham tal officio: e que outro tanto era dos fidalgos e pessoas que com esse vinham nunca tiveram tal costume. (ALVARES, 1540, p. 62)

O foco dessa empresa seria, de fato, estreitar relações entre os portugueses e o Preste João, para assim conseguir a tão idealizada hegemonia cristã no Mar Vermelho.

A virada interpretativa

O objetivo da embaixada, como exposto, era aproximar cristãos de cristãos, em uma rede de aliança e diplomacia que remontava ao período medieval, unindo a cristandade contra as seitas de inficéis. Partindo desse viés, torna-se perceptível na obra como os mouros são



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



retratados como inimigos naquela região. Entretanto, não foi apenas a imagem dos muçulmanos que saiu prejudicada nessa “tradução” do outro para o livro impresso. O processo de criação da alteridade, ao transformar o desconhecido em conhecido, pelos portugueses - para os portugueses - fez com que a imagem dos etíopes fosse relacionada a noções complexas. A composição da imagem do etíope foi atingida, principalmente, por não corresponder ao plano da idealização dos portugueses sobre as Índias do Preste João. Os etíopes e o território passaram longe daquilo que foi idealizado por toda uma narrativa lendária europeia.

Um dos pontos mais criticados da cultura abexim foi justamente o que motivou a aproximação: a religião. Aqui é preciso fundamentar a diferença histórica entre o cristianismo europeu-latino e o etíope-copta. A Etiópia seria cristã desde o fim do século V, com a atuação de S. Frumêncio (SILVA, 2006, p. 201). Esse cristianismo teria se desenvolvido entre os costumes locais e sido influenciado pela articulação bizantina na região, assim como por ordens monásticas siríacas. A organização do cristianismo, ainda sob a figura de Frumêncio, estaria submetida ao patriarca de Alexandria, logo ao rito copta, sendo ele o responsável por escolher o abuna, ou bispo, da Etiópia. Esse contexto breve, no entanto, significativo, demonstra a diversidade que a religiosidade etíope apresentava no século XVI.

Neste período, havia uma constante circulação de credos cristãos no mesmo território. Para além do copta como religião oficial, que tem o abuna como líder, existe uma religiosidade popular, que tem a ordem dos eustatianos como defensora no interior da região do Tigrê desde o século XIV, trazendo uma conduta heterogênea à prática copta. Essa ordem ganhou adeptos entre os nobres locais e, em alguns períodos, o próprio Negus etíope. Para além do poder central e da religiosidade popular, havia a presença de outras ordens de credo siríaco e os católicos romanos na figura dos europeus. Esse levantamento exclui, obviamente, os muçulmanos, judeus e gentios existentes na região e no entorno.

Quando comparados os cristianismos etíope e católico, percebeu-se a separação entre ambos: os etíopes não respeitavam o matrimônio, mantinham a união com mais de uma mulher, principalmente entre a elite local. Vale observar que isso era uma prática popular e não algo fomentado pela igreja oficial. O Abuna, ou bispo da Etiópia, também condenava a prática da bigamia; porém, ele não tinha como se opor às práticas culturais mantidas pela população. Em um dos momentos, descobriu-se que, dentro da Etiópia, apenas os clérigos respeitavam o matrimônio, pois, quando se casavam com uma mulher, não contraíam concubinas ou mais de uma mulher para dentro de casa e não se divorciavam, tal como era hábito regional (ALVARES, 1540, p. 18).

Outro elemento crítico foi a noção da reconciliação; nesta parte, há uma imprecisão: se ela corresponde à ausência do rito ou ao seu desrespeito. Pero de Covilhã afirmou que não confessava fazia anos, pois naquela terra não se respeitava o segredo confessional (ALVARES, 1540, p. 92). De fato, não se compreende se é uma crítica fundamentada na existência do rito e no seu não cumprimento, ou se é infundada, pois o rito na prática não existiria; logo, o segredo confessional também não deveria ser observado. Dentre todos os

355



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



pontos de atrito na religiosidade, dois se destacaram, justamente pelo período em que a embaixada estava ocorrendo: o batismo e a presença da influência judaica no cristianismo. O problema levantado pelo batismo na região não seria o rito em si, mas aquilo que vinha acompanhado dele. Unido ao batismo, havia a prática da circuncisão, elemento notório entre os islâmicos e judeus, algo que foi ressaltado na obra. Na região, eles circuncisavam não apenas os meninos, mas também realizavam a prática da clitoridectomia com as meninas, algo comum até hoje em algumas regiões africanas (MOTT, 1988). Para além disso, havia, em contraste, a presença da apostasia dentro da Etiópia, o abandono do cristianismo em nome de outros credos e, em sequência, uma nova conversão ao cristianismo por algum outro motivo, que, na ausência da confissão, era resolvido com um novo batismo. Essa conduta foi tacitamente recriminada pelo padre, sendo um dos poucos momentos de posicionamento ativo do mesmo.

Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado. Os que se tornavam judeus e mouros, e depois por livre vontade reconheciam seus erros e demandavam misericórdia o Abima os absolveria com penitências saldáveis a suas almas se poder para isso tivesse, se não que fossem ao Papa de Roma em que são todos os poderes. E os que não se arrependiam, que os pudesse prendê-los e queimá-los que assim se faz na França e a Igreja de Roma (ALVARES, 1540, p. 85)

356

Outro elemento questionado foi a manutenção das práticas judaicas em conjunto com o cristianismo, como já afirmado sobre a circuncisão. Não apenas essa prática foi mantida, mas também havia a permanência da dieta *kosher* e a observância do *Shabat*, ao ponto de afirmarem as leis do Antigo Testamento em igual posição ao Novo. Essas práticas, disseminadas pela ordem monástica dos Eustatianos, foram acusadas pelo padre Álvares de judaísmo: “Deste mosteiro são os que mais judaizam em todos os reinos do Preste João” (ALVARES, 1540, p. 11), de forma direta no texto. Isso leva à compreensão de que os elementos criticados pelo padre, presentes na obra, referem-se à porosidade do cristianismo etíope em relação a outros credos que estão em contato. Logo, a religião foi um dos pontos mais criticados, justamente pela idealização da empreitada portuguesa para a Etiópia, em conectar o cristianismo ocidental com o oriental, em busca do combate aos infiéis. Apesar disso, na prática religiosa, haveria uma veia herética, justamente por essa intensa circulação de infiéis na região.

A presença portuguesa repercutiu no cenário europeu com um devido interesse no século XVI, após o retorno da embaixada, justamente pela penumbra do mítico Preste João. Todavia, a obra, embora não questione a conexão feita entre o Negus etíope e o Preste João, ressalta a realidade vista e vivida pelos portugueses naquelas partes. Esse elemento rompeu em muito com a idealização sobre as Índias maravilhosas do Preste João e sua concepção. A ideia da Etiópia passou a frequentar ativamente o imaginário europeu, não mais como toda a África; agora, ela especificamente estaria na Etiópia Alta, como foi chamada a região do reino do Preste João (CARAMAN, 2001, p. 1339). Além do livro do padre Álvares, outros



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



autores ibéricos se debruçaram sobre o tema, como Damião de Gois, João de Barros, Miguel de Castanhoso, João Bermudes, Gaspar Correia, Diogo Couto, Manuel de Almeida, Pero Pais e Balthazar Theles. Esses são apenas alguns autores que escreveram, no período dos séculos XVI e XVII, sobre a região ou sobre a cultura etíope na Península Ibérica.

Da empresa de Duarte Galvão e Rodrigo de Lima, há um hiato até 1532, quando o rei envia o mesmo padre ao Papa a fim de expor as novidades sobre a Etiópia, com o objetivo de repensar a postura portuguesa frente à erronia etíope e suas práticas que seriam corrigíveis (CORPO DIPLOMÁTICO PORTUGUÊS, 1865, p. 350). O que demonstra a mudança de postura frente aos etíopes, abandonando a busca de aliança cruzadística em nome de um proselitismo romano. Foi com os inacianos, após a empreitada de Galvão e Lima, que o rei português D. João III contou para a retificação do credo etíope. Com a chegada do primeiro missionário, André de Oviedo, em 1556, até a expulsão em 1632, a presença dos jesuítas na região foi unânime, não apenas para tentar corrigir os etíopes, mas também para fiscalizar a postura dos portugueses e dos mestiços radicados na terra.

A relação passada do anno de 1603, deixamos o padre Pero Paes entrado em Ethiopia, & já em Fremona povoação dos Catholicos, esperando que passase o inverno, como o Rey daqueles reynos lhe tinham mandado que o fizesse, pera logo depois ir a corte: em quanto aqui esteve a primeira cousa em que se preocupou de proposito, para bem daquelles Catholicos & Hereges. Foi em tresladar na língua amara que he mais politica, a cartilha de Fanta doutrina, a qual logo fez aprende & decorar aos mínimos, filhos dos Portugueses Catholicos, que ate entam nenhum ensino tinhaõ (COMPANHIA DE JESUS, 1607, p. 122)

357

Considerações finais

O que se pode concluir é que a obra “Oh Preste João das Índias: a verdadeira informação das Índias do Preste João” foi um dos primeiros retratos feitos pelos portugueses sobre a suposta Índia do Preste João e que, a partir desse contraste entre o idealizado e o observado, o intento cruzadístico paulatinamente deu lugar à missão catequética, seguindo o furor do período pela limpeza das máculas heréticas dentro do cristianismo. A partir da desnaturação do mitológico reino do Preste João, naquela região, a Etiópia foi mais aproximada às ideias sobre o continente africano e distanciada das noções idealizadas sobre as Índias, fazendo as idealizações darem lugar a uma visão mais objetiva e realista não apenas sobre o espaço, mas também sobre a população que ali residia.

Referências

ALVARES, F. **Oh Preste Johan das Indias: A verdadeira informação das terras de Preste Johan**. Lisboa: Imprensa de Luis Rodrigues, 1540.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



COMPANHIA DE JESUS. Livro IV. Em: **Relação Annval das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesu nas partes da Indias oriental**. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck, 1607.

CORPO DIPLOMÁTICO PORTUGUEZ. **Os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal: com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias Tomo II**. Lisboa: Typographia da academia Real das Sciencias, 1865.

Bibliografia

ALMEIDA, A. Da Demanda do Preste João à missão Jesuíta da Etiópia. **Lusitania Sacra**, v. 11, n. 2ª série, p. 247–294, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BETHENCOURT, F. **Racismos: Das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOXER, C. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969.

CARAMAN, P. **Etiópia** (C. O'NEILL, J. DOMINGUEZ, Eds.) **Dicionário Histórico da Companhia de Jesus: Biográfico Temático**. Madrid: Universidade Pontificia Comillas, 2001.

ECO, H. **História das terras e lugares lendários**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FICALHO, C. DE. **Viagens de Pêro de Covilhã**. Lisboa: Livraria de Antônio Pereira, 1898.

GODINHO, V. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Presença, 1985a. v. 1

GODINHO, V. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Presença, 1985b. v. 3

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JOÃO, P. **Cartas do Preste João das Indias**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1998.

MANDEVILLE, J. **As Viagens de Jean de Mandeville**. Tradução: França Susani. Bauru: EDUSC, 2007.

MOTT, L. **O sexo Proibido**. Campinas: Papirus, 1988.

POLO, M. **As viagens**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

358



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



RAMOS, M. **O Destino Etíope do Preste João: A Etiópia nas Representações Cosmográficas europeias.** Lisboa: Cosmos, 1999.

RUSSEL-WOOD, A. S. R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América.** Lisboa: DIFEL, 1998.

SILVA, A. DA C. E. **A enxada e a Lança.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

THOMAZ, L. F. **De Ceuta a Timor.** Lisboa: DIFEL, 1998.

359



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade
Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DESAFIOS JURÍDICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PAPEL DO DIREITO AMBIENTAL NA PROTEÇÃO DE COMUNIDADES VULNERÁVEIS FRENTE AO IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Gerso Pereira Alexandre¹

Giliarde Benavinito Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama²

Introdução

O desenvolvimento sustentável, conforme conceituado no Relatório Brundtland (1987), busca satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir as suas próprias necessidades. No entanto, em diversas localidades e nos mais variados contextos, observa-se uma crescente tensão entre avanço econômico e garantia de direitos fundamentais, sobretudo no que concerne às comunidades que habitam regiões afetadas por grandes empreendimentos de infraestrutura e exploração de recursos naturais (Wood Jr. & Morais, 2021).

O desenvolvimento econômico brasileiro, especialmente em setores como o agronegócio, a mineração e a construção de grandes obras de infraestrutura, tem gerado graves consequências socioambientais, particularmente para comunidades vulneráveis localizadas em áreas de exploração intensiva. Esses impactos não são apenas ecológicos, mas também sociais, afetando o direito à moradia, à saúde, à água potável e à participação cidadã (Pignati *et al.*, 2022; Azevedo, Viana & Oliveira, 2022).

Diante a esse cenário, registra-se o desafio de reavaliar os instrumentos do direito ambiental, não apenas sob a ótica da conservação dos recursos naturais, mas como garantidor dos direitos humanos básicos. A proteção ambiental, portanto, deve ser compreendida de forma ampliada, incorporando a justiça ambiental como princípio estruturante (Kruse & Cunha, 2023).

Portanto, este artigo tem por objetivo realizar uma análise crítica sobre a aplicabilidade do direito ambiental frente às dinâmicas de desenvolvimento econômico de exploração, com ênfase na proteção de comunidades vulneráveis. Para atingir a esse propósito, adotou-se uma metodologia de **pesquisa bibliográfica qualitativa**, baseada na análise de artigos

360

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (Câmpus Paraíso). Discente Pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Direito e Sociedade (NEIDISO/Unitins). Email: gersoalexandre@unitins.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9702551055896390>.

² Doutorando (PPGDR, UFT). Mestre (PPGCOMS/UFT). Corregedor Adjunto da Polícia Penal (SECIJU/TO). Professor de Direito (Unitins, Paraíso). E-mail: benavinito.gama@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525837393612907>.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



científicos, relacionados ao direito ambiental, à justiça socioambiental e à proteção de grupos vulneráveis. No qual buscou-se identificar e discutir proposições normativas que possam fortalecer a eficácia jurídica da proteção ambiental em contextos de desigualdade, com vistas a identificar os entraves jurídicos e institucionais na concretização de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e justo.

Desenvolvimento Econômico, Direito Ambiental e vulnerabilidades socioambientais

Historicamente, o modelo de crescimento econômico adotado no Brasil tem privilegiado setores como o agronegócio, a mineração e a construção civil em larga escala, gerando impactos socioambientais expressivos. Tais atividades frequentemente acarretam violações de direitos humanos, como o direito à moradia, à saúde e à água potável (Moreira, Miguel & Matos, 2021; de Castro Leal *et al.*, 2023).

O direito ambiental brasileiro está consagrado na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 225, que impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Apesar disso, a aplicação prática dessa diretriz tem sido marcada por lacunas normativas, fiscalizatórias e institucionais. Segundo Tavares e Pedro (2023), o direito ambiental no Brasil tem sido politizado, o que enfraquece sua efetividade e compromete a adoção de medidas preventivas e corretivas robustas. Em muitos casos, o licenciamento ambiental é flexibilizado em prol de interesses econômicos imediatos, em detrimento dos direitos das comunidades afetadas.

A exemplo registra-se a ocorrência de desastres ambientais, como os rompimentos de barragens em Mariana - MG (2015) e Brumadinho - MG (2019), evidencia a ausência de mecanismos efetivos de prevenção e resposta a tais situações. Conforme Azevedo, Viana e Oliveira (2022), esses eventos não apenas comprometem o meio ambiente, mas também agravam a vulnerabilidade de populações que já se encontravam em condições precárias.

Desigualdade ambiental, políticas públicas e a lacuna entre teoria e prática direito à moradia

A desigualdade ambiental manifesta-se de forma contundente quando se observa que os maiores ônus ambientais recaem sobre grupos sociais já marginalizados. O estudo de Leal *et al.* (2023) no entorno de um aterro em Guanambi-BA mostra como a falta de planejamento urbano e de regulação ambiental adequada perpetua condições de insalubridade e violação ao direito à moradia.

Essas situações evidenciam a urgência de se adotar o princípio da justiça ambiental, bem como o imediato cumprimento de norma constitucional, que busca garantir que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional das consequências negativas do desenvolvimento econômico (Pignati *et al.*, 2022).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



No entanto, a distância entre a elaboração de políticas públicas sustentáveis e sua implementação concreta é um dos principais entraves identificados. Peguim (2020) aponta que, mesmo após a Rio-92, muitos dos programas voltados à sustentabilidade carecem de articulação intersetorial, continuidade e monitoramento efetivo.

Ainda, a falta de participação ativa das comunidades afetadas, engajadas na luta por seus direitos, também é um fator limitante. Wood Jr. & Morais (2021) defendem a necessidade de engajamento de atores sociais locais para a legitimação e efetividade das ações sustentáveis, de modo que estas reflitam as reais necessidades e vulnerabilidades da população.

Propostas jurídicas para uma proteção mais eficaz

Dentre as propostas para fortalecer o papel do direito ambiental na proteção das comunidades vulneráveis, destacam-se:

a) Aplicação do princípio da precaução

O princípio da precaução, consagrado no Direito Internacional Ambiental, especialmente na Declaração do Rio (1992), estabelece que, na ausência de certeza científica, medidas devem ser adotadas para prevenir danos ambientais graves ou irreversíveis. No Brasil, esse princípio encontra respaldo no artigo 225 da Constituição Federal, que trata do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos e na Lei 6.938/81, que trata da política nacional do meio ambiente.

No entanto, na aplicação prática ainda há resistências, sobretudo nos processos de licenciamento ambiental que, muitas vezes, flexibilizam exigências técnicas em nome do interesse público ou desenvolvimento econômico (Tavares & Pedro, 2023).

A aplicação efetiva desse princípio exige, entre outras medidas, a exigência de avaliações de impacto cumulativo, a suspensão cautelar de atividades potencialmente danosas até a conclusão de estudos técnicos e a adoção de medidas mitigatórias e compensatórias, conforme a gravidade do risco estimado.

b) Responsabilidade socioambiental

O modelo atual de responsabilidade corporativa ambiental frequentemente se limita à produção de relatórios e ao cumprimento de condicionantes legais mínimas. No entanto, desastres como os de Mariana e Brumadinho, ambos em Minas Gerais, revelam a ineficácia desse modelo e a necessidade de responsabilização mais efetiva.

Segundo Ribeiro e Sampaio (2023), a responsabilidade social corporativa deve deixar de ser apenas um discurso institucional para se tornar um compromisso vinculante, com previsão de sanções mais rígidas em caso de danos ambientais, criação de fundos compulsórios para reparação e compensação e inclusão de critérios de direitos humanos e sustentabilidade em licitações públicas e financiamentos.

362





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Ainda, a responsabilização deve também alcançar a cadeia produtiva, obrigando empresas a monitorar os impactos de seus fornecedores, sobretudo no caso de uso de agrotóxicos e exploração de mão de obra em condições precárias (Pignati *et al.*, 2022).

c) Participação popular e controle social

A Constituição Federal de 1988 garante, em diversos dispositivos, a participação popular na formulação e fiscalização das políticas públicas, inclusive as ambientais. No entanto, as audiências públicas ainda são, em muitos casos, meramente formais e não vinculantes.

Nesse sentido, propostas para fortalecer a participação social deveriam incluir tornar vinculantes as decisões de audiências públicas em processos de licenciamento ambiental, criar conselhos comunitários com poder consultivo e deliberativo, bem como, garantir o acesso à informação de forma clara e acessível, respeitando a diversidade linguística e cultural das comunidades envolvidas.

Wood Jr. & Moraes (2021) destacaram que, no contexto do direito ambiental, o engajamento real de atores sociais em grandes obras é essencial para a legitimidade dos projetos e a minimização de impactos negativos, sobretudo na Amazônia e em territórios tradicionais.

d) Integração entre direito ambiental e direitos humanos

O direito ambiental, historicamente compenetrado na proteção da natureza, precisa incorporar uma perspectiva interseccional e considere múltiplos fatores de vulnerabilidade enfrentados por determinadas populações. Isso inclui aspectos étnicos, territoriais e econômicos.

Como ressalta Pinto *et al.* (2023), a integração entre direito ambiental e direitos humanos exige um redesenho normativo que coloque a dignidade humana no centro da política ambiental. A justiça ambiental, nesse sentido, não pode ser desvinculada da justiça social.

A proposta de uma ecologia de saberes, conforme discutida por Kruse & Cunha (2023), implica reconhecer os conhecimentos tradicionais e os modos de vida de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas como fundamentais para a sustentabilidade dos ecossistemas.

363

Considerações finais

A proteção de comunidades vulneráveis diante dos impactos negativos do crescimento econômico requer uma revisão crítica das bases normativas e institucionais do direito ambiental no Brasil. Propostas como a efetiva aplicação do princípio da precaução, a ampliação da responsabilidade corporativa, o reforço da participação social e a interseccionalidade entre direitos humanos e ambientais oferecem caminhos jurídicos concretos para enfrentar os desafios da contemporaneidade. Por isso, é indispensável que o desenvolvimento deixe de ser compreendido apenas como expansão econômica e passe a incorporar de forma a equidade social e a preservação ambiental.

A adoção de mecanismos jurídicos mais versáteis, aliados à participação comunitária e ao fortalecimento das instituições ambientais, não se trata apenas de proteger o meio ambiente, mas de assegurar a vida digna, a saúde, a moradia e a cultura de populações marginalizadas. Assim, o direito ambiental deve ser compreendido como instrumento de emancipação social



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



e de reconstrução da justiça, preceitos fundamentais para garantir que os direitos das populações impactadas não sejam negligenciados.

Referências

Azevedo, R. G., Viana, L. S., & Oliveira, A. E. (2022). Desastre de Mariana (MG, Brasil): uma perspectiva referente ao impacto ambiental, bioética e direitos humanos. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, 24(1), 114-126.

de Castro Leal, T. L. M., de Oliveira Silva, K., de Moura, M. A., & de Oliveira Silva, M. (2023). Desigualdade ambiental e direito à moradia no entorno do aterro controlado do município de Guanambi [BA]. *Labor e Engenho*, 17, e023009.

Moreira, M. L., Miguel, J. R., & Matos, R. G. F. (2021). O Direito à Água e sua Proteção Jurídica: Desafios do Direito Ambiental na Contemporaneidade. *ID on line. Revista de Psicologia*, 15(55), 641-658.

Peguim, C. N. (2020). Estado, desenvolvimento sustentável e governança no Brasil: políticas públicas para energia e água pós Rio-92. *Esboços: Histórias em Contextos Globais*, 27(44), 78-93.

Pignati, W. A., Soares, M. R., Corrêa, M. L. M., & Leão, L. H. D. C. (2022). O caráter pandêmico dos desastres socioambientais e sanitários do agronegócio. *Saúde em Debate*, 46, 467-481.

Pinto, J. B. M. (s.d.). Humanismo e direitos humanos: desafios e potencialidades de sua integração.

Ribeiro, L. G. G., & Sampaio, J. A. L. (2023). Responsabilidade social corporativa: entre os sentidos e o sem sentido. *Veredas do Direito*, 20, e202513.

Tavares, J. P. C., & Pedro, J. M. (2023). A politização do direito ambiental e suas consequências no contexto jurídico-social brasileiro. *Revista Foco*, 16(1), e745.

Wood Jr, T., & Moraes, D. O. C. D. (2021). Grandes obras na Amazônia: Engajando atores sociais para promover o desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração Contemporânea*, 25(3), e200053.

Kruse, B. C., & Cunha, L. A. G. (2023). Diálogos ecológicos após o desastre de Mariana (MG) a partir de uma visão crítica do direito. *ReDiS - Revista de Direito Socioambiental (UEG)*, 1(1), 36-53.

364



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A COLETÂNEA LYRA SACRA DO PADRE JESUÍTA ANTONIO DE MENEZES: OS IMPACTOS DAS RELAÇÕES DE PODER ENVOLVIDAS NA TRANSIÇÃO DE PARADIGMAS DA MÚSICA RELIGIOSA CATÓLICA

Fernando Lacerda Simões Duarte¹

Introdução

Ao longo da história, as práticas musicais católicas passaram por distintas tentativas de controle, seja no âmbito global, expressas em distintos documentos da Cúria Romana, seja em âmbito regional ou ainda em territórios mais circunscritos, nas dioceses e arquidioceses. A uniformização do canto católico conforme os paradigmas do canto romano, empreendida por São Gregório Magno, foi um desses eventos. Outro exemplo foi o Concílio de Trento, do qual resultou o *Decretum de observandis evitandis in celebratione Missae*, em 1562. Segundo o documento, deveria ser proibido todo aspecto lascivo e impuro, fosse na música de órgão, fosse ainda na vocal.

O decreto tridentino revela dois aspectos: sendo bastante amplo e aberto a interpretações, legava ao julgamento das autoridades eclesásticas locais o banimento das músicas de aspecto lascivo e impuro. O segundo aspecto decorre do primeiro: a tentativa de impedir a suposta contaminação da música litúrgica evidencia a diversidade de caminhos pelos quais esta poderia ocorrer. A influência da música de dança e a assimilação de cantos profanos na construção da música a vozes em forma de *cantus firmus*² eram duas possibilidades.

A partir do século XVII, com a ampla assimilação de outros instrumentos musicais que tocavam partes independentes do canto – a exemplo do que ocorre em *Vespro della Beata Vergine*, de Claudio Monteverdi (1567-1643) –, novas possibilidades composicionais passaram a ser exploradas. Mais uma vez, tentativas de controle foram formuladas. Uma das mais expressivas foi a Encíclica “*Annus qui hunc*”, do papa Bento XIV, datada de 1749, que abordava especialmente o tema dos instrumentos musicais a serem admitidos nos serviços

365

¹ Doutor em Música. Docente da Escola de Música da Universidade Federal do Pará em afastamento para o trato de interesses particulares. Professor convidado do Conservatório Dramático-Musical Carlos de Campos de Tatuí (São Paulo, Brasil) e do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba (Brasil). E-mail: lacerda.lacerda@yahoo.com.br.

² A música polifônica com uso de *cantus firmus* consistia em uma técnica composicional em que uma melodia existente era utilizada como tema para uma nova composição, muitas vezes com o aumento da duração das notas e da melodia como um todo, tornando-a, na prática, mais lenta do que seria originalmente cantada. Essas melodias, em alguns casos, não tinham origem em composições religiosas, mas profanas, como era o caso de *L'homme armé*, canção popular francesa do século XV. A letra também era adaptada ao texto litúrgico sobre o qual a obra foi composta.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



religiosos, mas cuidava também de reafirmar que a música nos templos nada deveria ter de lascivo, impuro ou teatral.

Já no início do século XX, foi promulgado o documento que mais trouxe detalhes acerca do modo de compor e interpretar a música religiosa nos templos católicos. Trata-se do *motu proprio* “*Tra le Sollecitudini*”, promulgado por Pio X em 1903. O documento, que será detalhado ao longo do trabalho, dispunha sobre os meios para afastar a música dos templos daquela praticada nos teatros – ópera e sinfonia – bem como daquela que tinha lugar nos salões – música para piano, buscando restaurar, dessa maneira, a música sacra ao seu lugar de dignidade nos ritos católicos (DUARTE, 2012). Por essa expectativa de restaurar a dignidade, o repertório produzido de acordo com as prescrições e proibições do *motu proprio* ficou conhecido como restaurista e o movimento musical que decorre do documento, a Restauração musical católica.

Se comparado aos documentos anteriores, o *motu proprio* de Pio X apresenta não mais uma série de recomendações genéricas, algumas das quais, de caráter filosófico, mas prescrições e proibições objetivas, revelando uma transição no modo efetivo de disciplinar as práticas musicais, que foi descrito como um controle normativo das práticas musicais (DUARTE, 2016).

No caso do projeto restaurista, sua implantação causaria, de fato, uma profunda transformação nas práticas musicais de função religiosa, de maneira a romper com uma tradição composicional firmada nos séculos XVIII e – sobretudo – XIX, a assimilação de características da ópera. No contexto de uma Igreja que buscava afastamento em relação à Modernidade e ao poder temporal, as determinações do documento papal se justificam.

Dentre os muitos gêneros de música vocal admitida, estavam o cantochão gregoriano, a “polifonia clássica” dos compositores da chamada Escola Romana, do renascimento europeu, a “polifonia moderna”, inspirada nas técnicas composicionais mais antigas, mas que assimila características técnicas do entresséculos, e o canto religioso popular. Este último seria admitido em procissões, segundo o *motu proprio*. Os acervos musicais no Brasil revelaram, entretanto, que seu uso foi mais amplo, alcançando as missas cotidianas, que poderiam ser compreendidas como não-solenes (INAMA, LESS, 1892). Dentre as principais características dos cantos religiosos populares ou cânticos espirituais, estavam a simplicidade da letra cantada, o uso da língua vernácula e a ideia de facilitar a ativa participação dos fiéis. Tais princípios acabaram por se consolidar a partir de fins da década de 1940, associados à busca pela índole de cada povo particular, o que foi oficializado no Concílio Vaticano II (1962-1965). Dessa maneira, uma vez mantido nas práticas pós-conciliares, o repertório dos cânticos espirituais representou o principal elemento de continuidade no repertório católico do século XX (DUARTE, 2014).

Em Portugal, o padre jesuíta Antonio Correia de Menezes (1869-1919) organizava, exatamente ao tempo da promulgação do *motu proprio* de Pio X, uma coletânea de cânticos, inicialmente prevista para ter nove volumes, dos quais cinco foram impressos. Trata-se de *Ljra Sacra*, publicada entre 1902 e 1905, havendo fonte que confirma ao menos uma reedição

366



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



do primeiro volume em 1924, com revisão do compositor e organista Pedro Fernando da Costa Pereira (MENEZES, 1924). Apesar da comprovada segunda edição de ao menos um volume e de aspectos muito interessantes da coletânea de Menezes – como a indicação das autorias das letras e músicas, bem como a assimilação de músicas constantes em outras coletâneas católicas, quando acontecia –, a recepção da obra não foi das mais bem-sucedidas, sobretudo por cultores dos paradigmas do *motu proprio* de Pio X. Prova disso aparece em uma memória da vida do religioso publicada dois anos após seu falecimento no periódico católico *A União*: "Muitas das musicas emitidas na «Lyra Sacra», está [sic] incursas na condenação dos ultimos «Motu-proprios» Pontífios [sic], que se ocuparam da musica sacra." (DR. ANTONIO CORREIA DE MENEZES, 1921, p. 2).

Uma recusa explícita ao uso litúrgico da coletânea veio também da parte da Comissão Arquidiocesana de Música Sacra do Rio de Janeiro, cuja crítica veio assinada pelo padre verbita de origem alemã João Batista Lehmann:

R – 76 – P. Antônio de Menezes, S. J. LYRA SACRA. Coleção portuguesa de Cantos religiosos a N. Senhora. Editor: J. A. Rodrigues, Lisboa, 1924.

No conjunto, não aprovado, porque na maioria, contém cânticos de melodias impróprias para a Igreja: também o acompanhamento muito deixa a desejar. J. B. L. (OBRAS RECUSADAS, 1946, p. 219).

367

Do modo como foi escrito, é sugestivo que a coletânea da primeira década do século XX não tenha sido integralmente recusada, mas somente a segunda edição, de 1924, referente ao primeiro volume. Não é possível afirmar, entretanto, se houve ou não a reedição dos outros quatro volumes e se poderiam ou não ter sido analisados pela comissão.

Há de se observar, entretanto, que muitos cânticos espirituais presentes na coletânea de Menezes foram aproveitados em coletâneas posteriores no texto e na melodia, tendo sido reescritos o acompanhamento, conforme comparação empreendida por este autor, atualmente em curso. De todo modo, é fato que a aceitação da coletânea não foi completa.

Neste trabalho, busca-se compreender as principais características da *Lyra Sacra*, as implicações de tais características ante o *motu proprio* e, sobretudo, compreender quais forças foram determinantes para a aceitação da publicação tal como concebida pelo padre Antonio de Menezes. Dessa forma, questiona-se: em quais aspectos musicais as opções musicais de Menezes chocam-se com o *motu proprio* "Tra le Sollecitudini"? Quais relações de poder levaram ao estabelecimento dos paradigmas musicais do documento? E qual a situação dos jesuítas em Portugal no entresséculos e como ela pode ter impactado na interrupção do projeto de publicação dos nove volumes? Para responder a tais questões, foi empreendida pesquisa bibliográfica e documental. A análise parte do conceito de controle normativo das práticas musicais, estabelecido pelo autor do trabalho em sua investigação doutoral.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Lyra Sacra, nacionalismo e o motu próprio

O primeiro aspecto a observar acerca da coletânea *Lyra Sacra* é a organização prevista para os volumes, que se encontra ao final do quinto volume, publicado em 1905:

Canticos a Nossa Senhora
Vol. I - Mez de Maria
Vol. II - Proprios do Tempo
Vol. III - Motetes a Nossa Senhora
Vol. IV - Ladainhas a Nossa Senhora
Canticos a Nosso Senhor
Vol. V - *Ao SS. Sacramento* - Motetes e Hymnos (*em latim*)
EM VIA DE PUBLICAÇÃO
Vol. VI - Canticos: Communhão; Bemdictos; Missões; Varios (*em portuguez*)
Vol. VII - *Ao Sagrado Coração de Jesus* (Canticos; Motetes; Hymnos; Ladainhas).
Vol. VIII - *Festas de Nosso Senhor* (Advento; Natal; SS. Nome de Jesus; Epiphania; Paixão, etc.)
Canticos aos Sanctos
Vol. IX - Aos SS. Anjos - Commum e proprio dos Sanctos (MENEZES, 1905, contracapa, itálico do autor).

368

O primeiro volume apresenta, sobretudo, cânticos espirituais em língua portuguesa, com exceções pontuais em latim. Não se trata de um caderno de composições do religioso, mas de uma sistematização de um repertório que era de uso corrente em Portugal. Segundo o religioso, o objetivo era tornar conhecidos em todo o país esses cânticos e "facilitar o canto dos fieis nos actos do culto, tornando estes actos mais devotos e attrahentes" (MENEZES, 1902, p. V). Um critério evidenciado no prólogo no qual se encontra tal informação é o carácter nacionalista: as melodias dos cânticos foram classificadas em portuguesas caracteristicamente populares, portuguesas eruditas e estrangeiras, porém vulgarizadas em Portugal. O segundo volume, publicado em 1903, é semelhante ao primeiro em relação ao conteúdo: cânticos espirituais em vernáculo com exceções pontuais em língua latina. O terceiro volume traz composições em língua latina, adotando o mesmo critério nacionalista dos anteriores:

Na escolha das composições, seguimos a norma adoptada nos dois volumes precedentes, dando preferência ás portuguezas, e aproveitando das estrangeiras as que eram, ou nacionalizadas já, ou mais conformes ao gosto patrio. Por isso vão poucas d'estas ultimas, e muitas das primeiras. [...] Mas a verdade é que não temos em Portugal necessidade de recorrer a auctores estrangeiros em gênero algum de musica, e menos no sacro. Assim, nós soubessemos aproveitar as preciosidades todas, que compositores de singular inspiração, muito pulso e profundo conhecimento da arte nos legaram em tempos idos, e de presente ainda nos estão offerecendo cada dia!
Pena é que tam poucas nos chegassem á mão!



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



As que vieram, porém, ali vão, com outras, no modesto volume: poderão talvez servir para se executar musica portuguesa em terras de Portugal, – o que não é decerto pequeno fructo (MENEZES, 1903, p. 7-8).

O quarto volume, com prólogo de 1904, traz logo no início a transcrição integral do *motu proprio* "Tra le Sollecitudini" traduzido para a língua portuguesa, bem como o decreto *Urbis et Orbis* de 8 de janeiro de 1904 que promulgou o documento, em versão bilíngue latim-português. Diferentemente das edições anteriores, o prólogo do quarto volume não mais apresenta argumentos nacionalistas, mas sim um comentário ao documento de Pio X, no qual aponta a existência de três gêneros de composições, o canto gregoriano, a música polifônica e as composições de gênero livre. Menezes admitiu certa legitimidade inerente aos dois primeiros gêneros e passou a discutir o terceiro, enfocando, sobretudo, a "reminiscência teatral", condenada pelo *motu proprio*. Evidenciando alguns aspectos de ornamentação de melodias, especialmente em cadências, os quais percebia como evidentemente teatrais, punha dúvidas sobre a eventual objetividade da análise de tais reminiscências:

Fóra d'estas [cadências com ornamentação], porém, que phrases podem dizer-se ter de sua natureza reminiscencias theatraes? [...] Uma coisa eu sei decerto, e é que na maioria dos casos o achar-se reminiscencia theatral nesta ou naquella phrase de musica depende menos da contextura da phrase, que do espirito com que é executada ou ouvida. [...] Assim, ha phrases evidentemente profanas e theatraes, que hão de excluir-se, mas ha tambem na liguagem musical : phrases que exprimem só uncção e piedade executadas com espírito e sentimento chistão, e respiram só profanidade executadas com expressão de theatro : nestas é de razão substituir o cantor e não a musica. Por isso o Codigo jurico á sanctidade de composição quiz se junctasse como essencial tambem a sanctidade ou probidade do executante. E assim devia ser. [...]

Na materia particular d'este volume – *Ladainhas de N. Senhora* – nada tenho a dizer. Irão em bom numero, Deo juvante, para todas as vozes e gostos, dentro dos limites assignados á musica sacra por S. S. Pio X.

Como em grande parte d'ellas, postas a vozes, seja extremamente singelo o acompanhamento do órgão, omitto este, para dar logar na estreiteza do volume a novos numeros de musica (MENEZES, 1904, p. 16).

É interessante observar que o volume, que traz essencialmente repertório em língua latina, apresenta logo no início um canto gregoriano com acompanhamento harmonizado para órgão, o que até então não ocorria. O caráter desse acompanhamento difere radicalmente daquele que se observava nos três primeiros volumes. O mesmo pode ser dito em relação ao acompanhamento instrumental para a música a vozes: ao passo que os três primeiros traziam uma escrita semelhante ao do piano e da música instrumental, com subdivisões rítmicas no acompanhamento, figurações e linhas melódicas autônomas em relação às vocais, no quarto volume, quando aparece, cabe ao acompanhamento instrumental somente a sustentação do canto, conforme se observa nos exemplos musicais 1 e 2. Esta mudança encontra eco na

369



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



detalhada exposição e explicação do *motu proprio* feita apenas três anos após a publicação do quarto volume pelo frade franciscano Basílio Röwer (1907, p. 127), ao apontar que a proibição às bandas se devia menos ao timbre dos instrumentos e mais ao acompanhamento à maneira de fanfarra, com "acordes quebrados"³, exatamente como ocorre nos três primeiros volumes de *Lyra Sacra*. Ainda para Röwer (1907, p. 122-127), haveria elementos que tornariam a execução do órgão profana: arpejos, acordes quebrados, trilos, dentre outros. Esses acordes quebrados seriam o acompanhamento figurado. Assim, o religioso afirmava que o órgão deveria ser "manejado" como tal e o piano, como piano. A própria morfologia do som do piano, em razão do rápido decaimento, tornava-o incompatível ao manejo como órgão⁴.

Kyrie

Adagio **A. DE MENEZES**

Sopr.^o

p Ky - ri - e, e - le - i - son. Chri - ste, e -

Órgão

p

le - i - son. Ky - ri - e, e - lei - son, e - le - i - son.

370

Exemplo 1: *Kyrie* de uma *Ladainha* de Antonio de Menezes presente no quarto volume da coletânea *Lyra Sacra* (MENEZES, 1904, p. 21).

No exemplo 1, é possível notar que, após a promulgação do *motu proprio*, o acompanhamento para órgão escrito por Menezes para sua ladainha tão somente sustenta o canto, tocando notas longas onde a letra exige repetição de notas. Por se tratar de obra a duas vozes, as vozes

³ Note-se que a interpretação de Röwer não é a única possível, tampouco unânime entre o clero brasileiro: em carta circular ao clero da Bahia, de 1945, o monsenhor Apio Silva dava como razão para a proibição das bandas o fato de seus instrumentos serem "fragorosos e inconvenientes para o recinto sagrado", citando também os instrumentos de percussão que integravam as fanfarras (DUARTE, 2016, p. 251).

⁴ Já em relação ao harmônio, embora a morfologia sonora seja semelhante à do órgão, ou seja, com a possibilidade de sustentação prolongada do som, muitos compositores escreveram para esse instrumento à maneira de piano.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



graves que completam a harmonia foram escritas com caráter de harmonização de música vocal, ou seja, consoante os preceitos do *motu proprio*. Já no exemplo 2, publicado no primeiro volume, o acompanhamento instrumental é figurado e, logo no primeiro compasso, observa-se o uso de arpejo.



371

Exemplo 2: *Alvorada de Maio*, de Antonio de Menezes no quarto volume da coletânea Lyra Sacra (MENEZES, 1902, p. 4).

Um aspecto do quarto volume que se choca com as proibições do *motu proprio* de Pio X é a escrita para coros mistos. Apesar desta proibição e de parte dos compositores restauristas ter escrito preconizando duas ou três vozes iguais, foi absolutamente recorrente no Brasil a escrita para tal formação. O mesmo se observa em algumas coletâneas pré-conciliares também de Portugal. Mesmo um dos principais apologistas do *motu proprio* no Brasil, frei Basílio Röwer, ofm, chegou a defender que a proibição deveria ter exceções, embora acatasse a decisão da Cúria Romana de que homens e mulheres não cantassem juntos e, quando houvesse partes agudas, que estas deveriam ser cantadas por coros de meninos (DUARTE, 2016).

O quinto volume traz repertório em língua latina. Os cânticos *a Nosso Senhor* em língua latina estavam inicialmente previstos para serem publicados como o sexto volume e aqueles produzidos em vernáculo, no quinto, conforme se observa na contracapa (ou quarta capa) do volume IV. A inversão da ordem foi comentada pelo próprio organizador, apontando a urgência de "boas músicas" com textos litúrgicos em língua latina e a necessidade de mais tempo para a organização do que viria a ser o volume, com os cânticos em língua portuguesa.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A mudança parece estar relacionada à própria situação de oposição aos jesuítas em Portugal, conforme se verá mais detalhadamente no terceiro item deste trabalho.

Diferentemente dos volumes anteriores, o nacionalismo inerente aos quatro primeiros parece dar lugar a uma seleção de compositores internacionais de música polifônica do passado, aproximando a Lyra Sacra do que ocorria em diversas outras coletâneas alinhadas ao espírito restauristas. Assim, neste volume serão encontradas obras de Claudio Casciolini (1697-1760), Samuel Webbe (1740-1816), dentre outros. Com maior quantidade de obras, o compositor mitificado como o "príncipe dos polifonistas", que teria salvado o uso do gênero vocal polifônico nos templos católicos durante as discussões do Concílio de Trento, Giovanni Pierluigi da Palestrina (1525-1594), também aparece entre os autores selecionados. No volume, o acompanhamento instrumental, quando presente, serve à simples sustentação do canto, conforme preceituava o *motu proprio* de Pio X.

Assim, é possível observar que existiu uma preocupação da parte do padre Menezes em aproximar sua coletânea dos novos paradigmas musicais restauristas, ainda que às custas de um gradativo abandono do caráter nacionalista que se mostrava inerente à concepção da coletânea. Posto isso, cabe analisar quais relações de poderes impactaram as práticas musicais católicas, mas também os jesuítas em Portugal no início do século XX.

372

Romanização e o *motu proprio*

Como foi dito inicialmente, o controle das atividades musicais no catolicismo romano estava longe de ser inédito anteriormente ao *motu proprio* "Tra le Sollecitudini". Diferentemente dos documentos anteriores da Cúria Romana, entretanto, o controle das práticas passou a ser muito mais estrito, estendendo-se também à maneira de executar o repertório e à criação de recursos de propaganda dos novos paradigmas. A essa nova situação, denominou-se controle normativo das práticas musicais:

O controle normativo das práticas musicais na Igreja consiste na determinação de modelos por meio de normas objetivas – detalhistas, específicas, prescritivas ou proibitivas –, com vistas a uniformizar e conformar tais práticas às metas institucionais do sistema religioso em determinado momento histórico. Para tanto, a criação e as práticas musicais são controladas por órgãos específicos e se tornam passíveis de sanção, no caso de descumprimento e de recompensa (propaganda), em caso de adequação. Assim, o controle normativo se apresenta como um condicionamento *a priori* da liberdade de opções franqueada àqueles envolvidos na criação ou na prática musical pela tradição, compreendida como transmissão das distintas técnicas e estilos musicais em sua relação com os sistemas locais (DUARTE, 2016, p. 96).

Dentre os mecanismos de propaganda estavam os periódicos especializados em música religiosa, que se multiplicaram pelos diversos países católicos. No Brasil, duas revistas de título Música Sacra – uma publicada pelo Seminário Central de São Paulo, na primeira década



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



do século XX e outra, em Petrópolis, nas décadas de 1940 e 50 – e outra intitulada *Musica Ecclesiastica* (São Paulo, década de 1930) foram alguns exemplos dessas publicações. Em Roma, o *Bollettino degli "Amici del Pontificio Istituto di Musica Sacra"* e o *Bollettino Ceciliano* estavam entre as publicações especializadas mais relevantes e, na Espanha, o *Tesoro Sacro-Musical*. Nos periódicos, em que questões relativas à aplicação das normas sobre a música religiosa eram discutidas, mas também aspectos de teoria musical, história da música, além de também publicarem partituras para uso nas igrejas.

Outro mecanismo de difusão dos novos paradigmas foi a prescrição para que se criassem nos seminários, nas catedrais e principais igrejas grupos corais hábeis para o canto gregoriano e para a música polifonia. Trata-se do modelo conhecido como *schola cantorum*, que conservava uma profunda ligação com as práticas musicais católicas do passado, inclusive as tridentinas. De uma parte, os grupos corais executariam o repertório adequado ao *motu proprio*, de outro, a participação de seminaristas nesses grupos seria um mecanismo para garantir seu alinhamento ao modelo restaurista uma vez que fossem ordenados padres.

A necessidade de um *imprimatur*, ou seja, de uma autorização de uma autoridade eclesiástica para que uma obra fosse recomendada ao uso ritual nos templos constituía um mecanismo de premiação para os compositores que se adequassem aos novos paradigmas, ao passo que sua ausência poderia implicar negativamente, inclusive do ponto de vista da venda da publicação. Ademais, foram instituídos organismos censores da produção musical, as comissões de música sacra no âmbito de várias dioceses. Cabia a elas a análise da adequação do repertório à utilização nos ritos no âmbito daquela diocese. Longe de poder intervir diretamente em cada igreja, com o apoio dos bispos, tinha legitimidade para impactar nas escolhas locais.

O profundo grau de detalhamento do *motu proprio* e da documentação posterior – encíclicas, decretos e outros – somado às dúvidas solucionadas pela Sagrada Congregação dos Ritos – dicastério romano que também emitia normas e dirimia dúvidas em relação às matérias litúrgicas – garantia um grau de detalhamento comparável ao do *Syllabus errorum*, documento do pontificado de Pio IX em que eram condenados todos os "vícios da Modernidade". Longe de ser simples coincidência, a efetivação de paradigmas musicais emanados do epicentro do catolicismo romano se enquadra no cenário de crescente controle da Igreja Católica dos mais variados aspectos relacionados à instituição.

A origem do movimento restaurista é anterior ao século XX, sendo que, já no século XVIII havia compositores e especialistas em música religiosa descontentes com o repertório praticado nos templos. Ao longo do século XIX, houve um recrudescimento da concepção de decadência associada ao repertório então produzido e, conseqüentemente, a criação de instituições de clérigos e/ou músicos para discutir os rumos que a música nos templos deveria seguir. Trata-se do movimento conhecido como Cecilianismo, uma vez que os especialistas reuniam-se nas associações de Santa Cecília ou de São Gregório Magno. Em 1868, Pio IX concedeu a aprovação pontifícia à Academia de Santa Cecília alemã, sinalizando o interesse da instituição como um todo nas temáticas então discutidas. Tal sinalização

373



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ocorreu no contexto da Romanização, que derivava, por sua vez, do Ultramontanismo (DUARTE, 2016).

Delimitar a continuidade ou ruptura entre o Ultramontanismo e a Romanização não é tarefa simples. O Ultramontanismo surgiu na França, na primeira metade do século XIX como reação ao fato de as igrejas nacionais estarem praticamente subjugadas às decisões de Estado, o que alimentava certo pensamento tardio ainda alinhado ao Conciliarismo, doutrina que conferia excepcional autoridade aos concílios de bispos, até mesmo sobre a autoridade papal. Esse universo tinha como pano de fundo a perspectiva laicista do Iluminismo, que foi mais anticlerical em alguns países do que em outros, tendo afetado de maneira mais profunda as ordens e congregações religiosas em Portugal.

A Romanização pode ser considerada senão um sinônimo do Ultramontanismo, um desdobramento direto que consistia no aumento do controle da Igreja a partir da figura do papa, mas também o controle das atividades eclesiais, centrando-as no clero, além da moralização e educação desse clero. A autoridade papal foi afirmada de maneira contundente com a declaração do dogma de sua infalibilidade ao definir questões de fé e moral, no Concílio Vaticano I, em 1870. Ainda no movimento de reação ao cenário político desfavorável que a Igreja Católica enfrentava, especialmente na segunda metade do século XIX, Pio IX produziu seu *Syllabus errorum*, de 1864, com uma extensa lista de condenações ao cenário que então se apresentava sob o signo da Modernidade.

Assim, fica evidente que a instituição de paradigmas musicais esteve longe de ser uma questão estritamente ligada ao gosto ou a concepções estéticas, mas constituiu parte de uma reação estruturada aos avanços do poder secular de encontro à religião. Dentre essas investidas, esteve a oposição à Companhia de Jesus, à qual pertenceu o padre Antonio de Menezes.

Um cenário desfavorável aos jesuítas

Em que pese todo o esforço do padre Antonio de Menezes para fazer cantar música religiosa portuguesa em terras de Portugal, sobretudo nos primeiros volumes de sua *Lyra Sacra*, o cenário para os religiosos da Companhia de Jesus era bastante desfavorável da parte das autoridades seculares. Longe de ser um movimento inédito, a oposição às ordens e congregações religiosas e, de maneira mais intensa, aos jesuítas em territórios portugueses tem origem ainda no século XVIII: os inicianos foram expulsos de Portugal e suas colônias em 1759 e posteriormente suprimidos pelo papa, em razão da pressão de diversos governos europeus, em 1773, com a publicação da Bula "*Dominus ac Redemptor*", por Clemente XIV. Na primeira metade do século XIX, a oposição às ordens e congregações religiosas em Portugal se intensificou, culminando com a Reforma Geral Eclesiástica de 1834, que extinguiu tais ordens e congregações no país, contribuindo assim para a secularização do Estado, mas também para a reorganização dos bens do clero regular, que passou em parte ao poder temporal. As origens da discussão em torno dessa proposta estavam na década de 1820. No Brasil, efeito semelhante foi sentido, porém, de maneira mais sutil, com a proibição

374



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



da entrada de noviços nas ordens e congregações religiosas, o que conduziu ao declínio das ordens no país, que só seria revertido a partir da Proclamação da República, em 1889. Note-se, contudo, que a Reforma Geral Eclesiástica de 1834 foi procedida de um decreto semelhante ao brasileiro, datado de 3 de agosto de 1833. As instituições religiosas femininas estiveram relativamente a salvo das investidas do Estado tanto em Portugal quanto no Brasil (VILLARES, 1995, p. 199; DUARTE, 2016).

A partir de uma Concordata entre o Estado português e a Santa Sé, de 1848, as profissões religiosas voltaram a ser admitidas e, ao longo do século XIX, as ordens e congregações foram novamente ganhando expressão. Em 1880, chegou-se a erigir canonicamente a Província Portuguesa da Companhia de Jesus, coroando um movimento que passou pela abertura de várias casas no país, tais como o Colégio do Barro, em Torres Vedras, em 1860, o Colégio de Campolide, em 1858 e o de São Fiel, em Castelo Branco, em 1863, onde o padre Antonio de Menezes foi professor de várias matérias, sendo também o local onde foi produzida a *Lyra Sacra*, aquele indicado junto à assinatura no prólogo dos quatro primeiros volumes (DR. ANTONIO CORREIA DE MENEZES, 1921, p. 2; SIMÕES, [20-]; MENEZES, 1902; 1903; [1903]; 1904).

A República parece ter tido efeitos diferentes nos dois lados do Atlântico: ao passo que no Brasil representou um caminho para que religiosos italianos, espanhóis, alemães e de diversas outras nações europeias encontrassem terreno fértil para o desenvolvimento de suas atividades, em Portugal continuou a representar uma oposição, já que o Governo Provisório da República determinou, em 1910, a extinção das ordens religiosas. Deste movimento abrupto resultou, por exemplo, o deslocamento do compositor jesuíta Luís Gonzaga Mariz para o Brasil: tendo saído de Portugal em razão da extinção, fez sua formação na Bélgica, na Holanda e na Inglaterra, tendo atuado por um curto período na Espanha, transferindo-se, então para a Bahia, em 1932. No Brasil, dentre suas realizações, é possível citar a criação da Orquestra Sinfônica da Bahia (DUARTE, 2019, p. 5).

Mesmo antes da República se instalar em Portugal, porém, em março de 1901, o presidente do Conselho de Ministros de Portugal Hintze Ribeiro publicou um decreto⁵ que determinava aos governadores com urgência uma espécie de censo das ordens e congregações religiosas com vistas a fechar todos os estabelecimentos religiosos que não apresentassem seus estatutos a fim de secularizar as congregações, movimento que seguia uma tendência então já observada na França. O cenário de anticlericalismo parece ter sido determinante para a mudança no local onde foi escrito o prólogo do quinto volume de *Lyra Sacra*:

A minha forçosa ausência de Portugal ha de occasionar irregularidades na distribuição ordinária da Lyra. Perdoem-me os ex.^{mos} assignantes. Farei todos os esforços para que o fasciculo raras vezes seja retardado um mês, e nunca mais d'esse tempo. De dois em dois meses, portanto, o mais tardar, receberão,

⁵ Em um cenário já desfavorável ao clero, a tentativa de fuga da filha do cônsul brasileiro no Porto para um convento parece ter sido o argumento final para a promulgação do decreto.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



querendo Deus, a visita das humildes páginas, que tão benévolo acolhimento lhes têm merecido.

Canterbury (St. Mary's College), dezembro de 1904.

P. A. de Menezes (1905, p. 8).

A breve biografia publicada por ocasião do segundo ano de seu falecimento não dá conta, entretanto, da primeira década do século XX, mas destaca que o religioso continuou produtivo, tendo publicado artigos em periódicos católicos e até mesmo compôs um extenso drama intitulado *Nunc dimittis*, que fora apresentado em Bruxelas, por ocasião das festas do centenário do restabelecimento da Companhia de Jesus, em 1914.

Finalmente, cabe rememorar que apesar de toda a oposição encontrada pelos jesuítas em Portugal e mesmo ante a mudança de paradigmas musicais da parte da própria Igreja, ainda assim o primeiro volume da coletânea *Lyra Sacra* seguiu encontrando interesse, uma vez que foi republicado em segunda edição em Lisboa cinco anos após a morte de Menezes.

Considerações finais

Ao final deste trabalho, é possível apontar que a coletânea *Lyra Sacra* sistematizada pelo padre jesuíta Antonio Correia de Menezes sofreu o impacto da promulgação dos paradigmas musicais restauristas constantes do *motu proprio* "Tra le Sollecitudini" de Pio X, tendo se afastado gradativamente de uma premissa mais nacionalista, de fazer cantar em Portugal a música religiosa de origem portuguesa até a assimilação de autores de outras nacionalidades no passado.

O modelo de acompanhamento instrumental adotado nos volumes IV e V também se alterou, se comparado aos três primeiros, de maneira a tão somente sustentar o canto, e não mais apresentar "acordes quebrados", inerentes à maneira de tocar piano. Esse mesmo acompanhamento parece ter sido um dos principais fatores a influenciar a recusa da segunda edição do primeiro volume de *Lyra Sacra*, publicado em Lisboa, em 1924, pela Comissão Arquidiocesana de Música Sacra do Rio de Janeiro. A pouca conformidade da coletânea aos paradigmas do *motu proprio* chegou a constar até mesmo como uma nota no obituário do religioso. Em que pese esse relativo insucesso, faz-se necessário destacar o fato de o primeiro volume ter despertado o interesse de um editor a ponto de assumir os riscos de publicar a segunda edição revista, mesmo em um cenário em que o controle normativo das práticas musicais católicas era evidente.

Por fim, é possível afirmar que as mesmas relações de poder que caracterizaram a oposição do poder temporal à Igreja Católica no século XIX acabaram por impactar a obra de Menezes: de uma parte, foi determinante para a reação institucional que resultou na autocompreensão do catolicismo romanizado e, conseqüentemente, na oficialização dos paradigmas em um modelo ritual de fortes características tridentinas; de outra, os próprios religiosos da Companhia de Jesus sofreram de maneira frontal a oposição do Estado português.

376



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Referências

DR. ANTONIO CORREIA DE MENEZES. **A União**: Orgão official do Centro Catholico Portuguez, Lisboa, a. 2, n. 52, p. 1-2, 12 mar. 1921.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. Do canto religioso popular à música autóctone: memórias, esquecimentos e o desenvolvimento de uma identidade musical local no catolicismo pós-conciliar. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 3., 2014, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014. p. 786-794. Disponível em: <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/4669>. Acesso em 11 abr. 2025.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. A música religiosa do Padre Luís Gonzaga Mariz: uma análise a partir de fontes recolhidas ao Arquivo Histórico Municipal de Salvador. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MÚSICA NA AMAZÔNIA, 7., 2019, Rio Branco. **Anais**. Boa Vista: UFRR, 2019. p. 1-15. Disponível em: https://www.academia.edu/125288615/A_m%C3%BAsica_religiosa_do_Padre_Lu%C3%ADs_Gonzaga_Mariz_uma_an%C3%A1lise_a_partir_de_fontes_recolhidas_ao_Arquivo_Hist%C3%B3rico_Municipal_de_Salvador. Acesso em 11 abr. 2025.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. **Música e Ultramontanismo**: possíveis significados para as opções composicionais nas missas de Furio Franceschini. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DUARTE, Fernando Lacerda Simões. **Resgates e abandonos do passado na prática musical litúrgica católica no Brasil entre os pontificados de Pio X e Bento XVI (1903-2013)**. 2016. 495 p. Tese (Doutorado em Música). Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/136482>. Acesso em 12 abr. 2025.

INAMA, Giovanni Battista; LESS, Michele. **La musica ecclesiastica secondo la volontà della chiesa**: Istruzione per icapi coro e per i sacerdoti. Trento: Strad. Tip. G. B. Monauni, Ed., 1892.

MENEZES, Antonio de (org.). **Lyra Sacra**. v. 1: Canticos a Nossa Senhora: Motetes. S. Fiel [Castelo Branco]: [s.n.], 1902.

MENEZES, Antonio de (org.). **Lyra Sacra**. v. 2: Canticos a Nossa Senhora: Proprios do Tempo. S. Fiel [Castelo Branco]: [s.n.], [1903].



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MENEZES, Antonio de (org.). **Lyra Sacra**. v. 3: Canticos a Nossa Senhora: Motetes. Braga: Pap. Universal e Typographia a Vapor, 1903.

MENEZES, Antonio de (org.). **Lyra Sacra**. v. 4: Canticos a Nossa Senhora: Ladainhas. Braga: Pap. Universal e Typographia a Vapor, 1904.

MENEZES, Antonio de (org.). **Lyra Sacra**. v. 5: Canticos a Nosso Senhor: Ao SS. Sacramento. Braga: Pap. Universal e Typographia a Vapor, 1905.

MENEZES, Antonio de (org.). **Lyra Sacra**: Collecção portuguesa de cantos religiosos a N. Senhora proprios para o Mez de Maria. 2. ed. rev. Lisboa: Joaquim A. Rodrigues, 1924. Parcialmente disponível em: https://jorgealvesbarbosa.pt/wp-content/uploads/2023/02/A.-MENEZES_Lyra-Sacra.pdf. Acesso em 9 mar. 2025.

OBRAS RECUSADAS pela Comissão Arquidiocesana de Música Sacra do Rio de Janeiro. **Música Sacra**, Petrópolis, a. 6, v. 11, p. 218-219, nov. 1946.

RÖWER, Basílio. **A Musica Sacra segundo o Motu-proprio De Sua Santidade Pio, PP. X**. Petrópolis: Typ. Do Collegio S. José, 1907.

SIMÕES, Daniella. Programa REVIVE: Colégio de São Fiel. In: **Revive**: Reabilitação, Património e Turismo. [s.l.], [20--]. 14 p. Disponível em: https://revive.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Sao_Fiel_Memoria_artistica_historica.pdf. Acesso em 12 abr. 2025.

VILLARES, Artur, As ordens religiosas em Portugal nos princípios do séc. XX. **Revista História**, [s.l.], v. 13, p. 195-223, 1995. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6363.pdf>. Acesso em 10 abr. 2025.

378



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



DIÁLOGOS ENTRE BIFO E ENZO TRAVERSO SOBRE UMA ESQUERDA DERROTADA – RESCALDOS, DERROTAS E MEMÓRIA

Gabriel de Moura Cavalcanti¹

O tempo, para além de uma mera grandeza física, tem uma historicidade. O tempo cíclico dos gregos antigos; o tempo apocalíptico do cristianismo, como a vida terrena compreendida como uma expiação para a felicidade eterna no pós-vida; e, finalmente, o tempo linear da acumulação dos saberes para a realização em vida e aperfeiçoamento da humanidade. Koselleck aponta como, do deslizamento entre as categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa, surgia a Aceleração. Esta se confunde com a Modernidade. O século XIX da revolução industrial e o século XX que mais acreditou no progresso, diante de tantos genocídios, guerras, ascensão de regimes nazi-fascistas, transformações do Estado e mudanças no trabalho, será o século que presenciou o esgotamento do entusiasmo pelas ideias modernas.

De um ponto de vista antagônico a esta visão, o economista Francis Fukuyama (1991) chegou a falar de como a humanidade poderia se governar e viver melhor, sob qual a melhor forma de vida; da queda do primeiro país a ter uma revolução comunista, passando da fase da idealização para o socialismo real e sua derrocada ao que para o autor no fim das contas é a evolução do pensamento político da humanidade e de nada adiantaria resistir, o regime liberal burguês venceu a corrida como melhor regime durante o século; essa é a ideia defendida ao fim da URSS em 1991. Este seria o *Fim da História*, de que o movimento em direção ao progresso atingiu seu ápice com o liberalismo, pois seu formato acomodaria todas as tensões da sociedade, e destas resoluções, o aprimoramento.

Mas é preciso entender as energias utópicas e as perspectivas históricas sobre o tempo para alcançar esta ideia de “Fim do Futuro” e não somente “Fim da História”. A questão da Aceleração para o tempo é colocada pelo filósofo da história dos conceitos, Reinhart Koselleck (2006), onde ele elabora toda uma teoria sobre a modernidade como aceleração e para isso ele busca conceitos universais na História. Trata-se da teoria na qual seria possível compreender cientificamente os conceitos pela qual a História se expressa. Os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa são colocados pelo filósofo como categorias básicas e fundamentais para possibilitar uma história. Não há história possível sem esses dois conceitos, pois eles articulam o passado, o presente e o futuro. A busca não é pela concretização ou não do que se projeta, mas o próprio gesto de projetar, analisar o que há de político e social, no gesto de projetar, conjecturar, tentar prever, os desejos, as intenções.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail: gabriel.mouracavalcanti@ufpe.br.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Mais adiante, Koselleck (2006, pp. 314-319) demonstra a articulação desses conceitos para analisar a sociedade medieval europeia, para exemplificar o uso dessas categorias. No mundo camponês medieval a experiência pouco sofria com mudanças bruscas, de forma que as expectativas das gerações seguintes se assemelhavam a de seus antepassados. Mas, se no mundo camponês não havia grandes mudanças, no campo intelectual desta mesma sociedade medieval, as ideias de Copérnico, os humanistas e intelectuais passavam por novas experiências, que dentro deste campo, alterava suas expectativas quanto ao que poderia resultar a presença dessas ideias que mexiam com as estruturas de pensamento. Mais adiante no tempo, a experiência ultramarina junto com o conhecimento de outras sociedades fora da Europa, vivendo em outras temporalidades, o espaço de experiência ganhou novos elementos que vão alargar as possíveis expectativas sobre o futuro daquela sociedade predominantemente rural.

O movimento iluminista, junto com seus questionamentos baseados no uso da razão para compreensão da realidade, mudou a estrutura política das sociedades que agitou de vez o mar de calma do medievo europeu. Agora, em contato e comércio com diversas partes do planeta, dando este novo caráter dinâmico de sociedade advindo do capitalismo. A revolução francesa é o ponto decisivo da mudança no conceito de progresso na Europa. Se antes progresso significava apenas “seguir”, agora ele encampa uma ideia de melhoria, e o futuro a partir da razão desvinculado do obscurantismo religioso medieval, se confundiria com o aperfeiçoamento da humanidade. Com a política tomando feições inéditas, na velocidade do corte das cabeças guilhotinadas dos monarcas e os sucessivos modelos políticos vividos pela França de 1789 em diante. Koselleck (2006, pp. 321-322) aponta como a França pós-revolução experimentou oito diferentes modelos políticos de 1790 a 1850, com mudanças em toda a estrutura da sociedade, não mais a sociedade absolutista europeia. Desse desequilíbrio entre o espaço de experiência, este agora reduzido em seu tamanho entre a passagem de gerações, e o horizonte de expectativa com promessas de melhoria, aperfeiçoamento e progresso, esta nova palavra que ganha novos significados. Com Kant (2003) ao pensar numa história universal da humanidade, guiada pelo uso da razão e iluminada pelo conhecimento científico. Esta aceleração causada pelo progresso é o que Koselleck (2006, pp. 318-319) chama de modernidade:

Kant, que criou a expressão “progresso”, aponta a mudança de rumo do que se trata aqui. Uma predição que espere fundamentalmente o mesmo não é para ele um prognóstico. Pois contradiz sua expectativa de que o futuro seria melhor porque deve ser melhor. Experiência do passado e expectativa do futuro já não correspondem uma à outra; distanciam-se progressivamente. O prognóstico pragmático de um futuro possível se transforma em expectativa de longo prazo para um futuro novo. Kant admitia que pela experiência não se pode solucionar imediatamente a tarefa do progresso. Mas estava convencido de que novas experiências, semelhantes à da Revolução Francesa, haveriam de se acumular no futuro de modo que “aprender por uma experiência reiterada pode garantir um progresso contínuo para o melhor”. Esta frase só passou a ser concebível depois

380



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



que a história foi vista e experimentada como única, não apenas nos diversos casos individuais, mas única em seu todo, como totalidade aberta para um futuro portador de progresso.

Se o século XIX, com o advento da revolução industrial, a presença das máquinas acelerando e modificando o cotidiano, foi marcado pelo entusiasmo com a tecnologia, as melhorias sanitárias e urbanas, o século XX vai ser ainda mais portador destes sonhos e desejos. Franco “Bifo” Berardi aponta como as grandes utopias se concretizaram ironicamente no século XX, tendo como última grande utopia o advento da máquina linguística e a internet. As vanguardas futuristas sonharam com uma linguagem ‘transmental’, o dadaísmo rompia a relação entre a arte e vida, enquanto que o surrealismo clamava pela imaginação no poder. Na ocasião do centenário do Manifesto Futurista lançado por Marinetti em 1909, Berardi faz uma análise do contemporâneo constatando uma exaustão das ideias iluministas, que tem seu auge e declínio no século XX, o século que mais acreditou no futuro-progresso. A energia e entusiasmo que as vanguardas modernas europeias tinham com a aceleração em seus aspectos técnicos, científicos e sociais, resistiram grandes guerras e o *Shoah* promovido pelo estado nazista, diversas ditaduras e genocídios; esses acontecimentos abalaram a crença no futuro=progresso, porém o autor destaca como o movimento de contracultura foi capturado em seus anseios pelos dispositivos capitalistas, e a linguagem das vanguardas modernas, com ênfase os futurismos russo, italiano, Bauhauss, os dadaístas e surrealistas; elaboraram uma linguagem que possibilitou a criação da máquina linguística. A internet é considerada pelo filósofo com a última grande utopia do século XX. Ele aponta no livro como cada projeção pôde se realizar, porém de forma irônica e adversa. Os futuristas italianos participaram ativamente no Fascismo, os futuristas russos se desiludiram, suicidaram-se ou foram perseguidos pelo stalinismo, e a separação entre a vida e arte clamada pelos dadaístas; assim como a imaginação no poder, sonhada pelos surrealistas, se tornaram na publicidade e na sociedade espetacularizada, possibilitada pela televisão e posteriormente internet. “A criatividade” está no agir comunicativo, parte central da produção imaterial característica do pós-fordismo. Esta análise da contemporaneidade ou modernidade exaurida (tardia) tem sua originalidade por levar em consideração esta história da linguagem das vanguardas. Existe uma quantidade considerável de pensadores que conectam a ideia de Neoliberalismo como o fim dos tempos ou ainda um presente dilatado, tal como François Hartog e a escola do Tempo Presente, onde o regime de historicidade é o presentismo, e o tempo que se esvai precisa ser salvo em lugares de memória, tudo precisa ser patrimonializado e salvo, pois se entende implicitamente que está sob ameaça da erosão pelo capitalismo; ou a ideia de uma aceleração social, onde a escassez do tempo, alvo de captura pelo capital não permite que se elabore o exercício sobre pensar o futuro, como Hartmut Rosa traz em *Alienação e Aceleração* (2022) e *Aceleração* (2016). Rosa (2022) tem como objetivo reestabelecer um conceito bem mais antigo da teoria crítica desenvolvido por Marx e pelas primeiras gerações da Escola de Frankfurt, mas depois abandonado tanto por Axel Honneth quanto por

381



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Habermas: o conceito de alienação. A aceleração social em sua forma atual e “totalitária” leva a formas severas e observáveis de alienação social, que podem ser vistas como o principal obstáculo para a concepção moderna de “boa vida” nas sociedades da Modernidade tardia. Mas o que seria a aceleração social?

Uma chave para este conceito está nas ciências como a sociologia e a filosofia social que podem ser compreendidas como reações às experiências de modernização, pois essas formas de pensamento social surgem à medida que os indivíduos experimentam mudanças dramáticas no mundo onde vivem, sobretudo no que diz respeito ao tecido da sociedade e da vida social. O autor comenta oportunamente como outros campos do pensamento se debruçaram sobre este tema:

Na literatura mais comum sobre a Modernidade e a Modernização, essas mudanças são interpretadas e amplamente discutidas como processo de *racionalização* (como Weber ou Habermas afirmariam), de *diferenciação* (funcional, como argumentam Durkheim e Luhman), de *individualização* (como Georg Simmel e Ulrich Beck defendem) ou, por fim, de *domesticação* ou subsunção à forma de mercadoria, como teóricos de Marx, Adorno e Horkheimer sustentam, mantendo sua principal atenção sobre o aumento da produtividade humana e da razão instrumental[...] mas ao deixar de lado a sociologia-padrão, e examinarmos a vasta multidão de auto-observações culturais da Modernidade, descobrimos que algo está faltando nessas explicações: de Shakespeare a Rousseau, de Marx a Marinetti, bem como de Charles Baudelaire a Goethe, Prost ou Thomas Mann, quase invariavelmente destacam (sempre com assombro e muitas vezes com bastante preocupação) o aceleração da vida social e, com efeito, a transformação apressada do mundo material, social e espiritual. Esta sensação de que o mundo está ficando cada vez mais rápido que nunca, de fato, abandonou o homem moderno (2022, p. 16).

382

Depois dos clássicos, critica Rosa (2022), a sociologia se tornou bastante atemporal e passou a confiar em conceitos estáticos que por muitas vezes apenas confrontavam sociedades modernas e pré-modernas, como se um dia a vida social tivesse simplesmente se modernizado e permanecido a mesma depois disso. *Depois do Futuro* (2009) remete ao centenário do *Manifesto Futurista* de 1909 de Marinetti, um poeta modernista italiano, entusiasta do automóvel, da potência da máquina e do futuro que se anunciava sobre os trilhos e rodas do progresso. Logo de abertura, Bifo (2009, p.16) cita um poema de Marinetti onde ele elogia o automóvel, com sua potência e velocidade, e comenta ‘como seria irônico ler este poema num engarrafamento, num dia de calor, dentro do seu automóvel’.

Enfim, chegamos ao futuro sonhado pelos literários, pelos sonhadores, iluministas, entusiastas da técnica e do avanço da razão, aqui é o futuro, mas o que vem a seguir? As iminentes catástrofes ambientais, a persistência da escravidão, da fome, além da grande ironia que é a precarização do trabalho facilitada pelas novidades tecnológicas como os diversos trabalhos possibilitados pela internet, o celular e seus *apps*, fazem com que fique difícil acreditar nesse progresso inerente, linear, seguindo o curso da história.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A análise de Berardi encontra neste novo sujeito, tanto a impossibilidade de imaginar um futuro que tenha esperança na luta contra nossa deterioração da experiência humana, massacrada por trabalhos precários, privada de um meio ambiente em equilíbrio, e com a incerteza do tipo de seguridade social ofertada pelo Estado Neoliberal, onde o lema é que cada sujeito que cuide de sua própria sorte. Agora não como as utopias das vanguardas modernas do século XX, a nova geração que automatizada pela lógica da conectividade, onde o *input* e o *output* precisam ser compatíveis para funcionamento, ao invés da conjuntividade onde as diferenças e a diversidade seria algo que somasse a uma luta, solidariedade e convivência em riqueza, abundância, discordâncias porém dentro de um convívio harmônico, de reconhecimento entre as pessoas, de respeito a alteridade.

O sujeito inquieto e transformador moderno, na visão de Berardi, deu lugar ao *Hikikomori*, fenômeno que acontece no Japão, onde uma juventude em desilusão com a carestia e a impossibilidade de encontrar felicidade no convívio e na sua comunidade, isola-se num quarto, detrás de um computador e recusa fazer parte do sistema, porém esta recusa é bastante limitada e não prevê ação para mudar esta situação no futuro.

O historiador Enzo Traverso (2021) também percebe esta apatia nas novas gerações, e análise que ele apresenta responsabiliza a esquerda pela falta de produção de horizontes. A esquerda se tornou órfã quando o marxismo tradicional do século XX foi derrotado. Nas teses de Feuerbach Marx sentencia o que seria a prática de sua filosofia, ilustrada na célebre frase: “Até agora os filósofos se preocuparam em interpretar o mundo de várias formas. O que importa é transformá-lo.” Esta frase organiza e demonstra uma preocupação do marxismo, não se distanciar do horizonte de transformação, de enxergar na *luta de classes* a possibilidade da sociedade sem classes, comunista. A teoria não pode se distanciar da práxis militante.

Na década de 1960, por solicitação de uma revista para a elaboração de um Guia para o Marxismo Ocidental, seus pensadores e os desdobramentos das ideias, tradições, bifurcações e confluências, Perry Anderson elaborou suas Considerações sobre o Marxismo Ocidental. A intenção era constituir uma série de exposições críticas sobre os maiores desta tradição: de Lukács a Gramsci, de Sartre a Althusser, de Marcuse a Della Volpe. A revista encerrou suas atividades pouco após a solicitação deste Manual, mas o trabalho seguiu esta linha, fazendo um grande balanço histórico do Marxismo após a revolução de Outubro.

Anderson (2018) explica como a atuação política de Marx e Engels era limitada por sua época. Os levantes revolucionários na Alemanha de 1848 que ambos se envolveram politicamente, era constituído maior parte, por artesãos, assim como As Comunas de Paris. A estrutura de Partidos, sindicatos e organizações dos trabalhadores só aconteceram depois da morte de Marx:

O rol de publicações de Marx em sua própria época é um indicador das barreiras para a difusão do pensamento entre as classes às quais ele se dirigia. Inversamente, entretanto, a inexperiência do proletariado da época – ainda a meio caminho entre oficina e fábrica, desprovido em grande parte até mesmo de uma organização

383



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



sindical, sem esperança de ganhar nenhum poder na Europa – circunscrevia os limites exteriores do próprio pensamento de Marx. (ANDERSON, p. 26)

Nesse aspecto, a obra de Marx não poderia adiantar-se ao ritmo real das massas na história com vistas a inventar seus próprios instrumentos e modalidades de autoemancipação. O aspecto desenvolvido e coerente da Teoria Econômica legada por Marx se contrapõe a uma Teoria Política, que fosse comparável em esforço, tanto a respeito das Estruturas do Estado Burguês quanto da estratégia e das táticas da luta socialista revolucionária por um partido da classe trabalhadora capaz de derrubar o capital. Marx não poderia adiantar-se ao ritmo real das massas na história com vistas a inventar seus próprios instrumentos e modalidades de autoemancipação.

Os pensadores que levaram à frente as ideias marxistas continuaram ao trabalho junto à Engels, criando uma rede que ia se espalhando por diversos países. As maiores figuras destacadas por Anderson (2018): Labriola (nascido em 1843), Mehring (nascido em 1846), Kaustky (nascido em 1854) e Plekhánov (nascido em 1856); trocaram correspondência e foram orientados por Engels, após a morte de Marx. Engels continuou e desenvolveu o materialismo histórico, orientando e se comunicando por cartas com os primeiros marxistas. Oriundos do Leste e Centro Europeu, estes primeiros marxistas embora não fossem os líderes e organizadores, ocupavam cargos importantes e viviam o cotidiano da militância.

A percepção da *Luta de classes* e do antagonismo foram questões retomadas sob uma nova interpretação na Itália, que possibilitou um novo tipo de abordagem. O movimento autonomista é dissidente do operaísmo italiano, por isso pode se falar em pós-operaísmo. E o operaísmo também é fruto de uma dissidência, por sua vez do PCI. Antonio Gramsci é o patrono do PCI e também o maior expoente do sindicalismo italiano. O PCI não chegou a ser uma dissidência, mas há uma relação de bifurcação às intenções do Komintern. Embora Togliatti, principal liderança pós-Gramsci, estivesse alinhado, as condições políticas fizeram com que os comunistas italianos buscassem uma saída própria para seus projetos. Os rescaldos, bifurcações e dissidências.

As ideias de Marx surgem dentro do contexto das lutas da classe trabalhadora inglesa, se firma como ciência proletária e pretende não apenas analisar o mundo, mas também transformá-lo. Esta máxima leva o marxismo ao seu desenvolvimento de ciência atrelada à práxis. Marx toma envolvimento nas questões políticas de sua época, se entusiasma com as Comunas de Paris em 1871, realiza a primeira Internacional Socialista e dialoga com vários ativistas, filósofos, socialistas e lideranças no movimento dos trabalhadores. Porém há uma distancia temporal até a absorção de suas ideias, aonde o discurso marxista vai se encontrar com líderes de partidos de massa (ANDERSON, 2019, pp. 40-50). Esta primeira fase não acontece na Europa Ocidental, mas no Leste e Centro Europeu com Lenin, Kautsky, Rosa Luxemburgo. Em alguma medida as teses elaboradas por esta geração será posta à prova, com insurreições e revoluções. Na Europa Ocidental há um espaço temporal em que a Inglaterra por ter uma tradição trabalhista desde o movimento cartista, o marxismo não teve

384



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



grande adesão, na França a experiência das Comunas e o longo século de revoluções também minimizaram o impacto do marxismo, na Alemanha, Rosa Luxemburgo lidera o PC alemão (SPD), porém acaba morrendo em uma insurgência precipitada em 1919; e na Itália embora Labriola possa ser considerado um dos primeiros marxistas neste país, e experiente nas décadas de 10 e 20 uma organização dos trabalhadores e sindicatos reunidos em conselhos, como os soviets russos, é com Antonio Gramsci que o PCI protagoniza o movimento operário, porém é logo reprimido pelo Regime Fascista. Gramsci produz sua teoria no Cárcere, e seus escritos só alcançaram o grande público no pós-guerra (ANDERSON, 2019, pp.63-75). A relevância do marxismo italiano é que há combinação de um movimento de massa organizado e uma intelectualidade capaz de pensar a revolução aos moldes da depuração marxista, da teoria que caminha junto com a prática revolucionária (ANDERSON, 2019, p. 40).

O PCI foi o maior PC da Europa Ocidental, conduzido a primeiro momento por Togliatti, responsável pela divulgação dos manuscritos de Gramsci. Palmiro Togliatti teve a dificuldade em conduzir a política do PCI, pois era de conhecimento público o anúncio americano de grandes investimentos com o Plano Marshall, e por conta dos blocos que se formavam no pós-guerra, havia um equilíbrio tácito entre a URSS e EUA, em que um não arriscaria entrar em zona de influência do outro (VACCA, 2021, pp. 21-41). O Partido da Democracia Cristã estava alinhado com os interesses de Washington, enquanto o PCI era pressionado pelo Komintern. Esta tensão favoreceu a aproximação do PCI com a DC para buscar um caminho de independência para a Itália no bipolarismo da chamada Guerra Fria. Em contrapartida, este convite para a participação do PCI na Democracia Liberal Italiana, limitava e afastava o horizonte revolucionário. Esta situação se estende até o enfraquecimento final do PCI nos anos 80 e 90. O PCI embora com Togliatti na liderança tivesse ainda a Revolução proletária a Ditadura do Proletariado como um dos objetivos, teve de abrir mão deste horizonte à medida que via na aliança estratégica com a Democracia Cristã, uma possibilidade gradual e desenvolvimentista, de emancipar o trabalhador pela técnica e disciplina do conhecimento adquirido no trabalho, e também houve este movimento nos países como França, Inglaterra, a ideia de um Eurocomunismo, uma via socialista própria, que dialogasse com as forças internas do país, a burguesia, a classe industrial e a grande massa social cristã (VACCA, 2021, pp. 21-41).

No operaísmo há dois conceitos (ou melhor, duas estruturas de pensamento crítico) que lhe parecem válidos: o primeiro é o da composição de classe, que permite analisar o desenvolvimento histórico da relação entre tecnologia e subjetividade e portanto vincular a estrutura do capital constante e a independência relativa do capital variável, ou seja, da força de trabalho, e caracterizar essa relação nas variadas formas que ela assume; o segundo conceito refere-se ao caráter cíclico das lutas, ou seja, ao descobrimento da célula produtiva do processo histórico de transformação da subjetividade e da instância tradicional (ALTAMIRA, p. 16). O movimento Operaísta Italiano tem início com os *Quaderni Rossi* em 1961. Renato Panzieri e Mario Tronti, que fazendo análises de conjuntura pretendiam fazer

385



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



uma depuração marxiana de Marx, revisitar os escritos de Marx antes do *Capital*, as *Grundrisse*, para elaborar novos conceitos e novas formas de organização para classe trabalhadora retomar o horizonte revolucionário (ALTAMIRA, 2008, p. 115-125). A analogia que Cesar Altamira (2008, pp. 145-154) faz com a revolução copernicana, com o salto científico do Geocentrismo para o Heliocentrismo que Mario Tronti operou no marxismo, está na asserção de que as relações sociais de produção, ou relações de classe, são dependentes da relação de produção capitalista e determinantes no desenvolvimento das forças produtivas. Em *Lénin na Inglaterra* (1964) Mario Tronti coloca a classe como o motor dinâmico do capital: de suas lutas contra o capital, surgem novas tecnologias para contornar e reorganizar os trabalhadores. A classe operária oferecerá às relações sociais de produção uma tendência quase permanente para o conflito ficando em mãos do capital a capacidade para se auto-organizar, reagir e contornar as dificuldades manifestas. Sem a pressão interna constante, não teria havido novos mecanismos, inventos, nem a progressiva incorporação da ciência às cambiantes condições de trabalho, a acumulação capitalista teria permanecido mais próxima à acumulação de castelos e joias do que de máquinas e equipamentos. Dessa forma a acumulação capitalista não pode ser entendida como um mecanismo econômico dotado de algum grau de autonomia para geração de mais-valia, ela representa a única via para controlar e conter o antagonismo onde reside a produção da mais-valia. É nesse sentido que Tronti centraliza a luta operária dentro da concepção marxista (ALTAMIRA, 2008, p.145-154). É Antonio Negri quem vai elaborar a ideia do Operário Social, a partir de Romano Alquati. A ideia era que pensava na fábrica agora não mais como o galpão confinado, mas sim em toda a cidade que funcionava para permitir a produção do capital, a ideia de um capital que se reproduz no seio da família, incluindo a percepção do trabalho doméstico, a inclusão das pautas dos imigrantes, assim como do movimento negro e movimento gay, eram um novo elemento nas lutas dos anos 60-70.

Na ocasião do movimento mundial de 68, e nos outonos quentes 68-69 o PCI ficou contrário aos grevistas e autonomistas, que neste momento tinham o *Potere Operaio* de Toni Negri como protagonista no operismo. Do *Potere Operaio*, vem por fim a *Autonomia Operaia*, que já contava com Franco Berardi, e o marxismo já era incorporado a ideias pós-estruturalistas. O exílio de muitos destes ativistas vão proporcionar o contato com as ideias de Foucault, Deleuze e Guatarri, Georges Bataille, Castoriadis o que vai modificar a relação de lealdade com o marxismo, com as formas de organização tradicionais da classe trabalhadora e sua relação com a revolução. O assassinato do líder dos Democratas Cristão, em 1978, os diversos grupos de luta armada e a espionagem e sabotagem por parte da CIA, interessada em destruir a imagem desses movimentos sociais, desgastaram a esquerda extra-parlamentar e também o PCI, chegando aos anos 90 com a vitória eleitoral de Silvio Berlusconi.

O historiador Enzo Traverso (2021 p.35-42) comenta como a esquerda tinha no século XX uma postura Melancólica, que costuma olhar para as derrotas do passado buscando lições para transformar o futuro. Mas que após a queda da União Soviética, foi atestada uma derrota total do projeto revolucionário marxista tradicional. O neoliberalismo diferentemente do

386



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



liberalismo faz pouco caso do futuro, a ideia de progresso é substituída pela ideia de tradição e família. E nesse espaço vazio, as novas gerações já não veem mais sentido nos símbolos e memórias tradicionais da esquerda:

A mente humana, observou Koselleck citando Tocqueville, vagava na escuridão, e as lições da história se tornavam misteriosas e inúteis. O final do século XX parecia ter reabilitado a máxima de Cícero: A história é testemunha do passado, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos. A democracia liberal tomou a forma de uma teodicéia secular que, no epílogo de um século de violência, incorporou as lições do totalitarismo. De um lado, historiadores apontavam as inúmeras mudanças ocorridas em era turbulenta, de outro, filósofos anunciavam o 'fim da história'. O hegelismo otimista de Fukuyama foi criticado a torto e a direito, mas o mundo que emergiu do final da Guerra Fria e do colapso do comunismo era assustadoramente uniforme. O neoliberalismo assumiu o protagonismo; nunca, desde a Reforma, uma única ideologia havia estabelecido hegemonia tão completa, de alcance tão global (TRAVERSO, p. 22).

Traverso (2021) ainda reflete como toda a história do comunismo foi reduzida a sua dimensão totalitária, que, por sua vez, parecia uma memória coletiva, passível de ser transmitida. Tal narrativa não foi inventada em 1989; ela existia desde 1917, mas agora se tornara uma consciência histórica compartilhada, uma representação dominante e incontestada do passado: Após ter adentrado o século XX como um a promessa de libertação, comunismo saiu dele como um símbolo de alienação e opressão (TRAVERSO, 2021). A história do ativismo marxista do século XX foi sendo esquecida ou colocada num espaço menor:

Há vinte anos, a queda do socialismo real paralisou e censurou a imaginação utópica e, por um momento, suscitou novas visões escatológicas do capitalismo como 'horizonte insuperável' das sociedades humanas. Essa fase acabou, mas não surgiram novas utopias. Assim, 'presentismo' se torna um tempo suspenso entre um passado que não se pode superar e um futuro negado, entre 'um passado que não quer passar' e um futuro que não pode ser inventado ou previsto (exceto em termos de catástrofe) (TRAVERSO, 2021, p.33).

Outra análise interessante sugerida pelo historiador é como a memória da *vítima*, acabou se tornando uma espécie de culto na Europa, principalmente relativo a memória do *Shoah*. Diante da rejeição das estátuas e símbolos erigidos pela ocupação soviética, tanto nos países do Leste Europeu quanto na Alemanha oriental, a memória do Holocausto e do sofrimento judaico pareceu ser a única memória a ter um tratamento especial, ocupando por vezes o espaço da memória dos que lutaram e resistiram ao fascismo durante a 2ª Grande Guerra.

Desprovido de seu horizonte de expectativa, o século XXI nos aparece, em retrospecto, como um período de guerras e genocídios. Uma figura outrora discreta e modesta agora está sob os holofotes: a vítima. Na maioria das vezes de

387



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



forma anônima e silenciosa, as vítimas invadem o pódio e dominam nossa visão da história. Graças à influência e à qualidade de suas obras literárias, as vítimas dos campos de concentração nazistas e dos gulags stalinistas se transformaram nos grandes ícones deste século de vítimas (TRAVERSO, 2021, pp.35-36).

As coalizões antifascistas, a resistência francesa, os anarquistas da década de 30 na Espanha, o Partido Comunista Italiano que trançou uma ampla frente antifascista e derrotou em 1943 o regime de Mussolini, ocupam hoje um espaço muito limitado se comparado ao terror do campo de concentração. A memória do gulag apagou a da revolução, a memória do Holocausto suplantou a do antifascismo, a memória da escravidão eclipsou o anticolonialismo: a recordação das vítimas parece não poder coexistir com a lembrança de suas esperanças, de suas lutas passadas, de suas conquistas e derrotas (TRAVERSO, 2021, p.36).

O exercício da Melancolia de Esquerda foi abandonado. Rosa Luxemburgo ainda consciente do fracasso inevitável da liga espartaquista, ainda guardava esperança que sua luta servisse para uma construção de lutas futuras, em que os erros das lutas e batalhas anteriores fossem analisados e corrigidos para futuras insurgências. Mas se para as novas gerações, todo este ciclo de lutas do século XX apresentam-se apenas como experiências autoritárias que pouco tem a ensinar, porque fazer este exercício?

É nesse vazio político que Bifo (2009) olha com pessimismo, pois a fácil linguagem da publicidade e da internet formam subjetividades conformadas e formatadas para este tempo, onde o neoliberalismo para além de um mero fenômeno econômico, mas encarado nas suas consequências na vida social, se espalha tanto pela esquerda quanto pela direita, impossibilitando visões de um futuro onde a humanidade se salve.

No entanto, a ascensão de regimes autoritários, as novas formas de apresentação do fascismo e as novas formas de trabalho precarizadas possibilitadas pelos *apps*, tiveram seu êxito de circulação nesta rede hiperacelerada. Que tipo de sujeito pode-se formar diante de uma contemporaneidade onde não há mais tempo para se pensar o futuro? “Um filho das flores não pensa no amanhã” (BERARDI, 2009, p.78). Ele não sonha, ele realiza. Quando o futuro aparecia como inevitável desdobramento das condições determinantes que são implícitas no presente, o dadaísmo entra como elemento surpresa, que gera a que ignora as necessidades, a história e o discurso feito sobre a realidade, os dizeres de maio de 1968 ecoam como um grito contra este tipo de sociedade disciplinada, adequada pra viver entre seus gestos alienados na esteira de produção e evocam o sonho dos surrealistas e a ironia dos dadaístas, manifesto nas paredes pichadas nos muros da França entrincheirada naquele fatídico maio: sejam realistas, exijam o impossível!

O surrealismo e o dadaísmo chegam em 1968 através de filtros que percorrem a cultura Hippie, o imaginário psicodélico, a molecularização dos grupos. A imaginação no poder! Bradam os hippies. Os anos 1980 respondem, incorporam esse lema e põe a imaginação à serviço do Capital, a imaginação agora vira modo de produção. Não mais a exploração na linha de montagem, mas a exploração da mente. A geração que vem ao mundo nos anos

388



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



1980 está destinada a ser a primeira geração videoeletrônica, a primeira que se forma em um ambiente em que a mídia prevalece sobre o contato com o corpo humano.

Na segunda parte do século que acreditou no futuro, o imaginário utópico se transformou cada vez mais em distopia, pesadelo da consciência: O *cyberpunk* é um ponto de chegada dessa dinâmica de colapso do tempo futuro:

O surrealismo tinha sido o primeiro a entrever a possibilidade de conexão entre as tecnologias e a imaginação visionária, o estado alterado de consciência; os surrealistas foram os primeiros a fotografar o sonho. Quando chamavam a imaginação ao poder, o poder de que estavam falando era o da força de projeção, da potência ilusória, mas real, que modela o campo das expectativas, dos desejos e das projeções [...] Multiplicação esquizofrênica de mundos imaginados, compartilhamento de mundo projetivos. Mas também a paranoia, terror dos monstros que nascem dos pesadelos da mente coletiva. (BERARDI, 2009, p.98).

A globalização como consequência do avanço capitalista sobre a superfície terrestre tende a acelerar sociedades, buscando sincronia nos processos produtivos, uniformidade e conformidade e após o capitalismo ter tomado conta do espaço geográfico, se direciona à colonização do tempo. Ao conquistar o espaço físico por completo, ela se expande no espaço virtual, o espaço *ciber*, que é produzido e compreendido pela força da mente. Uma mente global virtualizada em expansão abriga conteúdos e informações infinitas. O mercado e a produção não acontecem mais no chão da fábrica e no solo da terra, ele avança para a circulação do dinheiro. O dinheiro ou moeda, Bifo (2020) nos lembra, é linguagem. A linguagem dotada de confiança. A circulação deste dinheiro é a maior fonte de renda dos grupos econômicos que repartem o mundo conforme seus desejos. E quanto mais veloz a circulação, mais dinheiro é produzido. Esta mente artificial capaz de criar o universo virtual se depara com os limites da mente orgânica, a mente de um indivíduo, que atribui sua confiança, atribui significado e sentido ao que se produz. Deste encontro ela produz mais-valor, e o capital suga sua energia até a exaustão.

O *general intellect*, conhecimento, capacidades e habilidades comuns aos trabalhadores de uma mesma é este fenômeno que permite ao capitalismo formar este novo tipo de operário, operário cognitivo. Saber operar minimamente uma máquina, seja ela uma prensa, apertar um botão de acordo com o ritmo do apito, se prostrar diante da esteira de montagem, operar um computador, acessar um aplicativo, atender uma chamada por um aplicativo de viagens, aceitar uma solicitação de *delivery* de comida, fazer vídeos com danças, conselhos amorosos, formas de vestir, de comportar-se em determinada situação, podem ser algo que não se precisa (ainda) de um curso especializado. Nesta nova realidade virtual, agora o 'Cognitariado', dotado de conhecimentos necessário para operar a máquina linguística, tem justamente sua capacidade que lhe torna humano, o exercício da linguagem para aprimorar sua vida em sociedade, capturada pelo novo tipo de produção. Os diversos dispositivos tornaram o agir comunicativo o centro da produção. Antes reduzido na linha de montagem,

389



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



pois era necessário o silêncio e concentração para a sincronia dos gestos conforme a esteira de produção rolava, agora é parte fundamental da produção. O taylorismo e sua produção *just-in-time* tornaram a informação indispensável, pois para produzir conforme o gosto e a necessidade da demanda agora se faz necessário pesquisar, interrogar, alinhar-se aos caprichos, detalhes e aos valores sociais implícitos e embutidos nos produtos vendidos. Esta nova forma de identitarismo vinculado ao consumo, provocou uma crise política, sentida tanto nos setores da direita e esquerda. A direita caminha para um extremo onde se promete resgatar os valores ligados a uma suposta natureza das coisas, onde os valores simplistas, morais e fundamentalistas definem o que é ser homem ou mulher. O racismo opera agora prometendo devolver ao homem branco uma suposta vantagem ou privilégio diante de um neoliberalismo que submete todos a um trabalho precário, não garantindo mais seu status social de tempos onde a escravidão e outras formas de opressão e domínio ligados a valores como Sangue e Terra (*Blut und Boden*), lhe garantiam uma forma de vida abastada:

O Manifesto Futurista de 1909 foi uma exaltação da potência sexual e a agressividade política, e o fascismo tirou sua força da mitológica virilidade de Mussolini. E mais, o fascismo histórico foi a expressão de um verdadeiro sentimento de pertença: o sentimento de comunidade se baseava na mitologia do sangue e a nação, mas a comunidade naqueles tempos era algo real, algo experimentado diariamente e que moldava profundamente o comportamento social. O retorno pós-moderno do fascismo se baseia em uma antropologia completamente diferente. A comunidade é apenas a memória nostálgica de uma pertença passada que já não existe. É lamento, não experiência viva. A vida social foi pulverizada no espaço metropolitano pós-político, desterritorializado, e a potência não é mais que um mito, um contraponto da presente impotência. A potência sexual está em declínio, já que a população branca envelhece, e o estresse, a depressão e a angústia perturbam a esfera erótica (BERARDI, O novo rosto do fascismo, 2021).

390

A Esquerda por sua vez, ao se deparar com as inúmeras derrotas acumuladas no século XX, depositou sua energia política, suas fichas de aposta no modelo de democracia liberal burguesa. A revolução proletária como forma clássica de luta da esquerda, teve sua maior queda com o fim da URSS; o socialismo “chinês” nacionalizado, ante as pretensões universais de libertação da opressão de todos os trabalhadores do mundo, já não são capazes de mobilizar a esquerda em torno de um programa, de um objetivo revolucionário em comum. As lutas da esquerda se dão através da representação parlamentar, da inclusão de grupos minoritários em esferas de poder que antes lhe rejeitavam, e que agora fazem desta sua nova aparência, um espaço de inclusão e diversidade, sem modificar radicalmente as estruturas sociais.

Referências

ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental; nas trilhas do materialismo histórico.** trad: Fábio Fernandes. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BERARDI, Franco. **Depois do Futuro.** trad: Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

_____. O novo rosto do fascismo. Maio de 2021.
<https://ihu.unisinos.br/categorias/609027-o-novo-rosto-do-fascismo-artigo-de-franco-bifo-berardi>

KANT, I. **Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita.** São Paulo. Martins Fontes. 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-RIO, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 1º Vol. Lisboa: Edições 70, 2000.

ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade/** trad.: Rafael H. Silveira; São Paulo: Editora Unesp, 2019.

_____. **Aceleração e alienação: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna/** trad.: Fábio Roberto Lucas; Petrópolis, RJ. Vozes, 2022.

TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória.** trad.: André Benzamat. Belo Horizonte, Editora Âyiné, 2021.

VACCA, Giuseppe. **A Itália em disputa: Comunistas e Democratas-cristãos no longo pós-guerra (1943-1978).** Campinas, SP: editora da Unicamp, 2021.

391





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



GERMANISMO, ESTADO NOVO E SILENCIAMENTO CULTURAL: NOTAS ACERCA DA MÚSICA POMERANA DA SERRA DOS TAPES, REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Danilo Kuhn¹

Introdução

A partir de bases teóricas do Patrimônio Cultural e da Memória Social, bem como da Musicologia e da Etnomusicologia, pôde-se averiguar que a música tradicional pomerana da Serra dos Tapes, região sul do estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, encontra-se em processo de esquecimento. Segundo recente pesquisa etnomusicológica (KUHN, 2019), são escassas as canções tradicionais, acalantos, cantigas e parlendas que ainda têm lugar na memória da comunidade local de descendentes de pomeranos. Em contraponto, pôde-se constatar, através da mesma pesquisa, a existência de conjuntos musicais, como o Musical Boa Esperança, primeira bandinha² a compor, cantar e gravar músicas em pomerano na região, as quais ainda mantêm práticas musicais endógenas, embora associadas a práticas musicais exógenas.

Os pomeranos se constituem numa etnia alemã proveniente da antiga Pomerânia, território pertencente hoje uma parte à Alemanha, outra à Polônia, povo este que passou a emigrar para a Colônia São Lourenço – uma colônia particular agrícola fundada em 1858 (PODEWILS, 2011, p. 7) sobre a Serra dos Tapes – a partir da data de sua fundação, ainda no século XIX (CERQUEIRA, 2010, p. 874).

Hodiernamente, os descendentes de pomeranos sobre a Serra dos Tapes são uma minoria étnica que fora, por muito tempo, silenciada na região (THUM, 2009), seja por conta da hegemonia alemã no âmbito da igreja (cultos em alemão) e do comércio (alemão como língua comercial oficial), seja pela imposição do português na escola (língua escolar oficial) – ideologia do germanismo –, bem como em consequência da política de repressão a imigrantes alemães, italianos e japoneses do Estado Novo, imposta pelo governo do presidente Getúlio Vargas principalmente no período da II Guerra Mundial; em decorrência deste silenciamento cultural, muito de seu patrimônio cultural – e de sua música tradicional – se encontra, atualmente, em processo de esquecimento.

¹ Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel/2019); professor do curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa (Unipampa); danilokuhn@yahoo.com.br.

² Como são popularmente conhecidos na região os grupos de música alemã e pomerana (HAMMES, 2010, vol. 3, p. 54-55).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O presente artigo tem como objetivos problematizar o processo de esquecimento da música tradicional pomerana na Serra dos Tapes, imposto através da ideologia do germanismo e da política do Estado Novo, bem como apontar a memória social, a música popular e as festas pomeranas e o hibridismo cultural como estratégias comunais de salvaguarda. Para tanto, primeiramente, problematiza o silenciamento cultural pomerano da Serra dos Tapes abordando questões patrimoniais, ideológicas, históricas e memoriais, destacando o papel da memória social como recurso de resiliência. Após, apresenta, através da memória cultural e de uma etnografia musical, características da música tradicional, da música popular e das festas pomeranas da região, bem como o uso destas duas últimas como estratégias de salvaguarda da comunidade, fundando-se na tradição oral e na prática de uma bandinha tradicional pomerana local. E, finalmente, discorre acerca de práticas musicais endógenas e exógenas pomeranas, apontando, a partir de uma canção híbrida, o hibridismo musical, também, como estratégia comunal de salvaguarda de seu patrimônio musical. Conclui-se, por fim, que uma comunidade tradicional, por si mesma, pode vir a elaborar suas próprias estratégias de salvaguarda musical, embora inclua, para tanto, processos híbridos.

Silenciamento cultural pomerano

393

Sob a ótica de Thum (2009), o contexto da imigração pomerana na Serra dos Tapes é peculiar em função de conjunturas históricas e de um processo de silenciamento cultural imposto aos pomeranos no sul do Brasil. Segundo o pesquisador, o silenciamento da cultura pomerana se deu através dos poderes religioso, escolar, e comercial, o que não impediu, contudo, que, em seu cotidiano, a comunidade mantivesse práticas culturais e se reinventasse no encontro com as demais culturas locais: “A cultura do silêncio e o silêncio da cultura são, ao mesmo tempo, consequências do processo de opressão vivido e modos de resistência silenciosa” (THUM, 2009, p. 9).

Outrossim, ao referir-se ao silenciamento cultural que os pomeranos teriam sofrido na Serra dos Tapes, Thum (2009) afirma que a escola e a universidade se podem configurar como “instrumentos de reinvenção, se e quando atuar[em] sobre os processos de opressão e silêncios vividos, na e sobre a cultura pomerana” (THUM, 2009, p. 334). Apesar de entender a situação dada como “produto de uma ação histórica”, o autor defende a necessidade de “intervir sobre essa realidade, a fim de fomentar uma ação emancipatória”, concluindo que “o silenciamento realizado pelas agências formativas [igreja, escola, comércio] necessita ser rompido” (THUM, 2009, p. 343). Nesse sentido, o presente trabalho se candidata a colaborar nesse processo, reverberando a voz da comunidade estudada a fim de consolidá-la como porta-voz de si mesma.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A ideologia do germanismo

Thum (2009) aponta a ideologia do germanismo, a qual teria sido institucionalizada na Serra dos Tapes através da igreja, da escola e do comércio, como a precursora do silenciamento cultural dos pomeranos (THUM, 2009, p. 311). Acerca dessa concepção ideológica do germanismo, Silva (2006) comenta:

O germanismo é um movimento intelectual surgido entre meados do século XIX e a década de 1940 entre indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil, tendo como preocupação central a defesa da identidade étnico-nacional da população migrante. Foi encabeçado por figuras da elite teuta – jornalistas, professores, pastores, comerciantes, industriais –, que forjaram uma identidade específica para esta população com base na distinção étnica – propriamente etnocêntrica – em que são tomadas características culturais e biológicas como elementos diferenciadores. [...] O germanismo não é apenas um movimento de valorização de um caráter, identidade ou modo de ser alemão, mas também tem suas origens numa concepção de unidade cultural germânica própria ao nacionalismo do século XIX. (SILVA, 2006, p. 229-230)

No que toca à igreja, Thum (2009) considera que, por meio desta, os imigrantes alemães propagaram ideais de supremacia da cultura alemã sobre os subgrupos alemães imigrados, entre eles os pomeranos, os quais passavam a desvalorizar sua língua-mãe: “Os luteranos necessitavam da aprendizagem da língua na qual era produzido o material religioso da época” (THUM, 2009, p. 133-134). Nesse sentido, segundo Droogers (1984), o alemão, durante muitos anos, foi a língua oficial da Igreja Luterana, onde “identidade cultural e religião foram misturadas” e os pastores ensinavam “a língua da Igreja e da germanidade” (DROOGERS, 1984, p. 30), o que coibia o uso de variantes linguísticas alemãs, como o pomerano e o renano, por exemplo.

No que se refere à escola, Thum (2009) sustenta que a mesma serviu como propagadora da língua alemã por interesse ideológico, utilizando-se do idioma “como símbolo dos valores étnicos, religiosos e políticos” (THUM, 2009, p. 133). Consecutivamente, a partir da Campanha da Nacionalização do Estado Novo, a língua oficial do referido silenciamento se tornou o português, quando o ensino passou a visar “a ideia de uma nacionalidade padronizada” (THUM, 2009, p. 183).

E, mais especificamente no que tange à língua, para Thum (2009), o valor auferido a quem sabia falar alemão elevava o sujeito a um patamar de diferenciação na Serra dos Tapes. O pomerano passou a ser considerada uma língua inculta, o que não era admissível para as famílias mais abastadas que, ainda que fossem de origem pomerana, acabavam por aprender e utilizar a língua padronizada para se relacionarem publicamente. O pesquisador relaciona esse comportamento também aos comerciantes da região: “Essa postura é encontrada em todos os casos dos donos de comércio: falavam e representavam o alemão alto” (THUM, 2009, p. 298). De acordo com Thum (2009), no Brasil, o pomerano seria considerado um

394



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



dialeto de forma pejorativa, de modo que teria valor de língua somente o *Hochdeutsch* (alemão-padrão³), gerando um silenciamento perpetrado pela linguagem, onde “a língua alemã foi ganhando valor simbólico de língua culta, sendo seu falante considerado mais esclarecido” (THUM, 2009, p. 131).

Apontados e pormenorizados os três agentes silenciadores da cultura pomerana segundo o autor, o mesmo conclui que “a cultura do silêncio, na Serra dos Tapes, cria e sustenta o círculo vicioso da negação da identidade local”, onde “o mundo pomerano, percebendo que teria ganhos momentâneos ao ser considerado alemão, permitiu, aceitou e assimilou o imaginário alemão como sua referência cultural diante dos outros grupos” (THUM, 2009, p. 309). Infere-se, pois, que a ideologia do germanismo, através da igreja, da escola e do comércio, cerceou na transmissão cultural pomerana na região, o que incidiu, também, em sua música tradicional. Trata-se, de acordo com essa perspectiva, de um silenciamento cultural pomerano, pois que, inibida de exercer sua língua materna e sua cultura, a comunidade pomerana da Serra dos Tapes foi, ao longo das gerações, silenciando canções tradicionais, acalantos, cantigas e parlendas, permitindo que as mesmas entrassem em processo de esquecimento.

A memória social

395

Por seu turno, Maltzahn (2011) considera que, embora a Campanha de Nacionalização do Estado Novo – a fase ditatorial da Era Vargas –, tenha proibido o ensino de língua estrangeira no país, fechado instituições comunitárias, vetado o uso de línguas de imigração em público e o cerceado as liberdades individuais dos imigrantes e de seus descendentes (SEYFERTH, 2000, p. 92), impedindo-os de expressar publicamente sua identidade étnica – tal perseguição linguística se agravou com o advento da II Guerra Mundial, notadamente contra os imigrantes (e seus descendentes) oriundos dos países do Eixo, aos quais o Brasil declarou guerra, quais sejam: alemães, italianos e japoneses⁴ –, essa(s) identidade(s) não foi/foram definitivamente apagada(s) e pôde/puderam ser rememorada(s) e transmitida(s) de geração para geração em sua clandestinidade (MALTZAHN, 2011, p. 71). O funcionamento desse processo pode ser analisado à luz de conceitos trabalhados por Pollak (1989):

³ A língua alemã padrão, ou o alto-alemão (o *Hochdeutsch*), impõe-se como língua oficial, isto é, a língua da comunicação formal, ensinada nas escolas, usada na imprensa, em cerimônias religiosas e repartições públicas. Segundo Fausel (1959), a grande maioria dos imigrantes alemães, no entanto, não falava o *Hochdeutsch*, e, sim, variantes linguísticas como o pomerano, o renano e o vestfaliano.

⁴ Cabe referir que este cerceamento às línguas alemã, italiana e japonesa e suas variantes linguísticas, como o pomerano, arrefeceu após o término da II Guerra Mundial; porém, as políticas contra o ensino de línguas estrangeiras no Brasil se estenderam até o fim da Ditadura Militar (1964-1985). Ademais, o presente pesquisador presenciou, no início de seu trabalho em uma escola do interior do município de São Lourenço do Sul, sobre a Serra dos Tapes, o preconceito que havia, por parte de professores, ao uso da língua pomerana no ambiente escolar ainda na década de 2010.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizade, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 5)

Pode-se supor, por conseguinte, que, muito embora o silenciamento cultural denunciado por Thum (2009) e imposto também pela Campanha de Nacionalização do Estado Novo, a cultura pomerana pôde ser transmitida clandestinamente ao curso das gerações, quando se pode inferir que memória social, mesmo que subterrânea, constitui-se em uma importante estratégia comunal de salvaguarda cultural e, por extensão, musical. Ainda que pouco de sua música tradicional tenha permanecido em sua memória, muitas práticas musicais endógenas ainda têm lugar no fazer musical pomerano da Serra dos Tapes, mantendo-a ligada às suas raízes.

Memória cultural, Musicologia e música tradicional pomerana

A fim de analisar a música tradicional pomerana da Serra dos Tapes enquanto patrimônio cultural, i.e., enquanto produto de uma comunidade que remete à história, à memória e à identidade da mesma (IPHAN, 2012, p. 12), utilizou-se a Nova Musicologia, ou Musicologia Pós-Moderna, a qual se opõe à Teoria da Música (que enfatiza a estrutura da obra) e à Musicologia Tradicional/Comparada (com foco no cânon da música erudita europeia e na comparação entre culturas consideradas exóticas e/ou primitivas), propondo-se a lidar com aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e ideológicos que as duas outras disciplinas não exploravam (McCRELESS, 1996, p. 8). Buscou-se, para além, uma compatibilização conceitual entre a Nova Musicologia e o conceito de memória cultural (ASSMANN; CZAPLICKA, 1995). Assmann procura desenvolver um campo teórico-conceitual que dê suporte às discussões culturais acerca da memória e da identidade. Outrossim, a memória cultural se manifesta através de memórias cristalizadas em produções simbólicas (sob a forma de textos culturais). Dessa forma, seria através desses produtos que os conhecimentos que estruturam um determinado grupo se materializariam. Assmann vê no contexto da cultura objetivada, cristalizada em canções, contos, ritos, construções, monumentos, etc., uma estreita conexão entre os membros do grupo e sua identidade. O autor sintetiza o conceito de memória cultural da seguinte maneira:

O conceito de memória cultural compreende aquele corpo de textos, imagens e rituais reutilizáveis específicos a cada sociedade e em cada época em que a cultura serve para estabilizar e transmitir a autoimagem dessa mesma sociedade. Sobre tal conhecimento coletivo, a maior parte (mas não exclusivamente) do passado, cada grupo baseia sua consciência de unidade de particularidade. (ASSMANN; CZAPLICKA, 1995, p. 132)

396



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Assim, fundando-se no conceito de memória cultural de Assmann, e à luz da Nova Musicologia, analisou-se as duas únicas canções tradicionais pomeranas encontradas e registradas junto à comunidade durante a pesquisa, intituladas *De mûta éna hóchtich* (“O casamento da vovó”) e *De fest* (“A festa”), por fornecerem um registro cultural da tradição oral pomerana e por portarem aspectos memorias e identitários da comunidade que as criou. Muito embora as pessoas de origem pomerana do interior do município de São Lourenço do Sul sejam bastante próximas à música, haja vista sua intensa participação em corais de igreja e o elevado número de conjuntos musicais na região, são escassas as canções tradicionais pomeranas que ainda sejam de conhecimento da comunidade. Em sua maioria, são consideradas de origem exclusivamente alemã algumas músicas instrumentais e, quanto às canções, a maior parte delas parte é cantada em alemão – há, também, algumas versões em pomerano de canções alemãs –. O pomerano é utilizado tradicionalmente na região apenas de maneira forma oral – trata-se de uma língua, localmente, ágrafa –, o que dificultou a preservação de letras de canções (ademais do silenciamento cultural acima explicitado) e contribuiu para o hodierno processo de esquecimento da música tradicional pomerana local. Dentre as representações culturais cristalizadas na letra de *De mûta éna hóchtich*, destacam-se: uma rota de emigração pomerana para os Estados Unidos anterior à para o Brasil; a fartura gastronômica e alcoólica das festas pomeranas; e a presença do violino, importante instrumento musical da música pomerana pretérita local. No que se refere à *De fest*, pode-se destacar: a referência ao misticismo pomerano; e a utilização da vassoura, tanto para práticas mágicas quanto como representação do feminino.

Desta forma, após investigar a música tradicional pomerana local por meio da Nova Musicologia e do conceito de memória cultural e deparar-se apenas com duas canções – embora preches de manifestações culturais cristalizadas em sua memória cultural –, passou-se então a investigar a música popular pomerana da região, através de uma etnografia musical.

397

A Etnomusicologia, a etnografia musical e a música popular pomerana

Com a finalidade de situamento temporal, Titon (1997, p. 91-92) aponta para quatro paradigmas no desenvolvimento da disciplina ou área de pesquisa Etnomusicologia: a Musicologia Comparativa, em voga no final do século XIX e início do século XX; o Folclore, afinado com a ideologia nacionalista do início do século XX, com ênfase na preservação e no ensino; a Etnomusicologia propriamente dita, fundada nos anos 1950 juntamente com a criação da Sociedade de Etnomusicologia norte-americana, baseada no trabalho de campo e na imersão cultural; e, a partir dos anos 1980, a Etnomusicologia como “o estudo das pessoas fazendo música” ou “das pessoas experienciando música”, fruto das transformações políticas do final dos anos 1960 e, portanto, pautada no compartilhamento da autoridade entre o pesquisador e seus colaboradores no campo. É no sentido desse último e mais atual paradigma da Etnomusicologia, qual seja, no estudo das pessoas fazendo/experienciando música, que se estudou a música popular pomerana da Serra dos Tapes.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Isto posto, uma etnografia musical se mostrou uma ferramenta profícua para perscrutar-se os meandros da música pomerana, visto que é considerada:

(...) uma abordagem descritiva à música que vai além do registro escrito de sons, apontando para o registro escrito de como os sons são concebidos, criados, apreciados e como influenciam outros processos musicais e sociais, indivíduos e grupos. A etnografia da música é o escrito sobre as maneiras que as pessoas fazem música. Ela deve estar ligada à transcrição analítica dos eventos, mais do que simplesmente à transcrição dos sons. (SEEGGER, 2008, p. 239)

Sob essa conceituação, a música pomerana saiu da moldura (por vezes fria) da partitura e do universo restrito do registro através da tradição oral para ganhar corpo e voz no fazer musical da comunidade. Em vista disso, o conjunto Musical Boa Esperança, primeiro conjunto a cantar, compor e gravar músicas em pomerano na região, habilitou-se como importante colaborador e seu aval oportunizou a observação participante do pesquisador/musicista, onde empregou sua performance musical. Por conta da referida pesquisa, o mesmo teve a oportunidade de observar o contexto musical pomerano da Serra dos Tapes de dentro, tocando bandoneon – um instrumento representativo dessa música – com o Musical Boa Esperança em casamentos, bodas, confirmações⁵, festas de comunidade e bailes de casais. No que tange à música popular pomerana composta pelo Musical Boa Esperança, sua atuação compositiva iniciou com a composição *Fóta Krúiba*⁶ (“Vovô Krüger”), primeira canção autoral em pomerano gravada – em meados do ano 2000 – na região. O compositor, Almiro Hörnke, líder da bandinha, relatou que conhecia a primeira estrofe da tradição oral pomerana através de sua família, a qual serviu como embrião para a criação das demais estrofes. Porém, há mais canções autorais no repertório do conjunto: *In uza tít*⁷ (“No nosso tempo”) aborda as mudanças culturais no transcorrer das gerações do avô, do pai, e do “nosso tempo”, embora sem um ar de preocupação; *Xtiipas*, se refere à tradição pomerana homônima⁸; *Düt x gevéa* (“Arma pomerana”) e *Vü köipa*⁹ (“Nós compramos”) foram

398

⁵ A confirmação, de acordo com Schmidt (2015), é um marco religioso na vida dos luteranos (equivalente à crisma no catolicismo) e se dá após o término de um período de estudos sobre a religião luterana, denominado ensino confirmatório.

⁶ «Fóta Krúiba», Musical Boa Esperança. [online]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_ME0LLQYUAM>.

⁷ «In uza tít», Musical Boa Esperança. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4R8DnasvqeU>>.

⁸ Folgado popular realizado na noite do sábado de Páscoa, quando homens saem tocando instrumentos musicais – geralmente acordeon, violão e pandeiro – e cantando músicas, mascarados e vestidos de mulher, indo de casa em casa na madrugada, aos quais é oferecido dinheiro, comidas e bebidas por aqueles que “aceitam” sua entrada na casa. Os que não a aceitam e ficam espiando pelas janelas são cutucados – *xtiipados* – por alguns dos participantes com galhos ou ramalhetes (THUM, 2009, p. 63).

⁹ «Vü köipa», Musical Boa Esperança. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nZ1-dxsKwsU>>.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



elaboradas a partir de trechos escritos doados à bandinha pelo rimador¹⁰ Valdir Geppert, às quais Almiro musicou e adaptou para se tornarem canções; e *Us zaina* (“Nosso zaino”) remete às negociações rurais de outrora, onde as pessoas percorriam grandes distâncias para negociar animais e coisas¹¹. A partir do sucesso de *Fóta Krúiba*, não só o Musical Boa Esperança, mas também outras bandinhas da região se sentiram instigadas a compor mais canções em pomerano. Trata-se, portanto, de uma estratégia comunal de preservação e continuidade de sua música, ainda que em até certo ponto restrita e motivada pelo escasso repertório musical em sua língua-mãe.

Ademais desse repertório, pode-se referir, também, através da pesquisa realizada, o papel estrutural que a música desempenha nas festas pomeranas. A prática de fazer o cortejo dos noivos, padrinhos e demais convidados de um casamento através de um destacamento da bandinha tocando músicas para conduzi-los da igreja onde se realizou a cerimônia até o salão onde se dará a festa e a adoção do mesmo procedimento seja para recepcionar o confirmando ou confirmanda, para levar os convivas para a mesa do *buffet* ou do churrasco, ou ainda para o local de recepção da festa, por exemplo, são atribuições musicais. Para além, a música se relaciona com a animação da festa em si e tem estreita ligação com a dança. A organização das danças tradicionais dos referidos eventos, como a dança da vassoura, a dança do bolo, a dança do cesto, a dança das cadeiras, a jardineira, a polonesa, etc. e dos sorteios, agradecimentos, avisos e anúncios também está a cargo da música. Além disso, a música também tem papel social na cultura pomerana: políticos, músicos de outras bandinhas e pessoas em geral oferecem bebidas à bandinha no palco e recebem a contrapartida do agradecimento da mesma ao microfone; crianças sobem no palco ou ficam em frente ao mesmo ou são levadas por seus pais ou avós para contemplarem a apresentação; músicos de outras bandinhas sobem ao palco para dar uma palhinha (tocar algumas músicas); e os músicos da bandinha também têm certo *status* nas festas, pois que não pagam ingressos em festas de comunidade nem precisam entrar na fila para o almoço destas, têm passagem livre na copa (chope, cerveja, bebidas em geral) e na cozinha (sopa, caldo, café, *buffet*, churrasco) de casamentos e confirmações, e são conhecidos e reconhecidos pela comunidade.

Então, a música popular pomerana, ao desempenhar importante papel estrutural e social nas festas pomeranas e ao se relacionar com manifestações culturais tradicionais, como os cortejos e as danças, atua também como uma estratégia comunal de salvaguarda cultural, visto que conforma uma parte indispensável da cultura pomerana da Serra dos Tapes.

As práticas musicais pomeranas endógenas e exógenas

A referida pesquisa etnomusicológica também evidenciou o hibridismo cultural (CANCLINI, 2011) – detalhamento no subtítulo a seguir – na música pomerana da Serra

¹⁰ Termo utilizado pela bandinha.

¹¹ Salienta-se que as temáticas de todas as letras mencionadas possuem *ethos* camponês.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



dos Tapes, exemplificado através da canção *Álas folóra*¹² (“Tudo perdido”, Musical Boa Esperança, 2017), na qual se mesclam passado e futuro na contemporaneidade, onde a tradição musical colonial convive com o novo sem deixar de ser pomerana, em justo equilíbrio cultural.

Mais especificamente, as tradições musicais endógenas pomeranas que podem ser relacionadas a e/ou estão condensadas em *Álas folóra* são: arranjo para metais (dois trompetes); instrumentação do acompanhamento delegada à bateria, ao contrabaixo, à guitarra e ao teclado; timbre característico do teclado e utilização de frases de contracanto ao instrumento; ritmo dançante, i.e., a música atrelada à dança; letra da canção e canto em pomerano; e conteúdo da letra com *ethos* camponês. Todas essas características fazem parte das práticas musicais endógenas da bandinha, atreladas à cultura pomerana, à sua própria tradição. São precisamente esses elementos que dão a coloratura pomerana necessária à *Álas folóra*, embora o hibridismo relatado logo adiante. A canção soa mui adequadamente à audiência pomerana atual da região, sem causar quaisquer estranhamentos, justamente por conta de tais características. É através dessas práticas que os musicistas descendentes de pomeranos do Musical Boa Esperança e sua audiência não deixam de olhar para o passado, e por meio do qual a prática musical pretérita ainda faz sentido no presente.

Por outro lado, ainda que sem deixar de olhar para o seu passado cultural, a bandinha também é impelida para o futuro, à modernização, à atualização, incluindo processos híbridos em seu fazer musical através da incorporação de elementos advindos de tradições musicais exógenas à cultura pomerana. A canção *Álas folóra* traz consigo os seguintes exemplos desse processo: a utilização do gênero musical vaneira, pertencente à tradição musical gaúcha (referente ao estado do Rio Grande do Sul, sul do Brasil); a inclusão de elementos do gênero musical regional nordestino forró; a modernização da instrumentação outrora acústica; o emprego de recursos tecnológicos para gravação e divulgação da canção; o uso de palavras da língua portuguesa (e expressões gauchescas) pomeranizadas; e a utilização e pomeranização de uma canção oriunda da música *country* estadunidense que, em si mesma, guarda processos híbridos outros e cuja análise será exposta no subtítulo que segue.

400

O hibridismo cultural como salvaguarda da tradição musical pomerana

*Jambalaya (On the Bayou)*¹³ é uma canção gravada no ano de 1952 pelo cantor *country* estadunidense Hank Williams (1923-1953), a qual ganhou muitas versões internacionais e alcançou popularidade em vários gêneros musicais (ESCOTT, 2004). Seu título faz alusão a um prato da cozinha cajun – grupo étnico formado por descendentes de colonizadores franceses estabelecidos na Acádia, uma região do nordeste americano que se encontra em

¹² «Álas folóra», Musical Boa Esperança. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SkJts3hCKgY>>.

¹³ «Jambalaya (On the Bayou)», Hank Williams [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lq1FBwLqgdQ>>.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



território do atual Canadá (CARON, 2015, p. 5) –; o jambalaia é uma espécie de *paella* de influência multicultural, bastante apreciada no estado da Luisiana, Estados Unidos (SIGAL, 2007, p. 102), onde cajuns se assentaram após sua expulsão da Acádia no século XVIII (C. A. BRASSEAU, 1985, p. 126).

Enquanto *Álas folóra* faz uso da instrumentação tradicional alemã/pomerana de sua região e possui letra em pomerano e de *ethos* camponês, *Jambalaya (On the Bayou)* é instrumentada por *fiddle*¹⁴, violão aço, guitarra solo, guitarra base e contrabaixo (ESCOTT, 2004, p. 347) e contém letra estereotipada acerca da cultura cajun¹⁵. A música *country* é um estilo musical que se originou no sul dos Estados Unidos na década de 1920 e que tem raízes na música folclórica – especialmente a apalache – e no *blues* (PETERSON, 1999, p. 9). Sua difusão no país está ligada à propagação do rádio no meio rural estadunidense, principal veículo de comunicação nessas regiões à época (MIRANDA, 2007, p. 23). Segundo Broven (1983, p. 34), a melodia de *Jambalaya (On the Bayou)* se baseia em uma canção cajun-country¹⁶, intitulada *Grand Texas*¹⁷, gravada pelo grupo do tocador de *fiddle* Chuck Guillory em 1949. Entretanto, de acordo com Falcon¹⁸, *Grand Texas*, por seu turno, é oriunda da canção cajun *Le garcon negligent*¹⁹, gravada pelo conjunto Guidry Brothers em 1929. *Jambalaya* projetou mundialmente, através de seu sucesso, portanto, uma interpretação americanizada da cultura cajun. Importa mencionar que o próprio prato da culinária cajun a que faz menção o título da canção, o jambalaia, é um tipo de *paella* multicultural, com influência francesa, espanhola, africana, americana e indígena (SIGAL, 2007, p. 115). Igualmente, pois, tanto *Jambalaya (On the Bayou)* quanto *Álas folóra* são originárias de processos fortemente híbridos. Destarte, importa enunciar o conceito de hibridismo cultural, o qual consiste, segundo Canclini (2011), em “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2011, p. XIX). Essas “estruturas discretas” já são frutos de hibridações anteriores, o que leva a questionar a própria noção de pureza das fontes. Tratam-se de “ciclos de hibridação”:

401

¹⁴ Segundo o *The Concise Oxford Dictionary of Music* (Online. Disponível em: <<http://oxfordindex.oup.com/view/10.1093/acref/9780199203833.013.3332>>. Acesso em: 24 abr. 2018), *fiddle* é um termo coloquial de origem alemã que designa um tipo de instrumento de arco, semelhante ao violino, utilizado em música folclórica.

¹⁵ De acordo com Clarence Moritz Jr., em texto intitulado *Jambalaya lyrics: cajun interpretation* no site *Cajun Radio* (Online. Disponível em: <<http://www.cajunradio.org/wordscajun3.html>>. Acesso em: 24 abr. 2018).

¹⁶ Fusão entre música cajun e música *country* (R. A. BRASSEAU, 2004, p. 96).

¹⁷ Wade Falcon, em texto intitulado *Big Texas: Julius Papa Cairo Lamperez* no site *Early Cajun Music* (Online. Disponível em: <<http://earlycajunmusic.blogspot.com.br/2015/07/big-texas-julius-papa-cairo-lamperez.html>>. Acessado em: 24 abr. 2018).

¹⁸ Wade Falcon, em texto intitulado *Big Texas: Julius Papa Cairo Lamperez* no site *Early Cajun Music* (Online. Disponível em: <<http://earlycajunmusic.blogspot.com.br/2015/07/big-texas-julius-papa-cairo-lamperez.html>>. Acessado em: 24 abr. 2018).

¹⁹ «Le garcon negligent», Guidry Brothers [online]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=9&v=U91l02DWaE>.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



“passamos de formas mais heterogêneas a outras mais homogêneas, e depois a outras relativamente mais heterogêneas, sem que nenhuma seja ‘pura’ ou plenamente homogênea” (*ibid.*, p. XX). Ou seja, trata-se de um *continuum* hibridizante.

Nesse sentido, inclusive, pôde-se detalhar o percurso cultural percorrido por *Jambalaya* (*On the Bayou*) no Brasil até chegar à *Álas folóra*, i.e., a canção *country* estadunidense promoveu várias versões que incidiram no seu conhecimento e apropriação por parte da bandinha pomerana (sim, *Álas folóra*, do Musical Boa Esperança, é uma versão pomeranizada, tanto em letra quanto em melodia, arranjo e instrumentação, de *Jambalaya on the Bayou*, de Hank Williams, um evidente caso de hibridismo cultural): *João Balaio* (Boca Livre, 1989)²⁰, pertencente ao contexto da música popular brasileira, MPB, responsável pela adaptação do título original para o nome/apelido em português pelo qual a bandinha conhecia a melodia; *João Balaio* (Mano Lima, 1995)²¹, atrelada à música tradicionalista gaúcha e precursora do avançamento de *Jambalaya*; *Fica amor* (Alemão do Forró, 2013)²², oriunda do mundo da música de baile e promotora do sucesso recente (re)atingido pela melodia no Brasil e da inserção de elementos musicais do gênero forró, advindo da música regional nordestina – esta versão, inclusive, já fazia parte do repertório da bandinha; e *João Balaio instrumental* (Danilo Kuhn, 2016)²³, incitadora da utilização da melodia para uma versão em pomerano. Esse ciclo culminou em *Álas folóra* (Musical Boa Esperança, 2017)²⁴, com melodia de *Jambalaya* (adaptada) e com letra autoral da bandinha, em pomerano. Além da pomeranização da letra, o Musical Boa Esperança também pomeranizou, como já abordado, o arranjo e a instrumentação, valendo-se de tradições musicais endógenas, de dentro de sua cultura, atreladas à sua tradição. Entretanto, a adoção do gênero musical vaneira/forró, para além da apropriação de *Jambalaya*, denota a influência de tradições musicais exógenas à pomerana, no que se refere à música tradicionalista gaúcha, à música regional nordestina e à música cajun-*country*.

Todo esse evidente hibridismo cultural faz parte das práticas exógenas da bandinha, incorporando elementos originários de tradições musicais não pomeranas. Tais elementos se associam ao processo de globalização, de modernização e de contatos culturais. Outrossim, *Álas folóra* é uma fusão de práticas musicais endógenas e exógenas em dado ponto de equilíbrio cultural que a comunidade local aceita como parte do seu repertório pomerano e, ao mesmo tempo, confere-lhe destaque, avalizando o hibridismo que revitaliza a tradição.

²⁰ «João Balaio (*Jambalaya*)», versão de João Bosco, interpretada pelo quarteto vocal Boca Livre [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8ADX-6npgyA>>.

²¹ «João Balaio», Mano Lima [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1sfVZ1bpWMc>>.

²² «Fica amor», de Werner Niero, o Alemão do Forró [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ox9zGoiJcKg>>.

²³ Arranjo para bandoneon criado pelo pesquisador/musicista durante sua etnografia musical pomerana em 2016 mediante pedido de Almiro Hörnke, líder do Musical Boa Esperança, para criação, por parte daquele, de um repertório solo ao instrumento.

²⁴ Publicada no *YouTube* em 02 de junho de 2017.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Tal aval da comunidade, verificado através do sucesso radiofônico, virtual e presencial de *Álas folóra*, autoriza os musicistas descendentes de pomeranos do Musical Boa Esperança a, sem deixar de olhar para o seu passado cultural, contemplar seu futuro rumo à atualização, compelidos pelo desejo de estar em consonância com sua audiência, com seu próprio tempo. Ademais, esta prática consolida o hibridismo musical como mais uma estratégia comunal de salvaguarda cultural, pois, embora recorra a processos híbridos, a música pomerana se mantém pulsante, mesclando passado e futuro em busca de subsistência.

Considerações finais

Dessa forma, através da atuação da memória social, da música popular e das festas pomeranas e do hibridismo cultural como estratégias comunais de salvaguarda, o silenciamento cultural/musical pomerano na Serra dos Tapes, conforme demonstrado, tem sido mitigado pela própria comunidade. Tanto as práticas musicais endógenas associadas a práticas musicais exógenas quanto o jogo identitário da memória têm funcionado para superar o silenciamento pomerano perpetrado pela ideologia do germanismo e pela política do Estado Novo, o qual teima em ressoar. Ademais, a música pomerana atual desempenha, nas festas pomeranas, importantes papéis estruturais e sociais, relacionando-se, também e ainda, com manifestações culturais tradicionais. Conclui-se, portanto, que as estratégias pomeranas locais de contra-silenciamento, graças à gestão cultural da comunidade, têm contribuído proficuamente para que a música pomerana da Serra dos Tapes subsista, muito embora recorra a processos híbridos para tanto.

403

Referências

ASSMANN, Jan; CZAPLICKA, John. Collective Memory and Cultural Identity. **New German Critique**, n. 65, p. 125-133, spring/summer, 1995.

BRASSEAU, Carl Anthony. A New Acadia: The Acadian migrations to south Louisiana, 1764-1803. **Acadiensis**, v. 15, n. 1, p. 123-132, 1985.

BRASSEAU, Ryan Andre. **Bayou Boogie**: the Americanization of Cajun music, 1928-1950. Baton Rouge: Louisiana State University, 2004.

BROVEN, John. **South to Louisiana**: The Music of the Cajun Bayous. Gretna: Pelican Publishing Company, 1983.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CARON, Caroline-Isabelle. **The Acadians**. Ottawa: The Canadian Historical Association, 2015.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. **Anais Eletrônicos do IV SIMP**, p. 872-874, 2010. Disponível em: <<https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

SILVA, Haike Roselane Kleber. **Entre o amor ao Brasil e o modo de ser alemão**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

DROOGERS, Andreas Frederik. **Religiosidade Popular Luterana**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

ESCOTT, Colin *et al.* **Hank Williams: The Biography**. Boston, MA: Little, Brown & Co., 2004.

FAUSEL, Erich. **Die deutschbrasilianische Sprachmischung**. Berlin: Erich Schmidt, 1959.

HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000; vol. 1-4**. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Brasília: Iphan, 2012.

KUHN, Danilo. **Festa, dança e alegria: uma etnografia musical pomerana ao sul do sul do Rio Grande do Sul – São Lourenço do Sul/RS**. 2019. 398 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

MALTZAHN, Paulo César. **A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)**. 2011. 335 f. Tese (Doutorado em História cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

McCRELESS, Patrick. Contemporary music theory and the new musicology: An introduction. **Music Theory Online**, v. 2, n. 2, p. 1-5, 1996.

404



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MIRANDA, Gustavo Lima de. **A história da evolução da mídia no Brasil e no Mundo**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2007.

PETERSON, Richard A. **Creating Country Music: Fabricating Authenticity**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

PODEWILS, Denise Oswald. **Colonização germânica: a colônia de São Lourenço e suas particularidades**. 2011. 40 f. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHMIDT, Adriele. **A comida na cultura pomerana: simbolismo, identidade e sociabilidade**. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

SEEGER, Anthony. Etnografia da música / Tradução Giovanni Cirino. **Cadernos de campo**. São Paulo, n. 17, p. 237-260, 2008.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Região e nação na América Latina**. Brasília: Editora da UnB, p. 81-109, 2000.

SIGAL, Andrew. Jambalaya by any other name. In: **Petits Propos**, n. 84, p. 101-119, 2007.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória: silêncios e reivindicações pomeranas na Serra dos Tapes**. 2009. 384 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

TTTON, Jeff Todd. Knowing Fieldwork. In: Barz, Gregory F. & Cooley, Timothy J. (ed.). **Shadows in the Field: New Perspectives for Fieldwork in Ethnomusicology**. New York: Oxford University Press, p. 25-41, 1997.

405



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OCUPAÇÃO E IDEOLOGIA: REFLEXÕES ACERCA DA OCUPAÇÃO DO JAPÃO (1945-52) E A BUSCA PELO USO E CONTROLE DE INSTITUIÇÕES

Victor Hugo de Mattos Trindade¹

Este texto é fruto de meus estudos com o objetivo de, simultaneamente, aprofundar este que foi tema geral da monografia desenvolvida em minha graduação e desenvolver um pré-projeto para ingresso no mestrado. Antes de iniciarmos a discussão do tema proposto, julgo necessário uma breve introdução acerca do período final da Segunda Guerra Mundial e eventual transição para a ocupação do Japão para entendermos melhor a relação história entre os Estados Unidos e o então imperador japonês Hirohito.

O início do conflito entre Estados Unidos e Japão

Datada de seis de dezembro de 1941, um dia antes dos ataques japoneses à base militar de Pearl Harbor, uma carta escrita pelo então presidente americano Franklin D. Roosevelt e endereçada ao imperador do Japão dizia respeito às movimentações militares do Japão no leste asiático. Nesta carta, Roosevelt expressa preocupações sobre concentrações militares japonesas na Indochina e, com uma linguagem amigável, apontava para o fato de que a comunidade internacional estava atenta e receosa devido a tais eventos. Roosevelt utiliza, principalmente nos trechos finais da carta², de recursos linguísticos apelativos para moralidade de Hirohito com o intuito de que o imperador tomasse atitudes de modo a evitar guerra no Pacífico. Não foram encontradas nenhuma evidência de que Hirohito tenha recebido esta carta nem que alguma correspondência tenha partido do império em resposta aos assuntos tratados por Roosevelt na referida carta.

Na manhã do dia seguinte, sete de dezembro de 1941, aviões kamikazes efetuaram um ataque surpresa à base naval americana localizada em Honolulu, no Havaí. Esta sucessão de eventos resultou em uma mudança drástica reviravolta na relação amigável destes dois países, pouco mais de vinte e quatro horas foram o suficiente para que ambas nações declarassem guerra uma contra a outra. Desta sucessão de eventos nasce a polarização que estamos acostumados quando lemos sobre a Segunda Guerra Mundial, os países Aliados em guerra contra a tripla aliança entre Japão, Itália e Alemanha.

406

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: profvictormattoshist@gmail.com - ID Lattes: 8050875935928047.

² A carta pode ser lida na íntegra através do site eletrônico do *The American Presidency Project*, mantido pela Universidade da Califórnia. Disponível em: <<https://www.presidency.ucsb.edu/documents/appeal-emperor-hirohito-avoid-war-the-pacific>>. Acessado em 09 de fevereiro de 2025.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



As bombas atômicas contextualizadas

Desde dezembro de 1941 até julho de 1945 estes dois países travaram inúmeras batalhas militares, o fim desta rivalidade chegou através das duas bombas atômicas detonadas, em seis e nove de agosto deste, respectivamente, sob as cidades de Hiroshima e Nagazaki, mas, antes de prosseguirmos, creio que devo retroceder alguns passos e pontuar algumas questões relacionadas a este trágico evento. Um mês antes, especificamente, em vinte e seis de julho de 1945 um corpo de líderes políticos ter se reunido para assistir os chefes de Estado dos Estados Unidos, China e do Reino Unido anunciarem a Declaração de Potsdam³, este que foi o documento que significou um ultimato endereçado ao Japão e definia os termos nos quais o império japonês estava sendo intimado a se render incondicionalmente. Ainda sobre este documento, ele era ambíguo e seu conteúdo não explicitava que o cenário apocalíptico descrito, em sua última cláusula, como destino do Japão caso rejeitassem tais termos significava o uso de duas, recém testadas, bombas atômicas, a redação desta declaração não é precisa sobre o futuro do imperador Hirohito nem a respeito do tipo de governo que se instauraria na ocupação que veio a acontecer poucos meses após.

Creio que não haja possibilidade de determinar a respeito da intencionalidade destas características da Declaração de Potsdam, contudo, de fato serviram bem para os planos dos Aliados, em especial os dos Estados Unidos. O Japão não emite nenhuma resposta ao ultimato ocidental, assim, sob a justificativa de ser a única forma de parar a máquina de fazer guerra japonesa, ocorreram os trágicos eventos nos dias seis e nove de agosto de 1945 que resultaram em, aproximadamente, 210.000 mil ao todo⁴. Outro fator relacionado às bombas deve ser mencionado, segundo o presidente estadunidense à época Harry S. Truman em seu documentário *Decision: The Conflicts of Harry S. Truman*⁵ ele não teria autorizado que as bombas atômicas fossem detonadas próximas ao palácio de Tóquio devido ao risco de ocasionar na morte do imperador Hirohito, este receio se deu, pois, para Truman, Hirohito tinha o poder de acalmar os japoneses.

407

³ Todos os termos anunciados nesta data podem ser consultados, em língua inglesa, de modo remoto e on-line. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>. Acessado em 09 de fevereiro de 2025.

⁴ Este quantitativo foi publicado por Alex Wellerstein, professor associado e diretor do programa de estudos em ciência e tecnologia no Instituto de Tecnologia Stevens, em um artigo, datado de 4 de agosto de 2020, escrito ao *Bulletin of the Atomic Scientists*. Disponível em: <<https://thebulletin.org/2020/08/counting-the-dead-at-hiroshima-and-nagasaki/>>. Acessado em 11 de fevereiro de 2025.

⁵ Aqui me refiro a uma fala específica de Truman durante a gravação de seu documentário. Disponível em: <<https://www.trumanlibrary.gov/movingimage-records/mp2002-467>>. Acessado em: 11 de fevereiro de 2025.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Dominação e ideologia: a decisão a favor da vida do imperador

O relato dado por Truman pode ser compreendido como uma síntese de toda a visão que o departamento de Estado estadunidense tinha em relação ao imperador e sua função perante o início e, também, no decorrer do processo de ocupação do território japonês por parte dos militares americanos. Esta percepção estava intimamente ligada a percepção americana da ideologia, entendida como “um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 2024, p. 90), no Japão imperial. A percepção de que Hirohito possuía características que o tornavam valioso para a ocupação planejada pelos Estados Unidos já se fazia presente, antes mesmo da Declaração de Potsdam e da ordem para usar as bombas atômicas, não somente em Truman bem como em parte significativa do quadro de autoridade político e militar estadunidense naquele contexto, um exemplo disto pode ser extraído a partir das páginas do diário⁶ de Henry L. Stimson, que serviu como secretário de guerra nos governos de Franklin D. Roosevelt e de Truman. Segundo uma entrada em seu diário, datada de vinte e quatro de julho de 1945, Stimson se reuniu com Truman para tratar de assuntos relativos à ida de Truman à Potsdam tendo nesta reunião argumentado insistentemente acerca da importância da inclusão, na Declaração de Potsdam, de uma garantia acerca da permanência do imperador em seu cargo durante a ocupação que viria nos anos seguintes como medida assecuratória da aceitação dos termos de rendição pelos japoneses. Isto não ocorreu, contudo, são indícios de que a ideia de Hirohito desempenhar uma função na ocupação do Japão neste processo já existia antes mesmo da guerra acabar.

O ilustre sociólogo Max Weber define que o fenômeno da dominação “[...] pode fundar-se em diversos motivos de submissão” (WEBER, 2000, p.128), assim, este autor desenvolve uma teoria sobre dominação que prevê três tipos, distintos, da mesma. O primeiro é o da dominação legal, no qual:

Obedece-se não a pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: a “lei” ou “regulamento” de uma norma formalmente abstrata. (WEBER, 2000, p.129)

Deste modo, entende-se que se trata da dominação exercida pelo aparato legal de cada sociedade e que todos aqueles que são cidadãos desta reconhecem-na como legítima e que estão sujeitos a ela. O segundo tipo é o da dominação tradicional, este que se configura “em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes” (WEBER, 2000, p. 131). Neste trecho, Weber disserta sobre relações específicas

⁶ As páginas deste diário são arquivadas e curadas pela Universidade Yale. Disponível em: <https://archives.yale.edu/repositories/12/archival_objects/1961455>. Acessado em: 12 de fevereiro de 2025.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



de dominação, tendo a patriarcal como exemplo, onde existem aqueles que mandam, os senhores, e outros que cumprem estes mandos por acreditarem serem súditos ou servos desses. Finalmente, temos a dominação carismática que o sociólogo alemão estabelece como aquela “em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória.” (WEBER, 2000, p.134-135), esta dominação em especial é feita pelo convencimento de que o senhor é detentor de qualidades tais que o faz ser adorado como líder ou herói.

Falamos destes dois conceitos, ideologia e dominação, pois, são tópicos recorrentes quando falamos da ocupação do Japão, assim, pretendo a seguir explorar aquilo que está por detrás do aspecto militar desta ocupação, construção de bases militares americanas, patrulhas de soldados nas ruas, entrega de comida e suprimentos pelo exército americano, etc., um plano minucioso que começou com decisões que prevenissem a morte de Hirohito e visava o estabelecimento de um governo indireto a partir da utilização da instituição imperial e que contasse, simultaneamente, com a reformação de outras instituições específicas como o sistema educacional que era vigente, a polícia, etc.

Reflexões acerca dos planos gerais para a ocupação do Japão

409

Ao investigar o corpo de documentos que dizem respeito a política pensada para a ocupação nos deparamos com um conjunto de quatro objetivos gerais, para apresentá-los escolhemos um documento datado de 21 de setembro de 1945 cujo nome é *U.S. Initial Post-Surrender Policy for Japan*⁷, assim, resumidamente, os objetivos eram: A retirada de diversos territórios que o Japão havia ocupado durante a Segunda Guerra Mundial; a destruição das condições de fazer guerra do império japonês; o estabelecimento de um governo segundo princípios da organização das nações unidas e, finalmente, a garantia ao Japão de que retornaria, numa base razoável, a participar do sistema econômico mundial. Estes objetivos gerais são acompanhados de outros objetivos denominados como políticos⁸, eles são: A abolição do militarismo e do nacionalismo militante; O encorajamento de processos e tendências liberais tais como liberdade de religião, de imprensa, de discurso, etc.; além do encorajamento de elementos políticos liberais e da criação de condições facilitadoras do estabelecimento de um governo responsável e pacífico. Juntos, estes são todos os objetivos que são claramente

⁷ Este documento foi aprovado pelo então presidente dos Estados Unidos na data em questão, ademais, este documento se inicia com um parágrafo que o autodefine, assim, este trecho determina que o documento é uma declaração das políticas iniciais relacionadas ao Japão após a efetuação de sua rendição, ou seja, possui caráter diretivo.

⁸ Todos os sete objetivos que citados foram traduzidos e retirados deste documento criado para determinar toda a política inicial americana em relação à ocupação do Japão. Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryō/01/022_2/022_2_0011.html>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2025.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



definidos por documentação e não são nosso foco, nesse sentido, nosso interesse maior repousa naqueles que se encontram implícitos tanto em documentação quanto nas decisões tomadas pela autoridade da ocupação.

Um desses objetivos que não é expressamente definido nesta lista que se encontra no documento, mas que está presente nas entrelinhas diz respeito a utilização do imperador para fins políticos. Consta neste documento que, do momento em que o Japão efetuasse sua rendição em diante, a autoridade do imperador e do governo japonês estaria sujeita ao supremo comandante das potências aliadas, posto ocupado por Douglas MacArthur durante quase todos os anos da ocupação. Ademais, pela leitura do documento compreendemos que esta sujeição seria direcionada para a garantia da efetuação dos termos de rendição, definidos na Declaração de Potsdam, contudo, ao recordar a fala supracitada de Truman a respeito de Hirohito observamos que esta aponta em uma outra direção e isto merece ser explicado.

Consultando a historiografia

Mediante a especificidade do tema e com o objetivo de situar o leitor a respeito daquilo que circula internacionalmente a respeito deste, observemos a seguir o que é possível de ser encontrado na historiografia acerca desta busca pelo domínio e uso de instituições japonesas. O historiador Michael Schaller, em seu livro, publicado em 1985, intitulado de *The American Occupation Of Japan: The Origins Of The Cold War In Asia*, define que:

Seguindo as linhas gerais da Declaração de Potsdam [...] para ajudar no seu governo, MacArthur poderia utilizar tanto o imperador como o governo existente, desde que aceitassem a sua autoridade e não impedissem o progresso em direção aos objetivos democráticos. (SCHALLER, 1985, p.24. Tradução do autor)

Além disto, o autor também disserta sobre uma questão que vale ser mencionada: A proclamação feita por Hirohito no primeiro dia de janeiro de 1946. Neste dia, além de outras falar, ele também protesta publicamente contra radicalismos, assim, Schaller determina que é justamente esta iniciativa do imperador em janeiro, tendo servido aos americanos como arma desmobilizadora de revoltas contrárias à ocupação, que teria resultado na não acusação de Hirohito como criminoso de guerra (SCHALLER, 1985, p.42. Tradução do autor). Abordaremos isto mais adiante quando falarmos do Tribunal de Tóquio, mas já adiantamos que discordamos desta ordem cronológica.

Alguns anos após isto, em 1987 é publicado o livro *Democratizing Japan: The Allied Occupation*, organizado por Robert E. Ward e Sakamoto Yoshikazu, no terceiro capítulo deste livro, que é escrito por Theodore H. McNelly, é estabelecido que a própria especificidade do processo reformador da Constituição japonesa:



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



[...] fez do imperador um participante indispensável no processo. Durante a primavera e o verão de 1946, enquanto os expurgos e os julgamentos de crimes de guerra estavam apenas começando, o imperador assumiu a liderança formal na democratização do Japão. (WARD e SAKAMOTO, 1987, p.101)

Aqui, novamente vemos o imperador no centro da narrativa deste processo de instauração da democracia, contudo, é notório que, no caso do capítulo de McNelly, esta instrumentalização do imperador se apresenta como uma consequência, quase como se tivesse sido um acaso do destino, do desenrolar do processo em si e não como uma parte de um plano previamente pensado.

Acerca da polícia, no Japão ocupado, Christopher Aldous em seu livro *The Police in Occupation Japan: Control, corruption and resistance to reform*, publicado pela editora Routledge Studies, se debruçou sobre o tema da busca pela reforma da força policial japonesa durante a ocupação. Mediante sua pesquisa, Aldous conclui que esta instituição ocupou um lugar único dentro do movimento reformador da ocupação, pois, segundo o autor, ao mesmo tempo que era entendida como uma instituição importante demais para sofrer drásticas e imediatas alterações, em 1947 os americanos, motivados pelo histórico da polícia durante a Segunda Guerra Mundial e pela convicção de que esta seria fundamental para a manutenção do estado democrático do Japão durante e após a ocupação. (ALDOUS, 1997, p.209. Tradução do autor)

Em 1999, o historiador Jhon W. Dower publica a obra intitulada de *Embracing defeat: Japan in the wake of World War II* e com este livro, que se trata de um estudo sobre os efeitos da derrota sofrida pelo Japão na Segunda Guerra Mundial, o autor nos apresenta sua leitura:

Assim como a O.S.S e outras agências de inteligência [...] o comando de MacArthur acreditava que o imperador detinha a chave não apenas para a rendição, mas também para a mudança do pós-guerra. A tarefa, como disseram Fellers e os seus homens, era "criar uma barreira" entre a liderança militar e o imperador (com os seus súbditos), persuadindo os japoneses de que os "militaristas gângsteres" não só os tinham enganado, mas traíram o seu líder sagrado. (DOWER, 1999, p. 281. Tradução do autor)

Para Dower, a palavra-chave é premeditação, ou seja, diferentemente dos anteriores, em seu livro a utilização do imperador já era considerada antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial.

No ano que marca o início do novo milênio o historiador japonês Yoshikuni Igarashi publica seu livro nomeado de *Bodies Of Memory: Narratives Of War In Postwar Japanese Culture, 1945–1970* e nos diz que tanto Hirohito quanto MacArthur: “[...] juntos, foram capazes de evitar as tentativas das outras nações aliadas de interferir na política de ocupação americana e indiciar o imperador por crimes de guerra.” (IGARASHI, 2000, p. 31). Segundo ele, o imperador teria escolhido participar da ocupação apoiando os estadunidenses e suas

411



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



reformas, esta é uma representação que vai de encontro às demais que foram até agora apresentadas.

Ainda neste mesmo ano, Hebert P. Bix publica sua biografia que leva o título de *Hirohito and The Making Of Modern Japan* com o objetivo dissertar acerca da importância deste imperador para a modernização do Japão. Ao desenvolver este trabalho Bix explora desde os anos finais da guerra, transitando pelo período da ocupação até chegar aos anos posteriores, assim, especificamente acerca da ocupação, o autor diz que “Hirohito foi forçado a tornar-se um “símbolo” da unidade nacional.” (BIX, 2008, p.13. Tradução do autor) e, ao final de seu livro, conclui: “Hirohito ficou satisfeito por MacArthur fazer uso dele” (BIX, 2008, p.548-549. Tradução do autor). Destes trechos destacamos, primeiramente, que o imperador é caracterizado como uma ferramenta simbólica encarregada de promover coesão social, ademais, o autor não é claro se isto se deu por manipulação ou não, mas estabelece que, qualquer que seja o caso, Hirohito deu seu consentimento.

Ruriko Kumano, doutor em educação pela universidade do Haváí, escreveu um curto artigo, publicado no ano de 2007, com título de *The US Occupation and Japan's New Democracy*. Este trabalho de Kumano se tratou de uma investigação acerca da diferença no conceito de democracia entre Douglas MacArthur e o então ministro da educação Maeda Tamom., neste sentido, o autor aborda, através do *Statement to the Japanese Government Concerning Required Reforms*⁹, as demandas de MacArthur frente à educação tradicional no Japão que, em suma, desejavam a abertura do sistema educacional às correntes liberais: “[...] para que as pessoas possam moldar seu progresso futuro [...] e se beneficiar da compreensão de um sistema no qual o governo se torna o servo em vez de o mestre do povo.” (KUMANO, 2007, p.39. Tradução do autor)

Ainda no ano de 2007 foi lançada uma coletânea que leva o título *Democracy In Occupied Japan* e foi editada tanto por Mark E. Caprio quanto por Yoneyuki Sugita, na introdução deste livro eles afirmam que:

A administração [...], decidiu logo no início, provavelmente mesmo antes do fim da guerra, para manter tanto o imperador em exercício como o sistema imperial. Edwin O. Reischauer observou já em 1942 que o imperador poderia ser usado para efetivamente manter a ordem social e implementar políticas [...] o imperador, no entanto, receberia uma reforma destinada a alinhá-lo com o Japão democrático, desmilitarizado e dependente que o Estados Unidos havia imaginado. (CAPRIO; SUGITA, 2007, p.8. Tradução do autor)

Novamente temas reaparecem em uma explicação que identifica, a partir da perspectiva dos Estados Unidos, a instituição imperial como a peça fundamental para que o alcançar dos objetivos da ocupação fosse possível.

⁹ Este documento se trata do registro escrito das exigências de reformas educacionais feitas pelo comandante supremo das potências aliadas ao gabinete, órgão chefe do poder executivo japonês, liderado por Kijūrō Shidehara durante a ocupação.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Alguns anos depois, James D. Parker, através de sua pesquisa de mestrado defendida em 2010 sob o título de *Policy And Reform In Public Schools During The Occupation Of Japan*. Em sua dissertação o pesquisador nos diz que MacArthur encontrou, nas escolas, que: “[...] os antigos livros didáticos estavam cheios de referências à divindade do imperador e outros dogmas religiosos.” (PARKER, 2010, p.42), ademais, Parker nos fala que:

[...] providências foram tomadas para eliminar qualquer educador que não tivesse desistido da ideologia militarista do passado. [...] em 1947, foi declarado que se ex-membros do serviço fossem empregados em escolas [...] deveriam ser cuidadosamente selecionados. (PARKER, 2010, p.44. Tradução do autor)

Ao decorrer de sua pesquisa, Parker explorou as principais transições ocorridas no sistema educacional neste período, assim, chamamos atenção não somente para o rigoroso controle de perfil entre educadores, mas também para a particular preocupação em, simultaneamente, exterminar aquilo que MacArthur chama de “militarismo” (MACARTHUR, 2012, p.315. Tradução do autor) e formar os estudantes japoneses a partir de uma base teórica liberal.

A historiadora japonesa Masami Kimura, especialista em estudos a respeito da relação entre Japão e Estados Unidos, através de seu artigo *American Asia Experts, Liberal Internationalism, and the Occupation of Japan: Transcending Cold War Politics and Historiography* vai nos dizer que Joseph C. Grew, subsecretário no Departamento de Estado americano, fora um grande defensor da ideia de sequestrar o trono imperial japonês, através do uso de Hirohito, para conquistar os objetivos estadunidenses com a ocupação (KIMURA, 2014, p.261)

Contrariamente à parte desta historiografia, focada na questão do tratamento do imperador, a historiadora Dayna L. Barnes, através de sua obra *Architects Of Occupation: American Experts and Planning For Postwar*, publicada no ano de 2017, afirma que: “No Japão, a cooperação do imperador legitimou a participação e sublinhou a futilidade da resistência nacionalista organizada” (Banes, 2017, p. 175. Tradução do autor). Para Barnes, bem como em Igarashi (2000), não houve uma utilização, no sentido de manipulação, do imperador e sim uma relação de colaboração entre as partes.

Em suma, existe maior conflito, dentre a historiografia apresentada, no que toca à questão do tratamento do imperador, se teria ocorrido algo próximo à manipulação ou se houve na verdade um tipo de acordo de colaboração. Foram encontrados poucos trabalhos em língua inglesa, também desconhecemos pesquisas no idioma português, de historiadores(as) sobre a reforma e controle de outras instituições.

O sequestro de instituições e a reeducação do Japão

Tendo concluído o trânsito por este conjunto de obras historiográficas desejamos retornar à uma questão levantada quando abordamos a obra de Schaller (cf. pg.7). Este historiador determina que Hirohito foi poupado de ser levado à tribunal devido às suas atitudes desde o

413





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



momento de rendição do Japão, acreditamos que na verdade isto já integrava os planos estadunidenses para a ocupação, a seguir exploraremos esta questão.

O Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente ou apenas Tribunal de Tóquio, iniciado no ano de 1946, foi um longo processo jurídico que objetivava o julgamento de indivíduos que ocuparam cargos de liderança no império japonês e suas forças armadas e chegou ao seu fim em 12 de novembro de 1948. Este tribunal foi teve sede no prédio que, durante a Segunda Guerra Mundial, foi o quartel general do exército imperial japonês, contando com quatrocentos e dezenove testemunhos, cerca de quatro mil evidências analisadas e, também, depoimentos de quase oitocentos indivíduos¹⁰.

Onze países tiveram algum tipo de envolvimento neste tribunal que seguiu linhas similares ao Tribunal de Nuremberg, construído para julgar os soldados da Alemanha nazista, assim, ao todo, em Tóquio tivemos doze juízes e nove procuradores. Estes vinte e um indivíduos compuseram a equipe que julgaria todos os vinte e sete acusados, contudo, esta lista sofreu algumas alterações: Um nome foi retirado desta lista antes mesmo dos julgamentos começarem, outros dois acusados morreram enquanto este tribunal ocorria e outro foi entendido como mentalmente inapto para ser julgado. Nos concentraremos na primeira alteração apenas.

O nome que acompanhava estes outros indivíduos na lista de acusados a serem julgados no Tribunal de Tóquio era justamente o do imperador Hirohito e fora retirado, nas palavras de Douglas MacArthur, pois:

Eu acreditava que se o Imperador fosse indiciado, e talvez enforcado, como um criminoso de guerra, um governo militar teria que ser instituído em todo o Japão, e uma guerra de guerrilha provavelmente começaria. O nome do Imperador tinha então sido riscado da lista. Mas de tudo isso ele não sabia nada. (MACARTHUR, 2012, p.309. Tradução do autor)

Ademais, um documento que resumizava as políticas iniciais dos Estados Unidos relacionadas ao Japão, emitido em julho de 1945¹¹, já indicava, onze meses antes do início do Tribunal de Tóquio e três meses antes da própria rendição do Japão ocorrer, que o Departamento de Estado americano não tinha pretensões de acabar com a instituição imperial. Mediante estas duas fontes e, também, ao documento analisado no começo deste trabalho (cf. pg.6), argumentamos que a decisão por não julgar Hirohito como criminoso de guerra não foi uma consequência direta, como pensava Schaller, das atitudes do imperador naquele contexto, em

¹⁰ Estes dados são fornecidos pelo museu nacional da Segunda Guerra Mundial que tem sede na cidade de Nova Orleans. Disponível em: <<https://www.nationalww2museum.org/war/topics/tokyo-war-crimes-trial>>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2025.

¹¹ Intitulado de *Initial Post-Defeat Policy for Japan* e aprovado na data de vinte e seis de junho de 1945, este se encontra parcialmente a disposição pra consulta em língua inglesa. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v06/pg_555>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2025.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



verdade, esta escolha, independentemente das ações de Hirohito, já era parte integrante dos planos dos Estados Unidos para a ocupação.

Somente o controle do imperador não bastava, as autoridades por detrás da ocupação tiveram planos maiores que podem ser extraídos, por exemplo, de um documento, de caráter secreto na época, datado de quatro de maio de 1944 cujo título é *Japan: The post-war objectives of the United States in regard to japan*¹² e foi preparado por um comitê do Departamento de Estado dos Estados Unidos. A partir desta fonte tomamos conhecimento que os planos para a ocupação envolviam uma determinada fase na qual, dentre outras coisas, seria feito um encorajamento do pensamento democrático através da imprensa, rádio, cinema e escolas. Há de se questionar o que de fato queria-se dizer com a utilização do termo encorajar neste caso, pois, sua redação é propositalmente inexistente.

A autoridade ocupadora planejou uma série de reformas estritas e direcionadas à setores específicos do país, como por exemplo o setor educacional, de segurança pública, político e outros também, justamente sob a prerrogativa de visarem o cumprimento das medidas estabelecidas na Declaração de Potsdam, lê-se: Destituição dos militares no poder, eliminação do poder de fazer guerra do Japão, desarmamento das forças armadas japonesas, restauração econômica, etc. Contudo, não devemos nos esquecer do contexto da Guerra Fria, muito bem sinalizada em Schaller (1985), pois, sob esta perspectiva, pouco considerada pela historiografia mais atual, a busca pelo controle de instituições japonesas se torna também um meio de afastar o Japão do comunismo da União Soviética, reformando as escolas surge um sistema de ensino que visava formar indivíduos liberais, instruídos a visualizar apenas uma forma de governo como adequada: A democracia aos moldes americanos, ultra capitalista e liberal.

415

Considerações finais

A guerra aos militaristas, declarada oficialmente pela Declaração de Potsdam, culminou no Tribunal de Tóquio, mas não se encerrou com o fim dos julgamentos e as consequentes sentenças que foram conferidas aos principais líderes militares que comandaram suas tropas durante a Segunda Guerra Mundial. Este tribunal fez parte deste conflito entre os Estados Unidos com o alto escalão militar japonês, porém, a guerra ao militarismo foi travada inteiramente através de disputa ideológica.

Tendo o Tribunal de Tóquio sido sucedido na missão de eliminar os principais elementos radicais do movimento militaristas do cenário político japonês, visto que sete réus foram sentenciados à morte e outros dezesseis condenados a passar o resto de suas vidas aprisionados, por quais razões persistir em um processo tão radical de reformas? A resposta

¹² A fonte citada em questão é disponibilizada em formato digital pelo acervo da biblioteca da Dieta Nacional do Japão. Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryo/01/005/005_002l.html>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2025





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



parece ser simples: Para os Estados Unidos, o governo de liderança militar durante os anos da guerra havia enraizado um sentimento ultranacionalista e radical no cidadão médio japonês. Isto exigia uma completa transformação não somente da estrutura política do país, mas, também, do próprio modo de pensar de seus cidadãos.

Nesse sentido, a utilização do imperador, do aparato governamental do império bem como todo o movimento reformador que fora pensado para ser implementado na ocupação, além da função mais evidente, acabar com o militarismo, emanada em Potsdam também possuía outra função. Quando Truman determina que os cidadãos do Japão só se calariam caso o imperador os desse tal ordem, observamos que o controle desta instituição também significava uma tentativa de minimizar que revoltas ocorressem, assim, o tratamento do imperador, na visão do presidente, ultrapassava aquilo que se encontra determinado pela Declaração de Potsdam.

O fato de Douglas MacArthur e Hirohito terem, na data de 27 de setembro de 1945, se reunido e firmado, através de uma conversa aparentemente consensual, o início de uma longa relação amigável que perdurou a ocupação inteira não a transforma em um processo democrático, em verdade, o que se tem neste caso foi um planejamento de sequestro de instituições justamente com a intenção de ocasionar uma instalação forçada de uma democracia nos moldes desejados pelo governo americano.

Optamos pelo uso da palavra 'forçada' para descrever este processo não porque acreditamos na representação construída por Truman de um Japão, ainda refém do ultranacionalismo e militarismo radical, em que seus cidadãos recusavam quaisquer alterações à estrutura tradicional de governo. Isto foi feito com a intenção de apontar para a questão, brilhantemente abordada em Kimura (2014), de que, apesar desta democracia americana ser vendida como universalmente adequada, é inconcebível que este conceito fosse assimilado pelo Japão da forma como seus ocupadores almejavam. É justamente baseada nesta percepção que a autoridade americana visualiza a necessidade de operar reformas radicais e obrigar uma reeducação a nível nacional.

416

Referências

ALDOUS, Christopher. *The Police in Occupation Japan: Control, corruption and resistance to reform*. New York: Routledge, 1997.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.

BARNES, Dayna L. *ARCHITECTS Of Occupation: American Experts And The Planning For Postwar Japan*. New York: Cornell University Press, 2017.

BIX, Herbert P. *Hirohito and the Making of Modern Japan*. Nova Iorque: Harper Perennial, 2000.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CAPRIO, Mark E.; YONEYUKI, Sugita. *Democracy in Occupied Japan: The U.S. Occupation and Japanese Politics and Society*. Nova Iorque: Routledge, 2007.

CAPRIO, Mark E.; YONEYUKI, Sugita. *Democracy in Occupied Japan: The U.S. Occupation and Japanese Politics and Society*. New York: Routledge, 2007.

DOWER, John W. *EMBRACING DEFEAT: Japan in the Wake of World War II*. 1. ed. [S. l.]: W. W. Norton & Company, 1999.

IGARASHI, Yoshikuni. *BODIES OF MEMORY: NARRATIVES OF WAR IN POSTWAR JAPANESE CULTURE, 1945–1970*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2000.

KIMURA, Masami. American Asia Experts, Liberal Internationalism, and the Occupation of Japan: Transcending Cold War Politics and Historiography. *Journal of american-east asian relations*, [s. l.], v. 21, ed. 3, p. 246-277, 2014.

KUMANO, Ruriko. *The US Occupation and Japan's New Democracy*. Educational Perspectives, [s. l.], v. 40, ed. 1, p. 36-43, 2007.

MACARTHUR, Douglas. *Reminiscences*. Maryland: US Naval Institute Press, 2012.

SCHALLER, Michael. *The american Occupation Of Japan: The Origins of the Cold War in Asia*. Nova York: Oxford University Press, 1985.

WEBER, Maximilian Karl Emil. *Marx Weber: Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

417



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



APONTAMENTOS SOBRE O “CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA” E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES E DESAFIOS À HISTORIOGRAFIA ACERCA DO PERÍODO COLONIAL NO BRASIL E NO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

Filipe Santos das Mercês¹

Como introdução, uma breve reflexão acerca da constante reescrita da história

Não é novidade, aos historiadores hoje em dia, que seus trabalhos sejam constantemente substituídos ou renovados pela geração seguinte. A fé positivista na potência cumulativa do saber histórico, levado à escrita de uma história final, já não tem mais robustez, nem deve ter. Em decorrência de um longo desenvolvimento epistemológico, neste campo do conhecimento, contribuímos com a historiografia com a certeza de que: primeiro, nossos objetos, bem como nossas conclusões, serão revisitados; segundo, e, portanto, que os historiadores reescrevem constantemente a história. Nesse sentido, cada geração possui percepções próprias dos processos históricos, como consequência de diversas variáveis, que podem ser pensadas, grosso modo, (1) em função das necessidades do presente ou (2) em função dos efeitos do passado emergindo no presente (SCHAFF, 1978).

No que diz respeito às necessidades do presente, bem como sua influência sobre a escrita da história, intelectuais de diferentes correntes tendem a reconhecê-la. Para um marxista como Prokovski, podemos considerar a historiografia, em parte, resultado da política atual projetada sobre o passado. Segundo Karl Popper, neopositivista, a reescrita da história é dada pelas novas necessidades. Essas necessidades são evidenciadas por Carl Becker, segundo o qual períodos de estabilidade geram consenso na leitura da história, e períodos de instabilidade levam ao descontentamento com o passado, que é reinterpretado a partir das dificuldades do presente (SCHAFF, 1978, 272).

No que diz respeito aos efeitos do passado, que emergem no presente, a perspectiva de Marx, segundo a qual a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco, implica o reconhecimento de que: o conhecimento da situação atual (tida como mais complexa) permite melhor compreender o passado, que está em sua origem. Desse modo, quanto mais os efeitos do passado emergem, mais pode ele ser compreendido (SCHAFF, 1978, 273). Apenas quando a Coruja de Minerva realiza seu voo – retomando a metáfora de Hegel – é possível compreender os processos históricos, na noite desses processos, no crepúsculo deles (SCHAFF, 1978, 274; HEGEL, 1997, 39).

¹ Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST-UFPA) e doutorando também pelo PPHIST-UFPA. Email: mercesfilipe@gmail.com



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O exagero dessa visão retrospectiva implica a ideia de “profetas infalíveis”, e a visão de uma marcha histórica que desconsidera incertezas e ignora que não há uma determinação inevitável entre o presente e o passado estudado, mas sim um jogo de possibilidades, decidido na experiência vivida (SCHAFF, 1978). Mesmo assim, não deixa de ser coerente elaborar um sentido para a história, ao ter contato com seus efeitos, implicados nos problemas políticos do presente, que influem nas releituras acerca do passado. Daí que os objetos de estudo da história são redimensionados e até selecionados para responder demandas contemporâneas. Eric Hobsbawm enaltece a ideia de que, não fosse o engajamento político, ou o engajamento com os problemas do presente, a historiografia escreveria a si mesma como se andasse em círculos, ruminando os próprios problemas e fechada quase hermeticamente sobre um passado senão estático, quase desligado da realidade social que o cerca (HOBSBAWM, 1998, 13-83).

Portanto, a despeito das digressões que podemos realizar, em termos das críticas em torno da ideia de história e ficção, das técnicas e dos métodos da história, podemos chegar a um consenso: a construção do conhecimento histórico está intimamente ligada ao contexto em que essa história é escrita.

Esta comunicação tem como objetivo realizar alguns apontamentos, com a brevidade que nos força o tempo e o espaço, acerca de como as tendências da década de 1980 e 1990 fomentaram uma peculiar escrita da história, ligada aos Novos Movimentos Sociais e a guinada cultural. Mas, também, tem como objetivo evidenciar um momento peculiar da História Global, atual, e suas implicações e desafios no que diz respeito ao trabalho do historiador, que talvez já deva revisitar a produção historiográfica das gerações anteriores. Quais, portanto, são os contrastes entre aquele contexto e este, que temporariamente abordaremos a partir da ideia de “capitalismo de vigilância”?

Menos do que responder, mais, isto sim, desejo incitar a investigação em torno desta pergunta. Vale, portanto, começarmos por repensar os últimos anos de historiografia acerca do Brasil e do Estado do Grão-Pará e Maranhão (sobre o período colonial), a partir de sua relação com o seu contexto; depois, examinar a conjuntura atual; por fim, refletir acerca dos desafios implicados no confronto entre essas duas conjunturas.

A produção historiográfica e a guinada cultural

Há uma tendência que direciona as transformações mais ou menos recentes nas ciências sociais, ligadas à guinada cultural. O campo da História viveu, também, essa mesma tendência, fortalecida pelo caráter comemorativo dos 500 anos das viagens de Vasco da Gama, bem como os 100 anos da abolição, grupos sociais “considerados traídos” fizeram críticas ferozes a narrativas acerca desses temas, retomando o período dos “primeiros tempos de colonização” (SCHWARTZ, 2009, 178).

Também o próprio processo de redemocratização e a mobilização social em torno da nova Constituição implicaram redefinição de temáticas, objetos e categorias utilizadas nas

419



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



pesquisas históricas (SCHWARTZ, 2009, 178). Os movimentos gay – como na época eram chamados – e a consolidação do gênero como categoria útil para análise histórica também exerceram influência (ARAÚJO ROCHA, 2016; RAGO, 2013). Do mesmo modo, mesmo os movimentos de independência na África, e os movimentos da França de 1969 implicaram contestações significativas de uma narrativa única para a história.

Antes da guinada cultural, desde 1930, havia o predomínio de uma visão marxista e estruturalista sobre o período colonial, o foco desses estudos foi a economia, a exportação de escravizados, o desenvolvimento mercantil (SCHWARTZ, 2009, 180). Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna – nem todos marxistas – contribuíram com análises do período colonial, evidenciando as dinâmicas das relações patriarcais e semifeudais, a dependência econômica, as categorias de classe e a raça foram fundamentais para essas interpretações (SCHWARTZ, 2009, 180).

Durante a década de 1970, algumas mudanças podiam ser verificadas. Muitos estudos enfatizaram os contextos sociais e atividades de diferentes instituições e grupos sociais. Mudou-se o foco, da metrópole, para a colônia; das determinações implicadas pelo poder, para a ideia de agência, quer seja de grupos e/ou indivíduos. Na década de 1980, ganhou ainda mais reconhecimento a forma como atores coletivos “responderam às limitações estruturais do regime colonial” (SCHWARTZ, 2009, 181). Palavras como resistência, rebeldia e agência se tornaram fundamentais: os paradigmas estruturalistas estavam se enfraquecendo (SCHWARTZ, 2009, 181).

Na década de 1990, há outra guinada. Influência de abordagens mais recentes na Europa e por estudos de gênero, pela História das mentalidades, pela etno-história e pela crítica literária e cultural, ganhou destaque, no Brasil, temas como infância, corpo, sexualidades, linguagem, representações e identidades (SCHWARTZ, 2009, 182). Essas abordagens não abandonaram um certo destaque estruturalista que tentava localizar o lugar da colônia em um sistema global mercantil, no papel do Estado, no Sistema escravista. Algumas perspectivas ganharam notoriedade e influência, relacionadas a historiadores como: Edward Thompson, com ênfase na pesquisa empírica e no conceito de experiência; da micro-história italiana, não apenas inspirada em Carlo Ginzburg, mas também Giovanni Levi, Jacques Revel, entre outros; bem como as perspectivas portuguesas acerca dos processos de colonização, sobretudo produções pós-Salazar, tais como as contribuições de Antônio Manoel Hespanha (SCHWARTZ, 2009, 211). O foco se direciona cada vez mais para a agência das pessoas, grupos subalternos, com acesso limitado ao poder, escravos, mulheres, negros livres, isto é, em detrimento dos efeitos do poder sobre as decisões e vidas dessas pessoas (SCHWARTZ, 2009, 196).

Vejamos, brevemente, como se manifestou, no que diz respeito ao estudo de três temas fundamentais para o período colonial: a temática indígena, a temática da diáspora africana (por muito tempo associada à escravidão) e a temática do próprio processo de colonização, ligada cada vez mais à ideia de administração.

420



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Breves reflexões acerca da historiografia da história indígena

A concepção evolucionista da sociedade, a relação com a natureza e a supervalorização de características presentes nas sociedades europeias – como a escrita e o Estado – nortearam preconceitos em torno de sociedades como as indígenas e africanas, no Brasil, pelo menos desde o século XIX (CUNHA, 1992, 5). Por conseguinte, esses povos foram definidos pelas suas ausências, sempre pensadas em relação ao seu suposto correlato, superior, isto é, a humanidade europeia. Esta, adulta e civilizada, aquela, na infância, primitiva.

A história, portanto, se recusou a estudar os povos em sua infância, posto que o passado deles era considerado inexistente, suas dinâmicas com o tempo eram ignoradas e subestimadas. Estes grupos seriam levados adiante no processo histórico por meio do impulso dos “adultos”, que, na dominação política e no uso da violência, exerceram essa suposta função em prol do progresso, recompensados pelos benefícios econômicos e culturais dos diversos processos de colonização na África e da hegemonia sobre os povos ameríndios (DUSSEL, 2005).

No caso brasileiro, Von Martius, em suas diretrizes para a escrita da história do Brasil, determinava a contribuição indígena para esta formação, mas compreendia o papel de excelência dos portugueses, por meio da migração de suas instituições. Além disso, Martius supunha que as populações indígenas logo deixariam de existir (MARTIUS, 1845; MONTEIRO, 2001); Varnhagen reduzia a história dos povos indígenas à etnografia, parafraseando-o: “de tais povos na infância não há história, há só etnografia”. Essas assertivas, de orientação “pessimista”, realizaram profunda influência sobre a produção historiográfica (MONTEIRO, 2001).

Para John Monteiro, dois pontos se tornam fundamentais para a escrita da história indígena no Brasil: primeiro, os indígenas não eram considerados atores históricos, ignorados por essa disciplina, relegados a objeto da antropologia; segundo, os povos indígenas eram tratados em função de seu futuro desaparecimento. Nesse sentido, até a década de 1980, a historiografia acerca dos indígenas se resume à crônica de sua extinção (MONTEIRO, 2001).

As perspectivas marxistas, anteriores a década de 1980, estão imersas em prerrogativas semelhantes, com a diferença fundamental de que abordavam o tema indígena de modo a denunciar atrocidades contra eles, em contraponto ao heroísmo com o qual outras correntes exaltavam a atuação dos portugueses. Essa *história dos vencidos* conservou uma perspectiva segundo a qual o índio não era um agente de sua história e sim, talvez, vítima dela (ALMEIDA, 2003).

A década de 1980 e os processos de redemocratização dinamizaram um período que, embora marcado pela marginalização dos indígenas, apresentou também uma crescente autoidentificação, frente à conquista de direitos à terra, bem como a própria atuação do movimento indígena. Isso gerou maior sofisticação ao debate historiográfico (SCHWARTZ, 2009, 148). Juntamente com esta dimensão política, o desenvolvimento e a articulação com a antropologia deram origem a uma tendência que ficou conhecida como “Nova História

421



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Indígena”. A publicação da obra “História dos Índios no Brasil”, organizado por Manuela Carneiro da Cunha, sistematiza as características desse movimento.

Para esta nova corrente, se torna fundamental reconhecer os processos de transformação étnica para, então, conseguir explicar de modo mais profundo, significativa parte da história do que hoje é o Brasil. Houve maior articulação entre a história e a antropologia, bem como com os anseios dos engajamentos políticos dos movimentos indígenas; em termos teóricos, a ideia de cultura sofre uma guinada fundamental: ela passa a ser considerada dinâmica, não mais estática, de modo a conceber a inovação e a criatividade (MONTEIRO, 2001). O ganho substancial dos debates não se torna muito popular entre os historiadores, na década de 1980, apenas depois, na década subsequente.

Podemos, a partir da análise desse percurso historiográfico, chegar a algumas conclusões: (1) a institucionalização da disciplina da História provocou o apagamento dos indígenas na produção historiográfica; (2) a leitura marxista da realidade indígena lhes negou – na maior parte das vezes – a sua dimensão de agentes em sua história; (3) a Nova História Indígena propõe uma releitura da história indígena, renovando métodos, mas ancorando-se em pressupostos importantes, empiricamente reconhecíveis, tais como a capacidade de agência dos povos indígenas e o caráter dinâmico que envolve as culturas, por conseguinte, os atrelamentos identitários. A conclusão que objetivo guardar daqui é que a guinada provocada pela nova abordagem traz, no seu âmago, a questão da identidade indígena, que é base para agência, bem como resultado dela. Essa mesma abordagem tem como um de seus aspectos fundamentais as exigências e questionamentos que os próprios indígenas realizam acerca da história conforme ela vinha sendo escrita.

422

Breves reflexões acerca da historiografia das populações brasileiras de origem africana

No que diz respeito aos estudos acerca da escravidão, no bojo das mesmas transformações da segunda metade do século XX, resistência, rebeldia, família, demografia, alforria foram se tornando palavras-chave, dando destaque à ação dos escravizados, apelidada de “agência”, frente às “limitações estruturais e assimetrias sociais” (SCHWARTZ, 2009, 181).

O centenário da abolição, em 1988, foi auge do interesse dos pesquisadores pela escravidão e pela cultura afro-brasileira. Em relação ao período colonial, houve significativa produção historiográfica, mesmo que menor, se comparada à historiografia acerca do século XIX (SCHWARTZ, 2009, 190).

Manolo Florentino, Kária Queirós, Mary Karasch, Robert Slenes, e seus alunos vem produzindo desde a década de 1980. Os estudos com ênfase nas agências já se fortaleciam desde a década de 1970. Eduardo França Paiva estudou estratégias dos escravos para se libertarem através de testamentos; Douglas Libby, sobre manumissão e demografia; Donald Ramos, sobre família escrava. Temas como compadrio e organização familiar foram também estudados (SCHWARTZ, 2009, 191).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Trabalhos focaram os significados da escravidão e suas implicações, além disso, muitos examinaram a importância da cor e da raça na sociedade colonial. A forte tradição de estudos sociais e econômicos da escravidão se somou à perspectiva de escravizados como atores humanos: a historiografia continuou expandindo (SCHWARTZ, 2009, 192).

A abordagem econômica e política dos historiadores brasileiros adquiriu uma dimensão Atlântica, conforme trabalhado por Charles Boxer (1952) e em Pierre Verger, sobre o fluxo de pessoas e de culturas entre a Bahia e o Golfo do Benin (1968). Também em John Thornton (Africa e os Africanos), ou mesmo em Luiz Felipe Alencastro (Trato dos Videntes), a perspectiva atlântica se consolida, dando aos estudos do sistema escravista e suas consequências uma compreensão mais dinamizada (SCHWARTZ, 2009, 192-193).

A abordagem atlântica deu base aos estudos sobre diáspora africana e afro-americana, dando ênfase à transferência ou permanência de étnicas africanas específicas, religiões e práticas culturais. Alguns destes trabalhos rejeitaram a “crioulização” como maneira mais adequada para pensar a formação da cultura afro-brasileira, às vezes em detrimento das identidades “coloniais”, que se desenvolviam com base nas contingências e na cor da pele (SCHWARTZ, 2009, 194).

No que diz respeito à realidade Amazônica, a ideia de que não havia quantitativo significativo de escravizados africanos foi aos poucos contestada, principalmente na errônea ideia de vazio humano. A articulação entre História e Antropologia, bem como o centenário da abolição, implicaram produções que permitiam entender a escravidão para além da *plantation*. Anaíza Vergolino e Napoleão Figueiredo organizaram e sistematizaram documentação sobre escravidão no Arquivo Público do Pará. Foram realizados estudos sobre os quilombos, por Rosa Azevedo, Flávio Gomes, Edna Castro (SILVA, 2016); A perspectiva acerca da escravidão e da abolição também ganhou novos contornos, com Bezerra Neto, dando ênfase a importância da agência dos escravizados no processo de abolição, bem como da insustentabilidade política da escravidão (Bezerra Neto). A inflexão da economia para a política, para as dimensões da cultura, não implica a negação das cifras do tráfico, mas, como afirma Marley, implica a negação da ideia de vazio humano (SILVA, 2016).

Essas mudanças, no bojo da historiografia, dialogam com as demandas e as implicações dos movimentos sociais que mobilizaram uma escrita da história para o reconhecimento de suas agências e protagonismos, tanto no que diz respeito ao período colonial quanto em uma perspectiva mais ampla, quer seja atlântica, quer seja global.

Breves reflexões acerca da categoria do Sistema Colonial em oposição à de Antigo Regime

No que diz respeito ao debate em torno das relações coloniais, que implica reflexão acerca dos atrelamentos políticos e econômicos entre Portugal e o Brasil, bem como o Estado do Maranhão e Grão-Pará, houve também uma guinada, com o fortalecimento da noção de

423



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



agência, manifesta na ação das elites locais, em detrimento da relação de estrita dependência da colônia com relação aos mandos e desmandos da metrópole.

As marcas de intelectuais como Raimundo Faoro foram aos poucos contestadas. Ele colocou por muito tempo o Estado e sua burocracia como protagonistas da história, em oposição à sociedade (SCHWARTZ, 2009, 209). Faoro refletia sobre um consenso entre as elites, sem notar a tensão entre a colônia e a metrópole, ignorava o desenvolvimento e o papel das elites locais (MELO E SOUZA, 2009, 67). Aos poucos, o Estado será compreendido nas suas dinâmicas próprias, manifestas no conflito vivido entre seus agentes, de interesses nem sempre coadunados entre si.

Caio Prado Jr, a partir de uma perspectiva marxista, definia um sentido da colonização, implicada na ideia de dominação da colônia pela metrópole. Para ele, a administração portuguesa era tida como caótica e incompetente, ignorando suas peculiaridades, ligadas à ideia de Antigo Regime, definindo de modo anacrônico a ordem vigente como caos, pois não se aproximava aos três poderes do Estado liberal (MELO E SOUZA, 2009, 69).

A ideia mais utilizada, sob influência de Caio Prado Júnior, para explicar a história do Brasil, é a de Antigo Regime Colonial, ou de Sistema Colonial, desenvolvida por Fernando Novais. Ele ressaltava as características mercantilistas das relações coloniais, a dependência do trabalho escravo e as desvantagens econômicas e sociais para o Brasil (SCHWARTZ, 2009). Para Caio Prado, há um conflito inerente entre colônia e metrópole. Como baseado pela teoria marxista, reconhecia que o próprio sistema mercantilista continha em si contradições, que resultariam na independência do Brasil. Nas últimas três décadas, esse paradigma, de pensar assim as relações coloniais, tem perdido força.

Ao final do século XX, no Brasil, o papel do Estado, como protagonista da História, foi profundamente questionado (SCHWARTZ, 2009). Novas interpretações, encabeçadas por historiadores da geração pós-Salazar impulsionaram essas mudanças, acerca da história de Portugal, o que influenciou também a produção historiográfica acerca do Brasil moderno (SCHWARTZ, 2009, 211).

Antônio Manuel Hespanha, destes citados historiadores, é um dos mais prestigiosos. Ele reexaminou instituições, estruturas e grupos sociais de Portugal Moderno. O estudo de Hespanha, embora nunca abordasse o Brasil e Grão-Pará diretamente, fortaleceu uma visão capilarizada do poder, inspirada em uma perspectiva Foucaultiana (MELO E SOUZA, 2009). Segundo esta perspectiva, a dimensão administrativa e burocrática do aparato colonial dividia o poder com elites locais coloniais, portanto, carregava em si conflitos de interesse.

Os brasileiros, como Frago e Bicalho, influenciados por Hespanha, enfatizaram a situação da colônia, colocando em evidência como as elites locais atuavam politicamente, bem como na dimensão social e econômica, evidenciavam formas pelas quais houve uma integração das elites locais no sistema imperial (SCHWARTZ, 2009, 211). A visão de Hespanha é foucaultiana, não tem, portanto, o Estado como prioridade, dando ênfase às características modernas do sistema estamental, do corporativismo, da confusão do público e privado, mas, sobretudo, da agência implicada – na própria burocracia – na atuação do Estado,

424



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



fragmentado em diversos interesses, de diversos grupos e indivíduos. (MELO E SOUZA, 2009, 79).

Neste sentido, as novas perspectivas, influenciadas por Hespanha, tendiam a valorizar mais o caráter negociado das relações coloniais, pela participação das elites locais, ao passo que historiadores influenciados por Prado Jr. enfatizavam as relações de dependência e verticais entre a coroa e a metrópole (MELO E SOUZA, 2009, 86).

Há, neste debate, duas concepções de poder, uma de sua condição vertical, outra, de seu caráter capilarizado, difuso. Somente muito recentemente estas duas concepções foram reelaboradas sem que fossem necessariamente excludentes entre si.

As mudanças de foco, do Estado para a fragmentação dos interesses no bojo da burocracia, e mesmo da agência de elites locais nas dinâmicas coloniais, refletem um denominador comum, com relação aos debates historiográficos acerca da história indígena e da escravidão: as relações de poder são examinadas com foco maior na capacidades de agência, realizadas nas frestas do poder verticalizado, manifestação do poder difuso, do que nas técnicas utilizadas por este poder verticalizado, para o exercício e a efetividade deste referido poder. De tal modo, indígenas, negros e os próprios colonos (elites locais) encontram na historiografia a categoria da agência como legitimadora de sua capacidade de resistir, atuar, enfrentar e modificar as imposições do poder verticalizado em prol de si mesmos. Esse denominador comum se coaduna com o contexto da redemocratização, bem como das exigências legítimas dos novos movimentos sociais, que ensejam uma historiografia menos elitista e mais coerente para a análise da história quer seja do Brasil, quer seja do Estado do Maranhão e Grão-Pará, quer seja do Império Português como um todo.

425

Um novo contexto: o capitalismo de vigilância e os desafios de pensar o poder atrelado à novas dimensões da tecnologia e da técnica

Como evidenciado no decorrer desta comunicação, a atuação de movimentos sociais que questionavam as narrativas tradicionais da historiografia, reivindicando o reconhecimento de seu protagonismo no desenvolvimento da história, imprimiu, na década de 1980 e 1990, uma nova perspectiva, marcada por uma ávida crítica às explicações estruturalistas e pelo fortalecimento da noção de agências de grupos e indivíduos nos processos históricos.

A história indígena, a história das populações de origem africana no Brasil, bem como a história das relações coloniais foram implicadas na categoria de agência, mudando o foco da análise: das relações de poder – dadas verticalmente – para as capacidades de enfrentar este poder no espaço de suas frestas. Protagonismos de grupos e indivíduos subalternos, resistências, agências, estratégias, enfim, uma série de categorias foram instrumentalizadas pela sua capacidade de evidenciar o caráter difuso do poder.

Diferentemente da década de 1980 e 1990, quando o Brasil vivia um processo de redemocratização e regulamentação de um Estado democrático, por meio da elaboração de uma nova Constituição, o período atual – 2025 – está marcado por características menos



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



otimistas, para aqueles de visão mais progressista: a ascensão do pensamento autoritário e o questionamento das instituições, bem como o fortalecimento da extrema direita no Brasil. A instrumentalização de técnicas de controle de dados, implicadas no advento e popularização da internet e, sobretudo das redes sociais, evidenciam como o comportamento e a opinião pública se tornam objeto de interesse político, de conflito e quebra de consenso, de fortalecimento de perspectivas autoritárias, por meio de novas técnicas. Este momento, cujo uso político dos dados implica um interesse nos comportamentos, tem sido chamado – pela filósofa Shoshana Zuboff – de “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2018). Esta nova fase do capitalismo se caracteriza pelo acúmulo das informações mais individuais e pessoais para alimentar um gigantesco banco de dados, o *BigData*. Essas informações são transformadas em mercadoria, vendidas com o intuito de viabilizar o controle e influenciar o comportamento. Segundo Zuboff

“O *bigdata* tem origem no social, e é ali que devemos encontrá-lo e estudá-lo. [...] o *bigdata* é, acima de tudo, o componente fundamental de uma nova lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências, que chamo capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2018, 17)

Esta nova lógica de acumulação tem como objetivo prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado. As transações mediadas pela internet possuem quatro usos, em termos da transformação do comportamento em mercadoria: extração e análise de dados; implementação de novas formas contratuais e de monitoramento; personificação e customização de consumo e realização de experimentos contínuos, com intuito de modificação em tempo real de comportamento presente e futuro (ZUBOFF, 2018).

Deste modo, penso que os estudos das agências e dos protagonismos, da visão capilarizada do poder, exige, para a compreensão de nossos dias, uma atenção preliminar e detida às técnicas de controle e transformação do comportamento, implicadas no que estamos, por agora, chamando de capitalismo de vigilância.

Como podemos pensar a capacidade de agência, nas frestas do poder estabelecido pelos bancos de dados supracitados, se não conhecermos as técnicas pelas quais esse poder se estabelece? Mais que isso, como podemos entender a efetividade destas técnicas? Será que a análise e a compreensão do passado – retomando o foco nas determinações estabelecidas pelo poder, embora sem ignorar a capacidade de agência que se contrapõe a elas – pode nos ajudar a pensar a dinâmica de recepção, apropriação negligente, das imposições ou tentativas de imposições que marcar a atualidade? A historiografia está atenta às mudanças e às influências destes bancos de dados, e dessa nova forma de acumulação? Aguardamos ainda o vôo da coruja de Minerva, ou podemos nos antecipar ao crepúsculo?

426



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ARAÚJO ROCHA, C. B. Masculinidades e inquisição: gênero e sexualidade na América Portuguesa. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; tradução: Júlio César Casarin Barroso da Silva. Buenos Aires: Cosj Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2005, p. 55-70.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Marley Antonia Silva da. O TRÁFICO DE AFRICANOS NA AMAZÔNIA COLONIAL: ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS, MARGENS (UFPA) , v. 9, p. 270, 2016.

SOUZA, Laura de Mello e. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. IN: SOUZA, Laura de Mello e, FURTADO, Júnia Ferreira, BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) – O governo dos povos. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009. p. 63-89

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip Von. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 4, n, 24, jan. 1845. pp. 389-411

MONTEIRO, John. Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Livre Docência). Campinas: UNICAMP, 2001.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. Cadernos Pagu, Campinas, São Paulo, n. 11, p. 89, 98, 2013.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1978 (Terceira parte – Capítulo III, p. 267-279).

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia dos primeiros tempos do Brasil Moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 50, n. 1, out. 2009.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. IN: BRUNO, Fernanda (Et. Al. Org.) Tecnopóliticas de vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

428



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA DURANTE O PERÍODO POMBALINO: A ADMINISTRAÇÃO DE LUÍS DIOGO LOBO DA SILVA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1756-1763)

Daniel Costa¹

Com esta comunicação, dou continuidade à pesquisa iniciada em 2019, que resultou na monografia intitulada *"Entre atalhos e veredas: uma análise da política da Coroa portuguesa em relação ao contrabando e à corrupção no período pombalino (Pernambuco, 1758-1778)"*, orientada pelo Prof. Dr. Jaime Rodrigues e defendida em 2020 no Departamento de História da EFLCH/Unifesp. Desde então, incorporando as sugestões da banca examinadora, ampliei o escopo do estudo, divulgando reflexões em portais de relevância acadêmica e publicando artigos científicos, o que culminou no atual projeto de mestrado: *"Que o modo vença mais que o poder: uma análise das práticas de combate à corrupção durante o período pombalino (Pernambuco e Minas Gerais, c. 1758-1768)"*.

Neste trabalho, pretendo aprofundar a reflexão sobre a corrupção no contexto colonial, com ênfase no consulado pombalino, examinando sua conceituação histórica e suas particularidades no período. O recorte espacial e temporal centra-se na capitania de Pernambuco entre 1756 e 1763, durante a administração de Luís Diogo Lobo da Silva. É importante destacar que Lobo da Silva enfrentou realidades distintas: de um lado, Pernambuco, região açucareira em declínio, com uma aristocracia consolidada porém em crise; de outro, Minas Gerais, sociedade em formação e de *"cunho marcadamente arrivista"* (SOUZA, 2006, p. 330). Tais contextos exigiam do representante de Carvalho e Melo uma atuação equilibrada, combinando rigor organizacional, prudência política e capacidade de negociação para assegurar tanto a governabilidade quanto a efetiva implementação das reformas pombalinas.

A ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, ao poder em Portugal, em meados do século XVIII, representou um marco nas políticas de combate à corrupção nos domínios ultramarinos. O chamado período pombalino (1750-1777) foi caracterizado por um esforço centralizador que buscava coibir práticas até então toleradas, como o contrabando, o peculato e o enriquecimento ilícito de funcionários coloniais. Nesse

¹ Daniel Costa é mestrando em História e bolsista CNPq, vinculado ao PPGHIS da Escola de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP), onde desenvolve pesquisa acerca da corrupção na América portuguesa, com ênfase no período pombalino. Publicou, entre outros trabalhos, "Corrupção, corruptores e contrabando: uma discussão historiográfica sobre práticas ilícitas na América Portuguesa (C. Século XVIII) (2022)" e "Caminhando entre veredas: Apontamentos sobre o contrabando e corrupção na América portuguesa (Pernambuco 1758-1778) (2023)". E-mail: d.silva16@unifesp.br



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



contexto, a atuação de governadores nomeados por Pombal, como Luís Diogo Lobo da Silva em Pernambuco (1756-1763), revela os desafios de implementar reformas em uma colônia marcada por elites locais arraigadas e uma burocracia permeável a interesses privados. Este estudo analisa as estratégias adotadas por Lobo da Silva para aplicar o programa reformista pombalino, destacando seu rigor administrativo e as tensões geradas com grupos locais acostumados a um sistema de "poderes não oficiais" (SCHWARTZ, 2011).

Luís Diogo Lobo da Silva chegou a Pernambuco em 1756, em um momento de crise econômica e decadência da aristocracia açucareira. A capitania, outrora próspera, enfrentava a estagnação dos engenhos em "fogo morto" e uma estrutura administrativa corroída por práticas ilícitas. Como observou Laura de Mello e Souza, Pernambuco apresentava uma elite consolidada, mas em declínio, que resistia às intervenções metropolitanas. Lobo da Silva, membro de uma "família não titulada, mas de boa nobreza" (SOUZA, 2006, p. 330), trazia consigo não apenas as instruções de Pombal, mas também um legado familiar marcado pelo ostracismo de seu avô, acusado de corrupção em Angola no século anterior. Essa experiência familiar parece tê-lo influenciado a adotar uma postura inflexível quanto ao cumprimento das ordens régias, buscando, ao mesmo tempo, reabilitar o nome de sua linhagem.

As reformas pombalinas tinham como objetivo principal otimizar a arrecadação colonial, combatendo os desvios de recursos que enfraqueciam o Estado. Adriana Romeiro destaca que Pombal via a corrupção como um "vício moral", mas também como um problema econômico concreto, que exigia medidas legais e administrativas. Em 1760, por exemplo, um alvará determinou que os envolvidos em contrabando seriam inabilitados para cargos na justiça e na fazenda (ROMEIRO, 2023, p. 209). Lobo da Silva implementou tais diretrizes em Pernambuco com rigor, investigando fraudes sistemáticas e removendo funcionários envolvidos em irregularidades. Sua administração foi marcada por conflitos com autoridades locais, como o ouvidor da Paraíba, João Rodrigues Colaço, acusado de conivência com contrabandistas (COSTA, 2023). Esses embates revelam a resistência de redes clientelistas já estabelecidas, nas quais, como apontou Schwartz (2011), a distinção entre o público e o privado era frequentemente borrada.

A demanda entre Luís Diogo Lobo da Silva e o ouvidor João Rodrigues Colaço revela as tensões inerentes ao projeto reformista pombalino na América portuguesa. Como demonstram os ofícios de 1759, Colaço atuava sistematicamente contra as diretrizes do governador, emitindo "falsas permissões" que permitiam a intromissão de vereadores de Natal em jurisdições alheias e cobrando impostos ilegais. Essa conduta, conforme Romeiro (2017, p. 51), refletia a resistência das redes clientelistas coloniais às tentativas de centralização, onde funcionários estabelecidos "articulavam-se para repelir medidas que limitassem seus privilégios". A proteção inicial desfrutada por Colaço - que acumulava desde 1754 o cargo de provedor da Fazenda Real evidenciava a solidez dessas redes de poder.

O embate atingiu seu ápice quando Colaço, após quatro anos de impunidade (1760-1764), passou a confrontar abertamente o Diretório dos Índios, praticando "atos violentos" e difamando ministros do Reino. Como observado, a postura do ouvidor ultrapassa os limites

430



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



do tolerável no novo paradigma administrativo pombalino, que buscava substituir os vícios coloniais por uma burocracia mais alinhada aos interesses metropolitanos. A devassa foi concluída em 1764, com confisco de bens e destituição do cargo, demonstrando que a Coroa só intervinha quando seus símbolos de poder eram diretamente desafiados, mantendo até então uma ambivalência típica do Antigo Regime.

A persistência de Colaço em desafiar Lobo da Silva encontra explicação no próprio sistema administrativo colonial. Como aponta Boxer (2002, p. 307), os baixos salários do funcionalismo ultramarino "autorizavam tacitamente" a busca por rendimentos extras, muitas vezes através do contrabando - atividade que Romeiro (2017, p. 187-188) identifica como "um dos meios mais lucrativos" de enriquecimento ilícito. A atuação de Colaço como corregedor em Goiana, importante entreposto de comércio ilegal, sugere seu envolvimento nessas redes. Paradoxalmente, como nota Maxwell (1985, p. 87), o próprio sistema pombalino recrutara "comerciantes e magnatas locais" para cargos fiscais, criando um círculo vicioso de conflito de interesses.

Mais do que um conflito pessoal, o embate entre governador e ouvidor representava a colisão entre dois modelos de administração colonial. Enquanto Lobo da Silva personificava o ideal pombalino de funcionário "limpo de mãos" (SOUZA, 2006, p. 331), Colaço encarnava as práticas tradicionais descritas por Romeiro (2017), onde o cargo público servia à acumulação privada. A duração excepcional de sete anos do governo de Lobo da Silva - o dobro do habitual - e a transferência do conflito para a esfera metropolitana antes de sua resolução demonstram tanto a persistência das estruturas coloniais tradicionais quanto os limites da tentativa pombalina de reforma. Como conclui Ferreira (2010, p. 218) em análise sobre o contrabando de tabaco, mesmo medidas incisivas mostravam-se ineficazes diante da adaptabilidade das redes locais, que reinterpretam licenças régias e rotas comerciais para manter seus privilégios.

Um dos episódios mais emblemáticos da gestão de Lobo da Silva foi sua atuação na criação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1759. A companhia, parte da política pombalina de monopólios controlados pela Coroa, desagradou a comerciantes locais acostumados a lucrar com o comércio ilegal. Lobo da Silva enfrentou acusações de favorecimento em arrematações, mas rapidamente as rebateu, atribuindo-as a disputas políticas internas. Sua defesa, enviada a Lisboa, enfatizava o caráter difamatório das denúncias e sua fidelidade às ordens de Carvalho e Melo. Ao final de seu governo, foi considerado "limpo de mãos" – expressão que denotava a probidade de um funcionário – e transferido para Minas Gerais, onde continuaria sua carreira com igual rigor.

A trajetória de Lobo da Silva ilustra as contradições do reformismo pombalino. Por um lado, seu governo exemplificou a tentativa de impor uma administração impessoal e eficiente, alinhada aos ideais iluministas de racionalização do Estado. Por outro, como observou Silveira (2019), as reformas esbarravam na necessidade de negociar com as elites locais para garantir a governabilidade. Em Pernambuco, Lobo da Silva equilibrou-se entre a repressão ao contrabando e o diálogo com setores da aristocracia açucareira, cuja cooperação era essencial para a estabilidade da capitania. Essa ambiguidade refletia a natureza paradoxal do

431



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



sistema colonial, no qual o contrabando era simultaneamente reprimido e tolerado, conforme os interesses da Coroa (NOVAIS, 1989).

A documentação produzida por Lobo da Silva – incluindo ofícios, relatórios e consultas ao Conselho Ultramarino – revela outro desafio central: a definição ambígua de corrupção no Antigo Regime. Como destacou Romeiro (2017), até o século XVIII, a corrupção era associada à "putrefação do corpo político", uma ideia abstrata que só gradualmente ganhou contornos jurídicos precisos. Nas fontes, as acusações contra funcionários aparecem como "descaminhos", "práticas ilícitas" ou "negligências", mas raramente como "corrupção" no sentido moderno. Lobo da Silva, por exemplo, foi acusado de "favorecimento" em arrematações, um delito que hoje classificamos como corrupção, mas que na época poderia ser interpretado como mero clientelismo. Essa ambiguidade exigiu do governador não apenas ações administrativas, mas também um esforço retórico para justificar suas decisões perante a metrópole.

A análise da administração de Lobo da Silva em Pernambuco permite ainda refletir sobre as limitações do combate à corrupção no período colonial. Apesar de suas medidas rigorosas, como a fiscalização de alfândegas e a punição de servidores negligentes, o governador dependia de uma estrutura burocrática que muitas vezes compactuava com as ilegalidades. Como apontou Prado Júnior (1961), a administração colonial reproduzia os vícios do sistema metropolitano, adaptando-os às realidades locais. Em Pernambuco, a decadência econômica exacerbava essas dinâmicas, pois funcionários mal remunerados viam no contrabando uma forma de complementar seus rendimentos. Lobo da Silva, ciente desse cenário, concentrou-se em controlar os cargos-chave da fazenda real, mas não pôde eliminar por completo as redes informais de poder.

Ao final de seu governo em Pernambuco, em 1763, Lobo da Silva deixou uma capitania ainda marcada por tensões, mas com sinais de maior controle fiscal. Sua transferência para Minas Gerais, onde enfrenta desafios semelhantes, reforça o papel central que Pombal atribuía a governadores leais e eficientes. Sua trajetória demonstra que, embora as reformas pombalinas não tenham erradicado a corrupção, representaram uma inflexão na postura da Coroa, que passou a tratar o problema como uma ameaça à soberania e aos interesses econômicos do Império. Como concluiu Romeiro (2023), o período pombalino representou a transição de uma perspectiva moralizante da corrupção para uma abordagem materialista, antecipando discussões ainda relevantes na historiografia e nas políticas públicas contemporâneas.

432

Referências

BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COSTA, Daniel. "O combate à corrupção e os impactos das reformas pombalinas na capitania de Pernambuco durante a administração de Luís Diogo Lobo da Silva (c.1753-1763)". In: *Sertão História - Revista Eletrônica Do Núcleo De Estudos Em História Social E Ambiente*, 2(3), 62–86, fev. 2023.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



FERREIRA, Roquinaldo. “A arte de furtar”: redes de comércio ilegal no mercado imperial ultramarino português (c. 1690 - c. 1750). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *Na trama das redes. Política e negócios no Império português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 - 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. São Paulo, Autêntica, 2017.

_____. *Ladrões da República. Corrupção, moral e cobiça no Brasil, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2023.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVEIRA, Marco Antonio. *A colonização como guerra: conquista e razão de Estado na América portuguesa (1640-1808)*. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

433



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O LIVRO COMO OBJETO CULTURAL: INFLUÊNCIAS E PODER NA SOCIEDADE SOB AS LENTES DO DESIGN GRÁFICO E DA SEMIÓTICA

Vagner Basqueroto Martins¹

Introdução

Desde a sua criação, o livro provou ser um dos objetos mais fundamentais no desenvolvimento cultural da humanidade. Compreendendo desde tábuas de argila antigas até as versões digitais mais modernas, o livro – por mais que esteja cada vez mais desatualizado – permanece um dos mais importantes objetos culturais já inventados, a própria base de nosso conhecimento e nossa trajetória para protegê-lo e compartilhá-lo. Ele vem com o poder de cruzar as barreiras do tempo e do espaço e de abrir uma janela para o pensamento, a narrativa e a cultura de outros tempos e lugares.

Este artigo, portanto, explora os campos culturais ampliados do livro, examinando especificamente o papel do design gráfico e da semiótica no valor de leitura e social do livro. O design gráfico intervém na experiência de leitura, em parte através da exibição visual do livro, o que transforma a leitura do livro em algo além de um depósito de informações, um belo sustentáculo para a atenção do leitor e suas fantasias. Tipo, layout, cor: tudo foi pensado em detalhes rigorosos para proporcionar uma experiência de usuário harmoniosa e prazerosa. Ao mesmo tempo, a semiótica, ou o estudo dos signos e da criação de signos, permite uma compreensão de como é que os leitores constroem significado quando leem livros. Da capa ao texto do livro, cada parte do design de um livro é um sinal que ajuda a construir seu significado cultural. Este foco no livro como um recipiente de significado revela e informa valores sociais, crenças e ideias.

Nas páginas seguintes, faremos uma referência introdutória às relações entre o livro como um objeto significativo e como um reflexo da potência e significado sociais. O objetivo desta contribuição é interrogar a relação entre essas três dimensões e mostrar como o livro é mais do que um receptáculo de ideias e como ele é, na realidade, uma força cultural não apenas no sentido de que dita pensamentos, provoca debates e leva a quadros intelectuais, mas também vive no intelecto coletivo.

Nesse sentido, reconsiderar o livro a partir da perspectiva do design gráfico e da semiótica ajudaria a contribuir para uma compreensão mais forte de sua presença multifacetada na sociedade, além de ser apenas um produto cultural histórico, para reconhecê-lo como um bloco de construção da sabedoria em constante mudança da humanidade.

¹ Doutorando em História – UEM; Mestre em Design – UFPR; Especialista em Design Thinking – Unyleya; Graduado em Design – UNIBAN; Professor EBT de Design Gráfico no IFRR, basqueroto.martins@gmail.com, vagner.martins@ifrr.edu.br.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O Livro na História Cultural

O livro nunca foi apenas um repositório de texto. Situado no meio de correntes poderosas da própria cultura, energizou aqueles desenvolvimentos intelectuais e sociais que determinaram o curso do desenvolvimento humano. É um ponto de virada vital no que diz respeito à criação da prensa de impressão por Johannes Gutenberg durante o século XV. Eisenstein (1983) argumenta que a prensa tipográfica empobreceu o conhecimento — ou, mais precisamente, empobreceu o conhecimento da população mundial, mudando a estrutura social ao distribuir informações de uma nova maneira. Essa inovação não apenas facilitou a rápida disseminação de novas ideias, mas também contribuiu para o crescimento de novos modos de reflexão crítica e discurso público que levaram à Reforma Protestante e ao Renascimento.

Marshall McLuhan (1964), ao comentar sobre mídia, argumenta que a mensagem é o meio, e enfatiza como a forma do livro molda a percepção e a resposta ao conteúdo. Nesse sentido, a materialidade do livro — sua estrutura física, tipografia e design — desempenha um papel fundamental na criação de significado, na mediação de ideias e na forma como as ideias são lidas e compreendidas.

Além disso, foi nos séculos seguintes que o livro foi visto como um marcador de *status*, um meio de poder, um objeto no coração da formação de identidades culturais e políticas. Como Chartier (1994) nos lembra, foi como um instrumento de controle social e resistência que o livro permitiu que vozes dominadas encontrassem e realizassem uma zona para expressão e contestação.

Do ponto de vista da semiótica, o livro é definido como um texto aberto, onde o significado é construído pelas vozes contribuintes interrelacionadas de seus leitores ativos (Eco, 1984). A troca semiótica ocorre entre o leitor e o texto, mas também é capturada por normas culturais e circunstâncias históricas em um ato dinâmico de leitura, de modo que o livro não é mais um objeto estático, mas um instrumento social.

O livro tem sido um impulso para o progresso humano ao longo dos séculos. Na atualidade, no que pode ser denominado de era digital, o livro evolui em forma, mas não na sua essência — uma ferramenta para transformação social. A palavra escrita há muito tem dado impulso a revoluções culturais e mesmo hoje brilha como uma pedra fundamental da civilização.

Como artefato cultural incorporado na forma do livro, ele carrega conhecimento, mas, além disso, reflete e influencia as práticas sociais de diferentes sociedades sobre as quais é imposto. Sua história é uma que está firmemente interligada com a das ideias humanas e a expressão destas como artefato cultural e agente de mudança.

No século XVIII, na era do Iluminismo, o livro simbolizou a razão e o esclarecimento, sendo visto como um catalisador para o pensamento crítico e a discussão filosófica. O filósofo Immanuel Kant, em seu ensaio "Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo?", afirma que a comunicação de ideias é essencial para o desenvolvimento do conhecimento e a libertação

435



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



dos indivíduos (Kant, 1996). Os livros tanto disseminavam novas ideias quanto ajudaram a impulsionar um redemoinho de movimentos sociais em busca de justiça e igualdade.

Nas comunidades modernas, livros e literatura foram desenvolvidos como um espelho cultural para demonstrar as realidades disseminadas das experiências humanas. Roland Barthes (1977), em seu texto “A morte do autor”, argumenta que o significado de um livro não se forma apenas na mente do autor quando está sendo escrito, mas sim constrói-se coletivamente com os leitores, localizando o livro como um território de construção de significados a nível de grupo, não nos mesmos indivíduos que o geraram. Essa perspectiva tem enfatizado o papel dos leitores na renovação da vida do livro como uma entidade cultural em processo.

Além disso, em uma era de tecnologia e a digitalização dos conteúdos de nossas bibliotecas, o livro entra em uma nova fase de existência. A obra intitulada “O que é um livro digital?”, Lemos (2013), analisa a maneira como as plataformas digitais não apenas mudaram a forma física do livro, mas também a dinâmica da leitura de um livro, oferecendo interações diferentes e mais interativas com os textos. Tal mutação levanta a questão da salvaguarda da cultura literária e dos hábitos tradicionais de leitura, a necessidade de refletir sobre o destino do livro em um mundo cada vez mais digital.

Feiras e festivais de livros também são eventos importantes para que os livros possam ser vistos como um símbolo de leitura e interação social. Escritores como Belt (2019) têm analisado as feiras literárias e suas implicações para a sociedade brasileira, observando como esses espaços promovem o encontro entre escritores, leitores e editores, e assim beneficiam o ambiente cultural ao possibilitar a troca de experiências e ideias.

Há também toda a questão do livro e identidade a explorar. Escritores como Hobsbawm (1995) consideram as maneiras pelas quais a literatura constitui um instrumento de identidade nacional, refletindo ou moldando a história cultural de um povo. O livro, portanto, também se excede como meio de informação e torna-se uma parte elementar da formação do significado público e um fator marcante na fabricação das sociedades.

O Papel do Design Gráfico

No design gráfico, o livro deixa de ser simplesmente um objeto útil e também se torna um objeto belo, um conceito composto de cultura e comunicação. O design de um livro não se resume apenas onde se encaixam os elementos gráficos; trata-se de fazer escolhas adicionais que afetarão como ele é legível, útil e atraente.

Como afirma Munari (2008), projetar o layout de um livro não é somente um problema de estética, mas sim o que cada escolha visual pode significar na compreensão e fruição dos leitores que irão interagir com o artefato.

Um dos componentes mais importantes do design editorial é a tipografia, sendo um instrumento essencial de comunicação. Bringhurst (2018) sustenta que a tipografia é a arte de dotar a linguagem humana de uma forma visual duradoura e que seleções tipográficas

436



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



apropriadas funcionam como um pequeno poema; a obra de arte é um objeto trabalhado; que decisões tipográficas adequadas não só embelezam, mas integram o som à substância do significado. A sensibilidade às fontes, tamanhos e espaçamentos não é um mero detalhe decorativo, mas um determinante da qualidade da comunicação escrita.

Além da tipografia, o layout desempenha um grande papel em como você lê. O design precisa garantir que os componentes sejam organizados de modo a construir uma clara hierarquia visual, guiando naturalmente o leitor através da história. O sistema de grades é um método comum para organizar texto e imagens no campo do design gráfico.

Como afirma Samara (2014), um design bem organizado permite que o leitor se mova através das páginas criando interações diversas, além de contribuir com sua história visual, tornando-a mais interessante e envolvente.

Outro aspecto amplamente explorado no design gráfico, bem como nos livros são as ilustrações, que também se configuram como uma parte crítica na criação do significado do livro. Elas adicionam possibilidades criativas, estéticas e conceituais ao texto, melhoram a narrativa e muitas vezes acrescentam informação que só pode ser transmitida em palavras. Como afirma Dorr (2015), as cores e formas aplicadas nas ilustrações possuem uma influência decisiva nas emoções e interpretações do leitor, adicionando uma camada extra à experiência de leitura.

Complementando esses aspectos técnicos, a conversa sobre o design gráfico de livros deve envolver a discussão sobre acesso. São inovações como estas que visam manter o livro como um artefato cultural acessível e aberto a uma variedade de usuários. Isso é particularmente pertinente em uma era cada vez mais digital, onde as necessidades dos leitores mudam rapidamente.

Assim, a ilustração então se subordina à tipografia, e esta última está sujeita às regras do *layout*; portanto, o terceiro desses portadores visuais, o design (o formato do livro como objeto físico), também está sujeito ao poder da tipografia. Com mudanças nas práticas de design, vemos cada vez mais o livro como um meio de comunicação, um meio de articulação cultural e, importante, uma expressão das mudanças sociais e tecnológicas que estão alterando as estruturas do nosso mundo contemporâneo.

Significações na Semiótica

A ciência dos signos, a semiótica, é uma ferramenta fértil usada para descobrir o significado que os livros geram, e não apenas dos livros, mas também daquele outro componente que extraímos, e que funciona em mais camadas de significado, que nem sempre são as mesmas, e nem sempre são as que lhes damos: a capa. Após 40 anos, o pensamento de Umberto Eco continua a demonstrar sua atualidade ao afirmar que os livros são campos abertos de interpretação e mantêm o papel ativo do leitor na construção de sentido trazido pelos signos gráficos e textuais (Eco, 1984).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Contribuições semióticas recentes trazem outros aspectos e elementos para essa discussão. De acordo com Dainese (2019), a semiótica da atualidade deve levar em consideração, além da estrutura dos próprios signos, também as práticas sociais por meio das quais a interpretação é engendrada. No sentido de que o significado é sempre negociado em um espaço interacional, onde as experiências e identidades dos leitores moldam diretamente a interpretação. Essa última visão estende uma compreensão dos processos de significação daquela que negligencia as implicações do contexto sociocultural.

Por fim, a semiótica deve evoluir para abordar a interação contínua entre leitores e textos de uma forma dinâmica, que na era digital precisa ser atualizada. A partir da influência das novas mídias e tecnologias, que segundo Scolari (2020), podemos entender que os signos não estão mais encrustados, são líquidos e complexos, pedindo novos processos de leitura e interpretação. O design gráfico, em outras palavras: a forma como esses signos parecem, como estão dispostos na página, a escolha do tipo, a cor, e assim por diante é, afinal, uma parte integral do significado desses signos.

Observar a recepção posterior dos livros também pode possibilitar análises semióticas sobre a forma como diferentes audiências utilizam as mensagens comunicadas dentro deles, de modo que as leituras poderão mudar de acordo com as preocupações históricas e sociais. Segundo Almeida (2021), a recepção literária é um processo cultural com uma temporalidade específica que adere aos princípios de mudança e transformação, influenciada por vários fatores como identidade, classe social e globalização. Este exame estende essa discussão sobre práticas de leitura, enfatizando como os significados atribuídos aos livros estão em fluxo constante e dependentes do contexto.

Portanto, trabalhar com a semiótica representa não apenas um sistema de análise de signos em livros, mas um sistema para encenar a complexa interação entre texto e leitor.

438

Referencial Teórico

Uma melhor compreensão do livro como artefato cultural é fornecida por diferentes autores e teorias, que contribuem para que o entendimento seja efetivo e multifacetado, de modo a contribuir com as inúmeras possibilidades conceituais e de significação que podem ser atribuídas ao livro enquanto objeto que carrega conhecimento e é utilizado em uma vasta quantidade de situações e contextos, com diferentes objetivos e que influencia as pessoas à tanto tempo na história da humanidade.

Além de Eisenstein e Eco, é relevante referir-se a Marshall McLuhan, que em "Understanding Media" (1964) afirma que o meio é a mensagem, destacando como a forma do livro como meio de comunicação impacta a maneira como os leitores concebem e reagem à informação. McLuhan (1964) argumenta que podemos alcançar uma perspectiva judiciosa da organização e realidade física do livro ao compreender como esses elementos moldam o leitor e o meio de comunicação.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O estudo de Hobsbawm (1995) também é importante para acompanhar o livro fora do marco temporal que o cerca. Ele examina como as mudanças na sociedade influenciam a produção e recepção dos textos, apresentando a obra como uma expressão do conflito e da luta social do período que representa. Ao mesmo tempo, seu trabalho destaca o livro não apenas como um local de recepção de conhecimento, mas também como um local que contribui ativamente para moldar a identidade cultural e política.

Pierre Bourdieu, em "A Economia das Trocas Simbólicas" (1990), faz um diagnóstico acurado sobre essa economia simbólica, que é a leitura como consumo de livros. De modo a afirmar que bens culturais, incluindo livros, circulam não apenas no mercado, mas articulam significados sociais que condicionam a recepção e o uso Bourdieu (1990). Ele ainda chama a atenção para a importância do contexto social como mediador das relações entre leitores e livros, e que o ato de ler é influenciado por aspectos como classe social, educação e capital cultural.

Também é importante destacar outros escopos teóricos. O estudo de Carvalho (2020), aborda o cultivo de tecnologias de leitura (incluindo digitais), que altera a relação entre leitores e livros. Carvalho (2020) também enfatiza que a digitalização não apenas altera o consumo de livros – ela também modifica os hábitos de leitura e os significados projetados sobre este artefato cultural.

Além disso, Chardin (2021), segue essa visão de que o livro é um fenômeno simbólico que inclui mais do que apenas um suporte físico, incorporando também uma construção coletiva de conhecimento e cultura. Esta visão destaca a função de coletânea do livro, especialmente em relação a perspectivas, como uma ponte significativa nas trocas interculturais.

Esses autores e as teorias que desenvolvem contribuem para situar o livro como um meio cultural e social em um espaço complexo. O cruzamento entre os aspectos históricos, sociais e culturais das obras literárias contribui para uma visão mais ampla do livro, que se revela sempre adaptativo e contemporâneo em relação às identidades.

Discussão

No que diz respeito às dimensões gráficas e semióticas, pode-se concluir que o poder do livro é, está em certa medida, na continuidade em a influenciar simbolicamente o leitor em diferentes níveis. O design visual contribui para o trabalho estético do livro e seu caráter comunicativo, ajudando a moldar a função heurística do livro. Como afirma Brum (2020), um design adequado não apela apenas ao sentido visual, mas oferece suporte ao leitor, ajudando-o a compreender e interpretar o texto.

A semiótica, além disso, destaca a extensão da interpretação desses objetos. De fato, como observado em Nöth (2021), ler é uma atividade semiótica na qual os sinais que compõem o texto são decodificados. Este ponto de vista terminal permite ao leitor interpretar no texto mais do que apenas o que é dito, conhecer as inflexões, os símbolos, as referências que habitam o texto. O ponto de convergência entre o design gráfico e a semiótica constitui,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



assim, uma abordagem ampla para compreender a maneira como os livros exercem influências e servem como um gerador de poder e mudança social.

A acessibilidade e a democratização do livro no novo ecossistema digital são, além disso, preocupações e oportunidades contemporâneas. O desenvolvimento de tecnologias de leitura como e-books e audiolivros oferecem novas maneiras de contar histórias, ampliando o público para histórias que antes não eram alcançadas. Como aponta Costa (2018), a era digital, então, apoia uma espécie de democratização do acesso aos livros, mas também provoca debates sobre a qualidade e a profundidade das experiências de leitura.

A transição digital, no entanto, apresenta problemas que requerem reflexão sobre a preservação do patrimônio cultural literário e o papel do livro impresso como portador de conhecimento. Interpretando desta forma, Adebayo (2017) observa que a existência simultânea de presenças impressas e digitais deve ser vista como um espaço para inovação na apresentação e consumo de narrativas. É por isso que o design se torna o principal fator na formação das experiências de leitura: experiências acessíveis e envolventes.

Nesse sentido, a relação entrelaçada do design gráfico, semiologia e novos modos de leitura torna-se latente: o livro, na vida social contemporânea, sobrevive ao longo do caminho, provando sua capacidade de superar diversas situações e se adaptar a um mundo em mudança. Essa maleabilidade para diferentes públicos e suas experiências multilaterais servem como testemunho do valioso e vigoroso artefato cultural que é o livro.

440

Considerações Finais

Este artigo avança na tese segundo a qual o livro, como artefato cultural, desempenha um papel crucial na criação de sentido e na distribuição do conhecimento. Desde a sua criação, o livro tem servido como a pedra angular para a criação da cultura e a disseminação do aprendizado. Não é apenas um suporte físico, mas incorpora simbolismo relativo ao contexto social e cultural da inserção do livro, o qual evoluiu ao longo do processo temporal. O poder dos livros/literatura pode moldar a mente, questionar o modo estabelecido de fazer as coisas e, assim, pode provocar grandes conversas entre gerações.

A partir de aspectos da semiótica e do design gráfico, o livro se torna um poderoso agente cultural, em que cada detalhe visual não apenas transmite informação, mas valores e emoções. Tipografia, cores, ilustrações, *layouts* – o design gráfico contribui para informar do que trata o livro, criando uma experiência estética que pode afetar como recebemos a mensagem e a compreendemos. Portanto, não apenas o que é dito, mas como é apresentado é relevante para a literatura, mostrando que a forma é a outra face do conteúdo.

A semiótica oferece as ferramentas adequadas para decodificar os diversos sinais do livro que nos ajudam a ver como uma variedade de públicos interpreta as mensagens veiculadas pelas obras. As interações entre leitor e um livro não são uniformes, elas variam pela história e pelo tempo, mas também pela experiência individual de cada pessoa.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Em uma era de inovação digital, o futuro do livro dependerá de sua capacidade de reinvenção e transformação, para se manter atual e culturalmente relevante. A digitalização libera o potencial para um amplo acesso a coisas que estavam restritas à distribuição física, possibilitando uma democratização do conhecimento. Mas também levanta questões sobre a manutenção da leitura convencional e a experiência física do livro impresso.

É então afirmar em uma analogia que o livro é uma coisa viva e pulsante que a análise sustentada, crítica e interdisciplinar de todas as suas facetas é tão premente hoje quanto nunca. Considerar a relação entre design, semiótica e a história da cultura material ajuda a abordar questões efêmeras de como o livro deverá mudar com o tempo na tentativa de corresponder a novas realidades sociais sem perder o símbolo de liberdade e conhecimento. Nesse sentido, podemos reafirmar a posição do livro, não somente como um objeto, mas como um agente de mudança cultural pelo qual as identidades são moldadas, sociedades informadas são construídas e a coesão social é reforçada.

Referências

ADEBAYO, K. Narrativas Contemporâneas Africanas e Impacto Global. Lagos: Nigerian Literature Press, 2017.

BARTHES, R. A morte do autor. In: Image, Music, Text. New York: Hill and Wang, 1977.

BELT, R. O impacto das feiras literárias na cultura brasileira. Caderno de Cultura. São Paulo: Editora Brasil, 2019.

BONESIPE, G. Design, cultura e sociedade. São Paulo: Blucher, 2011.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1990.

BRINGHURST, R. The elements of typographic style. Vancouver: Hartley & Marks Publishers, 2018.

BROWN, T. Change by design: how design thinking creates new alternatives for business and society. New York: Harper Business, 2009.

BRUM, A. Inovação e Design no Cenário Contemporâneo. São Paulo: Editora Senac, 2020.

CARVALHO, A. M. M. B. de. Cultura do Livro no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

CHARDIN, P. C. de. O Livro e suas Dimensões Culturais. São Paulo: Editora Senac, 2021.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CHARTIER, R. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UnB, 1994.

COSTA, M. L. A Era dos E-books: O que muda na leitura? São Paulo: Editora de Cultura, 2018.

DORR, L. Psicologia das cores e sua aplicação no design gráfico. Estudos de Comunicação, v. 8, n. 4, p. 45-58, 2015.

ECO, U. Tratado de semiótica geral. São Paulo: Perspectiva, 1984.

EISENSTEIN, E. L. The printing revolution in early modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

KANT, I. Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?. Trad. de R. Carlos. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

LEMOS, A. O que é um livro digital?. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

MCLUHAN, M. Understanding Media: The Extensions of Man. Cambridge: MIT Press, 1964.

MUNARI, B. Design e comunicação visual. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NÖTH, W. Handbook of semiotics. Bloomington: Indiana University Press, 2021.

SAMARA, T. Making and breaking the grid: a graphic design layout workshop. Beverly, MA: Rockport Publishers, 2014.

442





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O PODER DO TAMBOR: BANDAS DE CONGO NA COMUNIDADE DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE ARAÇATIBA EM VIANA ESPÍRITO SANTO

Wanderlei Porto do Nascimento Aguiar¹

Introdução

Este estudo tem como objetivo explorar o conceito de cultura africana e os processos de transmissão cultural presentes nas festividades e rituais do Congo em Viana-ES, com suporte teórico de Bordieu (2007), Fanon (2012; 2015) e Geertz (2001), sobretudo por meio dos rituais e danças praticados pelos descendentes dos africanos e dos afro-brasileiros. Essa transmissão ocorre através das festividades e comemorações das Bandas de Congo, onde fizemos a observação participante e o procedimento etnográfico para a coleta de informações na região de Araçatiba em Viana-ES. Como objeto de estudo identificamos o tambor de Congo que é um instrumento de maior representatividade nas Bandas de Congo, mas que transcende sua função meramente musical, atuando como um emblema da identidade cultural e espiritual para aqueles que praticam o Congo. Ele serve aos princípios da luta pela existência e resistência dos povos aquilombados, que lutam em prol da redução das discriminações e preconceitos construídos ao longo do período de colonização do Brasil, e que, ainda tem efeitos nocivos nas populações afro-brasileiras.

Entendemos que no âmbito da tradição afro-brasileira do Congo, o tambor, é um instrumento que assume um papel fundamental nas festividades e rituais religiosos, funcionando como uma conexão sonora que reitera os laços com os ancestrais africanos e fortalece as interconexões dentro da comunidade (OLIVEIRA, 2019). Pretendeu-se, observando essas festividades e rituais com o tambor de Congo, compreender o poderio de transmissão cultural, seja no aspecto religioso e profano, as suas potencialidades para a luta antirracista que atravessa os séculos e tem os seus reflexos no mundo atual.

O tambor de Congo emerge não apenas como um artefato sonoro, mas como um potente símbolo de resistência e identidade que ressoa profundamente nas comunidades afro-brasileiras. Através de suas batidas, ele não apenas evoca a memória de um passado marcado por lutas, mas também atua como um vetor de união e empoderamento, configurando-se como um espaço de celebração da diversidade cultural. Oliveira (2019, P. 182) observando o Congo de Retiro em Santa Leopoldina-ES, menciona que “[...] é uma celebração festiva construída de rezas de ladainhas, cantigas, danças, toque de instrumentos musicais e cortejo

¹ Mestrando em educação UFES (Mestrado Profissional, 2025). Especialista em Metodologias e Práticas para O Ensino Fundamental (IFES, 2023). Graduação em Pedagogia (Pitágoras, 2004), Filosofia (UFES, 2017) e História (UFES, 2024). Professor Autista da Educação Básica em Cariacica e Viana/ES. E-mail: wanderp2065gmail.com





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



seguido de fincada e retirada de um tronco denominado mastro.” O mesmo autor ainda explica que o tambor sendo “[...] o principal instrumento do Congo de Retiro, tem sido transmitido por cerca de dois séculos entre as comunidades negras e quilombolas em São Mateus e Conceição da Barra, ambos no Espírito Santo.

Consoante já mencionado a metodologia aplicada é a observação participante e o procedimento etnográfico (MALINOWSKI, 1978). Fernandes e Moreira (2013) apontam que durante uma pesquisa realizada entre 1914 e 1918, com os habitantes do arquipélago Trobriand, localizado na Melanésia, no oeste do Oceano Pacífico, Malinowski se tornou reconhecido por estabelecer as bases da observação participante na prática de campo ou etnografia em Antropologia. Os autores explicam que ele destacou, entre outros pontos, a importância de registrar as observações em um diário de campo, de estar atento tanto às situações habituais quanto às inesperadas do cotidiano, além de aprender a língua e os costumes dos grupos estudados, que ele se referia como "nativos".

De acordo com Queiroz *et al* (2007) a observação é uma das principais ferramentas que o ser humano usa para entender e conhecer indivíduos, objetos, eventos e contextos. Ao observar, utilizamos nossos sentidos para adquirir informações específicas sobre um aspecto da realidade. Por meio desse processo intelectual de observar o fenômeno em questão, podemos formar uma percepção concreta do ser ou do ambiente natural, considerado como uma fonte direta de dados.

Nosso trabalho é fundamentado na observação das comunidades onde a cultura do Congo se manifesta como um ato de resistência diante da cultura dominante, em especial a comunidade quilombola de Araçatiba em Viana-ES. As agruras enfrentadas pelo povo negro são variadas. Podemos afirmar que essas dificuldades começam com a perda de suas esperanças, bens, laços familiares, terras e, de certa forma, a negação de sua própria existência nas terras do continente americano. No entanto, mesmo em meio a condições severas, destacamos que houve uma preservação de seus costumes e de suas crenças religiosas nas regiões onde foram forçados a viver.

A respeito dos africanos “trazidos” para as terras brasileiras, Ribeiro (1995) pontua que uma vez instalado no Brasil, o africano sempre procurou por algum membro da sua distante comunidade com quem pudesse se conectar. Não um colega, servo ou serva, como ele mesmo, mas uma pessoa oriunda de sua ancestralidade africana, distinta de todos os que encontrava por ali, mesmo que eles também fossem negros e escravizados. Essa ligação pode ser vista como um meio de preservar a cultura africana, uma maneira de resistir à autoridade dominante. Essa interação resultou em uma forma distinta de operação no contexto social, que estabelece classificações de superioridade e inferioridade entre “raças” brancas e negras. Com essa perspectiva, Gomes (2003) analisa a conexão entre educação e cultura negra. Ele reconhece que do ponto de vista genético, negros e brancos são equivalentes, mas argumenta que, ao longo da trajetória histórica, social e cultural, as disparidades entre essas etnias foram moldadas pela cultura como uma maneira de categorizar os seres humanos. Contudo, no

444



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



âmbito das dinâmicas de poder e controle, essas disparidades foram convertidas em maneiras de estabelecer hierarquias entre indivíduos, grupos e nações.

Sobre a cultura Geertz (1989) afirma que, é um conjunto interligado de símbolos que podem ser interpretados e que ele prefere denominar como signos. Desconsiderando suas aplicações locais, não deve ser vista como uma força ou um poder que explica de maneira aleatória os eventos sociais, as condutas, as organizações ou os processos. A cultura representa um quadro de referência, um ambiente onde tais fenômenos podem ser analisados e compreendidos de maneira mais aprofundada. Ao investigarmos empiricamente o Congo em Araçatiba, pudemos observar na prática essa cultura a importância e a intensidade do toque do tambor na vida local, especialmente durante os ensaios e apresentações públicas. A valorização dos ritmos do Congo, conforme discutido, emerge como uma necessidade premente na edificação de uma sociedade que seja verdadeiramente enriquecida pela diversidade. Esta valorização não se restringe apenas a um ato cultural, mas se configura como um movimento essencial para fomentar a justiça social e a inclusão. A arte, em todas as suas expressões, transcende o simples deleite estético; ela se apresenta como um elo poderoso de conexão e empatia entre as diversas culturas que compõem o nosso tecido social. Geertz (1989) traz a ideia de cultura, que em seus ensaios buscam evidenciar, que ela é fundamentalmente semiótica. Assim como Max Weber, ele considera que o ser humano é um ser entrelaçado por significados criados por ele mesmo. Para o autor o homem “[...] é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (GEERTZ, 1989, p. 4). Portanto ele não a vê como uma ciência experimental voltada para a descoberta de leis, mas sim como uma ciência interpretativa, em busca de significados. O objetivo de Geertz é justamente oferecer explicações ao elaborar expressões sociais que podem parecer enigmáticas à primeira vista.

Bourdieu (2007) traz a ideia cultura prevalente que desempenha um papel crucial na coesão efetiva da classe dominante, facilitando uma comunicação instantânea entre seus integrantes e os diferenciando das demais classes. Além disso, promove uma integração ilusória da sociedade como um todo, resultando na desmobilização (ou consciência distorcida) das classes subordinadas. Também serve para legitimar a ordem vigente por meio da criação de hierarquias e da validação dessas distinções.

Em oposição a essa cultura dominante instituída pelo poder simbólico agressor encontra-se o poder da manifestação das Bandas de Congo e os seus tambores, que são os elementos que mais ressaltam todo o poderio de sua representação. As sonoridades produzidas pelos tambores não apenas estabelecem o ritmo das danças e festividades, mas também representam um ato de resistência e a preservação de um legado cultural que se estende por gerações. Além disso, o tambor de Congo é essencial para a execução das danças e músicas que fazem parte dos rituais, promovendo uma interação harmoniosa entre músicos, dançarinos e todos os envolvidos. As contribuições de Fanon se mostram importantes para a análise de cultura a qual estamos evidenciando. Frantz Fanon enfatiza a importância da

445



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



cultura na construção da identidade, tanto coletiva quanto individual, especialmente em situações de colonização e na luta contra ela.

Em suas obras, como "Os Condenados da Terra", ele examina como a cultura dos povos colonizados é frequentemente dismantelada ou alterada pelos colonizadores, transformando-se em uma ferramenta de opressão. Contudo, Fanon também reconhece a cultura como um meio de resistência. Ele argumenta que, ao reencontrar e revitalizar suas culturas originais, os povos colonizados conseguem reforçar sua identidade, restaurar sua dignidade e impulsionar os movimentos de emancipação. De acordo com Carvalho e Rios (2023) as congadas, ou congados, são celebrações que atualmente acontecem em várias partes do Brasil, especialmente nas áreas Sudeste e Centro-Oeste. Através das apresentações dos seus integrantes, é possível perceber a expressão de significados, sentimentos e memórias da cultura africana, que se manifestam na forma de relatos orais, rituais, movimentos, danças, músicas, nos toques de instrumentos e no manuseio de objetos sagrados.

Referencial teórico

A fundamentação teórica para a elaboração deste artigo é baseada nos pensadores Bordieu (2007), Fanon (2012; 2015) e Geertz (2001). Os princípios do poder simbólico e cultura propostos por Bordieu e a noção de cultura como uma rede de significados de Geertz são amplamente empregados nesta análise. Segundo Clifford Geertz (2001), a cultura é compreendida como um conjunto de símbolos e significados compartilhados que orientam as ações humanas. Ele descreve a cultura como uma "teia de significados" gerada pelos indivíduos, onde símbolos — como a linguagem, rituais e práticas sociais — desempenham um papel crucial na criação e na comunicação do significado. Geertz enfatizava a relevância de se analisar os símbolos no âmbito social para compreender uma cultura. Ele denominava essa abordagem de "descrição densa", que busca não apenas narrar as práticas culturais, mas também captar o seu significado mais profundo para os membros da comunidade. Para Geertz (1989, p. 10) "[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade."

Pierre Bourdieu (2007) considera que a cultura está intimamente relacionada com as dinâmicas de poder e com a organização social. Para ele, a cultura integra o conceito de habitus, que representa um conjunto de disposições adquiridas e duradouras que direcionam a maneira como as pessoas enxergam, refletem e se comportam no ambiente em que vivem. O habitus é afetado por fatores sociais e econômicos, influenciando as preferências, práticas e comportamentos culturais dos indivíduos. Bourdieu enfatiza a noção de "capital cultural", que abrange conhecimentos, competências, formação acadêmica e outras características que proporcionam prestígio e influência social. Nesse contexto, a cultura não é isenta de interesses, mas exerce uma função fundamental na perpetuação das desigualdades sociais. A

446



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



análise crítica da perspectiva de Fanon sobre cultura é extremamente pertinente e contemporânea, especialmente em um cenário global onde as fronteiras entre cultura e dominação se tornam cada vez mais indistintas. Sua concepção de que a cultura pode atuar tanto como um meio de opressão quanto como uma poderosa ferramenta de resistência é essencial para entender os desafios que muitos grupos enfrentam na luta contra a colonização cultural. Em um mundo permeado por forças que promovem a homogeneização, a reinterpretação cultural desponta como uma resposta necessária e urgente. Ao valorizar suas tradições e legados culturais, essas comunidades não apenas reafirmam sua identidade, mas também desafiam a lógica imperialista que visa eliminar suas singularidades. É crucial vê-las não apenas como um legado do passado, mas como motores ativos que possibilitam a criação de novas histórias. Dessa forma, a revitalização cultural transforma-se em mais que um anseio; é uma necessidade fundamental para qualquer sociedade que aspire por emancipação em um mundo interconectado. Essa pluralidade de vozes e vivências enriquece o cenário cultural e fortalece a compreensão de que a resistência cultural não é um fenômeno isolado, mas sim uma coletividade que clama por reconhecimento.

Os tambores e outros instrumentos de Congo: as celebrações de algumas bandas na região do Espírito Santo

447

Uma das muitas celebrações de Congo que acontecem no Espírito Santo são frequentes na região de Vila Velha no bairro Barra do Jucu, em Roda d'Água no município de Cariacica, no município da Serra, devido à sua grande extensão, em localidades praianas e interioranas. A história da Serra remonta ao século XVI, nos primórdios da época colonial brasileira. Até os dias atuais, a cidade preserva aspectos de sua tradição cultural e religiosa relacionados ao “Congo” e suas celebrações, além de um rico patrimônio de construções históricas. (ESPÍRITO SANTO, 2021). Ainda de acordo com informações da Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo, mencionando o Município da Serra-ES, pontua que

O Congo é um verdadeiro tesouro da cultura popular capixaba, que representa por meio de suas músicas, vestes, originalidade e forte levada rítmica, uma herança histórica e cultural, passada de geração em geração onde o profano e o religioso andam juntos. Na Serra, as bandas de congo mantêm viva a identidade singular capixaba, com a mesma energia, ancestralidade marcante e empolgante. As Bandas de Congo da Serra se apresentam durante festividades populares e ciclo folclórico-religioso. (ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 8).

Os festejos são acompanhados ou não, com um ritual muito respeitado que é a fincada de e retirada do mastro. De acordo com Macedo (2013) a fincada do mastro de São Benedito na Barra do Jucu ocorre anualmente em dezembro, enquanto a sua remoção acontece em janeiro. Esta celebração é uma festividade que mescla elementos profanos e religiosos, em tributo ao santo protetor das Bandas de Congo da região. Durante o evento, um mastro é



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



transportado nas costas dos encarregados, acompanhado por um desfile da banda de congo e outros envolvidos, até ser fixado em um local previamente escolhido pelo grupo.
De acordo com

É parte da programação da Festa da Penha a Romaria dos Conguistas. O Congo capixaba é patrimônio imaterial desde 2014. A manifestação é típica da cultura popular capixaba e expressa a mistura cultural ocorrida no Brasil desde o Período Colonial. Une o batuque do Negro e do índio à religiosidade católica trazida pelos Portugueses. Os principais instrumentos são o tambor de congo, bumbo ou caixa, casaca ou reco-reco, cuíca, chocalho, triângulo e apito (utilizado pelo mestre no início e término das toadas). (ESPÍRITO SANTO, 2021, p. 48).

Santos (2018) afirma que em Roda d'Água oito dias após a Páscoa Católica, quando se comemora a ressurreição de Jesus Cristo, acontece em Roda d'Água, uma localidade rural de Cariacica, no Espírito Santo, uma grande celebração chamada Carnaval de Congo e Máscaras de Roda d'Água. Este evento ocorre na mesma data em que o calendário católico presta homenagem a Nossa Senhora da Penha, a santa protetora do Estado do Espírito Santo.

As festividades públicas atraem um grande número de pessoas, e a Banda de Congo se destaca nesse contexto, chamando a atenção do público tanto por meio de suas músicas quanto pelos ritmos dos tambores, casacas, cuícas e o apito do líder. Santos (2018, p. 86) discute a estrutura das Bandas de Congo de Roda d'Água, afirmando que

O Carnaval de Congo e Máscaras, atualmente, é organizado pela Associação das Bandas de Congo de Cariacica – ABCC1, composta por seis bandas. Além destas seis bandas, existem ainda três bandas mirins, sendo duas delas ligadas às bandas adultas. Consta, na proposta de novo Estatuto da Associação, que cada banda adulta deverá, obrigatoriamente, organizar uma banda mirim.

Consoante mencionado por Santos (2018) o tambor de congo é o instrumento que mais contagia, sendo feito a partir de um barril que não possui tampo na parte da frente e de trás, com uma das extremidades coberta por pele de animal. Os músicos que tocam esse instrumento têm um papel fundamental na definição do ritmo da banda. Oliveira (2019) explica que os integrantes do Retiro² afirmam que o congo é uma dança com raízes africanas, que era realizada por seus antepassados escravizados. Eles relatam que esses ancestrais praticavam uma dança marcada pelas batidas de tambores, conhecidos como congos, que era chamada de umbigada, da qual o congo teria derivado. Por isso, os dançarinos de Retiro se movimentam ao som das batidas dos tambores e das canções, destacando que essa é uma tradição afrodescendente legada por seus antepassados africanos.

² É um Quilombo de remanescentes localizado na região de Santa Leopoldina no Estado do Espírito Santo.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



Figura 3. Tambor de Congo e a Casaca.



Fonte: arquivo pessoal do autor, 2025.

449

Ramos (2017) explica que a celebração do Carnaval de Congo de Máscaras tem como principal objetivo homenagear Nossa Senhora da Penha, que é a padroeira do Espírito Santo. Durante essa festividade, destaca-se a figura do brincalhão utilizando as características máscaras de Congo, feitas à mão pelos integrantes da comunidade local. A utilização dessas máscaras é uma das particularidades que distingue esse Carnaval dos demais grupos de Congo do estado. Além disso, o evento é enriquecido pela presença das Bandas de Congo, que trazem ainda mais animação para a festa. É importante destacar os instrumentos que nas Bandas de Congo se fazem presentes, que são a casaca, apito, cuíca, chocalho e tambor. Aqui damos um destaque especial para o tambor de Congo que é o nosso objeto de estudo.

O tambor de Congo vai além da mera categorização como um instrumento musical; ele simboliza uma força e um ícone de resistência cultural, emitindo um som vibrante que ecoa a herança afro-brasileira, especialmente em tempos de adversidade. Em uma sociedade marcada por legados coloniais que frequentemente subestimam ou excluem tradições culturalmente ricas, a música do tambor emerge, em conexão a outros instrumentos, como um ato de protesto legítimo e afirmativo, reunindo pessoas e valorizando a diversidade em um contexto repleto de divisões sociais, culturais e identitárias. Essa expressão artística e histórica não só reencontra e celebra a identidade cultural, mas também serve como uma ponte que conecta gerações, vital para que os jovens compreendam suas raízes e a rica profundidade de sua trajetória tanto religiosa quanto de caráter profano. Um dos participantes, um mestre de Congo muito famoso da região de Roda d'Água, na entrevista, ao ser questionado durante a fase de



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



coleta de informações sobre a ligação do tambor de congo com outros instrumentos ou seu significado religioso simbólico, esclarece da seguinte maneira.

Isso vai variando conforme cada mestre. Eu enxergo, eu particularmente tenho o tambor como um instrumento sagrado, símbolo da resistência que foram deixados pelos nossos antepassados que chegavam presos em navios e aqui, vendo aqueles tambores ali com os indígenas, mas lá na África já existiam esses tambores. O tambor de congo foi feito para tocar em vários lugares, ele era levado para vários lugares para ser tocado, as pessoas, os orixás só chegam quando você começa a tocar o tambor. No público quando você está ali, quando você senta em cima daquele tambor, por exemplo esse tambor que não está aqui mas que está lá na minha casa, é um tambor que eu ganhei do quilombo de São Domingos, o mestre do Ticumbi, chegou lá e viu a gente tocando o Congo; eu fui dar uma palestra lá no Ticumbi, mas viu a gente tocando o Congo lá, nos tamborzinhos, ele foi lá e trouxe da aldeia dela lá, do quilombo, aquele tambor ele deu pra mim de presente, e disse assim esse tambor na sua mão ele vai... eu vejo que você fala do Congo com tanto carinho, eu vou te dar esse tambor. Quando eu sento no tambor eu fico arrepiado, porque quando estou ali, você puxa a sua ancestralidade, quando você toca aquele tambor evocando seu passado com a sua cantiga, cantando, o tambor é primitivo, tambor feito da macumba, a árvore onde os negros iam descansar, as árvores caíam e eles tiravam aqueles tambores dali, cortavam e faziam seus tambores para tocar, e dependendo de qual cultura você está, você está evocando deuses, no Congo eu nunca vi pessoas incorporar no Congo, mas você sente um arrepio quando está tocando ali. Quando meu falava não deixa essa cultura minha morrer não tá; toca o Congo, toca o tambor, toca a casaca, canta, os nossos antepassados eles tocavam e cantavam e louvando o nosso Senhor, o São Benedito, Nossa Senhora da Penha, agradecendo pela cura, que a gente teve, pela planta, pela plantação da nossa comunidade, de plantar aqui e as coisas virem, de vir a chuva. Teve anos aqui de ficar três anos sem chuva, sem chover, e no dia em que eles tocaram o tambor na festa de Nossa Senhora da Penha, e veio uma chuva, que as plantações estavam todas morrendo aí, eles acreditam que através de tocar e cantar, essa chuva veio por Nossa Senhora, entende?

450

O relato expõe a percepção do mestre sobre a importância do tambor dentro da cultura afro-brasileira, abordando a sua sacralidade e simbolismo de resistência histórica. Percebe-se que a narrativa reflete sobre a ancestralidade vinculada ao instrumento, que transcende seu aspecto material, transformando-se em um canal de conexão com os orixás e com as memórias dos antepassados que enfrentaram a escravidão. O tambor, concebido a partir de árvores da macumba, representa a herança cultural que deve ser preservada e celebrada. Além disso, o ato de tocar o tambor é descrito como uma prática evocativa, capaz de promover experiências de transcendência e espiritualidade, trazendo à tona significados coletivos que sustentam a identidade da comunidade. A relação entre as tradições e a natureza é evidenciada, especialmente em um contexto de dependência dos ciclos naturais, como a intervenção da chuva que é celebrada por meio das manifestações musicais.

A interpretação que o mestre fez com relação ao tambor, é a de um elo sagrado e um símbolo de resistência que ressoa fortemente na luta pela preservação da cultura afro-brasileira,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



revelando não apenas as lutas e conquistas de um povo, mas também a riqueza de sua herança. Ao utilizar o tambor como um fio condutor entre passado e presente, somos convidados a ponderar sobre a importância de manter vivas essas práticas que, além de resgatar a memória histórica, criam uma conexão vibrante com as gerações futuras.

O Congo de Araçatiba em Viana-Es

A área de Araçatiba, situada em Viana-ES, é reconhecida como uma zona rural e encontra-se a aproximadamente 15 km do centro do município, que é Viana. Cirillo (2017) explica que, Araçatiba é uma comunidade modestamente situada na região Centro-sul do Espírito Santo, especificamente no município de Viana, que faz parte da Região Metropolitana de Vitória. Atualmente reconhecida como bairro, essa área já foi uma fazenda produtiva, tanto durante a época dos jesuítas quanto na era do Coronel Sebastião Vieira Machado, no final do século XIX. Naquela época, também funcionou como um abrigo para os negros escravizados que buscavam proteção nessas terras.

Figuras 1 e 2: Igreja Nossa Senhora da Ajuda e Morro de Araçatiba em Araçatiba Viana-ES.



451

Fonte: arquivo pessoal do autor, 2025.

As exposições públicas da Banda de Congo “Mãe Petronilha” de Araçatiba, localizada em Viana-ES, acontecem em datas determinadas, incluindo a “Caminhada Ecocultural de Viana”, um evento que acontece todos os anos em julho. De acordo com informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Viana-ES, originado pelas comunidades africanas que chegaram ao Brasil, o congo representa uma manifestação cultural ancestral na cidade de Viana. Diz-se que,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



durante a era dos poderosos proprietários de terras, os escravizados utilizavam barris vazios, cobriam-nos com pedaços de couro e faziam músicas à noite, especialmente em ocasiões festivas voltadas para as mulheres. O mesmo site ainda informa que o congo é igualmente uma forma de veneração: as canções trazem à tona as narrativas e conquistas dos artistas e das comunidades afrodescendentes, sempre contando com a proteção divina. Um mestre de nome Ademir frequentemente homenageia São Benedito em suas performances, e a imagem do santo é impressa na camiseta da banda. Seu Ailson mantém uma forte ligação com Nossa Senhora d'Ajuda, a santa protetora da localidade, relata o mesmo sítio eletrônico.

Aguiar (2025) explica que as Bandas de Congo, através de sua herança cultural, representam a identidade dos povos negros que, no passado, foram negligenciados e marginalizados. Além disso, as Bandas de Congo destacam-se por sua originalidade nas lutas, funcionando como um movimento contra o racismo e contribuindo para a valorização e reconhecimento da presença dos povos africanos e afrodescendentes.

A festa do mastro, em Araçatiba, acontece nos meses de dezembro e janeiro, e demonstram uma homenagem da Banda de Congo à São Benedito. Essa festa ocorre em quatro etapas: a cortada, a puxada, a fincada e a arrancada do mastro. A cortada do mastro acontece no início de dezembro, e consiste na cortada de um tronco o qual será arrastado até a casa do festeiro com a Banda e os devotos da procissão (Cirillo, 2017, p. 107).

452

Cirillo (2017) aponta que a Banda de Congo Mãe Petronilha tem uma longa história na comunidade de Araçatiba, onde está presente há décadas. Com mais de 80 anos de tradição, essa Banda de Congo é uma peça fundamental da comunidade, utilizando tambores, casacas e apitos. Sob a liderança do mestre, o apito se sobressai como o instrumento chave, atuando como um afinador que define o compasso certo para as músicas e as melodias do Congo.

A festa do mastro em Araçatiba se revela como um potente símbolo da preservação cultural em um mundo cada vez mais homogêneo. Mais do que uma simples celebração das tradições locais, ela nos convida a refletir profundamente sobre a identidade coletiva e a relação entre práticas religiosas e a união da comunidade. Nesse sentido, o evento se destaca não apenas por honrar a história, mas também como um crucial ponto de revitalização cultural, onde as raízes e a diversidade do Brasil ressoam intensamente. Em uma época em que a uniformização ameaça o rico mosaico cultural do nosso país, celebrações como a festa do mastro se tornam verdadeiros ícones de resistência, nos lembrando da relevância de valorizar nossas diferenças.

Considerações finais

É fundamental entendermos que a valorização dos ritmos do Congo é significativa não apenas para a preservação, mas também para a revitalização de um patrimônio cultural que traz benefícios a todos. As ações que incentivam a difusão do conhecimento sobre a utilização do tambor de Congo devem ser encaradas não só como manifestações artísticas, mas como



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



elementos essenciais para a educação e a união social nas vastas localidades do Estado do Espírito santo onde a cultura do Congo é praticada. Esses modos de manifestação cultural têm um papel importante na formação de uma sociedade mais inclusiva, que reconhece suas diversas raízes. Portanto, ao celebrarmos e mantivermos viva essa tradição, na região de Araçatiba em Viana-ES, estamos não apenas prestando tributo aos nossos antepassados, mas também promovendo um futuro no qual a diversidade cultural é valorizada e respeitada.

Portanto, iniciativas que busquem resgatar, preservar e promover as tradições dos ritmos do Congo devem ser encaradas como pilares fundamentais de uma educação transformadora. Não são meras atividades voltadas para a preservação cultural, mas sim ferramentas essenciais para a construção de um futuro mais harmonioso e respeitoso. Reconhecer e homenagear as múltiplas influências que moldam nossa identidade coletiva se revela como um passo vital para que possamos cultivar um espaço onde a pluralidade cultural não seja apenas aceita, mas genuinamente celebrada e respeitada.

Neste sentido, a arte e a cultura africana existente na Região de Araçatiba em Viana-ES, que é mantida pelas manifestações públicas com a Banda de Congo “Mãe Petronilha” não apenas se transformam em um meio de expressão, mas também em um manifesto de identidade e resistência. Ao celebrarmos os ritmos do Congo naquela região, estamos, na verdade, afirmando a importância de todas as vozes dentro das narrativas culturais. Em tempos em que a homogeneização de identidades é uma ameaça constante, é indispensável reconhecer o tambor de Congo como um veículo de afirmação cultural. Ele não apenas organiza ritmos, mas também ecoa vozes que desafiam a invisibilidade histórica, permitindo que o orgulho e a resiliência façam parte do cotidiano das comunidades. Ao celebrar essa forma de expressão, reforçamos a importância de cada batida, cada melodia que não é meramente música, mas uma reivindicação coletiva pela valorização e reconhecimento da riqueza cultural que ele representa.

Assim, o tambor de Congo se torna um manifesto sonoro, convocando-nos a reconhecer e promover a diversidade que, longe de ser um obstáculo, é a verdadeira essência da riqueza humana. Em sua reverberação, ouvimos não apenas o som; ouvimos a história, a luta e a celebração de um povo que, através de sua música, continua a traçar caminhos e construir identidades plurais e vibrantes. A proposta de valorização desses ritmos se torna um convite à reflexão sobre o papel que cada um de nós desempenha na construção de uma sociedade onde a diversidade não só coexista, mas brilhe em sua totalidade, enriquecendo nossas experiências e ampliando nossas perspectivas. Que possamos, portanto, abraçar essa pluralidade de forma integral e, quiçá, apaixonada.

453

Referências

ANJOS, José Luiz dos; TAVARES, Otávio; SANETO, Juliana Guimarães. Bandas de congo e política oficial: cenários de tradições e transformações estéticas corporais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, n. 4, p. 897–911, 2013. Disponível em:



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



<https://www.scielo.br/j/rbce/a/QD9b5DdhQ8YYcS9fBVhTwF/?lang=pt#>. Acesso em: 28 de nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

CARVALHO, C. DE S.; RIOS, S. Insígnias de Poder na Congada: o uso de objetos sagrados na evocação de memórias negras. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 13, n. 4, p. e129593, 2023.

CIRILLO, José. **Araçatiba: patrimônio e cultura**: [entre] o passado e o presente. Vitória: UFES, Proex, 2017.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Turismo. **E-book Expocatólica 2022**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2022. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Media/Setur/E-book/e-book%20expocatolica%202022%20baixa.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

_____. Secretaria de Turismo. **E-book Turismo Serra-ES**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, [ano de publicação]. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Media/Setur/Galeria%20de%20Fotos/E-book%20Turismo%20Serra-ES.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2008.

_____. **Racismo e cultura**. In M. R. Sanches (Org.). **Malhas que os impérios tecem**: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais (pp. inicial-final). Lisboa: 70, 2012.

_____. **Os condenados da terra**. Lisboa: Letra Livre, 2015.

_____. **Alienação e liberdade**: Escritos psiquiátricos. São Paulo, SP: Ubu, 2020.

FERNANDES, F. M. B.; MOREIRA, M. R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 511–529, abr. 2013.

GEERTZ C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar; 2001.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos; 1989.

454



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 75–85, maio 2003.

GOMES, K. de O. L. **Patrimônio cultural e território**: Banda de congo Mãe Petronilha de Araçatiba, Viana/ES. 2021. Dissertação (Mestrado Programa de pós-graduação em Artes – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

IPHAN. **Igreja de Nossa Senhora da Ajuda - Viana (ES)**. Simone Pires. 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1356/>. Acesso em: 06 de nov de 2024

MACEDO, Inara Novaes. A espetacularização do Congo no Espírito Santo. **Revista do Colóquio de Arte e Pesquisa** do PPGA-UFES, vol. 3, n. 7, dezembro de 2013.

_____. **Entre rios, praias e planetas**: travessias do congo da Barra do Jucu. 2015. Dissertação de mestrado em Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Artes do Centro de Artes, Vitória-ES, 2015.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALFITANO, Ana Paula Silva; SIQUEIRA, Cláudia de Souza Lopes. **Observação Participante na Pesquisa Qualitativa**: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observe%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf. Acesso em: 8 dez. 2024.

MAUSS, Marcel. **Manual da etnografia**. Santa Catarina: Clube dos Autores, 2024.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **Novas Reflexões Sobre A “Idéia Da América Latina”**: a direita, a esquerda e a opção descolonial. Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n 53, pp. 239- 252, maio/agosto, 2008.

MOURA, Clovis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNSBURG, J.A.S.; FUCHS, H.L.; SILVA, G.F. O currículo decolonial: da reflexão à prática intercultural. Religare: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, [S. l.], v. 16, n. 2, pp593–614, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/44085>. Acesso em: 30 de jun. 2024



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Projeto político pedagógico de um território negro:** memória e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina-ES. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA. **Congo de Araçatiba:** amor passado de geração em geração. Viana: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: <https://viana.es.gov.br/noticia/ler/6759/congo-de-aracatiba-amor-passado-de-geracao-em-geracao>. Acesso em: 19 mar. 2025.

QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem da UERJ**, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr.-jun. 2007.

QUINTINO, Isabel Cristina de Araújo. **O Congo capixaba como Patrimônio Imaterial:** as festas de São Benedito na Serra e as Bandas de Congo. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2018.

456

RAMOS, Andreia Teixeira. As artes de fazer e narrar a produção do congo de máscaras de Roda d'Água, Cariacica, ES. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 125–141, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32214>. Acesso em: 8 dez. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, José Elias Rosa dos. Carnaval de congo e máscaras: mãos que tocam, trabalham e constroem redes de poder. **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 83–97, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32256>. Acesso em: 8 dez. 2024.

AGUIAR, Wanderlei Porto do Nascimento. **História, memória e tradição:** o papel das bandas de Congo em Viana-ES. Ponta Grossa: Aya Editora, 2025.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



USOS POLÍTICOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA E O PLANO NACIONAL DE CULTURA (1975)

Carolina Pedro Soares¹

A política cultural relacionada à atuação dos regimes autoritários e o uso político que é feito do patrimônio nessa construção passa por entender processos de representatividade sociocultural, estabelecendo bases comuns para uma reelaboração do passado de acordo com as necessidades do presente (CANCLINI, 2019). A necessidade de construir memórias coletivas que perpassa as políticas patrimoniais vai ao encontro da constituição da memória comum, tendo entre suas funções essenciais a coesão interna e a defesa de fronteiras (POLLACK, 1989). Entende-se que o patrimônio é um campo de disputa coletiva e entre coletivos que saem vitoriosos ou silenciados frente à construção de uma narrativa, que podem ser operacionalizadas conforme o momento histórico e o grupo que se encontra no poder.

A transposição do jogo de poderes entre os agentes do patrimônio em um Estado autoritário coloca em destaque o papel estatal e o uso da memória em prol de sua própria defesa e consolidação. Como sinalizado por Canclini,

Como espaço de disputa econômica, política e simbólica, o patrimônio está atravessado pela ação de três tipos de agentes: o setor privado, o Estado e os movimentos sociais. As contradições no uso do patrimônio têm a forma que assume a interação desses setores em cada período. [...] No entanto, como todo Estado moderno, ao promover o patrimônio, tende-se a transformar essas realidades locais em abstrações político-culturais, em símbolos de uma identidade nacional em que se diluem particularidades e conflitos (CANCLINI, 1999, 19-21) (tradução da autora).

Essa tensão entre os três agentes citados por Canclini torna-se ainda mais evidente em regimes autoritários, nos quais os movimentos sociais são sistematicamente marginalizados por se tratar de Estados em que a livre expressão não é permitida e por muitas vezes, censurada com violência.

Parte-se assim da ideia de que o patrimônio não é algo estático, e sim uma construção social que é influenciada por momentos e períodos históricos em que está inserida e é constituída. Muitos estudos dos anos 1990 e 2000 centram a análise do patrimônio a partir de uma atribuição de valor econômico, principalmente turístico e da indústria patrimonial e, ainda

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação e História da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de História e Culturas Políticas. Email: cpsoares@ufmg.br





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



que separar econômico e político seja uma tarefa complexa, a patrimonialização precisa ser lida dentro de seu contexto político de produção (VAN GEERT; ROIGÉ, 2016).

A prática política permeia todo o processo de patrimonialização desde a criação de dispositivos legais, seus efeitos e a circulação do imaginário criado por ele. “De tal forma, os usos políticos do passado podem ser considerados como unidades de análises que permitem adentrar nos conflitos sociais, nas manipulações políticas e ideológicas, assim como na formação de projetos identitários” (VAN GEERT; ROIGÉ, 2016:13).

Van Geert e Roigé (2016) ainda classificam seis principais linhas de uso político do patrimônio, das quais focaremos em duas: o uso do patrimônio pelo Estado-nação na construção das narrativas nacionais – o uso dessa construção para defesa e legitimação do poder do Estado –; e o uso do patrimônio nos discursos internacionais.

Canclini (2019) pontua que o tradicionalismo pode ser usado para enfrentar as contradições contemporâneas, tendo assim no uso do passado um modo de distrair a população do presente com problemas de diversas naturezas socioeconômicas. Assim, a comemoração, bem como a valorização do patrimônio passam a ser uma prática compensatória para os regimes autoritários em que os grupos hegemônicos pretendem

espiritualizar a produção e o consumo da cultura, ao desligá-la do social e do econômico, ao eliminar toda a experimentação e reduzir a vida simbólica da sociedade à ritualização de uma ordem nacional ou cósmica afirmada dogmaticamente, é, no fundo, neutralizar a instabilidade do social (CANCLINI, 2019, 168).

458

Segundo Candau (2019), existe um interesse em ressignificar mais do que destruir – tendo exemplos ao longo da história que provam que a destruição pode ter efeito contrário – bem como em construir uma história unânime, ocultando feridas da memória que seriam consideradas como perigosas para a identidade nacional ou regional.

Assim, a dialética entre memória e esquecimento aparece intrínseca ao uso político do patrimônio e à construção de uma narrativa idealizada. Ricoeur (2007) coloca a memória artificial como parte das características dos Estados autoritários, que abarca a memória manipulada e divulgada pelos grupos hegemônicos no poder. O autor ainda destaca que para a dominação de uma sociedade, não se utiliza apenas coerção física: é necessário um discurso retórico alinhado a sua ideologia que transforme sua empreitada em algo magnético e intimidador. Reforça, ainda, que

uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. (...) História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. A memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração (RICOEUR, 2007, 98).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Assim, estabelece-se uma conexão entre o uso do patrimônio na construção da memória ensinada (que é parte da materialização da memória) e sua integração a ritos e comemorações cívicos, que celebram uma narrativa de defesa do grupo à frente do poder. É importante, ainda, destacar a importância que passa a ter a política cultural – na qual está inserida a organização da preservação do patrimônio cultural – na América Latina a partir da segunda metade do século XX, em conexão com trabalhos desenvolvidos pela UNESCO, que focavam na atuação governamental na área cultural – legislação, aspectos técnicos e artísticos (VILAÇA; SCHEMIEDECKE; GARCIA, 2023).

No caso da ditadura militar brasileira, ocorrida entre 1964 e 1985, as políticas culturais governamentais não ocuparam uma posição de destaque na maior parte das discussões, que permaneceram centradas em questões de segurança e econômicas, principalmente dos primeiros anos do governo. Faremos uma análise do Plano Nacional de Cultura (PNC), de 1975, com conexões para o contexto em que foi produzido, e com enfoque nas questões ligadas ao patrimônio cultural.

O PNC foi um divisor de águas para as políticas culturais durante o regime militar brasileiro, inclusive para o patrimônio cultural.

459

Foi uma tentativa de concretizar uma política pública de cultura, cuja necessidade principal era superar problemas econômicos e a crescente insatisfação da sociedade civil, reflexo da crise do “milagre econômico” que contava com uma intensa e sistemática propaganda política.(...) podemos inferir que o Estado tem a preocupação de anunciar todo o mecanismo legal no qual sustenta as suas ideias e ações, forma encontrada para obter o reconhecimento da sociedade civil e conquistar a sua hegemonia, tentando, dessa forma, se desvincular da imagem negativa de ditadura (AZEVEDO, 2016,319-325).

Essa reflexão coloca em pauta a ideia da cultura, aplicada ao uso do patrimônio, como um “distrativo” para as falhas sociais e econômicas impostas pelo regime, sendo o PNC entendido como uma mudança na estratégia usada anteriormente.

Ainda que aprovado em 1975, desde o início dos anos 1970 há uma discussão para que se concretize esse documento com as diretrizes, tendo inclusive alguns órgãos e programas sido consolidados antes da finalização do PNC, como o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), de 1973. Houve, ainda, uma tentativa anterior de texto, que foi engavetado por pressões e disputas internas no Ministério da Educação e Cultura, que fora elaborado por Afonso Arinos de Melo Franco, então conselheiro do Iphan (SANTOS, 2019).

O papel dos intelectuais para a manutenção e desenvolvimento das políticas públicas culturais também é necessário para a reflexão sobre o período. Esse processo revela a chamada “zona cinzenta”, formada por intelectuais que, mesmo diante de um regime autoritário, foram cooptados, silenciados ou colaboraram ativamente (SANTOS, 2021).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O Plano Nacional de Cultura faz parte de uma tríade de documentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que abarca todas suas áreas de atuação, incluindo a Política Nacional Integrada da Educação e a Política Nacional de Educação Física e Desportos. A estrutura do documento – Introdução, Política: concepção básica, Cultura brasileira, Fundamentos, Diretrizes, Objetivos, Componentes básicos, Ideias e Programas – apresenta de modo pragmático o que se consolida como cultura, como atuar, qual o sentido da implementação do plano e como colocá-lo em prática.

Na apresentação, escrita pelo então Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, demarca-se que o documento aprovado “encerra a concepção básica do que entendemos por política de cultura; procura definir e situar, no tempo e no espaço, a cultura brasileira; explicita os fundamentos legais da ação do governo, no campo cultural; traça as diretrizes que nortearão o trabalho do MEC; detalha os objetivos e os componentes básicos da Política Nacional de Cultura; exprime ideias e programas; revela as formas de ação.” (BRASIL, 1975, 5).

Para o governo que instituiu o projeto, se precisava incentivar a criatividade e cultura nacional, a qual seria resultado da miscigenação da tríade de formação da nação brasileira: indígenas, negros e europeus, e define, também, o que é cultura brasileira como “àquela criada, ou resultante da aculturação, partilhada e difundida pela comunidade nacional.” (BRASIL, 1975, 18). O texto deixa claro o papel delimitador do Estado sobre o que é cultura, quando afirma que

Nesse rumo de concepções e na conformidade de nossa vocação democrática, a Política Nacional de Cultura entrelaça-se, como área de recobrimento, com as políticas de segurança e de desenvolvimento; significa, substancialmente, a presença do Estado como elemento de apoio e estímulo à integração do desenvolvimento cultural dentro do processo global de desenvolvimento brasileiro (BRASIL, 1975, 30).

Ao longo de seu texto, o PNC define o que é política da cultura como a que “objetiva prioritariamente contribuir para fornecer as condições necessárias ao desenvolvimento da atividade criadora do homem.” (BRASIL, 1975, 12).

Em diversos momentos do Plano, há uma preocupação com a cultura de massa que “vem de fora” disseminada pelos veículos de comunicação, e que não é entendida como cultura, e sim como uma ameaça e distorção da cultura nacional. Aqui, nota-se a intenção de incentivar o que o regime entendia como cultura e há no documento exemplos do que seria essa cultura nacional, ou seja, há uma delimitação de que cultura seria incentivada, inclusive com a divulgação e incentivo ao consumo feito pelo Estado.

Pelo aspecto legal, do tópico Fundamentos, é ressaltada a preocupação do então presidente com a questão cultural:

Constitui meta prioritária do Governo promover a defesa e a constante valorização da cultura nacional. Neste sentido pronunciou-se o Presidente





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Ernesto Geisel, ao assinalar que o desenvolvimento brasileiro não é apenas económico; é sobretudo social, e dentro desse desenvolvimento social há um lugar de destaque para a cultura (BRASIL, 1975, 20).

O património histórico aparece entre as oito diretrizes constituídas para o PNC, descrita como

a proteção, a salvaguarda e a valorização do património histórico e artístico e ainda dos elementos tradicionais geralmente traduzidos em manifestações folclóricas e de artes populares, características de nossa personalidade cultural, expressando o próprio sentimento da nacionalidade. (BRASIL, 1975, 24).

Ainda que associada ao folclore, a valorização do património cultural imaterial aparece pela primeira vez vinculada a elementos tradicionais e sentimentos de nacionalidade. A aproximação do Instituto de Património Histórico e Artístico Nacional, a Fundação Pró-memória e ao Centro Nacional de Referência Cultural, que ficam sobre a gerência de Aloísio Magalhães, a partir de 1979 é reflexo dessa articulação entre folclore e património material, com o intuito de popularizar o património cultural. Esse movimento de popularização é bem-visto pelo regime que buscava uma maior aprovação dos cidadãos, que passariam a se sentir representados por outras preservações e manifestações culturais além do já consolidado tombamento, além de ser reflexo da necessidade de legitimação da hegemonia do poder dos militares que, após o “milagre económico”, acontecido no final dos anos 1960, passava por uma crise de legitimidade social e política novamente, no início dos anos 1970. Quanto a seção dos Objetivos, o património cultural aparece como ter “por meta conservar o acervo constituído e manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira” (BRASIL, 1975, 25). Ainda nesta seção, chama a atenção a determinação da “preservação de determinados valores sociais, e suas projeções culturais, não é algo que esteja ancorado no passado” (BRASIL, 1975, 25), trazendo o Estado como o definidor dos valores sociais e projeções culturais para a preservação. Ademais, o tópico fala sobre a relevância do património nos processos de urbanização dos crescimentos das áreas metropolitanas. Em Ideias e Programas e Formas de Ação, são apresentados modos de como colocar em prática as diretrizes propostas pelo PNC, incluindo possíveis parceiros como as Universidades. No que tange o Patrimônio material, uma das principais políticas para execução do Plano Nacional de Cultura aconteceu antes de sua consolidação – o PNC era discutido desde os anos 1970. O Programa Cidades Históricas, organizado a partir do final de 1972 como ação de dois Ministérios, do Planejamento e da Educação e Cultura, para a realização de projetos de restauração de monumentos tombados nas cidades históricas do Nordeste, traz reflexos do PNC, somado com o Encontro dos Governadores que ocorreu entre 1970 e 1972, onde se discutiu a “reorganização do aparato estatal na criação de um sistema nacional de património cultural envolvendo a União, os estados e municípios, e entidades públicas e privadas, como as universidades.” (NASCIMENTO; MARINS, 2016).

461



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Assim, estabelece-se uma conexão entre o uso do patrimônio na construção da memória ensinada e sua integração a ritos e comemorações cívicas, que celebram a narrativa do grupo dominante. Esse uso do passado pode servir para desviar a atenção das contradições contemporâneas e problemas socioeconômicos. Dessa forma, a comemoração e a valorização do patrimônio tornam-se práticas compensatórias em regimes autoritários. O Plano Nacional de Cultura é um documento, produto e reflexo do tempo em que foi produzido que permite rastrear alguns desses usos que na prática se tornam outros programas e disputas de agentes em torno da preservação do patrimônio cultural nacional.

Referências

AZEVEDO, S. C. S. Ditadura Militar Brasileira e Política Nacional de Cultura (P NC): algumas reflexões acerca das políticas culturais. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 4, p. 317-339, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2019.

CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: CRIADO, E. A. Patrimonio Etnológico: nuevas perspectivas de estudio. *Consejo de cultura*, Junta de Andalucía, 1999, p. 16-33.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019.

NASCIMENTO, F. B.; MARINS, PCG. O PCH, Programa de Cidades Históricas: um balanço após 40 anos. *Anais do Museu Paulista*, v.24. n.1. p. 11-14. jan.- abr. 2016.

POLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOUER, P. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

SANTOS, J. S.. Os usos das instituições culturais na ditadura civil-militar brasileira: As políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional como instrumentos de fortalecimento estatal. *Sures*, v. 1, p. 62-69, 2019.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SANTOS, J.S. *São Miguel das Missões na gestão Aloísio Magalhães: Políticas de memória e de gestão do património no Brasil (1979-1982)*. Dissertação de Mestrado. Rio Grande do Sul: PUCRS – História, 2021.

VAN GEERT, F; ROIGÉ, X. (orgs.) *Usos políticos del patrimonio cultural*. Barcelona: Ed. Universitat di Barcelona, 2016.

VILAÇA, M.; SCHMIEDECKE, N.A; GARCIA, T. C. Introdução: Por Falar em Política Cultural. In: VILAÇA, M.; SCHMIEDECKE, N.A.; GARCIA, T. C. (Orgs.). *Políticas culturais na América Latina: entre conflitos e negociações*. São Paulo: Ed. Unifesp, 2023. p. 9-30.

463



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O PERÍODO DO DEFESO E A PRODUÇÃO ARTESANAL NO CONTEXTO DO SEGURO-DESEMPREGO, AS CATEGORIAS DA PESCA E A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVAS PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Maria Eduarda Brown Braga de Carvalho¹

Manuela Chagas Manhães²

Giovanna Henrique Gonçalves do Nascimento³

Introdução

Esta pesquisa é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA. O presente estudo analisa o contexto que permeia o seguro-defeso a partir dos resultados do Censo Pescarte 2023, realizado nos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio, localizados no Estado do Rio de Janeiro.

O estudo busca compreender as conexões entre o recebimento do benefício conhecido como Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) e a atuação dos pescadores durante o período de defeso, com ênfase nas categorias da pesca, nas práticas produtivas alternativas e na organização comunitária.

O seguro-defeso, como extensão do seguro-desemprego, constitui uma política pública que objetiva assegurar a subsistência de pescadores artesanais durante os períodos em que a atividade pesqueira é paralisada para proteção das espécies. A contraprestação consiste no pagamento de um salário mínimo mensal ao pescador, enquanto este se encontra impedido de exercer sua atividade (FRANCO, 2023). Contudo, os dados do Censo evidenciam que muitos desses trabalhadores desenvolvem atividades paralelas, como a produção de artesanatos, biojóias e o beneficiamento do pescado, como formas de complementação de renda e resistência cultural.

Analisa-se, portanto, à luz dos dados levantados, de que forma essas práticas produtivas alternativas se articulam com os conceitos de sustentabilidade, preservação cultural e compartilhamento de saberes tradicionais nas comunidades pesqueiras. A pesquisa também destaca a relevância da organização comunitária como estratégia para geração de trabalho e renda, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social e econômica.

Objetivos gerais

¹ Graduanda, UNESA, madubragaster@gmail.com

² Pós-Doutora, UENF, manuchagasmanhaes@gmail.com

³ Graduanda, UNESA, giovanna.hgn@gmail.com





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A presente pesquisa tem como um dos objetivos realizar uma análise detalhada sobre o papel do seguro-defeso no contexto da pesca artesanal, com ênfase nas dinâmicas sociais e econômicas que se desenvolvem durante o período de paralisação da atividade pesqueira nas comunidades localizadas nos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro.

O estudo busca, assim, investigar de que maneira os pescadores artesanais constroem alternativas de trabalho e renda durante o defeso, ao se destacar as práticas como a produção de artesanatos, biojóias e beneficiamento do pescado. Esses elementos são analisados sob a ótica da sustentabilidade, da valorização dos saberes tradicionais e da preservação cultural das comunidades pesqueiras.

Adicionalmente, a pesquisa almeja oferecer uma visão abrangente sobre a importância da organização comunitária como ferramenta de fortalecimento social, geração de renda e autonomia econômica, ao contribuir, por consequência, para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis à realidade dos povos e comunidades tradicionais.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa, com o objetivo de oferecer uma compreensão ampla e integrada sobre o contexto do seguro-defeso e as práticas produtivas desenvolvidas durante esse período nas comunidades pesqueiras.

A etapa quantitativa teve como base os dados coletados pelo Censo Pescarte 2023, realizado nos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro. A análise buscou identificar o percentual de pescadores que recebem o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) e o número daqueles que, durante o período de defeso, desenvolvem atividades complementares, como a produção de artesanatos, biojóias e o beneficiamento do pescado.

Adicionalmente, a etapa qualitativa consistiu em uma revisão bibliográfica sobre o seguro-defeso, as categorias da pesca e a organização comunitária no contexto das comunidades tradicionais. Essa análise teórica permitiu aprofundar a compreensão sobre as práticas produtivas alternativas e suas relações com os saberes tradicionais, a sustentabilidade econômica e a preservação cultural.

Resultados

A produção mundial de pescado tem apresentado crescimento significativo, alcançando 214 milhões de toneladas em 2020, segundo a FAO (2022). Esse aumento, no entanto, também resulta na geração de grandes volumes de resíduos provenientes do processamento do pescado, muitos dos quais são descartados de forma inadequada, contribuindo para a poluição de ecossistemas aquáticos e terrestres.

465



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Nesse contexto, a reutilização desses resíduos na produção artesanal emerge como uma alternativa viável e sustentável para comunidades pesqueiras. Escamas de peixe, por exemplo, podem ser utilizadas na confecção de bijuterias e itens decorativos, enquanto a pele do peixe pode ser transformada em couro para a fabricação de bolsas e sapatos.

Essas práticas não apenas reduzem o impacto ambiental, mas também promovem novas oportunidades de renda para pescadores e suas famílias, principalmente os enquadrados na categoria de pesca de subsistência. Conforme preceitua Miranda, Marques e Soares (2021), acerca das subdivisões das categorias de pesca,

“[...] Assim a pesca foi classificada em duas grandes categorias: comercial e não comercial. Dentro da categoria de pesca comercial estão presentes a pesca artesanal e a pesca industrial. E dentro da categoria de pesca não comercial estão a pesca científica, amadora e de subsistência. A pesca artesanal e a industrial são assim definidas pela Lei de Pesca [...]” (MIRANDA; MARQUES e SOARES, 2021, p. 19)

Segundo LOPES (2022), em sua dissertação também advinda de dados do PEA PESCARTÉ, apreende-se informações cruciais da importância da confecção de artesanatos a partir dos recursos naturais existentes, ao destacar, à título exemplificativo, a produção de biojóias com escama e couro de peixe:

“[...] O caráter de contextualização que esse tipo de educação proporciona se faz presente, a saber, nos cursos de artesanato realizados pelas entrevistadas, a partir dos quais colocam em prática a confecção de artesanatos de acordo com os recursos naturais existentes em cada região estudada, como as biojóias com escama e o couro do peixe. Este fator, além de toda a inserção cultural e geração de renda, possibilita a utilização do pescado por inteiro. [...]” (LOPES, 2022)

Os dados do censo realizado nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio revelam um panorama importante sobre a pesca artesanal e o aproveitamento de resíduos. Apenas uma pequena parcela dos pescadores entrevistados (seiscentos e um participantes no total) recebe o seguro-defeso: 14,8% em Armação dos Búzios, 12,3% em Arraial do Cabo e 20,3% em Cabo Frio.

Dentro da porcentagem que aufer o benefício, muitos possuem como renda extra nesse período, a produção de atividades alternativas como forma de continuidade de funções ligadas à pesca artesanal. No censo, 42% dos entrevistados em Armação dos Búzios, 22,2% em Arraial do Cabo e 35,3% em Cabo Frio declararam exercer alguma outra atividade relacionada à pesca durante o defeso.

Dentre as ocupações mencionadas, destaca-se um número de artesãos, que utilizam produtos derivados do pescado para produção artesanal. Em Armação dos Búzios, por exemplo, 3,8% dos trabalhadores que se dedicam a atividades durante o defeso são artesãos. Em Arraial do Cabo, essa parcela sobe para 8%, e em Cabo Frio, ainda que menor, representa 0,9%.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Outro ponto relevante é que a maioria desses trabalhadores desenvolve suas atividades na própria localidade: 86,8% em Armação dos Búzios, 74,1% em Arraial do Cabo e 84% em Cabo Frio. Isso reforça o papel das cadeias produtivas locais na sustentação dessas comunidades e aponta para a importância de políticas públicas que incentivem a economia artesanal e o reaproveitamento de resíduos pesqueiros.

O uso de materiais descartados da pesca na produção artesanal se apresenta, portanto, como uma estratégia eficaz tanto para a geração de renda quanto para a preservação ambiental.

Segundo Freitas, Santana e Silva (2024), a utilização de resíduos oriundos da pesca e da aquicultura tem se mostrado uma alternativa promissora para conciliar desenvolvimento econômico e responsabilidade ambiental. Ao invés de serem descartados, esses materiais podem ser reaproveitados na criação de coprodutos com valor agregado. As escamas de peixe, por exemplo, quando corretamente tratadas, apresentam características que as tornam adequadas para a produção artesanal, ao agregar valor ao trabalho manual, com ampliação das possibilidades de comercialização e contribuição para o fortalecimento econômico de comunidades tradicionais.

Frisa-se, como enfoque do presente trabalho, na latente importância dessa produção de artesanato para valorização de toda uma cultura, o compartilhamento de seus saberes e conservação histórica. Em atenção ao trabalho também produzido com financiamento do PESCARTÉ, elaborado por Manhães, Oliveira, Motta e Thomas (2022, p. 8),

467

“[...] Torna-se perceptível que os saberes culturais de uma comunidade e sua identidade é o cerne da continuidade de suas atividades não só como a pesca, mas também como meio de sobrevivência, como meio de recreação. Logo, é fundamental a compreensão dos processos sociais e culturais que circundam os membros da comunidade para o método de intervenção social possa levá-los ao questionamento sobre si, sobre a sociedade [...] assim, há toda uma simbologia que representa sua ancestralidade e seus modos de vida, seus saberes, sua arte, seu artesanato, sua existência e sobrevivência nas atuais [...]” (MANHÃES, *et al.*, 2022, p. 8)

No entanto, essa prática ainda é subutilizada devido à falta de conhecimento sobre técnicas de beneficiamento e de mercados consolidados para absorver esses produtos. Investimentos em capacitação, incentivos à comercialização e políticas de manejo sustentável podem fortalecer essas iniciativas e contribuir para um modelo de pesca mais responsável e economicamente viável. Dessa forma, a valorização do artesanato a partir de resíduos da pesca não apenas impulsiona a economia local, mas também fortalece a identidade cultural dessas comunidades e promove a sustentabilidade ambiental.

Conclusão

Por fim, destaca-se que o presente estudo evidencia as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que envolvem o período do defeso nas comunidades pesqueiras de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Nesse contexto, práticas produtivas alternativas como a produção de artesanato, biojóias e o beneficiamento do pescado aparecem como estratégias fundamentais para a geração de trabalho e renda durante o período de paralisação da pesca. A reutilização de resíduos pesqueiros, como escamas, couro e espinhas, se destaca como uma solução sustentável que contribui não apenas para a mitigação de impactos ambientais, mas também para o fortalecimento das economias locais e a valorização de saberes tradicionais.

Conclui-se que os dados mostram que uma parcela dos pescadores desenvolve atividades complementares durante o defeso, muitas delas ligadas à própria cadeia produtiva da pesca, como a produção artesanal. Essas práticas estão enraizadas na cultura local e reforçam a autonomia econômica das comunidades, com contribuições advindas da própria organização comunitária.

Referências

FAO. 2022. The State of World Fisheries and Aquaculture 2022. Towards Blue Transformation. Rome, FAO. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/a2090042-8cda-4f35-9881-16f6302ce757/content>. Acesso em: 04 abr. 2025.

FRANCO, Márcia Villar. Seguro-defeso. Pescador artesanal: teoria e prática com modelos de petições e estudos de casos. Curitiba: Juruá, 2023.

FREITAS, Marcelo; SANTANA, Roane; SILVA, Gilvanda. Artesanato com escamas de peixes: uma alternativa para o descarte de resíduos de pescado e agregação de renda para pescadoras de comunidades pesqueiras tradicionais. Revista Extensão E Cultura da UFRB, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 108–119, 2024. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/index.php/revistaextensao/article/view/3500>. Acesso em: 5 abr. 2025.

LOPES, Mariana Sena. Gênero, educação e pesca artesanal: conhecimentos tradicionais e trajetórias educacionais de mulheres em sete municípios do norte fluminense e das baixadas litorâneas/RJ. 2022.

MANHÃES, Manuela Chagas *et al.* Comunidades tradicionais e projeto de educação ambiental PESCARTE: pedagogia social, linguagem e temas geradores para conscientização e reconhecimento social. Cadernos do CNLF, v. XXV, n. 3, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2022.

MIRANDA, Eva Barros; MARQUES, Elineide Eugênio; SOARES, Douglas Verbicaro. A legislação brasileira sobre a pesca: repetição de padrões. Revista DI LOGUS. Cruz Alta. v, v. 10, n. 1, p. 3-24, 2021.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O ENSINO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO

Lilian Santos de Andrade¹

Oswaldo Mariotto Cerezer²

Introdução

O presente texto apresenta parte dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada "A lei tem que valer desde o portão": Saberes e Práticas Docentes - Implementação da Lei Federal nº 10.639/03 na Educação Básica", desenvolvida pelo ProfHistória Núcleo da UNEMAT. A referida lei trata da obrigatoriedade do ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira no Brasil. O objetivo da pesquisa foi analisar como a implementação dessa lei ocorreu na educação básica em Poconé (Mato Grosso, Brasil), a partir de uma escola pública e estadual da cidade, com foco nos saberes e práticas mobilizados por professores de História, Arte e Língua Portuguesa, os quais, embora trabalhem na escola escolhida como locus de pesquisa, também atuam ou atuaram em outras escolas do município.

A escola mencionada está localizada no centro da cidade e possui uma estrutura considerável, especialmente quando comparada à realidade de muitas escolas públicas do estado e do país. É a maior escola de ensino médio da cidade, com 29 turmas. A instituição conta com quadra poliesportiva coberta, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de linguagens, ciências da natureza e uma sala chamada "Sala Afro", que tem como objetivo abordar as temáticas étnico-raciais, além de abrigar o projeto "O negro na sociedade e na educação", desenvolvido pela escola desde o início dos anos 2000. No município, há apenas duas escolas de ensino médio na zona urbana, ambas públicas. A cidade se destaca por sua população predominantemente negra e pelo maior número de povos quilombolas no Estado.

469

Metodologia

Na pesquisa, utilizamos fontes orais a partir de entrevistas com professores das disciplinas de História, Artes e Literatura, áreas abordadas pela lei estudada em seu artigo terceiro e parágrafo terceiro. Além disso, empregamos fontes documentais, como leis, diretrizes e

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, PPGHIS/UFMT, com período de estágio doutoral pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, CEAUP. Professora na Secretaria de Educação Estadual de Mato Grosso, SEDUC/MT. E-mail: andradelilian51@gmail.com

² Professor do Departamento de História e do ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus de Cáceres. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: osvaldocerezer@unemat.br.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



orientações curriculares nacionais e estaduais, documentos escolares e bibliografia sobre o tema.

Optamos pela entrevista oral, seguindo os procedimentos da história oral temática, para estabelecer um diálogo com as fontes documentais (MEIHY; HOLANDA, 2007; FERREIRA, 2011). As entrevistas foram gravadas com base em um roteiro semiestruturado, transcritas na íntegra e passaram por um processo de “transcrição”, ou seja, de adequação às normas oficiais da língua portuguesa para facilitar a leitura (MEIHY; HOLANDA, 2007), sendo aprovadas pelos colaboradores. A investigação seguiu uma abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), somada à perspectiva dos estudos decoloniais (WALSH, 2005). Nossa preocupação foi compreender as múltiplas vozes e percepções dos colaboradores, evidenciando a pluralidade de ideias, representações e concepções sobre o tema estudado.

Nossas inquietações surgiram de reflexões sobre se e como tem ocorrido a decolonização dos saberes na educação básica, o que tem sido feito para combater o racismo, o preconceito e a exclusão social dos negros, visando o reconhecimento desses sujeitos historicamente marginalizados na modernidade/colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2019). Em resumo, nosso objetivo foi compreender como a história e a cultura africana e afro-brasileira estão sendo trabalhadas no município, contribuindo para o debate sobre os saberes e práticas dos professores no ensino das relações étnico-raciais na educação básica contemporânea.

470

Resultados e discussões

Diversos estudos têm sido produzidos sobre os impactos da Lei Federal nº 10.639/03 na educação básica e no ensino superior (BORGES, 2014; CEREZER, 2019; SOUZA, 2018). Essas pesquisas revelam um cenário marcado tanto por permanências quanto por rupturas. A implementação da lei ainda enfrenta inúmeras dificuldades, evidenciando a persistência do preconceito, da discriminação, de estereótipos e do silenciamento em relação à história e à cultura afro-brasileira.

No pensamento ocidental, há uma longa tradição, intensificada a partir da colonização, que retrata os povos africanos e afrodescendentes de maneira pejorativa e inferior em diversas narrativas, inclusive na historiográfica (CÉSAIRE, 1978). Essas representações negavam o reconhecimento dessas populações em suas especificidades históricas e culturais. Um exemplo marcante são as teorias raciais, que serviram como justificativa para a exploração desses povos e seus territórios, retratando-os como atrasados, preguiçosos, desprovidos de história e obstáculos à colonização e ao desenvolvimento (SCHWARCZ, 1993). Tais abordagens ainda se fazem presentes, em diferentes graus, nos manuais didáticos e na memória coletiva (OLIVA, 2003). Essas representações desumanizam os africanos e afrodescendentes, negando-lhes suas múltiplas identidades e reforçando, no ambiente escolar, a necessidade de novas leituras, abordagens e perspectivas sobre a história e a cultura desses povos.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A partir da década de 1990, observa-se uma mudança de perspectivas e uma renovação na educação básica, impulsionada pela valorização da diversidade e da pluralidade. Nesse contexto de transformação, são lançados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ambos enfatizando a importância de um ensino — especialmente o de História — que promova o conhecimento sobre os diversos povos e culturas que compõem a formação do Brasil, considerando sua complexa diversidade e especificidade.

Como resultado das pressões dos movimentos sociais, políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade foram implementadas, o que levou a um aumento na produção de materiais didáticos que abordam os “outros” sujeitos historicamente silenciados pelas narrativas hegemônicas (GOMES, 2011). Além disso, foram criadas as Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que tornaram obrigatória a inclusão da temática indígena e africana nos currículos da educação básica.

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para a educação básica, diversas pesquisas evidenciam a persistência de barreiras na construção de análises mais complexas sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira. Isso demonstra como representações cristalizadas no imaginário social não são facilmente superadas.

É nesse contexto de transformações e permanências no ensino da história e cultura africana e afro-brasileira que esta pesquisa se propõe a analisar os impactos da Lei Federal nº 10.639/03 nos saberes e práticas dos professores de História, Artes e Língua Portuguesa na cidade de Poconé. Busca-se compreender como ocorre a (des)construção dos saberes nesse espaço escolar, levantando questões essenciais, como: Quem são esses professores? Quais saberes, experiências e concepções foram apreendidos e construídos ao longo de sua trajetória docente? De que forma lidam com a questão étnico-racial no ambiente escolar? Que mudanças ocorreram na escola após a implementação da lei? Como e quais estratégias têm sido adotadas pelos professores para sua aplicação?

Essas questões orientam a investigação, contribuindo para a compreensão dos desafios e avanços na efetivação da Lei nº 10.639/03 no contexto escolar. Destacamos a relevância prática, intelectual, política e social desta pesquisa, considerando a importância dos temas relacionados à história e cultura africana e afro-brasileira, especialmente após a promulgação da lei que tornou obrigatória sua inclusão nas instituições de ensino do país. Refletir sobre os impactos dessa legislação na educação básica implica analisar os desafios enfrentados desde sua implementação, bem como as demandas políticas e sociais ainda necessárias para sua plena efetivação.

Nesse sentido, a pesquisa busca examinar as experiências de implementação da Lei nº 10.639/03, investigando aspectos como a recepção dos professores e estudantes, as possíveis transformações ou permanências nos conteúdos curriculares, nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), nas atividades escolares, nas práticas pedagógicas e nas representações construídas sobre a temática africana e afro-brasileira.

471



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A relevância do estudo também se justifica por abordar as relações étnico-raciais em um Estado multiétnico e multicultural, como o Mato Grosso. Além disso, a escola analisada está situada em um município que se destaca pela expressiva presença de comunidades quilombolas, possuindo uma população majoritariamente afrodescendente.

A Lei nº 10.639/03 evidenciou a necessidade de transformações teóricas e políticas nos cursos de formação inicial e continuada, assim como nos currículos, conteúdos, práticas e saberes dos professores, tanto no ensino superior quanto na educação básica, seja na rede pública ou privada. Nesse contexto, o conceito de decolonização torna-se central, pois remete à “constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal” (TORRES, 2019, p. 28). Enfrentar o racismo exige, portanto, uma decolonização do pensamento, das práticas e dos saberes, reconhecendo os impactos e reconfigurações históricas da colonização ao longo do tempo e do espaço.

Todo sujeito é constituído a partir de determinadas condições de possibilidade e experiências que moldam sua forma de pensar e perceber o mundo (DJAMILA, 2017; SPIVAK, 2010; FOUCAULT, 2016; BUTLER, 2015). Vivemos em um mundo permeado por representações (CHARTIER, 1990; 1991), muitas delas limitadas e fortemente marcadas por estereótipos e preconceitos sobre os povos africanos, afrodescendentes e indígenas. Além disso, todo conhecimento é produzido dentro de relações de poder e, portanto, não é neutro. Isso significa que não há uma relação direta entre discurso e realidade, tampouco uma representação privilegiada do real (FOUCAULT, 2016). Compreender essa dinâmica é essencial para desmascarar os discursos que constroem o “outro” de forma excludente e violenta, perpetuando estereótipos cristalizados no imaginário social.

Para realizar uma crítica efetiva à tradição ocidental eurocêntrica—branca, masculina, cristã e heteronormativa—é essencial que outros saberes e visões de mundo sejam incorporados ao ambiente escolar. Dessa forma, torna-se imprescindível analisar como esses saberes têm sido mobilizados e se estão sendo efetivamente trabalhados conforme propõe a Lei Federal nº 10.639/03. Esse processo envolve a problematização das violências, valores, crenças, estereótipos e discursos que influenciam a construção e o ensino dos saberes dentro das escolas. Tais reflexões são fundamentais para possibilitar a abertura a novas epistemologias e diferentes formas de ser e perceber o mundo. Como enfatiza Said (1990, p. 35), esse movimento implica “estudar outras culturas e outros povos desde uma perspectiva libertária, ou não repressiva e não manipulativa”, permitindo, assim, o reconhecimento de sujeitos historicamente marginalizados.

No entanto, a decolonização do pensamento não é uma tarefa simples. A ação docente deve estar ativamente comprometida em romper com representações violentas que recaem sobre diferentes grupos, como a população negra. Os espaços formativos, incluindo a escola, são marcados por conflitos, disputas e permanências (FONSECA, 1993). Os ideais iluministas de uma natureza humana universal foram desmistificados, pois serviram para legitimar violências históricas ao estabelecer hierarquias entre sociedades consideradas superiores e

472



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



inferiores. Contudo, esses ideais ainda persistem, de alguma forma, no imaginário social e contribuem para a reprodução de práticas racistas.

A história, nesse sentido, desempenha um papel fundamental ao questionar as versões cristalizadas do passado e ao desafiar visões excludentes de mundo que, muitas vezes, guiam nossas percepções sem que nos demos conta. Afinal, como aponta Albuquerque Júnior (2012, p. 33), “a história [...] parece ter hoje a função social de nos ensinar [...] a respeitar [...] a diferença, que é a condição exata do mundo em que vivemos”.

Para essa pesquisa entrevistamos cinco professores. Sendo dois professores de História, denominados de Professor I e II, respectivamente; duas professoras de Língua Portuguesa, denominamos de Professora III e IV, respectivamente e a professora de Artes chamada de Professora V. Todos têm em comum o trabalho na escola estadual escolhida como locus de pesquisa, mas trabalham ou já trabalharam em outras escolas do município de Poconé.

Como parte do esforço de compreensão da implementação da Lei Federal nº 10.639/03 e suas Diretrizes na educação básica na cidade de Poconé, analisaremos nesse tópico o que cada professor disse sobre: 1) sua opinião a respeito da lei e da obrigatoriedade do estudo das temáticas africana e afro-brasileira na educação básica e se considera importante que existam estudos sobre questões étnico-raciais no Brasil e 2) se considera que o seu pertencimento étnico-racial influencia na sua prática com as temáticas de história e cultura africana e afro-brasileira. Essas questões nos dizem um pouco da relação dos professores com as temáticas estudadas, mas também sobre seus saberes, compreensões, imaginário social e práticas.

Entendemos os professores como agentes ativos na produção de saberes, e não meros executores de conhecimentos externos ao ambiente escolar. Os saberes constantemente mobilizados e construídos por eles—assim como por outros sujeitos—não estão dissociados de suas experiências de vida, crenças, concepções e formações, sejam estas formais ou não formais. Nesse sentido, torna-se essencial analisar tanto as semelhanças quanto as especificidades presentes em cada narrativa. O conhecimento docente, conforme destaca Tardif (2011, p. 15), é “o saber dos atores individuais que o possuem e o incorporam à sua prática profissional para a ela adaptá-lo e para transformá-lo [...] ligado a uma situação de trabalho com os outros [...] situado num espaço de trabalho [...] e numa sociedade.” Diante disso, consideramos fundamental examinar não apenas os saberes e práticas mobilizados e produzidos pelos professores, mas também os processos por meio dos quais eles são construídos (MONTEIRO, 2007).

Nosso objetivo é desenvolver uma compreensão da realidade escolar em diálogo com os professores colaboradores, evitando falar sobre ou por eles, pois são “sujeitos de seu pensar e fazer” (PAIM, 2012), detentores de voz—mesmo que, muitas vezes, esta não seja devidamente ouvida ou compreendida. Buscamos, assim, “sair da forma prevaiente de olhar para a escola, procurando o que ela não é, ou seja, o que deveriam ser a escola, os professores, os alunos, os funcionários, deixando de lado o que efetivamente são” (PAIM, 2012, p. 121). Partindo dessa perspectiva, analisemos, então, os relatos dos professores.

473





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Ao responder às questões mencionadas anteriormente, o Professor II destacou a relevância de suas experiências de vida e dos saberes adquiridos na construção de sua identidade e atuação na luta antirracista. Ele se percebe como alguém combativo, pois detém um conhecimento que é negado à maioria da população negra. Além disso, ressaltou que a lei enfrenta ataques no Brasil contemporâneo, enfatizando que sua aprovação representou uma conquista fundamental, embora tenha encontrado – e ainda encontre – forte resistência por parte de setores conservadores que buscam manter o *status quo*. Essa perspectiva também se faz presente na narrativa do Professor I.

A narrativa do Professor II chama atenção para a importância da lei quando pontua que “*em prática com as condições necessárias de recurso financeiro para as escolas de estrutura e de formação ela vai nos ajudar a tirar milhões de jovens negros da periferia, da pobreza e da violência*”. Dessa forma, ele compreende que é por meio do conhecimento sobre si e sobre o mundo que negros(as) e brancos(as) podem se engajar na construção de uma sociedade mais justa. Por isso, considera fundamental a luta pela implementação da lei, especialmente no contexto atual, ressaltando que “*com a atual administração no Brasil a tentativa é de rasgá-la, do ponto de vista do congresso*”.

As percepções dos Professores I e II também se refletem nas narrativas das Professoras III e IV. Esta última, inclusive, destaca a importância da obrigatoriedade da lei, pois, caso contrário, uma parte significativa da nossa história seria esquecida. A criação da lei surge justamente da necessidade de reconhecer que a história ensinada até então negligenciava ou subalternizava a história e a cultura dos negros no Brasil e no mundo.

474

Acredito que não precisaria de uma lei para as pessoas saberem que todos são iguais perante a lei, perante Deus e perante a sociedade. Porém ela foi necessária para as pessoas verem tudo que é feito com o racismo e a discriminação porque isso existe, nunca acabou sempre existiu. Mas foi preciso uma lei para que isso virasse obrigação, como se fosse uma obrigação quando a gente sabe que não é. Mas considero que foi muito importante para que as pessoas entendessem toda essa questão étnico-racial e para a gente ensinar para os alunos, para eles crescerem com a consciência de que eles são amparados em lei. [...] Influência porque tenho a minha experiência de vida relacionada à minha experiência teórica. Tudo que eu leio eu penso “já passei por isso”, mas antes não sabia que isso era ou chegava a ser racismo (PROFESSORA III).

No relato da Professora V, houve um maior desconforto em relação à obrigatoriedade da lei. Para ela, não deveria ser imposto o trabalho com um tema que não domina plenamente, e, justamente por se tratar de um tema importante e necessário, ela acredita que não deveria ser obrigatório. No entanto, como foi apontado por alguns dos professores colaboradores, sabemos que

a obrigatoriedade de inclusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo do sistema nacional de ensino não constitui uma imposição de cima para baixo. Ela vem carregada de anseios e aspirações. Corresponde,

³ Grifos nossos para diferenciar as falas dos entrevistados das demais referências bibliográficas.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



portanto, a necessidade social a que se cumpre responder com políticas públicas de currículo eficazes, inclusive como uma forma de resistência aos interesses de que a escola pública continue ao exclusivo serviço da parcela dominante da sociedade (COSTA, 2013, p. 94).

Na fala da Professora IV, aparece o desconforto em relação ao fato de que muitos professores ainda abordam a lei de forma superficial, apenas para “cumprir conteúdos” porque são “obrigados”, o que é apontado por diversas pesquisas (SOUZA, 2018; SILVA, 2007; GOMES, OLIVEIRA, SOUZA, 2010). Essa preocupação também foi expressa de diferentes maneiras por alguns professores colaboradores, que relataram dificuldades em trabalhar com as temáticas da lei devido ao conhecimento limitado sobre o assunto, resultado das lacunas em sua formação inicial e continuada.

Considerações finais

Ao se debruçar sobre a análise da implementação da Lei Federal nº 10.639/03 e suas Diretrizes no locus de pesquisa, chamamos atenção para algumas questões aqui apresentadas. Um ponto comum em todas as narrativas foi a concordância de que o pertencimento étnico-racial influencia as práticas dos professores com as temáticas abordadas pela lei, apesar das diferentes formas em que essa influência é percebida. Embora as barreiras, lacunas e descontinuidades, como a formação inicial e os materiais didáticos, tenham sido apontadas pelos professores, eles consideram que houve mudanças positivas desde a aprovação da lei, especialmente na escola que serviu de locus de pesquisa e nas escolas quilombolas do município, quando comparadas a outras escolas urbanas. Podemos afirmar que os percursos de implementação da lei não são lineares e, apesar das transformações ainda necessárias para a construção de uma sociedade igualitária, muitos trabalhos importantes têm sido realizados. Assim, a investigação contribui para a compreensão de que, embora as descontinuidades e as transformações ainda não sejam suficientes para atender ao que a implementação da Lei Federal nº 10.639 e o enfrentamento ao racismo exigem, muitas mudanças positivas têm ocorrido no município de Poconé (Mato Grosso, Brasil), especialmente na escola locus de pesquisa.

475

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: Qual o valor da história hoje. (orgs) GONÇALVES, Mária de A. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2012.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BORGES, Jorgeval Andrade. A vez da História da África? O ensino de história africana em escolas públicas da Bahia. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2014. 316 f.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 19 maio 2004. Disponível em: <www.mec.gov.br/cne>. Acesso em: 22/11/2023.

_____. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. 1º ed. Belo Horizonte. Autentica Editora, 2015.

CESAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
CEREZER, Osvaldo Mariotto. Ensinar História afro-brasileira e indígena no século XXI: a diversidade em debate. 1º ed. Curitiba: Appris, 2019.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados. Campinas: Unicamp, 1, 5, p. 173-191, 1991.

COSTA, Cândida Soares da. Educação para as Relações Étnico-Raciais: planejamento escolar e literatura no ensino médio. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

DJAMILA, Ribeiro. O que é lugar de fala?. Ed. Letramento. 2017.

FOCAULT, Michel. As Palavras e As Coisas. Martins Fontes -10ª Ed. 2016

FONSECA, Selva G. Caminhos da história ensinada. Campinas, SP. Papyrus, 1993.

GOMES, Nilma; OLIVEIRA, Fernanda; SOUZA, Kelly C. Diversidades étnico-raciais e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma (orgs). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2010.

476



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

FERREIRA, Marieta de M. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier Editora. 2011.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais. Cuiabá: Defanti, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: UFMG. 2010.

SAID, Edward. Orientalismo – O oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das letras, 1990.

SILVA, Petronilha Beatriz G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SOUZA, Odair de. A educação para as relações étnicorraciais no Ensino de História: memórias e experiências de professoras da Educação Básica. Dissertação (mestrado profissional), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação e Ensino de História, Florianópolis/SC, 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2011.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. (Orgs) COSTA, J.; TORRES, N.; GROSGOUEL, R. 1 ed. Belo Horizonte. Editora Autêntica
WALSH, Catherine. Interculturalidad, decolonialidad y educación. In: Primeiro seminário internacional etnoeducación, multiculturalismo y interculturalidad. Bogotá, nov/2005.

477



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



REPRESENTAÇÕES DO PODER DITATORIAL NA CULTURA LATINO-AMERICANA (ANOS 1960 E 1970)¹

Mariana Rosell²

Conforme sugeriu um texto publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, escrito por ocasião da publicação em livro do texto da peça *Papa Highbirte* em 2019³, “o tão festejado *boom* da literatura latino-americana trouxe embutido um novo subgênero de ficção, protagonizado por caudilhos corruptos e sanguinários e ex-ditadores amargando o fel da derrota e do desterro”. O mesmo texto afirma que, embora a vertente romancista seja exclusivamente ibero-americana, “dois brasileiros acabariam participando, não com romances, mas com uma peça (*Papa Highbirte*, de Oduvaldo Vianna Filho) e um filme (*Cabeças Cortadas*, de Glauber Rocha, produzido e rodado na Espanha), ambos proibidos pela censura [e] anistiados em 1979” (PAPA, 2019).

Partindo deste apontamento, acreditamos que essas obras de artistas brasileiros se inserem nesse contexto mais amplo de produção cultural e debate político, o que ajudaria a explicar o interesse de Glauber e Vianinha de criar produções que ultrapassassem as fronteiras nacionais, algo incomum em seu portfólio artístico. Sendo assim, neste trabalho buscamos compreender um dos pontos fundamentais de consonância entre a peça de Vianinha, o filme de Glauber e emblemáticos romances de ditador: a construção de personagens ditatoriais que formam um arquétipo do sujeito ditador latino-americano.

Para tanto, iniciamos uma reflexão acerca desse gênero literário, para então aprofundar a discussão por meio da análise de algumas das principais obras que se inserem nesse bojo, mesmo aquelas já sinalizadas que, apesar de não serem romances propriamente ditos, dialogam com estes por meio de sua construção narrativa.

O gênero romance de ditador

No mundo ibero-americano, há uma série de estudos que se dedicam a analisar os romances de ditador, sendo que vários deles serão tomados como referência neste trabalho. Já no Brasil, o olhar para esse tema é menos profícuo. Ainda assim, a pesquisa de Márcia Hoppe Navarro é uma fundamental referência, especialmente seu livro *Romance de um ditador: poder e História na América Latina*. No entanto, não há por aqui discussões que se preocupem com o

478

¹ Esta comunicação é um excerto da pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “Um sabor de vidro e corte”: os diálogos dissonantes construídos pela peça *Papa Highbirte* numa América Latina ditatorial (anos 1960 e 1970).

² Doutoranda (2025) e mestra (2018) em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Email: rosell.mariana@gmail.com.

³ VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Papa Highbirte*. São Paulo: Temporal Editora, 2019.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



debate teórico em torno da conceituação do gênero romance de ditador, tema central do primeiro tópico deste capítulo.

No texto já citado do jornal *O Estado de São Paulo*, destaca-se que

O “romance de ditador” de maior prestígio continua sendo, merecidamente, *El otoño del patriarca*, de Gabriel García Márquez. Publicado em 1975, seu patriarca é um milico cujo nome não sabemos, que dá as ordens e apodrece às margens do Mar das Caraíbas e simula a própria morte para aquilatar a estima que seus súditos lhe devotam – afinal muito pouca, quase nenhuma (PAPA, 2019).

Além deste livro de García Márquez, cujo início da escrita se deu no mesmo ano de *Papa Highirte*, 1968, nos debruçaremos sobre os romances *El recurso del método* (Alejo Carpentier, 1974) e *Yo el supremo* (Augusto Roa Bastos, 1974). Também é do nosso interesse refletir pontualmente sobre o filme *El recurso del método* (Miguel Littín, 1978) – uma adaptação do livro de Carpentier.

Cabe observar que os livros referidos são todos posteriores tanto à peça de Vianinha quanto ao filme de Glauber, o que poderia sugerir certo “pioneirismo” brasileiro no renascer desse importante *leitmotiv*. Talvez, isso se deva ao triste “pioneirismo” brasileiro também na infeliz experiência de um regime ditatorial militar com as características que marcaram a segunda metade do século XX, cujo golpe inicial antecedeu às experiências semelhantes em outros países latino-americanos.

É importante destacar, no entanto, que o romance de ditador

é um subgênero ou um tipo narrativo que é centrado numa ditadura (em relação ao tema, estrutura, estilo, etc.), ou na personagem do ditador, e que está normalmente relacionado com o universo literário hispano-americano e caribenho. É um tipo narrativo que vem evoluindo desde o século XIX e que foi delineando um conjunto de idiossincrasias específicas relacionadas com os regimes repressivos vividos naquela zona do mundo (BARATA, 2018).

Portanto, ao contrário do que afirmou o texto d’*O Estado de São Paulo*, esse gênero não surgiu em meados da década de 1970, tendo uma série de obras anteriores que são consideradas integrantes deste gênero literário, tais como *Facundo o civilización y barbárie* (Domingos Faustino Sarmiento, 1845), *Tirano Banderas* (Ramón del Valle-Inclán, 1926), *El señor Presidente* (Miguel Ángel Asturias, 1946), *El Gran Burundú-Burundá ha muerto* (Jorge Zalamea, 1952) e *La fiesta del chivo* (Mario Vargas Llosa, 2000), entre outros. O que podemos sim afirmar é que as décadas de 1960 e 1970 trouxeram experiências que favoreceram o ressurgimento do interesse em discutir ditadores na América Latina. Por isso, em função do distanciamento temporal, tais obras não serão de interesse neste trabalho. Também não serão consideradas obras que se inserem mais no que alguns estudiosos consideram romances de ditadura, conforme se detalha a seguir. Entre essas obras se enquadram, por exemplo, os romances *La*

479



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



sombra del candillo (Martín Luis Guzmán, 1930), *Ofício de defuntos* (Arturo Usler Pietri, 1976) e *Casa de Campo* (José Donoso, 1978).

Eduarda Barata afirma que os romances *Yo, el Supremo*, *El recurso del método* e *El otoño del patriarca* ajudam a definir esse gênero literário, indicando que “aspectos como a indefinição espacial, a solidão e o anonimato, em simultâneo com a divinização do ditador, subsistem nos três romances” (BARATA, 2018). Tais características também são identificáveis, com mais ou menos ênfase, nos ditadores personagens das obras de Vianinha e Glauber Rocha, o que favorece sua inserção neste importante diálogo cultural e político.

Ela ainda sugere uma diferenciação entre os romances de ditadura e os romances de ditador, sendo que, nos primeiros, ocorreria uma “contemplação passiva da figura do ditador” enquanto estes últimos seriam definidos “a partir da própria consciência e voz do ditador”. Os romances de ditador seriam aqueles em que os sujeitos autoritários se tornam o centro da narrativa, protagonistas e não mais personagens secundárias nos enredos desenvolvidos. Já Márcia Hoppe Navarro afirma que

Ao contrário dos romances precedentes, as obras de Carpentier, Roa Bastos e García Márquez apresentam o ditador como protagonista da narrativa, favorecendo um escrutínio detalhado, não apenas de sua ação política, mas também de sua personalidade. Assim, além do retrato de um regime ditatorial, estes livros se concentram na análise das complexas características pessoais que identificam a individualidade dos mandatários (NAVARRO, 1989, p. 14)

480

Os romances de ditadura seriam fortes até os anos 1950 enquanto os romances de ditador ganhariam força a partir de 1970, dialogando com o fato de que, especialmente a partir dos anos 1970, vários países latino-americanos passaram a experienciar concretamente regimes ditatoriais, muitos destes em que os governantes são militares e assumem um caráter personalista, o que provavelmente favoreceu o deslocamento do sujeito ditador para o protagonismo das narrativas.

É esse o ponto fundamental para a análise desenvolvida neste trabalho: o cenário político e a trajetória histórica latino-americanos favoreceram o surgimento de um gênero literário dedicado a discutir a realidade ditatorial do continente. Gênero esse, com o qual dialogam algumas produções culturais brasileiras que, ainda que oriundas de outras linguagens artísticas, denotam o pertencimento nacional a esse cenário latino-americano, tanto em aspectos culturais quanto em aspectos históricos e políticos, num projeto de denúncia das ações autoritárias e violentas que atingiram e atingem a América Latina. É a partir dessa premissa que desenvolvemos a análise que se segue.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Aproximações entre os romances de ditador ibero-americanos e a produção cultural brasileira: o arquétipo do ditador latino-americano

Muitas obras se dedicaram a narrar eventos relacionados a ditaduras e, dentre elas, se destacam aquelas que tomam o próprio ditador como protagonista, configurando assim, quando se trata de romances, uma obra inserida no gênero “romance de ditador”. No entanto, acreditamos que é possível estabelecer um diálogo entre algumas obras que não pertencem à linguagem literária e os romances de ditador e, por isso, nos dedicaremos a fazer uma análise comparada dessas obras a fim de identificar elementos que as aproximam e as afastam, seja pela natureza de linguagem artística, seja por estratégias e escolhas dos seus realizadores. Seleccionamos como objetos desta análise as seguintes obras:

- **Peça de teatro:**
 - *Papa Highirte* (Oduvaldo Vianna Filho, 1968 - Brasil);
- **Romances:**
 - *Yo el supremo* (Augusto Roa Bastos, 1974 - Paraguai);
 - *El recurso del método* (Alejo Carpentier, 1974 - Cuba);
 - *El otoño del patriarca* (Gabriel García Márquez, 1975 - Colômbia).
- **Filmes:**
 - *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967 - Brasil);
 - *Cabeças cortadas* (Glauber Rocha, 1970 - Brasil);
 - *El recurso del método* (Miguel Littín, 1978 - Chile).

481

O principal elemento de convergência entre todas essas obras é a reunião de uma série de características comuns na construção das personagens de ditadores, contribuindo para a formação de um arquétipo dos ditadores latino-americanos. Ángel Rama defende que, ao utilizar a ideia de arquétipo, é preciso lembrar que não se trata então de personagens individualizados ou específicos, mas de pessoas com elementos mais gerais, como a dimensão histórica, social e política.

A ideia central é a de que a existência e a atuação desses ditadores não pode ser explicada exclusivamente pela chave biográfica, como se seu governo se mantivesse apenas pela sede de poder individual. Rama defende que

solo puede intentarse [comprenderlos] recolocándolos en sus propias sociedades, vistas con lucidez y comprensión, en las coordenadas del poder verdadero que establece la dependencia de los centros extranjeros, en el nivel de desarrollo de sus economías y en la constitución de la estructura social que ello inspira. [...] Más que un hombre es entonces una sociedad entera la que en él funciona, o las demandas verdaderas aunque soterradas de una cultura (RAMA, 1976, pp. 11-12).

Sendo assim, analisar as personagens dos ditadores é também analisar a sociedade, as relações socioeconômicas e os jogos de poder político que os produziram.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Em seu artigo, Francisca Noguerol Jiménez identifica características que formam certo arquétipo do ditador latino-americano e, por isso, a análise feita por ela nos orienta na primeira etapa na identificação das características desse arquétipo. Ela afirma esse arquétipo do ditador latino-americano estaria composto por um conjunto de características das quais concordamos com umas e discordando de outras.

A primeira delas é o **messianismo** na atitude dos ditadores de se considerarem tão importantes que, muitas vezes, chegam a colocar-se par a par com deus, seja em função do poder que exercem (ou pensam exercer) ou do amor do povo do qual imaginam ser destinatários. Essa característica é muito forte, já que, em vários momentos, esses ditadores se colocam como a única salvação da nação e de sua gente, com a qual nem sempre se preocupam de fato. Em *Papa Higbirte* o elemento messiânico é muito presente, especialmente porque o ex-ditador segue confiando que é amado pelo povo de Alhambra, algo que favorece sua crença no retorno ao poder.

Essa característica é generalizada entre as personagens de ditadores elaboradas nessa época. O Patriarca de Gabriel García Márquez confia que nunca sairá do poder porque é amado pelo seu povo, ao mesmo tempo em que busca uma série de estratégias para verificar esse amor e garantir sua manutenção no poder. Em determinado momento, o ditador ignora o conselho de um general de confiança: “tenha cuidado general, a pátria precisa do senhor, mas ele replicava entre sonhos não se preocupe, coronel, esta gente me ama” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2014, pp. 19-20).

A característica do messianismo é complementada pelo **patriotismo salvacionista**, uma vez que o ditador se considera o grande salvador da pátria. Essa característica se constrói porque o ditador crê que somente “él está capacitado para tomar decisiones, por insignificantes que estas sean.” (JIMÉNEZ, 1992, p. 94). A autora toma como exemplo o protagonista de *Yo el supremo*, de Augusto Roa Bastos, citando o que Doutor Francia teria dito acerca de seu povo e seu papel enquanto governante:

Todo esto por hallarme en un país de pura gente idiota, donde el Gobierno no tiene a quien volver los ojos, siendo preciso que yo lo haga, lo industrie, y lo amaestre, todo por sacar al Paraguay de la infelicidad y abatimiento en que ha estado sumido por tres siglos (Julio César Chaves *apud* JIMÉNEZ, 1992, p. 94).

Marcia Hoppe Navarro concorda com essa observação, defendendo que, apesar de estar bem-intencionado, o Supremo trata seu povo de forma paternalista. A proteção que destina ao seu povo revela a visão de Doutor Francia, baseada na crença de que o povo paraguaio é incapaz de se proteger sozinho e de que apenas ele, o Supremo, pode cumprir essa função. Para tratar da **megalomania**, Francisca Jiménez recupera as figuras de *El Supremísimo* (1981), de Luiz Ricardo Alonso, e Rafael Trujillo, ditador da República Dominicana entre os anos de 1931 e 1961. Enquanto a personagem fictícia afirma que Napoleão Bonaparte teria inveja dele, o ditador real atribuiu a si mesmo uma série de títulos que sugerem sua superioridade e sua “grandeza”, tais como o “Generalíssimo. Ele também construiu milhares de bustos seus,



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



espalhando pelas cidades a fim de monumentalizar sua existência, prática similar à adotada pelo Primeiro Magistrado de Carpentier.

Jiménez aborda a característica da **tanatofilia**, que consistiria na “atracción que siente el tirano iberoamericano hacia la muerte como más efectivo instrumento de poder, atracción que se hace aún más patente al leer el rosario de monstruosidades practicadas por los dictadores reales” (JIMÉNEZ, 1992, p. 95). Aqui nos cabe uma reflexão para destacar que discordamos da autora espanhola, já que nem todos as personagens de ditador estão conectados com essa pulsão de morte, pelo menos de modo explícito. Se alguns ditadores de fato se adequam a essa característica, como o Patriarca de Gabo e o Primeiro Magistrado, que se deleitam com os massacres que ordenam, nem todos se encaixam nesse perfil.

A **misanthropia** é outra característica indicada por Francisca Jiménez da qual discordamos. Para ela, “el desprecio generalizado hacia quienes le rodean lleva al déspota a ser un individuo eminentemente solitario” (JIMÉNEZ, 1992, p. 96). Não negamos o isolamento desses ditadores, que, mesmo quando cercados de pessoas, têm uma grande dimensão de solidão. No entanto, acreditamos que o motivo desse isolamento não advém propriamente de um desprezo pelo ser humano, mas sim, das próprias dinâmicas do poder. A solidão é uma importante marca desses ditadores latino-americanos, revelando que, na busca pelo poder, eles se afastam da possibilidade de desenvolver relações afetivas.

Em seu livro, Navarro afirma que

É pela persistente correspondência entre o isolamento social e individual dos ditadores e as estruturas de poder a eles inerentes, que talvez se possa afirmar conclusivamente que esta inquietante associação pode ser estendida a todos os detentores do poder. Na medida em que sua dominação se torna mais efetiva e tangível, aumenta, na mesma proporção, o grau de solidão em que involuntariamente mergulham. Assim, é lógico deduzir que o inevitável isolamento que os cerca pode ser encarado como o preço a ser pago em troca da imensa concentração de poder (NAVARRO, 1989, p. 55).

Ela também defende que “na medida em que o ser humano busca incansavelmente um poder que idealmente não pode ser contra-arrestado, aprofunda gradativamente sua solidão, ou abstrai-se socialmente, o que o torna incapaz de cultivar relações culturalmente compartilhadas com o restante da sociedade” (NAVARRO, 1989, p. 62). Ou seja, esses ditadores são incapazes de amar as pessoas que o cercam, por isso também estão fadados a uma verdadeira solidão do poder. Castellanos e Martínez concordam, afirmando que “obrigado ao isolamento pela mecânica de seu ofício, o ditador é uma criatura condenada à solidão” (CATELLANOS; MARTÍNEZ, 1982, p. 169).

Se discordamos de Francisca Jiménez no que tange às razões que provocam a solidão desses ditadores, temos total concordância quanto à adoção de uma **retórica vazia** por parte de todos os ditadores. Ela toma como exemplo uma fala do Primeiro Magistrado de Carpentier, que aqui citamos da edição brasileira:



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Calados os vivos, o Presidente, partindo em tempo lento, marcando as pausas, como era seu costume, começou a pronunciar um discurso bem articulado, sonoro em seu diapasão atenuado, preciso em suas intenções, ainda que excessivamente adornado – essa era a opinião de muitos – de expressões tais como “transcendente”, “mirabolante”, “rocambolês”, “erístico”, “apodático”, antes que, em tom mais alto, numa deslumbrante mobilização de focas caudinas, espadas de Dâmoles, passagens do Rubicão, trombetas de Jericó, Ciranos, Tartarins e Clavidenhos, misturados a altivas palmeiras, solitários condores e onocrotalos alcatrazes, começasse a increpar os “híbridos do nepotismo”, os “miméticos demagogos”, os “aventureiros de alfenim”... (CARPENTIER, 1985, p. 45).

Algo similar orienta a visão de mundo (ou de si) de Papa Highirte, que afirma: “...eu sou visado, todo estadista é visado, não se lembra de Lincoln, de Ghandi, de Júlio César? Não posso receber ninguém assim sou um estadista...” (VIANNA FILHO, 2019, p. 28). Equiparando-se a alguns dos maiores nomes da história da política, ele evidencia seus delírios de grandeza.

Outra característica presente na construção deste arquétipo do ditador latino-americano é o **fomento ao mito**. Ela o define como “uno de los rasgos emblemáticos de la figura del tirano” (JIMÉNEZ, 1992, p. 98). Concordamos, uma vez que a preocupação em se transformar em mito e construir e preservar determinada memória de si e de seus governos são constantes nesses sujeitos. Ela toma como exemplo as ações do Doutor Francia, destacando as ações do ditador que criou uma série de escolas primárias e utilizou esses espaços para ensinar as crianças – e, portanto, o futuro – determinada narrativa acerca do Supremo Ditador.

O Primeiro Magistrado realiza grandes obras que visam reproduzir monumentos europeus, revelando seus delírios de grandeza, já que a grandiosidade dessas obras e monumentos não condizem com a pequenez de seu poder e, portanto, monumentalizam um poder que não existe de fato.

No Patriarca de García Márquez são inúmeras as práticas do ditador com fins de monumentalização de si, como, o fato de que ele também contrata vários historiadores para escrever a história oficial de seu país, de si, de seu governo, mostrando que ele deseja controlar o passado, o presente e o futuro.

O **nepotismo** é exemplificado por Jiménez tanto por práticas de ditadores reais, como Rafael Trujillo, que empregou seus dez irmãos em cargos públicos, como em ditadores personagens, destacando-se, entre outros, o Primeiro Magistrado e o Patriarca de Gabo. O primeiro empregava os filhos em cargos elevados e o segundo colocou-se acima da própria Igreja Católica canonizando sua mãe por decreto. Apesar dos casos citados, não consideramos o nepotismo como um elemento basilar do arquétipo do ditador latino-americano, já que ela não está presente na maior parte das personagens de ditadores estudados.

484



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O **liberticídio** é uma prática presente nas ações dos ditadores reais e fictícios da América Latina, mas faz-se presente em qualquer regime autoritário, em qualquer lugar do mundo a qualquer tempo, e os mecanismos para tanto são muitos. Deste modo, ainda que ele esteja presente na prática dos ditadores estudados, ela não é peculiar ao arquétipo do ditador latino-americano. Nas obras analisadas, esse liberticídio é sustentado por múltiplas formas de violência, sendo também uma expressão da trajetória política latino-americana, na qual Francisca Jiménez identifica forte **ingerência das oligarquias** nas decisões essenciais dos governantes, ingerência essa que, não raro, está conectada à ingerência dos interesses estrangeiros que mobilizam, inclusive, o apoio de figuras políticas e militares e das elites locais para atingir seus objetivos.

Jiménez define essa característica como o fato de que esses ditadores latino-americanos **priorizam os interesses estrangeiros em detrimento dos interesses nacionais**. Ademais, vários desses ditadores depositam em forças estrangeiras, especialmente nos Estados Unidos, as esperanças de manutenção ou recuperação de seu poder. Jiménez afirma que “si existe una figura imprescindible en las novelas del dictador desde los comienzos de nuestra centuria, esta es la del agregado militar norteamericano, que aconseja y orienta al tirano en sus campañas contra los ‘rebeldes’, consiguiendo como contrapartida grandes ventajas económicas” (JIMÉNEZ, 1992, p. 97).

São muitos os exemplos que podemos identificar nas obras analisadas, como a oferta de uma intervenção militar dos EUA para conter a revolta de Nueva Córdoba, em *El recurso del método*. Segundo Navarro, “quando os norte-americanos retiram seu apoio incondicional ao Primeiro Magistrado, este é rapidamente forçado a deixar o país” (NAVARRO, 1989, p. 110). Algo parecido ocorre com Highirte: sem o apoio dos Estados Unidos ele fica sem condição concreta de voltar ao poder ou a Alhambra.

Esse elemento também está presente na obra de Gabriel García Márquez, já que seu Patriarca chega ao poder com a proteção e apoio do comandante Kitchener e é assediado pelos embaixadores estadunidenses ao longo de seu governo, assédio esse que é coroado pelo episódio da venda do mar aos Estados Unidos. Não é à toa que essa imagem é tão referenciada nessas obras. A ação imperialista dos Estados Unidos na América Latina, existente desde o final do século XIX, vai se adensar cada vez mais, ganhando um corpo inegável a partir do início da Guerra Fria.

Ao identificar os possíveis motivos que teriam levado Carpentier a escrever seu romance, Marcia Navarro aponta, em primeiro lugar, a crescente e constante interferência dos interesses estadunidenses nas relações comerciais e econômicas dos países caribenhos (NAVARRO, 1989, p. 110). Como é notório, sabemos que essa interferência era generalizada, atingindo toda a América Latina e não apenas o Caribe. Na peça de Vianinha podemos citar, como um bom exemplo, a orientação do dramaturgo para que os cobertos – Coberto 1 e Coberto 2 – sejam interpretados pelos mesmos atores que interpretam Menandro e o Estrangeiro, explicitando a ligação das potências estrangeiras com as ditaduras militares instaladas na América Latina ao longo do século XX.

485



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Para além do que já foi apresentado acerca deste arquétipo, a partir das características sugeridas por Francisca Jiménez, nossa análise das produções culturais que compõem o *corpus* documental desta pesquisa nos permitiu identificar outros elementos que completam esse arquétipo. De certa maneira, os ditadores representados nessas obras compartilham, para além dos elementos já apresentados, as características elencadas a seguir: **1)** uma hipersexualidade que beira o grotesco; **2)** a vida em condição da solidão do poder; **3)** a condição de exilados e/ou de descartados politicamente; **4)** a relação dúbia e a maneira como veem o povo de seus países; **5)** a busca desses ditadores pela manutenção de um poder meramente pessoal; **6)** a representação humanizada de que são alvo.

É notório em muitos desses ditadores latino-americanos **costumes sexuais** narrados/representados de modo excessivo e que se expressam por meio de uma **visão do grotesco**. Esse é um elemento fundamental na construção dessas personagens, marcadas por uma sexualidade frágil e rápida, que dialoga com a caduquice pessoal e a caduquice do poder desses ditadores, configurando-se uma expressão vacilante do amor e do poder.

Exemplo significativo dessa característica é a maneira como o Patriarca de Gabo se relaciona com as suas concubinas. De acordo com a narrativa,

quando se refugiava na penumbra das concubinas, escolhia uma por impulso, sem despi-la nem despir-se, sem fechar a porta, e no interior da casa escutava-se então o seu ofego sem alma de marido apressado, o retinir anelante da esposa de ouro, seu chorinho de cachorro, o espanto da mulher que mal gastava seu tempo de amor, tentando livrar-se do olhar esquálido dos bastardos (GARCÍA MÁRQUEZ, 2014, p. 12).

486

Além disso, o Patriarca acredita que amou verdadeiramente somente duas mulheres em toda a sua vida: Manuela Sánchez e Leticia Nazareno. As demais, foram apenas amantes reificadas para lhe servirem sexualmente.

O Primeiro Magistrado também tem uma atitude sexual que beira o grotesco, assimilando-se ao Patriarca também pela atração que possuem por (ex) freiras. Ele também se distrai com literatura erótica, numa dinâmica adolescente e imatura. Logo na primeira página do romance, o ditador reflete sobre uma de suas concubinas: “Lá, sempre atenta aos meus despertares, já as teria encontrado a Maioralia Elmira, que deve estar dormindo em seu catre de campanha – ela também tem suas manias – com os seis soltos e anáguas pelas cadeiras” (CARPENTIER, 1985, p. 9). No filme homônimo dirigido por Miguel Littín em 1978, podemos observar que a representação visual do trecho descrito no romance intensifica essa expressão grotesca da sexualidade, explicitando as fantasias do ditador com uma mulher que não só está vestida de freira, mas o é em realidade.

Em *Papa Highirte* esse elemento também se manifesta por meio da relação estabelecida pelo ditador com sua amante, Graziela. Ainda que de modo mais atenuado, já que, diferentemente dos ditadores dos romances, ele possui uma única amante, o modo como ele se relaciona com ela revela também uma dinâmica de sexualidade manifestada por meio de dinâmicas



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



grotescas e, em certo ponto, degeneradas. Em conversa com Mariz, o ex-ditador diz: “Tem belas coxas a Graziela... É a *putinha* mais bem conservada que conheço a *putinha*... Um seio pequeno, a *putinha* tem um seio pequeno de donzela... Hein? Você não acha bonita a coxa de Graziela?... Hein, Mariz... hum... o rapaz tem seus orgulhos... (VIANNA FILHO, 2019: 50. Grifo nosso).

A maneira pejorativa como ele se refere à mulher que escolheu para ser sua “companheira” no exílio revela o desprezo que sente por ela, não se importando, inclusive, em “dividi-la” com Mariz. Graziela surge reificada, como um simples objeto sexual e, em dado momento, Highirte confessa saber que não é capaz de satisfazê-la e, por isso, não se importa que ela se relacione também com Mariz. A própria Graziela descreve essa relação de modo jocoso, parecendo aceitar o papel que exerce e reiterando a fragilidade da sexualidade do ditador que, defendemos, é uma alegoria da fragilidade de seu poder. Seu apetite sexual senil é uma alegoria da senilidade de seu poder e de suas ações.⁴

Concordamos com Marcia Navarro que identifica forte presença de práticas machistas como uma expressão específica da violência desses ditadores, pois, os seus hábitos sexuais manifestam não só uma degeneração destes indivíduos, mas também revelam uma prática de dominação específica (NAVARRO, 1989, p. 85). A violência machista aparece nas obras como extensão e base da violência do poder. A relação dos ditadores com as mulheres é pautada na violência, no assédio sexual, no estupro e na reificação de todas as concubinas e amantes com as quais se relacionam. Essas relações, portanto, não são marcadas por dimensões de afeto, mas sim por relações de poder e, portanto, dialogam diretamente com a incapacidade que esses sujeitos têm de amar. O ditador é visto como um indivíduo, humanizado, no entanto, essa humanização reside, entre outros fatores, na solidão que eles vivenciam, seja no governo, seja no exílio.

Sendo assim, outra característica que acreditamos ser basilar do arquétipo do ditador latino-americano é a **solidão do poder**. Navarro afirma que

a característica mais notável que estes personagens compartilham é a solidão que os oprime, consequência de sua incapacidade de amar. O extraordinário poder que acumulam é responsável pelo seu isolamento social, pessoal e político. A depressiva solidão em que eles vivem é, então, vista como resultado de sua busca cega de poder [...] que é a força interior que nos motiva (NAVARRO, 1989, p. 180).

No início do romance de Gabo, quando a população invade o palácio presidencial por imaginar que o governante morreu, o Patriarca é definido como um “déspota solitário” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2014, p. 8), que nunca havia sido visto pelos seus governados e,

⁴ Os ditadores criados por Glauber Rocha também exprimem sua sexualidade de modo excessivo e grotesco, no entanto, exploraremos melhor esse aspecto no capítulo 3, dedicado aos diálogos entre Vianinha e o campo cinematográfico brasileiro e quando retomaremos o arquétipo do ditador latino-americano como um ponto de diálogo dissonante entre os dois realizadores.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



embora sua presença se manifeste muito fortemente em símbolos oficiais, como selos, moedas e bandeiras, não há um apelo pessoal presencial, o que reitera a solidão e isolamento do governante.

Outros exemplos surgem ao longo do romance de Gabo: “e só ficava ele sozinho flutuando de bruços na água lunar de seus sonhos de afogado solitário, com sua farda de linho de soldado raso, suas polainas, sua esposa de ouro, e o braço direito dobrado sob a cabeça para que servisse de travesseiro” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2014, p. 13). A incapacidade de amar está diretamente ligada a essa solidão: “que bandido meu general, tão velho e ainda tão tarado, mas ele ficava triste depois do amor e punha-se a cantar para consolar-se onde ninguém o ouvisse” (GARCÍA MÁRQUEZ, 2014, p. 22).

Tais aspectos se manifestam também na construção do ditador feita por Vianinha. Papa Highirte também se ilude diante da solidão de seu poder, que vai se concretizando ao longo da peça conforme o ex-ditador vai sendo sucessivamente traído e abandonado por aqueles que o cercam. Todos aqueles com quem convive na peça se relacionam com ele por interesse ou vingança, nunca por amor ou afeto genuíno. O Primeiro Magistrado, por sua vez, tem uma solidão que remete, especialmente, à solidão do Patriarca. Assim como ele, é incapaz de amar e relaciona-se com as mulheres tal como descrito há pouco. Além de não conseguir desenvolver laços afetivos, o ditador não é correspondido nos sentimentos que nutre.

No caso de Doutor Francia, a solidão parece se manifestar também pela necessidade do poder, mas, especialmente, porque o projeto que o ditador paraguaio tem para sua nação destoa tanto do que almejam as oligarquias locais quanto as potências estrangeiras interessadas em sempre manter e renovar a submissão latino-americana. Tanto Roa Bastos como pesquisadores e críticos entendem que a solidão do Supremo é oriunda não de seu desejo de poder pessoal, mas de seu desejo de construir uma nação livre e baseada em dinâmicas que favorecessem as camadas mais pobres e desprivilegiadas do país. Ainda assim, Francia também vivencia a solidão do poder.

Essa solidão dialoga com o isolamento político que esses ditadores vivenciam. É importante destacar que esse isolamento pode ser fruto tanto da **condição de exilados** que enfrentam quanto do esvaziamento de seu poder e da própria solidão em que vivem. Essa característica se manifesta de múltiplas maneiras na construção dessas personagens: o exílio concreto, o exílio afetivo, o exílio do poder esvaziado, o exílio da ilusão, o exílio da falta de apoiadores. Essa solidão também se dá, de alguma maneira, porque esses ditadores estabelecem **relações dúbias com seu povo**. Pensam ser amados e afirmam agir em nome dele, mas tomam ações violentas e regem governos ditatoriais. Ao mesmo tempo, menosprezam esse mesmo povo, negando suas capacidades de ação e reflexão política. O que também parece ser comum a todos eles é o fato de que colocam exclusivamente para si a capacidade de salvar esse povo, conforme foi apontado quando discutimos as características do messianismo e do patriotismo salvacionista.

Daí que seja possível também identificar nesses ditadores o desejo de manter um **poder meramente pessoal**. Esses ditadores justificam seu autoritarismo, poder e domínio como

488



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



benéficos para a pátria, ou seja, entendem que são os responsáveis por cuidar e proteger o país. Eles afirmam defender os interesses do país quando, na verdade, estão defendendo os próprios interesses. Navarro afirma, no entanto, que nas obras analisadas os ditadores não são esses tradicionais ditadores onipotentes, porque logo se evidencia que seu poder advém do apoio do “poderoso vizinho do norte”, ainda que eles tentem manter a aparência de autonomia política (NAVARRO, 1989, p. 28).

Trataremos agora do último aspecto relacionado à construção do arquétipo do ditador latino-americano: a **representação humanizada dessas personagens autoritárias**. Marcia Navarro afirma em sua obra que

Os três escritores aqui examinados compartilham uma visão não-maniqueísta sobre as relações humanas e sua configuração social, ao criarem ditadores que também são seres reais, concretos e que como humanos se comportam. E o resultado é paradoxal, já que, realçando a dimensão pessoal, os autores fortalecem o impacto de cenas de violência, tornando-a mais verossímeis (NAVARRO, 1989, p. 79).

Jiménez reforça essa impressão ao identificar que

el retrato literario del dictador se ha logrado a través de la descripción de los diferentes mecanismos utilizados por este para ascender al poder y permanecer posteriormente en él. Estos elementos, que constituyen su “ideología” política, acompañados de la descripción de sus vicios y virtudes, caprichos y veleidades, perfilan la silueta paradigmática del déspota en las novelas que comentamos (JIMÉNEZ, 1992, p. 93).

Todas essas obras esforçam-se em trazer à tona uma personagem que foge do aspecto caricatural, complexificando os sujeitos a fim de aprimorar a compreensão das dinâmicas sócio-políticas do contexto que os produziram. A escolha por recusar o maniqueísmo e construir uma representação humanizada dos ditadores é um mecanismo que enriquece a discussão proposta por essas obras, fugindo da representação caricatural e aproximando as personagens de pessoas reais. Acreditamos que essa escolha se dá justamente com esse fim, o de utilizar esses personagens arquetípicos para potencializar a discussão das estruturas autoritárias latino-americanas.

Referências

Produções culturais

CABEZAS cortadas. Direção de Glauber ROCHA. Brasil; Espanha, 1970. 94 min.

CARPENTIER, Alejo. *O recurso do método*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



EL RECURSO del método. Dirección de Miguel LITÍÍN. Cuba; França; México, 1978. 164 min.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O outono do patriarca*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ROA BASTOS, Augusto. *Eu o supremo*. São Paulo: Pinard, 2022.

VIANNA FILHO, Oduvaldo. *Papa Highirte*. São Paulo: Temporal Editora, 2019.

Bibliografia

BARATA, Eduarda. “Romance de ditadura e de ditador”. In: E-Dicionário de Termos Literários, 2018. Disponível em: www.edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/romance-ditadura/. Acesso em 21.mai.2019.

CASTELLANOS, Jorge; MARTÍNEZ, Miguel. O ditador latino-americano, personagem literário”, In: *Oitenta*. Porto Alegre, nº6, L&PM, 1982, p. 147-176.

CHAVES, Julio Cesar. *El supremo dictador*: José Gaspar de Francia. Madrid: Atlas, 1964.

JIMÉNEZ, Francisca Noguerol. El dictador latinoamericano: aproximación a un arquetipo narrativo. *Philologia Hispalensis*, n.7, Sevilla, 1992, pp. 91-102. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/136954>. Acesso em: 18 jan.2025.

NAVARRO, Marcia Hoppe. *Romance de um ditador*. Poder e História na América Latina. São Paulo: Ícone, 1989.

‘PAPA Highirte’ pertence à tradição latina da literatura de ditadores. *O Estado de São Paulo*, 23 mar.2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/alias/papa-highirte-pertence-a-tradicao-latina-da-literatura-de-ditadores/>. Acesso em: 19 fev.2023.

RAMA, Ángel. *Los dictadores latinoamericanos*. Ciudad de México: Fondo Económico de Cultura, 1976.

490



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



AS REFORMAS EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENQUANTO PROJETO DE PODER: UM DEBATE NECESSÁRIO

Sandra Regina Mendes¹

Nos três últimos decênios, a política educacional brasileira tem direcionado para mudanças que visam transformar os modos de pensar, planejar e organizar os currículos da educação básica, especialmente do ensino médio. Nos dispositivos normativos criados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), tem-se estabelecido, sobretudo, uma transição do *paradigma da racionalidade técnica* para o *paradigma da racionalidade prática* em que o papel social da educação é secundarizado em favor de uma visão utilitarista, reducionista e submetida ao mercado.

Nesse processo, ocorre ainda o alinhamento entre o público e o privado na gestão educacional intensificando o aprofundamento das disputas pelo controle das políticas para educação, principalmente no âmbito do ensino médio. A ampliação das matrículas nessa etapa da educação básica e as recentes reformulações curriculares representaram para as fundações privadas ligadas ao capital, em sua forma neoliberal, a abertura de uma parcela rentável de mercado para a produção e venda de materiais didáticos, de cursos de formação, de crédito para financiamento de estudos, de tecnologias de computação, dentre outros.

Para além dos interesses mercadológicos diretos, esses grupos vinculados ao grande capital buscam ainda a possibilidade de, através da interferência nas políticas educacionais, instituir um novo tipo de sociedade, alinhado aos seus objetivos de poder. Conforme já pontuou Tarlau e Moeller (2020, p. 553), “sob o disfarce da filantropia, ocorre um movimento de lideranças corporativas e fundações privadas em todo o mundo para angariar poder e reconstruir a educação pública à sua própria imagem”. Nessa perspectiva, a recomposição da Teoria do Capital Humano nos currículos ganhou centralidade, subsidiada por discursos meritocráticos, desconsiderando a dualidade estrutural existente na educação do Brasil, exponencialmente mais acentuada no nível médio.

Trabalhando com a categoria senso comum, a partir de uma visão gramsciana, Duarte, Mazzeu e Duarte (2020) propõem pensar essa influência do neoliberalismo através da chave da “racionalidade irracional (obscurantista)”. Identificam que o elemento do senso comum neoliberal na educação escolar submete os conhecimentos a uma aplicação prática imediata e que sejam úteis para ganhar dinheiro. Contudo, ressaltam que,

491

¹ Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVIII, Eunápolis), doutora em Memória: Linguagem e Sociedade (PPMLS/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB), srmendes@uneb.br.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Esse utilitarismo, porém, não é necessariamente realista, mesmo numa perspectiva estritamente pragmática. Muitas vezes os conhecimentos que são considerados úteis para se ganhar dinheiro são pura ilusão como é o caso das palestras de autoajuda, dos *coachings* de empreendedorismo e similares (DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020, p. 722-723).

Para os autores e autora, esse processo se desdobra em graves consequências éticas com expressivo impacto sobre os valores que realmente orientam as ações das pessoas, que podem, inclusive, estar em conflito com outros valores que dizem e acreditam que adotam. Desta forma, compreendem que,

quando Gramsci afirma que o senso comum não exige coerência isso se aplica tanto à gramática elementar do pensamento como também à questão ética. A multiplicação e o acirramento dos preconceitos, a apologia da violência como forma de solução dos problemas sociais, a celebração das gigantescas desigualdades sociais como merecida recompensa aos “vencedores”, a indiferença para com o sofrimento alheio, a despreocupação com o mundo que será deixado às futuras gerações, são apenas alguns poucos exemplos de juízos de valor contidos em ações e atitudes alimentadas pelo senso comum neoliberal. Essa ética do povo escolhido pode chegar, no limite, ao cultivo do ódio ao “inimigo” e da defesa de seu extermínio, encontrando sua manifestação estética em painéis construídos com cartuchos de balas de armas de fogo. (DUARTE; MAZZEU; DUARTE, 2020, p. 722-723).

492

Significa dizer que o distanciamento da educação dos compromissos éticos e apartada de uma visão de humanística ampla, problematizadora e emancipadora do ser social direciona para prejuízos de longo prazo, com repercussões geracionais.

Necessário reiterar que as mudanças implementadas pelas políticas educacionais devem ser compreendidas como projetos de poder que visam instituir um novo tipo social. Concordamos com Nosella (2016), que a escola não pode renunciar à sua função educativa geral. Caso o fizesse, estaria “substituindo as organizações prático-educativas em sua função de treino profissional restrito e imediatista, ao passo que o inverso não acontecerá, ou seja, ninguém substituirá a função educativa-geral da escola pública” (NOSELLA, 2016, p. 23).

A dualidade estrutural da educação brasileira: entre o *self-service* e o protagonismo juvenil

Historicamente, na trajetória educacional brasileira, há uma permanência em propor uma formação tecnicista profissional precoce para jovens das camadas trabalhadoras e outra formação, científico-propedêutica, para os que detêm condições econômicas privilegiadas. Dessa maneira, tem-se uma dualidade que Kuenzer (1989) identifica como “estrutural”, não por suas formas profissionalizantes ou tecnicista, mas por serem dirigidas a uma classe social determinada: a classe trabalhadora.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



As reformas destinadas à educação, dessa maneira, não podem ser compreendidas de maneira desarticulada da vida social e do contexto político e econômico em que se situam, devendo considerar que se tratam, sobretudo, de projetos de sociedade. Não é aleatório, o caráter neotecnista do currículo atual, enfatizando a necessidade de um *conhecimento para fazer algo* através do desenvolvimento de competências e habilidades em que se defende, prioritariamente, “um currículo baseado em saberes genéricos (viver, agir, fazer) e legitimados por critérios de eficiência [...], os quais são apresentados como capazes de garantir a igualdade” (SANTOS, 2023, p. 136).

As novas reformulações do ensino médio promovidas pela Lei nº 13.415/17, atualizada pela Lei nº 14.945/2024, consubstancia esse alinhamento aos interesses do mercado em prejuízo à formação dos/as estudantes com vistas a uma emancipação social, política e econômica. A flexibilização curricular presente na reformulação atual propõe uma aprendizagem também flexível, sendo, como explica Kuenzer (2017, p. 338) “uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica continua a ser a distribuição desigual do conhecimento, porém de forma diferenciada”. Esse viés provoca o aprofundamento da dualidade estrutural na educação ao destituir jovens do acesso a uma formação básica e ampla, impondo-os/as a “escolher” itinerários formativos, ou seja, determinados conhecimentos em detrimento de outros, a partir de um viés pragmático. Na verdade, todos os conhecimentos são necessários para compreensão do mundo. Como explica Macedo (2016) as concepções presentes nas reformas atuais estabelecem uma oposição –que é falsa– entre *conhecimento em si* e *conhecimento para fazer algo*.

Essas ditas “escolhas” se vinculam ao argumento que coloca como condição *sine qua non* o desenvolvimento do protagonismo juvenil como via de promoção de melhores oportunidades de emprego e renda, seja de imediato ou pós ensino médio. O protagonismo é colocado como imperativo para conseguir atuar no contexto posto pelas novas demandas no mundo tecnológico. Entretanto, pesquisadores/as apontam para os processos que se escondem nesses discursos sedutores, imbuídos de fato, de encaminhar outras intencionalidades. Cossetin e Schütz (2019) apontam que, na política educacional em vigor, o debate histórico sobre a quem deve a responsabilidade de educar, à família ou à escola, deu lugar ao abandono intelectual dos/as estudantes, entregando-os a sua própria sorte, responsável único por suas escolhas. Uma escolha, contudo, falaciosa diante da realidade escolar brasileira, sem estrutura e recursos para garantir todos os itinerários que viessem a ser demandados. O que efetivamente ocorre é cotejamento dos conhecimentos socialmente sistematizados, uma distribuição desigual baseada na categoria classe. Para os/as estudantes das camadas trabalhadoras, as escolhas sobre o que estudar e o que deixar de estudar ficam condicionadas às condições materiais estabelecidas pelo acesso do que é possível, daquele itinerário disponibilizado em sua rede de ensino, ou seja, uma escolha compulsória. Reforça-se assim o dualismo estrutural historicamente presente na educação brasileira.

A utilização de argumentos com apelos atrativos para mascarar (e reforçar) esse dualismo não é novidade nas políticas educacionais no Brasil. Na ocasião da reforma instituída pela

493



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Lei nº 5.692/1971, feita durante a ditadura militar brasileira, também estiveram presentes os argumentos das escolhas como possibilidade de ampliar a melhoria da educação e acesso ao emprego. Foi difundida a ideia que a escolha de uma profissão no ensino médio, na época 2º grau, iria efetivar essas expectativas. Assim, foi implementada a profissionalização compulsória para o 2º grau. Interessante observar a Resolução CFE n. 8, art. 5º, I, de 1 de dezembro de 1971, que “fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhes os objetivos e amplitude”, obrigatório em nível nacional e composto pelas matérias Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. Nesta resolução, lê-se:

ART. 5º- No escalonamento a que se refere o artigo anterior, conforme o plano do estabelecimento, as matérias do núcleo-comum serão desenvolvidas;

No ensino de 1º Grau,

Nas séries iniciais, sem ultrapassar a quinta, sob as formas de Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação às Ciências (incluindo matemática), tratadas predominantemente como atividades;

Em seguida, e até o fim desse grau, sob as formas de Comunicação em Língua Portuguesa, Estudos Sociais, Matemática e Ciências, tratadas predominantemente como áreas de estudo;

No ensino de 2º Grau, sob as formas de língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas, tratadas predominantemente como disciplinas e dosadas segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos. (BRASIL, 1971b).

494

O Parecer (Brasil, 1971a) que resultou nessa Resolução traz esclarecimentos sobre o termo “matéria” que não teria correspondência com o significado difundido de “disciplina”, mas de matéria-prima a ser trabalhada no currículo pleno de cada estabelecimento, “daí o emprego da palavra matéria nesta fase” (BRASIL, 1971a, p. 4). A “matéria” se refere a um recorte constituído por algumas disciplinas conforme os conteúdos selecionados nos diferentes níveis, ou seja, como atividades, área de estudo e disciplinas.

O escalonamento do conhecimento em uma divisão por atividades, área de estudos e disciplinas, justificadas pelo relator como resultado de “uma abordagem com vistas ao conhecimento”, parte do “mais para o menos amplo e do menos para o mais específico” (BRASIL, 1971a, p. 5). Na proposta, as disciplinas “sem dúvida as mais específicas se farão predominantemente sobre os conhecimentos sistemáticos” (BRASIL, 1971a, p. 5). No documento, ressalta-se “a distinção que se estabelece entre atividade, área de estudos e disciplina, em relação ao jogo do conhecimento. Assim como o conhecimento há de estar presente desde a atividade, sob pena de que o ensino a nada conduza, (BRASIL, 1971a, p. 6, grifos nossos). Portanto, seria a progressão que levaria a uma “visão mais nítida de cada subárea (Matemática, Física, Química, Biologia, p. ex.) ou *disciplina*” (BRASIL, 1971a, p. 5).

O Parecer denota que o contato com os conhecimentos das disciplinas específicas com vínculos com os campos científicos só se efetivaria no 2º grau, dependendo do cotejamento imposto pela profissionalização do currículo. Assim, estudantes só teriam contato com os





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



conhecimentos dos campos específicos quando estivessem no nível médio (se chegassem). De qualquer forma, mesmo estando no 2º grau, não teriam acesso aos conhecimentos gerais, pois só acessariam aqueles que estivessem ligados ao curso profissional “escolhido”. Antes do nível médio as matérias se constituíam como uma miscelânea de conteúdos (des)articulados de diversas disciplinas historicamente inseridas no currículo escolar. A obrigação em “escolher” uma profissão definia o conhecimento o/a estudante teria acesso. Essa flexibilidade na lei 5.692/1971 foi assim justificada:

[...] O que tecnicamente e no anteprojeto se denomina “matrícula por disciplina” é uma forma geral de organização em que **a escolha** dos estudos pode variar por aluno, formando conjuntos individuais e a respectiva sequência, assim como controle da integralização curricular, resultam do próprio sistema. Como num *self-service* (*sic*), em contraste com o restaurante tradicional, que corresponderia ao regime seriado. (BRASIL, 1970, grifos nossos).

Os ideólogos da reforma defendiam a variedade e fragmentação da oferta com o argumento que “nem todos são migradores de grandes vãos” (PASSARINHO, 1971, p. 56). Estabeleceram, previamente, que não deveriam oferecer aos/as estudantes oportunidades para terem parâmetros para escolhas. Um tipo de formação que, de fato, incide no aumento das desigualdades sociais, provocadas, sobretudo, pela distribuição desigual do conhecimento e a desqualificação do processo formativo devido os saberes estarem afastados do seu caráter científico e a ênfase no tecnicismo raso e precoce.

A flexibilização curricular comparada a um “*self-service* (*sic*), em contraste com o restaurante tradicional, que corresponderia ao regime seriado” (BRASIL, 1970) ganha uma nova roupagem na 13.415/2017. O argumento agora é que as escolhas tem por objetivo a “apropriação de procedimentos cognitivos e uso de metodologias que favoreçam o **protagonismo** juvenil” [...] (DCNEM, 2018, art. 12, V, §2º, Resolução n. 3/2018, grifo nosso).

Entendemos que, de certo modo, tal legislação retoma princípios educacionais considerados por intelectuais do campo educacional como superados, ignorando o acúmulo teórico fruto de pesquisas diversas, desenvolvidas desde a década de 1980 sobre a necessidade de garantir uma formação ampla, científica e tecnológica.

Concordamos com entidades representativas da educação básica brasileira, como sindicatos e associações acadêmicas, ao denominar as reformulações em andamento como “contrarreforma”, visto que retroagem ao passado antidemocrático de deliberação das políticas educacionais de cima para baixo, por isso, são consideradas um retrocesso nos avanços conquistados para o ensino médio. O termo “retrocesso” fornece um caráter pejorativo à ação de “retornar”, de “retroceder”, o qual, associado à categoria tempo, direciona para um passado que não contempla, intencionalmente, o decurso das experiências, a historicidade dos fenômenos e a contextualização pautados nas condições concretas do presente. Ao contrário, segue por um caminho que recompõe com condições ainda mais

495





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



graves a exclusão e o processo de dualismo estrutural em desfavor de um projeto de educação pautado na emancipação humana.

Disputas fundamentais para a construção de um projeto educacional comprometido com a emancipação de jovens das camadas trabalhadoras: conclusões em provisoriedade.

As reformulações curriculares atuais para o ensino médio foram normatizadas pela Base Nacional Curricular Comum para o Ensino Médio (BNCCEM, Resolução CNE/CP 4/2018), reiterando a estruturação curricular centrada em competências e habilidades, preconizando o afastamento dos conhecimentos elaborados pelas ciências de referência sob o discurso de uma suposta interdisciplinaridade prevista nas áreas de conhecimento. Legitimou, portanto, um “afastamento dos sentidos oriundos dos conhecimentos produzidos pela ciência de referência como mecanismo resultante dos fundamentos epistemológicos do documento” (SANTOS, 2023). Esses pressupostos arbitraram -com exceção da matemática e português- a retirada das disciplinas do currículo, substituídas por “área” e “estudos”.

Cassol e Moll, (2024) defendem que a educação precisa ser compreendida por outra perspectiva que não a minimalista imposta pela reforma andamento, porque esta fragiliza a ciência, inviabiliza a emancipação, compromete a cultura intelectual e os conhecimentos populares, rompe, sobretudo, com a complexidade das conexões de formação ampla.

Com essa perspectiva, em 2024, intelectuais em suas diversas entidades representativas, mobilizaram-se em defesa da educação básica. Foi aprovada a Lei 14.945/2024, que alterou a Lei 13.415/2017, ampliando a carga horária da formação básica e recolocando os componentes curriculares na composição das áreas, mas estas ainda prevalecem com centralidade no desenho curricular, normatizadas pela BNCCEM, que não passou por revisão. Ainda estão presentes os fundamentos de uma educação pautada na flexibilização fragmentada do conhecimento e na ênfase tecnicista, hoje em sua fase neotecnicista (FREITAS, 2018). Mantém, portanto, os pressupostos que secundarizam a formação ampla e humanística de estudantes, mantendo o descompromisso com referências educacionais emancipatórias.

Em contrapartida, tem-se aberto movimentos em busca de referências contra-hegemônicas de educação. Cassol e Moll (2024, p.1) nos convidam a retomar as “bases epistêmicas sustentadas por Savani, Morin, Pedro Demo, entre outros pensadores/as, perspectivando reaver o compromisso do Estado com a formação integral tanto de estudantes quanto da docência”, apontando para a necessidade de que os processos educativos para o nível médio assegurem, pela ação do Estado republicano, democrático e de direito para todos/as, desenvolver uma educação de formação integral.

Neste sentido, faz-se urgente a necessidade de disputar uma educação com caráter científico e humanista que busque valorizar as experiências de estudantes trabalhadores/as. O

496



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



compromisso do Estado, no ensino médio, deve incorporar o acesso amplo e condições de permanência”.

A formação em nível médio necessita ter uma aderência com princípios democráticos e pedagógicos, mediando a possibilidade de construção de uma sociedade republicana e solidária, articulada à uma formação científica e humanista, a partir das bases formativas dialógicas, solidárias e integrais. É preciso constituir formas de resistências contra a formação ideológica associada a um projeto pedagógico comprometido com a aprendizagem flexível com vistas a atender ao mercado também flexível. O que está posto não se circunscreve a uma reforma curricular, mas a um projeto de poder.

Referência

BRASIL. Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis n. 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023.** Diário Oficial da União Publicado em: 01/08/2024, edição 147, Seção: 1, página: 5, 2024.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera a Lei n. 9.394, de 20 de novembro de 1996.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. **Institui a Base Nacional Curricular na etapa do Ensino Médio (BNCC-EM),** como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na resolução CNE/CP nº2/2017, fundamentada no parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa.** Editora Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

Cassol, Claudionei Vicente; Moll, Jaqueline. **Educação e projeto de sociedade: disputas em torno do Ensino Médio no atual contexto brasileiro.** **Revista Ponto de Vista.** Vol. 13, n. 2, 2024.

SCÜLTZ, Jenerton Arlan; COSSETIN, Vânia L. Fisher. Orfandade instituída e legalmente amparada: reflexões críticas sobre o “novo” Ensino Médio brasileiro. **Revista Educação Unisinos,** abril-junho 2019.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Caderno Pesquisa**, São Paulo (68), p. 21-28, fevereiro de 1989.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Revista Educação e Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 331-354, abr.-jun., 2017.

NOSELLA, Paolo. **Ensino médio à luz do pensamento de Gramsci.** Caminas/S: Editora Alínea, 2016.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. A tecnificação das Ciências Humanas nas políticas curriculares para o ensino médio: pedagogização do conhecimento escolar e instituição de uma nova economia moral. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 105, n. 1, 8 jul. 2024.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. O ensino de História em perspectiva neotecnicista: sentidos de atitude historiadora nas políticas curriculares hodiernas. *In*: PINTO, Arnaldo; DIAS, Felipe, SEAL, André. **A BNCC de História: entre prescrições e práticas.** Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2023.

SAVIANI, Dermeval. A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na Educação pública brasileira. *In*: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Crise capitalista e Educação brasileira.** Uberlândia, MG: Navegando, 2017.

TARLAU, Rebecca; MOLLER, Kathryn. O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem fronteiras**, v. 20, p. 553-603, maio-agosto, 2020.

498



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PODER, DESIGUALDADE E INCLUSÃO SOCIAL: O PAPEL DO DIREITO NA SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL DE MINORIAS RACIONAIS EM PROCESSOS JUDICIAIS

Tayller Coelho De Souza¹
Giliarde Benavinto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama²
Élida Nogueira Zarpellon³

Introdução

O racismo estrutural no Brasil configura-se como um fenômeno complexo e multidimensional, enraizado historicamente e perpetuado através de mecanismos institucionais, culturais e jurídicos (ALMEIDA, 2018). Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a produção acadêmica recente sobre as desigualdades raciais brasileiras, com ênfase especial em sua interface com o sistema jurídico, tomando como base dez estudos publicados entre 2002 e 2024. A relevância desta pesquisa justifica-se pela persistência das disparidades raciais em todos os indicadores sociais, apesar dos avanços legislativos e das políticas afirmativas implementadas nas últimas décadas (IPEA, 2021). Conforme dados do IBGE (2022), a população negra - compreendendo pretos e pardos - corresponde a 56,2% dos brasileiros, mas continua sub-representada em posições de poder e sobre-representada em estatísticas de vulnerabilidade social.

A produção acadêmica sobre o tema revela uma diversidade de abordagens e perspectivas. Alguns estudos, como o de Heringer (2002), lançam luz sobre a manifestação das desigualdades raciais em diferentes etapas do ciclo de vida, desde a infância até o mercado de trabalho. Outros trabalhos, a exemplo do de Madeira e Gomes (2022), trazem à tona as resistências negras e questionam o mito da democracia racial. Ainda, há pesquisas que se aprofundam na análise da relação entre o racismo e o sistema jurídico, como as de Rodrigues et al. (2022) e Nunes e Lauria (2024), que investigam o papel do Direito na reprodução e na perpetuação das desigualdades raciais.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (Câmpus Paraíso). Discente Pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Direito e Sociedade (NEIDISO/Unitins). Email: coelho.tayller123@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6998033560678158>

² Doutorando (PPGDR, UFT). Mestre (PPGCOMS/UFT). Corregedor Adjunto da Polícia Penal (SECIJU/TO). Professor de Direito (Unitins, Paraíso). E-mail: benavinto.gama@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4525837393612907>.

³ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (Câmpus Paraíso). Discente Pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Direito e Sociedade (NEIDISO/Unitins). Email: elida.zarpellon@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2519348384650242>





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Diante dessa complexidade, este artigo se propõe a realizar uma análise crítica e integrativa da produção acadêmica recente, buscando identificar os principais eixos de debate, as convergências e divergências entre os autores, e as perspectivas para o enfrentamento do racismo estrutural no Brasil.

Metodologia

A metodologia empregada nesta pesquisa consiste em uma revisão sistemática da literatura especializada, com o objetivo de sintetizar e analisar criticamente os estudos selecionados. A revisão sistemática envolveu as seguintes etapas:

Levantamento bibliográfico: Busca de artigos, dissertações e teses em bases de dados acadêmicas, repositórios institucionais e periódicos especializados, utilizando descritores como "desigualdade racial", "racismo estrutural", "sistema jurídico", "políticas afirmativas" e "resistências negras".

Seleção dos estudos: Aplicação de critérios de inclusão e exclusão para garantir a relevância e a qualidade dos estudos selecionados. Foram incluídos estudos publicados entre 2002 e 2024, que abordassem a temática das desigualdades raciais no Brasil e sua interface com o sistema jurídico, e que apresentassem rigor metodológico e diversidade de abordagens.

Análise crítica comparativa: Leitura e análise aprofundada dos estudos selecionados, buscando identificar os principais argumentos, as metodologias empregadas, os resultados encontrados e as conclusões apresentadas. Foi realizada uma análise comparativa entre os estudos, identificando convergências, divergências e complementariedades entre as diferentes perspectivas.

Síntese temática: Organização e síntese dos principais eixos de debate presentes na literatura, buscando identificar os temas centrais, as controvérsias e as lacunas existentes.

Organização cronológica: Análise da evolução do debate acadêmico sobre as desigualdades raciais no Brasil ao longo do tempo, identificando as principais mudanças de enfoque, as novas abordagens teóricas e as contribuições de diferentes autores.

A análise crítica comparativa entre os autores permitirá identificar as diferentes ênfases e abordagens presentes na produção acadêmica, bem como as possíveis contradições e lacunas existentes. A síntese temática buscará organizar os principais eixos de debate em categorias analíticas, facilitando a compreensão da complexidade do fenômeno das desigualdades raciais no Brasil. A organização cronológica da produção acadêmica possibilitará analisar a evolução do debate ao longo do tempo, identificando as principais mudanças de enfoque e as novas perspectivas teóricas.

Os estudos selecionados para esta revisão abrangem uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, incluindo análises quantitativas de dados estatísticos (HERINGER, 2002), análises qualitativas de discursos e práticas sociais (MADEIRA; GOMES, 2022), e análises teóricas e conceituais do direito e do sistema de justiça (LAURIA, 2016; COSTA, 2019;

500



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MAROUBO, 2022). Essa diversidade de abordagens enriquece a análise e permite uma compreensão mais abrangente do tema.

Desenvolvimento

As múltiplas dimensões do racismo estrutural brasileiro

A análise dos artigos revela que o racismo no Brasil apresenta características estruturais que permeiam todas as esferas da vida social. Heringer (2002), em estudo pioneiro, demonstra através de dados quantitativos como as desigualdades raciais se manifestam desde a primeira infância, perpetuando-se ao longo do ciclo vital. A autora identifica que: "as crianças negras têm menor acesso à educação infantil de qualidade, o que compromete seu desempenho escolar posterior e limita suas oportunidades no mercado de trabalho". Madeira e Gomes (2022) avançam nessa análise ao incorporar a perspectiva das resistências negras, argumentando que: "o mito da democracia racial serviu historicamente para ocultar as relações de poder racializadas, mas vem sendo sistematicamente desconstruído pelos movimentos sociais negros". Rodrigues et al. (2022) trazem uma contribuição fundamental ao analisar o que denominam de "genocídio da população negra", demonstrando como o sistema jurídico atua como instrumento de controle e extermínio: "O Direito Penal brasileiro foi moldado para criminalizar a negritude, desde as Ordenações Filipinas até o atual Código Penal, configurando um verdadeiro projeto de Estado".

É importante ressaltar a interseccionalidade dessas desigualdades. Como apontam Madeira e Gomes (2022), raça e classe são indissociáveis no contexto brasileiro, e essa interconexão se manifesta de forma perversa em diversos âmbitos. Heringer (2002) já evidenciava como a população negra enfrenta maiores obstáculos no acesso à moradia, saneamento básico e outros serviços urbanos, o que a expõe a condições de vida mais precárias e a maiores riscos de vulnerabilidade social.

O sistema jurídico entre a transformação e a reprodução das desigualdades

A análise do Poder Judiciário revela contradições profundas. Por um lado, Lauria (2016) e Maroubo (2022) destacam os avanços na jurisprudência brasileira, particularmente após a decisão do STF sobre a constitucionalidade das cotas raciais (ADPF 186). Maroubo (2022) argumenta que: "o princípio da igualdade material, consagrado no artigo 5º da Constituição Federal, exige medidas compensatórias para enfrentar séculos de opressão racial". Lauria (2016) complementa essa visão ao defender a necessidade de políticas públicas antidiscriminatórias e ações afirmativas para além da criminalização do racismo, buscando a transformação das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade.

Por outro lado, Hashizume et al. (2021) e Nunes e Lauria (2024) denunciam a persistência do racismo institucional no sistema de justiça, evidenciando a sub-representação da

501



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



população negra na magistratura e a reprodução de estereótipos raciais nas decisões judiciais. Nunes e Lauria (2024) enfatizam como essa ausência de representatividade compromete a imparcialidade do sistema e a garantia de direitos para a população negra, que paradoxalmente é a maioria nos cárceres brasileiros. Hashizume et al. (2021) corroboram essa análise ao demonstrarem como o racismo se manifesta nas decisões judiciais em casos de injúria racial, mesmo em um estado com população majoritariamente negra.

Costa (2019) complexifica essa discussão ao analisar o papel do "lugar de fala" no acesso à justiça, questionando se a consideração das vivências de grupos racialmente marginalizados pode tensionar o princípio do juiz natural. A autora argumenta que a compreensão das particularidades das experiências raciais é crucial para uma aplicação mais justa do direito, sem, contudo, comprometer as garantias processuais.

Além disso, Queiroz et al. (2022) traz uma perspectiva importante ao discutir a necessidade de cotas raciais no próprio Judiciário. Os autores argumentam que a diversidade racial nesse espaço é fundamental para a legitimação do sistema de justiça e para a garantia de decisões mais justas e equânimes.

Políticas públicas e ações afirmativas: avanços e desafios

502

Diante desse cenário, diversos autores exploram o papel das políticas públicas e das ações afirmativas no combate às desigualdades raciais. Tanure (2021) defende a importância das cotas no mercado de trabalho como mecanismo de inclusão e de promoção da igualdade de oportunidades. A autora ressalta que essas ações são essenciais para a concretização dos princípios constitucionais da igualdade e da não discriminação, buscando corrigir as desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra. Queiroz et al. (2022) reforçam a necessidade de cotas raciais no Judiciário, argumentando que a diversidade racial nesse espaço é fundamental para a legitimação do sistema de justiça e para a garantia de decisões mais justas e equânimes.

No entanto, Madeira e Gomes (2022) alertam para os limites das políticas afirmativas, ressaltando que elas não são suficientes para eliminar o racismo estrutural, que demanda transformações mais profundas na sociedade. As autoras enfatizam a importância das resistências negras como forma de confrontar o racismo e buscar a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Resistências Negras e a Desconstrução do Mito da Democracia Racial

É fundamental destacar o papel das resistências negras na luta contra o racismo estrutural. Madeira e Gomes (2022) demonstram como a população negra tem construído diversas formas de enfrentamento, desde as manifestações culturais até a organização de movimentos sociais, buscando desconstruir o mito da democracia racial e reivindicar seus direitos.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Rodrigues et al. (2022) também contribuem para essa discussão ao analisar como o racismo se manifesta no Direito Penal, historicamente utilizado como instrumento de controle social da população negra. Os autores evidenciam a importância das lutas por justiça e igualdade como forma de resistir a esse sistema opressor.

2.5 Desafios e Perspectivas Futuras

Os artigos analisados apontam para a complexidade do desafio de superar as desigualdades raciais no Brasil. Se, por um lado, há avanços importantes no reconhecimento do problema e na implementação de políticas afirmativas, por outro, o racismo estrutural continua a se manifestar de forma insidiosa em diversas instituições e práticas sociais.

A produção acadêmica recente demonstra um amadurecimento do debate, com estudos cada vez mais interdisciplinares e que consideram a interseccionalidade das desigualdades. A análise das resistências negras, a crítica ao mito da democracia racial e a investigação do racismo institucional no sistema de justiça são exemplos desse aprofundamento.

Para avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é fundamental que o Direito e as políticas públicas atuem de forma integrada, considerando a complexidade do fenômeno do racismo e buscando transformar as estruturas que o perpetuam.

Considerações finais

A análise da produção acadêmica recente revela um panorama complexo e multifacetado das desigualdades raciais no Brasil. Os estudos demonstram a persistência do racismo estrutural em todas as esferas da vida social, bem como seus impactos devastadores sobre a população negra. Ao mesmo tempo, os artigos exploram o papel do sistema jurídico tanto na reprodução quanto no enfrentamento das desigualdades raciais, analisando os avanços e os limites das políticas públicas e das ações afirmativas.

A produção acadêmica sobre o tema evidencia um amadurecimento do debate ao longo do tempo, com estudos cada vez mais aprofundados e interdisciplinares. A análise das resistências negras, a crítica ao mito da democracia racial e a investigação do racismo institucional no sistema de justiça são exemplos desse aprofundamento.

Heringer (2002) nos apresenta um panorama das desigualdades raciais no Brasil através de indicadores sociais, demonstrando como essas disparidades se manifestam em diferentes áreas da vida. A autora destaca a importância de políticas públicas para enfrentar a discriminação e promover a igualdade de oportunidades.

Lauria (2016), por sua vez, argumenta que a garantia da igualdade racial demanda um conjunto mais vasto de medidas e políticas, que englobam tanto a punição de condutas racistas quanto a promoção de ações afirmativas e a eliminação das desigualdades estruturais. Rodrigues et al. (2022) denunciam o racismo estrutural presente no sistema jurídico, evidenciando como o Direito tem sido utilizado como instrumento de controle social e de perpetuação do genocídio da população negra. Os autores apontam para a necessidade de

503



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



desconstruir o mito da democracia racial e de reconhecer a intrínseca relação entre raça e classe no Brasil.

Costa (2019) complexifica a discussão ao analisar o papel do "lugar de fala" no acesso à justiça, questionando se a consideração das vivências de grupos racialmente marginalizados pode tensionar o princípio do juiz natural. A autora explora os desafios de conciliar a busca por uma aplicação mais justa do direito com as garantias processuais.

Maroubo (2022) defende a importância das cotas raciais como ferramenta para promover a igualdade e a justiça social, enquanto Tanure (2021) destaca a necessidade de políticas públicas para enfrentar o racismo estrutural, especialmente no mercado de trabalho. Queiroz et al. (2022) reforçam a importância das cotas raciais no Judiciário como forma de assegurar a diversidade racial e promover valores constitucionais.

Madeira e Gomes (2022) trazem uma perspectiva importante ao analisar as resistências negras como resposta ao racismo estrutural, questionando o mito da democracia racial e evidenciando a interconexão entre raça e classe no Brasil. As autoras demonstram como o racismo se estabelece como um elemento estruturante da sociedade brasileira e como a população negra tem construído diversas formas de enfrentamento a essa realidade.

Hashizume et al. (2021) e Nunes e Lauria (2024) investigam a presença e a persistência do racismo estrutural e institucional no âmbito do Poder Judiciário, evidenciando a sub-representação da população negra na magistratura e como isso impacta a aplicação da lei e a garantia de direitos.

Diante da complexidade do desafio, os autores apontam para a necessidade de um enfrentamento multifacetado do racismo, que combine medidas punitivas, políticas afirmativas e transformações estruturais na sociedade. A superação das desigualdades raciais no Brasil demanda um compromisso de toda a sociedade, bem como a formulação e a implementação de políticas públicas eficazes e abrangentes.

504

Referências

COSTA, Thaís da. **Acesso à justiça por minorias raciais e o conflito entre lugar de fala e o princípio do juiz natural**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/556fa3cc-4c6f-43ab-b1fe-8c7597ccc4b1/content>. Acesso em: 15 abr. 2025.

HASHIZUME, Maurício Hiroaki; CHAVES, Karoline Soares; SOUZA, Emilleny Lázaro da Silva. Racismo estrutural e institucional no Judiciário tocantinense: jurisprudência, perfis e persistências. **Revista Direito**. UnB, Brasília, v. 5, n. 3, p. 103-128, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/36475/2038>. Acesso em: 15 abr. 2025.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, supl., p. 57-65, 2002. Disponível em: https://www.scielo.org/article/csp/2002.v18suppl0/S57-S65/pt/?utm_source=chatgpt.com#. Acesso em: 15 abr. 2025.

LAURIA, Mariano Paganini. **O direito fundamental à igualdade na perspectiva da antidiscriminação racial**: para além do mandado constitucional expreso de criminalização do racismo. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24046/1/DireitoFundamentalIgualdade_Lauria_2016.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/FmSRPNQZhrqz9mMVWTInwqP/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 15 abr. 2025.

MAROUBO, Felipe Pereira. Direitos fundamentais, igualdade e atuação do Judiciário: os desafios contemporâneos das cotas étnico-raciais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, MG, v. 50, n. 2, p. 381-420, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistadir/article/view/53399/36340>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NUNES, Samara Maia de Aquino; LAURIA, Ivna Olimpio. Racismo estrutural e Poder Judiciário: a ausência de representatividade no ambiente jurídico e a reprodução/perpetuação de desigualdades. **Revista UNIARAGUAIA (Online)**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 317-331, set./dez. 2024. Disponível em: <https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/view/1459/1172>. Acesso em: 15 abr. 2025.

QUEIROZ, Adriano Vicente et al. **A reprodução do racismo estrutural no Poder Judiciário**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/7407/6629>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RODRIGUES, Ícaro de Jesus et al. Racismo estrutural no Direito republicano e os diferentes ângulos do genocídio da população negra no Brasil. **Revista AVANT**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 677-693, 2022. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/avt/article/view/6919/6784>. Acesso em: 15 abr. 2025.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TANURE, Renata Guimarães Andrade. Da necessidade da implementação de políticas públicas no combate ao racismo estrutural. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 20, n. 57, p. 269-284, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoesscientificas/index.php/boletim/article/view/614/515>. Acesso em: 15 abr. 2025.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TEORIA DO PROCESSO JUDICIAL NA DOCTRINA DE TOMÁS DE AQUINO

Claudio Pedrosa Nunes¹

Introdução

O processo judicial mereceu apurado estudo de Tomás de Aquino no contexto da virtude da Justiça e de sua filosofia jurídica. Assim é que o aquinate dedicou um segmento da Suma Teológica, sua obra de excelência, aos atos praticados pelos juízes (Questões 60 e seguintes, *secunda secundae*), considerando que a atividade do juiz consiste na efetivação da justiça. A justiça, por sua vez, pressupõe julgamentos justos e dirigidos à construção do bem comum. Pode-se perceber dessa doutrina jurídica de Tomás que a justiça é objeto da jurisdição, porque a jurisdição consiste no conjunto de atos que perfaz a atuação do juiz, designadamente o ato de dizer o Direito.

Nesse panorama, Tomás de Aquino construiu as bases edificantes de uma teoria do processo judicial, cuja autoridade dogmática e axiológica se projeta em grande medida até os dias de hoje. Com efeito, já na baixa Idade Média e especialmente no período exuberante da Escolástica tardia, o julgamento proferido pelos juízes atraiu as atenções do aquinate e revelou-se assunto de destaque naquele momento medieval de forte questionamento dos processos ordálios e dos julgamentos promovidos pelos padres da Inquisição.

Em outras palavras, Aquino formulou uma doutrina jusfilosófica voltada a combater os atos dos padres da Inquisição medieval e primou pelo descortino do que atualmente se concebe por jurisdição judicial a partir da atuação de juízes imparciais, não religiosos, investidos especificamente do ministério público do julgar. Com isso, Aquino vinculou a justiça dos julgamentos dos súditos, ou seja, do povo em geral, à instauração e atuação de tribunais e juízes especialmente preparados e imparciais, alheios aos padres da Igreja Romana.

É nesse sentido que se espraia o presente estudo, embora incipiente. Em matéria de direito processual em geral a teoria do processo oficial e justa é fenômeno de especial relevância que remonta ao período áureo da Escolástica medieval-tomista e se projeta praticamente íntegra na contemporaneidade. Coube a Tomás de Aquino, com as sensibilidades e clarividência que lhe são singulares, apontar e corrigir os defeitos dos processos e julgamentos promovidos pela Igreja Romana por meio dos padres da Inquisição e que, não raro, expunha os súditos a veredictos injustos e sem acusação formal.

O estudo sugere um especial olhar sobre os princípios e características do processo judicial como hoje se espraia e os põem em diálogo com a filosofia e doutrina jurídico-processual

507

¹ Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra (2011). Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2021). Professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande (Brasil). Juiz do Trabalho. E-mail: claudio.nunes@ufcg.edu.br.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



de Tomás de Aquino para fins de constatar-se ou não sua densidade dogmática. E, nisso, indaga-se: é correto ou não afirmar que a dogmática do processo judicial é instituto imanente à contemporaneidade e ao positivismo kelseniano, sem qualquer conexão ou diálogo com a doutrina jurídico-filosófica de Tomás de Aquino? Trata-se, outrossim, de pesquisa conduzida sob o método dedutivo, de natureza jurídico-histórico-filosófica e dissertativa e fonte de dados documental e bibliográfica.

Direito processual e seus prolegômenos medievais

Não se olvida que os institutos de direito processual concernentes à jurisdição judicial são de elevada importância para eficiente e justa prestação jurisdicional. É missão do Estado promover o que a teoria do direito processual contemporânea denomina acesso à justiça e à ordem jurídica justa. (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2008, p. 39).

Não se trata, porém, ao que se percebe da doutrina jusfilosófica desenvolvida no medievo tomista, de novidade ínsita aos estudiosos contemporâneos nem criação do direito positivo tradicional de origem kelseniana. Tomás de Aquino, na Idade Média tardia e sob a atmosfera efervescente da Escolástica, já os pronunciava como doutrina de justiça e objeto de promoção do bem comum.

O estudo do processo segundo o pensamento tomista, embora embrionário, realça, portanto, o sentido jurídico-histórico-filosófico de verificação da necessidade de uma jurisdição judicial justa para pacificação social e alcance do bem comum. Tomás de Aquino, com apurado senso de justiça distributiva e mesmo comutativa, debruçou-se sobre a necessidade de imprimir aos julgamentos judiciais o objetivo central de descoberta da verdade real de modo a dar a cada um o que é seu na medida dos méritos e deméritos. E, com isso, não se esquivou de criticar os julgamentos assaz duvidosos dos padres da própria Igreja a que se devotou, ao tempo em que abriu ensanchas para o desenvolvimento da temática no porvir (MORRIS, 2002, p. 50). Aliado a isso, o estudo em foco levado a efeito por Tomás revela-se precioso a partir de sua invocação como fonte histórico-filosófica de auxílio aos estudos de Direito Processual em matéria de jurisdição judicial e como meio de percepção da evolução dos institutos processuais desde os tempos áureos da filosofia medieval, pondo por terra o mito pejorativo e impróprio de repulsa a tudo que diz respeito à Idade Média. Afinal, como bem realça Leonor Xavier (2007, p. 57),

A história do pensamento ocidental registra, em diversos momentos, múltiplas perspectivas de aproximação e até de harmonia que não significam anulação nem da filosofia pela religião nem da religião pela filosofia. Essas perspectivas não teriam sido possíveis se a filosofia tivesse excluído do seu horizonte matérias que são incontornáveis no foro da religião, como o sentido da divindade, a exigência da ética e os caminhos da espiritualidade.

508



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Portanto, ainda que a doutrina tomista da jurisdição judicial tenha-se inaugurado para debelar excessos e incongruências em tema de julgamento de suspeitos e de atuação dos juízes, especialmente em razão dos procedimentos adotados pelos tribunais da Inquisição, inegável que contribuiu para formulação de técnicas e sistemas que direcionam o devido processo legal tal como concebido atualmente pela teoria do processo.

A doutrina tomista da jurisdição judicial

Na doutrina de Tomás de Aquino a jurisdição é o ato de dizer a justiça, porque a justiça é o objeto dos atos do juiz, isto é, o objeto da jurisdição. Vê-se aqui que a atuação do juiz não se limita ao mero ato de aplicar a lei, tal qual esta se manifesta. A lei é o parâmetro que confere às decisões do juiz a qualidade de coatividade, de coerção, mas a ela não se vincula o juiz quando divorciada da justiça natural encerrada no Direito Natural.

A ideia do juiz em Tomás conduz a que seja confundido com a própria justiça. O juiz é a justiça viva e a justiça se confunde com a figura do juiz. Não é à toa, portanto, que Aquino adverte que os homens recorrem ao juiz como se buscasse a justiça viva (AQUINO, 2005, p. 85). Assim se pronuncia:

Ora, o juiz significa aquele que diz o direito. Mas, o direito é objeto da justiça, com já ficou explicado. Segue-se que o julgamento, na acepção primeira do termo, implica uma determinação ou definição do que é justo ou do direito (...). Assim, o homem casto decide bem o que respeita à castidade. Logo, o julgamento que implica a determinação reta do que é justo pertence propriamente à justiça. Eis por quê o Filósofo diz: ‘recorre-se ao juiz como à justiça viva’.

A jurisdição, entretanto, está sujeita a certos limites, o que lhe confere autoridade e legitimidade. Assim é que a jurisdição é exercida na medida dos poderes de um juiz. Em outras palavras, o ato de julgar do juiz não é ilimitado e lhe é atribuído para o julgamento de certas e especificadas questões. Evidente que aqui está o embrião do que hoje, no direito processual, entende-se por competência, ou seja, o limite da jurisdição. Grinover (2005, p. 229) formula preciso conceito de competência, na orbe processual, ombreando-a às lições tomistas. São suas as palavras:

A jurisdição como poder estatal é uma só, não comportando divisões ou fragmentações: cada Juiz, cada tribunal, é plenamente investido dela. Mas o exercício da jurisdição é distribuído, pela Constituição e pela lei ordinária, entre os muitos órgãos jurisdicionais; cada qual então a exercerá dentro de determinados limites (ou seja, com referência a determinado grupo de litígios). Chama-se competência essa qualidade de jurisdição cujo exercício é atribuído a cada órgão ou grupo de órgãos (Liebman).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



Ainda segundo Tomás (2005, p. 94), outro limite da jurisdição está em que só a pessoa legalmente investida do poder de julgar pode ser juiz, ou seja, pode exercer a jurisdição. Só é justo o julgamento proferido por pessoas especificamente designadas para exercer o ofício público de julgar. Vejam-se suas palavras:

Como a lei não pode ser feita a não ser pela autoridade pública, assim também o julgamento só pode ser proferido pela autoridade pública, que tem poder sobre os membros da comunidade. Portanto, como seria injusto obrigar alguém a observar uma lei não sancionada pela autoridade pública, assim também seria injusto compelir alguém a sujeitar-se a um julgamento que não é proferido pela autoridade pública.

Tais ponderações do aquinate conduz ao que hoje, em direito processual, concebemos por investidura legal do titular da jurisdição, do que redundo o princípio constitucional do juiz natural². Na esteira dessa doutrina, Alexandre de Moraes (2002, p. 304) assim se manifesta:

Princípio do Juiz Natural (...). O Juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal. Assim, afirma José Celso de Mello Filho que somente os juízes, tribunais e órgãos jurisdicionais previstos na Constituição se identificam ao juiz natural, princípio que se estende ao poder de julgar também previsto em outros órgãos, como o Senado, nos casos de impedimento de agentes do Poder Executivo. O referido princípio deve ser interpretado em sua plenitude, de forma a não só proibir a criação de tribunais ou juízos de exceção, como também exigir respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

510

A doutrina do juiz natural de Aquino representou grande desafio aos tribunais da Inquisição, onde os julgamentos, inclusive no tocante a aplicação e execução da pena de morte, eram realizados por clérigos. Noutras palavras, Tomás considerou ilegítimos os julgamentos efetuados por sacerdotes, porque estes não ostentavam a condição de juízes legalmente investidos do ofício estatal de julgar (Questão 64, Artigo 4, *secunda secundae*, da Suma Teológica). Nesse sentido, Tomás (2005, p. 136) afirma:

Aos clérigos não é lícito matar, por dupla razão. 1º São escolhidos para o serviço do altar, no qual se representa a paixão de Cristo imolado, ‘que, ao ser espancado, não espancava’. Portanto, não compete aos clérigos espancar e matar (...). 2º Outra razão é que aos clérigos se confia o ministério da Lei Nova, que não comporta pena de morte ou mutilação corporal.

² Sobre o princípio do juiz natural, o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição do Brasil prescreve: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. E o inciso XXXVII do mesmo artigo 5º, prescreve: “não haverá juízo ou tribunal de exceção”.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Vê-se, nesse aspecto, uma doutrina assaz técnica do Santo Doutor, o que redundou, como dito, em substancial contestação à atuação da Inquisição. A justiça como objeto da jurisdição obedecerá a preceitos de promoção da igualdade e do equilíbrio, eventualmente rompidos entre os atos humanos. A jurisdição terá a missão de restabelecer a igualdade rompida.

Nesse mister, não deve o juiz considerar as pessoas envolvidas no julgamento, mas as provas que conduzam à justiça reclamada na controvérsia. A acepção de pessoas nos julgamentos já era combatida por Tomás na Suma Teológica (Questão 63, *secunda secundae*), porque violadora da justiça distributiva, reportando-se o aquinate à importância da demonstração da culpa independentemente da condição pessoal do acusado (AQUINO, 2005, p. 122).

Como já se disse, o julgamento é um ato de justiça, enquanto o juiz reconduz à igualdade da justiça aquilo que pode constituir uma desigualdade a ela oposta. Ora, a discriminação de pessoas comporta certa desigualdade, pois atribui a uma pessoa mais do que a devida proporção, na qual consiste a igualdade da justiça. É, portanto, manifesto que a discriminação de pessoas corrompe o julgamento.

Tem-se aqui, por silogismo, um precedente fundamental do que hoje, em direito processual, concebemos como teoria da prova, ou seja, a consideração e apreciação dos elementos que conduzam ao restabelecimento do *status quo*, consistente no desfazimento da violação do direito de alguém ou na respectiva e devida compensação. Segundo Marinoni (2005, p. 259),

511

Comumente a definição de prova vem ligada à idéia de reconstrução (pesquisa) de um fato que é demonstrado ao magistrado, capacitando-o a ter 'certeza' sobre os eventos ocorridos e permitindo-lhe exercer sua função. Assim, por exemplo, manifesta-se LESSONA, dizendo que 'provar', neste sentido, significa 'fazer conhecidos' para o Juiz os fatos controvertidos e duvidosos, e 'dar-lhe a certeza' do seu modo preciso de ser. Nessa mesma linha, LIEBMAN define prova como sendo 'os meios que servem para dar conhecimento de um fato e por isso para fornecer a demonstração e para formar a convicção da verdade de um fato específico.

No mesmo sentido são, *mutatis mutandis*, as palavras de Tomás ao enfrentar objeção levantada no Artigo 2 da Questão 67 da Suma, *secunda secundae*. O exame da prova processual é, pois, para o aquinate, a razão de ser que protege o julgador de enveredar por julgamentos arbitrários. (AQUINO, 2005, p. 173).

Em sentido contrário, Agostinho, comentando o salmo, declara: 'O bom juiz nada faz por seu próprio arbítrio, mas se pronuncia segundo as leis e o direito'. O que quer dizer julgar conforme as disposições e as provas apresentadas no processo. Logo, é assim que o juiz deve julgar, e não baseando-se em seu próprio



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Por outro lado, a jurisdição judicial não pode reduzir o juiz a um mero agente de aplicação literal de textos legais, especialmente quando o comando legal se revela colidente com princípios de justiça e de promoção do bem comum. Ao comentar o que chama “novo projecto de justiça racionalista”, Reis Marques (2013, p. 206) adverte:

Ao invés de uma jurisprudência criativa, protagonista e gestora de um complexo de fontes sedimentadas no tempo, pugna-se pela promoção de um ordenamento que limite a liberdade dos tribunais, isto é, por um ordenamento jurídico constituído por legislação uniforme, clara e simples. No novo projecto, existe uma confiança ilimitada no legislador. Os seus comandos devem produzir os efeitos previstos na sua formulação literal.

Ao tratar da autoridade e eficácia normativa do Direito Natural em relação ao direito positivo, conforme Artigo 2 da Questão 95, da Suma Teológica, *prima secundae*, Aquino proclama ser o segundo inferior ao primeiro, sem o que não se terá lei (lei positiva ou humana) mas corrupção da lei (AQUINO, 2005, p. 576).

Como diz Agostinho, ‘não parecer ser lei aquela que não for justa’ Portanto, quanto tem de justiça tanto tem de força de lei. Nas coisas humanas diz-se que algo é justo pelo fato de que é reto segundo a regra da razão. A primeira regra da razão, entretanto, é a lei da natureza, como fica claro pelo acima dito. Portanto, toda lei humana imposta tem tanto de razão de lei quanto deriva da lei da natureza. Se, contudo, em algo discorda da lei natural, já não será lei, mas corrupção da lei.

512

Induvidoso, outrossim, que, ao exercer a jurisdição, o juiz não pode desprezar integralmente os parâmetros legais; deve, entretanto, avaliar a justiça desses parâmetros, no todo ou em parte, para bem julgar. Os princípios humanitários, de promoção do bem comum e de equilíbrio emergentes do Direito Natural constituem o bálsamo que deverá direccionar a ação dos juízes no ato de aplicar a lei durante determinado julgamento.

Em Tomás também é importante observar que o resultado dos julgamentos judiciais deve primar pela possibilidade real de cumprimento da pena ou condenação civil. Em outras palavras, não se pode cogitar de imposição de determinada condenação em volume ou intensidade que se revele impossível de cumprir.

Essa concepção do aquinate se extrai de sua análise da lei na *Suma Contra Gentiles*, segundo a qual a lei concebida pelo Criador ao homem já ostenta qualidades e aptidões que permitam aos destinatários seu natural e regular cumprimento. Assim discorre o angélico (2007, p. 434):

A todo legislador toca estabelecer por ley aquello sin lo cual no se puede cumplir la ley. Como la ley se propone a la razón, el hombre no la observaria se todo lo concerniente a él no se sometiera a la razón. De aquí que toque a la ley divina mandar que todo lo del hombre se someta a la razón.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Na contemporaneidade jurídica, tanto as disposições de lei quanto os julgamentos judiciais primam pela individualização da pena e ressocialização dos condenados. As condenações em pecúnia, decorrentes de indenizações civis, objetivam o ressarcimento dos danos de conformidade com a capacidade econômica do condenado³. Vê-se, pois, que a teoria da jurisdição judicial em foco tem raízes bem definidas na doutrina de Aquino construída desde a Escolástica do século XIII.

Tem-se, por outro lado, a cultura de que a jurisdição atua sob um direito preexistente por natureza e se destina essencialmente a declarar esse direito (*iurisdictio*). Não há uma necessidade premente de criação exaustiva do direito, de índole positivista, porque ele naturalmente se manifesta nos costumes e na ordem natural das coisas. Nesse aspecto, Grossi (2014, p. 167) expõe que

...a conclusão a que inevitavelmente se chega é simples: se a essência do poder político medieval, inclusive da Idade Média sapiencial, consiste no *ius dicere*, em dizer o direito; se esse poder continua relativamente indiferente à produção do *ius*, é porque o direito é uma realidade preexistente que o poder não cria, não pretende criar, não seria capaz de criar, que apenas pode dizer, declarar.

Disso se extrai que a jurisdição judicial no medievo sapiencial, por conduto sobretudo das preocupações literárias de Aquino, logrou alcance bem mais extenso que sua congênere da atualidade, considerando sobretudo a densidade do direito costumeiro, infenso à ação nem sempre virtuosa do Estado, ao mesmo tempo em que liberta o direito de fórmula legais que muitas vezes acabam por conspirar contra a ordem natural das coisas⁴.

Sem dúvida, a jurisdição judicial no medievo tomista reúne direito e costume em plano horizontal. Não só a lei mas também as regras emanadas da comunidade são as fontes

³ Nesse sentido é o artigo 928 do Código Civil em vigor, *verbis*: “O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes. Parágrafo único. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser equitativa, não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependam”. De igual forma, prescreve o artigo 944 da mesma codificação: “A indenização mede-se pela extensão do dano. Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização”. Já o artigo 496 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943) prescreve: “Quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização devida nos termos do artigo seguinte. E o artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, assevera: “A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes...”.

⁴ Importante revelar que o atual artigo 833, inciso X, do Código de Processo Civil brasileiro, prescreve ser impenhorável depósito em dinheiro em caderneta de poupança até o volume de quarenta salários mínimos, favorecendo o devedor inclusive quanto a dívida de natureza alimentar. Tal dispositivo legal parece ignorar que a poupança representa excedente da renda do poupador/devedor para viver normalmente, pondo em desvantagem, senão manifesto prejuízo, o credor que se vê sem receber o direito, inclusive alimentar, que lhe foi definido em decisão judicial. Há, na melhor concepção tomista, inegável perversão da ordem natural das coisas.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



jurídicas que devem nortear os veredictos. Dizer o direito (*iurisdictio*) é expressar a vontade sedimentada pelo coletivo com sentido de obrigatoriedade. A atividade interpretativa do juiz também se alinha ao prestígio das normas consuetudinárias. E obviamente não se cogita de dizer o direito sem prévia atividade interpretativa. Com efeito, Aquino (2005, p. 600) assim se manifesta:

Portanto, também pelos atos, maximamente multiplicados, que constituem o costume, pode a lei ser mudada e ser exposta, como também ser causado algo que adquira força de lei, a saber, enquanto por atos exteriores multiplicados o movimento interior da vontade e o conceito da razão são declarados de modo o mais eficaz, uma vez que, quando algo se faz muitas vezes, parecer provir do deliberado juízo da razão. E de acordo com isso, o costume tem força de lei, e abole a lei, e é intérprete das leis.

De realçar, entretanto, que a autoridade do costume jurídico a que se refere o aquinate não se destina senão à lei humana ou positiva. A lei natural conserva sua superioridade normativa, seja sobre a lei humana, seja sobre o costume. Nesse sentido é a seguinte afirmação de Tomás (2005, p. 600):

...deve-se dizer que a lei natural e divina procede da vontade divina, como foi dito. Por isso, não pode ser mudada pelo costume que procede da vontade do homem, mas só pode ser mudada pela autoridade divina. E daí é que nenhum costume pode adquirir força contra a lei divina ou a lei natural.

514

Função social do processo judicial medieval-tomista

Na concepção tomista do direito e da justiça natural deve o juiz, diante do caso concreto, determinar o que é justo, sugerindo, por exemplo, que o Estado estimule e até conceda trabalho remunerado ao trabalhador, vagas nas escolas às crianças, policiais educados e preparados em número adequado para dar segurança nas ruas, assim como hospitais com vagas disponíveis e devidamente aparelhados para socorrer e cuidar da saúde dos enfermos (AQUINO, 2005, p. 85-86).

Os exemplos lastreados são apenas enunciativos e, embora concebidos originariamente sob ares medievais-tomistas, se espriam, entre muitos outros, como diretrizes de direitos



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



fundamentais e sociais constantes do atual texto constitucional brasileiro⁵. Trata-se do que Mauro Schiavi (2015, p. 135) intitula “função social do processo”, com alusão específica ao processo do trabalho. Assim discorre:

Em razão do caráter publicista do processo do trabalho e do relevante interesse social envolvido na satisfação do crédito trabalhista, a moderna doutrina tem defendido a existência do princípio da função social do processo trabalhista. Desse modo, deve o Juiz do Trabalho direcionar o processo no sentido de que este caminhe de forma célere, justa e confiável, assegurando-se às partes igualdades de oportunidades, dando a cada um o que é seu por direito, garantindo-se a efetividade processual, mas preservando-se, sempre, a dignidade da pessoa humana tanto do autor como do réu, em prestígio da supremacia do interesse público.

Todas essas situações fáticas que mencionamos são indicativo de que a doutrina jurídico-processual de Aquino conduz o juiz a atuar corretamente, adotando comportamento e decisões que transcendam aos textos imperfeitos da lei e primando pela realização da razão de ser e missão substrato de sua existência, ou seja, promover o equilíbrio e harmonia sociais (bem comum) por meio da jurisdição. Observe-se a atualidade dos ensinamentos tomistas no particular, na dicção de Helena Diniz (2015, p. 391):

Bem comum. Teoria Geral do Direito. 1. É o resultante da harmonização da liberdade, paz, justiça, segurança, solidariedade e utilidade social feita pelo juiz ao aplicar a lei ao caso concreto. 2. É a ordem jurídica, pois, como ensina Goffredo da Silva Telles Jr., é o único bem que todos os participantes da sociedade política desejam necessariamente, uma vez que sem ordem jurídica não há sociedade. 3. É o fim da própria vida social, por ser a *ratio formalis quae* do direito, que se

515

⁵ Nesse contexto, o artigo 1º, inciso IV, da Constituição Federal, prescreve: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...). IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”. E o artigo 5º, inciso LIV, da Constituição prescreve: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. O artigo 7º da multicitada Constituição prescreve ainda que “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...). IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Por sua vez, o artigo 144 da mesma Constituição expõe: “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Ademais, o artigo 170, inciso VIII, da mesma Lei Fundamental prescreve ser princípio fundamental da ordem econômica a “busca do pleno emprego”. Por fim, o artigo 196 da citada Constituição Federal estabelece: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



obtem com a harmonização dos bens particulares com o da comunidade. Na idéia de ‘bem comum’ há um dualismo: a) o bem comum determinante do sentido valorativo da ordem jurídica; e b) o bem comum de caráter social, fundamento das normas de direito, que atenderão ao interesse social, tendo por fim a garantia da paz e da justiça social. A fórmula ‘bem comum’ visa limitar o poder ‘criador’ do órgão judicante, fazendo com que, ao prolatar sua decisão, considere as valorações positivadas na sociedade, sem atentar às suas pessoais.

É justo o julgamento baseado na lei, exceto quando esta é injusta. Como a lei deve expressar o que é direito, reto e bom, segue-se que a base de um julgamento tecnicamente justo é a obediência aos preceitos da lei. Tal disciplina integra o que Chalmers (p. 207-208) denomina justiça legal, não obstante reconheça faculdades interpretativas amplas ao julgador, eis que

“la mayor descentralización posible de la actividad del gobierno (...), o a atribuir amplias facultades interpretativas a los jueces (...), aspecto de la virtud de la prudencia que guía el descubrimiento del espíritu de la ley más allá de su aplicación literal (...)”.

A justiça como objeto da jurisdição, isto é, objeto da atividade do juiz, não se desfaz quando o julgador é induzido a erro pela atuação aleivosa das partes ou corrupção de testemunhas. Nesse sentido, Tomás sustenta que a eventual imputação de injustiça do juiz não se confunde com o fato dele ter sido induzido a erro (AQUINO, 2005, p. 171).

A injustiça, nesse caso, é proveniente daquele ou daqueles que traem a confiança do juiz e, por isso, ainda que o julgamento tenha sido equivocado, não há injustiça praticada pelo Juiz. É dizer que o antecedente defeituoso não vincula nem compromete a conduta do juiz no consequente. O equívoco a que é levado o juiz não afasta, senão confirma, sua intenção de decidir com justiça, quando tal equívoco é provocado intencionalmente por quem dele se aproveita. Nesse sentido são as palavras de Aquino (2005, p. 176):

Tratando-se de um caso particular, porém, a informação lhe vem mediante as peças, os testemunhos e os demais documentos legítimos, que hão de ser seguidos no julgamento mais do que a ciência que o juiz adquire como pessoa privada. Essa ciência, no entanto, poderá ajudá-lo a discutir mais rigorosamente as provas aduzidas e a desvendar-lhes os defeitos. Mas se não conseguir se desfazer delas pelos caminhos jurídicos, deverá basear nelas o seu julgamento.

Teoria do processo e o justo racional medieval-tomista

Processo judicial com justiça pressupõe fundamentalmente boa-fé e comprometimento do julgador com o restabelecimento do equilíbrio e da harmonia entre os litigantes. São fatores que conjugados no íntimo, consciência e preparo do juiz perfazem um julgamento justo e correto. Como ressaltado, a jurisdição judicial conforme a doutrina de Tomás de Aquino

516



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



confere especial relevância à atuação dos juízes e à racionalidade de seus veredictos. Assim leciona o aquinate (2005, p. 87):

O julgamento é lícito na medida em que é um ato de justiça. Ora, como já se explicou, para que o julgamento seja um ato de justiça, se requerem três condições: 1º que proceda de uma inclinação vinda da justiça; 2º que emane de autoridade competente; 3º que seja proferido segundo a reta norma da prudência. A falta de qualquer desses requisitos torna o juízo vicioso e ilícito.

A superação e a extinção dos processos ordálios e dos procedimentos da Inquisição representaram o início das preocupações do aquinate em promover a redenção da doutrina cristã a partir da análise racional das coisas, elevando a fé a preceito palpável ao homem sem lhe corromper a natural epifania.

A atribuição à realeza da função jurisdicional, embora com possibilidade de delegação, consistia na cultura medieval de considerá-la atividade de grande importância e de elevada nobreza, digna portanto do próprio titular do reino, isto é, o príncipe. É nela que o rei julga como juiz natural e com posição de independência diante dos outros investidos de segmento do poder e de superioridade em relação aos súditos. Essa concepção medieval-tomista de jurisdição perdura praticamente incólume na contemporaneidade dos estudos jurídicos e é matéria recorrente nas faculdades de direito⁶. Vejam-se as lições de Grossi (2014, p. 162) no particular:

Iurisdictio, em sentido estrito, é a função de julgar própria do juiz ordinário, mas também – e sobretudo – algo maior e mais complexo: é o poder daquele – pessoa física ou jurídica – que ocupa uma posição de autonomia diante dos outros investidos de poder e de superioridade diante dos súditos. E não é este ou aquele poder (numa visão espasmodicamente fragmentária que é própria de nós, modernos, mas não foi a dos medievais), mas sim uma síntese de poderes que não se teme ver condensada num único sujeito.

Em que pese, como dito, condensada na figura do titular do reino, o príncipe, já no medievo tomista a jurisdição não se confundia com a prerrogativa de legislar, também imanente ao governante. Ela é função própria e específica e se alinha à definição técnico-jurídica hoje em voga. Jurisdição e ato de legislar, portanto, concentram esferas distintas da atuação do governante régio, sendo aquela superior a esta.

A autoridade de julgar, por conduto divino, é também fundamento filosófico que norteia a função jurisdicional medieval e tem sua razão de ser na promoção do bem e do justo.

⁶ Nesse sentido, Marcus Vinícius Rios Gonçalves assenta o seguinte conceito de jurisdição: “Função do Estado, pela qual ele, no intuito de solucionar os conflitos de interesse em caráter coativo, aplica a lei geral e abstrata aos casos concretos que lhe são submetidos”.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



Pedrero-Sánchez (2000, p. 120), a esse propósito e parafraseando o livro bíblico dos Romanos, assevera, com acuidade:

Todo homem se submete às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão para si a condenação. Os que governam incutem medo quando se pratica o mal, não quando se faz o bem. Queres então não ter medo da autoridade? Pratica o bem e dela receberás elogios, pois ela é instrumento de Deus para te conduzir ao bem. Se, porém, praticares o mal, teme, porque não é à toa que ela traz a espada: ela é instrumento de Deus para fazer justiça e punir quem pratica o mal.

Pelo que podemos pressentir desse tópico da doutrina tomista, o juízo exercido por autoridade não oficialmente investida do ministério de julgar constitui violação da Justiça natural, isto é, a justiça pautada em premissas racionais. Com isso, estar-se-á pondo o direito e a justiça no lugar natural que possuem e para que foram criados, constituindo sua própria razão de ser. É sob tal referencial teórico-processual medieval-tomista que se deve lastrear todo estudo do processo judicial na contemporaneidade.

Aquino se debruça ainda sobre a ordenação das ações do homem por conduto da razão e da virtude, o que obviamente remete ao processo e ao julgamento justo. Assim se pronuncia o Santo Doutor (2007, p. 433-434):

Del mismo modo que la mente del hombre se ordena bajo Dios, así se ordena el cuerpo bajo el alma y las tendencias inferiores bajo razón. Esta atañe a la providencia divina, una de cuyas formalidades propuestas al hombre es la ley divina consistente en que cada cosa ocupe su sitio. Por lo cual, el hombre ha de ser ordenado por ella de modo que las tendencias bajas estén sometidas a la razón, y el cuerpo al alma, y las cosas externas estén a su servicio.

A jurisdição processual segundo Tomás de Aquino certamente se espraia como teoria de justiça, conjugando o elemento jurídico ao teológico-filosófico. E, nessa atmosfera, confere as diretrizes fundamentais do que a posteridade idealizou e afirmou como função típica do poder judiciário. A orientação pelo justo e pelo ético é a tônica, a base e o bálsamo do judiciário de Tomás.

A submissão do julgador à justiça, seja esta a mais elevada das virtudes, é exigível mais que à própria autoridade da lei escrita ou positiva. Em outras palavras, a lei é o norte de que se deve orientar o julgador; quando, porém, houver colidência entre o justo e a norma, deve-se primar pelo primeiro. Assim se pronuncia o Doutor de Aquino (2005, p. 85):

Chama-se propriamente julgamento o ato do juiz como tal. Ora, juiz significa aquele que diz o direito. Mas o direito é objeto da justiça, como já ficou explicado. Segue-se que o julgamento, na acepção primeira do termo, implica uma



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



determinação ou definição do que é justo ou do direito. Ora, o que leva a definir o que convém nas ações virtuosas é o habitus da virtude. Assim, o homem casto decide bem o que respeita à castidade. Logo, o julgamento que implica a determinação reta do que é justo pertence propriamente à justiça.

6. Considerações finais

Pelo que foi exposto, verifica-se que Tomás de Aquino formulou uma filosofia jurídico-processual que, pela autoridade de seus princípios reitores, possui importante utilidade também nos dias de hoje. O sentido do justo é, em Tomás, não apenas uma qualidade da ordem natural das coisas, mas também, definitivamente, uma premissa de aplicação no mundo jurídico através dos institutos e categorias jurisdicionais construídos para utilidade no dia-a-dia das relações humanas e sociais.

Ao mesmo tempo, a ideia dos julgamentos justos e pautados em autoridade competente converteu as decisões dos juízes em diretrizes dignas de credibilidade e natural aceitação aos olhos de seus destinatários, nobres e súditos, numa concepção comparável à admissão dos mistérios da fé. Noutras palavras, Tomás promoveu uma redescoberta da autoridade dos julgamentos a partir da sensibilidade extraível da lógica e da razão empíricas dos juízes para proveito real e não fictício da comunidade.

Nesse panorama, a axiologia do processo judicial segundo a doutrina de Tomás de Aquino perpassa pelo julgamento reto e racional (justo por assim dizer), pela importância do princípio segundo o qual *in dubio pro reo*, pela hermenêutica voltada à ordem natural das coisas a partir da dinâmica da natureza criada e, finalmente, pela adequada colheita e valoração da prova com alicerce na razão do bem ínsita ao homem. Sem dúvida, trata-se, já no Medievo, na construção da cultura do que hoje denominados *due process of law*.

519

Referências

AQUINO, T. *Suma contra los gentiles*, vol. II. Trad. De Laureano Robles Carcedo y Adolfo Robles Sierra, Madrid: Biblioteca de los Autores Cristianos, 2007.

AQUINO, T. *Suma teológica*, São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BÖCKENFÖRDE, E. *História da filosofia do direito e do estado: antiguidade e idade média*, São Paulo: Antônio Fabris, 2011.

CHALMETA, G. *La justicia política en Tomás de Aquino: una interpretación del bien común político*, Pamplona: EUNSA, 2002.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. *Teoria geral do processo*, 22ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008.

DINIZ, M. H. *Dicionário jurídico*, 2ª ed., vol. 4, São Paulo: Saraiva, 2008.

GILSON, E. *A filosofia na idade média*, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GONZADA, T. A. *Tratado de direito natural*. Trad. de Keila Grinberg, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GROSSI, P. *A ordem jurídica medieval*. Trad. de Denise Rossato, São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KAUFMANN, A. *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1999.

KELSEN, H. *Teoria pura do direito*. Trad. de João Batista Machado, 8ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KENNY, A. *Filosofia medieval*, vol. II, Lisboa: Gradiva, 2010.

MORAIS, A. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*, São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, M. A. P.. O modelo de justiça racionalista: uma construção para iludir o tempo? *Direito natural, justiça e política*, vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

MORRIS, C. *Os grandes filósofos do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NUNES, C. P. Nótulas para uma filosofia jurídico-processual em Tomás de Aquino. *Revista Ágora Filosófica*, Recife, a. 11, n. 2, p. 7-37, jul./dez. 2011.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. *História da Idade Média: textos e testemunhas*, São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SCHIAVI, M. *Manual de Direito Processual do Trabalho*, 9ª ed., São Paulo: LTr, 2015.

ULLMANN, R. A. *A universidade medieval*, 2ª ed., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VILLEY, M. *Questões de Tomás de Aquino sobre direito e política*, trad. De Ivone Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2014.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



XAVIER, M. L. *Questões de filosofia na idade média*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

ZILLES, U. *Fé e razão no pensamento medieval*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

521



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O OFÍCIO DO HISTORIADOR NO COLONIALISMO DIGITAL

Tamara Juriatti¹

Embora possam parecer instrumentos neutros, as tecnologias que permeiam a pesquisa histórica são construções históricas que refletem valores e contextos específicos. Neste trabalho pretendo discutir através de uma análise bibliográfica quais as problematizações entorno do trabalho do historiador, permeado pela técnica e tecnologias recentes, em um contexto de Colonialismo Digital (Fasutino; Lippold, 2023).

Ao longo da trajetória da humanidade no planeta Terra, as técnicas de exploração da natureza passaram por transformações significativas, acompanhadas pelo desenvolvimento de novas ferramentas e tecnologias. O trabalho do historiador tem evoluído em sintonia com essas mudanças. Na arqueologia, por exemplo, a datação por carbono tornou-se essencial para debates sobre períodos históricos e a ocupação humana do planeta. A história seriada, por sua vez, depende de ferramentas capazes de lidar com grandes volumes de dados. Bases de dados virtuais facilitaram o acesso a informações, reduzindo significativamente os custos e tornando pesquisas mais acessíveis, que, de outra forma, seriam inviáveis. O advento dos gravadores popularizou e ampliou a prática da história oral. Além disso, a contextualização dos períodos históricos beneficia-se do vasto acervo disponibilizado por bibliotecas digitais, que ampliam o alcance e a profundidade das investigações acadêmicas. E os historiadores além de serem afetados pelas mudanças tecnológicas, também refletem sobre elas.

522

Os historiadores sempre estiveram atentos, portanto, à passagem e transformações das mídias, seja na disseminação do impresso, na prevalência da imagem impressa reinventada na técnica fotográfica, do registro sonoro gravado ou do seu transcurso no espaço por ondas eletromagnéticas. (Lucchesi et al., 2020, p. 166).

O trabalho historiográfico também é definido pelo período histórico em que é realizado, sendo que o tipo de fonte e a forma como ela é analisada passaram por várias mudanças ao longo do tempo. Lucchesi (2014, p. 2) utiliza o termo “inescapabilidade do presente”, que pode ser usado para refletir justamente a influência que os adventos tecnológicos produzem nos hábitos, comportamentos, padrões de consumo, de relacionamento e modelos de trabalho.

De acordo com Aguiar (2012, p. 21), a cultura digital exerce influência em dois aspectos principais na historiografia: no âmbito fenomênico, ao impactar a construção dos objetos históricos, como a cultura e a sociedade estudadas pela ciência histórica, e no plano

¹ Universidade Federal de Pelotas, doutoranda em História, Programa de Pós-Graduação em História. O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico-Brasil. Processo 141867/2023-0. Contato: tamara.juriatti@gmail.com.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



epistemológico, afetando a construção do próprio conhecimento e da escrita historiográfica. E, segundo o autor, é nesse último contexto que se percebe uma transformação mais evidente na forma como a historiografia é concebida e escrita.

Muito se tem falado, estudado e produzido sobre IA, o debate além de estar presente no meio acadêmico, com a criação de núcleos de estudo, projetos e programas de pós-graduação, dossiês temáticos em revistas científicas e projetos interdisciplinares, tem chamado a atenção da população como um todo, estando presente nas redes sociais, em podcasts, em revistas e em plataformas de ensino.

Faustino e Lippold (2023, p. 107) ao pensarem sobre colonialismo digital, afirmam que “a suposta 'era informacional' segue, na verdade, pautada pelos velhos limites materiais de produção”, onde desigualdades ainda se fazem muito presentes. Cabe então, não uma refutação do atual desenvolvimento tecnológico humano, mas um olhar crítico, onde seja possível perceber os limites e possibilidades dessas ferramentas, inclusive no trabalho historiográfico.

Novaes e Dagnino (2004) discutem em um artigo qual o papel da tecnologia no modo de produção capitalista, para isso usam o conceito de fetiche da tecnologia. Cabe lembrar que o fetiche se popularizou nas ciências com a definição no livro de Marx (2017) “O Capital”, onde ele aborda o fetiche da mercadoria, processo pelo qual as relações sociais de trabalho são apagadas ao longo do processo produtivo, valorizando-se a mercadoria produzida e esquecendo-se das relações sociais de produção. Portanto ao analisar o fetiche da tecnologia é possível pressupor que toda excitação sobre a IA, muitas vezes, não leva em conta as relações sociais necessárias para a sua produção, e como o mais-valor que é gerado na sua aplicação pode camuflar várias desigualdades sociais e econômicas.

Segundo Andrade (2022, p. 185), no início dos anos 1990, a ascensão da sociedade da informação ocorreu em paralelo à retórica da globalização, trazendo consigo a pauta da inclusão digital. A expectativa era de que essa inclusão acelerasse a modernização em países em desenvolvimento, influenciasse políticas públicas educacionais e tornasse os processos burocráticos mais ágeis, aumentando a eficiência do Estado. Nesse contexto, o debate inicial sobre o futuro da sociedade da informação foi marcado por um otimismo entre cientistas sociais e filósofos, que previam a consolidação da rede de computadores interconectados como um espaço democrático. Acreditava-se que esse ambiente possibilitaria diversas sociabilidades simultâneas e fomentaria práticas comunicativas emancipadoras, permitindo a estruturação dos poderes do agir comunicativo. Contudo essa expectativa foi frustrada pela lógica do modo de produção capitalista.

Novaes e Dagnino utilizam definições criadas pelo filósofo Andrew Feenberg (1999 *apud* Novaes; Dagnino, 2004) que defende que a tecnologia é um artefato sociocultural e que, portanto, possui uma origem histórica, política e cultural. O mesmo autor chama de determinismo tecnológico, o campo que percebe a tecnologia como um ente separado da sociedade, inclusive com uma visão evolucionista dos aparatos tecnológicos, como se todas as sociedades em algum momento chegarão ao ápice técnico. Também faz uma crítica (2004,

523



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



p. 193) da visão instrumental, onde seus adeptos defendem que a tecnologia é neutra e os usos que são feitos dela podem ser bons ou ruins, usando como analogia um bisturi, que se usado por um médico pode salvar vidas, mas se usado por um assassino pode acabar com elas.

Ambas as ideias, determinista e instrumental, são criticadas pelos autores, que entendem que os inventos tecnológicos obtidos até então são um mundo em um universo de possibilidades que poderiam ter sido criadas se outras configurações estruturais existissem. A racionalidade técnica estaria situada em uma intersecção entre ideologia e técnica, criada a serviço daqueles que a financiaram (Novaes e Dagnino, 2004, p. 196-197).

Faustino e Lippold (2023, p. 77) argumentam que apesar das forças produtivas representarem uma ampliação das capacidades humanas através de um trajeto não linear e complexo de afastamento das capacidades naturais, a necessidade de valorização do valor, empregada no atual estágio de acumulação modo de produção capitalista, leva a uma inversão produtiva, onde a tecnologia se apresenta como força destrutiva. Exemplificando que, ademais de todo o avanço técnico-científico a violência não diminui, mas seu grau de sofisticação está aumentando com o uso de tecnologias para necropolíticas de poder contra territórios guetizados e do mundo como um todo (Faustino; Lippold, 2023, p. 38).

Essa visão vai de encontro ao que escreveu Benjamin (2020, p.32) nas suas teses sobre a história, onde ele associa a ideia de progresso como inseparável de uma noção de marcha em um tempo homogêneo e vazio, onde não ocorrem conflitos. Portanto o progresso inexistente na prática do modo como é afirmada pelos teóricos da ideia de uma evolução civilizatória dada como certa. Câmara e Benicio fazem uma reflexão semelhante:

Ainda assim, em nossa sociedade, é comum observarmos que discursos que propõem o desenvolvimento tecnológico apostem na promessa de avanço social. Prevalece ainda, no pensamento moderno, uma certa narrativa de progresso, em que o futuro figura como o horizonte da esperança, restando nos superar as precariedades do presente. Com isso, vemos na tecnologia exclusivamente um sentido positivo de evolução... No entanto, seria nossa capacidade política diretamente proporcional à nossa capacidade técnica? (Câmara; Benicio, 2017, p. 44).

O avanço das técnicas produtivas não pode ser encarado como um progresso universal, pois, em uma sociedade estruturada por hierarquias de classe, o progresso não beneficia a todos de forma equitativa. Esse desenvolvimento não foi realizado de maneira coletiva e justa, mas, ao contrário, baseou-se em embates sociais e disputas entre os diferentes agentes envolvidos em seu processo

Faustino e Lippold (2023, p. 53) escrevem que se o 'hardware social' sobre a qual emergem e se consolidam as novidades tecnológicas é o velho capitalismo, é fundamental lembrar que esse modo social de produção se estruturou a partir do colonialismo. Portanto, os autores que serão usados para debater a atual racionalidade técnica e seus desdobramentos na

524



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



sociedade, utilizam a noção de colonialismo para pensar as atuais relações entre técnica e capital, sendo uma reflexão importante ao pensarmos como o trabalho de produção do conhecimento e suas técnicas e tecnologias se inserem no contexto global.

Ao tratar sobre acumulação primitiva de capital Marx se debruça sobre a importância do sistema colonial para a gênese do capitalismo industrial, foi através dos recursos exauridos das colônias que o capital dos países colonizadores se acumulou a ponto de ser possível a formação de uma estrutura industrial.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravidão e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para caça comercial de peles negras, caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva...Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal... Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravidão e o latrocínio refluíam à Metrópole e lá se transformavam em capital (2017, p. 821-823)².

525

Cassino (2021, p. 25) observa que Quijano coloca como peças indispensáveis para o processo civilizatório europeu o racismo, a escravidão e o genocídio dos povos indígenas. Ballestrin (2013, p. 100) elabora que é possível entender que o conceito de Quijano de colonialidade do poder exprime a ideia de que as relações criadas no período colonial não foram extintas com o fim do colonialismo, o conceito denuncia as formas coloniais de dominação, que perduram na nossa sociedade e contemporiza processos que supostamente foram apagados, assimilados ou superados. Posteriormente o conceito que Quijano elaborou de colonialidade do poder foi ampliado pelo grupo Modernidade/Colonialidade³, que, expandiu suas

² Em muitas passagens das obras de Karl Marx é possível perceber sua visão de evolução etapista da história, como se o capitalismo fosse uma etapa necessária para as nações do planeta, e a espoliação de países da América, África e Ásia eram etapas que por mais que trouxessem agruras, traziam também o progresso. Contudo como afirma Cassino (2021, p. 20) “[...] nos seus últimos anos ao perceber a dinâmica concreta das lutas, como a dos movimentos socialistas que cresciam na Rússia, ele passaria a aceitar a possibilidade de Estágios distintos de desenvolvimento em outras localidades”.

³ “Na América Latina, no final dos anos 1990, começou a se formar em Caracas, Venezuela, um grupo chamado Modernidade/Colonialidade, que é considerado no meio acadêmico um dos mais importantes coletivos sobre o pensamento latino-americano. Entre seus membros fundadores estão Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Arturo Escobar” (Cassino, 2021, p. 25).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



dimensões de análise adicionando a colonialidade do saber e do ser. A colonialidade portanto, se exprimiu como forma constituinte da modernidade, conceito que muitas vezes é usado para esconder as desigualdades presentes no capitalismo mundial. É preciso entender que sem a colonialidade a modernidade não teria sido da forma como é conhecida, da mesma forma que não poderia haver economia-mundo capitalista sem as Américas.

O avanço das industrializações criou uma nova onda de colonizações no século XIX e XX. Os países europeus, os Estados Unidos da América e o Japão exploraram países da África, Ásia e Oceania em busca de recursos baratos para uma industrialização com produção em massa. O jogo das cadeiras permitiu o surgimento de outros Estados, como o Império Alemão e a Itália, além de nas Américas os Estados Unidos conseguirem se firmar como uma superpotência.

Carvalho (1994) explica que a Revolução Industrial se iniciou no século XIX, se consolidando principalmente na Inglaterra e na Bélgica. As diversas crises políticas e sociais na França dificultavam o atrelamento da burguesia francesa na expansão industrial. Diante de tal conjuntura a Inglaterra ocupou uma hegemonia econômica como a única potência industrial durante a primeira metade do século XIX. A partir de 1850, período marcado por uma série de revoluções burguesas na Europa, além da unificação da Alemanha e da Itália, essa hegemonia foi abalada pelo ingresso de outras nações na disputa por mercados.

Segundo o mesmo autor a estrutura social e econômica da sociedade europeia resultaria na propagação da revolução industrial no continente, os anos 70 do século XIX concretizaram assim a etapa final da Segunda Revolução Industrial e o início da Grande Depressão do sistema capitalista. O crescimento desordenado do industrialismo conduziu a uma superprodução não absorvida pelo mercado consumidor existente. Adveio então, um longo período de recessão e desemprego, acompanhado da falência de empresas de pequeno e médio porte sobrevivendo os grupos industriais e comerciais com grandes montantes de capital que passaram a monopolizar o mercado. Nesse quadro global de transformações elaborou-se um novo momento de expansão territorial, extensão do antigo colonialismo mercantilista, chamado de imperialismo (Carvalho, 1994).

Os Estados Unidos da América que até 1776 era uma colônia inglesa, estava despontando como nação industrializada ao término da Guerra de Secessão. Beneficiado durante o antigo colonialismo pelo descaso inglês pelas colônias na América, o país se desenvolveu a margem do quadro de dependência econômica que caracterizou as demais colônias do novo mundo. Baseados na Doutrina Monroe, os norte-americanos expulsaram os franceses do México, intervieram nas negociações de limites entre Venezuela e Guiana Inglesa e iniciaram sua expansão territorial anexando Texas, o Oregon, o Novo México, Arizona e a Califórnia. Após a política intervencionista, os Estados Unidos conseguiram assegurar a supremacia no bloco americano, sua política imperialista garantiu a exclusividade dos investimentos no continente além de transformar as relações comerciais em relações bilaterais deixando em segundo plano o competidor europeu. O centro do capitalismo internacional deslocou-se, aumentando assim sua supremacia econômica e política (Carvalho, 1994, p. 33–36). Com um discurso

526



Conjugare

Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



civilizador, o imperialismo se desdobrava em uma nova fase Colonial distinguindo-se pela peculiaridade da nova ordem econômica nascida do liberalismo e do progresso tecnológico. Com o surgimento da doutrina neoliberal a partir do Consenso de Washington em 1989, a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, uma nova onda de retirada de recursos naturais, sociais e econômicos se inicia na América Latina. Segundo Silveira (2021, p. 38), o neoliberalismo em seu modo de pensar coloca o mercado acima de todas as demais decisões da vida, as empresas são o elemento crucial da existência e a concorrência vira o objetivo maior de qualquer agregado humano. Para o autor o neoliberal desloca as empresas para o centro de gravidade da existência e faz do Estado seu maior serviçal.

Essa lógica reforça a colonialidade, uma vez que a margem de manobra e as opções para encontrar outras saídas longe da compra de produtos e serviços das grandes corporações dos países ricos seriam muito pequenas ou inexistentes... O neoliberalismo é o atual ordenamento capitalista que envolve um estilo de governar e de ver o mundo como um arranjo de empresas que competem em função de um progresso infinito (Silveira, 2021, p. 41)

No caso do uso crescente de recursos digitais é possível perceber uma atualização das relações de colonialidade, onde o trabalho ganhou novas formas de expropriação e as informações da população viraram o novo ouro. Souza (2021, p. 111) coloca que é importante frisar que apesar de serem executados por máquinas, os algoritmos foram desenvolvidos e programados por seres humanos, não devendo ser tratados somente como meras mercadorias tecnológicas neutras, pois preconceitos humanos, valores e interesses privados estão embutidos em cada etapa do desenvolvimento dessas tecnologias.

Esses estudos de caso abordados mostram relações que podem ser vistas a luz do que muitos acadêmicos conceituam como colonialismo digital, que segundo Avelino (2021, p. 74) seria semelhante a arquitetura técnica do colonialismo clássico, onde, grandes empresas de tecnologia expandiram seus produtos e serviços em todo o mundo extraindo dados e lucros de usuários, enquanto concentram o poder e recursos em um único país, os Estados Unidos. Faustino e Lippold (2023, p. 94) também trabalham com a noção de colonialismo de dados, segundo a qual ocorre um direcionamento da tecnologia para a captação de dados, tanto de usuários quanto de empresas, que serviriam tanto para fins comerciais e políticos, como para treinamento de algoritmos. Para os autores os dados seria a matéria-prima a ser obtida por violentos ou consensuais processos de extrativismo formulando assim um processo de acumulação primitiva de dados.

Para este processo também é fundamental a produção de uma alienação técnica das pessoas que vivem nos países explorados pelas plataformas de tecnologia e comunicação. Esse processo é definido por Silveira (2021, p. 44) como a ignorância ativa sobre como funcionam as redes de criação, desenvolvimento e uso das tecnologias, onde as pessoas acreditam não ser importante se conhecer e dominar localmente os processos tecnológicos. O autor continua afirmando que a alienação é uma condição que contribui muito para a colonialidade,

527



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



já que ela avança a alienação do trabalho e dissemina a ideia de que as tecnologias são apenas meios, instrumentos ao nosso serviço, inofensivas.

A partir da segunda década do século XXI começam a surgir em maior número os trabalhos que refletem sobre a relação dos historiadores com a tecnologia, sendo utilizado, majoritariamente, a partir de então a termo “digital” para designar essa relação. Monina (2013, apud Noiret, 2015, p. 33) argumenta que grande parte das questões tradicionais do ofício do historiador, desde a formulação da hipótese de pesquisa até a comunicação dos resultados e o ensino da história envolvem, parcial ou totalmente, o uso da tela do computador. Essas práticas estão inseridas no ambiente digital, e, nesse contexto, a história digital pode ser compreendida como um amplo conjunto de produções e interações sociais voltadas para o conhecimento histórico, que é transferido, gerado ou experimentado digitalmente, abrangendo pesquisa, organização, relações, difusão, uso público e privado, fontes, livros, didática e desempenho, entre outros aspectos.

Pons (2018, p. 40), argumenta que de maneira geral, há três tipos de prática digital predominantes em nosso campo. Por um lado, a análise textual (muito ligada à chamada mineração de dados), que tem origem na filologia e nos estudos literários, sendo a mais comum nas humanidades digitais. Em segundo lugar, a coleta, preservação e apresentação do passado, que, embora possa ser associada às preocupações de arquivistas e bibliotecários, também está diretamente relacionada aos interesses de quem trabalha com história oral e, em particular, com história pública. Por fim, há o conjunto de propostas que podem ser incluídas na chamada “visualização”, geralmente vinculada à cartografia digital. Evidentemente, essas não são áreas separadas, pois é comum que se sobreponham umas às outras ou até mesmo todas ao mesmo tempo, mas para o autor representam as três formas mais recorrentes.

Aguiar (2012, p. 56), que trabalha principalmente com o aspecto da informação e comunicação, enfatiza a necessidade de refletir e debater a influência das tecnologias digitais na produção, divulgação e comunicação do conhecimento científico, ultrapassando uma abordagem meramente metodológica e tecnicista. O autor argumenta que as transformações no campo da história devem ser compreendidas como parte de uma reconfiguração paradigmática, caracterizada por realizações amplamente reconhecidas que, por determinado período, estruturam os problemas e soluções de uma comunidade científica. Para o autor, no contexto historiográfico, essa mudança paradigmática envolve uma redefinição das concepções de tempo e espaço, fortemente impactadas pelas tecnologias digitais, que modificam tanto a forma como os historiadores percebem o passado quanto os métodos empregados em sua prática. Desse modo, as novas tecnologias não se limitam a oferecer ferramentas metodológicas; elas incidem sobre a própria matriz epistêmica da disciplina, transformando teorias, conceitos, instrumentos e métodos, e, conseqüentemente, reconfigurando a prática histórica.

Pons (2018, p. 21) argumenta que a transformação do ambiente acadêmico, impulsionada pelo advento das tecnologias digitais, alterou significativamente a forma como o conhecimento é armazenado, distribuído e acessado. Estamos imersos em uma sociedade

528



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



onde as fontes estão se tornando cada vez mais acessíveis, pois através delas são gerados os dados que os algoritmos de Inteligência Artificial- IA precisam para serem treinados e gerarem imagens, textos, cartografias, esquemas, nuvens de palavras e outras tarefas que podem ser úteis para os historiadores. Precisamos levar em conta que o trabalho do historiador inserido no setor público também pode passar pelo tratamento e análise de fontes que se tornarão dados, que muitas vezes estão em disputa com as big techs do capital privado, que exercem uma coleta predatória e muitas vezes antiéticas das nossas informações.

A divulgação dos materiais finalizados tem se democratizado, por exemplo, são comuns repositórios de universidades, de revistas científicas e os pesquisadores que fazem cada vez mais divulgação do seu trabalho nas redes sociais e participam de podcasts. O ensino também está em transformação com a hipertextualidade, os smartphones e os chats bots, por um lado, facilitando a abordagem de conteúdos em sala de aula, mas por outro lado induzindo as pessoas que não são da área ao erro de achar que os professores não são fundamentais para o aprendizado, uma falácia, pois como diriam Lucchesi, Silveira e Nicodemo (2020) “Nunca fomos tão úteis”, já que as informações falsas são cada vez mais comuns e a extrema direita se utiliza da educação para produzir materiais que deturbam a ética na pesquisa.

Câmara e Benicio (2017, p. 45 e 52) analisam que os algoritmos de busca dos serviços de pesquisa na internet são baseados em padrões mercadológicos e que para um consumidor não há nada de errado em eliminar o que é irrelevante, mas ele ressalta que não necessariamente o que é bom para os consumidores é bom para os cidadãos: “As coisas de que gosto podem não ser as que realmente quero, muito menos as que preciso saber para me tornar um membro bem-informado da minha comunidade ou do meu país”. E que por mais que o caráter fluido da web parece indicar uma ascensão de processos anti-hegemônicos, pode-se ponderar se tal fluidez não parte de uma lógica de flexibilização própria do capitalismo em seu estágio avançado. Assim, apostar em formas de comunicação mais breves, descentralizadas e fragmentadas pode também significar, por outro lado, reforçar o status quo e não apenas desafiá-lo. Reflexão que também pode ser usada no campo do ensino e divulgação do conhecimento historiográfico, já que a formação de cidadãos conscientes de seu papel como sujeitos históricos não se dá de forma instantânea.

As universidades também representam um ponto de reflexão importante. Até onde o governo brasileiro está preparado e investindo para que os cientistas brasileiros consigam desenvolver ao máximo as potencialidades da tecnologia brasileira? Sendo que muitas universidades esbarram em um descaso com relação à tecnologia, onde muitas salas de aula e laboratórios de pesquisa não possuem nem tomadas elétricas funcionais. Nossos sistemas de ensino à distância não permitem nem o carregamento de vídeos maiores que dois minutos sem entrarem em sobrecarga. No caso da História os investimentos nestes setores são menores ainda, sendo que a maioria dos estudantes de pós-graduação nem possuem bolsa para seu sustento e dedicação integral a sua pesquisa.

Segundo Pons (2018, p. 42), a história digital, com todas as suas virtudes e defeitos, nos leva à provocação de refletir se ela realmente inaugura algo novo ou se apenas apresenta o passado

529



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



de uma forma diferente. O autor argumenta que a resposta não é simples por duas razões: primeiro, porque a diversidade de exemplos existentes permite a formulação de conclusões distintas; segundo, porque não seria sensato rejeitar abordagens que não apresentem inovações significativas, uma vez que o próprio processo deve ser considerado. Nesse sentido, ele destaca que a experimentação e o aprimoramento das vantagens metodológicas dessas ferramentas fazem parte desse desenvolvimento.

A História Digital emerge como um campo dinâmico e em constante evolução, marcado pela interseção entre historiografia e tecnologia. Ao longo das últimas décadas, o debate sobre a incorporação de ferramentas digitais na pesquisa histórica tem se expandido. Desde os primeiros questionamentos sobre o uso de computadores na organização e análise de fontes até a adoção de metodologias mais avançadas, como a mineração de dados e a visualização de informações, observa-se um movimento contínuo de transformação na forma como o passado é investigado e representado. Embora não seja consenso que essas mudanças configuram uma revolução paradigmática, é inegável que elas alteram significativamente as práticas de pesquisa, a produção e a difusão do conhecimento histórico.

A História Digital não pode ser compreendida de maneira isolada, desvinculada das estruturas sociais e econômicas que moldam a tecnologia. O debate sobre colonialismo digital e a apropriação de dados evidencia como as relações de poder se reproduzem no ambiente digital, reforçando desigualdades históricas. Assim, para além de explorar as possibilidades oferecidas pelas novas ferramentas, os historiadores devem manter um olhar crítico sobre os impactos da digitalização no campo historiográfico e na sociedade como um todo.

Dessa forma, a História Digital representa não apenas um conjunto de técnicas, mas um espaço de reflexão sobre as transformações do próprio ofício do historiador. Se, por um lado, ela amplia o acesso às fontes e proporciona novas formas de análise, por outro, exige uma constante problematização dos limites e desafios impostos pelo avanço tecnológico. Cabe, portanto, à comunidade historiográfica não apenas incorporar essas inovações, mas também questioná-las, garantindo que sua aplicação contribua para um entendimento mais profundo e plural do passado.

A inserção de tecnologias digitais no ofício historiográfico ilustra como o progresso técnico, longe de ser neutro, reflete as estruturas sociais e econômicas que o produzem e o utilizam. Assim como o fetiche da mercadoria descrito por Marx, que invisibiliza as relações sociais de produção, o fascínio sem criticidade pelas tecnologias contemporâneas frequentemente ofusca as desigualdades e os processos de exploração embutidos em seu desenvolvimento e disseminação.

O colonialismo e suas permanências, constituem elementos cruciais para compreender como essas desigualdades são reproduzidas no tempo presente. As tecnologias, enquanto produtos de relações sociais historicamente localizadas, servem tanto para consolidar hegemonias quanto para promover novas formas de dependência. A exploração de dados nos países periféricos, por exemplo, evidencia a continuidade de lógicas coloniais adaptadas ao

530



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



neoliberalismo, em que a concentração de capital e poder nos centros globais perpetua as assimetrias históricas de acesso e desenvolvimento.

Ademais, o contexto neoliberal impõe uma visão instrumental e acrítica da tecnologia, reduzindo-a a um meio para alcançar eficiência e lucro, desconsiderando seus impactos sociais e éticos mais amplos. A tecnologia não é neutra, mas um artefato sociocultural moldado pelas ideologias dominantes. Esse determinismo tecnológico, aliado ao modelo liberal de progresso, reforça a crença em um futuro homogêneo e inevitável, negligenciando a diversidade de experiências e os conflitos que moldam as trajetórias históricas.

Novaes e Dagnino (2004, p. 205) defendem que ao invés de atribuir à técnica uma eficiência incontestável, seria necessário um radical redesenho tecnológico para incorporar outras variáveis na configuração tecnológica, tais como participação democrática no processo de trabalho, variáveis ambientais, critérios de saúde no trabalho, impacto da técnica na saúde dos consumidores e desenvolvimento das potencialidades intelectuais dos trabalhadores. Tal abordagem evidencia a necessidade de alinhar os avanços tecnológicos às demandas sociais e éticas, rompendo com modelos que privilegiam interesses hegemônicos em detrimento do bem-estar coletivo e da sustentabilidade da vida humana no planeta Terra.

Portanto, compreender o trabalho do historiador como parte desse quadro histórico mais amplo é essencial para uma abordagem crítica do uso de tecnologias no campo da história. Ao refletir sobre as condições de produção do conhecimento, o historiador não apenas reconhece as limitações e os vieses de suas ferramentas, mas também assume a responsabilidade de propor alternativas que incorporem critérios éticos. Essa postura, por sua vez, exige uma constante problematização das estruturas de poder que influenciam tanto o passado quanto o presente, reafirmando o compromisso do historiador com a produção do conhecimento em bases mais equitativas.

531

Referências

AGUIAR, L. C. DE. **Cultura digital e fazer histórico: estudos dos usos e apropriações das tecnologias digitais de informação e comunicação no ofício do historiador.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

ANDRADE, D. E.-J. Redes Sociais Digitais: um novo horizonte de pesquisas para a História do tempo presente. Em: BARROS, J. **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. p. 179–227.

AVELINO, R. Colonialismo Digital: dimensões da colonialidade nas grandes plataformas. Em: SILVEIRA, S. A. DA; SOUZA, J.; CASSINO, J. F. (EDS.). **Colonialismo de dados: Como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal.** São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021. p. 67–83.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 16 jul. 2013.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de História**. Tradução: Adalberto Müller. São Paulo: Alameda Casa Editorial Ltda., 2020.

CÂMARA, S.; BENICIO, M. História Digital: entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional. **Revista Observatório**, v. 3, n. 5, p. 38–56, 1 ago. 2017.

CARVALHO, P. E. D. **Neocolonialismo: a Expansão Imperialista do século XIX**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1994.

CASSINO, J. F. O sul global e os desafios pós-coloniais na era digital. Em: **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021. p. 13–31.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital: por uma crítica Hacker-Fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.

FONSECA, B. Google pagou R\$ 670 mil em anúncios contra o PL 2630. **Agência Pública**, 9 maio 2023.

LUCCHESI, A. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. **Boletim Historiar**, n. 2, 9 abr. 2014.

LUCCHESI, A.; SILVEIRA, P. T.; NICODEMO, T. L. Nunca fomos tão úteis. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 27, n. 45, p. 161–169, 19 jun. 2020.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2017.

NOIRET, S. História Pública Digital | Digital Public History. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1, 28 maio 2015.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. **ORG & DEMO**, v. 5, n. 2, p. 189–210, 2004.

PONS, A. El pasado fue analógico, el futuro es digital. Nuevas formas de escritura histórica. **Ayer**, n. 110, p. 19–50, 2018.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SILVEIRA, S. A. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. Em: **Colonialismo de dados: Como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021. p. 32–50.

SOUZA, J. Inteligência Artificial, algoritmos preditivos e o avanço do colonialismo de dados na saúde pública brasileira. Em: São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021. p. 107–125.

533



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



RACIONAIS MC'S NO ENSINO DE HISTÓRIA NA LUTA ENTRE PODER E EXCLUSÃO

Yasmin Rodrigues Luis dos Santos¹
Tathianni Cristini da Silva²

Introdução

Desde a diáspora africana do século XVI, motivada pelas estruturas coloniais e capitalistas, as histórias do Atlântico pós-abolição são difundidas a partir da perspectiva que os historiadores denominam “história dos vencedores”, que nada mais é do que a versão do passado protagonizada pelo homem europeu. Esse trabalho busca apresentar novas ideias para a abordagem curricular do ensino de História da África e dos afro-brasileiros nas aulas de História do Ensino Médio, centrando-se na decolonização curricular, através da arte e da aprendizagem significativa. O objetivo dessa pesquisa é propor novas abordagens curriculares antirracistas através das músicas do grupo de *rap* brasileiro **Racionais MC's**, que desde os anos 1990 atuam denunciando a realidade dos negros nas periferias do país, destacando as dificuldades enfrentadas por esse grupo, que vive em um Estado que a muito procura ferramentas para exterminá-los.

Essa pesquisa tem como tarefa deixar que os próprios afrodescendentes, como o Racionais MC's, contêm sua versão das histórias que ocorreram com os negros– no pós-abolição, levando essas perspectivas para as salas de aula de Ensino Médio com o intuito de trabalhar a criticidade, a criatividade e o aprender de forma significativa.

Origens do Racismo no Brasil: uma relação entre Capitalismo, Escravidão e Racismo

A escravização na Era Moderna tem seus moldes na discriminação do ser diferente, justificada ao longo dos séculos por várias vias: a religiosa, a cultural, a legislativa entre outras. Em termos concretos, o ser escravizado não era visto como um semelhante ao europeu, e sim como uma mercadoria. Para fins de lucratividade, o escravizado apresentava uma habilidade até então pouco explorada, mas que nos séculos posteriores seria importante para o desenvolvimento da indústria como a conhecemos: a ideia da mercadoria que produz mercadoria.

¹ Graduada em História pela Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES, Professora na rede privada de ensino de Praia Grande/SP. yasrodriguesmin@gmail.com

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo/USP, com Pós-doutorado pela Cátedra Jaime Cortesão/USP. Professora nos cursos de Licenciatura em História e Pedagogia da Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. tathianni@gmail.com





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O racismo atual é, dessa forma, tanto um reflexo do passado escravocrata, quanto uma política estruturada para renovar as ~~novas~~ faces do capitalismo e da sociedade, que procura manter sua ordem de privilégios brancos. É dentro dessa perspectiva que o genocídio as pessoas negras no Brasil têm a sua manutenção desde o século XV até hoje, apenas incorporando novas ferramentas e práticas (NASCIMENTO, 1978), que serão analisadas adiante nesse texto.

“Efeito Colateral que seu Sistema fez”: O Rap e o Racionais MC’s

A escravidão e o racismo marcam a vida das pessoas negras em todos os lugares em que ocorreram os processos coloniais. A falta de oportunidades e de ascensão social estão presentes na realidade da população negra. O *Rap* (do inglês *Rhythm and Poetry*) é um movimento orgânico desenvolvido, primeiramente, na Jamaica e depois nos bairros periféricos de Nova York/EUA, na década de 1970, onde encontrou fôlego nos jovens negros e latinos que sofriam nos *ghettos* com os problemas da desigualdade social, do tráfico de drogas e da discriminação racial (VIEIRA; SANTOS, 2023, p. XI).

O Racionais MC’s é um grupo formado pelos integrantes Pedro Paulo Soares Pereira (1970), de nome artístico Mano Brown (líder, compositor e vocalista); Paulo Eduardo Salvador (1969), conhecido como Ice Blue (compositor e vocalista); Edivaldo Pereira Alves (1970), de apelido Edi Rock (compositor e vocalista); e Kleber Geraldo Leis Simões (1969), conhecido como KL Jay (compositor e *disc jockey*). A trajetória do grupo começa no fim da década de oitenta, onde fortemente inspirados pelos *rappers* norte-americanos Tupac (1971-1996) e The Notorious B.I.G (1972-1997), além de referências nacionais, os amigos que frequentavam os bailes de *Hip Hop* no centro de São Paulo/SP formam um grupo para cantar sobre a realidade das periferias paulistas e da população negra marginalizada do Brasil.

Enfrentando uma realidade violenta e racista o grupo tinha como objetivo denunciar a vida na periferia, a violência policial, dar voz para os marginalizados e combater o racismo através da arte. Sempre com letras muito politizadas e engajadas com a realidade brasileira, com destaque na vida das pessoas negras, o Racionais atingiu um sucesso inimaginável, após defrontar e expor a desigualdade social, contrariando as estatísticas que lhes eram impostas por sua realidade de favela - da morte, do crime e do subemprego- e hoje, trinta e um anos após a formação do grupo, suas letras seguem impactando e influenciando as novas gerações. Analisando as condições de vida das pessoas faveladas para Vieira e Santos (2023) é possível perceber: “Ao considerar o nível de pobreza, desemprego, fome, desigualdade, exclusão educacional e violência dos anos 1990, a vida de um jovem negro e da periferia era sinônimo de sobrevivência na adversidade, no inferno”. É a partir dessa grande necessidade de fazer-se ouvido e contra-argumentar noções racistas que eram difundidas diariamente por veículos

535



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



de comunicação, que as várias frentes do Movimento Negro³ foram articuladas, como uma espécie de “Efeito Colateral” ao passado escravocrata e a institucionalização do racismo, incluindo o *Rap* e o Racionais MC's.

Em “Capítulo 4, Versículo 3” (1997), podemos ouvir Mano Brown ditar, descrevendo a si mesmo:

[...] Na queda ou na ascensão, minha atitude vai além/ E tem disposição pro mal e pro bem/ Talvez eu seja um sádico, um anjo, um mágico/ Juiz ou réu, um bandido do céu/ Malandro ou otário, padre sanguinário/ Franco atirador se for necessário/ Revolucionário, insano ou marginal/ Antigo e moderno, imortal/ Fronteira do céu com o inferno/ Astral imprevisível, como um ataque cardíaco no verso/ Violentamente pacífico, verídico/ Vim pra sabotar seu raciocínio/ Vim pra abalar seu sistema nervoso e sanguíneo/ Pra mim ainda é pouco Brown cachorro louco/ Número um... guia terrorista da periferia/ Uni-duni-tê, eu tenho pra você/ Um rap venenoso ou uma rajada de PT. (CAPÍTULO 4, VERSÍCULO 3, 1997)

Ao utilizar adjetivos contraditórios para se apresentar, o *rapper* demonstra a grande potencialidade que tem, bastando apenas decidir se usará essa potência para “o mal ou bem”. No fim do verso, na estrofe “[...] eu tenho pra você, um *rap* venenoso ou uma rajada de PT”, essas duas opções são apresentadas ao ouvinte, como as alternativas que o músico dispõe no mundo para ser ouvido e compreendido: pela arte (o *rap*) ou pela violência (a arma).

É com o movimento musical que o grupo Racionais opta por “abalar o sistema”, utilizando da sua arte, aliada as outras manifestações do movimento negro, para cumprir seu objetivo de denúncia e representatividade dos marginais.

Na música “Negro Drama” (2002), pode-se perceber a gratidão que o vocalista apresenta ao gênero *rap*, ao dizer: “O *rap* fez eu ser quem sou/ Ice Blue, Edi Rock, KL Jay/ E toda a família e toda geração que faz o *rap*/ a geração que revolucionou, a geração que vai revolucionar/ Anos 1990, século XXI [...]”. A partir dessas afirmações é possível compreender a musicalidade dessa expressão não apenas como batidas e canções, mas para além disso, como uma forma de expressão cultural de um grupo historicamente oprimido, e a alavanca que muitos jovens encontraram para impulsioná-los a enxergar novas perspectivas, fora da realidade do crime e da desigualdade social. E nesse lugar de conforto e liberdade

536

³ O Movimento Negro no Brasil tem início com o tráfico negreiro transatlântico, onde essa comunidade articulou diversas frentes de resistência à escravidão e ao colonialismo, como por exemplo a formação de quilombos por todo país. Seu principal objetivo é, através da luta social, diminuir as disparidades entre brancos e negros na sociedade brasileira. As atividades do Movimento podem ser divididas em quatro fases: da Primeira República (1889) ao Estado Novo (1937); depois da Era Vargas (1945) ao começo da Ditadura Civil Militar (1964); em seguida, a terceira fase se passa entre 1978 e 2000, passando pela redemocratização do país e a Assembleia Constituinte de 1988. Por fim, a quarta fase, que corresponde a atualidade trata, principalmente, dos Feminismos Negros, tendo em pauta, por exemplo, as cotas raciais e a valorização da cultura negra (AMARO; FILHO, 2022, p. 3)





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



proporcionado pelo *Rap*, que o Racionais irá crescer como grupo musical e inspirará as novas gerações, dentro e fora do gênero, tanto pela sua postura política e crítica da sociedade, quanto pela sua grande ascensão social através da música (ROSA, 2023, p.88).

Denúncia e *Rap*: As Ferramentas do Genocídio Negro no Brasil

Para Nascimento (1978, p.93): “A história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro”. Essa afirmação é justificada, quando, ao repassar a história do país, percebe-se a institucionalização da morte de africanos e afrodescendentes pelo Estado brasileiro das mais diversas formas e nos mais distintos períodos, sempre renovando seus métodos de acordo com as políticas vigentes. O Movimento Negro do Brasil, que retoma suas atividades após a Ditadura Civil Militar implantada em 1964, procura denunciar essa política da morte através de organizações como o Gelédes⁴ - Instituto da Mulher Negra, criado em 1988 em São Paulo, pela autora Sueli Carneiro, e que reunia e segue reunindo intelectuais, ativistas e militantes negros para trocar livros e reflexões sobre as vivências negras (VIEIRA; SANTOS, 2023, p.15). Os jovens garotos do Racionais MC's (Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay) também participavam desses encontros e eram retroalimentados pelas pautas discutidas nesse ambiente. Aliado as suas vivências como homens negros, e cheios de ideologias disseminadas pelos escritos de líderes, como Malcom X (1925-1965), o grupo encontrou um papel fundamental para suas músicas: o de conversar, de maneira direta e simples, com a periferia, de modo a “traduzir” essa produção acadêmica para uma linguagem acessível, que evidenciasse o projeto do Estado de genocídio a população negra, entre outros assuntos.

Para Rosa (2023, p. 84) os “Racionais foram, e em certa medida ainda continuam a ser, os intelectuais que produziram essa representação do Brasil, a partir da fala do jovem negro da periferia das grandes cidades brasileiras”. É com suas músicas que o grupo denuncia o sistema e propõe formas de sobrevivência aos seus contemporâneos, transformando todos os seus álbuns em uma conjuntura que retrata sua visão do Brasil, fora da linguagem tida como acadêmica, porém cheia dos seus aspectos, oferecendo os elementos necessários para ampliar o pensamento dos seus contemporâneos sobre as dinâmicas raciais e políticas existentes e, o mais importante, a compreensão e apelo cultural e estético ao público-alvo do grupo: os marginalizados do país.

A partir desse ponto de vista que esse trabalho se propõe a analisar algumas das ferramentas - diretas e indiretas - que sustentam o genocídio físico e psíquico a população negra do Brasil e que foram descritas pelo Racionais MC's em suas músicas através das décadas de atuação na militância negra e no *Rap* nacional.

537

⁴ <https://www.geledes.org.br/>





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Criação das Favelas

A organização dos espaços urbanos no Brasil é um retrato claro das forças físicas e simbólicas que o Estado se utiliza para a extinção dos negros (FONSECA, 2023, p.70-71). Foi com a assinatura da Lei Áurea (13 de maio de 1888) que o governo passou a encarar organicamente a população negra como um problema remanescente de uma política ultrapassada, que necessitava ser completamente apagada da história do Brasil. Forma-se, então, sistematicamente o pensamento de que os afrodescendentes precisam ser aniquilados, e as ferramentas para o genocídio negro brasileiro começam a ganhar forma.

A imigração foi uma das primeiras políticas a serem implementadas com esse fim. Com a contratação e o incentivo do Estado para a vinda de camponeses europeus, os negros perderam seu espaço para, agora livres, trabalhar nas fazendas de café. A favela é, em suma, um local associado à exclusão socioespacial e à maciça violência urbana. Os integrantes do Racionais MC's são fruto desses territórios periféricos. Suas músicas são o retrato espacial, estético, cultural e cotidiano dessas vivências, muitas delas entrelaçadas com a morte, a fome e a dor física e simbólica causada pelos agentes do genocídio. Todavia, ao longo das décadas a favela se tornou palco das resistências de vários grupos marginalizados, principalmente negros e nordestinos.

O Racionais expõe a relação complexa entre os moradores da favela e seu local físico, fundamentada na noção de exclusão social, porém aliada a uma identidade e fraternidade desenvolvidas pelo lugar onde nasceram e cresceram, muito baseada em uma cultura única desenvolvida ali com a qual eles se identificam, e com os chamados “irmãos”, os companheiros que compartilham das mesmas vivências, no ambiente periférico.

Em “Periferia é Periferia (Em Qualquer Lugar)” de 1997, Edi Rock dita os versos:

Esse lugar é um pesadelo periférico/ Fica no pico numérico de população/ De dia, a pivetada a caminho da escola/ A noite vão dormir enquanto os manos decola/ Na farinha, na pedra/ Usando droga de monte, que merda (RACIONAIS MC'S, “SOBREVIVENDO NO INFERNO”, 2002).

As palavras do artista demonstram alguns aspectos muito presentes nas comunidades como o uso de drogas e o alto número de moradores. Ele usa o adjetivo “pesadelo” para descrever a localidade, assim como o próprio nome do álbum “Sobrevivendo no inferno” é um reflexo das suas percepções da favela como um lugar detestável para se viver. Todavia, em “Fórmula Mágica da Paz” (1997) Mano Brown descreve os sentimentos complexos em relação a periferia em:

Essa porra é um campo minado/ Quantas vezes eu pensei em me jogar daqui?/ Mas aí, minha área é tudo o que eu tenho/ A minha vida é aqui e eu não consigo sair/ É muito fácil fugir, mas eu não vou/ Não trair quem eu fui, quem eu sou/ Eu gosto de onde eu tô e de onde eu vim/ O ensinamento da favela foi muito bom pra mim. (RACIONAIS MCS, “SOBREVIVENDO NO INFERNO”, 2002)



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Esses sentimentos difusos são comuns nos moradores dessas comunidades, que podem ver sua saída dos ambientes periféricos como uma “traição” às suas origens. Em “Negro Drama”, de 2002, o grupo afirma, como uma constatação as indagações éticas que essa questão suscita: “Aí, você sai do *ghetto*/ Mas o *ghetto* nunca sai de você, morô?”, como uma validação para que os moradores não sintam culpa por uma eventual ascensão social, que pode resultar na sua mudança da favela.

Democracia Racial e Meritocracia

Desenvolvida por Gilberto Freyre (1900-1987) em sua obra “Casa Grande & Senzala” (1933), o conceito de Democracia Racial é amplamente naturalizado e difundido no Brasil, tanto entre alguns intelectuais, mas principalmente entre a sociedade civil em geral. Segundo essa teoria o Brasil é um país onde não existe racismo, pois sua condição de nação miscigenada (da mistura das etnias europeias, nativas e africanas) garante que as relações sejam mediadas pela igualdade e justiça social. Para os intelectuais negros, a Democracia Racial não passa de um mito que colabora para invalidar as lutas do Movimento Negro por direitos e igualdade. Segundo as palavras de Maria Beatriz do Nascimento (2021):

Se somos parte integrante de uma democracia racial, por que nossas oportunidades sociais são mínimas em comparação com os brancos? A resposta nos parece clara, embora discorrer sobre os fatores que nos levaram a isso constitua ainda hoje um tabu, e (o mais sério) esbarramos com o total despreparo para enfrentar os problemas advindos da prática da discriminação. Despreparo cuja origem está principalmente na falta de oportunidades no terreno da educação, o que reduz nossa capacidade de organização em torno do objetivo comum. Essa impotência parece legitimar a crença num sistema de relações raciais pacífico, reforçando a ideologia de “democracia racial”. (NASCIMENTO, 2021, p. 61-62)

Já em 1990, o grupo Racionais MC's lançava seu primeiro álbum, “Holocausto Urbano”, que tinha como objetivo central retratar o genocídio do Estado contra os negros, através de temáticas como a violência, a pobreza e o racismo (VIERA; SANTOS, 2023, p.13). Aliado intrínseco da Democracia Racial, a Meritocracia também é analisada pelos Racionais em “Racistas Otários” nos versos: “Os sociólogos preferem ser imparciais/ E dizem ser financeiro o nosso dilema/ Mas se analisarmos bem mais você descobre/ Que negro e branco pobre se parecem/ Mas não são iguais”. A junção dessas ideologias forma uma eficaz e poderosa arma de destruição e esvaziamento das pautas da luta antirracista, afastando os negros de uma tomada de consciência que considera o racismo e o passado escravocrata do Brasil como fatores determinantes para a desigualdade social no país.

539



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Exclusão do Sistema de Ensino

A concepção das favelas como a localidade onde os negros se desenvolvem, levando em consideração toda a precariedade das áreas urbanas periféricas, contribui para a articulação de mais uma ferramenta de genocídio, consciente e sistematizada pelo Estado: a Exclusão do Sistema de Ensino. Como resultado prático dessa política tem-se como decorrência alguns aspectos, como a evasão escolar, seguida da entrada para o mundo do crime, além de falta de oportunidades para cargos de gerência e chefia, e o principal, a privação de consciência sobre a situação do negro no Brasil.

Essa é uma temática da qual o Racionais se apropria desde o início de sua carreira. Em “Negro Limitado”, uma das duas músicas presentes no EP “Escolha o Seu Caminho”, de 1992, Mano Brown expõe o projeto de extermínio negro através da falta de educação em:

[...] Cultura, Educação, Livros, Escola/ Crocodilagem demais/ /Vagabundos e drogas/ A segunda opção é o caminho mais rápido /E fácil, a morte percorre a mesma estrada inevitável /Planejam nossa restrição /Esse é o título /[...] /Filho, é fácil qualquer um faz /Mas criá-los, não, você não é capaz /Ele nasce, cresce, e o que acontece? /Sem referência a seguir, cê terá que ouvir /Um mal aluno na escola certamente ele será /Mais um menino confuso no quarto escuro da ignorância /Se o futuro é as crianças /Talvez um dia de você ele se orgulhará /Você tem duas saídas /Ter consciência, ou se afogar na sua própria indiferença /Escolha seu caminho (menos um vírus) /Ser um verdadeiro preto, puro e formado /Ou ser apenas um negro limitado. (RACIONAIS MC's, “NEGRO LIMITADO”, 1992)

540

Essas falas demonstram como os *rappers* reconhecem que a falta de acesso a escolaridade é um problema que colabora para o afastamento da consciência sobre os fatores que levam a população negra a ser um dos grupos mais marginalizados do país, o que em linhas gerais resulta em variados desdobramentos infelizes na vida cotidiana dos afrodescendentes.

A pouca atratividade pela escola, que muitas vezes assume faces opressoras e racistas, induz os adolescentes a procurarem alternativas de dinheiro imediato e fácil, e especialmente, a busca contínua por escapar dos espaços de ensino, que se assemelham a reformatórios ou a casas de detenção. É com esses e outros elementos que os locais de ensino, além de introduzir uma ideologia racista, meritocrática, exclusória e de apagamento a cultura e história africana e afro-brasileira, afasta o jovem negro da escola e o aproxima da vida do crime, que consequentemente traz atrelada consigo a morte, seja pela violência policial ou pelos próprios companheiros de facções.

A exclusão de garotos negros ao sistema de ensino, seja ele o fundamental, o ensino médio ou a graduação é uma ferramenta que os expõe a morte. A falta de adequação dos currículos para abarcar temáticas que atraíam, compreendam e exponham as diversidades e contribuições da cultura negra, nas mais diversas áreas é também uma maneira de potencializar a saída desses alunos do ambiente de ensino e de aliená-los quanto às questões



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



da resistência negra e do racismo institucionalizado no Brasil. Os Racionais MC's, como um grupo altamente politizado e ciente da relevância da formação completa na vida de um jovem, sempre priorizou e incentivou seus ouvintes ao estudo. Infelizmente, ainda hoje no Brasil a exclusão do sistema de ensino, seja física ou ideologicamente, é uma ferramenta utilizada, principalmente no estado de São Paulo, com a precarização de todo o ensino gratuito, desde os anos iniciais até os finais, passando pelas estruturas escolares, pela contratação de pessoas sem formação pedagógica para ministrarem aulas, até o desvio de verba das merendas.

Manipulação Midiática

A mídia é composta por grandes meios de comunicação em massa, como rádio, televisão, plataformas *online* que atualmente, com o crescimento das tecnologias digitais, assumem mais rapidamente papéis de divulgação imediata e eficiente de ideologias. É a partir da propaganda bombardeada, especialmente, pelos canais abertos de televisão, que ideias vêm sendo expostas, ensinadas e absorvidas pela população brasileira, destacando-se o grupo das chamadas classes médias e baixas. Utilizando como suporte esses meios, a disseminação mascarada de ideologias racistas é replicada diariamente na casa desses cidadãos, em especial os que consomem jornais sanguinários e sensacionalistas, que tratam a denominada “guerra às drogas”, travada entre policiais e traficantes. Esse é um artifício para o genocídio negro nas periferias do Brasil.

A manipulação da mídia sempre fez parte da vida e é uma grande crítica dos Racionais MC's. Em “Capítulo 4, Versículo 3”, de 1997, o grupo canta: “Seu comercial de TV não me engana, eu não preciso de *status* nem fama [...]”, assim como em “Negro Drama”, de 2002: “Admito, seu carro é bonito e eu não sei fazer. Internet, videocassete, os carros louco [...]. Nesses trechos é possível perceber o desdém dos *rappers* pelas propagandas de consumo divulgadas na mídia, como uma das grandes pautas a favor de uma identidade própria e autônoma (periférica), que não imitasse ou buscasse o estilo do outro, que para eles são os donos desses meios de comunicação.

Para Abdias do Nascimento:

Em adição aos órgãos do poder- o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a polícia- as classes dominantes brancas têm a sua disposição poderosos meios de implementar controle social e cultural: [...] as várias formas de comunicação em massa- a imprensa, o rádio, a televisão- [...]; todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa, e como criador e condutor de uma cultura própria (NASCIMENTO, 1978, p. 93-94)

É dessa forma que a manipulação midiática é utilizada como uma eficaz ferramenta de genocídio negro, já que oprime e manipula as pessoas a crer que toda pessoa negra é um potencial marginal. Djamila Ribeiro (2019) ainda destaca como outras produções da mídia,

541



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



como as telenovelas, contribuem para o imaginário social acerca das pessoas afrodescendentes (imaginário esse que procura ser cada dia mais reforçado por esses meios) como os estereótipos de empregadas, presos e bandidos negros. Essa ideologia é constantemente difundida na psique de brancos e negros, o que resulta no reforço das percepções de “lugar de branco” (os mais altos postos sociais) e “lugar de negro” (os mais baixos postos sociais) (RIBEIRO, 2019, p.31-32).

Violência Policial

No Brasil, desde os tempos coloniais a população negra tem sua existência permeada pela subalternização e a maciça violência que assumiu diversos rostos ao longo da história. A polícia é o braço armado do Estado genocida brasileiro e contribui de forma direta para a morte dos afrodescendentes no país. Para Rosa (2023) a conjuntura atual das relações entre policiais e negros no Brasil é, ainda, um retrato dos moldes coloniais:

A narrativa transfigura o colonizador português como um policial, fazendo com que a dominação e a estrutura de poder em que vivemos sejam apresentadas como contínuas desde o tempo do colonialismo e do escravismo. (ROSA, 2023, p. 85)

542

Dados factuais justificam essa argumentação. Em estudo recente, realizado esse ano pela Rede de Observatórios da Segurança, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC), no projeto “Pele Alvo: a Bala não Erra o Negro”, revelou que em oito estados brasileiros, 90% das vítimas da polícia são negras. Em São Paulo, somente nos 40 dias da denominada Operação Escudo (de 28 de julho de 2023 a 5 de setembro de 2023) na Baixada Santista, 28 pessoas foram mortas, sendo que 82% delas eram negras. Apesar dessas informações, o Brasil sempre apresentou dados alarmantes quanto ao assassinato de pessoas negras pela polícia. Já em 1997, o Racionais demonstrou preocupação em exibir essa realidade em seu álbum mais fúnebre, o “Sobrevivendo no inferno”. Na terceira faixa do disco, logo no primeiro verso, pode se escutar:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial/ A cada 4 pessoas mortas pela polícia, 3 são negras/ [...] A cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo [...] (RACIONAIS MCS, “Capítulo 4, Versículo 3”, 1997)

Essas informações são apresentadas como a tese principal no que diz respeito a realidade dos jovens negros periféricos como o grupo de risco do país. O Brasil, como um Estado essencialmente violento, fruto de seu passado desumanizante do colonialismo europeu, perpetua essas relações, no que Paulo Freire (1962, p. 41) descreve como: “[...] processos de homens desumanizando os próprios homens [...]”. Essa áurea de violência e insegurança que o próprio Estado promove, gera a justificativa para a organização de mais intervenções



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



genocidas nas favelas brasileiras (RIBEIRO, 2019, p. 34). Dados analisados pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, revelam que, ao contrário do consenso, quanto mais policiais há nas ruas, mais os homicídios e violência também acontecem: “Em 2023, foram registradas 6.296 mortes por intervenção policial. Desde 2018, as polícias brasileiras somadas ultrapassam a barreira dos 6 mil casos, o que coloca o país em primeiro lugar entre os policiais mais letais do mundo [...]”

A violência policial assume, dessa forma, um lugar de protagonismo nas ações diretas do genocídio negro brasileiro, isso inclui também a prática dos policiais negros. Ainda em “Capítulo 4, Versículo 3” (1997), Mano Brown dita:

Um dia, um PM negro veio me embaçar, e disse pra eu me por no meu lugar. Eu vejo o mano nessas condições, não dá. Será que é assim que eu deveria estar? (RACIONAIS MCS, “Capítulo 4, Versículo 3”, 1997)

A confusão gerada em Mano Brown na letra é o reflexo que a falta de identidade coletiva que essa situação provoca: mesmo sendo irmãos de cor e passando pelos mesmos problemas raciais, ambos não se identificam como pertencendo a um mesmo grupo, o que leva o policial negro a cometer preconceito. Nas palavras de Almeida (2019, p. 43): “Se boa parte da sociedade vê o negro como suspeito [...] é de se esperar que as pessoas negras também achem negros suspeitos, especialmente quando fazem parte de instituições estatais encarregadas da repressão, como é o caso de policiais negros.”

É importante ressaltar que a os policiais negros, assim com a polícia em geral, é também alvo da violenta sociedade brasileira. Vindos da classe trabalhadora pobre, às vezes até das mesmas localidades onde estão os jovens negros que oprimem, os policiais são, muitas vezes os peões nesse teatro da violência que o Brasil se propõe a ser. (RIBEIRO, 2019, 34)

Descolonização Curricular: Abordagens para uma Aprendizagem Significativa e Antirracista no ensino de História

Em janeiro de 2003 foi estabelecido um marco na educação do ensino de História no país: a Lei 10.639 tornou obrigatório as abordagens curriculares para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, o que inclui o estudo do continente Africano e seus habitantes, e a resistência dos negros e sua contribuição na formação da sociedade brasileira, para alunos do ensino fundamental e médio das redes públicas e particulares do país (LEI 10.639/03). Entretanto, apesar de em 2025 essa resolução completar seu vigésimo segundo ano, os ambientes escolares ainda necessitam de uma descolonização curricular que abarque as novas perspectivas sobre a história e luta dos africanos e afro-brasileiros.

Cada etapa de ensino e aprendizagem apresenta desafios para os profissionais da educação e aos discentes. Para as resoluções desta tese foram utilizadas as experiências da autora com os alunos do segundo ano do ensino médio da Escola Estadual Deputado Rubens Paiva, na



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Praia Grande, litoral paulista, objetivando responder o seguinte questionamento: Como levar para sala de aula o tema Genocídio Negro no Brasil, evidenciando a pedagogia inclusiva, diversa, libertadora e significativa? Para trabalhar na resolução dessa indagação foram utilizados conceitos de alguns autores, como a Aprendizagem Significativa de Ausubel, a Zona de Desenvolvimento Proximal e a Linguagem para Vygotsky, e a Educação Crítica e a composição da Identidade para Paulo Freire.

O ensino de História contribui, sobretudo, para que essas pessoas em formação compreendam mais sobre a sociedade em que vivem e por consequência busquem se entender. Para Paulo Freire (1921-1997) é necessário que a construção do currículo busque relacionar a vivência dos alunos com os conteúdos que serão abordados, se conectando a realidade destes, e como resultado, auxiliando em sua descoberta identitária como seres críticos e conscientes no mundo (FREIRE, 2022, p.155). Vygotsky apresenta a Linguagem como uma das primeiras interações do ser humano para compreender seu meio social (DILLI, 2008, p.143). Para ele, “Os processos mentais superiores (pensamento, linguagem, comportamento voluntário) têm sua origem em processos históricos- sociais; o desenvolvimento cognitivo é a conversão de relações sociais em funções mentais” (MOREIRA, 2011, p. 31), o que dialoga com o grupo Racionais MC’s, que se inscrevem no mundo operando as palavras num dialeto único, onde por meio deste se reconhecem e se fazem reconhecidos pelo seu grupo social.

Utilizar o grupo de *rap* como ferramenta para abordar o tema Genocídio Negro no Brasil é uma das formas que a decolonização curricular antirracista tem para, de acordo com a Lei 10. 639/03, evidenciar a História e Cultura Afro-brasileira, com enfoque numa perspectiva que atrai os discentes, que se identificam com o estilo e linguagem dos cantores. Na experiência com os alunos do segundo ano da escola estadual, primeiramente foi conduzida uma introdução no formato de aula interativa na qual os estudantes puderam analisar alguns trechos de músicas do Racionais, objetivando compreender quais eram seus subsunçores - conhecimentos previamente adquiridos-.

Realizada essa investigação preliminar e comprovado o interesse genuíno dos discentes pelo tema e pela abordagem pedagógica com as letras do grupo de *rap*, iniciou-se um projeto teatral, onde com liberdade e criatividade os alunos construíram uma produção autêntica da sua visão sobre o conceito.

544



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Imagem 1 - Apresentação teatral no E. E. Dep. Rubens Paiva



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

A produção teatral, além de desenvolver a autonomia dos aprendizes contribui para a interação social, pauta significativa na abordagem pedagógica dos três autores supracitados (DILLI, 2008, p.143), pois tanto Ausubel, quanto Vygotsky e Freire relacionam a interação intrapessoal com a construção do indivíduo social, histórica e culturalmente (MOREIRA, 201, p.31), já que o conhecimento pleno depende do aprendizado que é desenvolvido a partir da interação com seus semelhantes.

Durante o processo de desenvolvimento da atividade teatral, a autora e a professora regente da turma, Professora Márcia Bento, auxiliaram nas questões pontuadas pelos alunos, atuando no que Vygotsky denomina de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A Zona de Desenvolvimento Proximal é o caminho entre o Desenvolvimento Real e o Desenvolvimento Potencial, quando o aluno ainda está no processo de praticar as habilidades necessárias para efetuar as demandas sozinho. É nesse lugar que os professores devem agir como mediadores e orientadores nas questões de seus discentes, no entanto, sem nunca lhes tirar a autonomia.

A educação antirracista deve ser prioridade dos currículos modernos, pois auxilia na identidade e autoestima de alunos negros e na criticidade e consciência histórico-social das turmas de maneira geral. O ensino de História deve se aproximar dos estudantes, propondo abordagem interativas e que façam parte da realidade dos alunos. Mesmo que temáticas sensíveis, porém necessárias, como escravidão e genocídio negro, possam, em um primeiro momento, parecerem assuntos difíceis de serem abordados, trabalhar com arte -seja música, dança, pintura ou atuação- é a fórmula que a descolonização curricular precisa se moldar para abarcar as experiências dos aprendizes e colaborar para a formação das perspectivas antirracistas no ambiente escolar.

545



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Considerações Finais

A partir das observações feitas neste artigo conclui-se que é de suma importância desenvolver projetos que discutam e fomentem a prática antirracista na Educação Básica, para a construção de ambientes escolares que verdadeiramente cumpram o que é designado na lei 10.639/03, levando em pauta a aprendizagem libertadora e significativa para os discentes. Trabalhar com temáticas sensíveis é um desafio que precisa ser enfrentado nas aulas de História. A abordagem de conceitos como o Genocídio Negro no Brasil pode soar mais acessíveis e direitas com o uso de poesia, como o *Rap* do Racionais MC's, que contém em suas letras o retrato do Brasil pela lente dos marginalizados, dando voz a uma História do Brasil que foge do tradicionalismo, com uma leitura decolonial dos espaços ocupados por negros e brancos no país.

Decolonizar o currículo é desprender-se das práticas e narrativas tradicionais de todas as maneiras: na preparação aula, nas abordagens pensadas para ela e, principalmente, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Ouvir, dentro da perspectiva das aulas significativas e libertadoras, é o primeiro passo para um projeto escolar descentralizado do professor. Durante a produção deste trabalho a participação dos discentes foi imprescindível na elaboração do projeto teatral desenvolvido na escola. A arte ocupa um papel elementar nas novas abordagens do currículo: o futuro reserva uma série de desafios sociais, políticos e ambientais que as novas gerações deverão enfrentar. Como isso será possível se a escola continuar com o molde industrial, pensado no começo do século passado? A escola do século XXI deve se reinventar completamente para formar alunos criativos que ajudem a pensar as soluções do futuro.

Criticidade e criatividade nunca foram o foco das matrizes curriculares do Brasil, porém os professores de todas as áreas devem rever suas práticas, compreendendo que a leitura crítica e a arte são indispensáveis na formação de cidadãos completos para a sociedade, não apenas as habilidades técnicas exigidas nos programas escolares neoliberais. É somente com essa nova lógica curricular que a escola se tornará um ambiente de livre pensamento, que considera seus alunos com seriedade e importância devida que eles têm para o desenvolvimento de um presente e um futuro melhores para todos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Núcleo de Estudos de Violência** (NEV-USP). Disponível em: <https://sociologia.fflch.usp.br/nev>. Acesso em: 1 out de 2024.

ALMEIDA, Sílvia. **Racismo Estrutural**. In: Djamila Ribeiro (Coor). *Feminismos Plurais*. 1 ed. São Paulo: Pólen, 2019.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ALVES, Edivaldo Pereira; A Vida é Desafio. In: Racionais MCs. **Nada Como Um Dia Após o Outro Dia**, Vol. 1 & 2. São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

ALVES, Edivaldo Pereira; Negro Drama. In: Racionais MCs. **Nada Como Um Dia Após o Outro Dia**, Vol. 1 & 2. São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

ALVES, Edivaldo Pereira; Periferia é Periferia (em qualquer lugar). In: Racionais MCs. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997.

AMARO, Sonia; GOULARTI FILHO, Alcides. **Movimento Negro no Brasil**: Em busca da Igualdade Social. In: XIX Encontro Estadual de História de Santa Catarina, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

DILLI, Luciane Marques. **As Implicações das Teorias de Vygotsky para uma aprendizagem significativa**. In: Revista Didática Sistêmica, 2008, Volume 8, p. 141- 150.

FONSECA, Silvana Carvalho. **Experiências Periféricas e o Homem Negro na Poesia dos Racionais**. In: SANTOS, Jaqueline Lima; VIEIRA, Daniela (org.). Racionais Mcs: Entre o Gatilho e a Tempestade. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

FLAUZINA, Ana; et al. **Pele alvo**: a bala não erra o negro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023.

FREIRE, Paulo; **Pedagogia do Oprimido**. 83 ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2022, p. 41.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem Significativa**: Um conceito subjacente. In: Aprendizagem Significativa em Revista, 2011, Vol. 3, p. 25-46.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio Negro no Brasil**: Processo de Racismo Mascarado. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 93.

NASCIMENTO, Maria Beatriz do; **Uma História Feita por Mãos Negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. In: RATTS, Alex (org.). 1ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, Pedro Paulo Soares; Capítulo 4, Versículo 3. In: Racionais MCs. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/1UzrzuOmZfBgXyS3pgKD10?si=QpEyflmBT6-HG41fhsL37w>. Acesso em: 1 out 2024.

547



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PEREIRA, Pedro Paulo Soares; Fórmula Mágica da Paz . In: Racionais MCs. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/1UzrzuOmZfBgXyS3pgKD10?si=QpEyflmBT6-HG41fhsL37w>. Acesso em: 1 out 2024.

PEREIRA, Pedro Paulo Soares; Negro Limitado. In: Racionais MCs. **Escolha seu Caminho**. São Paulo: Zimbabwe, 1992. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6WmlPilav7KlnL5Bb8c8Z?tsi=x8MHDpL8QQmPOUw6H1vxAw>. Acesso em: 1 out 2024.

PEREIRA, Pedro Paulo Soares; Racistas Otários. In: Racionais MCs. **Holocausto Urbano**. São Paulo: Zimbabwe, 1990. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0zGuJbbRk2QV18xHB1Z?si=lzrrxHyUQTigThh3YkHyKg>. Acesso em: 1 out 2024.

PEREIRA, Pedro Paulo Soares; Tô Ouvindo Alguém me Chamar. In: Racionais MC's. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Disponível em: https://open.spotify.com/track/63piuNbKgyASwtlj3kq4ye?si=po_Br4Kht_Oqhs1rlabU7w. Acesso em 1 de Out de 2024.

548

RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno Manual Antirracista**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSA, Waldemir. **Notas pessoais de um aprendiz sobre intelectualidade afro-periférica insurgente e masculinidades**. In: SANTOS, Jaqueline Lima; VIEIRA, Daniela (org.). Racionais Mcs: Entre o Gatilho e a Tempestade. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SANTOS, Jaqueline Lima; VIEIRA, Daniela. **História e historiografia do grupo: efeito colateral do sistema**. In: SANTOS, Jaqueline Lima; VIEIRA, Daniela (org.). Racionais Mcs: Entre o Gatilho e a Tempestade. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2023.

XAVIER, Cezar. Ouvidoria aponta que 82% dos mortos na Operação Escudo eram homens negros. **Vermelho: esquerda bem-informada**, São Paulo, 07 de Maio de 2024. Segurança Pública. Disponível em: <https://Vermelho.org.br/2024/05/07/ouvidoria-aponta-que-82-dos-mortos-na-operacao-escudo-eram-homens-negros/>. Acesso em: 14 nov. 2024.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O LUGAR DOS RIOS NA HISTÓRIA AMBIENTAL: O CASO DO RIO APUCARANINHA, EM TAMARANA-PR

Vinícius Marcondes Araújo¹

Este trabalho tem como objetivo apresentar as formas como os rios têm sido tratados enquanto objetos de estudo no campo da história ambiental. Este campo se desenvolveu a partir dos anos 1970 analisando as interações entre seres humanos e meio ambiente ao longo do tempo, ganhando importância na medida em que as questões ambientais e climáticas entraram na ordem do dia do debate público. Desde então, os elementos naturais como rios, florestas e biomas, as diversas atividades humanas de exploração ambiental e as próprias percepções humanas sobre a natureza entraram para a área de interesse da historiografia. A diversidade dos usos e percepções sobre os rios ao longo da história comprovam sua importância para a humanidade. Ao fornecerem água, alimento, meios de transporte e energia, os rios criam sociedades. Mas, ao mesmo tempo, os rios também são criados na medida em que servem como fronteiras geográficas, obstáculos ao transporte terrestre ou entidades místicas. A relação dos seres humanos com a natureza, neste sentido, não é de oposição, mas de interação dialética e interpenetração. A par destas considerações levantadas por uma análise da historiografia sobre o tema, analisaremos as possibilidades e problemáticas proporcionadas pelo estudo do rio Apucarânia, localizado na cidade brasileira de Tamarana (Paraná).

Definir teoricamente e metodologicamente o campo da História Ambiental parece ser dispensável no momento atual da historiografia. Afinal, pelo menos desde os anos 1970 se discute sobre o tema, em especial na historiografia estadunidense, enquanto no Brasil temos estudos na área desde a década de 1990. No entanto, retomar os princípios nunca é questão dispensável. Aqui, se faz necessário para embasar nossa fala.

Optamos neste texto por reconstruir a trajetória da História Ambiental com base nas considerações da historiadora Regina Horta Duarte (2005) em seu livro “História & Natureza”. A autora inicia sua argumentação colocando que a ideia do otimismo em relação ao desenvolvimento é um traço característico das sociedades contemporâneas. O nível de globalização e avanço industrial levam as sociedades do pós-guerra a um nível inédito de consumo de bens e serviços que garantem bem estar a uma parcela considerável da população mundial. No entanto, os problemas ecológicos ligados ao esgotamento dos recursos naturais, à poluição dos ecossistemas, ao aquecimento global, à extinção de espécies, começam a entrar no debate público a partir dos anos 1960, minando a fé no desenvolvimento industrial capitalista como panaceia. (DUARTE, 2005, p. 18-23)

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutorando em História pela mesma instituição. E-mail: vmarcondesaraujo@gmail.com





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Se nos anos 1960 desenvolve-se essa noção do caráter global dos movimentos ecológicos, é nos anos 1970 que ocorrem os primeiros passos de uma institucionalização das práticas ecológicas, simbolizadas pela realização da Conferência de Estocolmo, em 1972. Este movimento sinaliza uma conscientização global em relação aos limites do desenvolvimento e a necessidade de uma busca de alternativas, que muitas vezes traduzir-se-ia como “desenvolvimento sustentável”. (DUARTE, 2005, p. 23-6)

Como a produção do conhecimento histórico se dá em sintonia com as questões do tempo presente, a História Ambiental surge neste contexto dos anos 1970, inicialmente centrada nos Estados Unidos, onde ocorre, em 1977, a fundação da Sociedade Americana de História Ambiental. Posteriormente, outras sociedades serão fundadas na Europa (Sociedade Europeia de História Ambiental, 1999) e na América Latina e Caribe (Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental, 2004). (DUARTE, 2005, p. 23-6)

Todo campo da história parte de algumas premissas teóricas básicas, que podem ser expressas em poucas palavras. Qual seria a premissa teórica básica da História Ambiental? Para Duarte, a História Ambiental trata das transformações que a ação humana impõe ao ambiente. Estas transformações são constantes em qualquer sociedade humana, mas são exacerbadas pela sua escala nas sociedades capitalistas modernas. Assim, indígenas brasileiros também ocupam e transformam seus ecossistemas de origem. Sua diferença é em relação à escala dessa transformação: suas ações visam a atender necessidades básicas imediatas, e não causam transformações rápidas e duradouras nos ecossistemas. A resiliência da natureza é maior. Assim, a autora questiona: seriam homem e natureza necessariamente opostos? (DUARTE, 2005, p. 35-44)

Finalmente, a autora considera que “não há uma única atitude possível das sociedades humanas em relação ao meio natural”, já que os seres humanos se distinguem do meio pela sua capacidade em criar cultura, atribuindo significados ao mundo ao redor e agindo pela sua transformação. A natureza, dessa forma, assume diferentes significados de acordo com o contexto histórico da sociedade que a interpreta: ela pode ser uma realidade primordial, um Éden intocado pelo homem, uma mera construção humana, um bem comercial... (DUARTE, 2005, p. 73-88)

Há em Duarte, ao que me parece, uma separação entre ser humano e natureza. Ser humano é o criador, o intérprete; natureza é o cenário e objeto da ação e da interpretação humana. É uma ideia razoável, fácil de ser compreendida, mas seria possível avançar um pouco mais no conceito? Seria possível pensarmos em seres humanos e natureza não como coisas separadas, mas indissociáveis?

Outro aspecto a ser relevado é que a preocupação com a questão ambiental se insere nos quadros de uma conjuntura histórica muito específica: a da predominância global de uma economia e um modo de produção em moldes capitalistas, baseado na produção e consumo de bens e serviços em massa. A crise ambiental é fruto desta conjuntura, e a compreensão de uma é indissociável da compreensão da outra.

550



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Duarte também inclui um trecho sobre a possibilidade de uma história ambiental dos rios: “Isso também inclui a história dos rios que cortam campos e cidades e das relações de seus habitantes com eles, seus usos sociais, assim como a ocorrência de tempestades e enchentes e suas consequências na vida das pessoas e a modificação das paisagens pela alteração da topografia do entorno ou por construções.” (DUARTE, 2005, p. 101)

Os rios na História Ambiental

Como os rios são tratados na História Ambiental? Para responder a esta pergunta, procedi inicialmente a um levantamento bibliográfico, buscando livros, artigos e monografias que tratem da relação entre os rios e a história, sob uma perspectiva ambiental. Nesta primeira incursão, sem a finalidade de realizar um levantamento quantitativo apurado, reuni uma série de artigos e livros que permitem, ao menos, uma visão abrangente sobre o tema.

Inicialmente, o autor que trouxe mais contribuições ao tema foi Gilmar Arruda. O historiador possui uma vasta produção sobre História Ambiental pelo menos desde o final da década de 1990. Seus artigos sobre os rios na História Ambiental trazem uma série de apontamentos teóricos e metodológicos importantes para a pesquisa que pretendemos empreender. Além disso, sua produção é especialmente relevante para nossa pesquisa pois possui intersecções com a história regional do estado do Paraná.

Em um primeiro artigo, intitulado “Historia de ríos: ¿Historia ambiental?” (2006), Arruda promove uma discussão teórica sobre o lugar dos rios na História Ambiental. O autor parte do reconhecimento dos rios enquanto objetos de estudo da história ambiental e aponta alguns desafios metodológicos. Tais desafios se resume a algumas exigências próprias do campo da História Ambiental, como a abordagem interdisciplinar com as ciências da natureza, a consideração das diferenças entre as temporalidades históricas e geológicas e a própria escassez de documentação material sobre os rios, dependendo de relatos orais. Em relação à perspectiva teórica, Arruda afirma que a forma como os rios são percebidos e utilizados pelas sociedades humanas são influenciadas por construções sociais e culturais, que mudam ao longo do tempo. Também aponta que os rios são vistos muitas vezes como fronteiras e limites naturais, o que pode simplificar as complexas dinâmicas sociais e de poder que subjazem estas construções. (ARRUDA, 2006)

Neste primeiro texto, o enfoque do autor é entender os rios, seus usos e percepções, como parte de construções sociais e culturais. Mas e o papel político dos rios? Para quê servem? Em nossas pesquisas, politicamente, os rios definem os limites de Tamarana: são limites criados e reproduzidos juridicamente, como veremos na análise da legislação sobre o tema. O uso da água do rio também pode se tornar uma questão política. Mas como isso aparece nas fontes? Retomaremos essas questões adiante, antes continuemos com a discussão bibliográfica.

Em outro artigo, imediatamente posterior, Arruda (2008) analisa os rios sob uma perspectiva política. Utilizando como fontes documentos governamentais (mensagens dos presidentes

551



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



da província e dos governadores do Estado do Paraná à Assembleia Legislativa), o autor levanta os aspectos que evidenciam a instrumentalização dos rios, seu uso como divisas e fronteiras naturais, estradas e elementos de orientação geográfica. Em termos metodológicos, chama a atenção para a necessidade de evitar o determinismo, a tendência da busca de origens e a conexão com os próprios pressupostos ontológicos da história: a análise das mudanças e permanências nos objetos técnicos evitando o estabelecimento de uma “hierarquia sucessória de objetos técnicos”. (ARRUDA, 2008, p. 157)

Assim, em uma perspectiva política pelos sucessivos governos do estado do Paraná, os rios são vistos como possíveis estradas de navegação para exploração do interior, e suas pontes como possibilidades de controlar entrada e saída de territórios. Nesta perspectiva, os rios fornecem a possibilidade de apropriação dos territórios e manutenção dos transportes. A construção de estradas e o uso dos rios como estradas significam o exercício do poder do Estado sobre o território e sua capacidade de apropriação da natureza. Posteriormente, no início do século XX, os rios enquanto meios de transporte são substituídos por estradas e ferrovias, mas permanecem como obstáculos a serem vencidos por essas novas vias. (ARRUDA, 2008, p. 157-63)

A partir da segunda metade do século XX, ganha força a visão dos rios enquanto força hidráulica geradora de energia elétrica, atividade que foi responsável pelas maiores transformações no curso dos rios. Este movimento ganha força nacionalmente a partir dos anos 1940 e 1950. Ambientalmente, as quedas d’água são transformadas em mercadoria, valorizadas pela sua capacidade de geração de energia – ou seja, os rios são transformados a partir de “novas projeções governamentais e representações sociais”. Neste contexto de ampliação da intervenção estatal nos mais diversos aspectos da sociedade, o espaço geográfico é repensado em função de sua organização em redes de geração e distribuição de energia elétrica. Grandes barragens alteram profundamente as características físicas e geográficas dos rios, passando a fazer parte de suas paisagens. (ARRUDA, 2008, p. 165-175) Este texto demonstra que, politicamente, as percepções e usos sobre os rios também se transformam historicamente. Ao acompanhar a trajetória dos usos e funções dos rios paranaenses pelo governo do Estado, Arruda demonstrou que os cursos d’água também têm um papel crucial na definição e redefinição de projetos políticos:

Os rios e suas características assumiam claramente um novo significado para as autoridades do Estado. Em outros termos, o Estado do Paraná seria rico por ter em seu território rios que possuíam uma grande quantidade de locais propícios ao aproveitamento da energia hidráulica. Dois desdobramentos das características naturais dos rios do território paranaense: primeiro a valorização para produção de energia elétrica e, segundo, a partir da natureza a construção de um discurso de fortalecimento de identidade em relação às outras unidades administrativas. (ARRUDA, 2008, p. 171)

552



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Além da perspectiva política, os rios também podem fornecer parâmetros teóricos e metodológicos para os estudos sobre História Ambiental. No artigo “Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades” (2015), Gilmar Arruda aponta para a possibilidade de o conceito de bacia hidrográfica servir à delimitação espacial dos objetos de pesquisa dos historiadores. Considerando que a delimitação espacial de um objeto de pesquisa frequentemente recorre a delimitações humanas, como as ideias de região, território, estados-nação, a ideia de bacias hidrográficas poderia fornecer uma alternativa na medida em que contempla uma dimensão espacial resiliente às intervenções humanas: uma bacia hidrográfica é um dado natural preciso, independente das atribuições humanas e resiliente às alterações do meio.

Seguindo uma definição do campo da Geografia, Arruda entende uma bacia enquanto um “sistema hidrogeomorfológico”, uma área de drenagem de água:

A bacia de drenagem é uma área de superfície terrestre que drena água, sedimentos e materiais dissolvidos para uma saída comum, num determinado ponto de um canal fluvial. O limite de uma bacia de drenagem é conhecido como divisor de drenagem ou divisor de águas. Uma determinada paisagem pode conter um certo número de bacias drenando para um reservatório comum, como os oceanos ou mesmo um lago. A bacia de drenagem pode desenvolver-se em diferentes tamanhos [...] (COELHO NETO, 2003, p. 97, apud ARRUDA, 2015, p. 212)

553

Arruda analisa a bacia hidrográfica do rio Tibagi, partindo de suas características físicas (hidrografia, relevo, vegetação e fauna), para em seguida inseri-la na dinâmica de interações históricas entre seres humanos e natureza desenvolvidas em seu espaço.

A noção de bacia hidrográfica, como estratégia para definição dos limites espaciais no campo da história ambiental, permitiu, como foi demonstrado, a análise das relações de diversos tipos de populações e suas sociedades ao longo do tempo. Os limites espaciais, dentro da definição de bacia, possibilitam o exame concreto da influência dos aspectos da constituição natural da bacia nas formas de apropriação, circulação e ocupação pelas sociedades humanas daquele espaço delimitado. (ARRUDA, 2015, p. 212)

Em síntese, o autor trabalha os rios, entendidos aqui em seu conjunto – as bacias hidrográficas – enquanto delimitadores espaciais no campo da história ambiental. Suas características naturais, resilientes à ação humana, permitem “o exame concreto da influência dos aspectos da constituição natural da bacia nas formas de apropriação, circulação e ocupação pelas sociedades humanas daquele espaço delimitado” (ARRUDA, 2015, p. 212). Em um texto mais recente, Gilmar Arruda (2020) retoma o tema das barragens, analisando como essas alteram profundamente o rio, criando uma nova paisagem, e como algumas práticas e percepções sobre esse ecossistema o tratam como se nada tivesse sido alterado, a exemplo do conceito de mata ciliar. (ARRUDA, 2020, p. 346-7)



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Para o autor, um rio não é apenas um curso d'água: seus sedimentos, leito, margens, nível das águas, são parte integral de sua constituição, fazendo do rio um sistema de energia e também um sistema natural. A barragem é um objeto com historicidade que se sobrepõe e interage com outros fluxos de tempo. O rio barrado não é mais um rio, pois seu ecossistema e entorno social são completamente atingidos. (ARRUDA, 2020, p. 348-52)

Assim, nos casos em que os rios sofrem alguma intervenção drástica em seu curso, como nas construções de barragens, os textos governamentais e a legislação do tema tendem a promover um apagamento do rio natural. Nesses documentos, os elementos ligados ao rio são tratados por meio da “naturalização de novas paisagens”, apagando os rastros da ação humana. É como se um lago artificial, criado por uma barragem, que altera profundamente o ecossistema natural do rio, adquirisse por força da lei o *status* de patrimônio natural. Em casos assim, a História Ambiental assume um papel de enfrentar os mitos e crenças populares na ideia da natureza original, pois esta concepção de naturalização é, por si mesma, uma criação humana. (ARRUDA, 2020, p. 358-9)

Após esta sequência de debates teóricos e metodológicos, direciono o texto para a breve análise de três livros que tomam um rio como seu objeto, como seu foco principal.

O primeiro deles é o “Tietê – o rio que a cidade perdeu”, de Janes Jorge (2017). Neste amplo estudo, que engloba um período de 50 anos, entre 1890 e 1940, o autor questiona o espaço ocupado pelo Tietê na vida cotidiana dos paulistanos, considerando como hipótese que o rio mantém uma relação ambígua com a cidade, sendo fonte de sustento e de obstáculos simultaneamente. Louvado como símbolo da identidade paulista, o rio sofreu intensa degradação ao longo do século XX, resultando em seu afastamento do cotidiano da população. Ao longo do estudo, apresenta a inserção do Tietê na cidade de São Paulo e na sociedade paulistana, sua relação com a vida cotidiana dos moradores e os impactos de sua degradação para o meio ambiente e a vida da população. Utiliza como fontes os relatórios políticos e estudos científicos produzidos pela administração pública e instituições científicas. Victor Leonardi, em seu livro “Os historiadores e os rios” (2013) estuda a trajetória de uma comunidade extrativista formada às margens do rio Jaú, na região amazônica. Seu enfoque é uma história social da comunidade em diversos períodos de ocupação e de “ciclos econômicos”. Assim, a história do rio é construída juntamente à história da comunidade: um constrói o outro. A ruína e quase desaparecimento futuro desta comunidade, condenada pela decadência das atividades econômicas que a sustentavam, se dá a despeito do rio. Este permanece, sustenta a comunidade e assiste à sua ruína. O rio, para Leonardi, é como um sujeito histórico: ele também possui uma memória que é construída e modificada historicamente pelas pessoas que vivem e dependem do rio. Ao acompanhar a trajetória de formação, desenvolvimento, mudanças nas dinâmicas econômicas e populacionais e enfim o declínio de uma comunidade, o autor ressalta a centralidade do rio e de suas memórias.

Lucien Febvre em seu “Reno” (2000) não faz propriamente uma história ambiental. Sua proposta é reconstruir as mentalidades em torno do rio Reno, uma região de fronteira entre a Alemanha e a França, historicamente em litígio. Febvre traz algumas indicações importantes

554



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



para pensarmos o rio em sua relação com o humano. Para ele, o historiador tem um papel em relação ao rio que é o de identificar o papel, o valor e o significado do rio em diversas épocas (FEBVRE, 2000, p. 68), rejeitando de antemão a ideia do rio como fronteira natural: “Deixemos à astúcia de uns, à ingenuidade de outros a ‘fronteira natural’: não há senão fronteiras humanas. Elas podem ser ‘justas’ ou ‘injustas’, mas não é ‘a natureza’ quem dita a equidade ou aconselha a violência.” (FEBVRE, 2000, p. 66-7)

Para Febvre, “um rio é uma pessoa”, não em sentido literal, mas no sentido de que se trata de uma construção humana. Definir onde um rio começa e onde termina, por onde passa, o que é rio e o que é afluente, são decisões meramente humanas. A obra da natureza, arriscamos-nos a imaginar junto com Febvre, foi permitir à água que encontrasse o caminho mais fácil, obedecendo à lei da gravidade, em meio ao relevo. A decisão do que considerar rio e o que considerar afluente coube aos seres humanos: “Mas quem decidiu: aqui o rio, ali os afluentes? A natureza ou o homem? Um indivíduo, o rio - mas não criado tal e qual pela natureza; forjado pelo homem, nascido de uma escolha pensada e de uma vontade consciente.” (FEBVRE, 2000, p. 72)

Essas escolhas, do que constitui ou não um rio, decorre de uma decisão baseada nos “fios condutores” que a navegabilidade do rio permite, do rio enquanto caminho. O rio Apucarantina é um afluente de um rio maior: o Tibagi. Mas ao longo de seu caminho, o Apucarantina colhe água de outros afluentes. Como, então, é o Apucarantina que recebe este nome, como ele prevalece pelos caminhos que passa até desaguar em um rio maior? Sua navegabilidade? Os caminhos para onde conduz? O rio, enfim, é construído por um grande número de homens cuja voz está morta. Mas o Apucarantina é uma construção que veio depois: seu nome, foram os indígenas que deram? Seu caminho foi decidido por eles?

555

O rio Apucarantina e a História Ambiental de Tamarana

A cidade de Tamarana (Paraná) completará, em 2025, 30 anos de existência enquanto município. A história da ocupação colonizadora de seu território remonta à década de 1920, com a chegada de posseiros provenientes principalmente de localidades ao sul, como Ponta Grossa (PR). Posteriormente, com a fundação de Londrina (1934), Tamarana se torna distrito deste município – situação que perduraria até 1995 (OLIVEIRA, 2008). Desde sua emancipação, a cidade tem enfrentado desafios comuns a muitos dos jovens e pequenos municípios pelo Brasil, como a gestão ambiental e a promoção do desenvolvimento econômico aliados à participação democrática da sociedade civil em um contexto de carência de recursos humanos e materiais.

O território de Tamarana abrange uma região ocupada pelo menos desde a segunda metade do século XIX por indígenas da etnia Kaingang. Em 1900, o governo do estado do Paraná destinou por meio de decreto uma área de 68.536ha, que englobava a totalidade do território atual do município, à criação do Território Indígena Apucarantina, com sede às margens do rio Tibagi. Posteriormente, devido à entrada de posseiros na porção oeste dessa região, o



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



território foi reduzido para 6.300ha (1949) até chegar aos atuais 5.575ha (1953). Também data deste período a construção da Usina Hidrelétrica do Apucarantina, que represou o rio homônimo e atualmente está situada dentro da terra indígena. (NOVAK, 2018, 2021; NOVAK & MOTA, 2013)

Segundo dados do Censo de 2022, Tamarana conta com 1.669 habitantes indígenas, ou 15,6% da população total do município (10.707 habitantes, em uma área de 472 km²), o que o coloca na 90ª posição entre os municípios brasileiros com maior percentual de população indígena. Atualmente, este povo mantém relações frequentes e ambíguas com a população não-indígena e as esferas governamentais: os movimentos de contestação à perda de seus territórios originais, de combate à degradação ambiental causada pela usina e pelas atividades agropecuárias ao redor da reserva e luta por maior representatividade nos órgãos públicos convivem com os conflitos internos entre as lideranças, as diferentes visões sobre a inserção econômica da aldeia no município e as negociações constantes com o poder público para o atendimento de demandas locais. (NOVAK, 2018, 2021; NOVAK & MOTA, 2013)

Conforme mencionado, a ocupação permanente do território tamaranense pela população não-indígena tem início por volta da década de 1920. Essa primeira leva de colonizadores era constituída principalmente por “safristas” – criadores de porcos seminômades que abriam clareiras nas matas, plantavam milho e criavam os animais soltos até o ponto de abate, quando eram conduzidos em tropas para as cidades mais próximas. É atribuída a esses criadores a abertura das primeiras picadas e a formação do núcleo populacional que constituiria o povoado de São Roque, posteriormente (1943) rebatizado como Tamarana² por recomendação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de modo a evitar duplicidade com o município de São Roque, em São Paulo. Vale ressaltar, no entanto, que pelo menos desde uma divisão judicial realizada em 1908, já haviam títulos de propriedade sobre essas terras em nome de investidores e fazendeiros “pioneiros” da região, como o colonizador Gustavo Avelino Corrêa e o produtor de mate Ivo Leão. (OLIVEIRA, 2008, p. 36-9; 41-4) A atividade safrista atraiu famílias de agricultores provenientes do interior de São Paulo e do Paraná, que se fixaram no povoado principalmente entre 1925 e 1935, estabelecendo roças e pequenas casas comerciais. Pouco foi investigado sobre a situação legal da posse de terras por esses “pioneiros”. No entanto, já em 1930 há o reconhecimento do povoado enquanto distrito judiciário da comarca de Tibagi. Se o processo de ocupação e reconhecimento do

556

² Segundo o dicionário Aurélio (2010), “tamarana” é uma espécie de clava utilizada pelos indígenas tupi-guarani. Apesar da presença indígena no território do município, a origem do nome não parece estar ligada à iniciativa desse grupo ou dos habitantes não-indígenas locais. A recomendação dos Correios está alinhada ao Decreto-Lei nº 311/1938, imposto durante o Estado Novo, com a intenção de interditar a repetição dos nomes das cidades e distritos, “recomendando a preferência em adotar nomes regionais de língua indígena regional ou relacionado aos fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos”. (IBGE. **Toponímia em línguas dos povos indígenas no Brasil**. 2007. Disponível em: https://dplpng.ibge.gov.br/images/dplpng/sexoes/IX_conferencia/Toponymy%20in%20languages%20of%20native%20peoples%20in%20Brazil_tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 04/04/2024.)





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



povoado esteve inicialmente vinculado à região sul do Paraná, com o início do empreendimento colonizador que fundou Londrina (1934) este núcleo se volta ao norte, sendo desmembrado de Tibagi e anexado a Londrina em 1939. (OLIVEIRA, 2008, p. 44-6) A ligação com Londrina alterou rapidamente o perfil do distrito. A construção de uma estrada de rodagem, em 1941, eliminou a necessidade do transporte de porcos a pé. A suinocultura continuaria como atividade predominante até o final daquela década, sendo posteriormente suplantada por outras práticas, em especial o cultivo de arroz. Desde então, a economia agropecuária é predominante no distrito: ao redor do núcleo urbano, concentram-se as pequenas e médias propriedades, em posse das famílias de “pioneiros”, que se dedicam ao cultivo de cereais, cana de açúcar, café e à criação de animais. Nas áreas mais distantes, estabelecem-se grandes propriedades que exploram a extração madeireira e o cultivo de café. (OLIVEIRA, 2008, p. 51-4)

Este perfil econômico permanece sem grandes alterações, pelo menos até a década de 1980, quando é criado o assentamento rural da Água da Prata (1985). Como resultado da luta de trabalhadores rurais pela posse da terra, até o ano de 2004 foram criados mais 13 assentamentos, abrigando 382 famílias e cobrindo uma área de 5.297ha no município. Esses assentamentos se concentram nas áreas ocupadas anteriormente pelos grandes latifúndios explorados pelas madeireiras e pela cafeicultura, que passaram por um processo de esgotamento a partir da década de 1970. As famílias assentadas se dedicam, desde então, à agricultura familiar, à pecuária e ao arrendamento de suas terras para a atividade monocultora, especialmente de soja. (SILVA, 2007; ROSA, 2009)

Após a emancipação, manteve-se o perfil predominantemente agrícola da economia local, embora desde o final da década de 1980 já houvessem tentativas por parte de lideranças locais em diversificar a economia do município com a promoção do turismo e da industrialização (SILVA, 2016). Atualmente, a cidade conta com áreas destinadas a parques industriais, mas ainda com a maior parte de seus terrenos vazios. As unidades industriais predominantes são aquelas ligadas à agroindústria, além da existência de indústrias de cosméticos, materiais para construção civil, de reciclagem de baterias automotivas, entre outras. Em relação ao turismo, o município é conhecido pelas cachoeiras, campings e estâncias localizados nas serras e às margens de rios. A análise de alguns dados recentes, no entanto, indica a permanência de um perfil dependente da atividade agrícola, três décadas após a emancipação.

Parte da bacia hidrográfica do rio Tibagi, ao longo de seu curso o rio apresenta uma série de intervenções. Aproximadamente onze pontes cruzam o Apucararinha como parte do trajeto de uma série de estradas rurais municipais e de uma rodovia estadual, que passou recentemente por um projeto de duplicação. Em seu trecho final, o rio também conta com uma usina hidrelétrica – a UHE Apucararinha – construída no final da década de 1940, que mantém duas barragens para aproveitamento das águas.

O rio Apucararinha, constitui um objeto privilegiado para a análise das interações entre sociedade e meio ambiente. Seu percurso atravessa uma região marcada por sucessivas

557



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



transformações socioeconômicas e ambientais, refletindo, em escala local, dinâmicas mais amplas de ocupação territorial, exploração de recursos e mudança ecológica.

Historicamente, as populações indígenas Kaingang foram as primeiras a estabelecer relações sistemáticas com o Apucarantina. Para esses povos, o rio não era apenas uma fonte de subsistência material — por meio da pesca e do abastecimento de água —, mas também uma entidade integrada ao seu universo simbólico. Nesse contexto, o rio configurava um espaço de circulação, comunicação e sacralização do território, evidenciando a íntima interpenetração entre cultura e natureza nas sociedades indígenas.

Com o avanço da colonização no século XX, impulsionado pela ação da Companhia de Terras Norte do Paraná e pela expansão da cafeicultura, a relação com o rio foi profundamente reconfigurada. O Apucarantina passou a ser visto como um recurso econômico estratégico: sua água serviu à irrigação das lavouras, suas margens foram loteadas para o assentamento de colonos, e sua força motriz foi aproveitada para a produção de energia elétrica com a instalação da Usina Hidrelétrica Apucarantina. Essa transição de um rio vivido para um rio explorado ilustra a mudança de paradigmas ambientais trazida pela modernidade: a natureza como reserva de utilidades a ser ordenada segundo princípios de produtividade e rentabilidade.

No município de Tamarana, o Apucarantina continuou a desempenhar múltiplos papéis. A permanência de práticas tradicionais, como a pesca artesanal e o uso recreativo das margens, coexistiu com processos de degradação ambiental, como o assoreamento, a poluição hídrica e a supressão das matas ciliares. Essa coexistência tensa entre conservação e degradação revela a complexidade das relações humanas com os rios: enquanto elementos vitais para a vida social, eles também são frequentemente tratados como infraestruturas passivas destinadas ao consumo.

A história do rio Apucarantina, assim, permite compreender como os rios não são apenas moldados pela ação humana, mas também, de maneira dialética, moldam a trajetória das sociedades que com eles interagem. A análise de seu percurso histórico revela não apenas mudanças nos usos e percepções do ambiente, mas também aponta para a necessidade de políticas públicas e projetos de memória ambiental que reconheçam o rio como patrimônio ecológico e cultural. Neste sentido, estudar o Apucarantina é, também, refletir sobre os desafios contemporâneos da conservação ambiental e da valorização dos saberes locais na construção de futuros mais sustentáveis.

Referências

ARRUDA, Gilmar. Bacias hidrográficas, história ambiental e temporalidades. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 209–231, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.20i2.0001>



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ARRUDA, Gilmar. Historia de ríos: ¿Historia ambiental? **Signos Históricos**, n. 16, p. 16–44, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/sh/v8n16/1665-4420-sh-8-16-16.pdf>

ARRUDA, Gilmar. Rios e governos no Estado do Paraná: pontes, “força hidráulica” e a era das barragens (1853-1940). **Varia Historia**, v. 24, n. 39, p. 153–175, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000100008>

ARRUDA, Gilmar. Rios, barragens, matas ciliares e o mito da restauração da natureza prístina. **HISTÓRIA UNICAP**, v. 7, n. 14, p. 345–361, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/hu.2020.v7n14.p345-361>

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

JORGE, Janes. **Tietê – O rio que a cidade perdeu**. São Paulo (1890-1940). 2. ed. São Paulo: Secretaria do Verde e Meio Ambiente, 2017.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Os historiadores e os rios**. Natureza e ruína na Amazônia brasileira. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília / Paralelo 15, 2013.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NOVAK, Éder da Silva. Os Kaingang e a Usina Hidrelétrica do Apucarantina. **Revista de História Regional**, v. 26, n. 1, 121–150, 2021.

OLIVEIRA, Juliana Sieni. **Formação Sócio-Espacial do Município de Tamarana – Paraná**. 2008. 107 p. Monografia (Bacharel em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ROSA, Luis Artur Bernardes da. **Agricultura familiar em assentamentos rurais: o caso do município de Tamarana-PR**. 2009. 124 p. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

559



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NO INTERIOR DO PARANÁ-BRASIL, NO PERÍODO DE 2021 A 2023

Alexandra Lourenço¹
Kátia Alessandra dos Santos²

Trata-se dos resultados do projeto de pesquisa Dimensões da violência contra as mulheres: mapeamento do fenômeno na região da Amcespar³, que teve por objetivo levantar e analisar dados de violência doméstica contra mulheres na região da Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná⁴, no período de 2021 a 2023, a partir dos estudos de gênero e das teorias feministas que alertam para a permanência de um modelo assimétrico de dominação que legitima essa forma de violência (Lage; Nader, 2028. Santos; IZUMINO, 2005. Birolí; Miguel, 2015. Saffioti, 2001).

Esta pesquisa possui um caráter descritivo e interdisciplinar. As pesquisas descritivas podem ser definidas como aquelas que "têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno" (Gil, 1994, p. 45). Foram utilizadas tanto fontes numéricas, quanto dados verbais, procurando-se superar a dicotomia qualitativo versus quantitativo, tendo em vista a natureza do fenômeno observado. No recorte apresentado neste trabalho, discutiremos apenas os dados quantitativos.

Os dados numéricos estiveram relacionados ao levantamento de registros formais de violência contra mulheres nas políticas públicas de saúde, segurança pública e assistência social. Todos os dados foram coletados a partir de registros públicos e com dados acessíveis: no campo da saúde, foram coletados dados de notificações registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação- SINAN; no campo da Assistência Social, foram contabilizados os dados de atendimentos a mulheres em situação de violência enviados pelo Centros de Referência Especializados em Assistência Social- CREAS, os quais estão disponíveis no sistema de registro mensal de atendimentos, vinculados ao Sistema Nacional de Assistência Social- SNAS; no campo da segurança pública, os dados relativos ao registro de Boletins de Ocorrência que são acessados por meio de sistema próprio da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Apesar de no Paraná não termos um banco de dados da segurança pública acessível a pesquisadores, é possível, por meio de protocolo enviado diretamente à Secretaria Estadual de Segurança Pública, obtermos relatórios extraídos pelo Centro de Análise Criminal (CAP) da

560

¹ Professora do departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), alexandra@unicentro.br.

² Professora do departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), kalexsandra@unicentro.br.

³ Pesquisa financiada pela Fundação Araucária, com equipe constituída pelas docentes autoras deste trabalho e também Paula Marques da Silva e Kelly Geronazzo Martins.

⁴ AMCESPAR é composta pelos municípios de Irati (pólo), Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Teixeira Soares, Guamiranga e Imbituva.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



SESP-PR a partir do Sistema de Boletim de Ocorrência Unificado (BOU), que reúne os boletins registrados, tanto pela Polícia Militar quanto pela Polícia Civil, o que evita, assim, a duplicação do boletim na estatística final. Cabe destacar que todos esses dados são somente de totais de registros de atendimento, sem identificação de nenhum elemento das pessoas atendidas.

Caracterização das mulheres dos municípios da AMCESPAR

Para uma melhor compreensão do fenômeno na região estudada, consideramos fundamental observar as disparidades raciais entre os municípios da AMCESPAR que formam a amostra deste estudo. As diferenças notáveis na distribuição demográfica por raça/cor em cada município (Tabela 1) sugerem que tal análise é primordial para contextualizar os resultados subsequentes mais precisamente. Esta análise preliminar da população feminina, categorizada por raça/cor, permitiu um entendimento mais profundo das variações dos dados de violência.

Na tabela 1 podemos observar a distribuição da população feminina com 18 anos ou mais, categorizada por raça/cor, nos municípios da AMCESPAR, conforme o censo do IBGE de 2022. A análise conjunta dos dados revela uma predominância de mulheres que se autodeclararam brancas, representando aproximadamente 60% do total. Em seguida, as mulheres pardas constituem cerca de 27%, enquanto as mulheres pretas representam aproximadamente 6%. As mulheres indígenas e amarelas formam as menores parcelas, com menos de 1% cada. Este panorama reflete uma diversidade étnica que, embora presente, ainda é marcada por uma predominância significativa de mulheres brancas, semelhante à distribuição observada na região Sul do Brasil, onde também se nota uma maior concentração de pessoas autodeclaradas brancas.

561

Tabela 1 - População de mulheres em função da raça/cor, com 18 anos ou mais, residentes nos municípios da AMCESPAR Censo do IBGE 2022.

Municípios	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
Fernandes Pinheiro	0	1511	0	714	39	2264
Guamiranga	1	1678	0	1178	33	2890
Imbituva	9	8115	4	2742	233	11103
Inácio Martins	1	2179	34	1119	139	3472
Irati	29	18745	10	4256	416	23456
Mallet	2	4358	4	610	55	5029
Prudentópolis	10	14409	5	3833	286	18543
Rebouças	5	3793	0	1617	79	5494
Rio Azul	6	4213	2	880	87	5188
Teixeira Soares	4	2435	2	1017	66	3524

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras com base no IBGE de 2022



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O município de Mallet (PR) destaca-se por ter a maior proporção de mulheres brancas, com 86,6% da população feminina autodeclarada nessa categoria. Este percentual é significativamente superior à média observada nos demais municípios da região. Por outro lado, Imbituva (PR) possui a maior proporção de mulheres pretas, representando 2,1% da sua população feminina. Embora esse percentual seja pequeno, é o mais alto entre os municípios analisados. Em relação às mulheres indígenas, Inácio Martins (PR) apresenta a maior proporção, com 1% da população feminina autodeclarada como tal. Cabe destacar que no referido município há um território indígena denominado Rio da Areia, que abriga povos de origem Kaingang e Guarani. Quanto às mulheres amarelas, os dados mostram que sua presença é praticamente inexistente em todos os municípios.⁵

Desse modo, sobretudo ao tomarmos como população-alvo do estudo uma região que se destaca pela predominância de mulheres brancas, faz-se necessário que as análises considerem as taxas populacionais, a fim de não se incorrer em mais uma forma de violência, ao invisibilizar populações que já foram historicamente invisibilizadas.

Violência doméstica contra as mulheres nos dados da segurança pública

Apresentamos os dados referente à violência doméstica contra mulheres de 18 anos ou mais, a partir das informações fornecidas pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. As fontes são os boletins de ocorrência registrados pela Polícia Civil e pela Polícia Militar nos dez Municípios que compõem a AMCESPAR: Irati (pólo), Inácio Martins, Fernandes Pinheiro, Prudentópolis, Mallet, Rebouças, Rio Azul, Teixeira Soares, Guamiranga e Imbituva.

É preciso considerar que a cada ocorrência registrada em um Boletim de ocorrência pode haver mais de uma mulher vitimizada, assim como, em cada boletim podemos encontrar mais de uma natureza jurídica. Ou seja, mesmo em um boletim com somente vítima, podemos encontrar mais de um crime tipificado, como injúria, lesão corporal, ameaças entre outros. Portanto o número de ocorrências ou boletins podem indicar um número ainda maior de mulheres que foram vitimizadas. Assim como, o número oficial representa somente uma parcela das situações de violência às quais as mulheres são submetidas, pois uma grande parcela das situações de violência doméstica não passa pelos órgãos oficiais. As relações generificadas são responsáveis por moldar uma assimetria social e naturalizar a violência doméstica contra as mulheres, dificultando o reconhecimento da condição de vítima.

Na tabela 2 podemos observar o panorama da violência a partir dos dados da segurança pública nos municípios da Amcespar. Os dados indicam que com exceção de Fernandes

562

⁵ Ressaltamos que, ao analisar taxas de violência contra mulheres em populações muito pequenas, é crucial considerar o viés estatístico que pode surgir. Pequenos números absolutos de ocorrências podem resultar em taxas desproporcionalmente elevadas quando ajustadas para cada 100 habitantes, criando uma percepção exagerada da prevalência de violência. Este fenômeno pode distorcer a realidade dos dados, levando a interpretações errôneas e decisões políticas inadequadas.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Pinheiro, os outros 9 municípios apresentaram crescimento no número registrado em 2023 em relação a 2022. A somatória geral dos municípios também indica o aumento no número de ocorrências de 2021 com 1095, para 2022 com 1.150 e posteriormente com 1635 em 2023 acompanhando o que aconteceu no estado do Paraná que registrou 59.707 casos em 2022 e 70.051 em 2023⁶.

Tabela 2 - Número de ocorrências de violência doméstica contra mulheres de 18 anos ou mais registrados pela PM e PC nos anos de 2021, 2022 e 2023 nos municípios da AMCEPAR

Municípios	2021			2022			2023			2021 a 2023
	PC	P M	total	PC	P M	Total	PC	P M	Total	Total geral
Fernandes Pinheiro	18	7	25	8	17	25	7	16	23	73
Guamiranga	--	23	23	2	22	24	8	17	25	72
Imbituva	17	80	97	15	73	88	58	131	189	374
Inácio Martins	24	28	52	14	27	41	15	47	62	155
Irati	155	214	369	196	177	373	231	297	528	1270
Mallet	28	37	65	42	47	89	84	52	136	290
Prudentópolis	114	158	272	140	154	294	198	163	361	927
Rebouças	30	50	80	42	65	107	37	120	157	344
Rio Azul	22	28	50	27	26	53	24	64	88	191
Teixeira Soares	39	23	62	42	14	56	29	37	66	184
Total	447	648	1095	528	622	1150	691	944	1635	3880

Fonte: Dados fornecidos pelo CAPE-SESP/PR a partir do sistema de boletins de ocorrência unificados.

No sistema de boletins unificados não ocorre a duplicação do registro e podemos verificar onde a denúncia foi iniciada. Na tabela 2 os dados apontam que a maioria dos boletins tem seu início na polícia militar, isso indica que a maior parte dos registros acontecem no calor das agressões, pois a polícia militar atende as situações que aconteceram nas últimas 24 horas (as emergências).

Também constatamos que os municípios mais violentos foram: Rebouças com 6,26% de uma população de 5.494 (mulheres de 18 anos ou mais), seguido de Irati com 5,41% de uma população de 23.456 ((mulheres de 18 anos ou mais). Isso pode ser observado na tabela a seguir.

⁶ Informação fornecida pelo CAPE-SESP/Paraná.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Tabela 3 – Registros de violência contra as mulheres proporcionalmente a população feminina de habitantes de 18 anos ou mais, nos anos de 2021 a 2023.

Municípios	Total de registros de 2021, 2022 e 2023	População de mulheres de 18+	% de ocorrências em relação a população de mulheres de 18+	Classificação da violência por município
Fernandes Pinheiro	73	2264	3,22	9º
Guamiranga	72	2890	2,49	10º
Imbituva	374	11103	3,36	8º
Inácio Martins	155	3472	4,46	6º
Irati	1270	23456	5,41	2º
Mallet	290	5029	5,17	4º
Prudentópolis	927	18543	4,99	5º
Rebouças	344	5494	6,26	1º
Rio Azul	191	5188	3,68	7º
Teixeira Soares	184	3524	5,22	3º

Fonte: Dados fornecidos pelo CAPE-SESP/PR a partir do sistema de boletins de ocorrência unificados.

A violência contra as mulheres também deve ser analisada considerando o recorte de classe e étnico raciais. As mulheres que se situam em grupos historicamente marginalizados e vulnerabilizados têm sido atingidas de forma mais contundente pela violência (Akotirene, 2020). Seja pela carência de políticas públicas que garantam sua segurança, seja pelas condições a que são submetidas cotidianamente na luta pela sobrevivência ou ainda pela dificuldade que encontram para romper as relações que alimentam o ciclo da violência. Estatisticamente as mulheres negras e pobres são maioria na composição da população feminina brasileira, mas essa informação pode variar segundo a região e estado do Brasil. De 3880 mulheres vítimas de violência doméstica entre 2021 e 2023, nos dez municípios da Amcespar, não houve registros de mulheres indígenas, isso pode ter ocorrido devido à maior dificuldade de acesso aos locais de denúncias dos órgãos públicos associados a questões culturais que naturalizam a violência ou buscam resolver os conflitos no âmbito interno das relações familiares.

Ainda que os dados nacionais apontem para predominância da violência sobre as mulheres negras (pretas e pardas), se considerarmos os números totais, nesta região, elas não são a maioria. Das 3880 mulheres vitimizadas, 716 são negras (660 pardas e 56 pretas). Mas esses números precisam ser analisados com cuidado e considerados à luz da composição da população de cada município, somente desta forma é possível saber qual grupo de mulheres sofre maior incidência proporcionalmente. Se considerarmos o número de mulheres vitimizadas em cada grupo por cor/raça em relação à população feminina⁷ do grupo étnico

⁷ A população feminina deve ser compreendida como mulheres de 18 anos ou mais.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



racial e será possível conhecer a proporção aproximada na qual as mulheres de cada grupo são atingidas pela violência doméstica. Por exemplo, observa-se que no município de Fernandes Pinheiro, em números absolutos, as mulheres brancas são as mais atingidas. Todavia, quando analisamos em relação à população feminina do grupo étnico-racial, observamos que, de fato, as mulheres pretas representam um maior percentual da população preta feminina residente no município.

Também podemos observar quais municípios apresentaram maior porcentagem de registros em relação a população feminina de 18+ do município no período de 2021 a 2023. Rebouças ficou em primeiro lugar com 6,26%, seguido de Irati com 5,41%, Teixeira Soares com 5,41, Mallet com 5,17% e Prudentópolis com 4,99%.

Outro aspecto importante para mapear essa forma de violência é observar em qual período/momento ela ocorre com mais frequência. Se partirmos do pressuposto de que a violência doméstica é praticada por pessoas próximas, com laços familiares (Saffioti, 2001), precisamos considerar que em alguns meses do ano, nos quais se intensificam as festividades e férias, as mulheres podem estar mais sujeitas às agressões. Nossos dados indicaram que nos meses de dezembro e janeiro ocorreu o maior número de ocorrências. Também, os dias da semana com maior número de registros de violência doméstica contra as mulheres são sábado e domingo, portanto, nos finais de semana as mulheres estão mais vulneráveis às situações de violência doméstica.

As mulheres mais atingidas pela violência doméstica estão na faixa etária de 18 a 29 anos com 937 (33,64%) mulheres situadas neste grupo e na faixa etária de 30 a 39 anos com 805 (28,90%) mulheres neste grupo. Essa concentração na fase reprodutiva das mulheres também foi constatada nos dados nacionais (Cerqueira, 2014).

Violência contra as mulheres a partir dos dados da saúde

Os dados que utilizamos nesta seção foram fornecidos pela Secretaria Estadual de Saúde-SESA (Divisão de Promoção da Cultura da Paz e Ações Intersetoriais) e também pelo setor epidemiológico da 4a Regional de Saúde, a partir do envio de critérios de busca para o presente estudo. Os filtros para a busca no banco de dados foram: campo "violência interpessoal ou autoprovocada", em que constassem como atendidas/vítimas mulheres de 18 anos acima, retirando-se as notificações em que se registra violência autoprovocada, nos anos de 2021 a 2023, nos municípios da AMCESPAR. A seguir, apresentamos uma tabela com o quantitativo geral de notificações por município.

565



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Tabela 4 - Total de notificações por município de 2021 a 2023

Mun US Noti PR	2021	2022	2023
Fernandes Pinheiro	0	0	0
Guamiranga	5	9	4
Imbituva	1	5	17
Inácio Martins	2	1	3
Irati	17	55	135
Mallet	6	11	23
Prudentópolis	114	100	84
Rebouças	9	11	58
Rio Azul	8	6	12
Teixeira Soares	2	3	6
Total	164	201	342

Fonte: SESA/DAV/CPRO/Divisão de Promoção da Cultura da Paz e Ações Intersetoriais (DVPAZ).

566

Inicialmente, cabe destacar que o recorte que apresentamos neste texto provém de uma pesquisa maior que temos desenvolvido desde 2018. Assim, é importante mencionar que a maioria dos municípios apresentou aumento nas notificações nos últimos anos, recuperando índices que haviam baixado durante a pandemia de Covid-19, como já discutido em Santos, Lourenço e Chimin (2021). De modo geral, houve aumento nas notificações no ano de 2023 na maioria dos municípios, com exceções como Guamiranga, Prudentópolis e Fernandes Pinheiro. De fato, Fernandes Pinheiro não registrou nenhuma notificação nos últimos três anos, dado preocupante, vez que o município teve nos três anos um total de 48 boletins de ocorrência registrados na segurança pública. Destacam-se os municípios de Rebouças, com aumento de 427,27%, Imbituva, com 240% de aumento, Irati, 145,45%, Mallet 109,9% e Rio Azul e Teixeira Soares 100% no número de notificações de 2022 para 2023.

Os dois maiores municípios da região, Irati e Prudentópolis, apresentaram tendências opostas no recorte de tempo analisado. Irati, (município com população de 24.000 mulheres) apresentou crescimento significativo desde 2021. Em contraste, Prudentópolis (18.000 mulheres) apresentou redução de 12,28% no número de notificações de 2021 para 2022 e de 16 % de 2022 para 2023, chegando a uma diminuição total de 26,32%, numa tendência de queda. Contudo, Prudentópolis continua tendo alto índice de notificações para a região, se comparado com outras unidades, sobretudo se levarmos em conta que não é o município com maior população. Enquanto Irati tem 59.250 habitantes, Prudentópolis tem 49.393, e os outros municípios são todos de pequeno porte, a maioria com população em torno de 15.000 habitantes.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Cabe destacar que o aumento das notificações nos municípios sinalizados pode ter relação com ações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, por meio de projeto de extensão que se propôs a realizar ações formativas com profissionais da região a fim de fomentar a identificação e o registro das notificações de violência interpessoal contra mulheres.

O primeiro quesito de marcador social tomado nesta análise é o de *raça-cor*.⁸ Em todos os municípios analisados, o maior número de notificações de violência contra as mulheres foi registrado para mulheres brancas. Em todos os cenários, esse grupo é expressivamente superior aos demais. As notificações para mulheres pardas aparecem consistentemente como o segundo maior grupo, embora em números significativamente inferiores aos das mulheres brancas. As mulheres negras possuem notificações ainda menores em relação às pardas e brancas, mantendo um padrão discreto em todos os municípios analisados. Mulheres indígenas e mulheres amarelas exibem registros marginais no total geral de notificações.

Em algumas localidades, há uma presença de registros na categoria "ignorado", porém esses valores são baixos e não alteram o padrão geral dos dados. Destaca-se que, em todas as notificações dos anos de 2022 e 2023, observam-se apenas uma notificação de mulher indígena e nenhuma de mulheres amarelas. Os dados para os anos de 2022 e 2023 revelam uma variação considerável nas notificações entre os diferentes grupos raciais e municípios, com algumas áreas e categorias mostrando aumentos notáveis em 2023. No ano de 2022, a maioria dos municípios registrou taxas extremamente baixas ou nulas de notificações de violência. Fernandes Pinheiro, por exemplo, não apresentou nenhuma notificação, enquanto Guamiranga registrou uma taxa de 0,42 para a categoria Branca. Em Prudentópolis, as notificações foram mais significativas para as categorias branca (0,53) e parda (0,57), sugerindo possíveis áreas de atenção. De modo geral, os dados de 2022 indicam uma baixa incidência de notificações, o que pode refletir tanto uma subnotificação quanto uma real baixa ocorrência de casos.

No entanto, em 2023, observa-se um aumento nas notificações em vários municípios e categorias raciais. Irati, por exemplo, apresentou um aumento notável, especialmente na categoria Indígena, com uma taxa de 10,00, o que é particularmente significativo considerando o pequeno número de indígenas autodeclarados na região. Este aumento sugere que, em populações pequenas, mesmo uma única notificação pode resultar em uma taxa extremamente alta, o que deve ser interpretado com cautela. Além disso, municípios como Imbituva e Mallet também registraram aumentos significativos, especialmente nas categorias Preta e Parda, respectivamente.

Em 2023, observou-se que o grupo étnico Preta sofreu mais violência em Mallet, com uma taxa de 1,82%, seguido por Imbituva com 1,72% e Rio Azul com 1,15%. Estes números indicam um aumento nas notificações em comparação com 2022, quando não houve

⁸ Segundo o Viva: Instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovoada: “esta variável deve seguir o padrão de autoatribuição e classificação estabelecido pelo IBGE, ou seja, a pessoa atendida/vítima é quem declara a sua *raça/cor/etnia*.” (Brasil, 2016, p. 34).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



registros de violência contra mulheres pretas nos municípios listados. Este salto nas taxas pode estar relacionado a uma maior conscientização e disposição para denunciar ou a um aumento real nos casos de violência.

Para as mulheres Pardas, as notificações mais altas em 2023 foram observadas em Mallet, com uma taxa de 0,66%, e Irati, com 0,59%. Em Prudentópolis, a taxa foi de 0,52%, mostrando uma ligeira redução em relação a 2022. As mulheres Brancas, por outro lado, registraram as taxas mais altas em Rebouças e Teixeira Soares, ambas com 1,32%, seguidas por Irati com 0,57%. Comparando com 2022, houve um aumento geral nas notificações para mulheres Brancas, especialmente em municípios como Rebouças.

Considerando os dados gerais para cada grupo étnico nos dois anos, observa-se que as mulheres Brancas e Pardas tiveram uma presença constante nas notificações, mas com aumentos significativos em 2023. As mulheres Pretas, que praticamente não tiveram registros em 2022, apresentaram um aumento notável em 2023, especialmente em Mallet e Imbituva. Já para as mulheres indígenas, a taxa elevada em Irati em 2023 destaca a importância de considerar o tamanho da população ao interpretar os dados, pois uma única notificação em uma população pequena pode resultar em uma taxa aparentemente alta. Ou ainda, podemos considerar a importância dos registros do Sinan, tendo em vista que não houve qualquer registro para mulheres indígenas nos dados da Segurança Pública. As mulheres Amarelas não registraram notificações em nenhum dos anos analisados, o que possivelmente reflete, de fato, a ausência de casos relatados, tendo em vista que na região há poucas mulheres amarelas. No que tange às notificações por idade das vítimas, a faixa etária mais notificada no total dos municípios foi a de 18 a 29 anos. A chamada “idade reprodutiva” é a idade reportada em estudos nacionais e também internacionais (World Health Organization, 2013).

Nos dados analisados, a faixa menos notificada em 2022 foi a de 60 anos ou mais (7%), enquanto em 2023 essa faixa teve um aumento significativo (total de 17,3% das notificadas). Podemos considerar que um dos fatores para o aumento das notificações em mulheres idosas se deu pelo maior acesso à informação que os profissionais da saúde da região tiveram acerca do preenchimento da ficha do Sinan, uma vez que a notificação da violência contra pessoas com mais de 60 anos é obrigatória, independente do sexo e tipo ou natureza da violência. Além de sua denúncia externa ser compulsória até mesmo em casos suspeitos, conforme o artigo 19 do Estatuto do Idoso, Lei no 10.741/2003 (Brasil, 2003), que foi alterada pela Lei 12.461/2011 (Brasil, 2011).

Em relação às notificações por orientação sexual, há falhas no sistema interno no *site* do Sinan que dificultaram a análise desse dado em todos os anos. De todo modo, é possível afirmar que a maioria das notificações refere-se a mulheres heterossexuais. Segundo o VIVA, é comum o sentimento de inibição e constrangimento em relação ao preenchimento dessa

568



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



informação⁹. Outrossim, é possível que, embora deva ser perguntado pelos profissionais, quando a situação de violência é perpetrada por um companheiro homem, infere-se que a mulher seja hterossexual.

No que tange à tipologia da violência, cabe destacar que é possível preencher mais de uma forma de violência em uma mesma notificação do Sinan. Assim, observamos que de 388 notificações em 2023 de todos os municípios, 238 são notificações de violência física, ou seja, 37,1% dos casos referem-se a essa forma de violência; 43,9% (282 notificações) são casos de violência psicológica ou moral; 7,9% (51 notificações) de violência financeira/econômica; 4,7% (30 notificações) de violência sexual; 2% (13 notificações) são de tortura; e 4,4% (28 notificações) são de negligência e abandono, possivelmente devem referir-se a caso de idosas.¹⁰

Porém, a violência psicológica/moral não só cresceu nos últimos anos como ultrapassou a violência física no ano de 2023, o que nos mostra que os profissionais da rede estão cada vez mais considerando outros fatores contextuais nas situações de violência, como aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, influenciando assim suas análises e intervenções e, resultando, consequentemente, numa maior identificação das múltiplas violências sofridas pelas mulheres e em seu melhor acolhimento, enfrentamento e acompanhamento.

Tal avanço nos serviços de saúde é extremamente significativo e deve ser perseguido, uma vez que, segundo Bandeira (2014), a violência de gênero nas relações amorosas íntimas reflete um controle social exercido sobre os corpos, a sexualidade e as mentes das mulheres, demonstrando que, na sociedade patriarcal, homens e mulheres ocupam posições diferentes dentro da família e da sociedade, o que perpetua estruturas de poder e dominação. Ou seja, a violência física e sexual é usada como forma de controle, sustentada por uma violência simbólica, que é reforçada justamente por ocorrer em um ambiente privado e fechado.

569

A violência contra as mulheres nos dados da assistência social

A assistência social no Brasil é uma política que se consolidou como direito do cidadão e dever do Estado a partir da Constituição de 1988. Hoje, sendo a política que garante a assistência às populações com direitos violados, torna-se a porta de entrada em municípios de pequeno e médio portes para atendimento de situações de violência e vulnerabilidade. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004) integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual, por sua vez, organiza a assistência social em diferentes níveis de proteção social (básica e especial). Assim, equipamentos como Centros de

⁹ Por isso o Instrutivo dá sugestão de abordagem e recomenda: “introduzir essa pergunta com um breve esclarecimento sobre a relevância, para as políticas de saúde pública, do conhecimento baseado em pesquisa (e não em preconceitos) sobre as práticas sexuais da população brasileira, e perguntar se a pessoa deseja informar a sua orientação sexual” (Brasil, 2016, p.42).

¹⁰ Outros estudos que levantaram dados sobre o estado do Paraná constataram resultado semelhante em relação aos dados do Sinan. Cf: Santos; Lourenço; Baptista Jr; Silva.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) promovem ações integradas de acolhimento, orientação e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de encaminhamentos às redes intersetoriais de proteção.

Desse modo, como nosso objetivo nesta pesquisa foi levantar registros oficiais das políticas de atendimento às mulheres em situação de violência, uma das fontes que utilizamos foram os dados dos Registros Mensais de Atendimento-RMA, documento enviado mensalmente pelo CREAS para o Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MSD). O RMA (Brasil, 2018) é um instrumento utilizado para monitorar e sistematizar atendimentos realizados pelos CREAS e é preenchido mensalmente pelas equipes técnicas. Pelo espaço que temos não traremos todos os registros por municípios de maneira detalhada, mas um apanhado geral dos registros de atendimentos nessa política, apenas nos anos de 2022 e 2023.

Tabela 5: Registros de Atendimentos dos CREAS dos municípios da AMCESPAR

Município	2022	2023	total
Fernandes Pinheiro	6 (+ 3 idosas)= 9	4 (+ 1 idosa)= 5	14
Guamiranga	2 (+ 1 idosa)= 3	7 (nenhuma idosa)= 7	10
Imbituva	51 (+5 idosas)= 56	110 (nenhuma idosa)=110	166
Inácio Martins	21 (+6 idosas)= 27	25 (+3 idosas)= 28	55
Irati	111 (+ 34 idosas)= 145	76 (+18 idosas)= 94	239
Mallet	17 (+3 idosas)= 20	37 (4 idosas)= 41	61
Prudentópolis	86 (+3 idosas)= 89	86 (+6 idosas)= 92	181
Rebouças	13 (+3 idosas)= 16	22 (+ 2 idosas)= 24	40
Rio Azul	30 (+1 idosa)= 31	52 (+ 4 idosas)= 56	87
Teixeira Soares	9 (0 idosas)= 9	11 (+ 1 idosa)= 12	21

570

Fonte: Registros Mensais de Atendimentos-RMA- fornecidos pelas gestões das Secretarias Municipais de Assistência Social



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Os dados revelaram que de modo geral houve aumento no número total de atendimentos. Em alguns municípios, houve um aumento significativo no número de atendimentos de 2022 para 2023, como em Imbituva, Mallet e Rio Azul. Outros municípios, como Fernandes Pinheiro e Irati, apresentaram redução no número total de atendimentos entre os anos, enquanto municípios como Prudentópolis mantiveram números semelhantes de atendimentos nos dois anos.

De modo geral, Irati lidera no número total de atendimentos (239), seguido por Imbituva (162) e Prudentópolis (181). Esses municípios concentram a maior demanda pelo serviço do CREAS, o que faz sentido se considerarmos a população. Em contrapartida, os municípios com menor número total de atendimentos foram Fernandes Pinheiro (14), Guamiranga (10) e Teixeira Soares (21), o que também pode ser explicado pelos índices populacionais. Nessa comparação dos menores índices, destaca-se o número de atendimentos realizados em Inácio Martins, que tem a terceira menor população de mulheres e apresentou a sexta posição entre os 10 municípios, com um total de 55 registros nos dois anos.

Imbituva foi o município que apresentou o maior aumento absoluto no número de atendimentos (+58), o que pode indicar uma intensificação de ações do CREAS ou aumento de demandas sociais. Irati, por sua vez, embora tenha apresentado uma redução nos atendimentos de 2022 para 2023, continua com o maior total acumulado, sugerindo que concentra uma alta complexidade nos atendimentos. A redução pode se dever ao fato de ter havido a criação dos serviços especializados de atendimento às mulheres, vinculados à Secretaria da Mulher, Criança e Pessoa Idosa-SEMUCI, inaugurada no final do ano de 2023. Os dados sugerem a necessidade de investimentos direcionados nos municípios com alta demanda, como Irati, Imbituva e Prudentópolis, para fortalecer as equipes e ampliar os serviços oferecidos. Os municípios com menores atendimentos, como Guamiranga e Fernandes Pinheiro, podem requerer estudos sobre o alcance do CREAS e estratégias para maior sensibilização da comunidade em relação aos serviços disponíveis. Em resumo, os números refletem diferentes realidades sociais nos municípios, exigindo estratégias específicas para atender às demandas de cada localidade.

Por fim, embora os dados apresentados não tragam detalhamento acerca de outros marcadores sociais, tais como idade, raça e orientação sexual, permitem uma análise do atendimento a mulheres idosas, que foram colocadas separadamente por estarem assim distribuídas em políticas distintas. Isso requer outras análises que considerem o fenômeno de uma perspectiva interseccional (Akorirene, 2019).

Considerações finais

A violência contra as mulheres é um fenômeno difícil de mapear, tendo em vista que o atendimento ocorre em diferentes equipamentos localizados em políticas públicas também distintas e com sistemas de registros igualmente discrepantes. Desse modo, não existe um sistema unificado que permita estabelecer um cruzamento entre os casos atendidos em

571



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



serviços especializados (nos municípios que os possuem) ou, em políticas como a assistência social, a saúde e a segurança pública, como é o caso dos municípios da região da AMCESPAR. Embora tenha havido uma tentativa com a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021 (Brasil, 2021), que institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à violência contra as mulheres (PNAINFO), de fato tal lei nunca foi implementada.

Portanto buscamos apresentar uma breve análise sobre as três políticas de enfrentamento a violência contra às mulheres na busca de auxiliar na compreensão do fenômeno na região. Ao analisar os dados referentes às três políticas, podemos observar tendências de aumento ou diminuição nas notificações, identificar quais municípios apresentam os maiores e menores índices de violência, e compreender quais são as fontes mais e menos utilizadas para registrar esses casos.

A análise de dados de fontes distintas de municípios de pequeno e médio portes nos permite identificar onde estão as portas de entrada e os gargalos das políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência. Percebemos que a grande maioria dos registros encontra-se ainda na segurança pública, de modo que não tem havido um acompanhamento em rede, uma vez que a maioria das mulheres que registra um boletim de ocorrência não passa por outros serviços como a assistência social ou a saúde.

De todo modo, as três políticas indicam um crescimento dos registros de violência contra as mulheres, indicando, quando consideramos os índices populacionais, que os municípios mais violentos da região (e aqui tomamos por base exclusivamente os dados da segurança pública, por serem os mais representativos) são, nessa ordem: Rebouças, Irati e Teixeira Soares. A soma total das ocorrências na região subiu de 1.150 em 2022 para 1.635 em 2023, refletindo a tendência observada no estado do Paraná, que registrou 59.707 casos em 2022 e 70.051 em 2023. Os dados também apontam um aumento significativo de registros de 2022 para 2023, o que pode indicar uma superação da queda observada durante a pandemia de Covid-19.

Na saúde, as principais conclusões indicam aumento no número de notificações na maioria dos municípios, o que parece refletir conscientização dos profissionais em relação à importância de se notificar esse tipo de agravo. No entanto, foram identificadas falhas no sistema de notificação, como registros incorretos ou ausentes em relação às unidades notificadoras e dificuldades de acesso a dados completos. Essas limitações indicam a necessidade de melhorias no sistema do Sinan, como, por exemplo, a possibilidade de o sistema permitir que as unidades notificadoras fossem lançadas sem necessariamente ter um código no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Assim, a melhoria do sistema se mostra essencial para que ele possa refletir com mais precisão a realidade da violência contra mulheres, permitindo uma resposta mais eficaz para a formulação de políticas públicas, desenvolvimento de estratégias de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência.

No âmbito da assistência social, observou-se um aumento geral no número de atendimentos, embora alguns municípios tenham apresentado reduções. Os dados utilizados dos Registros Mensais de Atendimento (RMA) dos CREAS, apesar de suas limitações, oferecem uma visão

572



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



padronizada sobre os atendimentos realizados. Contudo, também indicam o quanto a assistência social, apesar de ser considerada a política que, de fato, trabalha com casos de violência, ainda tem muita dificuldade de fazer o trabalho desenvolvido se converter em registros mais factíveis.

Por fim, ressalta-se a importância de pesquisas como essa que se voltam à realidade de pequenos municípios, a fim de compreender realidades distintas de grandes centros urbanos e, com isso, pensar em políticas públicas mais eficazes.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.292-313.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Mediações 20 (2), 2015, p.: 27-55.

BRASIL; Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde; Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Viva: Instrutivo Notificação de violência interpessoal e autoprovocada**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_auto_provocada_2ed.pdf. Acesso: 29.set. 2023.

BRASIL. Lei n. **11.340/2006** de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso: 13 dez 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.741/2003** de 1 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf>. Acesso: 22 jan. 2025.

BRASIL. **Lei 12.461/2011** de 27 de julho de 2011. Altera a Lei 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, para tornar obrigatória a notificação de violência contra idosos. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12461&ano=2011&ato=861k3ZE1UMVpWTe2e>. Acesso: 22 jan. 2025.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



BRASIL. **Lei n. 14.232/2001**, de 28 de outubro de 2021. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o registro de informações relativas à violência contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 out. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2021-022/2021/Lei/L14232.htm. Acesso: 18 jan. 2025.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso: 10 de jan. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY C. B.; PEDRO, J. M. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2018, p. 286-312.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. 2001, n. 16, p. 115–136. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>. Acesso: 10 jul. 2023.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de América Latina y El Caribe**, v. 16, n. 1, 2005, p. 147-164.

SANTOS, Kátia Alessandra dos; LOURENÇO, Alexandra; CHIMIM, Alides Baptista. **Violência contra a mulher em Irati-PR**: mapeamento da incidência e da rede de enfrentamento. In: Viana et al (orgs.); **Gênero & Interseccionalidades: Memórias do IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres**. vol. 2. Curitiba: GRD Editora, 2021, p. 245-262.

World Health Organization. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence**. Geneva: World Health Organization, 2013.

574





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO: INVISIBILIZAÇÃO E SILENCIAMENTO DE UMA INTELLECTUAL NA EDUCAÇÃO CARIOCA (1920-1930)

Anna Clara Granado¹

O objetivo central deste trabalho é destacar a presença de Alba Cañizares do Nascimento no cenário educacional carioca, problematizando suas experiências, redes de sociabilidade (Sirinelli, 2023) e a sua atuação como intelectual. Ao reconhecer sua trajetória² como a de uma mulher intelectual e educadora, este estudo revisita fontes documentais pessoais e históricas, em consonância com as contribuições de Natalie Zemon Davis (1997). Evidenciando que a sua atuação no passado pode contribuir para uma historiografia educacional mais inclusiva e plural, ampliando o entendimento sobre a participação feminina na construção do pensamento educacional brasileiro.

Natalie Zemon Davis, em sua obra *Nas margens: Três mulheres do século XVII*, analisa como três mulheres de diferentes tradições religiosas – judia, católica e protestante – usaram a escrita para narrar as suas próprias vidas e construir sentidos sobre si mesmas. Embora sem uma formação formal, cada uma delas conseguiu encontrar maneiras distintas de registrar a sua própria experiência, seja por meio de memórias, por textos pedagógicos ou registros científicos. Essas produções, muitas vezes estão situadas à margem da historiografia tradicional, mas revelam formas diversas e não convencionais da escrita, o que desafia as estruturas de poder que frequentemente silenciaram as mulheres.

Esse olhar atento às narrativas fragmentadas e aos vestígios deixados por sujeitas historicamente invisibilizadas dialoga diretamente em como quero transmitir essa narrativa. E com isto, mostrar que a trajetória de Alba Cañizares não se apresenta como um relato linear e consolidado, mas como um conjunto de indícios dispersos em documentos institucionais e em diversas fontes e arquivos. E assim como Davis que reconstituiu narrativas a partir de pistas e rastros, este estudo busca se reconectar a alguns dos registros históricos para trazer à luz a atuação intelectual e educacional de Alba Cañizares, apresentando e afirmando a sua presença no debate pedagógico carioca.

Alba Cañizares do Nascimento foi professora, inspetora escolar e superintendente de educação elementar do Distrito Federal entre 1928 e 1939, no Rio de Janeiro. Atuou como docente nas disciplinas de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de Artes e Ofícios

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais na UERJ. Mestra em Educação e Pedagogia pela UFF. Conta com apoio da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil - Código de Financiamento 001. E-mail: annaclaragranado@gmail.com

² Sendo utilizado esse conceito a partir de Certeau (1998) que compreende a trajetória como um fenômeno narrativo que reflete posturas e formas de atuação e não apenas como um deslocamento físico.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Wenceslau Braz, que “era uma escola mista, cujos professores se mostravam preocupados, desde a sua fundação, com a educação feminina, a educação profissional e as mudanças políticas e econômicas vigentes” (Granado, 2021, p.101). Além disso, tratava-se de uma escola de aprendizes artífices (Cardoso, 2005), voltada à formação de professores para o ensino técnico e profissional, caracterizando-se como uma escola normal voltada para o trabalho.

Como inspetora escolar, Alba Cañizares participou ativamente de eventos ligados a educação, como os Congressos Nacionais de Educação, promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE), além de outras iniciativas voltadas à difusão de experiências pedagógicas modernas. Também esteve envolvida na Associação dos Professores Católicos, onde contribuiu para debates sobre a formação docente e as transformações educacionais da época. Seu engajamento nesses espaços refletia a intenção de romper com certas tradições herdadas do período colonial, promovendo inovações no campo educacional.

No cargo de superintendente de educação elementar, Alba Cañizares promovia uma comunicação mais direta tanto com o professorado quanto com o Diretor Geral, informando-o sobre ocorrências no âmbito educacional e sugerindo mudanças e melhorias. Além disso, atuava na implementação e fiscalização do cumprimento das leis, regulamentos e instruções estabelecidas pela Diretoria Geral.

576

Documentos, registros e imprensa no fazer historiográfico no campo educacional

A reconstrução da trajetória de Alba Cañizares exige um olhar atento às múltiplas fontes disponíveis, que se apresentam de maneira bastante fragmentada nos arquivos institucionais e na imprensa da época. Para compreender sua atuação no campo educacional carioca, este estudo se apoia em documentos oficiais, registros administrativos e publicações em periódicos para articular essas diferentes camadas de informação na construção de uma narrativa histórica mais abrangente.

É nesse contexto que este trabalho se insere, pois busca evidenciar como fontes individuais e institucionais podem se complementar para dar visibilidade a trajetórias intelectuais silenciadas. A abordagem metodológica adotada aqui se inspira na reconstrução de histórias a partir de rastros, fragmentos e indícios deixados em diferentes suportes documentais.

Outros autores me auxiliam nessa escrita como suporte teórico para compreender essas análises do passado, como em Foucault (2023) considerando que esses arquivos são como fontes de narrativas, método de análises e uma rede de relações complexas que se entrelaçam e que podem se transformar em conhecimento, revelando um passado que precisa ser recontado. Clarice Nunes e Marta Maria Chagas de Carvalho (1993) já apontavam para essa necessidade de problematizar as fontes, de modo a promover narrativas mais reflexivas, menos excludentes e generalistas.

Sendo assim, busco aqui problematizar alguns aspectos da vida e área de atuação da professora Alba Cañizares, com o anseio de documentá-la e fazer aparecer os seus



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



pensamentos e trabalhos na educação republicana. Como uma mulher de seu tempo³, que esteve em luta por melhores condições educacionais e de vida que a época permitia. Escrevendo diversos textos publicados na imprensa carioca, poemas, poesias, bem como teses para congressos e eventos, além de manuais para o auxílio no ensino e na educação para os mestres e futuros mestres.

Como professora catedrática, Alba Cañizares demonstrava seus conhecimentos em filosofia como escritora em periódicos, como a revista “A Escola Primária” e no jornal “A Cruz”, onde ela recorria a uma ampla variedade de pensadores, entre filósofos e sociólogos, para fundamentar de maneira consistente as suas reflexões sobre as concepções religiosas. Em seus escritos, estabelecia diálogos com nomes como Spencer, Bérgeon, Platão, Schopenhauer, Augusto Comte, Farias Britto, Leibniz, Descartes, Rousseau, Locke, Spinoza, Kant, entre outros.

Alba defendia a importância de uma postura guiada pelo bom senso e pela cautela diante do dogmatismo presente em certos discursos. Diante da multiplicidade de sistemas, teorias de pretensão universal e filosofias centradas no eu, a autora sustentava que a verdadeira filosofia deveria priorizar o caráter, a moral e a ética.

Para ela, havia uma relação de interdependência entre a pedagogia e a filosofia: a primeira enquanto ciência da educação, orientando o ser humano a viver em harmonia por meio de um conjunto de leis; e a segunda enquanto ciência dos princípios fundamentais, oferecendo conhecimentos essenciais. Alba acreditava e defendia que a filosofia possuía a capacidade de impactar e transformar a sociedade por meio da moral.

577

Meio social e intelectual educacional carioca

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que Alba Cañizares do Nascimento, esteve envolvida em diversos movimentos ligados a educação, nesse caso, Mignot e Gondra (2007) sinalizam para uma mobilização em torno da disseminação de informações e experiências atualizadas no campo educacional. Para divulgar essas inovações pedagógicas, educadores brasileiros se articularam e criaram diferentes estratégias para a circulação do saber, como editoriais de livros, revistas, jornais, cursos e eventos ligados a formação. Tais iniciativas tinham como objetivo criticar, denunciar, propor alternativas e apontar novos caminhos para a renovação do fazer pedagógico.

Grande parte desses saberes e práticas foram adquiridas por meio de viagens internacionais realizadas por educadores, que buscavam observar, comparar e importar métodos de ensino utilizados em outros países. Essas viagens tornaram-se recorrentes, com o intuito de introduzir elementos da modernidade para a educação brasileira e fortemente inspirada pelos ideais do escolanovismo.

³ Uma mulher republicana que viveu nos anos de 1893 a 1944.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Com foco na troca de experiências e na renovação das práticas pedagógicas, as conferências educacionais foram fundamentais para a difusão de ideias, atingindo um público amplo e contribuindo para a constituição de um acervo historiográfico relevante sobre a trajetória da educação no país. A divulgação dessas ideias também se deu por meio da imprensa, sobretudo em livros, jornais e revistas da época, o que ampliou significativamente seu alcance e impacto.

A Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, destacou-se como uma das instituições centrais para a promoção dessa circulação dos saberes pedagógicos e a sua atuação na sociedade ampliou a visibilidade de questões educacionais no Brasil, trazendo para o centro do debate experiências de diferentes contextos, inclusive internacionais.

Alba Cañizares do Nascimento, assim como outros/as educadores/as brasileiros/as, integrou a ABE e participou ativamente dos Congressos Nacionais de Educação. Submeteu e apresentou trabalhos em diferentes edições, entre elas as conferências realizadas em Curitiba (1927), Belo Horizonte (1928), São Paulo (1929) e Rio de Janeiro (1931). Esta última, considerada de especial relevância, precedeu a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado poucos meses após a IV Conferência como uma resposta política em defesa de um sistema educacional único, gratuito, público e laico (Carvalho, 1994).

Vale ressaltar que a publicação do Manifesto dos Pioneiros provocou tensões entre setores educacionais — notadamente entre os docentes católicos, que se opuseram a parte de seus princípios e, por isso, romperam com a ABE, fundando a Associação dos Professores Católicos, com o intuito de defender uma perspectiva educacional alternativa e mais ligada as suas ideias e valores cristãos.

Dentre essas conferências, mencionadas acima, merece destaque a IV Conferência Nacional de Educação, realizada no Rio de Janeiro em dezembro de 1931. De acordo com Marta de Carvalho (1994), este evento obteve grande projeção política, a ponto de o então presidente Getúlio Vargas e o ministro da Educação, Francisco Campos, requisitarem uma diretriz educacional que pudesse embasar a política do recém-instalado Governo Provisório. Diante disso, procuro salientar que desde 1929, grupos católicos já vinham pressionando por maior influência da religião no campo educacional, atuando em defesa da laicidade do ensino, mas também tentando consolidar sua posição em um cenário de intensos embates ideológicos.

Carvalho (1994) analisa os antagonismos da década de 1920, evidenciando as disputas entre os modelos considerados modernos *versus* tradicionais, bem como o ensino leigo *versus* o religioso. A autora argumenta que tais polarizações contribuíram para estigmatizar a atuação dos grupos católicos, que por vezes, foram representados de maneira equivocada, além de marginalizar suas contribuições no campo pedagógico.

Organizados, inicialmente, na Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e, depois, na Confederação Católica Brasileira de Educação, os católicos lançaram boletins e revistas, promoveram Congressos, realizaram cursos e conferências e programaram edições, no propósito de reger a sedução exercida pelo escolanovismo sobre o professorado. Neste empreendimento tiveram,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



talvez, mais êxito do que comumente se supõe, atingindo não somente as práticas dos professores das escolas católicas, mas também as do professorado católico nas escolas públicas. As estratégias através das quais difundiram versões depuradas da nova pedagogia são o contraponto necessário para melhor aquilatar as práticas de seus oponentes, os pioneiros da educação nova.

É esta contraposição que conduz à constatação de uma diferença básica nas apropriações que fizeram do escolanovismo católicos e pioneiros: enquanto estes últimos atuaram no sentido de determinar o significado das expressões educação nova e escola nova, amarrando-o a um programa de reorganização da cultura e da sociedade que exigia iniciativas de reforma estrutural da escola e do sistema escolar, os católicos agiram em direção diversa, procurando confinar o uso da expressão ao campo doutrinário da Pedagogia (Carvalho, 1994, p. 75).

Gostaria de propor um debate e maior reflexão sobre esse poder emanado pela dicotomização das práticas modernas *versus* tradicionais, compreendendo que, embora os pioneiros da educação nova buscassem enquadrar os católicos como um grupo homogêneo e preso a um cenário tradicional, a realidade não se mostrava tão simples. É possível notar que o grupo católico também se atualizava e se movimentava, como evidencia a atuação da Alba Cañizares, que promoveu estratégias educacionais consideradas progressistas, como por exemplo, a aplicação do Plano Dalton, evidenciado em livro publicado por ela, onde ela demonstra a sua interpretação e experiência.

Marta de Carvalho (1994) aborda sobre

Propor uma educação nova era, ao contrário, para os pioneiros, programa de transformação da sociedade brasileira pela escola. Isto fazia com que a expressão designasse não somente um conjunto de métodos e preceitos pedagógicos, como queriam os católicos, mas, também, e principalmente, o conjunto de iniciativas que vinham tomando para a consecução deste programa, seja como reformadores, nos cargos técnicos e administrativos que ocuparam, seja como grupo aglutinado na ABE, seja, ainda, individualmente, tomando diversas iniciativas editoriais. Desta forma, o significado da expressão estava atrelado às práticas através das quais tentaram viabilizar seus projetos de promoção, através da escola, do que era chamado de uma “nova civilização”. Neste uso, a adjetivação “nova”, aplicada a “educação”, remetia à capacidade da “nova escola” de instaurar o “novo”. Propor uma nova educação para uma nova civilização, funcionava como slogan que, além de condensar o programa de reforma da sociedade pela reforma da escola, plataforma dos pioneiros, era dispositivo utilizado para fortalecer o movimento educacional, demarcando o campo de ação da “campanha de renovação educacional” (Carvalho, 1994, p.76).

O livro publicado por Alba intitula-se “Psicologia da aprendizagem: formação do mestre; prática de pedagogia social; experiências de Escola Nova” e, conforme a própria autora relata ao longo da obra, foi concebido como um trabalho profundamente técnico, voltado

579



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



especialmente para educadores. Seu objetivo principal era compartilhar reflexões, experiências e relatos práticos sobre a implementação do Plano Dalton, a partir de sua atuação como docente de Psicologia e Pedagogia na Escola Wenceslau Braz. Procuo ressaltar que Alba Cañizares esteve profundamente envolvida em ambos os lados do debate educacional, tanto como Inspetora Escolar na gestão de Fernando de Azevedo, quanto como Superintendente de Educação Elementar na gestão de Anísio Teixeira e em outras gestões posteriores até o ano de 1939. E embora estivesse fortemente vinculada aos pensadores do movimento escolanovista, também teve uma participação significativa nas pautas católicas. E como suposição, acredito que esse duplo envolvimento pode ter contribuído, de alguma forma, para a sua invisibilização no cenário educacional carioca.

Considerações finais

Essa investigação possibilitou o mapeamento de parte da atuação significativa de Alba Cañizares do Nascimento no campo educacional carioca durante a primeira metade do século XX, uma atuação marcada por tensionamentos entre projetos pedagógicos modernos e estruturas institucionais tradicionais. Sua participação em distintas frentes indica uma inserção ativa nos debates centrais para a renovação educacional do período, ainda que sua presença permaneça marginalizada nos registros historiográficos consolidados.

Ao adotar uma perspectiva inspirada nos aportes de Natalie Zemon Davis, sobretudo no que tange à atenção às vozes silenciadas e às possibilidades de construção narrativa a partir de rastros fragmentários, esta pesquisa buscou reinscrever Alba no campo da história da educação. A metodologia adotada privilegiou o cruzamento de fontes oficiais, periódicos e documentos institucionais, permitindo uma aproximação mais ampla e contextualizada de sua história, bem como das redes às quais esteve vinculada.

A análise evidenciou que a atuação de Alba não pode ser compreendida a partir de categorias estanques ou dicotomias rígidas, como tradicional X moderno ou religioso X laico. Ao contrário, sua trajetória revela a fluidez de fronteiras entre diferentes projetos educacionais e destaca a complexidade das experiências femininas na constituição do campo educacional brasileiro. Tal constatação reforça a necessidade de abordagens historiográficas que contemplem a multiplicidade de posicionamentos e a densidade das experiências vividas por mulheres intelectuais.

Assim, a proposta de revisitar a atuação de Alba Cañizares do Nascimento, para além de contribuir à ampliação do repertório de personagens femininas na história da educação, também propõe uma reflexão sobre os critérios de visibilidade e reconhecimento historiográfico. Nesse sentido, este trabalho reafirma o compromisso com a construção de uma historiografia educacional mais plural, atenta às dimensões de gênero, redes de sociabilidade e processos de marginalização histórica que moldaram — e continuam a moldar — o campo educacional brasileiro.

580



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Referências

CARDOSO, T. F. L. A reforma do ensino profissional, de Fernando de Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 1–14, jan./abr. 2005.

CARVALHO, M. M. C. de. Fernando de Azevedo: pioneiro da Educação Nova. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 37, p. 71–79, 1994. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i37p71-79>.

DAVIS, N. Z. *Nas margens: Três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, M. *Le discours philosophique*. Paris: Gallimard, 2023.

GRANADO, A. C. *Alba Cañizares do Nascimento: Professora e feminista católica da Primeira República*. 2021. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

MIGNOT, A. C. V.; GONDRA, J. G. Viagens de educadores e circulação de modelos pedagógicos. In: MIGNOT, A. C. V.; GONDRA, J. G. (org.). *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 7–14.

NASCIMENTO, A. C. *Prática de Pedagogia Social: Experiências de Escola-Nova. O plano Dalton e os novos sistemas escolares. Ensaio de Educação Integral. O método na Psicologia*. Rio de Janeiro: Typografia Alba, 1933.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. *Cadernos Anped*, Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1993.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. P. 231–269.

581



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O NEGOCIANTE ANTÔNIO ALEXANDRE MANOEL E SUAS ATIVIDADES MERCANTIS NUMA VILA CAFEIEIRA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: PIRAÍ, DÉCADA DE 1860-1880

Vladimir Honorato de Paula¹

Considerações Iniciais

A vila de Piraí surge no ano de 1837 a partir de uma Lei Provincial que determinou o desmembramento de suas terras do termo da vila de São João do Príncipe. Apesar da criação da vila ter ocorrido neste ano, a instalação da câmara de vereadores ocorre somente no ano de 1838, tão logo importantes membros da classe senhorial em formação de Piraí ter assumido o compromisso com relação aos gastos necessários para a edificação dos edifícios necessários para a consumação do ato de separação².

A criação da vila de Piraí no final da década de 1830 não se constituiu num fenômeno social e econômico isolado. Antes de tudo, devemos destacar que o fato narrado fez parte de um movimento político mais amplo e que abrangeu uma porção territorial significativa da antiga província do Rio de Janeiro: o vale do Paraíba. Nesse sentido, o movimento político que determinou o surgimento da vila de Piraí se relaciona diretamente com o avanço sistemático da produção cafeeira nesta região.

Com relação a Piraí, podemos perceber que o sucesso do plantio do café nas terras da antiga freguesia de Santana do Piraí foi o fator que condicionou ao surgimento de uma classe senhorial ainda em processo de formação no período aqui em análise. E que a classe senhorial aqui em destaque se constituiu no principal instrumento político e social para a consumação desta separação em consonância com o aumento de importância que café brasileiro obtinha no mercado externo desde os eventos para esta cultura tão logo se fez sentir os efeitos da Revolução do Haiti na década de 1800³.

¹Doutor em História pelo PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor do Magistério do Estado do Rio de Janeiro. Professor Tutor do Curso de Licenciatura em História Ead UNIRIO do Consórcio Cederj \ Fundação Cecierj. Historiador com pesquisas dedicadas a análise da política matrimonial do barão de Piraí nas décadas de 1820 e 1830, formação de um grupo de fazendeiros de café privilegiados na antiga capela de Santana do rio Piraí, formação da economia cafeeira e relações político, sociais e econômicas do estado nacional com a classe senhorial em formação no sertão dos rios Piraí e Preto e das freguesias de São João Marcos e da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova. Autor de diferentes trabalhos acadêmicos para a compreensão da História Regional do Vale do Paraíba fluminense no setecentos e oitocentos. historiavladimir@gmail.com

²BREVES, Padre Reynato. *Sant'Ana do Piraí e a sua História*. Diadorim Editora LTDA. Rio de Janeiro, 1994. pg 125.

³MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Vol II – 1831-1870*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2009. pg. 345-374.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Na esteira dos acontecimentos no Haiti em decorrência das convulsões sociais advindas das questões internas a esta ilha, se verifica uma desorganização progressiva da produção cafeeira interna, concorrendo para que outros produtores de café, como o Brasil, passassem a desempenhar papel preponderante no mercado mundial do café. De um modo geral, a desorganização da produção cafeeira haitiana favoreceu o plantio do café no Brasil, onde o cultivo dessa planta adquiria destaque desde a década de 1780⁴.

Desde esta década o café, e o cultivo do cafeeiro, vinham se disseminando na capitania do Rio de Janeiro. Cultivado de modo inicial nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, o cultivo do cafeeiro foi aos poucos se alastrando para regiões do interior. Especialmente nas regiões atravessadas pelo caminho que seguia desta cidade para a capitania de São Paulo. Plantado nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, para logo em seguida ser cultivado na freguesia do Campo Grande, o café atingiu as terras altas do Vale do Paraíba acompanhando o itinerário da estrada que seguia para São Paulo passando por Santa Cruz e Itaguaí. Subindo a serra do Mar, o café penetrou nas antigas freguesias de São João Marcos e de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre, onde o arbusto do cafeeiro encontrou condições ideais de clima, solo e relevo para prosperar enquanto uma cultura agrícola⁵.

Conduzido por mãos humanas que seguiam o itinerário da estrada para São Paulo, e que de certa forma entendiam o potencial desta planta enquanto um artigo agrícola, o café, tão logo adentrou nas terras altas do Vale do Paraíba, passou a ser cultivado em sítios e fazendas das antigas freguesias de São João Marcos e de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre. Pesquisas atuais vêm indicando que as primeiras plantações de café foram plantadas ao final da década de 1780 na região em que seria fundada a freguesia de Santana do Piraí⁶.

Apesar da produção de café demonstrar uma produção em escala reduzida ao final do século XVIII, eventos externos, como a Revolução Haitiana, em combinação com fatores internos ao território brasileiro, potencializaram o cultivo do cafeeiro nas antigas freguesias de São João Marcos e da Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre, sobretudo ao final da década de 1810⁷.

Foi o avanço do cultivo do café nesta época que proporcionou condições materiais para o surgimento da freguesia de Santana do Piraí, no ano de 1817, em substituição à capela de Santana do rio Piraí. Portanto, foi o café, e o incremento dessa cultura agrícola, sob o controle de uma classe senhorial em formação logo após a abdicação do primeiro imperador, e com profundas ramificações no comércio ilegal de africanos pós 1831, que possibilitou um

583

⁴MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. 2009, op. cit. pg. 345-359.

⁵PAULA, Vladimir Honorato de. *“Se bem queres viver, bens tens que casar”: família, dote e poder na freguesia de Santana do Piraí, o caso dos Gonçalves de Moraes (1760-1840)*. Rio de Janeiro, 2023. UNIRIO. Tese de Doutorado em História. pg. 169-174.

⁶PAULA, Vladimir Honorato de. 2023, op. cit. pg. 106-118.

⁷MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. 2009, op. cit. pg. 360-374. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o Escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2008. pg. 108-120.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



incremento das atividades produtivas em Pirai ao final da década de 1830. Nesse sentido, a riqueza gerada a partir da produção e exportação do café induziu a formação de núcleos produtivos complementares e dependentes da economia exportadora. Dentro dessa questão, a expansão cafeeira foi acompanhada pela estruturação de um setor mercantil complementar e dependente da produção rural. Dos vários personagens que vão surgindo a partir da produção cafeeira, podemos afirmar que houve forte presença de agentes relacionados com a comercialização de mercadorias. Conforme podemos encontrar para Pirai, aonde a expansão da produção agrícola no século XIX conduz a uma dinamização do setor mercantil, possibilitando a atuação de comerciantes, também chamados de negociantes, uma vez que os mesmos eram assim identificados nos documentos consultados⁸.

A vila de Pirai e o comércio no século XIX

A atuação dos negociantes em Pirai teve início ainda na primeira metade do século XIX, como nos tem apresentado o resultado de nossas pesquisas, que tem revelado algumas características do comércio de mercadorias nesta vila. Foi somente depois da instalação da câmara de vereadores em Pirai, no ano de 1838, que as autoridades locais iniciaram o controle sobre o setor mercantil com o objetivo de tributar o comércio de mercadorias realizado pelos negociantes nos estabelecimentos dedicados a esta atividade, as chamadas casas de negócio. Nesse esforço surge uma documentação essencial para se compreender o comércio e os negociantes em Pirai: os Lançamentos Comerciais.

Os Lançamentos Comerciais devem ser analisados enquanto uma fonte primordial para se entender o lugar que o comércio e o negociante ocupavam no contexto econômico do período. Analisados enquanto “mapas do comércio” local devido às informações que traziam detalhadas, os Lançamentos Comerciais organizam o valor dos impostos cobrado de acordo com a capacidade mercantil de cada negociante⁹.

O primeiro Lançamento Comercial elaborado pela câmara de vereadores foi feito no ano de 1839. Nesse documento são encontrados os nomes, as atividades, a localização e o valor dos impostos pagos pelos 73¹⁰ indivíduos relacionados com a comercialização de mercadorias na vila de Pirai no ano de 1838. Diante dos números apresentados pelo Lançamento de 1839, apontamos que a atividade mercantil se encontrava estruturada e organizada, com a Câmara tomando providências para a coleta de impostos e tributos sobre os negociantes.

De produção anual, os Lançamentos Comerciais expunham um conjunto variado de informações sobre o comércio de mercadorias e os negociantes instalados em Pirai com casas de negócio. Entre as informações disponíveis, se destacava o nome dos indivíduos encontrados vendendo mercadorias na vila, o valor dos impostos a serem pagos e os pontos

584

⁸PAULA, Vladimir Honorato de. *A Vila de Pirai: comércio e comerciantes numa Vila cafeeira da Província do Rio de Janeiro (século XIX)*. Vassouras, 2012. USS. Dissertação de Mestrado em História. pg. 96-135.

⁹PAULA, Vladimir Honorato de. 2012, op. cit. pg. 96-135.

¹⁰Arquivo Municipal de Pirai (doravante AMP) Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 – 1839





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



onde se localizavam suas casas de negócio. A compilação dos dados nestes documentos era de responsabilidade de um funcionário da câmara designado pelos vereadores para o exercício desta tarefa: o fiscal da freguesia. Nomeado para exercer a administração da câmara dentro da freguesia, o fiscal possuía, entre suas diversas tarefas, a fiscalização do estado dos caminhos que cruzavam os limites de sua jurisdição administrativa, o controle sobre o comércio e os negociantes¹¹.

Os negociantes participavam do abastecimento das unidades agrícolas de Pirai, bem como atendiam a necessidade por mercadorias dos moradores que habitavam os povoados locais. O comércio de mercadorias praticado pelos negociantes em Pirai não se resumia exclusivamente aos moradores da vila. Também fazia parte da clientela destes negociantes os tropeiros e viajantes de passagem pelas estradas provinciais e municipais que cortavam a vila de Pirai. Como o Caminho Velho das Boiadas, cujo itinerário tinha início do médio vale do rio Pirai, passando pelos povoados da Serrinha e do Arrozal até terminar na freguesia da Conceição do Campo Alegre, logo após cruzar a barra do rio Barra Mansa¹².

A venda de mercadorias praticada nas casas de negócio em Pirai comportava tanto os negociantes que mantinham seus negócios nas áreas dos povoados, quanto indivíduos que articulavam suas atividades de modo concomitante com a produção rural. Nesse contexto, era comum encontrar no período casas de negócio funcionando em unidades agrícolas nas diferentes paragens e zonas rurais do território piraiense¹³. Nestes locais, produtores rurais investiam de modo simultâneo na produção rural, geralmente café, o produto mais valorizado na época, e no comércio de mercadorias nas vendas que montavam com esta finalidade. Nas casas de negócio situadas nas unidades agrícolas, os negociantes vendiam artigos importados da cidade do Rio de Janeiro, bem como gêneros de subsistência produzidos em suas roças. A articulação da produção rural e do comércio de mercadorias ampliava os ganhos econômicos do indivíduo ao potencializar sua inserção nos principais ramos de negócio de Pirai: a produção rural e a comércio de produtos¹⁴. Como fez Domingos de Souza Breves, que mantinha na sua fazenda situada na paragem do Caminho Velho das Boiadas uma casa de negócio na década de 1830. Nesse local era possível o morador das redondezas, ou o viajante de ocasião, preferencialmente os tropeiros, adquirir artigos do Rio de Janeiro, e mesmo produtos das roças de Domingos de Souza Breves¹⁵.

585

¹¹PAULA, Vladimir Honorato de. 2012, op. cit. pg. 50-90.

¹²PAULA, Vladimir Honorato de. 2012, op. cit. pg. 96-159.

¹³PAULA, Vladimir Honorato de. Terra, comércio e comerciantes na vila cafeeira de Pirai. In: SALLES, Ricardo e MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. pg. 423-429.

¹⁴PAULA, Vladimir Honorato de. 2015, op. cit. pg. 423-429.

¹⁵AMP Inventário de Domingos de Souza Breves – 1831 cód. 004.01.114.06





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O negociante Antônio Alexandre Manoel

Feitas algumas considerações acerca do universo mercantil da vila de Pirai, e estabelecidas algumas questões em torno dos agentes mercantis nela inseridos, passaremos expor a partir desse tópico uma relação detalhada das atividades dos negociantes aqui analisados. Nesse contexto, faremos uma análise da atuação de um importante integrante desse grupo, o negociante Antônio Alexandre Manoel, que adotou a vila de Pirai para desenvolver suas atividades de mercador na década de 1860, ao abrir uma casa de negócios nos anos iniciais desta década no Povoado sede da freguesia de Pirai.

A primeira informação disponível sobre a atuação deste negociante no setor mercantil é fornecida pelo Lançamento Comercial do ano de 1863. Consultando os dados disponíveis nesse documento, o encontramos estabelecido na antiga Rua do Comércio, as margens do Rio Pirai e defronte da Igreja da Matriz de Nossa Senhora de Santana. As informações iniciais dão conta de sua atuação nesse segmento por comercializar produtos classificados como fazendas, líquidos espirituosos e alimentares e gêneros molhados no ano de 1862¹⁶. Ao comercializar as mercadorias nesse ano, Antônio Alexandre Manoel se vê obrigado ao pagamento de um imposto a câmara no valor de 61\$632.

Os produtos contidos no interior da casa de negócio de Antônio Ferreira d'Eça, também situada na Rua do Comércio, fornece uma noção exata das mercadorias expostas pelos negociantes nesse período. Segundo uma nota comercial anexa ao inventário de João Augusto da Costa Pinto, afirmava possuir este negociante “(...) loja de fazendas, ferragens, molhados e roupa feita, com louça, porcelanas, cristais, chás e etc”¹⁷. Pelo que temos observado até o momento nos documentos, os itens contidos nesta casa de negócio eram encontrados em outros estabelecimentos comerciais, principalmente os artigos denominados de fazendas.

Antônio Alexandre Manoel deveria enfrentar forte concorrência na disputa pelo mercado local de abastecimento de mercadorias, concorrendo com outros negociantes pelo fornecimento e aquisição de produtos agrícolas oriundos do agro rural piraiense. Contudo, e apesar dessa concorrência e da forte instabilidade que marcavam o comércio de mercadorias em Pirai, constatamos que Antônio Alexandre Manoel continuou a atuar na atividade mercantil nesta vila depois de 1862. Recorrendo a um segundo Lançamento Comercial para a década de 1860 e elaborado no ano de 1866, podemos perceber que o mesmo manteve em funcionamento seu empreendimento comercial na freguesia de Pirai.

Um estabelecimento fixo no mesmo ponto em que iniciara sua trajetória de negociante no ano de 1862 na posição de modesto comerciante. Nesse ponto, em que ergueria na década de 1870 um espaçoso sobrado destinado a concentrar seu armazém e moradia, mantinha em

586

¹⁶AMP Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 - 1863

¹⁷AMP Inventário de José Augusto da Costa Pinto Juízo Municipal cx 16 - 1860



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



atividade uma casa comercial oferecendo aos seus clientes produtos idênticos aos encontrados nos anos iniciais da década de 1860 pelo fiscal. Tomando por base os indicadores disponíveis no Lançamento Comercial do ano de 1866, podemos apontar que conseguiu, além de se manter na atividade mercantil, reunir condições para ampliar seus empreendimentos. O mesmo fiscal que registrou sua presença em 1866 arrolou entre os empreendimentos de Antônio Alexandre Manoel a posse de um armazém de café, cuja licença de funcionamento custou 16\$000¹⁸. O armazém de café se destinava ao acúmulo de sacas de café que aguardavam condução ferroviária para a cidade do Rio de Janeiro por intermédio do negociante encarregado de despachar a carga.

Segundo o Lançamento Comercial de 1866¹⁹, havia em funcionamento na freguesia de Pirai oito armazéns de café vinculados ao escoamento da produção cafeeira das propriedades piraienses. Desses oito estabelecimentos, seis pertenciam a indivíduos que atuavam na venda de mercadorias em casas de negócio e intermediavam o envio de café ao Rio de Janeiro. Dois negociantes, a sociedade comercial Domingos & Irmãos e o negociante Ribeiro (nome ileg) dedicavam-se unicamente a escoar parte da produção cafeeira de Pirai para os centros distribuidores, não mantendo contato com a venda de mercadorias no varejo e atacado. Dos oito negociantes que vendiam mercadorias e intermediavam o envio de café em 1866, sobressaíam importantes agentes mercantis, como João Antônio Machado, estabelecido na região de Rio Abaixo, próximo a estrada que seguia do Povoado sede para o povoado de Thomazes com casa de negócios e o armazém de café.

Pelas informações dos Lançamentos Comerciais, nossa hipótese seja que quantidade considerável de café colhido em Pirai era encaminhada ao Rio de Janeiro por intermédio de negociantes locais, que montavam para essa finalidade os armazéns de café, local em que o produto era armazenado em condições ideais até o momento de embarcar o carregamento nos trens da Estrada de Ferro D. Pedro II²⁰. Para a participação nesse tipo de empreendimento, era necessário ao negociante piraiense manter contatos com agentes mercantis da praça carioca para viabilizar a comercialização das safras no porto de exportação.

Esse sistema de intermediação do envio de café ao Rio de Janeiro pelos negociantes locais ganhou impulso após a década de 1860, quando a região de Pirai passou a ser servida pela ferrovia da Estrada de Ferro D. Pedro II²¹. Uma vez instalada a ferrovia, podemos apontar que ela beneficiou a atuação dos negociantes piraienses, que passaram a contar com a mobilidade e facilidade proporcionada pelos trens de carga para a intermediação de seus negócios, bem como dos contatos comerciais com a praça carioca.

¹⁸AMP Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 - 1866

¹⁹AMP Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 - 1866

²⁰PAULA, Vladimir Honorato de. 2012, op. cit, pg. 160-183.

²¹EL-KAREH, Almir Chaiban, *Filha Branca de Mãe Preta: A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II – 1855-1865*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 1980. pg. 95-121.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A adoção deste novo empreendimento esteve de acordo com os objetivos de expansão de suas atividades mercantis, uma vez que ao final da década de 1860 a situação mercantil de Antônio Alexandre Manoel havia melhorado em muito. A prosperidade experimentada nos negócios o estimulou a abrir ao final da década de 1860 um novo empreendimento, dessa vez voltada para o fornecimento de artigos e produtos para o sepultamento de pessoas, denominado de armação fúnebre.

A casa comercial, o armazém para armazenar café e o serviço de armação fúnebre, juntamente com outras atividades que manteve durante anos na freguesia de Pirai, formou um sólido conjunto de investimentos altamente lucrativos e bem sucedidos. Fato que possibilitou a Antônio Alexandre Manoel exercer a atividade de negociante até o ano de sua morte, pondo fim a trajetória de 26 anos de atividade mercantil ininterrupta.

Ao morrer em 1888 ocupava a privilegiada posição de segundo maior comerciante da cidade de Pirai, sendo superado somente pelo negociante José Borges de Oliveira, encarregado da principal casa de negócio. Para se ter uma idéia da longevidade deste negociante no meio mercantil basta dizer que seu nome figura nos Lançamentos Comerciais de 1862, 1866, 1868, 1871, 1873, 1875, 1876, 1879, 1880, 1881, 1884 e 1886, além de inventários e outros documentos que nos ajudam a compor um panorama mercantil da vila de Pirai.

Além desses empreendimentos iniciados na década de 1860, podemos afirmar que Antônio Alexandre Manoel manteve entre suas atividades canoas para a navegação do rio Pirai, bilhares e carroças de aluguel. A primeira referencia que temos sobre os barcos são de um Lançamento Comercial de 1881, onde a municipalidade cobra 8\$000²² de imposto sobre a utilização dos mesmos. Não sabemos quantos barcos possuía este negociante, já que o imposto cobrado se restringia a licença de operação, sem especificar a quantidade.

A informação retirada de um relatório do fiscal da freguesia de Pirai do ano de 1839 da conta da utilização constante do rio para a condução de mercadorias pelos moradores e negociantes. Escrevendo aos vereadores seu relatório trimestral, o fiscal solicita da instituição o gasto com obras para facilitar as condições de navegabilidade de determinados trechos do rio Pirai. Reconhecendo neste relatório que o rio possuía grande importância para a condução de cargas²³.

Diante do exposto pelo fiscal, Antônio Alexandre Manoel estava somente utilizando um meio de transporte já consolidado na vila de Pirai e que poderia beneficiar em muito seus

588

²²AMP Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 - 1880

²³Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 - 1839



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



negócios. Sobre tudo no envio de café ao Rio de Janeiro e recebimento de mercadorias expedidas dessa praça trazidas nos trens da Estrada de Ferro D. Pedro II depois de 1864²⁴.

Considerações finais

A prosperidade econômica de Antônio Alexandre Manoel no meio mercantil do Povoado sede da freguesia de Pirai permitiu a colocação de seu nome de forma regular nos Almanak Laemmert, na seção reservada aos negociantes de maior expressividade da vila de Pirai na segunda metade do século XIX. A disposição de seu nome neste almanaque de grande repercussão no período imperial evidencia o sucesso dos empreendimentos comerciais que controlava, e tornavam evidente o reconhecimento de sua capacidade de articular ligações mercantis fundamentais ao desenvolvimento dos negócios. Sobre tudo, quando a atividade mercantil comportava uma série de riscos ao negociante, resultando problemas que poderia ocasionar a falência do agente. Nesse sentido, acreditamos que uma das estratégias elaboradas pelos negociantes para evitarem possíveis prejuízos e falências seja a diversificação das atividades produtivas que empreendeu ao longo do tempo. Segundo nossos estudos indicam, essa diversificação dos empreendimentos ocorre quando o comerciante resolve investir recursos em diferentes setores de negócios, permitindo que o mesmo atue em vários ramos produtivos, atenuando com esta estratégia econômica riscos financeiros para a continuidade de suas atividades mercantis.

A diversificação dos empreendimentos o condicionou a ser um grande negociante com interesses em vários ramos de negócio em Pirai. Ocupando posição privilegiada hierarquia mercantil, numa condição diferente dos mercadores que mantinham apenas uma atividade, e que ocupavam posições inferiores na cadeia mercantil local e regional.

589

Referências

Fontes primárias pertencentes ao Arquivo Municipal de Pirai (AMP)

Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 – 1839
Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 – 1863
Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 – 1866
Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 – 1871
Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 – 1875

²⁴Após a instalação de uma estação no Povoado de São Benedito da Barra do Pirai e outra na região de Santana, ambas nas margens do rio Pirai, a Companhia da Estrada de Ferro Central do Brasil passou a dispor de condições para escoar as safras de café colhidas nas freguesias piraienses de Santana do Pirai, São José do Turvo Nossa Senhora das Dores. A estação ferroviária de Santana, as margens do rio Pirai, servia aos negociantes do Povoado sede da freguesia de Pirai, uma vez que o rio Pirai era navegável entre este povoado e aquela estação ferroviária. Antônio Alexandre Manoel, depois da década de 1870, passou a despachar, e a receber mercadorias da estação ferroviária de Santana através de seus barcos que trafegavam pelo rio Pirai.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Lançamentos Comerciais da Freguesia de Pirai cx 01 – 1876
Inventário de Domingos de Souza Breves – 1831 cód. 004.01.114.06
Inventário de José Augusto da Costa Pinto Juízo Municipal cx 16 – 1860
Inventário de Antônio Alexandre Manoel Juízo de Órfãos cx 35 – 1888

Bibliografia

BREVES, Padre Reynato. *Sant`Ana do Pirai e a sua História*. Diadorim Editora LTDA. Rio de Janeiro, 1994.

EL-KAREH, Almir Chaiban, *Filha Branca de Mãe Preta: A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II – 1855-1865*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 1980.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo, 2006. Ed. Hucitec

MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dalle. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Vol II – 1831-1870*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2009.

590

_____. O Vale do Paraíba: escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: SALLES, Ricardo e MUAZE, Maria de Aguiar Ferreira. *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

PAULA, Letícia Honorato de. *Famílias Imigrantes: A Epopéia Italiana nas Terras de Pirai*. Vassouras: 2006. USS. Dissertação de Pós-Graduação Latu Sensu.

PAULA, Vladimir Honorato de. *“Se bem queres viver, bens tens que casar”: família, dote e poder na freguesia de Santana do Pirai, o caso dos Gonçalves de Moraes (1760-1840)*. Rio de Janeiro, 2023. UNIRIO. Tese de Doutorado em História.

_____. *A Vila de Pirai: comércio e comerciantes numa Vila cafeeira da Província do Rio de Janeiro (século XIX)*. Vassouras, 2012. USS. Dissertação de Mestrado em História.

_____. *Negociantes e Artesãos no desenvolvimento das Freguesias de Arrozal e Sant`Ana do Pirai, na Vila de Pirai no século XIX*. Vassouras: 2008, USS. Dissertação de Pós-Graduação Latu Sensu.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



_____ Terra, comércio e comerciantes na vila cafeeira de Pirai. In: SALLES, Ricardo e MUAZE, Maria de Aguiar Ferreira. *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1ª Ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o Escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 2008.

591



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade
Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



“DA MPP AO RAP AMAZÔNICO”: UMA ANÁLISE DE CANÇÕES DE PROTESTO NO ÁLBUM “TUDO ÍNDIO” DE NILSON CHAVES (1988-1996)

Jessica Maria de Queiroz Costa¹

Nos anos 1990, a produção musical de artistas da Amazônia dialogava com os debates públicos sobre melhorias para a região, sobretudo quando se tratava das condições sociais e políticas de grupos sociais amazônicos, como povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Artistas como Nilson Chaves² (PA) e Eliakin Rufino³ (RR) cantavam, performavam e compunham sobre alguns temas que os influenciavam. Não somente isso, suas composições também influenciavam nestes debates, na opinião pública, na questão midiática, entre outros aspectos.

Convém lembrar também que a História Cultural engloba não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, mas também de recepção, dado que esta última se revela como forma de produção. Isto é, a partir da recepção da produção de um objeto cultural, também se pode gerar práticas criadoras, que podem culminar simultaneamente em práticas sociais.

Stuart Hall elucida a referida ideia em sua teoria sobre codificação e decodificação, isto é, quem produz uma mensagem (seja um comunicador, uma marca publicitária, ou até mesmo um compositor) a codifica com um aglomerado de significados e valores culturais, os quais são influenciados por fatores como ideologia, poder, fatores sociais e históricos. E, a codificação, acontece a partir da recepção desta mensagem. De maneira que, quando o público a recebe e a interpreta, o processo de decodificação desta mensagem pelo espectador não é passiva e/ou uniforme, e, sim, revestida em seu próprio contexto cultural, influenciando como esta mensagem chegará em seu entendimento.

592

¹ Doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: jessicamqcosta@gmail.com.

² Nascido em 1951, em Belém do Pará, Nilson Chaves quando jovem começou a tocar em festivais de música e atuou em grupos de teatro. Por volta da década de 1970, o cantor se muda para o Rio de Janeiro, a fim de expandir sua carreira musical e passa a se apresentar em casas de shows e compõe para espetáculos de dança e teatro na mesma cidade. Nilson Chaves lançou e continua lançando diversos discos durante a sua carreira, entre eles: Dança de Tudo (1981); Interior (1985); Sabor (1989); Amazônia (1990); Em Dez Anos (Outros Brasis) (1991); Waldemar (1992); Não Peguei o Ita (1993); Amazônia Brasileira (1997); Tudo Índio (2000); Tempo Destino, 25 anos (2000); Gaia (2001); Em Dez Anos II (Outros Brasis) (2001); Maniva (2006).

³ Eliakin Rufino de Souza nasceu em Boa Vista, Roraima, em 1956. É poeta, cantor, escritor, professor de filosofia, produtor cultural e jornalista. É um dos precursores do movimento Roraimeira. Por volta da década de 1990, lança seu primeiro disco junto ao Trio Roraimeira, “Roraima” (1992); O canto de Roraima e suas influências indígenas e caribenhas (2000); Roraimeira – o canto de Roraima – Projeto Pinxiguinha (2009). Após isso engrenou em outros trabalhos musicais: Me toca (1998); Mestiço (2005); Eliakin em Porto Alegre ao vivo (2006).



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A teoria de Stuart Hall nos ajuda a compreender que a comunicação é um processo ativo, seja ela através de jornais, música, comerciais, onde o público apresenta um papel fundamental na criação de significados. Sendo assim, esta discussão teórica nos auxiliará em compreender os debates inseridos nos trabalhos musicais sobre a Amazônia e os povos indígenas de Nilson Chaves e Eliakin Rufino, como categoria codificadora, ao mesmo tempo em que exploraremos a visão receptora.

Além disso, a linha teórica de práticas e representações⁴ de Roger Chartier contribui em como analisar alguns aspectos inerentes à canção e à sua expressividade, a sonoridade das músicas e as letras para assim identificar e analisar os elementos em questão, já que, os discursos impressos na música também apresentam um interesse político, social e/ou cultural. Por intermédio desses apontamentos teóricos e metodológicos de análise do mencionado autor, tornou-se possível traçar perspectivas críticas em relação a figura do indígena, ilustrada nas músicas produzidas pelos artistas mencionados.

Para traçar a supracitada análise, devemos notar a relevância de perceber o cenário social e político que estava atuando os povos indígenas e a música, durante a década de 1990. O contexto de pós advento da Constituição Federal de 1988, com direitos indígenas outorgados e a contínua busca pela demarcação de terras indígenas, ao mesmo tempo que se lutava para preservar e proteger as já demarcadas terras.

Neste diapasão, compreendemos também que a década de 1990 está tomada por um período de mudanças sobre a visibilidade do indígena, muito pela atuação do movimento indígena⁵ diante da Constituição Federal de 1988, tal luta paulatinamente acarreta em um novo olhar a estes agentes históricos tanto pela parte jurídica quanto por evidenciar o protagonismo destes indivíduos nos processos históricos.

Esse movimento também influencia as concepções de produção musical da época, principalmente artistas amazônicos que discutiam sobre a Amazônia neste período e que também passavam por transformações no que compete a produção musical com a transição do LP⁶ para o CD⁷, como veremos durante o texto.

593

⁴ CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, s/d.

⁵ Conforme Daniel Munduruku, o surgimento do Movimento Indígena Brasileiro nasceu com a conjuntura social e política que eclodiu no Brasil nos anos 1970, durante o regime dos militares. De acordo com o autor, o Movimento Indígena foi sendo “gestado” ao longo de muito tempo até chegar na década de 1980 e apresentar uma proposta concisa de participação nos rumos da política indigenista brasileira (...). Ver em: MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012 – Coleção educação em foco. Série educação, história e cultura). Pp. 209-224.

⁶ *Long Play*, no inglês. Uma chapa majoritariamente de cor preta, a qual contém um rótulo no centro chamado selo fonográfico, feita de um material chamado policloreto de vinila.

⁷ Compact Disc. CD é um disco compacto com capacidade de armazenamento de 70 min de som, o dobro que um vinil poderia dispor de tempo.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Breve cenário político e social dos povos indígenas no início dos anos 1990

Toda a legislação indigenista brasileira, desde o período da colonização até a Constituição de 1988 apresenta um projeto de integração aos povos indígenas, de acordo com o contexto histórico que a mesma foi produzida. Após a Constituição Federal de 1988 ser outorgada, integrando-se ou não, o Estado reconhece o direito de o indígena permanecer indígena, coletivamente entendido, sociedade externamente organizada e ao mesmo tempo divergente das demais, isto é, rompe-se com a ideia inicial que conduziu a política indigenista até então.⁸ Nota-se também que a Constituição Federal de 1988 foi muito importante para que outros futuros formatos constitucionais de países da América latina, como a Bolívia e a Colômbia, projetassem mudanças na forma de enxergar a sociabilidade indígena dentro de uma lógica fora da integralização. Outrossim, refletir sobre como o movimento indígena estava se articulando no período deste estudo, as discussões sobre uma sociedade mais igualitária e revestida por leis que incentivem tal objetivo e poderiam (in) diretamente estar presentes em propostas musicais elaboradas na região amazônica.

Durante a década de 1990, o ano de 1993 foi declarado como o “Ano Internacional dos Povos indígenas” pela ONU e o ano de 1994 como uma fase preparatória para a “Década Internacional”, instalada aos 10 de dezembro daquele ano para estender-se até 2004, com o objetivo de fortalecer a colaboração internacional para a solução de problemas (educação, meio ambiente, direitos humanos, saúde) que relacionavam os povos indígenas⁹. Desta maneira, observamos que a visibilização por direitos e tratativas sobre os povos indígenas estava aumentando em escala global, cooperando com órgãos e instituições de grande alcance.

Neste cenário, a Amazônia brasileira também era um holofote de alcance internacional, sobretudo após a demarcação da terra indígena dos Yanomamis em maio de 1992. Além de ser o espaço geográfico de residência de um número expressivo de povos indígenas que buscavam pela demarcação de terra, a Amazônia era vista como um lugar a ser preservado de avanços considerados “desenvolvimentistas” e predatórios.

Além disso, a ECO 92¹⁰, que foi realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, contribuiu na aproximação dos debates internacionais em relação à Amazônia. Ainda que para algumas

594

⁸ MARÉS, Carlos. Os povos indígenas e o direito brasileiro. In: MARÉS, Carlos Frederico; BERGOLD, Raul César (Orgs.). **Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI**. Curitiba: Ed. Letra da Lei, p. 13-34, 2013. pp.13-32.

⁹ ARAÚJO, Ana Valéria. Direito Internacional e Povos indígenas. In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil: 1991/1995**. Instituto Socioambiental, 1998.p.25.

¹⁰ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – popularmente conhecida como ECO 92 –, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, a qual foi a primeira grande reunião entre chefes de Estados para tratar sobre questões ambientais em escala global.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



lideranças indígenas, como Ailton Krenak¹¹, a ECO-92 mais parecia um “desencontro indígena”¹², devido à uma falta de coesão em que não se esforçava em agregar os indígenas na conferência. Estes acontecimentos políticos faziam parte da realidade dos artistas, ao tempo que podemos observar estes temas como demarcação indígena, Amazônia e sua preservação em seus trabalhos musicais no final da década de 1980 e início da década de 1990.

Nilson Chaves e Eliakin Rufino: Trajetórias artísticas que se cruzam.

Importante evidenciar que entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, há uma transformação no mercado fonográfico. Os vinis são substituídos pelo CD.¹³ Conforme Márcia Tosta Dias, “o advento do CD promove grande transformação no panorama fonográfico mundial, estabelecendo um novo patamar tecnológico para as relações hardware; software, alterando gradativamente os hábitos e condições de consumo (...)”.¹⁴

Portanto, é substancial levar em conta a série de mudanças promovidas pela chegada deste novo formato, pois, causa readaptações no modo de se produzir, atingir públicos e na própria dimensão de percepção do artista em ter mais conteúdo para dispor em um produto que abarca ainda mais tempo de material musical, entre outros aspectos.

No cenário musical amazônico, os artistas escolhidos para nos debruçarmos na análise apresentam seus trabalhos musicais já em CD. No Estado do Pará, entre a década de 1970 e 1980, Nilson Chaves se firmou como um dos cantores que também contribuiu para a popularização da música do estado do Pará e da Amazônia, especialmente quando se mudou para a cidade do Rio de Janeiro em 1968 e um dos quais se utilizou de referências indígenas e caboclas em suas músicas¹⁵. No início da década de 1990, Nilson Chaves já apresentava uma carreira musical sólida e de alcance nacional.

Já Eliakin Rufino apresenta uma trajetória bem ativa e pulsante em questões ecológicas, educativas e culturais, principalmente quando trazia as questões indígenas para o centro do debate, assim, não é possível dissociar a vida artística profissional de Rufino da obra musical construída pelo Trio Roraimeira.

595

¹¹ Ailton Alves Lacerda Krenak é um intelectual e líder indígena, ambientalista, filósofo e escritor brasileiro e Imortal da Academia de Letras. Escreveu diversos livros como *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019); *A vida não é útil* (2020); *O Amanhã não está a venda* (2020); *Futuro Ancestral* (2022), entre outros. Ailton Krenak também é conhecido como um dos importantes articuladores pelos povos indígenas na Assembleia Constituinte de 1987.

¹² RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos indígenas no Brasil: 1991/1995**. Instituto Socioambiental, 1998. p.98.

¹³ Compact Disc. CD é um disco compacto com capacidade de armazenamento de 70 min de som, o dobro que um vinil poderia dispor de tempo.

¹⁴ DIAS, Márcia Tosta. *Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p.110.

¹⁵ A discussão da ligação entre os termos “índio” e “caboclo” é mais aprofundada no capítulo 2.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Além disso, Eliakin Rufino construiu uma carreira como jornalista e frequentou a faculdade de filosofia na Universidade Federal do Amazonas, durante o regime militar, entre 1980 a 1984. A mudança de Rufino para a cidade de Manaus permitiu que ele ampliasse suas atividades artísticas, criando novas conexões tanto pessoais quanto profissionais com outros artistas, além de integrar redes influentes que favoreceram sua trajetória.

A ligação entre esses dois artistas, Nilson Chaves e Eliakin Rufino, perpassa e transcende o conhecimento do trabalho musical que cada um tem sobre o outro. Apesar da limitação de comunicação no período, além dos contatos profissionais, a rede de relações interpessoais se apresentava como um dos meios de conexão entre os artistas. Eliakin Rufino conta que conheceu Nilson Chaves através de uma amiga, também artista, que foi fazer um show em Santarém na década de 1990. Ela entrou no camarim e entregou um papel com o número de Eliakin Rufino para Nilson Chaves dizendo: “Você precisa conhecer esse cara!”. Algum tempo depois Rufino recebeu a ligação do cantor paraense.¹⁶

Eliakin Rufino transitava por Belém devido a compromissos de trabalho com o Trio Roraimeira¹⁷. Já que Belém apresentava estúdios de gravação com estruturas mais desenvolvidas, como o estúdio da gravadora Gravasom. Portanto, era comum que muitos artistas da Amazônia viajassem até a cidade para gravar seus trabalhos musicais, possibilitando novas interlocuções e diálogos entre artistas de estados diferentes.

Costa e Chada afirmam que gravadoras como a Gravasom, Oostasom e Studio M. Produções que foram criadas nos anos 1980, seguindo a linha de fomento de artistas locais, porém, a Gravasom foi a gravadora que se destacou notoriamente no campo da produção fonográfica no estado do Pará¹⁸. Por isso, encontramos vários LPs de artistas de fora do Pará com sua gravação realizada no estúdio da Gravasom, como o LP “Roraima” (1992) do Trio Roraimeira.

Howard Becker reafirma que a arte é como um nicho que apresenta um caráter social, além de que, esta se desenvolve por redes de relações de pessoas que atuam juntas e propõem um quadro de referência no qual formas diferentes de ação coletiva, mediadas por convenções aceitas ou recentemente desenvolvidas (...).¹⁹ Logo, os artistas mencionados estão inseridos em um mesmo contexto e em discursos semelhantes em suas músicas, já que esses fatores servem como unidades valiosas para a compreensão mais acentuada do tema.

Assim, a escolha de Eliakin Rufino e Nilson Chaves como artistas centrais desta análise se dá por conta do envolvimento e troca musical durante suas carreiras, bem como a presença

596

¹⁶ Entrevista com Eliakin Rufino concedida em 20 de abril de 2022.

¹⁷ Trio Roraimeira é formado por Eliakin Rufino, Zeca Preto, Neuber Uchoa. Lançaram o LP “Roraima” (1992). Foram precursores do Movimento Roraimeira que buscou construir a identidade de Roraima através de sua beleza, da cultura indígena e de sua arte.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ BECKER, Howard Saul. Uma teoria da ação coletiva. Cap.11: A arte como ação coletiva. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Revisão técnica Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p.221.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

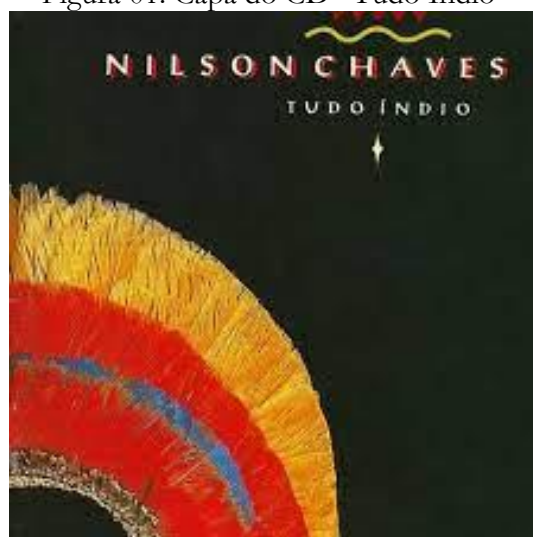


de referências indígenas em suas canções, que abarcam diversos aspectos da construção de uma canção que vai desde as sonoridades, gêneros musicais, letras da música e arranjos.

“Tudo índio, tudo parente”: “O Rap Amazônico” de Eliakin Rufino e Nilson Chaves e algumas representações sobre os povos indígenas.

Além disso, Nilson Chaves e Eliakin Rufino se conhecem desde o início da década de 1990, quando Eliakin estava membro do Trio Roraima. Desde então, construíram um esteio profissional que vigora até os dias atuais²⁰. Ambos exploraram diálogos contínuos, interesses e visões semelhantes sobre determinadas temáticas relacionadas aos povos indígenas em suas músicas, pois apresentam contribuições mútuas, como no álbum “Tudo índio” (1996). Exemplo é a canção “Tudo índio”, composição de Eliakin Rufino, interpretada por Nilson Chaves, sendo o mesmo também nome título do álbum que reflete temáticas indígenas “Tudo Índio” (1996). Observe a imagem do CD:

Figura 01: Capa do CD “Tudo Índio”



597

Fonte: Imagem disponível em: <https://music.apple.com/br/album/tudo-%C3%ADndio/933286827>

Na imagem acima, devido a presença de um cocar, já podemos localizar a narrativa que o intérprete escolheu abordar, ou seja, temáticas indígenas. Segundo Nilson Chaves²¹, “Tudo índio” (1996) foi um trabalho que se preocupou em evidenciar compositores, cantores,

²⁰ Em entrevista, ambos afirmaram que desde a década de 1990 permaneceram em contato para diversos trabalhos mútuos.

²¹ Entrevista com Nilson Chaves realizada em 24 de agosto 2020.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



músicos, isto é, artistas da Amazônia em uma só obra. Ele reafirma esta ideia quando disse em entrevista²² “Quando eu fiz esse CD, cantando os compositores da Amazônia. Acho que basicamente é isso, agora a importância indígena no Pará, ela também é muito forte (...)”²³. Neste CD, temos participação de Vital Lima²⁴, Eliakin Rufino, Jamil Damous²⁵, entre outros artistas amazônidas.

Antes de seguirmos com a análise, devemos lembrar que a História Cultural francesa apresenta Roger Chartier como um de seus principais representantes e para o autor francês, seu principal objetivo é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Neste sentido, para a compreensão de “Tudo índio”, composição de Eliakin Rufino e interpretação de Nilson Chaves, cabe trazer a teoria construída por Roger Chartier sobre o conceito de representação para a discussão, o qual aponta que

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...)”²⁶.

O referido conceito de representação de Chartier contribui em como analisar vários aspectos do cenário musical protagonizado por esses artistas do período proposto: instrumentalização das músicas, as letras, caracterização dos artistas, as composições de imagens dos álbuns para assim identificar e analisar temáticas discutidas, já que, discursos presentes na música também demonstram determinado interesse político, social e/ou cultural. A partir deste ponto de análise, entendemos que as representações são construções discursivas e simbólicas que produzem significados e moldam mentalidades. E, desta maneira, podemos compreender como este cenário artístico musical amazônida estava propondo discutir e alavancar as pautas indígenas em suas canções.

598

²² Paul Thompson recomenda a triangulação com outros testemunhos a fim de compreender de forma mais concisa a história e o próprio depoimento. Ver em: THOMPSON, P. *A voz do passado – História Oral*. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

²³ Ibidem.

²⁴ Euclides Vital Porto Lima nasceu em Belém do Pará em 1955. Neto de músico, envolveu-se com a música através violão e muito cedo aprendeu a tocar o instrumento, até conhecer Nilson Chaves, com quem passou a partilhar o gosto nascente pela música, dando início a uma amizade sólida, e a partir dela ambos realizaram várias parcerias musicais que hoje goza do respeito e reconhecimento na terra natal. Informações disponíveis em: <http://mpbnet.com.br/musicos/vital.lima/index.html>

²⁵ Jamil Miguel Damous Filho foi jornalista, publicitário e poeta. Ele começou sua carreira sendo letrista de MPB. Nasceu em Turiaçu em 1953, no Maranhão, porém dos 15 aos 23 anos morou em Belém, entre os anos 60 e 70. Ele escreveu várias músicas em parceria com o cantor Nilson Chaves, como “constelação sentimental” do álbum “Dança de Tudo”. Informações disponíveis em: <http://www.ormnews.com.br/noticia/jamil-damous-lanca-o-rei-do-vento>

²⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, s/d.p.17.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Há duas significativas canções que Nilson Chaves e Eliakin Rufino fizeram parceria durante a década de 1990 que referenciam os povos indígenas da Amazônia: “Memória da Tribo” e “Tudo índio”. Ambas estão presentes no álbum supracitado. Porém, esta última foi escolhida para nos debruçarmos no artigo, pois carrega um tom de protesto e aborda um cenário distinto para os povos indígenas, como podemos observar abaixo:

Tudo Índio – Nilson Chaves²⁷

Eu conheço Wapixana que mora no treze
E ele sabe de outros cem
Que também moram lá
Muita gente índia, muita gente
No conselho indigenista
Macuxi de São Vicente

Tudo índio, tudo parente

Em cada bairro da cidade
Cada tribo tem o seu representante
Os Tuxáuas se reúnem
Toda semana
Na associação do Asa Branca

Tudo índio, tudo parente

Eu conheço Yanomami que vende sorvete
E um pedreiro Taurepang que vive de biscate
As mulheres índias
Longe da maloca e da floresta
Sobrevivem como desempregadas domésticas

E os milhares de meninos e meninas
Fazem papel de índio no Boi
Durante as festas juninas

Tudo índio, tudo parente

A partir da leitura e escuta da canção, devemos discutir o nome canção “Tudo índio” e o seu refrão “Tudo índio, tudo parente”. O termo “índio” traz consigo marcas coloniais em que atribui ao indígena limitações culturais, linguísticas e tradicionais, como se o termo pudesse dar conta de sua pluralidade como povos originários.

²⁷ Canção presente no álbum “Tudo Índio” (1996) e composição de Eliakin Rufino. O leitor pode escutar a canção nas plataformas *Youtube* e *Spotify*, a partir dos respectivos links: https://www.youtube.com/watch?v=QLNQLo4V0_4; <https://open.spotify.com/intl-pt/track/4RIQNKgfTQb3ryEGiuBvvx>





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Entretanto, segundo o autor Gersem Baniwa, a conotação negativa associada ao termo "índio" foi gradualmente transformada em uma visão positiva, representando uma identidade multiétnica que abrange todos os povos originários do continente. O vocábulo "índio", antes utilizado de forma pejorativa, passou a ser um símbolo de identidade coletiva, capaz de unir povos historicamente distintos e, por vezes, rivais, na busca por direitos e interesses comuns²⁸.

O termo "parente" também presente na canção vai de encontro a esta união por interesses em comum das etnias indígenas. De acordo com o mesmo autor, a expressão "parente":

O termo parente não significa que todos os índios sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global. Cada povo indígena constitui-se como uma sociedade única, na medida em que se organiza a partir de uma cosmologia particular própria que baseia e fundamenta toda a vida social, cultural, econômica e religiosa do grupo. Deste modo, a principal marca do mundo indígena é a diversidade de povos, culturas, civilizações, religiões, economias, enfim, uma multiplicidade de formas de vida coletiva e individual (BANIWA, 2006, P.31).

600

"Tudo índio", em um primeiro momento chama atenção de quem a ouve, devido a sua distinta sonoridade. Pois, esta não é uma canção da música popular paraense (MPP)²⁹, gênero amplamente interpretado por Nilson Chaves, e sim um *Rap*. O *Rap* é uma expressão musical e poética que apresenta suas raízes na cultura negra periférica e surgiu no final do século XX, entre as comunidades afrodescendentes dos Estados Unidos.

Conforme a autora Susan de Oliveira, o *Rap* faz convergir as condições gerais da história da escravidão dos negro-africanos na diáspora e da luta antirracista com as exclusões, violências e sofrimentos locais produzidas pelo neoliberalismo³⁰. E, ganhou grande repercussão no Brasil, nos anos 1990, principalmente nas periferias da cidade de São Paulo.

De acordo com Eliakin Rufino, esta canção é o motivo de ele próprio ter sido descoberto. E, é descoberto por Nilson Chaves, que decidiu gravar a música e mesmo com certa hesitação do compositor, já que a canção se caracteriza como um *rap*, Nilson Chaves a grava do mesmo

²⁸ LUCIANO, Gersem dos Santos et al. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. 2006. p.30-31

²⁹ A Música Popular Paraense (MPP) refere-se ao período da década de 1970 e 1980, a qual passou a ser difundida pelo país por vários artistas paraenses como Nilson Chaves e Fafá de Belém, ao explorar o *ethos* dos habitantes da região amazônica. Tony Leão da Costa (COSTA, 2008) diz que o nome do primeiro festival de música popular que ocorreu em Belém ocorreu em 1967, como o nome "1º Festival de Música Popular Brasileira no Pará", entretanto, em seguida, esse nome mudou para "1º Festival de Música Popular Paraense", ou seja, a canção popular feita no Pará já surge com sua nomenclatura definida. Contudo é importante destacar que esse termo, abreviado como MPP, ainda continua sendo debatido por pesquisadores.

³⁰ DE OLIVEIRA, Susan. CAPÍTULO 4 "Isso aqui é uma guerra": o RAP de protesto no Brasil. p. 83.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



jeito, pois se tratava de um *rap* amazônico³¹. Aqui podemos elucidar sobre a recepção da canção, da maneira que foi decodificada³² pela mídia, na medida em que, a mesma tornou o compositor ainda mais conhecido no meio musical, através da colaboração com outro artista que está inserido em seu nicho de trabalho.

Por conseguinte, nos deparamos com um *Rap*, gênero sedimentado como uma música de protesto, debatendo as condições sociais de povos indígenas que residem na Amazônia e países fronteiriços como a Guiana Francesa e a Venezuela, mas principalmente no estado de Roraima: Wapichana³³, Yanomami³⁴, Taurepang³⁵. A canção acima é dramática e aborda a situação dos indígenas da cidade de Boa Vista³⁶ e traz o tema de assimilação cultural³⁷, no entanto, também aborda novas configurações sociais dos povos indígenas.

³¹ Entrevista do compositor Eliakin Rufino em 20 de abril de 2022.

³² HALL, Stuart. *ibidem*.

³³ Além do vale do rio Uraricoera, os Wapichana ocupam tradicionalmente o vale do rio Tacutu, ao lado dos Macuxi, os quais habitam também a região de serras mais a leste de Roraima. Atualmente, os Wapichana são uma população total de cerca de 13 mil indivíduos, habitando o interflúvio dos rios Branco e Rupununi, na fronteira entre o Brasil e a Guiana, e constituem a maior população de falantes de Aruak no norte-amazônico. Ver em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wapichana>.

³⁴ Conforme o site ISA (Instituto Socioambiental), os Yanomamis formam uma sociedade de caçadores-agricultores da floresta tropical do Norte da Amazônia cujo contato com a sociedade nacional é, na maior parte do seu território, relativamente recente. Seu território cobre aproximadamente 192.000 km², situados entre a fronteira Brasil-Venezuela na região do interflúvio Orinoco – Amazonas. Possuem um conjunto cultural e linguístico composto de, pelo menos, quatro subgrupos adjacentes que falam línguas da mesma família (*Yanomae*, *Yanômami*, *Sanima* e *Ninam*). A população dos Yanomami, tanto na Venezuela como no Brasil, constitui cerca de 35.000 pessoas em 2011. Informações disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>

³⁵ Conforme o site ISA, os Taurepang se auto-designam Pemon, termo que significa “povo” ou “gente”. Pouco conhecido no Brasil, este etnônimo é empregado com uma frequência muito maior na Venezuela, onde designa uma grande população indígena de língua Karib. É na savana venezuelana onde encontra-se a maioria dos Taurepang. Os que habitam o lado brasileiro da fronteira com a Venezuela e a Guiana Inglesa estão em aldeias nas Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, nas quais também habitam outras etnias. Desde as primeiras décadas do século XX, foram acossados pela expansão da pecuária no lavrado de Roraima.

³⁶ Entrevista do compositor Eliakin Rufino ao site Poeta Mundo Verde. Ver em: <https://poetadomundo Verde.com.br/transcricao-da-entrevista/>

³⁷ Por muito tempo, entre o final do século XIX e no início do século XX, este conceito foi amplamente influenciado pelas teorias raciais e eugenistas da época. Intelectuais como Alfredo Ellis Jr. (1934) e Oliveira Vianna (1933) defenderam uma ideia de homogeneização racial e cultural que se baseava na superioridade de determinados grupos e no branqueamento da população. A miscigenação era vista como um processo necessário para criar uma identidade nacional coesa, mas que também projetava as hierarquias raciais estabelecidas. Os debates antropológicos mais recentes sobre “assimilação” versam que os processos de assimilação podem ocorrer não somente por meio de alterações em um grupo que o aproximam de outro, mas também por meio de transformações em ambos (ou mais) grupos, reduzindo suas diferenças. Em resumo, a assimilação frequentemente resulta de um processo de convergência entre grupos. Diferentemente de uma visão limitada de assimilação, onde um grupo simplesmente adota os traços culturais do outro, há uma influência mútua. Ver mais em: TRUZZI, Oswaldo. *Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito*. **Dados**, v. 55, p. 517-553, 2012.



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



É importante identificar uma nova abordagem na representação de quem é este indígena na referida produção musical. Na década de 1980, podemos identificar o cenário musical amazônida mais envolvida em falar de um indígena equivalente a um indivíduo pertence à floresta, quase como um elemento da natureza, como se fosse um adereço que também tivesse de ser preservado. Agora, no início da década de 1990 podemos discutir que temos também o reflexo das mazelas urbanas sendo debatidas nesta conjuntura, já que o indígena adentra ainda mais a cidade como seu espaço social.

Sobre a sonoridade de “Tudo índio”, podemos discorrer sobre o canto uníssono do refrão “Tudo índio, tudo parente” que indica um coro, que pode ser alusivo aos rituais indígenas em que o canto é coletivo em determinadas partes. Na pequena introdução da canção, os instrumentos de maracás ao fundo impulsionam junto com um canto indígena que designa a marcação da música. Os tambores e o pandeiro seguem o ritmo da toada de boi que também dialoga com o último verso “E os milhares de meninos e meninas/ Fazem papel de índio no Boi/ Durante as festas juninas”.

O trecho “Eu conheço Wapixana que mora no treze/ E ele sabe de outros cem/ Que também moram lá” traz a dinâmica urbana do povo Wapixana. Pode indicar novas formas de convivência dos Wapichana ao mesmo que tempo nos leva a inquirir o porquê de ter ocorrido tal mudança, de modo que suas origens fazem parte da Amazônia, em uma perspectiva territorial.

Mais adiante no trecho “Muita gente índia, muita gente/ No conselho indigenista/ Macuxi de São Vicente /Tudo índio, tudo parente” nos permite refletir acerca das articulações indígenas. Sendo que o Conselho Indígena de Roraima (CIR)³⁸ é uma das organizações representativas dos povos indígenas mais importantes do estado de Roraima, no Brasil.

Como Roraima apresenta um longo embate sobre a questão latifundiária nos anos 1990, tendo em vista que, os Macuxi, Wapichana, Tauperang e Ingarikó³⁹ lutaram pela demarcação de suas terras, especialmente no que compete a Reserva Raposa Serra do Sol, uma área de grande importância para as referidas etnias. Muitos fazendeiros, com apoio de setores políticos e econômicos, resistiram à demarcação dessas terras, pois temiam perder suas propriedades e ramos produtivos, como a mineração e a agropecuária.

O processo de regularização fundiária, a demarcação de terras e a expulsão dos não-indígenas da área geraram muitos confrontos violentos, incluindo intimidações e assassinatos de lideranças indígenas. O CIR, mencionado em “Tudo índio” e outras organizações foram fundamentais para a resistência e defesa destas terras. O verso “Em cada bairro da cidade/

602

³⁸ Criado em 1971, o CIR tem como principal objetivo defender os direitos territoriais, culturais, sociais e ambientais das comunidades indígenas da região.

³⁹ Conforme o site ISA, os Ingarikó se definem como Kapon, assim como os Akawaio e os Patamona, que vivem na Guiana. Habitam uma região serrana belíssima, adjacente ao monte Roraima, que é também limite setentrional do Brasil. Ainda que mantenham antigas práticas xamânicas e se considerem descendentes dos irmãos mitológicos Makunaimë e Siikë, são adeptos da religião indígena Areruya, que cultua divindades cristãs.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Cada tribo tem o seu representante/ Os Tuxáuas se reúnem/ Toda semana/ Na associação do Asa Branca” trata de uma visão semelhante de articulação dos povos indígenas.

A Associação do Asa Branca, em Boa Vista, Roraima, está associada ao bairro de mesmo nome, que começou a se formar na década de 1980, impulsionado pela migração de nordestinos para a região amazônica. Esse processo gerou um crescimento considerável na área, que foi moldado pelos fluxos migratórios e pela rápida urbanização que transformou o estado de Roraima.

A associação atua diretamente junto aos moradores, lidando com questões comunitárias e representando os interesses da população local, além de contribuir para a melhoria da infraestrutura e organização social da região. Desta forma, podemos inferir que o referido verso indica o envolvimento de indígenas nas organizações de bairro, já que os mesmos agora estão inseridos na atuação da cidade.

Stuart Hall (2003) destaca que, na modernidade tardia, o processo de construção do sujeito no século XXI gera um indivíduo cuja identidade é fluida e não fixa. Ele se refere a esse fenômeno como a "fragmentação das identidades", caracterizando um sujeito desconectado e em constante transformação.⁴⁰ Esta concepção de fluidez para os sujeitos do século XXI pode ser pensada para os indígenas também, pensando a década de 1990 como o período de mudanças na comunicação e no campo tecnológico. Até mesmo para combater preconceitos sobre o acesso desses grupos ao ensino superior, a cargos públicos, a tecnologias, entre outros direitos e benefícios.

O verso “Eu conheço Yanomami que vende sorvete/ E um pedreiro Taurepang que vive de biscoito/ As mulheres índias/ Longe da maloca e da floresta/ Sobrevivem como desempregadas domésticas” indica as adaptações, muitas vezes forçadas pelas condições de disputa e, por conseguinte, o abandono de terras que muitos grupos indígenas enxergam como única alternativa. De modo que, deparam-se com as mazelas sociais das sociedades não-indígenas.

O compositor Eliakin Rufino transmite em seu “rap amazônico” cenários urbanos e alternativos dos povos indígenas na cidade de Boa Vista, ao tempo que, aborda locais que, de fato, existem no cotidiano da capital de Roraima. Posto que tal recurso reforça o caráter real da conjuntura social que se encontra e esses grupos. Algo que chama atenção é a identificação de diferentes etnias indígenas que o compositor expõe na canção, sem transmitir uma ideia uniforme, e sim, o oposto, a mensagem em si trabalha com a diversidade.

Neste diapasão, podemos avistar transformações significativas nas comunidades indígenas, que giram em torno das consequências do contato com sociedades não-indígenas. Muitas delas indicam fatores problemáticos dentre as novas formas de sociabilidades desses grupos indígenas, outras apontam para diferentes formas de articulações em prol de suas demandas políticas e sociais. A canção em si manifesta o seu comunicado no que se refere aos temas debatidos, desde a sua concepção de composição, musical, rítmica e imagética. Logo,

603

⁴⁰ HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



podemos considerar as produções musicais como objetos e fontes que servem de ferramenta para a reflexão dos processos históricos de determinados sujeitos no tempo.

Considerações Finais

Portanto, após a Constituição Federal de 1988, os debates públicos sobre os povos indígenas se fortaleceram, uma vez que, com a entrada de novos atores em cena⁴¹ no novo parâmetro democrático, a visibilidade indígena e suas demandas se expandem a partir da busca e validação dos seus direitos. Desta maneira, podemos acompanhar maiores articulações de etnias indígenas, não somente na Amazônia, mas em vários locais do Brasil.

Sendo assim, o debate público está presente em vários setores da sociedade, e, um deles é o cenário musical. Na Amazônia, especificamente no Pará e Roraima, dois artistas se envolvem com temáticas sociais e políticas no que compete aos povos indígenas, a ponto de se inspirarem sua arte e a produzirem sobre tais acontecimentos. A música também é uma linguagem de comunicação, sendo possível codificar mensagens através das sonoridades, letras, imagens e outros. A decodificação, teorizada por Stuart Hall, alcançada pelo público e até mesmo por outros artistas que dialogam com a arte em comum, ressignificam novas mensagens e práticas.

Logo, o artigo discute através de uma canção que abrange temáticas indígenas e que estão conectadas às pautas políticas importantes no cenário político e social do país. E não somente isso, nos permite analisar quais as representações são veiculadas desse grupo social as que se transformam, bem como refletir sobre as que permanecem. Neste sentido, “Tudo índio”, um *rap* amazônico traz uma visão crítica acerca da condição social de alguns povos indígenas de Roraima. E, por ser um *rap*, o teor de protesto se torna mais evidente.

Neste sentido, temos as produções musicais como aliadas do pensar histórico e de como as discussões e demandas do bem estar individual ou coletivo muda de acordo com as prioridades, para cada grupo social. Neste sentido, foi possível compreender também como as trajetórias e as experiências de cada artista, Nilson Chaves e Eliakin Rufino, podem definir visões de mundo e também como estas visões podem ser compartilhadas em parcerias musicais também.

Conclui-se que a produção musical de artistas como Nilson Chaves e Eliakin Rufino, especialmente no contexto da década de 1990, revela-se um campo fértil para o entendimento das representações indígenas no Brasil. Suas composições refletem não apenas as questões culturais e sociais dos povos indígenas, mas também as transformações no cenário político e jurídico após a promulgação da Constituição de 1988. Ao adotarem estilos musicais diversos, como o *rap* amazônico de Eliakin Rufino, esses artistas exploraram novas formas de dialogar com o público sobre a condição indígena, transcendendo a visão estereotipada do indígena

⁴¹ SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

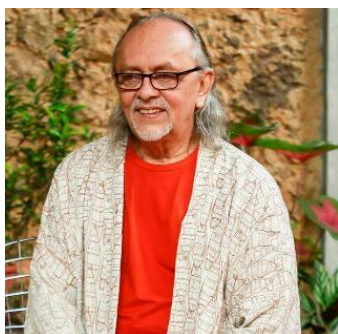


como parte de sua natureza e introduzindo reflexões sobre os desafios enfrentados na vida urbana e na luta pela terra.

Assim, o engajamento desses artistas com temas indígenas vai além da mera estética musical, situando-se como parte de um discurso político e social. Através de suas canções, eles não apenas refletem o contexto de marginalização dos povos indígenas, mas também atuam como agentes de transformação cultural, utilizando a música como um meio para conferir visibilidade e elucidar as lutas desses grupos. Ao se debruçarem sobre as realidades urbanas e rurais dos indígenas, suas músicas contribuem para a construção de uma narrativa que reconhece a pluralidade e a resistência desses povos, evidenciando a relevância da música enquanto prática social e cultural nos debates contemporâneos.

Anexo: Minibiografia dos entrevistados

1. Nilson Chaves



Nilson Chaves nasceu em 1951, em Belém do Pará. Quando jovem começou a tocar em festivais de música e atuou em grupos de teatro. Por volta da década de 1970, o cantor se mudou para o Rio de Janeiro, a fim de expandir sua carreira musical e prontamente passa a se apresentar em casas de shows e compõe para espetáculos de dança e teatro na mesma cidade. Nilson Chaves continua atuando em sua carreira artística.

Foto de Carlos Borges/divulgação do Jornal O Liberal

605



2. Eliakin Rufino

Nascido em Boa Vista, Roraima, em 1956, Eliakin Rufino é poeta, cantor, escritor, professor de filosofia, produtor cultural e jornalista. É um dos precursores do movimento Roraima junto com os músicos Neuber Uchoa e Zeca Preto. Por volta da década de 1990, lança o primeiro disco junto do Trio Roraima, “Roraima” (1992).

Foto de divulgação do site Panorâmica News



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



GYMNASTICS AND EDUCATION: THE INTERSECTIONS OF POWER BETWEEN STATE AND CHURCH IN THE TRAINING OF TEACHERS IN SOUTHERN BRAZIL (19TH CENTURY)

Janice Zarpellon Mazo¹
Tuany Defaveri Begossi²

Introduction

In his writings on the History of School Subjects, André Chervel (1990, p. 187) points out that at different historical moments, school education has all sorts of objectives and that, although they do not occupy the same level in society's priorities, they are all "equally imperative." The school institution is subject to a set of intertwined objectives in each context and era, determining its educational function. Although only part of these aims are directed toward instruction, they are necessarily linked to a broader educational purpose.

In light of this, it is necessary to clarify the distinctions between "education" and "instruction," according to Chervel (1990). While the former designates the entire set of purposes determining the school's educational function, the latter constitutes a part. In the meantime, the school subjects and even the subjects, exercises, or activities of teaching, as understood by Viñao Frago (2008)³, are located at the center of instruction, and their functions consist of putting specific contents at the service of an educational purpose.

Given the above, this research aims to understand the relations between gymnastics, the State, and the Church in teacher training at the Escola Normal in Porto Alegre, Brazil, during the 19th century. For this purpose, we initially directed our investigative focus to the initial process of the constitution of Gymnastics as a component of "school culture" (JULIA, 2001, p. 9). For Dominique Julia (2001, p. 9), school culture is a "set of norms that define knowledge to be taught and behaviors to be inculcated, and a set of practices that allow the transmission of this knowledge and the incorporation of these behaviors." Based on the

606

¹ PhD in Sports Sciences from the University of Porto (UP), Portugal. Professor at the School of Physical Education, Physiotherapy and Dance (ESEFID) and the Postgraduate Program in Human Movement Sciences (PPGCMH) at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil. Coordinator of the Sports Memory Center (CEME) and the Observatory of Para-sports and Deaf Sports (OPES) at UFRGS. Email: janice.mazo@ufrgs.br

² PhD in Human Movement Sciences from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil. Professor on the Pedagogy/PARFOR course at the University of Caxias do Sul (UCS), Nova Prata Campus, Rio Grande do Sul. Member of the Center for the Memory of Sport (CEME) and the Observatory of Para-sports and Deaf Sports (OPES) at UFRGS. Email: tuany_begossi@hotmail.com

³ The author, when dealing with conceptual issues related to the investigative field of the History of School Disciplines, sought to differentiate the term "school discipline" from the more generic understanding of elementary knowledge (reading, writing, calculation), subjects, exercises or activities (dictation, composition, problem-solving, recitation, singing, lessons in things, calligraphy, etc) (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 200).



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



outlines that Gymnastics adopted during the period in question, we can relate, as far as possible, its particular aims to the broader educational ones with which it was associated.

Theoretical-methodological framework

The research design followed the theoretical and methodological assumptions of the History of School Disciplines, focusing on the writings of Chervel (1990), Dominique Julia (2001), and Viñao Frago (2008). This approach enabled us to analyze the educational purposes present in the teaching of gymnastics and the political, social, and cultural contexts that influenced teacher training at the time.

For Chervel (1990, p. 188-189), the determination of the aims of a given discipline begins with an appreciation of a set of "official program texts, ministerial speeches, laws, orders, decrees, agreements, instructions, circulars," which set out the syllabuses, programs, methods, and exercises for each discipline. The author also mentions that this documentation includes "study plans, study treaties, and various regulations." Given these guidelines, the outline of this investigation followed the interpretation of the State's public legislation, which was collated with other historical materials and the state of the question gathered.

It is essential to note that the official texts analyzed were interpreted as social and cultural practices and thus were not considered the sublimated expression of pedagogical reality. On the contrary, the considerations expressed in this narrative comprise a possible reading of the representations of a particular fact and seek to signal how, in this specific space, the official guidelines were received and put into practice (JULIA, 2001; CHARTIER, 1988; 2017).

The research, therefore, is characterized as a historical-documentary study that seeks to understand the relations between Gymnastics, the State, and the Church in teacher training at the Normal School of Porto Alegre, Brazil, during the 19th century. For this purpose, the methodological procedures were organized into two stages. In the first, as Bacellar (2010, p. 63) suggests, we conducted a "survey and selection of documents. "Bibliographical productions were gathered, which provided evidence about the object under investigation. In the second stage, we proceeded with the "coding and interpretation of the data collected," according to the guiding objective of the research.

Finally, by focusing on historical documents amassed with bibliographic material and the concepts of the theoretical-methodological framework, the construction of the narrative presented in the following topics sought to organize a mode of intelligibility that involved maximum breadth in the description, explanation, and understanding of the objective set for the study.

607



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Tensions between church and state in the normal school curriculum

The investigative trajectory positioned the so-called Normal School of the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul as the locus of analysis. Located in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil, this educational institution was created by the "Act of April 5, 1869." (PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1869). As announced in Article 1 of the Regulations for the course of "normal" studies, the school was structured to train teachers for the State's elementary school (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1869, p. 101). Thus, it also came to be understood as the body responsible for standardizing the educational practices that existed in the territory of Rio Grande do Sul, as well as reproducing the parameters announced and prescribed by the modern education that was emerging at the time.

It has been shaped by different types of inferences, especially those from public educational legislation throughout its educational trajectory. These legal regulations are conditioned by each historical space and time's political, social, and cultural contexts. They are put into practice and received differently in each area that governs social life. In addition to changing the very name of the institution in question, the prescriptions set out in the official documents also established different outlines for its program of studies. This factor generated some instability for the institution, especially during the first decades of its activity.

608

On this path, our interpretative lens was initially led by the reform guided by Provincial Law No. 1072 of March 8, 1877. Among the changes made by this legislation was the insertion of subject number 9, called "Gymnastics, fencing, and military exercises." For the first time, this subject was included in the set of practices planned for teaching at the Normal School. However, its presence was restricted to the first year and was intended exclusively for male students.

In the documentation consulted, it was stated that the teacher of "Gymnastics and military exercises" would be obliged to teach these "subjects in the public classes for boys in the capital on days other than the lessons at the Normal School." (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1877, p. 6). It is possible to conjecture that, although it was part of the body of knowledge to be taught at the institution, this knowledge was restricted to only one of the groups in training, and the place reserved for its practice, as well as its weight about other knowledge, was different. During this period, it was up to the President of the Province to appoint, on an interim basis, a qualified teacher to take responsibility for this content. This role was pioneered by Professor Alferes Edmundo Muniz de Bittencourt (PICCOLI, MAZO, LYRA, 2015, p. 116).

According to Dominique Julia (2001), practices cannot be analyzed without taking into account the influence of the professional bodies of the agents who perform the pedagogical functions for which they were appointed. We should point out that the teacher, Alferes Edmundo Muniz de Bittencourt, was a military man and held the rank of captain in the



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Army's 13th Infantry Battalion. For Lyra (2013, p. 61), it is essential to note that, not coincidentally, Edmundo Bittencourt had already held a teaching position similar to the one he had taken on at the Normal School since, until 1882, he had worked at the Military School in Rio de Janeiro where, "unlike the other teachers, he received the title of master of gymnastics."

The meanings shared between gymnastics and military exercises entered the training program for teachers from Rio Grande do Sul and were therefore mediated by a teacher, a "gymnastics master" who had worked within a military teaching institution. These elements may indicate, to some extent, the direction this knowledge would take in the school culture of the period. However, even though the inclusion of "Gymnastics, fencing, and military exercises" in the Normal School syllabus was legally processed, evidence points to a specific resistance from the then President of the Province, Tristão de Alencar de Araripe, who initially refused to sanction the law reorganizing regular education because it provided for the replacement of "moral and religious instruction."

Tristão de Araripe judged this measure as "the supremacy of the power of matter over that of intelligence" in his justification for not approving the concept presented:

To leave out the teaching of moral rules and the sound doctrines of religion to teach fencing and the handling of weapons shows disbelief in the efficacy of ethical virtues and confidence in using material power [...]. The teaching of fencing and military exercises could be admitted as a means of developing man's physical faculties, but never with the neglect of moral and religious education, as the project does, and the preference of one over the other could be inferred from this (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1876)⁴.

609

The excerpt above was published with the Regulation on the education administration in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul, the then President. However, he did not accept the replacement of moral and religious education. He admitted the presence of fencing and military exercises as a means of developing the physical abilities of male students. In another statement, the President reiterated that he considered Bill 1,072 "harmful to the interests of the province," mentioning that he did not want to "take on the moral responsibility of sanctioning it" and therefore transferred the task of judging what would be appropriate to the Provincial Legislative Assembly (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1877, p. 142).

⁴ Translation: Ora, deixar-se de parte do ensino das regras de moral e das suas doutrinas da religião para ensinar a esgrimir e a manejar as armas, parece descrença na eficácia das virtudes morais e confiança no uso do poder material [...] Poder-se-hia admitir o ensino da esgrima e dos exercícios militares, como meio de desenvolver as faculdades físicas do homem, mas nunca com a preterição do ensino moral e religioso, como faz o projecto, podendo d'ahi inferir-se a preferência de um sobre o outro ensino (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1876).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Tristão de Araripe's statements were probably conditioned by the prestige the Catholic Church enjoyed during the monarchical regime. During this period, Catholicism was the official religion of the State and, according to Giolo (2009), the moral and social strength that the Church had was highly respected and coveted by all governments - an element that Tristão de Araripe explained when he mentioned that the decision would be "detrimental to the interests of the province." Furthermore, the close relationship established between the State, the Church, and education also became evident when we found, among the documents that had to be submitted for enrolment at the Normal School, the request for an "attestation from the respective Parocho proving their moral and religious conduct." (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1869, p. 102). Furthermore, at the time, Father Joaquim Cacique de Barros was linked to the Conservative Party and was in charge of the Normal School. To a certain extent, one can understand the reasons that led Tristão de Araripe to transfer responsibility for the opinion to the Provincial Legislative Assembly. Despite these issues, the following year, it was decided to publish Law No. 1072 on March 8, 1877.

In addition, although the reform mentioned above included Gymnastics in the Normal School syllabus, it was restricted only to male students. The gestures, contents, and times allocated to Gymnastics would only be experienced by the students, signaling much more than a mere differentiation of educational practices since this determination made explicit the very values legitimized by the society of the time, which socially and culturally determined conduct, postures and positions.

In the case of the São Paulo Normal School, for example, the contents of "Gymnastics and Military Exercises" were introduced in 1890. As pointed out by Gois Júnior and Freitas Batista (2010, p. 79-80), the classes were aimed at the male and female sections; however, the female students did not do the "Military Exercises," which were replaced in the female section by "School Gifts and Exercises." This situation also seems to have guided the practices of the Curitiba Normal School, for which an official text published in 1892 prescribed that "Gymnastics and military evolutions" would be aimed only at male pupils and, in their place, female pupils would learn "domestic chores." (MORO; GOMES; MORAES E SILVA, 2020, p. 5).

The school of the period was also concerned with the construction of subjects and, as such, shaped its culture and practices in line with socially dictated precepts. Guacira Lopes Louro (2004, p. 444) points out that it would be a "gross simplification to understand the education of girls and boys as unique processes" within that imperial society. Eustáquia Salvadora de Sousa (1994), in her thesis entitled "Boys, on the march! Girls, in the shade! The history of Physical Education teaching in Belo Horizonte (1897-1994) discussed the extent to which the pedagogical actions historically established by Physical Education reaffirmed hierarchical gender relations and, more specifically, male domination. Although it is not our primary aim to focus on such discussions, it is significant to recognize the extent to which the area has sustained and perpetuated in its practices elements that indicated what should be directed

610



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



towards men and what could be directed towards women, especially within educational institutions.

Specifically, what was outlined for teaching Gymnastics in public primary education in the then Province of São Pedro do Rio Grande do Sul in the final years of the imperial period was that only male teachers could do it. This spectrum becomes even more restricted when we look at the list of enrolments at the Normal School in that year. According to the report issued by the then Councillor Tristão de Alencar de Araripe, a total of "123 pupils" were enrolled, as follows: "in the 1st year: 22 men - 37 ladies; in the 2nd year 10 men - 25 ladies; in the 3rd year 2 men - 27 ladies." Finally, it was noted that two men and 27 women had obtained diplomas (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1877b, p. 39).

As well as pointing out that the contents of the subject "Gymnastics, fencing and military exercises" probably did not make it into public school education, this information leads us to affirm, by the studies of Tambara (1998, p. 36), Louro (2004, p. 449) and Werle (2005 a, p. 613), that state teaching, during the final years of the 19th century, was being sought out considerably more by women than by men, resulting in a situation of immediate "feminization" of training for school education. In the words of Louro (2004), the presence of women in teaching positions was the subject of discussion during the period.

In some speeches, the intellectual capacity of women was questioned, and it was argued that they had "undeveloped brains," giving them the same mentality as children (LOURO, 2004, p. 450). Sharing this proposition, the Director of the Normal School himself, Father Cacique, mentioned that the "nature of the students" required "less arduous" work, so that only then would it be possible for them to complete the course (WERLE, 2005a, 613-614). Intrinsic to these discourses was the understanding that women were cognitively inferior and, because of this, would not be able to complete the proposed program of knowledge. For this reason, there was also justification for including training in caring for the home.

On the other hand, some speeches went in the opposite direction and agreed that women should occupy the teaching profession. However, they were based on the argument that this activity was an "extension of motherhood" and, therefore, it would be appropriate to entrust them with the school education of the little ones. According to Louro (2004), this conception was also in line with the social role played by women at the time, based on attitudes of "love, surrender, and self-giving." It therefore legitimized, in a way, the inclusion of women in schools as teachers. For Tambara (1998, p. 42), what happened was merely "an extension of the educational activity carried out by women within the home to the formal school."⁵

⁵ For Tambara (1998), establishing a Normal School in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul marked a break with the previous educational model, especially as it consolidated the professionalization of the state teaching profession. This model also represented the genesis of a new profile in teaching in the south of Rio Grande do Sul, identified by its feminization and the hybrid nature of its ethos: the combination of vocation and profession.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



This characteristic, however, was not only present in the Normal School of the Province of São Pedro in Rio Grande do Sul. In the study by Kulesza (1998), it was mentioned that the process of feminization of the teaching profession was marked, for example, in Rio Grande do Norte, where only six male students were enrolled in the three years of the course in 1898. The author also cites information from Alagoas, where the number of female students became higher than that of male students from 1887 onwards. Finally, Kulesza (1998) refers to the situation that shaped the first public Normal School in Belo Horizonte, inaugurated in 1906 and aimed exclusively at training female teachers.

Church, state, and teacher training in Rio Grande do Sul

In the Empire's final years, the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul had a population of approximately 367,000. Of these, there were an average of 52,000 school-age children, less than a third of whom attended school. In a report written by Dr. Rodrigo Azambuja Villanova, Director General of Public Instruction, it was stated that the causes of the backwardness of education in the province were the incapacity of teachers, the neglect of parents, and the deficiency of school inspection. Rodrigo Villanova stressed the importance of the Normal School in improving the teaching profession. Also, he recommended that the Legislative Assembly not approve the creation of new schools until the Normal School had satisfactorily qualified teachers to run them (PICCOLI, MAZO, LYRA, 2015, p. 116 -117). The professionalization of state teaching and the conditions of public education in the province at the end of the 1870s were in the initial stages of being structured. In the same way, the knowledge of gymnastics, along with the other knowledge intended for state primary education at that time, hardly entered the public schools since the number of teachers who completed their training at the Normal School was insufficient to meet demand. In addition, there were still uncertainties about the content the Normal School should teach.

Given this configuration, the Normal School was reorganized by enacting Provincial Law No. 1,340 on May 27, 1881. This law extended the duration of the course to four years. Of these, one year would be devoted to the Preparatory Course and the other three years to the Normal Course (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1881). The teaching subjects, in turn, were different for both courses, with the Preparatory Course comprising four subjects and the Normal Course seven.

Despite an increase in the time spent studying at the Normal School, what we observed when we consulted the subjects of both courses was an absence of content related to the knowledge of Gymnastics. The inclusion of "Gymnastics, fencing, and military exercises" in preparing pupil teachers had probably been resisted, even after the law introduced it in 1877. Evidence suggests that this knowledge was suppressed by Dr. Felisberto Pereira da Silva, Tristão de Alencar de Araripe's successor as President of the province, on June 30, 1879, that is, two years after the approval of the Normal School Regulations (1877). Another factor that may have contributed to this suppression was the fact that this subject was only taught to the

612



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



institution's male pupils since the female pupils did needlework and sewing instead (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1881, p. 37).

Given that male students began to opt for more lucrative jobs instead of teaching and that, as previously mentioned, this space came to be occupied mostly by women in the final years of the Empire, it becomes apparent that the presence of Gymnastics in the Normal School curriculum suffered a certain rupture during this initial context of constitution. Another point to be problematized is the issue of women students being replaced in gymnastics classes by "needlework and sewing."

As Louro (2004, p. 446) pointed out, the discourse that "women should be more educated than instructed" gained hegemony among certain social groups during this period. In concrete terms, it was stated that women's education should be "moral," focused on the constitution of character, because their destiny would be directed towards the role of wife and mother and, because of this, sound principles would be required first and foremost. In Louro's words (2004, p. 446-447), she had to be "the virtuous mother, the pillar supporting the home, the educator of future generations." Therefore, the aims that led to the training of female teachers at the Normal School, at least in its initial years of operation, were not justified by the desires and needs of the teaching figure but rather by her social role as mother and educator of future citizens.

Provincial Law No. 1,340, of May 27, 1881, introduced new regulations about structuring education. Subdividing education into two spheres - the Preparatory Course and the Normal Course - also changed the syllabus. That year, education became four years long, divided into a Preparatory Course (focusing on reading, writing, basic mathematics, and manual labor for girls) and a Normal Course (with applied grammar, pedagogy, geography, history, science, agriculture, and foreign languages). The subject of Gymnastics no longer appeared in this new program, indicating its possible suppression, especially given the growing presence of women in teaching and the emphasis given to the moral and domestic training of female students.

In a Report sent to the Provincial Legislative Assembly on March 4, 1881, then-President Henrique D'Avila alluded to various aspects concerning Public Instruction at the time, specifically with the Normal School and its purpose of training teachers for the province's elementary school. In his speech, he presented justifications to defend his project to reorganize the Normal School, which included expanding the course offered and subdividing it into a Preparatory Course and a Normal Course:

Suppose the purpose of the Normal School is to train teachers. In that case, it must first and foremost provide teaching and, above all, discipline to the intelligence that it intends to train for teaching: enough teaching so that everyday teaching can be based on it, enough mental discipline so that the pupil can understand and assimilate the doctrines that are being taught. This is why the regulations for the Normal School I drew up and submitted for study and approval established a preparatory course —radically modified how the various

613



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



teaching subjects were examined, aiming to force teachers into good teaching practices. The purpose of the preparatory course is primarily to enable the student to know how to do something and not to know how to repeat a multitude of things that he does not even understand (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1877b, p. 26-27, emphasis added)⁶.

In the fragment of the report mentioned above, President Henrique D'Avila explains the motivations that led him to propose reorganizing the Normal School's course of studies, expressing, in particular, the intrinsic aims of creating the Preparatory Course. At the heart of this proposal were pedagogical aspects, which, in addition to increasing the number of subjects, included, in particular, changes to teaching methods. These should prepare teachers for teaching in the classroom, and therefore, instructing them in this activity during their training at the Normal School became imperative. In addition to a static form of learning based on memorizing the content and presenting it to the class, it was proposed to install a more dynamic one based on solving problems and practical applications.

Elements aimed at changing the Normal School's teaching method could still be seen in the reorganization proposed by the Provincial Law enacted in 1877. As shown in the table, it was pointed out, for example, that Pedagogy should include "practical applications" as well as "Arithmetic, Algebra up to 2nd-grade equations and plane geometry" and "Notions of physics and chemistry, elements of natural history." We can assume that the inclusion of "Gymnastics, fencing and military exercises" was influenced by this change in pedagogical direction, given the broader objective of the all-round development of the student through physical, intellectual, and moral education. On the other hand, the table also allowed us to see the suppression of knowledge linked to "Catechism, Sacred History, and the Church," present in the structure that made up the initial training at the Normal School when it was created in 1869 - a factor that sparked debate in the field, as discussed above.

The political context that permeated the final years of the 19th century heralded the constitution of a new society, which was to be forged with the establishment of the Republic. This was accompanied by a reordering of the different conjunctures, which, for Corsetti (2008, p. 58-59), involved the task of identifying what was meant by "backwardness" and "progress." Backwardness, as the author points out, came to be associated with "dirt,

614

⁶ Translation: Se o fim da Escola Normal é formar professores, *ella* deve em primeiro lugar proporcionar doutrina e sobretudo disciplina as *intelligencias* que pretende habilitar para o *magisterio*: doutrina *sufficiente* para que o ensino normal tenha em que se basear, disciplina mental *sufficiente* para que o *alumno* possa entender e assimilar as doutrinas que se lhe ensina. Eis a razão pela qual no regulamento da Escola Normal que elaborei e *submetti* ao vosso estudo e *approvação* foi estabelecido um curso *preparatorio*. Modifiquei radicalmente o modo pelo qual se examinavam as diversas *materias* do ensino, com o fim de obrigar os professores a entrar nas boas *praticas* do ensino. O curso *preparatorio* tem por fim especialmente habilitar o *alumno* a saber fazer alguma *cousa*, e não a saber repetir uma *immensidade* de *cousas*, as *quaes elle* nem entende (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, 1877b, p. 26-27, grifos nossos).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



ugliness, disease, ignorance, prostitution, madness, vagrancy, death," in other words, with disorder and other elements that should be eliminated. Conversely, progress was represented by "cleanliness, the beautification of cities, health, the reproduction of life, education and, in parallel, discipline, order, productivity and profitability. "In this way, education was linked to the formation of the citizen, and educational efforts should include youth's physical, intellectual, and moral formation.

The educational policy implemented in the State by the positivist Republicans followed multiple aspects linked to each other. We highlight the mediation with the Catholic Church - a prestigious institution during the Imperial period, as previously mentioned. According to Corsetti (2008), the Church's support was seen as an essential element in the process of republican domination in Rio Grande do Sul. On the other hand, the favor given to the Church strengthened it since it had been going through a crisis since the late 19th century, which had intensified with the implementation of the Republic and the consequent separation of State and Church.

Jaime Giolo (2009, p. 249) points out in his study that, contrary to what was observed in Brazil, where secularism remained consistent after the advent of the Republic, the opposite happened in Rio Grande do Sul. Although at first glance, the Church's support for the State was a contradictory idea, the author mentioned that this principle made sense when one considered that "for the Church, the Monarchical Regime, despite establishing Catholicism as the official religion [...] became much more of a hindrance than a driving force". In his analysis, the author pointed out that in the Republic, even though the Church had lost the privilege of officialdom, by making "good use" of the liberal principles of free expression of thought and free organization, it could act without restriction to the dictates of Rome.

During the early Republican years, education was a field of permanent dispute. It became clear that the new regime saw school education as a fundamental ideological apparatus for putting the latest social, political, and cultural principles into practice. In the same way, the Church wanted to spread its doctrine among the population through dioceses, parishes, chapels, and, in particular, schools. Therefore, for the Church, it was first necessary to present itself as an institution supporting the new regime and not as an opposition to gain trust.

Corsetti (2008) points out that, initially, there were clashes between the State and the Catholic Church regarding primary education, especially in colonial regions, where there was also a permanent dispute between the public and private educational spheres. In these regions, movements linked to the nationalization of education coexisted, an aspect of great importance in Republican political action. For this reason, these regions played a fundamental role at the heart of the republican project. Because of this desire, the disputes with the Church in the field of primary education became even fiercer as it expanded in the State.

Despite the clashes caused by ideological differences, the positivist republican State and the Catholic Church agreed on an educational project in Rio Grande do Sul (GIOLO, 2009). Thus, two education networks were formed: one public, exclusively for primary education, aimed at the working classes and designed to prepare workers, and the other private, covering

615



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



primary to higher education, aimed at the elites and training "power cadres," in the words of Giolo (2009, p. 243). This situation, however, was not reduced to a simple division of the educational sphere since the joint action between the State and the Catholic Church could be seen in essential aspects, such as the public subsidy of private schools and the direction of public schools by agents of the Church.

Final considerations

This research aimed to understand the relationship between gymnastics, the State, and the Church in teacher training at the Normal School of Porto Alegre, Brazil, during the 19th century. For this purpose, based on a historical-documentary perspective of analysis, different research materials were analyzed and, in dialogue with the theoretical notions chosen, amassed with the information listed in the bibliographic search indicated that the inclusion of gymnastics among the knowledge of the Normal School was not limited to physical aspects, but reflected a complex intersection of interests between the Church and the State, corroborating the construction of a particular school culture.

This dynamic highlighted how teacher training was immersed in a network of social and cultural values that stressed and shaped the educational practices of the time. Among the elements, we highlight the presence of authoritarian and centralizing characteristics in the official prescriptions from the State toward the organization of the public educational structure. We also see that the teaching composition focused on the division of knowledge; in other words, knowledge was presented only to male students and others that only guided the education of female students. This characteristic, in turn, not only manifested elements linked to the social and cultural conception that guided relations at the time but also contributed to certain behaviors being learned and sustained as elements of the school culture.

616

References

ASSMANN, Alice Beatriz. **Figurations of the turnen in southern Brazil: networks of interdependence in schools and clubs (1870s-1920s)**. 2019. 213f. Thesis (Doctorate), School of Physical Education, Physiotherapy and Dance. Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BACELLAR, Carlos. Documentary sources: use and misuse of archives. In: PINSKI, Carla. **Historical sources**. 2nd Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 23-80.

CHARTIER, Roger. **Cultural history between practices and representations**. Translation: Maria Manuela Galhardo. Lisbon: Difusão Editora, 1988, 244 p.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



CHARTIER, Roger. **History of the reading of time.** Translation: Cristina Antunes. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.

CHERVEL, André. History of school subjects: reflections on a field of research. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

CORSETTI, Berenice. Positivist political culture and education in Rio Grande do Sul/Brazil (1889/1930). **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 31, jul./dez., p. 55-69, 2008.

GIOLO, Jaime. State and Church in implementing the Gaúcho Republic: education as the basis of a mutual support agreement. **Série-Estudos: periodical of the Masters in Education at UCDB**, Campo Grande/MS, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009.

GOIS JÚNIOR, Edivaldo; FREITAS BATISTA, José Carlos. The introduction of Gymnastics at the São Paulo Normal School (1890-1908). **Movimento**, v. 16, n. 3, jul./set., 2010, p. 71-87.

JULIA, Dominique. School culture as a historical object. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. The institutionalization of the Normal School in Brazil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 79, n. 193, p. 63-71, Sept./Dec. 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Women in the classroom. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7th Ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

LYRA, Vanessa Bellani. **The creation of the School of Physical Education of Rio Grande do Sul: training teachers to construct the field (1940-1970)**. 2013. 265f. Thesis (Doctorate), School of Physical Education, Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MORO, Vera Luiza; GOMES, Leonardo do Couto; MORAES E SILVA, Marcelo. Gymnastics at the Curitiba Normal School: a look at official documents (1876-1923). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, e2039, p. 1-8, 2020.

PICCOLI, João Carlos Jaccottet; MAZO, Janice Zarpellon; LYRA, Vanessa Bellani. **Physical education: histories of pedagogical ideas**. New Academic Editions, 2015.

617



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Act of April 5, 1869.** Regulations for the course in standard studies. Collection of acts, regulations, and instructions issued by the province's President of Rio Grande do Sul in 1869. Porto Alegre, *Jornal do Comércio*.

PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Provincial Law No. 1046 of May 20, 1876.** Approves the Regulation on education administration in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul. Sanctioned by the then President of the province of São Pedro do RS, Tristão de Alencar Araripe.

PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Provincial Law No. 1072, of March 8, 1877.** Approves the Regulations of the Porto Alegre Normal School. Collection of acts, regulations, and instructions issued by the President of the Province of Rio Grande do Sul in 1877. Porto Alegre, *Jornal do Comércio*.

PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. **Report. February 5, 1877.** Report with which the Honorable Councilor Tristão de Alencar Araripe handed over the administration of this province to the Honorable Dr. João Dias de Castro, second vice-president, on February 5, 1877. Porto Alegre. Typographia do Jornal do Commercio, 1887b. Public Instruction. Document from the Historical Archive of Rio Grande do Sul.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de. **Boys, on the march! Girls, in the shade!** The history of Physical Education teaching in Belo Horizonte (1897-1994). 1994. 288f. Thesis (Doctorate) - Faculty of Education, State University of Campinas, Campinas, 1994.

TAMBARA, Elomar. Professionalization, regular school, and feminization: public school teaching in the 19th century. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 3, p. 35 - 57, abr. 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. The history of school subjects. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 18, p. 174-210, Sep./Dec. 2008.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Modernity policies and their impact on teacher training: the Brazilian reality under analysis. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, Lisbon, n. 2, p. 67 - 81, 2003.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Management practices and the feminization of teaching. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 609-634, Sept./Dec. 2005.

618



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



UMA VERSÃO DO MUSEU VIVO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPINA GRANDE

Kalinka Walderea Almeida Meira¹

Apresentação

O Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande foi um espaço de intercâmbio científico e cultural de grande relevância para a cidade de Campina Grande, que entre 1992 e 2022 promoveu a integração de conhecimentos acadêmicos com saberes e práticas sociais, contribuiu para práticas de estágio aos cursos de licenciatura, possibilitou a observação e coleta de dados para pesquisas, oportunizou formação continuada de professores e fomentou a popularização da ciência e tecnologia. Portanto, é imprescindível que nossos gestores públicos reconheçam a importância dessa instituição e se empenhem em reativá-la, pois é inconcebível vê-la relegada ao esquecimento.

Para a pesquisa que originou esse texto, além do corpus documental, - composto por documentos, fotografias, recortes de jornal, redes sociais, entre outros -, utilizamos principalmente memórias narradas de dezesseis ex-monitores licenciandos em Física e de quatro ex-coordenadores que contribuíram para ações de popularização da ciência no Museu Vivo entre os anos 1992 e 2022. Embasados na metodologia de história oral, registramos (gravações audiovisuais) essas memórias narradas, transcrevemos e textualizamos, esse processo foi fundamental para a compreensão do passado recente do Museu Vivo e suas possibilidades formativas sob a perspectiva dos colaboradores entrevistados.

619

O Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande – MVCTCG

As primeiras ações que impulsionaram o projeto de criação do Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande ocorreram em 1989, por meio da atuação conjunta de professores da Universidade Federal da Paraíba, técnicos da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTcPB e representantes da Prefeitura Municipal de Campina Grande, por intermédio das Secretarias de Indústria, Comércio e Tecnologia, e de Educação e Cultura. Neste contexto, destacam-se alguns nomes que contribuíram diretamente para o desenvolvimento do projeto: Daisy Martins de Almeida, Elizabete Cristina de Araújo, José Elias Borges, José Marcos Gonçalves Viana, Sandoval Farias da Mata e Telmo Silva Araújo.

¹ Mestra em Ensino de Ciência e Educação Matemática e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) na cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil. Professora do Departamento de Física da Universidade Estadual da Paraíba na cidade de Patos, Paraíba, Brasil. E-mail: kalinkawaldereameira@gmail.com





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



[...] sob a administração do prefeito Ronaldo Cunha Lima, Campina Grande foi uma das cidades contempladas para replicar o Parque da Ciência apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Mas, o projeto ainda não havia sido colocado em prática. Então, o professor Telmo me convidou para fazer parte da Secretaria e colaborar com o seguimento do projeto Parque da Ciência. Algumas partes dos equipamentos já haviam sido construídas e estavam espalhados pela UFPB e DNOCs. [...] O prefeito Cássio queria montar um museu no estilo da CDCC e convidou o professor Dietrich para apresentar seus projetos em Campina Grande. (Daisy Martins de Almeida)

Essa história foi em 1990. Então, acho que o projeto do Museu, o início da construção, se deu em 91. A criação do Museu foi ideia de Cássio Cunha Lima, em seu primeiro mandato como prefeito. Ele sempre foi um grande entusiasta e incentivador da tecnologia. (José Marcos Gonçalves Viana)

Em 1991, com recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação e Cultura – MEC, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura pôde iniciar a construção das instalações do Centro de Capacitação de Professores e Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande. A execução da obra ficou a cargo da Prefeitura Municipal de Campina Grande sob a responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento - COPLAN e da Secretaria de Viação e Obras, sendo o projeto arquitetônico de Carlos Alberto Melo de Almeida (Araújo Filho, 1991; Soares, 1991; Informe SICT, 1991; Almeida, 2023).

Embora, o Museu Vivo tenha sido oficialmente inaugurado em setembro de 1992, sua abertura ao público se deu em 06 outubro do mesmo ano, em comemoração ao mês de aniversário de Campina Grande. Durante a primeira semana de funcionamento, foram realizadas exposições, oficinas e palestras, incluindo a 1ª Exposição Nordestina de Orquídeas, além de mostras e debates sobre meio ambiente e coleta seletiva, com a apresentação das lixeiras coloridas. De acordo com o Jornal da Paraíba (1992), o Museu Vivo recebeu mais de 1700 visitantes, tanto de Campina Grande como de outras cidades da região Nordeste.

Em dezembro de 1992, através da Lei Municipal 2.562, a Prefeitura de Campina Grande/PB criou oficialmente o Complexo de Capacitação Educacional e o Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande. Localizados na Rua Santa Clara S/N, às margens do Parque do Açude Novo, no centro da cidade (atual Centro de Tecnologia Educacional Prof. Severino Lopes Loureiro), o terreno possuía uma área de 7.660m² e foi destinado à “capacitação e desenvolvimento da Educação e da Cultura do Município.” (CAMPINA GRANDE (PB), 1992).

De acordo com Mário de Sousa Araújo Filho (1991, p. 14), em artigo publicado na revista local *Impressão*, na matéria “O Museu do Futuro”, em julho de 1991, o Museu Vivo abrigaria além o Parque da Ciência, salas destinadas as exposições permanente e itinerante, laboratórios, observatório educativo, auditório, biblioteca, oficina mecânica e de carpintaria, miniescola, uma área para exibição de recursos audiovisuais e videoteca, e a Nave da Ciência.

620





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Essa última, anteriormente conhecida como Boate Discovery, foi integrada ao Museu Vivo após passar por reformas e adequação. De acordo com Elizabete Cristina de Araújo (2023), o espaço destinado a oficina mecânica e carpintaria não chegou a funcionar.

A Nave da Ciência

Dentro da Nave havia dois ambientes, mas apenas utilizávamos o auditório climatizado que ficava na parte inferior da Nave, a parte superior era muito quente e por isso procurávamos realizar alguns eventos à noite. Ligada a parte frontal da Nave foi projetado um grande Salão de Exposição, por ele se tinha acesso à Nave. [...] O Parque da Ciência se localizava por traz da Nave. Lá ficavam: as Conchas Acústica que eram um sucesso, atrás delas havia um trepa, trepa; as Escalas Musicais; um equipamento sobre conservação de energia; as Gangorra com posições diferentes; a Tirolesa; e outro que não lembro. (Daisy Martins de Almeida)

[...] em relação do uso da Nave, a nossa ideia era - seguindo também um pedido do ex-proprietário: manter as características físicas para não esquecer o passado, mudar a concepção [de casa noturna] e torná-la de utilidade pública. Acatamos o pedido dele e damos o nome de Nave da Ciência. Nosso pensamento [concepção inicial] era: a ciência chegaria do espaço e através da Nave da Ciência (onde haveria a videoteca e onde iríamos realizar as palestras e exposições) se espalharia pelas salas do Centro de Capacitação dos Professores. (José Marcos Gonçalves Viana)

621

Então na Nave da Ciência, se realizavam eventos e atividades voltadas à divulgação e popularização da ciência e tecnologia. Além da Nave da Ciência, o Parque da Ciência também fazia parte do primeiro prédio do Museu Vivo da Ciência e Tecnologia. O Parque da Ciência contava com uma área aberta de 2500m², equipada com “brinquedos” científicos, onde crianças podiam aprender conceitos de ciências de forma lúdica e divertida.

Entretanto, devido a inadequada refrigeração da Nave da Ciência, algumas atividades foram transferidas para o Centro de Capacitação de Professores de Ensino Básico de Campina Grande. O que não representou um problema, já que ambos foram concebidos com propósitos semelhantes e estavam interligados no mesmo terreno. Assim, no Centro de Capacitação passou a funcionar a Sala de Recursos Audiovisuais e Videoteca, com o objetivo de contribuir com a popularização da ciência, bem como para a formação e o ensino do município. Também foram integrados ao Centro a Sala de Ciências, que abrigava os kits da Experimentoteca, e a Sala de Equipamentos do Acervo Expositivo do Museu.

As instalações do Centro também contavam com um auditório com capacidade para aproximadamente 120 pessoas, onde eram realizadas palestras, eventos e treinamentos. Uma importante iniciativa promovida no Centro de Capacitação era o programa de Alfabetização de Jovens e Adultos que reforçava o compromisso social da instituição. Outro destaque era a Brinquedoteca, implantada em 1998 e em funcionamento até os dias atuais. Na Brinquedoteca, um espaço estimulante e acolhedor, voltado para crianças entre 2 e 5 anos,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



contribui para desenvolvimento da afetividade, socialização e motricidade, por meio de brincadeiras e vivências.

Complementando a infraestrutura de apoio ao Museu Vivo da Ciência e Tecnologia Museu Vivo e ao Centro de Capacitação de Professores de Ensino Básico de Campina Grande, havia também a Sala da Coordenação, uma pequena copa-cozinha e banheiros .

Assim, nessa atmosfera estimulante e multifuncional, iniciativas promoviam o aperfeiçoamento e capacitação de professores, a alfabetização de jovens e adultos, o estímulo ao desenvolvimento infantil e a popularização da ciência e tecnologia. Essas ações aconteciam por meio de encontros, exposições e feiras de ciências, consolidando o Museu como um espaço fundamental para a educação e a popularização científica de Campina Grande. Neste contexto, apresentaremos algumas dessas atividade.

O Parque da Ciência do Museu Vivo

O Parque da Ciência do Museu Vivo foi inspirado no projeto do Parque da Ciência do MASP e utilizou as informações do seu manual para construir seus próprios brinquedos. Conforme a professora Daisy Martins de Almeida, “sob a administração do Prefeito Ronaldo Cunha Lima, Campina Grande foi uma das cidades contempladas para replicar o Parque da Ciência apoiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.”

Em complemento, Elizabete Cristina de Araújo (Araújo, 2023), acrescentou que o Parque da Ciência fazia parte de um projeto de divulgação científica criado com o apoio do CNPq, quando Prof. Crodowaldo Pavan, na época seu presidente, formalizou propostas para implantar Parques da Ciências em algumas poucas cidades brasileiras, sendo Campina Grande/PB uma delas.

O Parque da Ciência se localizava por traz da Nave. Lá ficavam: as Conchas Acústica que eram um sucesso, atrás delas havia um trepa, trepa; as Escalas Musicais; um equipamento sobre conservação de energia; as Gangorra com posições diferentes; a Tirolesa; e outro que não lembro. O relógio do Sol, apesar de eu ter adaptado o projeto, não construímos porque o recuso financeiro já havia se esgotado. Uma parte do material do Parque da Ciência foi desenvolvida no DNOCs e na UFPB, as estruturas de concreto foram construídas com recursos da obra do prédio do Museu. (Daisy Martins de Almeida).

Comecei a estagiar em 2003, porém, minhas lembranças do Museu são bem mais antigas. Me recorde da inauguração na década de noventa, acho que por volta de 92, eu tinha uns 12 anos e como criança não tinha noção que aquilo era um museu de ciências. Me lembro da Nave, do prédio do Museu, de ter brincado do parquinho, das gangorras e das conchas acústicas. Me lembro do Museu também quando estava estudando no Senai entre 94 e 96, nessa época o Museu era muito conhecido. Depois, quando iniciei a monitoria do Museu Vivo de Ciência e Tecnologia em 2003, os brinquedos do parquinho já estavam quebrados. (Dean Sidney Brito Serra)



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



À exposição ao ar livre, somada à escassez de recursos para a manutenção, resultou em desgastes irreversíveis em alguns dos equipamentos do Parque da Ciência. No entanto, a coordenação do Museu Vivo, em conjunto com a coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campina Grande, responsável pela manutenção do espaço, estavam constantemente empenhadas em melhorar e expandir os projetos, incluindo o Parque da Ciência.

Nesse cenário, submeteram ao BNDES um projeto de ampliação e reforma das instalações do Museu Vivo, que foi aprovado. Sendo assim, o BNDES destinaria 1 milhão de reais, oriundos do seu Fundo Social, para ampliar a capacidade física e operacional do Museu Vivo. Os recursos deveriam ser utilizados para a renovação e aquisição de materiais e equipamentos, o treinamento de funcionários, e recuperação dos brinquedos científicos do Parque da Ciência.

Entretanto, devido a impedimentos jurídicos e burocráticos da Prefeitura de Campina Grande, a verba só foi liberada anos depois e utilizada para a revitalização e aquisição de novos equipamentos do Acervo Expositivo, além da construção do novo prédio do Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande, que cominou em sua reinauguração em 2011.

O Projeto Experimentoteca

623

Antes mesmo da inauguração da sede do Centro de Capacitação de Professores e Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande, as primeiras ações e atividades educativas já estavam sendo desenvolvidas, impulsionadas pelo projeto Experimentoteca. Como uma biblioteca opera por meio do empréstimo de livros, a Experimentoteca do Museu Vivo, um laboratório itinerante de ciências, disponibilizava kits de experimentos para professores utilizarem em atividades práticas na sala de aula com seus alunos. O projeto foi desenvolvido no Centro de Divulgação Científica e Cultural da Universidade de São Paulo - CDCC/USP pelo Prof. Dietrich Schiel e sua equipe. Sendo assim, por meio de convênio entre o CDCC/USP e a Prefeitura, tendo à frente a Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia, o projeto Experimentoteca foi implantado em Campina Grande.

Quando os kits da Experimentoteca chegaram, em 91, a parte lateral da Nave, dedicada às exposições permanentes e transitórias, ainda não havia sido concluída. Então, até que esse ambiente ficasse pronto, os kits ficaram na Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia, [...] Além disso, com o carro e motorista da Secretaria, podíamos transportar os kits para as escolas. Quando esses kits voltavam, nós revisávamos tudo e, se necessário, substituíamos os materiais, equipamentos e atividades [...]

A Experimentoteca era uma espécie de biblioteca de experimentos direcionados aos professores. Nós íamos às escolas, convidávamos os professores para utilizarem o material e, se eles aceitassem, precisavam fazer um treinamento no Museu. A partir daí, podiam vir ao Museu e solicitar o empréstimo dos kits. Os





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



professores tinham a liberdade de usar o material à sua maneira e quando achassem que deveriam. (José Marcos Gonçalves Viana)

Em 1993, eu era muito atuante no projeto Experimentoteca. Então, em 1994, Elizabete Araújo me chamou para fazer parte do corpo de técnicos do Museu Vivo, [...] Lembro que no começo do ano, durante os meses de janeiro e fevereiro, no Museu fazíamos cursos de aperfeiçoamento de professores e apresentávamos um pouco do projeto. Com esse propósito, convidávamos alguns professores universitários para apresentar o material teórico da Experimentoteca e eu apresentava a parte prática [...] (Paulo António da Cunha Carneiro)

Os eventos, incluindo cursos, oficinas, palestras e mostras, enfatizavam e promoviam a experimentação de forma interdisciplinar e contextualizada. O objetivo era estimular o uso da Experimentoteca pelos professores, bem como popularizar a ciência e tecnologia. Um evento de sucesso foi o Sábado ConsCiência, realizado mensalmente aos sábados no MVCTCG, que recebia apoio e contribuição de instituições de ensino e empresas locais, além de contar com o esforço e dedicação dos funcionários e da coordenação do Museu Vivo.

Nos Sábados Consciência se divulgava a ciência para um público em geral e não só para os professores. Alguns especialistas eram convidados para falarem sobre temas abertos, acho que era seguindo a ideia de transferência de ciência e tecnologia para a comunidade em geral. (José Marcos Gonçalves Viana)

624

Entre os anos de efetiva atividade, a Experimentoteca foi de fundamental importância e serviu como referência para a educação e popularização da ciência e tecnologia na cidade de Campina Grande – PB.

Acervo Expositivo e Itinerante

Em conformidade com Elizabete Cristina de Araújo (2023), uma contribuição essencial para compor do Acervo Expositivo do Museu Vivo, foi dada pelo Prof. Dietrich Schiel, ao “adotar” Campina Grande como uma das cidades do interior do nordeste para receber apoio da USP de São Carlos, através do programa de extensão de formação de professores para educação em ciência. De acordo com a professora Daisy Martins de Almeida (2023), os primeiros equipamentos que constituíram o acervo expositivo foram desenvolvidos com recursos do Museu Vivo e empenho da coordenação e de funcionários que buscaram alternativas acessíveis, parcerias com empresas e instituições para o estabelecimento das primeiras exposições interativas.

Nos primeiros anos, o acervo do Museu era constituído pelos equipamentos que construímos ao longo das FETECs, pelos brinquedos científicos do Parque da Ciência e tínhamos os kits da Experimentoteca que recebemos da CDCC. (Daisy Martins de Almeida).



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Ainda de acordo com a professora, em 1999, para ampliar o acervo expositivo, chegaram ao Museu 36 dispositivos financiados pela Fundação VITAE, através de um projeto para aquisição pela Fundação Parque Tecnológico da Paraíba. Esses dispositivos eram utilizados tanto em exposições itinerantes como na Nave da Ciência. Seu uso objetivava estimular a curiosidade e a observação da realidade por meio da experimentação interativa e lúdica.

O Museu era muito visitado e por isso os primeiros monitores da UEPB começaram a vir ao Museu. Nós fazíamos uma capacitação promovida pelo SESC e repassávamos para os monitores que recebiam uma bolsa da UEPB. Mará e Genival coordenavam e selecionavam os monitores, além de nos apoiarem nas exposições e no Parque da Ciência. (Daisy Martins de Almeida)

Ampliação das Ações de Ensino e Divulgação da Ciência

Entre os anos de 2002 e 2004 uma parceria foi estabelecida e fortaleceu ainda mais as atividades de popularização da ciência no Museu Vivo. Desenvolvida entre a Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Prefeitura Municipal de Campina Grande – responsável pela manutenção e administração do Museu Vivo, e o Departamento de Física da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) através do Grupo de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia. Essa parceria “pretendia ampliar o espaço de comunicação da ciência, popularizando a compreensão de alguns fenômenos científicos e contribuindo com a educação de crianças, jovens e adultos” (Germano; Alves, 2008, p. 227).

Assim, no primeiro semestre de 2003, dez estagiários licenciandos em Física iniciaram diversas atividades no Museu Vivo, incluindo a manutenção e reparação do acervo expositivo, elaboração de manuais descritivos do acervo, recepção de escolas visitantes, participação em treinamento do programa ABC na Educação Científica: Mão na Massa, realização de oficinas para implantar esse programa nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

No entanto, devido principalmente à falta de pagamento das bolsas de estágios pela Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, além de problemas pessoais, alguns desses monitores solicitaram desligamento antes mesmo de completarem um semestre de atividades no Museu. Germano e Alves (2008, p. 227) acrescentam que “aproximadamente um ano de experiência mais ou menos bem-sucedida, as transições políticas acabaram por inviabilizar o projeto”.

Eu acho que o Museu tinha potencial, era importante para a cidade, principalmente para os alunos entenderem que ciência não é necessariamente algo que está dentro de um laboratório. Contudo, a falta de orientação e o atraso com o pagamento das bolsas eram problemas muito sério que dificultava muita coisa para nós monitores no Museu. (Dean Sidney Brito Serra)

Inicialmente dividimos a bolsa com um colega, depois não recebemos mais a bolsa. Como eu precisava pagar transporte para me deslocar, não pude continuar

625





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



por muito tempo. Ainda esperei um tempo para ver se ia ter uma outra bolsa, mas não teve. (Thiago Silva Araújo)

As atividades de parceria entre a UEPB e o Museu Vivo foram reestabelecidas apenas em dezembro de 2006, por meio do projeto “*Exposições Itinerantes de Ciências e Tecnologia: Uma Experiência no Interior Paraibano*”, aprovado pelo edital número doze para Seleção Pública de Projetos em Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia, lançado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq. Posteriormente, o projeto foi nomeado “*Ciência e Arte na Feira*”. Seu sucesso contou com o apoio essencial de Prefeituras do interior da Paraíba, onde ocorreram as atividades de popularização e divulgação da ciências e tecnologia, como exposições itinerantes, palestras, peças teatrais e, quando possível, observações astronômicas (Germano; Alves, 2008, p. 227).

De acordo com Santos e Germano (2020, p. 979) entre 2007 e 2009, o projeto, Ciência e Arte na Feira “realizou mais de 15 exposições em feiras livres de cidades do interior paraibano.” Essas atividades fora dos muros da universidade, promoveram conhecimento prático, popularização da ciência e educação.

O Projeto ABC na Educação Científica: Mão na Massa do CDCC/USP – São Carlos

626

Além da Experimentoteca, outro importante projeto o “ABC na Educação Científica: Mão na Massa”, também desenvolvido no CDCC/USP, foi implantado no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande. Esse projeto de capacitação de professores utilizava uma metodologia de ensino investigativa que teve origem nos Estados Unidos e migrou para a França, sob a denominação La Main à la Pâte, onde foi adotado pelo sistema francês de educação. No Brasil essa metodologia ficou conhecida graças ao trabalho do professor Ernst Hamburger”.

Os kits produzidos pelo CDCC/USP para o Programa Mão na Massa, recebidos pelo Museu Vivo, eram compostos por dois temas principais: Flutua ou Afunda e Resíduos Sólidos, destinados à Educação Infantil e ao Ciclo I do Ensino Fundamental. Semelhantes a Experimentoteca, os kits do Mão na Massa permitiam que os professores os utilizassem em sala de aula com até 40 de alunos.

O Mão na Massa é um projeto também do CDCC, baseado num projeto francês que através de investigações, as crianças são levadas a conhecimentos da ciências. Esse projeto chegou ao Museu porque já tínhamos vínculo com a CDCC via Experimentoteca e via criação do Museu. O Museu foi inscrito no projeto, credenciado e recebeu os kits do Mão na Massa. (Daisy Martins de Almeida).

Em Campina Grande, o treinamento do Programa ABC na Educação Científica: Mão na Massa para os monitores do Museu Vivo foi realizado remotamente no segundo semestre de 2003 pelo Prof. Dietrich Schiel do CDCC/USP - São Carlos, sob a coordenação presencial





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



de Elizabete Cristina de Araújo da Prefeitura Municipal de Campina Grande. O treinamento aos professores da Rede Municipal foi realizado pelos monitores do Museu Vivo, licenciandos do curso de Física, provenientes do projeto de Ampliação das Ações de Ensino e Divulgação da Ciência mencionado no tópico anterior, em colaboração com professores da Departamento de Física da UEPB.

De acordo no “Resumo das Atividades Mão na Massa Brasil”, em 2003 se iniciaram as reuniões para apresentar às escolas os princípios e origens do Programa ABC na Educação Científica: Mão na Massa. Em seguida, começou a fase piloto das intervenções em sala de aula (Araújo, 2004, p. 46).

No IV Seminário Nacional em 2008, a professora Márcia Maria Bezerra Guimarães² relatou, conforme Schwartzman e Christophe (2009, p. 72), que, após participar da formação sobre Resíduos Sólidos no CDCC em São Carlos, foram realizados cursos de capacitação para 40 professores de cinco diferentes escolas. Segundo a professora, as reuniões mensais para capacitação eram conduzidas por meio da plataforma Wiki, enquanto os encontros presenciais para trabalhar com os dois Kits ocorriam no Museu Vivo. No entanto, a principal dificuldade para manter o projeto foi a falta de recursos financeiros.

O Mão na Massa sob a perspectiva dos monitores do Museu³:

[...] realizávamos experimentos com alunos do ensino fundamental I e o professor deles assistia para depois replicar a metodologia utilizando outros experimentos [...] usei a metodologia do Mão na Massa para preparar umas aulas de estágio e o professor Toinho elogiou meu material. Quando eu preparava o material dessa maneira, percebia que os alunos ficavam mais concentrados e eu tinha a atenção deles (Dean Sidney Brito Serra)

O Mão na Massa, era bem legal e interessante [...] Levávamos conhecimento científico às escolas do ensino fundamental. Lembro do experimento de baldes com água, para testávamos com os alunos se alguns objetos afundavam ou flutuavam. Era uma gritaria danada, os meninos riam, era o que mais os envolvia. Alguns objetos grandes eles diziam que iam afundar e flutuavam, e o contrário acontecia com os pequenos. Era bem interessante e intencional, servia para desassociarem o conceito de que coisas pequenas são maneiras e fáceis de flutuar, e que coisas grandes são pesadas e afundam. Explicávamos o conceito de densidade e discutíamos muitos outros. Para esse projeto, tivemos um

² A professora Márcia Maria Bezerra Guimaraes é Bióloga formada pela UEPB (2005), mestra em Engenharia Agrícola pela UFCG (2007) e doutora em Agronomia pela UFPB (2014). De acordo com informações no seu Currículo Lattes a professora foi coordenadora em Campina Grande do Projeto ABC na Educação Científica: Mão na Massa de 2001 a 2008. Participou do II, III Seminário ABC na Educação Científica: Mão na Massa nos anos 2007 e 2008. E em 2008 do curso de formação do Programa ABC da Educação Científica: Mão na Massa. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6887944556854232>

³ Os relatos de Dean Sidney Brito Serra e Denis Barros Barbosa são apresentados no capítulo “O Museu sob alguns olhares”.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



treinamento, inclusive envolvendo a USP e o Parque Tecnológico de Campina Grande onde fazíamos o treinamento. (Denis Barros Barbosa)

Eventos Científicos Promovidos

Desde 1993 até 2022, o Museu Vivo participou de importantes atividades educacionais voltadas para a promoção, divulgação e popularização da ciência. Isso incluiu exposição, empréstimo do Acervo Expositivo, dos kits da Experimentoteca e do Mão na Massa, bem como a colaboração em palestras e treinamentos. Os principais eventos eram: Feiras e Clubes de Ciência nas escolas, A FETEC - Feira de Tecnologia de Campina Grande e Exposições Itinerantes, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Com os equipamentos do Museu, participamos de exposições em feiras de ciências, FETEC Jovem, encontros da SBPC em Campina Grande e no Mato Grosso. O Museu tinha basicamente três vertentes: levar os experimentos para outros lugares, visita dos alunos ao Museu e do Museu às escolas. (Denis Barros Barbosa)

Na minha época do Museu, participei da FETEC Jovem, se não me engano foi a 10ª FETEC Jovem no Spazio. Nós levamos alguns equipamentos do Museu, os mais robustos, a ideia era divulgar e apresentar os equipamentos, porque apesar de existir visitas ao Museu, muita gente não conhecia. (Thiago Silva Araújo)

[...] treinamos uns alunos para apresentarem os experimentos do Museu no Spazio – na FETEC. A FETEC era como se fosse uma Feira de Ciências, mas bem grande. Foram escolhidos uns 8 equipamentos e selecionamos alunos para apresentarem. Antes da FETEC, no Museu, eles aprendiam conosco como funcionavam os equipamentos e ensaiavam em duplas para interagirem com o público. Nos dias da realização da FETEC, nós monitores supervisionávamos esses alunos. (André Afonso Araújo Marinho)

Meu interesse, paixão e bom desempenho pela ciência vem desde quando eu estudava no Itan Pereira. Lá fui convidado pela professora Ellen para participar da décima FETEC Jovem [...] para apresentar alguns experimentos do Museu Vivo da Ciência e Tecnologia. Foi então que conheci o Museu Vivo. A participação na FETEC foi minha primeira atividade não formal. Uma oportunidade rica, fascinante, muito gratificante e que me motivou mais ainda pela ciência. Sou curioso, gosto muito de laboratório, de experimentos e foi por causa da FETEC que eu quis estudar Física. (Douglas Fabiane Mendes da Silva)

628

Reinauguração do Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande – Lynaldo Cavalcanti

Em 31 de maio de 2011, o Museu Vivo foi reinaugurado e recebeu nova denominação Museu Vivo da Ciência e Tecnologia - Lynaldo Cavalcanti. O novo edifício, com área de aproximadamente 2.120m², foi construído no local anteriormente ocupado pela Nave da Ciência e sua missão era:



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



[...] promover e disseminar por meio da cultura científica, o conhecimento nas diversas áreas da ciência. [...] é um espaço que valoriza a convivência, o lazer e a inclusão social, como referências, as ciências e parques temáticos, turismo ecológico e a possibilidade de inovação no ensino. (Museu Vivo da Ciência e Tecnologia Lynaldo Cavalcanti, [2011?])

De acordo com a Moção N° 734/2011, emitida em 26 de setembro de 2011 pela Câmara Municipal de Campina Grande, (CAMPINA GRANDE (PB) 2011), as instalações do Museu Vivo foram reformadas e ampliadas, com um investimento superior a R\$ 2 milhões em obras e equipamentos.

Nos primeiros anos, seu ambiente de atividades era dividido em dois pisos. No piso térreo se encontravam-se: o Espaço Energia que funcionou entre 2011 e início de 2015, anteriormente conhecido como Super Estação de Energia - um pequeno museu de ciências da Energisa Borborema Distribuidora de Energia S/A; os Laboratório de Química, Biologia e o Salão Principal com área de 420 m², nesse último se realizavam feiras de ciências, mostras, eventos socioeducativos e exposições permanente do Girotec e do acervo de Paleontologia⁴. No pavimento superior ficavam o Laboratório de Matemática⁵ os Laboratórios de Física (salas 5, 6, 7) com o Corredor de Espelhos, Simulador de Terremotos, equipamentos interativos da Mecânica, Eletromagnetismo, Ótica e Física Moderna. A Ecoteca realizava atividades dos programas de Educação Ambiental, Coleta de Lixo⁶.

Com a saída do Espaço Energia no início de 2015, o número de visitantes caiu significativamente, uma perda para a população e sobretudo para as escolas que dependiam do transporte e se beneficiavam do suporte experimental e demonstrativo oferecido pelo Museu Vivo e pelo Espaço Energia (Quadro 1).

629

Quadro 1 - Relação de Vistas ao MVCTLTC entre os anos de 2011 a 2015.

Ano de Visitação	Quantidade anual de visitas	Total anual de visitantes	Visitantes vinculados às escolas ou instituições afins	Visitantes vinculados à comunidade em geral, ou sem vínculo escolar
2011	124	12151	10949	1202
2012	423	18980	18599	381
2013	402	18759	18538	221
2014	388	15544	13754	1790
2015	34	1233	1195	38

Fonte: MVCTLTC (2011) e Santos (2016, p. 39) - Editado pela autora.

⁴ 38 peças fósseis de uma Preguiça Gigante e partes de árvores pré-históricas.

⁵ O Laboratório de Matemática até 2022 ocupava a sala 9. Os jogos e equipamentos desse laboratório pertenciam a Universidade Aberta do Brasil da UFPB.

⁶ A Ecoteca era um projeto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) em parceria com a Secretaria Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Entre agosto de 2011 e início de 2017 a Prefeitura de Campina Grande manteve um convênio de cooperação técnica e financeira com a **Escola Técnica Redentorista – ETER**. Esse convênio permitia aos alunos dos cursos técnicos do ETER realizarem estágios no Museu Vivo (Melo, 2011; ETER, 2011). É importante ressaltar, que mesmo antes da formalização desse convênio, muitas ações já eram desenvolvidas pela ETER no Museu desde 1992. Infelizmente, após 43 anos de serviços, em novembro de 2018, a Escola anunciou o encerramento de suas atividades educacionais devido a problemas financeiros (Globo Play, 2018).

Em abril de 2015, em uma parceria entre a UEPB e o Museu Vivo, se iniciou a primeira fase do **Programa de Apoio à Formação e ao Ensino do Município de Campina Grande - PROAFE**. Para essas atividades o Museu Vivo disponibilizava seu ambiente físico e equipamentos. Alguns professores da UEPB eram coordenadores de área e responsáveis por selecionar, orientar e supervisionar os licenciandos de Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática da UEPB que ministravam as intervenções experimentais. Além disso, esses professores contribuíam na organização, oferta de minicursos e oficinas. Entre 2015 e 2019, o PROAFE atendeu 17 escolas públicas municipais. No entanto, devido a desentendimentos, além das condições inadequadas do espaço físico do Museu, o programa passou a ser desenvolvido nas escolas sem a colaboração do Museu.

Não é novidade que espaços de educação não formal despertam nos visitantes curiosidade e entusiasmo pelos fenômenos científicos, além de complementar o currículo escolar e a formação de professores (Bélanger; Meunier, 2011, 2012; Carvalho, 2009; Cazelli, 2005; Figueira, 2019; Marandino, 2014, 2015; Pugliese, 2015; Ovigli, 2009, 2013). No entanto, parece que a principal dificuldade para manter esses espaços ativos é a falta de interesse dos governantes, pois apesar do sucesso do Museu Vivo, essa instituição sempre sofreu com problemas como: quantidade insuficiente de profissionais para coordenar e realizar atividades, falta de recursos financeiros para manter o bom funcionamento do prédio e do acervo expositivo e pagar as bolsas de monitoria. Nesse contexto, alguns relatos de monitores:

Me parece que a falta de incentivo ao Museu foi o principal problema. O Museu deveria ter profissionais para agendar as visitas; ter mais parcerias com empresas privadas que pudesse disponibilizar o ônibus; ter pessoas para orientar e organizar, porque apesar de sabermos o que fazer, ficávamos muito soltos; e ter uma pessoa fiscalizando para cobrar dos responsáveis certos. Outro problema era a falta de pagamento das bolsas de monitoria, por causa disso, muitos de nós não cumpriamos os horários ou deixávamos a monitoria. (Dennis Vilar de Carvalho)

Durante o meu estágio no PROAFE, já haviam muitos equipamentos sucateados, com falta de material de manutenção [...]. (Norton Leonardo Teodório Rafael)





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



[...] faltou ao Museu uma pessoa com responsabilidade social e sensibilidade pedagógica para entender principalmente o aluno visitante mais necessitado; faltou alguém competente que estivesse à frente da organização do Museu como um todo, com visão administrativa para buscar outras parcerias, porque o Museu aparentemente era isolado, existia apenas o apoio da Energisa; faltou divulgação da importância do Museu e vontade de fazer acontecer. (Maxwelton Ferreira da Silva)

Além desses problemas, ceder parte das instalações do Museu Vivo para empresas cujos objetivos estão desalinhados com os propósitos do Museu, agravou ainda mais a situação. Isso aconteceu em três ocasiões distintas: inicialmente, entre 2012 e meados de 2013, com a instalação de uma empresa de telemarketing; posteriormente, de outubro de 2013 a maio de 2014, com a utilização do espaço pela Justiça Eleitoral; e, desde dezembro de 2017, quase toda a área do piso térreo vem sendo ocupada pelo SINE e por setores administrativos da Secretaria de Educação.

Percepção dos monitores sobre o Museu Vivo da Ciência e Tecnologia

- *Era algo fantástico, me proporcionava uma experiência totalmente diferente da sala de aula. (Norton)*
- *Era uma forma de ensinar diferente e entender isso só foi possível estando no Museu. [...] era importante para a cidade, principalmente para os alunos entenderem que ciência não é necessariamente algo que está dentro de um laboratório. Contudo, a falta de orientação e o atraso com o pagamento das bolsas eram problemas muito sério que dificultava muita coisa para nós monitores no Museu. (Dean)*
- *[...] foi o divisor de águas na minha carreira, lá entendi que queria ser realmente professor, levar um pouco de conhecimento e tentar mudar a vida de uma pequena parcela da sociedade. (Dennis)*
- *[...] estamos meio que ensaiando realmente o que podemos levar para a sua sala de aula. [...] estímulo visual, o que o visitante está vendo ali, desperta outras curiosidades. (Soetânia)*
- *[...] foi essencial para mim como aluno e para minha formação como professor. E nisso incluo não só o PROAFE como os projetos que participei no Museu, porque a Universidade é boa em relação a teoria, mas a prática é essencial para formação. (Wedson)*
- *Na Universidade, nos habituamos ao professor dar o conteúdo e nós resolvermos questões, o Museu abriu minha mente para ver que é preciso mexer, de fato com os sentidos dos visitantes. (Maxwelton)*
- *[...] lá eu podia mostrar porque gosto do que faço, estimular as pessoas a entenderem coisas simples, como economizar eletricidade. Isso faz com que elas percebam que a ciência não está só em livros, não é só para passar numa prova de Enem, mas que em todo momento podemos vivenciar-la no dia a dia e usá-la para melhorar a nossa vida, tanto do ponto de vista financeiro como do meio ambiente. (Ângelo)*
- *Ali, vi a participação prazerosa de alunos e professores das escolas públicas. (Douglas)*
- *Ali, era a universalidade da comunicação pública da ciência se estabelecendo. [...] o Museu é um espaço onde as pessoas conseguem aprender sem precisar dizer: eu estou aprendendo. (Thaigo da Silva)*

631



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



- [...] era um lugar muito mágico de importância muito grande, deveria ser apoiado financeiramente. (Alisson)
- Conheci alunos que visitaram o Museu e escolheram cursos na área de exatas, sei disso porque depois me tornei professor deles. Então, eu vejo o Museu como um estopim para crianças como eu que geralmente quando entram na escola pública acham que serão apenas mais um, mas meu sentimento durante a visita ao Museu era de possibilidades. É isso, o Museu incentiva muito as pessoas a acreditarem que poderiam fazer um curso da área de exatas. (Anderson)
- [...] é um símbolo para Campina Grande. Se alguém perguntar onde é o espaço do Museu Vivo da Ciência e Tecnologia, pelo menos a grande maioria das pessoas que são ligadas às Ciências, e claro se for campinense, conhece o Museu, mas deveria ser mais público. Para mim, o que falta é um engajamento de alguém que chegue e diga: “vamos botar pra frente”, e impulsione. (Thiago Silva)
- Apesar de ser um museu pequeno, restrito basicamente a uma única sala [2003], eu o via como uma coisa maravilhosa, mas que era pouco conhecido, divulgado e poucas escolas, [...] iam pra lá. Acho que ou existia um desinteresse ou um desconhecimento. (Denis)
- A proposta era muito boa, mas infelizmente, a própria Administração Municipal não deu a devida importância ao projeto e o Museu logo depois foi perdendo sua funcionalidade. (Tarsus)
- Acredito que o contato com o laboratório, a possibilidade de sair do abstrato e ver a ciência na prática, entender para que serve o estudo da Física, da Química, da Biologia, nos motiva a buscar aprender mais e uma visita a um museu de ciências faz muita diferença, faz despertar o cientista dentro de nós. [...] (Gercino)

632

Algumas Considerações

É, no mínimo, desmotivador constatar que, após uma grande reforma financiada com recursos destinados especialmente ao Museu Vivo, o que se observa é um evidente descaso com sua finalidade original. Diante desse cenário, Simões, Santos e Oliveira (2021, p. 758) afirmam:

[...] faz-se necessário refletir sobre novos modelos de administração e mecanismos de financiamento desses espaços, sem abrir mão de sua vinculação ao Estado e de sua natureza educativa. E, como instância educativa, os recursos para sua manutenção devem ser encarados como investimento fundamental para minoração das diferenças e desigualdades sociais e de equidade entre os atores sociais.

Entendendo que a fruição pública dos Museus e Centros de Ciência e Tecnologia representam novas possibilidades de reflexões, de conhecimentos e encantamentos à disposição da sociedade, como podem essas instituições serem tomadas em “reuso”, como ocorreu ao nosso Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande – Lynaldo Cavalcanti. Fica então a pergunta, quando o Museu Vivo da Ciência e Tecnologia voltará a “viver”?



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Referências

ARAÚJO FILHO, M. S. O Museu do Futuro: o Maior Parque da Ciência do Nordeste será construído em Campina e vai atender a todo o compartimento da Borborema. **Impressão**. Ano I, n. 6, Campina Grande PB, p. 14-16, jul. 1991.

BÉLANGER, C.; MEUNIER, A. Partenariat université-musée: une proposition dans la formation initiale des maîtres. In: **ÉMOND, A. M. Le musée: entre la recherche et l'enseignement**. Québec: Éditions MultiMonds, 2012. p. 253-284.

BÉLANGER, C.; MEUNIER, A. Une approche muséologique de la visite scolaire au musée. Caderno do **GREM** - Groupe de recherche sur l'éducation et les musées. n.19. Universidade de Québec. Montreal. 2011.

CAMPINA GRANDE (PB). **Lei Nº 2.562**, 14 dez. 1992. Dispõe sobre a criação do Complexo de Capacitação Educacional e Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande e da outras providências. Prefeito Francisco Dantas Lira. 1992.

CAMPINA GRANDE (PB). **Lei Nº 5.071**, 29 ago. 2011. Denomina de Museu Vivo da Ciência e Tecnologia Lynaldo Cavalcanti, O Museu Vivo da Ciência e Tecnologia de Campina Grande e dá outras providências. Prefeito Venexiano Vital do Rêgo Segundo Neto. 2011. Disponível em: <http://leis.campinagrande.br/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CARVALHO, M. A. **Um estudo sobre a inserção de atividades em educação não formal na disciplina metodologia e prática do ensino de física da Universidade Estadual de Londrina**. 2009. 136 p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Centro de Ciências Exatas. Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2009.

CAZELLI, S. **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?** 2005. 260 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/RJ, 2005.

ETER – Escola Técnica Redentorista. **O prefeito Veneziano Vital do Rêgo assinou nesta terça-feira (2), Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Escola Técnica Redentorista – ETER**. Campina Grande, 3 ago. 2011.

FIGUEIRA, C. V. S. **Formação Inicial de Professores de Física: O Museu de Ciências como espaço formativo**. 2019, 227p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2019.

633



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



GERMANO, M. G., ALVES, E. de O. Ciência e arte na feira: relato de experiência. *In*: SOUSA, C. M. **Jornalismo Científico & Desenvolvimento Regional: Estudos e Experiências**. EDUEP. Campina Grande – PB. 2008. p. 227-238.

GLOBO PLAY. **Escola Técnica Redentorista encerra atividades no fim do ano, em Campina Grande**. Bom Dia Paraíba. 08 de nov. de 2018. 1 vídeo (3:53 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7146864/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

JORNAL DA PARAÍBA. **Exposição de orquídeas abre o 'Museu Vivo da Ciência'**. Cidade. Campina Grande, n. 6042. 13 de out. de 1992.

MARANDINO, M. Espaços não formais no contexto formativo. *In*: BARZANO et al. (Org.). **Ensino de Biologia: experiências e contextos formativos**. Goiânia, 2014, p. 169-180.

MARANDINO, M. Formação de professores, alfabetização científica e museus de ciências. *In*: **Divulgação científica na sala de aula: perspectivas e possibilidades**. Ijuí: Editora Inijui, 2015.

MELO, T. Redentorista - A Escola Técnica de Campina Grande. **InforETER**. Agradecimento aos Parceiros. Campina Grande/PB. v. 2, n. 01, out. de 2011. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12972755/eter-escola-tecnica-redentorista>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MUSEU VIVO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA LYNALDO CAVALCANTI. Campina Grande/PB, 2011. Disponível em: <http://museuvivodaciencia.weebly.com/perfil-museu.html>. Acesso em: 16 de abr. de 2021.

MVCTLC. **Relatórios de visitação do ano de 2011**. Campina Grande – PB, 2011.

OVIGLI, D. F. B. **As Pesquisas sobre Educação em Museus e Centros de Ciências no Brasil: Estudo Descritivo e Analítico da Produção Acadêmica**. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 404 p. 2013.

OVIGLI, D. F. B. **Os saberes da mediação humana em centros de ciências: contribuições para a formação inicial de professores**. 2009. 228 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009, 228 p.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



PUGLIESE, A. Os museus de ciências e os cursos de licenciatura em ciências biológicas: o papel desses espaços na formação inicial de professores. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, T. S. **Relação Museu Escola:** Uma Investigação das Influências Exercidas pela Escola, sobre as Abordagens Museais. 2016. 94 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, 2016.

SANTOS, T. S.; GERMANO, M. G. Relação Museu Escola: Influências da Escola nas Abordagens Museais. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 2, p. 971-1003, ago. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343618955_Relacao_Museu_Escola_Influencia_s_da_Escola_nas_Abordagens_Museais. Acesso em: 25 jun. 2021.

SIMÕES, L. C.; SANTOS, N. P.; OLIVEIRA, A. J. B. A Casa da Ciência e os desafios de um centro cultural de divulgação científica na Universidade Federal do Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. v.28, n.3, p. 745-760, jul.-set. 2021.

SOARES, J. O Museu Vivo de Ciência e Tecnologia em Campina Grande. **Jornal Diário da Borborema:** Revista Tudo – Acadêmico, suplemento dominical. Campina Grande, 12 maio 1991.

FONTES ORAIS

ALMEIDA, Daisy Martins de. [62 anos][abr. 2023] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 07 de abril de 2023

ARAÚJO, Thiago Silva [40 anos][jun. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 07 jun. 2022

BARBOSA, Denis Barros [39 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 08 abr. 2022

BRITO, Wedson Philippe Vasconcelos de [25 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 21 abr. 2022

CARNEIRO, Paulo Antônio da Cunha [57 anos][maio 2022; jun.2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB 19 maio 2022; 10 jun. 2022.

CARVALHO, Dennis Vilar de [31 anos][maio 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 31 maio 2022.

FRANÇA, Ângelo Fernandes da Silva [29 anos][jun. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Itabaiana, PB. 07 jun. 2022



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



- MARINHO, André Afonso Araújo [44 anos]. [ago. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Solidade, PB. 23 ago. 2022
- OLIVEIRA, Soetânia Santos de [41 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Manaus, AM. 12 abr. 2022.
- RAFAEL, Nórton Leonardo Teodório [28 anos][abril 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 20 abr. 2022.
- ROCHA, Anderson Hermes Cabral da [31 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 13 abr. 2022
- SANTOS, Tarsus Klynger Sabino dos [23 anos][jun. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Bayeux, PB. 02 jun. 2022
- SANTOS, Thiago da Silva [32 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Araruna, PB. 20 abr. 2022
- SERRA, Dean Sidney Brito [41 anos][maio 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Aracruz, ES. 29 maio 2022
- SILVA, Douglas Fabiane Mendes da [35 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 08 abr. 2022
- SILVA, Maxwellton Ferreira da [31 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Cabedelo, PB. 08 abr. 2022
- SOARES FILHO, Gercino Freire [33 anos] [jun. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 22 jun. 2022
- SOUSA, Alisson de [41 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 19 abr. 2022
- SOUZA, Jean Moisés de [38 anos][abr. 2022] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. João Pessoa, Paraíba 14 abr. 2022.
- VIANA, José Marcos Gonçalves. [70 anos][ago. 2023] Entrevistador: MEIRA, K. W. A. M. Campina Grande, PB. 10 ago. 2023.

636



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



UOFÉ E SUA GENTE: A EXPANSÃO COLONIZADORA PELOS TERRITÓRIOS KAINGANG E A RESISTÊNCIA INDÍGENA (BRASIL, SÉCULO XIX)

Daniele Weigert¹

Em 1825, a viúva Tereza Uofé foi registrada nos maços de população, no fogo encabeçado por seu genro, Casimiro Herefeyê (APESP, 1825b, s.p.). Moradores do Aldeamento do Atalaia, Uofé, seus filhos, netos, enteada e genro provavelmente compartilhavam o mesmo *emã*² com outros indígenas. Meses antes de seu nome constar nessa lista, o aldeamento havia sofrido um duro golpe: um ataque de um grupo inimigo ao Atalaia resultou na morte de 28 pessoas (PARÓQUIA, 1810-1880 [1825], p. 21). Em resposta à insegurança, o aldeamento foi transferido e refundado em outro local, sob o nome de Nova Atalaia.

A respeito da organização do emã no novo aldeamento, pouco se sabe. Na antiga Atalaia, contudo, mais de uma centena de indígenas, organizados em diversos núcleos familiares, dividiam seis casas e um armazém – este coberto por telhas – onde se armazenavam mantimentos como milho e outros produtos das lavouras cultivadas pelas mulheres. Com o ataque ao aldeamento, toda a produção foi destruída por um incêndio provocado pelos guerreiros inimigos, gerando escassez de alimentos para os que permaneceram aldeados (APESP, 1825a, s.p.).

Esses aldeamentos, fundados nos chamados Campos de Guarapuava, tinham como objetivo atrair e reduzir a vasta população indígena que habitava a região. Essa população era acusada de atacar comerciantes que transitavam com suas tropas de animais pelas estradas do sul da colônia portuguesa na América, rotas que conectavam os territórios da então Capitania de São Paulo ao Rio Grande de São Pedro. Para combater os indígenas da região, o então príncipe regente Dom João declarou guerra aos nativos, enviando uma expedição de conquista territorial que tinha como prerrogativa atacar os grupos resistentes e autorizava os colonizadores a escravizá-los temporariamente. Paralelamente, a mesma declaração estabelecia que os indígenas que aceitassem se aldear seriam considerados súditos especialmente protegidos pela Coroa (CÂMARA, 1891a [1808], p. 156-159; CÂMARA, 1891b [1809], p. 36-37).

A dupla prerrogativa da Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava resultou, por um lado, na formação de aldeamentos para os grupos indígenas que firmaram alianças políticas com os colonizadores; por outro, promoveu guerras e capturas voltadas

¹ Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Realiza estágio de Pós-doutorado no Departamento de História na mesma universidade com financiamento PDJ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Processo 152988/2024-6).

² *Emã* é uma palavra Kaingang que pode ser traduzida como habitação, moradia, residência, vila (Wiesemann, 1981, p. 194, 211, 256).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



especialmente contra mulheres e crianças de comunidades autônomas, as quais eram levadas para o aldeamento ou para servir na casa de colonizadores em condições similares a de escravizados. Foi justamente um desses grupos autônomos, alvo de expedições raptoras, que, em 26 de abril de 1825, atacou o aldeamento, provocando a morte de vários habitantes, o desmantelamento da estrutura original e sua posterior refundação em outro local.

O presente artigo acompanha a trajetória de Uofé de seus filhos e do Aldeamento do Atalaia, destacando tanto as alianças que ela estabeleceu quanto as adversidades enfrentadas em um contexto dramático de guerras e escravizações. A partir da análise de registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, de cartas enviadas pelo missionário que atuou junto ao aldeamento, além de outras fontes correlatas, busca-se evidenciar o papel desempenhado por essa indígena e por suas filhas – bem como por outras mulheres, quase sempre anônimas – que interligaram aldeias e aldeamentos³, sendo fundamentais tanto na construção e redefinição de alianças quanto na deflagração dos conflitos.

O padre Francisco das Chagas Lima, missionário que atuou no aldeamento em que vivia Uofé, relata que, em 7 de agosto de 1812, teve a alegria de ver adentrar no Atalaia um numeroso grupo indígena, composto por guerreiros acompanhados de suas mulheres e filhos – 312 pessoas identificadas como pertencentes às nações dos “Camés” e “Votorons” (LIMA, 1943 [1821], p. 236-237). Essa primeira leva, conduzida pelo líder indígena Engrayê⁴, incluía outras lideranças guerreiras, como o chefe Votoron, Condoy, e o guerreiro Camé Araicó, marido de Uofé.

Pouco mais de um mês após essa chegada, o nome de Uofé aparece pela primeira vez nos registros paroquiais de Guarapuava. Em 23 de setembro de 1812, sua filha de aproximadamente quatro meses, Anna Fac-coyó, recebeu os óleos do batismo, sob os olhares dos pais que, provavelmente, pouco compreendiam os significados daquele singular ritual católico (PARÓQUIA, 1810-1867 [1812], p. 10v). No ano seguinte, em 24 de fevereiro, foi a vez da filha Rita Ianguó, então com cerca de quatro anos – portanto, mais velha que Anna – receber o mesmo sacramento (PARÓQUIA, 1810-1867 [1812], p. 21v). Nos primeiros anos da formação do Atalaia, o batismo de crianças foi prática recorrente, sendo que as crianças estimadas com até seis anos corresponderam a pouco mais de 60% dos batismos ocorridos no período de 1811 a 1831 (Tabela 1). O missionário batizava os menores de sete anos, embora não se saiba se isso ocorria com o consentimento dos pais, como determinavam os regulamentos da Igreja (VIDE, 2010 [1707], p. 147). Já os adultos recebiam

638

³ Diferencia-se os termos “aldeia” e “aldeamento”. O primeiro diz respeito às habitações temporárias ou fixas dos nativos que existiam de forma independente. Já “aldeamento”, diz respeito a territórios que incluíam habitações, mas eram limitados e mantidos por agentes externos aos grupos indígenas, ou seja, pelos colonizadores e pelo Estado.

⁴ Líder nativo também chamado de Antonio Pay que teria sido aprisionado pelos colonizadores com sua família, mas que teria estabelecido aliança política com os colonizadores depois de aprender português em um curto período (LIMA, 1842, p. 47-48; PARÓQUIA, 1810-1867[1814], p. 24v-25).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



o batismo após instrução na fé, a qual, segundo o missionário, se dava “depois de versarem por um anno, como determina os cânones [...], excepto quando a necessidade exigia o contrario” (LIMA, 1842, p. 59).

Tabela 1 – Faixa-etária e sexo dos indígenas batizados em Guarapuava (1811-1831)

Faixa de idade	Feminino		Masculino		Total		Razão de Sexo
	#	%	#	%	#	%	
0 a 6*	145	54,1	147	70,0	292	61,2	101,4
7 a 10	10	3,7	21	10,0	31	6,5	210
11 a 15	23	8,6	18	8,6	41	8,6	78,3
16 a 20	23	8,6	9	4,3	32	6,7	39,1
21 a 30	36	13,4	10	4,8	46	9,6	27,8
31 a 40	9	3,4	3	1,4	12	2,5	33,3
41 a 50	7	2,6	0	0,0	7	1,5	0
51 +	13	4,9	1	0,5	14	2,9	7,7
Não consta	2	0,7	1	0,5	3	0,6	50
Total	268	10,0	210	10,0	478	10,0	78,4

* O primeiro recorte da faixa etária foi estabelecido levando em consideração que os registros de batismos eram realizados sem a instrução na fé, sendo apenas necessário obter a autorização dos pais. Portanto, os dois primeiros recortes são desproporcionais. Essa não homogeneidade nas primeiras faixas etárias desempenha uma função crucial na análise dos dados.

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos registros de paroquiais de batismo (PARÓQUIA, 1810-1867).

A “necessidade” que justificava o batismo de adultos sem a devida instrução referia-se aos consortes pagãos e aos moribundos: aos primeiros, para viabilizar casamentos “que pareceriam vantajosos”; aos segundos, para garantir-lhes a salvação da alma, segundo os preceitos da doutrina cristã (LIMA, 1842, p. 59). Uofé, contudo, foi batizada apenas em abril de 1818, ano em que teria aproximadamente 30 anos, depois de receber a catequese apropriada (PARÓQUIA, 1810-1867 [1818], p. 40). Seis anos haviam se passado desde o batismo da filha Anna Fac-coyó, e, naquele momento, Uofé já era capaz de compreender as

639





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



instruções ministradas em português pelo padre Francisco das Chagas Lima, manifestando sua intenção de receber o batismo e demonstrando “contrição ou atrição dos pecados da vida passada” (VIDE, 2010 [1707], p. 145).

Não teve a mesma sorte seu marido, Araicó. Quando chegou ao aldeamento, trazia consigo três esposas, o que fez dele um dos principais alvos das exortações do missionário, que também repreendia outros guerreiros polígamos (LIMA, 1943 [1821], p. 239). Nos primeiros meses de contato com a expedição portuguesa, Araicó perdeu duas de suas companheiras: Minhohê, em setembro de 1812, e Canherenbanc, morta antes de março de 1814 (PARÓQUIA, 1810-1880 [1825], p. 4, 11v.). A tragédia provocada por uma peste, que vitimou também outros indígenas, foi interpretada pelo missionário como um sinal da intervenção divina a seu favor, frente ao impasse entre “salvar a doutrina da Igreja” e “não dizer, nem fazer couza, que pudesse afugentar os Índios” (LIMA, 1943 [1821], p. 238). Apesar dessa “contribuição divina”, faltaram a Deus – e ao padre – acordos com os próprios guerreiros indígenas. Após a morte de suas mulheres, muitos voltaram a unir-se a outras companheiras, e a perseguição à poligamia passou a ser motivo de evasão masculina (LIMA, 1943 [1821], p. 239).

Araicó tornou-se, nesse contexto, uma das principais lideranças a se opor às pressões do missionário. Em maio de 1813, convenceu o grupo que liderava a abandonar o aldeamento e se estabelecer às margens do rio Dorim, território que provavelmente dominava ou pretendia dominar. No ano seguinte, contudo, retornou com o restante da “Nação Camés”, após ser duramente atacado por antigos aliados (LIMA, 1943 [1821], p. 239). Pouco se sabe se Uofé permaneceu no aldeamento durante a ausência do marido – é provável que sim⁵. Naqueles anos difíceis de guerra, Uofé enfrentou não apenas a partida temporária de Araicó, mas também o luto brutal pela morte da filha Anna Fac-coyó, em março de 1814, e do próprio marido, assassinado após uma sublevação liderada por um de seus antigos companheiros de guerra, quando era conduzido a um presídio em São Paulo (PARÓQUIA, 1810-1880 [1814], p. 11v.; LIMA, 1943 [1821], p. 243).

A tragédia que envolvia Uofé e as demais mulheres do aldeamento – em sua maioria viúvas – não foi suficiente para impedir que seguissem com suas vidas. A condição extrema imposta pela guerra tornava ainda mais centrais suas posições como mulheres e mães para a sobrevivência da comunidade. As funções relacionadas à gestação e criação de filhos eram fundamentais em um contexto de intensas perdas demográficas, estando diretamente ligadas às suas capacidades reprodutivas.

Apesar das adversidades, Uofé ainda deu à luz dois filhos que provavelmente lhe trouxeram alegria. O primeiro, Diogo, nasceu em fevereiro de 1816, sem que o nome do pai fosse registrado (PARÓQUIA, 1810-1867 [1812], p. 33). O segundo, Camillo, nasceu em julho de

640

⁵ No registro de batismo de um dos filhos, Diogo, o padre indica que Uofé vivia na povoação a quatro anos, sem indicar que tenha se retirado em algum momento, como acontece em outros casos. (PARÓQUIA, 1810-1867[1816], p. 33).





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



1820, e teve o nome do pai omitido no assento de batismo (PARÓQUIA, 1810-1867 [1812], p. 48v).

Para além do papel de ventre gerador, as mulheres aldeadas eram vistas pelos colonizadores como responsáveis por transmitir aos filhos os “hábitos selváticos”. Segundo Francisco Antônio de Oliveira, em carta enviada ao presidente da Província de São Paulo, cabia a elas incentivar os jovens a praticar exercícios de guerra dentro do aldeamento, além de renovar os votos de vingança pela morte dos pais de seus filhos, o que justificaria a retirada das crianças das mães (APESP, 1832, s.p.). Apesar de descrever os aldeados de Atalaia como avessos ao trabalho, Oliveira reconhecia que as mulheres eram menos ociosas: cultivavam milho e feijão, além de serem habilidosas fiandeiras e tecelãs (APESP, 1832, s.p.). Em 1825, as mulheres constituíam a maioria no aldeamento, compondo mais de 70% da população (Tabela 2).

Naquele contexto de guerra – um momento em que não apenas os conflitos se acirravam entre indígenas e colonizadores, mas também entre comunidades autônomas e os aldeamentos sob controle estatal – os esforços masculinos estavam prioritariamente voltados para o combate. Isso, no entanto, não significava que as mulheres não participassem dos confrontos. Há indícios de que exerciam um papel essencial como guias nas matas. No relato de Chagas Lima sobre o ataque de 1825, descrito no início deste artigo, o padre afirma que os guerreiros que investiram contra a Atalaia foram guiados por mulheres anteriormente aldeadas. Além disso, Lima relatava que, além do líder guerreiro residente no aldeamento, os principais alvos dos inimigos naquele ataque foram “certas velhas, que servião de guias aos que entravão aos sertões, como praticas dos Alojamentos Silvestres” (APESP, 1825a, s.p.).

641

Tabela 2 – População indígena aldeada em Guarapuava (1825)

Faixa de Idade	Feminino		Masculino		Total		Razão de Sexo
	#	%	#	%	#	%	
0 a 4	18	20,0	6	18,2	24	19,5	33,3
5 a 9	16	17,8	11	33,3	27	22,0	68,8
10 a 14	7	7,8	6	18,2	13	10,6	85,7
15 a 19	10	11,1	8	24,2	18	14,6	80,0
20 a 24	18	20,0	2	6,1	20	16,3	11,1
25 a 29	8	8,9	0	0,0	8	6,5	0,0





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



30 a 34	3	3,3	0	0,0	3	2,4	0,0
35 a 39	4	4,4	0	0,0	4	3,3	0,0
40 a 44	3	3,3	0	0,0	3	2,4	0,0
45 a 49	0	0,0	0	0,0	0	0,0	-
50 +	3	3,3	0	0,0	3	2,4	0,0
Total	90	10 0	33	10 0	12 3	10 0	36,7

Fonte: Elaborada pela autora, com base na Lista Nominativa de Habitantes da Povoação de Nossa Senhora de Belém nos Campos de Guarapuava de 1825 (APESP, 1825b, s.p.).

As descrições sobre as populações indígenas da região destacam, como prática recorrente entre as aldeias independentes, o rapto de mulheres. Na Atalaia, foram registradas expedições que trouxeram mulheres e crianças de aldeias inimigas, muitas das quais eram posteriormente distribuídas ou vendidas aos colonizadores (APESP, 1819, s.p.; APESP, 1825a, s.p.; LIMA, 1943 [1821], p. 246; LIMA, 1842, p. 60-61). Esses raptos e deslocamentos faziam com que as mulheres adquirissem amplo conhecimento dos caminhos da região, o que lhes permitia desempenhar papéis estratégicos. Nesse sentido, é possível que essas mulheres passassem a alimentar, de forma ativa, os mesmos circuitos de rapto dos quais anteriormente haviam sido vítimas. Agora, porém, essas práticas também estavam voltadas à obtenção e à escravização de outras mulheres, destinadas ao serviço dos colonizadores. As funções de guia, contudo, poderiam assumir outros significados – como o de facilitar aproximações amistosas com suas comunidades de origem, atuando como mediadoras entre grupos em conflito.

Nesse sentido, diversos estudos historiográficos têm enfatizado a atuação das mulheres indígenas em contextos de conflito, evidenciando aspectos da organização social indígena centrada nos laços de parentesco, nos quais as mulheres desempenhavam funções cruciais (BARR, 2007, p. 9). Embora esse campo de pesquisa ainda esteja em fase inicial no Brasil, os estudos sobre mulheres e relações de gênero no campo da História dos Indígenas vêm produzindo análises consistentes e abrindo novas interpretações para as fontes históricas. Apesar de essas fontes terem sido elaboradas por homens imersos em visões eurocêntricas e androcêntricas, uma leitura crítica permite revelar a expressiva atuação política das mulheres indígenas – como demonstram os trabalhos de Elisa Garcia (2021; 2022) e Suelen Julio (2017). Para além do papel reprodutivo que, em muitos casos, sustentou o projeto colonial português, emergem interpretações que destacam a participação dessas mulheres em cenários de conflito. Elas desempenharam papéis decisivos, selando alianças por meio de uniões matrimoniais ou atuando como diplomatas, reconhecidas tanto por suas comunidades quanto pelos colonizadores como intermediárias capazes de promover a paz (GARCIA, 2022, p. 17-35; JULIO, 2022, p. 21-22).

No contexto das guerras que afetaram as populações indígenas de Guarapuava, a atuação das mulheres esteve diretamente associada a alianças seladas por meio do casamento entre as

642



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

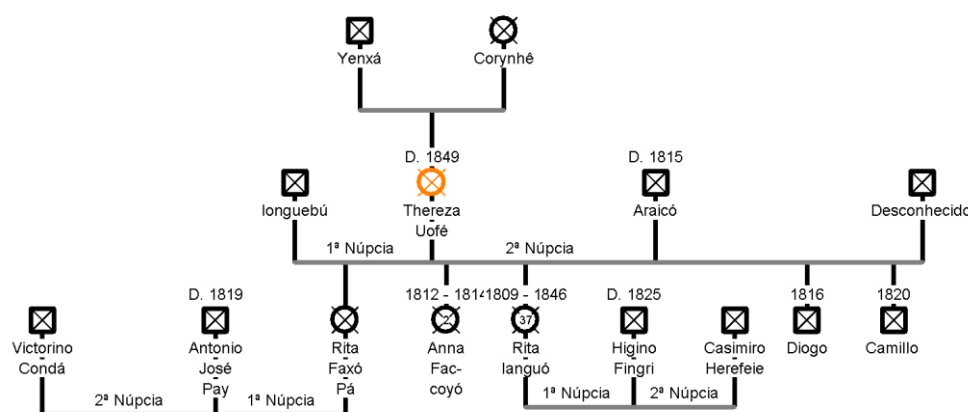
20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



comunidades nativas da região. Nesse cenário, destacam-se Uofé e suas filhas (Figura 1). Uofé era filha de Yenxá e Corynhê, indígenas já falecidos quando ela recebeu o batismo (PARÓQUIA, 1810-1867 [1818], p. 40). Antes de se unir ao líder guerreiro Araicó, ela teve uma filha, Faxó ou Pá, com Ionguebú. Batizada como Rita em 1814, a jovem casou-se no mesmo ano com a principal liderança indígena masculina da Atalaia, o viúvo Engrayê, nomeado nas fontes como Antonio José Pay (PARÓQUIA, 1810-1867 [1814], p. 25v; PARÓQUIA, 1809-1869 [1814], p. 7 e v). Com a morte de Pay em abril de 1819, a viúva contraiu segundas núpcias com Victorino Facxó em fevereiro do ano seguinte. Facxó, muitas vezes nomeado nas fontes como Condá, tornar-se-ia o principal líder guerreiro e articulador de alianças entre aldeias independentes na região (PARÓQUIA, 1809-1869 [1820], p. 12v.; MOTA, 2023, p. 50-85; SOUZA, 2015).

Figura 1 – Família de Thereza Uofé



643

Fonte: Elaborado pela autora (*GenoPro* 2020), com base nos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito. (PARÓQUIA, 1810-1867; 1809-1869; 1810-1880).

Rita Ianguó, filha de Uofé e Araicó, foi outra que estabeleceu alianças importantes, estas internas ao aldeamento por meio do casamento, fundamentais para a coesão da comunidade. Em 1824, com cerca de quinze anos, Ianguó casou-se com Higino Fangri, jovem filho de Caicrê e Netú, que provavelmente chegou ao aldeamento com os pais no mesmo ano que Araicó (PARÓQUIA, 1809-1869 [1824], p. 16v.; PARÓQUIA, 1810-1867 [1812 e 1824], p. 9 e 59). O matrimônio, contudo, teve curta duração: no ano seguinte, o padre registrava o óbito de Fangri, um dos 28 mortos no ataque de 1825 (PARÓQUIA, 1810-1880 [1825], p. 21). A viuvez de Ianguó também foi breve. Em agosto do mesmo ano, ela se casou com o aldeado Casimiro Herefeyê, outro sobrevivente que perdera a esposa no fatídico ataque (PARÓQUIA, 1809-1869 [1824], p. 21).

Esses casamentos visavam estabelecer alianças estratégicas com lideranças guerreiras – como ocorreu na união de Uofé com Araicó e da filha Rita Faxó. Além disso, por meio de seus



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



casamentos com homens da aldeia, Rita Ianguó reforçava os vínculos internos da comunidade e, possivelmente, contribuía para inserir esses homens em redes de alianças com outras comunidades, algo particularmente vantajoso naquele contexto de intensas transformações. Dessa forma, mães e filhas articulavam, por meio de estratégias matrimoniais, acordos que lhes conferiam influência junto aos aldeados e comunidades independentes, constituindo ativos essenciais para a manutenção dos laços comunitários e garantindo a elas, a seus filhos e parentes, uma autonomia raramente alcançada pelos indígenas da região.

Conclusão

No dia 8 de novembro de 1849, faleceu Thereza Uofé (PARÓQUIA, 1810–1880 [1849], p. 39v). Após trinta e sete anos vividos no aldeamento, ela testemunhou – e protagonizou – profundas transformações nas dinâmicas das populações indígenas da região. Uofé não foi mera espectadora do avanço colonizador: ao lado de outras mulheres indígenas, assumiu papel central como articuladora de alianças e como agente de reprodução física, social e política de sua comunidade.

Sua trajetória evidencia a importância das mulheres nas estratégias de sobrevivência, resistência e negociação em contextos de guerra, deslocamentos forçados e escravização. Por meio das redes de parentesco, da maternidade e dos casamentos, mulheres como Uofé e suas filhas teceram alianças que não apenas garantiram certa autonomia diante da dominação colonial, mas também preservaram vínculos entre aldeias e comunidades independentes. Elas exerceram, portanto, um protagonismo silenciado, mas decisivo, nas lutas por território, por continuidade cultural e por reconhecimento social.

Ao lançar luz sobre essas trajetórias, este artigo contribui para a ampliação das interpretações sobre o papel das mulheres indígenas na história, questionando leituras que as reduzem à passividade ou à função meramente reprodutiva. A partir da análise de fontes paroquiais e administrativas, foi possível revelar a densidade histórica da atuação feminina na fronteira colonial dos Campos de Guarapuava, onde o entrelaçamento entre resistência, alianças e maternidade se tornou ferramenta de agência e sobrevivência indígena.

Referências

APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Carta de Francisco Antonio de Oliveira ao Presidente da Província de São Paulo. *Ofícios Diversos do município de Guarapuava*. n. CO1025. Quartel da Vila Nova do Príncipe, 10 de março de 1832.

APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Carta de Francisco das Chagas Lima ao governo da Província de São Paulo. *Ofícios das Ordenanças de Castro*. n. 1.1.401. Linhares, 16 de janeiro de 1819.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Relato do Padre Chagas Lima sobre a Aldeia de Atalaia ao Presidente da Província de São Paulo. *Ofícios das Ordenanças de Curitiba e Castro*. n. C0987. Freguesia de Nossa Senhora de Belém (Guarapuava), 20 de maio de 1825.

APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). *Lista Nominativa de Habitantes de Castro*. 1825b.

BARR, Juliana. *Peace came in the form of a woman: Indians and Spaniards in the Texas borderlands*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891a[1808].

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891b[1809].

FERNANDES, João Azevedo. *De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil*. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

GARCIA, Elisa (org.). *Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

GARCIA, Elisa Frühauf. As mulheres Indígenas na Formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. In: BITTENCOURT, Vanessa [et al.]. SANTOS, Georgina; GARCIA, Elisa (orgs.). *Mulheres do mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

_____. Bartira: história e usos do passado dos anos formativos da sociedade colonial no Brasil. *Memórias Insurgentes*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 14-41. 2022.

_____. Conquista, sexo y esclavitud em la cuenca del Río de la Plata: Asunción y São Vicente a mediados del siglo XVI. *Americania. Revista de Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época. Sevilla, n. 2, p. 39-73, jul.-dez. 2015.

_____. Las categorías de la conquista: las mujeres nativas em el vocabulário del siglo XVI (São Vicente, Brasil). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, v. 1. 2019. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.75613>



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



_____. “Mulheres Brasilis”: as índias e a conquista do Brasil (século XVI). In: REGO, André de Almeida; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte (orgs.). *Novas Histórias dos Povos Indígenas no Brasil: territorialidades da escrita interdisciplinar indígena e não-indígena*. Salvador: SAGGA, 2018.

GARCIA, Elisa Frühauf; JULIO, Suelen Siqueira. Trajetórias indígenas. In: ARAÚJO, André de Melo. [et al.]. *A Época Moderna*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2024.

JULIO, Suelen Siqueira. Damiana da Cunha: uma índia entre a ‘sombra da cruz’ e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831). Niterói-RJ: Eduff, 2017.

_____. Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2022.

LIMA, Francisco das Chagas. Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do ano de 1821. In: FRANCO, A. M. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1943[1821].

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Revista Trimestral de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 13, t. 4, 1842, p. 43-64.

MOTA, Lúcio Tadeu. Fuoc-xó – Victorino Condá: da infância a liderança dos Kaingang – 1805-1830. *Memórias Insurgentes*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 50-85. 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco. Catarina Paraguaçu, senhora do Brasil: três alegorias para uma nação. *Memórias Insurgentes*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 22-59. 2022.

PARÓQUIA Nossa Senhora de Belém. *Livro de assentos de batismos de pessoas livres de nascimento*. v. 1. Guarapuava-PR. 1810-1867.

PARÓQUIA Nossa Senhora de Belém. *Livro de assentos de casamento*. v. 1. Guarapuava. 1809-1869.

PARÓQUIA Nossa Senhora de Belém. *Livro de assentos de óbitos de pessoas livres de nascimento*. v. 1. Guarapuava-PR. 1810-1880.

SOUZA, Almir Antonio de. *Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os índios do planalto meridional*. Guarapuava: Editora UFPR: UNICENTRO, 2015.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

WIESEMANN, Ursula. *Dicionário Kaingáng-Português Português-Kaingáng*. 2. ed. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1981.

647



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade
Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)
Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TEMPO, MEMÓRIA E GERAÇÃO NO COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE A REPRESSÃO DITATORIAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM REDES SOCIAIS A PARTIR DO FILME “AINDA ESTOU AQUI”¹

Alina dos Santos Nunes²

Lara Lucena Zacchi³

Introdução

No dia 13 de novembro de 2024, seis dias após o lançamento do filme “Ainda Estou Aqui” nos cinemas brasileiros, a jovem Maria Petrucci postou um vídeo de dez segundos em sua conta na rede social TikTok. No vídeo, ela mostrava para câmera uma foto 3x4 em preto e branco na qual podemos ver um homem jovem. Em determinado momento, Maria solta a foto, se afasta da câmera e cruza os braços. Por cima das imagens do vídeo, ela escreveu: “O impacto de ver esse filme sendo filha de um preso político da ditadura que hoje tem Alzheimer em estado avançado”. Na descrição do vídeo, Maria relatou: “Como explicar isso pra pessoa do meu lado que me viu chorar desconsoladamente”, junto à hashtag #aindaestouaqui. O áudio do vídeo é a música “É preciso dar um jeito, meu amigo” (1971), de Erasmo Carlos, que toca nos créditos finais do filme “Ainda Estou Aqui”. A postagem de Maria viralizou: em 11 de abril de 2025, o vídeo contava com 6,4 milhões de visualizações, 848,3 mil likes, 45,2 mil salvamentos, 2536 comentários e 8276 compartilhamentos. Entre os dias 15 e 17 de novembro, Maria Petrucci publicou outros quatro vídeos contando a história do seu pai, Sérgio de Azevedo, preso político pela ditadura militar.

Na mesma rede social onde Maria Petrucci compartilhou a história de seu pai, foram publicados diversos outros relatos de filhas e netas rememorando relatos de familiares vitimados pela ditadura. O vídeo de Maria iniciou uma “*trend*” (uma tendência, ou seja, um

648

¹ Este estudo faz parte do Projeto “Internet segura com perspectiva crítica de gênero”, processo nº 2023TR285 e “Misoginia: gênero, emoções e política nas redes de mídias sociais no Brasil contemporâneo”, processo nº 2024TR002221, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc).

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF), bolsista CAPES. Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela mesma instituição (2019). Integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e o Laboratório de História Política e Social (LAHPS/UFJF). Contato: alinanunes2@gmail.com.

³ Doutoranda em História (UDESC/Paris 8), bolsista Fapesc. Mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela UFSC. Integra o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), o Laboratório de Estudos da Contemporaneidade (LEC/UDESC) e o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP/Paris 8). Contato: larialucenaz1@gmail.com.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



formato de vídeo que passou a ser reproduzido por outros usuários), que teve seu auge no mês de novembro de 2024. Os vídeos são bastante similares: com a duração de dez a vinte segundos, uma jovem mulher de semblante sério aparece olhando fixamente para a câmera, e, em um pequeno texto escrito por cima do vídeo, rememora os acontecimentos vividos por algum familiar durante a ditadura. Ao fundo, a trilha sonora é sempre a mesma – o trecho da música de Erasmo Carlos.

A mobilização do filme “Ainda Estou Aqui” em redes sociais, ao impulsionar o compartilhamento de memórias de familiares vitimados pelos militares, coloca em voga o debate em torno da história e da memória da ditadura militar no Brasil. Nos comentários dos vídeos que viralizaram, com foco especial na rede social do TikTok, muitos usuários das redes sociais compartilharam a experiência de seus familiares com a ditadura militar. Em contrapartida, outros usuários redigiram comentários revisionistas, distorcionistas, elogiosos e negacionistas a respeito da ditadura.

Levando em consideração tais embates e as particularidades implícitas às sociabilidades em redes sociais, de que forma a divulgação do testemunho de familiares de perseguidos políticos da ditadura, especialmente a partir de vídeos no TikTok, se situa no campo de disputa sobre a memória da ditadura? Como esses relatos, mediados por plataformas digitais, podem ser tensionadores de silenciamentos históricos, além de serem formas de transmissão de memória intergeracionais? Ainda, quais os limites, mas também as possibilidades, intrínsecas a esse movimento?

A partir de vídeos encontrados no TikTok, então, buscamos problematizar como os testemunhos compartilhados por filhas e netas de perseguidos políticos, em sua maioria mulheres jovens, colocam em voga as tensões pela memória da ditadura, inserindo o debate nas redes sociais. A análise recai sobre quatro vídeos específicos, bem como suas características (número de visualizações, comentários, curtidas, etc.). Distintos comentários são analisados, uma vez que intencionamos compreender quais as principais temáticas e argumentos abordados por usuários que interagiram com os vídeos.

Para a realização da análise, aportes teórico-metodológicos do trabalho historiográfico com redes sociais e do campo da história digital são levados em conta, tendo como base os aspectos abordados em Lucchesi, (2013), Silveira (2018), Wolff; Schmitt (2024), Costa Silva (2022) e Prado (2021). Voltamos o olhar, ainda, para particularidades próprias do TikTok enquanto rede social, com base em Silva (2024b). Dessa forma, nosso trabalho objetiva compreender de forma crítica o alcance, os efeitos e os limites dessas práticas de memória no tempo presente, considerando a necessidade de refletir criticamente sobre as as redes sociais no campo da história e da disputa pela memória da ditadura militar.

649



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Uma análise de disputas em redes sociais: entre memórias familiares, traumas intergeracionais e negacionismos

Desde o período da redemocratização até a atualidade, distintos setores sociais – militares, políticos e civis – propagam discursos com tons elogiosos, revisionistas, negacionistas e/ou de negação ao passado da ditadura (JOFFILY; DE FARIA; FRANCO, 2023). Paralelamente, memórias que denunciam e reivindicam as múltiplas facetas da repressão militar, assim como as variadas formas de resistência de grupos sociais e setores específicos, evidenciam os conflitos e as lacunas ainda presentes nas narrativas sobre esse período histórico. Buscamos, a partir da análise de postagens em redes sociais, situar parte da recepção do filme “Ainda Estou Aqui” neste cenário de disputas e tensões.

Nos marcos dos aniversários do golpe civil-militar, emergem uma série de iniciativas com o intuito de realocar a história da ditadura no debate público, abarcando desde eventos políticos, discussões e balanços historiográficos, produções culturais, publicações, eventos, entre outros (JOFFILY, 2018). Em 2024, ano que marcou os sessenta anos do golpe, essas iniciativas foram ampliadas com o fenômeno da emergência de diversas publicações informativas realizadas em redes sociais, tais como o Instagram⁴, diante de uma sociedade cada vez mais conectada e cronicamente *online*. É no contexto dos 60 anos do golpe que o filme “Ainda Estou Aqui” é lançado, compondo inclusive um lugar significativo nos debates travados nas redes sociais.

Inserido nesse cenário, o filme “Ainda Estou Aqui” contribui para o debate público sobre o passado e as continuidades da ditadura ao abordar temas como o trauma, o luto, a memória e o esquecimento. Tais temas se relacionam com os debates públicos em torno do desaparecimento forçado, prática realizada durante a ditadura, mas não restrita apenas ao período (PERILLO; ARAÚJO, 2025; LETTE, 2014). Ao abordar essas questões, o filme reforça a urgência de políticas de memória voltadas à responsabilização por crimes cometidos pela ditadura e à reparação das violações de direitos humanos, que possuem profundas continuidades no tempo presente.

As discussões travadas pelo filme podem suscitar debates que se entrelaçam com a dimensão testemunhal sobre a ditadura, visto que sua narrativa se baseia no relato testemunhal/autobiográfico de Marcelo Rubens Paiva, filho de Rubens Paiva, desaparecido

⁴ Uma série de publicações de perfis pessoais, institucionais, de movimentos sociais e da imprensa alternativa tensionaram lacunas sobre o passado ditatorial, inserindo a agência de distintos atores sociais e ampliando o debate da ditadura no sentido de demonstrar como o período afetou profundamente as populações indígenas, rurais, das favelas e a classe trabalhadora, por exemplo. Refletindo as demandas de movimentos sociais, mas também da produção historiográfica recente, essas publicações colocaram em voga que a ditadura produziu desigualdades socioeconômicas profundas que também se basearam nos marcadores de raça, etnia, gênero e sexualidade. Diante dos limites deste trabalho, não cabe a presente pesquisa analisar e debater tais aspectos, ainda que consideramos sua relevância. As análises e discussões sobre esses aspectos são ainda incipientes e serão aprofundadas em trabalhos futuros.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



e morto pela ditadura militar. Na obra, o autor descreve e relata as marcas que ele e sua família, sobretudo suas irmãs e sua mãe, Eunice Paiva, vivenciaram durante suas infâncias, juventudes e vidas adultas, causadas pelo desaparecimento do pai. O trauma intergeracional aparece, então, como um dos aspectos fortemente presentes na narrativa de ambas as obras, ligadas com a dimensão testemunhal de denúncia a essas experiências individuais e coletivas que possuem até hoje suas continuidades (TELES, 2005; SILVA, 2024a). Articulando-se com as próprias temáticas tratadas pelo filme, situamos a emergência de testemunhos mobilizados por jovens filhas, netas e bisnetas de ex-perseguidos políticos da ditadura em redes sociais, as quais se deslocaram a estes espaços após assistirem ao filme. Tais testemunhos, atravessados pela dimensão das redes sociais, encontram-se enquanto fontes que suscitam os aspectos e os debates analisados por este trabalho.

Foi a partir de uma reportagem na BBC News Brasil⁵ do dia 02 de dezembro de 2024, republicada em diversos outros portais como G1 e Folha de São Paulo, que tomamos conhecimento da existência desses vídeos testemunhais no TikTok. A reportagem apresentou entrevistas com Maria Petrucci, Luana Lungaretti e Elisa Nunes, jovens que “viralizaram” a partir da publicação de seus vídeos no TikTok. Para nossa análise selecionamos, ao todo, quatro vídeos: dois vídeos de duas dessas jovens entrevistadas pela reportagem da BBC⁶, e outros dois encontrados a partir da *hashtag* #aindaestouaqui, presente nos dois primeiros vídeos. Os quatro vídeos seguem formatos similares e tiveram um número considerável de visualizações. As informações dos vídeos analisados estão descritas na **Tabela 1**, a qual apresenta não apenas a data de postagem do vídeo, mas também a descrição, as legendas e hashtags utilizadas, o número de comentários e outras categorias. Os vídeos organizados na tabela foram publicados pelas usuárias identificadas como @mariapetrucci (Vídeo 1), @lilapazoli (Vídeo 2), @luaslungaretti (Vídeo 3) e @niakaui (Vídeo 4).

651

⁵ A reportagem “Como 'Ainda Estou Aqui' inspira jovens a compartilhar no TikTok histórias de pais e avós torturados na ditadura”, de Priscila Carvalho, pode ser lida na íntegra no seguinte link: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crk0mp5l26go>. Acesso em 10 abr. 2025.

⁶ Não conseguimos encontrar o vídeo publicado por Elisa Nunes, no qual narra a história da avó, Vera Tude de Souza, durante a ditadura militar, o que está diretamente relacionado com o caráter efêmero da internet, característica primordial do trabalho do historiador e da historiadora com as fontes digitais. Sobre essa característica das fontes digitais, ver mais em Prado, 2021.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Tabela 1 : Informações a respeito dos vídeos selecionados no *TikTok*, que abordam relatos de familiares de presos, torturados e perseguidos da ditadura militar. Produzida em abril de 2025⁷.

Vídeo	Data	Conteúdo escrito	Descrição/ Hashtag					
1	13/11/24	“O impacto de ver esse filme sendo filha de um preso político da ditadura que hoje tem Alzheimer em estado avançado”	“Como explicar isso pra pessoa do meu lado que me viu chorar desconsoladamente” #fpy #aindaestouaqui	6,4 milhões	848,3 mil	2.533	45,2 mil	8.272
2	14/11/24	“Ainda estou aqui soa diferente quando seu avô foi um militar contra a ditadura e tinha tanto medo de falar sobre que desde aquela época o assunto nunca foi pra mesa de jantar, enquanto seu pai foi preso duas vezes pelo regime e não consegue assistir o filme”	“Ainda estou aqui é SIM o filme do ano e nada me faria discordar”	269,6 mil	48,3 mil	175	1.551	279
3	17/11/24	“Ver esse filme sendo filha de um sobrevivente da ditadura, que lutou na guerrilha, foi torturado e preso por um ano e marcou sua dor em um livro. É reviver a resistência e a busca por justiça.”	“meu pai teve seu tímpano estourado durante a tortura [...]” #foryou #explore #ditadura #aindaestouaqui #cinema	659,9 mil	117,7 mil	442	6.816	958
4	19/11/24	“e pensar que meu bisavô apoiava o partido comunista durante a	“sobreviveu não sei como mas máximo respeito	332,3 mil	67,1 mil	659	2.890	266

⁷ Importa ressaltarmos que todas as informações da tabela foram levantadas até a data do dia 11/04/2025. Isto porque consideramos a efemeridade do conteúdo presente nas fontes digitais, bem como a volatilidade e efemeridade de sua própria existência. Nesse sentido, ressaltamos a importância da captura e salvamento dessas fontes em arquivos e bancos de dados, bem como a relevância em demarcar a data da coleta, pois o conteúdo que está presente em um determinado dia pode vir a mudar, diminuir ou se expandir com o passar do tempo. Vem daí uma das particularidades metodológicas do trabalho historiográfico com fontes digitais.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



		ditadura, foi torturado [...] e perdeu todos os seus direitos como cidadão brasileiro”	a ele sempre!” #fyp #ditadura					

Legenda: Número de visualizações; Número de curtidas; Número de comentários; Número de salvamentos; Número de compartilhamentos.

Fonte: As autoras, 2025.

Como observado na tabela, os quatro vídeos foram publicados entre os dias 13 e 19 de novembro de 2024, possuindo um curto intervalo de tempo. A partir da sistematização apresentada, destacamos que os vídeos possuem alto engajamento, com relevantes números de curtidas, compartilhamentos, comentários e salvamentos. Esse fenômeno suscita a reflexão sobre a inserção desses vídeos em uma lógica de viralização e alcance específica das redes sociais. Os limites presentes nessa lógica incidem sobre o risco de tais vídeos permanecerem temporalmente localizados em um momento específico, tendo seus significados restritos a “assuntos do momento” (SILVA, 2024b). Nesse sentido, podem tornar-se iniciativas consumidas de forma efêmera e sem o devido aprofundamento de seus processos históricos. Em concomitante, na medida em que refletimos sobre os números que demonstram o alcance dos vídeos, é cabível destacar que eles foram capazes de ampliar, em alguma medida, a circulação de memórias e testemunhos históricos sobre a ditadura, ainda que voltados a um grupo específico.

Para compreender o fenômeno de alcance desses vídeos, importa ressaltar o particular funcionamento das chamadas *hashtags* articuladas por eles. Isto porque a utilização de *hashtags* demonstra o interesse das usuárias em ampliarem o alcance dos seus vídeos – ainda que esse alcance possa trazer comentários com opiniões destoantes daquelas expressas nos vídeos. Considerando tais argumentos, as hashtags utilizadas pelas usuárias foram: #aindaestouaqui, #ditadura, #ditaduramilitar e #cinema, além de utilizarem as hashtags #fyp e suas variações (#fy, #foryou e #explore). Essas últimas são utilizadas pelos usuários do TikTok para aumentar a probabilidade de difusão dos vídeos, que, através dessas *hashtags*, podem ser recomendados na aba “Para Você” de outros usuários.

Cabe mencionar, ainda, que o vídeo 2 é o único que não utiliza nenhuma hashtag. Ele foi encontrado na ferramenta de busca do TikTok por utilizar na descrição o nome do filme, “Ainda Estou Aqui”. Dos quatro vídeos analisados, o vídeo 2 é o que tem menores métricas de engajamento, muito provavelmente por conta da falta de *hashtags*, o que diminui a probabilidade de alcance do vídeo. Por outro lado, neste vídeo encontramos um número proporcionalmente menor de comentários de discursos de ódio alinhados a discursos negacionistas, revisionistas, elogiosos e distorcionistas sobre a ditadura militar.

Ao observarmos os comentários deixados nos vídeos, foi possível agrupá-los em pelo menos três categorias e temáticas principais de análise: **I)** relatos de memória familiar; **II)**

653





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



manifestações de trauma geracional; **III**) negacionismo, relativismo, distorcionismo, etc. Embora também apareçam comentários contendo outras temáticas menos recorrentes, bem como comentários de apoio, com elogios à resistência dos familiares e à coragem das usuárias em compartilhar essas histórias, a análise a seguir se limita às três categorias mencionadas, por concentrarem os principais tensionamentos em torno da memória da ditadura analisados. Nos comentários enquadrados no grupo **I**, encontramos o compartilhamento de experiências pessoais ou histórias de familiares direta ou indiretamente afetados pela ditadura militar⁸. Diversos usuários utilizaram o espaço dos comentários para narrar vivências de seus avós, pais, tios ou bisavós, destacando não só situações de perseguição política, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimentos e outras formas de violência de Estado, mas também experiências com a militância e a resistência à ditadura. Considerando que grande parte do público do TikTok é jovem, é comum que os relatos se refiram, na maior parte das vezes, à história de seus pais, e avós e bisavós como os familiares mais próximos a terem vivido os anos de repressão.

Ainda assim, há também testemunhos de pessoas que afirmam ter vivenciado diretamente os anos da ditadura. No vídeo 3, por exemplo, um usuário comentou: “Também lutei contra a ditadura. Fui torturado e exilado no Chile. E não consigo compreender porque pessoas ainda defendem esse período bárbaro da história brasileira!!!”. Nesse sentido, é possível perceber que no TikTok o contato com outras gerações pode se fazer presente, possibilitando a criação de um espaço intergeracional de diálogo – nem sempre harmônico – onde são narradas diferentes memórias sobre a ditadura militar brasileira.

Em alguns casos, os comentários deixados nos vídeos não se limitaram à seção de respostas: eles motivaram os próprios usuários a produzirem outras postagens em suas contas pessoais, aprofundando os relatos sobre os familiares perseguidos pela ditadura. Essa movimentação aponta para um potencial das redes sociais como espaço de produção e circulação de memórias familiares, que, a partir do contato com outras narrativas, são impulsionadas para serem contadas publicamente. Este foi o caso de um usuário que comentou no vídeo de @mariapetruccii. Como podemos ver na **Imagem 1**, o usuário narrou a prisão e tortura do avô, que, durante o período do cárcere, escreveu poemas para sua avó.

654

⁸ É importante destacar que não temos como verificar a veracidade dos relatos publicados, mas partimos da compreensão que a “trend” impulsionada pelo filme “Ainda Estou Aqui” possibilitou um cenário digital favorável para o compartilhamento de memórias sobre a ditadura militar. Assim, ao invés de conferirmos veracidade ou não para os relatos, o que se observa é de que forma a postagem dos vídeos incentivou outras pessoas a narrarem suas próprias histórias familiares, sublinhando o papel das redes sociais nesse sentido.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

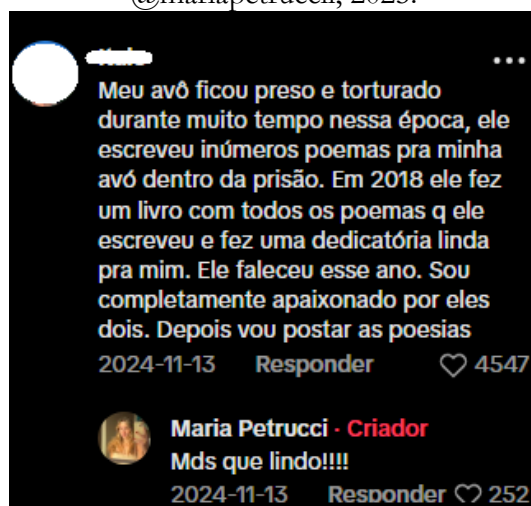
HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Imagem 1: Captura de tela de comentários em postagem do TikTok da usuária @mariapetrucii, 2025.



Fonte: As autoras, reprodução do TikTok @mariapetrucii, 2025.

655

Esse tipo de comentário evidencia que as redes sociais, neste caso o TikTok, podem operar como plataformas públicas de transmissão de memórias intergeracionais. Os relatos postados revelam uma forma das novas gerações abordarem a memória da ditadura militar no espaço público digital. Nesse sentido, Gabriel Butzen e Tereza Dulci (2024), ao analisarem vídeos em formato de relatos pessoais ou coletivos sobre a ditadura, percebem que o compartilhamento de testemunhos pessoais sobre a ditadura militar no TikTok pode contribuir para a “construção de memórias ao tentar afirmar a autenticidade dos eventos vividos pelas vítimas e dar visibilidade a vozes marginalizadas nas versões oficiais da história. [...] os testemunhos preservam a memória das injustiças cometidas e reafirmam a importância de manter viva a história da resistência” (BUTZEN; DULCI, 2024, p. 519).

Esses testemunhos mobilizam e registram uma segunda temática que cabe ser destacada: **II)** a memória intergeracional. Esta, encontra-se fortemente marcada por traumas que não se restringem às gerações diretamente afetadas pela repressão ditatorial, mas perpassam a vida, o cotidiano e a memória de seus filhos, filhas, netos, netas, etc. O próprio conteúdo no vídeo de Maria Petrucci demonstra tais aspectos, uma vez que a jovem destaca sua dificuldade pessoal em assistir ao filme, considerando que seu pai, Sérgio de Azevedo, encontra-se hoje com doença de *Alzheimer*, o que destaca ser, inclusive, reflexo das violências políticas vividas na ditadura. Em entrevista para a BBC News Brasil (CARVALHO, 2025), a jovem descreve alguns impactos vivenciados por seu pai, relatando:

Ele não tinha mais a experiência de sonhar como as pessoas normais. Quando ele saiu da prisão, ele sonhava muito com tortura, tirando a camisa, a calça, para se



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

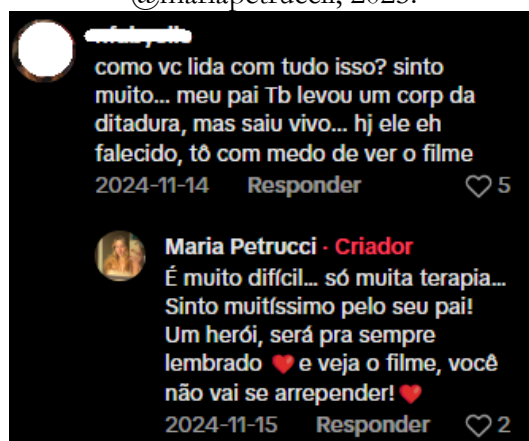
Porto | Portugal



'desidentificar [...]. Como fazia abuso de ansiolíticos, teve um comprometimento psíquico e neural. Então, ele realmente não sonhava com nada ou não se lembrava. E também não tinha mais esperança com a vida. Tornou-se uma pessoa muito pessimista.

Este relato de Maria Petrucci, somado ao conteúdo de seu vídeo, evidencia a sua percepção de que a repressão vivenciada na ditadura deixou marcas psicológicas individuais em seu pai, mas que foram também compartilhadas pelas gerações futuras. Todo este cenário trouxe dificuldades para Maria Petrucci, que relata em comentário ser “muito difícil” lidar com “tudo isso” (**Imagem 2**). Em conversa com outro usuário que também relata um testemunho de um familiar, a jovem complementa, ainda, que “só muita terapia” para que ela seja capaz de trabalhar com os traumas intergeracionais deste passado presente.

Imagem 2: Captura de tela de comentários em postagem do TikTok da usuária @mariapetrucii, 2025.



Fonte: As autoras, reprodução do TikTok @mariapetrucii, 2025.

Somados a esses argumentos, a dificuldade narrada pela jovem em assistir ao filme reforça como essas memórias e consequências atravessam gerações, representando histórias ainda latentes e de difícil assimilação. Tais aspectos são recorrentes em distintos outros testemunhos retomados por familiares, sobreviventes e ex-perseguidos políticos da ditadura (TELES, 2005; FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997), como por exemplo alguns dos relatos abordados pelo Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014). Tais testemunhos podem evidenciar reverberações da violência ditatorial a partir de seus impactos contínuos nos indivíduos e em suas relações sociais, também desenhadas por traumas que perpassam gerações. As histórias familiares, tornam-se, nestes casos, testemunhos e memórias que buscam denunciar a continuidade acarretada pela violência estatal, especificamente atrelada à perseguição política da ditadura militar brasileira.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



No **grupo III**, há comentários que negam, elogiam, relativizam e/ou distorcem a violência e os crimes cometidos pela ditadura militar. Esses comentários estão também associados a discursos de ódio e falas relacionadas à política atual, defendendo ações da extrema-direita no Brasil. Dentro dessa classificação, encontramos comentários negacionistas, que afirmam que a ditadura não existiu ou que justificam as ações violentas do período, além de comparações entre a ditadura militar e a “ditadura” que o Brasil supostamente estaria vivendo hoje. Essas falas apoiam, direta ou indiretamente, a anistia dos crimes cometidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, hoje réu no Supremo Tribunal Federal por tentativa de golpe de Estado.

Dentre os vídeos analisados, o de maior incidência de comentários agressivos, marcados por discursos defensores da violência da ditadura militar, é o vídeo 4, no qual @niakauí afirma que o bisavô apoiava o Partido Comunista durante a ditadura. A associação explícita de seu bisavô com o comunismo trouxe à tona uma posição específica nos comentários, nos quais emergiram discursos anticomunistas que relativizam ou mesmo apoiam práticas de violência estatal. Encontramos afirmações como “todo sofrimento para comunista é pouco”, “optou pelo lado errado” ou “mereceu”, além de comentários que reforçam a ideia de que a ditadura só foi violenta com quem “desafiava a ordem”, como podemos ver na **Imagem 3**.

657

Imagem 3: Captura de tela de comentários em postagem do TikTok da usuária @niakauí, 2025.



Fonte: As autoras, reprodução do TikTok @niakauí, 2025.

A diferença em relação aos outros vídeos indica que a simples menção ao comunismo é capaz de fazer emergir reações mais violentas, evidenciando a força que o anticomunismo é, ainda hoje, mobilizado nas disputas de memória da ditadura. Caroline Bauer (2018) aponta que, após o contexto das manifestações de 2013 e também como reação ao trabalho das comissões da verdade, emergiram uma maior recorrência de discursos que relativizam a ditadura militar na dimensão pública. Alinhados a este cenário, os comentários, ao



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



mobilizarem o passado justificando o terrorismo de Estado, o anticomunismo e defendendo a volta dos militares ao poder, buscam atuar sobre as agendas políticas do presente. Cabe mencionar, por fim, que muitos dos comentários enquadrados no grupo **III** receberam respostas de outros usuários, geralmente com o intuito de confrontar os argumentos elogiosos, negacionistas ou relativistas. Isso aponta, mais uma vez, para a existência de disputas em torno da memória da ditadura nas seções de comentários dos vídeos.

Considerações finais

Em 2024, o marco dos 60 anos do golpe militar ocorreu em um Brasil extremamente polarizado, marcado pela difusão de violentos discursos elogiosos e distorcionistas a respeito da ditadura militar, reproduzidos sobretudo nas redes sociais, sublinhando a permanência das disputas de memória em relação a este período da história recente do país. Por outro lado, este ano do sexagésimo aniversário do golpe foi igualmente marcado pelo sucesso nacional e internacional do filme “Ainda Estou Aqui”, vencedor de grandes prêmios nunca antes recebidos por uma produção audiovisual brasileira.

Nesse contexto, a análise dos comentários nos vídeos do TikTok impulsionados pelo filme “Ainda Estou Aqui” revela como as plataformas digitais, especialmente as redes sociais majoritariamente ocupadas por jovens, se tornam um espaço para produção, circulação e disputa de memórias sobre a ditadura militar brasileira. O compartilhamento de relatos familiares e as experiências de traumas geracionais evidenciam que as marcas deixadas pela ditadura militar não se encerraram com a redemocratização, mas continuam reverberando na vida de filhas e filhos, netas e netos, bisnetos e bisnetas dos perseguidos políticos – ainda mais quando levamos em conta o complexo processo de transição democrática que o Brasil atravessou.

A análise da recepção do filme possibilitou compreender que as redes sociais podem operar como espaços onde diferentes memórias emergem e podem potencializar o compartilhamento de outras experiências. Ao mesmo tempo, os discursos negacionistas, relativistas e distorcionistas que são difundidos nas redes sociais reforçam que a memória da ditadura segue sendo objeto de disputas no tempo presente. Argumentos que justificam a violência estatal, marcadas pelo anticomunismo e associados à defesa das ações da extrema-direita, apontam para a permanência de narrativas que buscam legitimar práticas de repressão no passado, ou então banalizá-las no presente, comparando a ditadura militar a uma suposta “ditadura” que estaria governando o Brasil atualmente.

Nesse sentido, o TikTok se mostra notadamente como um campo disputa de memórias, onde o passado do Brasil é constantemente ressignificado a partir do tempo presente. Como destacam Butzen e Dulci (2024), plataformas como esta representam desafios significativos no tempo presente, pois ao ampliarem o alcance de discursos antidemocráticos e negacionistas, comprometem o reconhecimento das violações cometidas pela ditadura militar e enfraquecem as políticas públicas de memória.

658



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Ainda que seja inegável destacar que a circulação e difusão da memória da ditadura possuiu uma dimensão efetiva no período que marcou a divulgação e recepção do filme, sabemos que alguns limites se apresentam nas análises. Nesse sentido, longe de almejar esgotar as reflexões sobre tais aspectos, o presente trabalho traçou argumentos e problematizações iniciais e demonstrou propostas metodológicas de trabalho com fontes digitais para a pesquisa historiográfica.

Por fim, algumas lacunas ficam em aberto, considerando os seguintes limites implícitos às potencialidades das análises das redes sociais para o entendimento de processos sociais e históricos. São eles: a efemeridade dos debates nas redes sem o devido aprofundamento dos processos históricos; o alcance das postagens, em suas dimensões algorítmicas, questionando se elas não acabam se concentrando em públicos específicos; desigualdade social do próprio acesso às redes; impulsão de discursos negacionistas, elogiosos, etc. frente a uma criação de redes de direita e extrema direita no mundo digital, inseridos em países, como o Brasil, onde não há uma efetiva regulamentação sobre a utilização das redes sociais.

Referências

BAUER, Caroline Silveira. Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 195-203.

BUTZEN, Gabriel Antonio. DULCI, Tereza Maria Spyer. 60 anos do golpe militar: memórias e controvérsias no TikTok. **Sillogés**, v.7. n.2. jul./dez. 2024, p. 507-534. Disponível em: <https://historiasocialcomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/156>. Acesso em 13 abr. 2025.

CARVALHO, Priscila. **Como 'Ainda Estou Aqui' inspira jovens a compartilhar no TikTok histórias de pais e avós torturados na ditadura.** BBC News Brasil, 02 dez. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crk0mp5l26go>. Acesso em 11 abr. 2025.

CNV: Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**, Comissão Nacional da Verdade. Recurso Eletrônico, p. 976 Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relatório%20cnv%20volume_1_digital.pdf Acesso em 01 fev 2025.

COSTA SILVA, Letícia. **Bolsowave: o gênero discursivo meme e a estética Vaporwave cooptados pelo bolsonarismo.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997.

LEITE, Thiago Medeiros. **Crime de desaparecimento forçado de pessoas: análise à luz da Justiça de Transição no Brasil**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018204>. Acesso em 11 abr. 2025.

JOFFILY, Mariana; FARIA, Daniel; FRANCO, Paula. A tortura reivindicada: reencenando o passado em chave atualista. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2031>. Acesso em 11 abr. 2025.

JOFFILY, Mariana.; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. **Tempo**, v. 30, n. 1, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/drqN6hrmpt4PP3nckRCwwFg/>. Acesso em 13 abr. 2025.

LUCCHESI, Anita. **Historiografia em rede: história, internet e novas mídias – preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI**. 2013. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Luxemburgo, Luxemburgo, 2013.

PEREIRA, Mateus; NICODEMO, Thiago Lima; ARAÚJO, Valdei Lopes de. A indústria das fake News como um problema historiográfico: atualismo e política em um presente agitado. In.: MULLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. **História do Tempo Presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022, p. 169-186.

PERILLO, Augusto Torres; ARAÚJO, Amanda Gabrielle Covelo de. **“Ainda estou aqui”**: desaparecimento forçado e sua atualidade. *Fonte Segura*, São Paulo, ed. 269, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/ainda-estou-aqui-desaparecimento-forcado-e-sua-atualidade/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0201, set./dez. 2021. Disponível em:



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>.
Acesso em 11 abr. 2025.

SILVA, Maria Guilhermina Camilo e. Memória e trauma: relatos dos “filhos da ditadura”. In: Anais do **XXI Encontro Estadual de História América Latina e Brasil: Entre Ondas Progressistas e Reações Conservadoras**. Anais...Campina Grande (PB) UEPB, 2024.

SILVA, João Pedro Ferreira. Os limites entre a História Pública e a História Digital: O Tik Tok e os Horizontes Possíveis. **Espacialidades**, v. 20, p. 86-110, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/36395>. Acesso em 11 abr. 2025.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **História, técnica e novas mídias**: crítica da razão histórica digital. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória**: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. 2005. 283 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001469076>. Acesso em: 13 abr. 2025.

WOLFF, Cristina Scheibe; SCHMITT, Elaine. **A internet como campo de disputas de gênero**. Florianópolis: Cultura e Barbárie Editora, 2024, 216 p.

661





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



MOTINS COLONIAIS: DIREITO DE RESISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA REPUBLICANA NA AMÉRICA PORTUGUESA

Célia Nonata da Silva¹

Introdução

A historiografia sempre se debruçou com bastante interesse sobre os estudos concernentes à relação entre o poder central e os motins coloniais. Exemplos disso são os estudos de Anastasia, de Figueiredo e de Célia Silva que ainda marcam debates historiográficos com suas indagações sobre as relações entre o poder central e a colônia. Os conceitos de *soberania fragmentada*, de *territórios de mando* ou de *motins espontâneos* como uma reação social local ao poder da Coroa portuguesa viriam contribuir com algumas indagações que marcariam a historiografia colonial. Recentemente, o trabalho de Macêdo e Souza promoveu o debate historiográfico visibilizando a participação das mulheres nas revoltas coloniais. Mas foi o estudo de Starling que propôs um alcance mais amplo aos sujeitos políticos coloniais. Entretanto, o sentimento republicano analisado pela referida autora ficou restrito aos eventos da segunda metade do século XVIII, dando ênfase à Inconfidência Mineira e à influência humanista francesa no período setecentista. Em todos esses estudos, verificou-se a importância da circulação das ideias entre a Europa moderna e a colônia. Afinal, a “palavra ‘República’ chegou até nós, embarcada em Portugal, ainda no século XVII” (Starling 14). Esse sistema global de conceitos, ideias e mentalidades tem sido percebido pela historiografia atual como um fenômeno importante para a construção social e cultural das Américas. A ideia republicana não era novidade no mundo europeu que, desde a Idade Média, mantinha o conceito cristão de corpo social. Nos anos 1600, os Estados absolutistas europeus foram sacudidos com a voz de Francisco Suárez e de Francisco Vitória, ao transferirem a responsabilidade política para a deliberação civil, em frontal posicionamento contrário ao Estado tirano e em defesa do direito natural da liberdade. O humanismo cívico ibérico,

662

¹ Docente associada de História Moderna e Contemporânea do curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), coordenadora do Grupo de Pesquisa História Social do Crime (CNPq/UFAL) e do LAHISA (Laboratório de História da Arte). Atualmente é pesquisadora do Grupo Arte, Literatura e Filosofia na Idade Média (CNPq/UFES). Possui livros e artigos publicados na temática da criminalidade. <https://orcid.org/0000-0002-5175-1854>





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



portanto, consolidou a mentalidade política moderna constitucionalista, propondo limites ao poder dos Estados monárquicos no uso legítimo do direito de resistência, o que se revela claramente a partir de uma querela entre Jaime I e a Igreja Católica, que gerou debates sobre a natureza do Estado e a vontade popular em sua formação. A força das ideias de Salamanca atravessa os mares, alcançando as consciências de poderosos locais pela influência principalmente de padres e freis, que expandiam o direito das gentes para todos os povos no Novo Mundo (Boeira 62)

Entende-se, portanto, que a análise sobre a formação de uma cultura política republicana na América portuguesa deve levar em conta um processo histórico imerso nas ideias humanistas do mundo ibérico, circulantes, transmitidas e difundidas pelos colégios jesuítas das principais capitanias e visíveis em contextos históricos tensos e conflituosos, como motins e conjurações, que marcaram a história mineira ao longo dos anos Setecentos. A ideia de *república* enaltecida na Inconfidência Mineira foi produto de um processo sócio-histórico maturado desde a Guerra dos Emboabas (1707-1709), perpassando os vários motins e conjurações na primeira metade dos anos Setecentos. Esse sentimento organizou a comunidade civil, as lideranças e os seus governos próprios, sendo a base de uma consciência política latente nos comportamentos e discursos dos rebeldes que, ao se distanciarem do poder central, proclamavam-se comunidades políticas livres e irmanadas em um único sentimento, o republicano. Uma república foi se erguendo em um sólido, profundo e fértil solo, fundada em uma “cultura política mestiça” (Nonata Silva) que abrangia homens e mulheres, negros e brancos, livres e escravos. Resistente ao poder tirânico e perpetuada nos valores guerreiros, essa república congregou as vozes da terra.

663

Salamanca e a fundação do pensamento republicano

A herança intelectual e humanista da Universidade de Salamanca para a Península Ibérica e para a modernidade tem sido um debate importante na historiografia, a partir do momento em que se percebe a solidez do pensamento político que se fortalece nos séculos seguintes. Portugal não se dissocia deste contexto. O pensamento político português fundamentou ideias importantes sobre a coletividade, a educação feminina, a origem política do poder, das fundações da ordem social e da natureza da autoridade real, contribuindo com a intensa produção intelectual das universidades ibéricas em sintonia com Salamanca. Este pensamento político português influenciou os séculos XVII e XVIII no que tange às formas de governo, estruturas de sua cultura política e jurídicas, e, ao se disseminar em terras ibéricas,



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



promoveu grandes formadores da cultura brasileira como o padre Antônio Vieira, José de Santa Rita Durão, Gregório de Matos Guerra, dentre outros.

Na sequência desse sentimento político, a república era a comunidade dos povos que sentiam amizade pela coisa pública. Era um sacramento de poder cuja negativa ao rei era a rebelião. Essa ideia está defendida por Suárez em 1613, quando aborda a defesa da comunidade política como fundadora do Estado e a condenação de um poder tirânico, bem como da monarquia absolutista. A crítica no texto de Suárez era diretamente direcionada a Jaime I, rei da Inglaterra, da Irlanda e da França. Como consequência da crítica às imposturas monárquicas, tanto a França quanto a Inglaterra queimaram a *Defensio fidei* como forma de protesto (Alencar). A defesa da república e do Estado, enquanto instituição política derivada da vontade de uma comunidade, nada mais era do que a legítima contribuição à liberdade humana, cuja proteção constitui a base do direito natural e das comunidades humanas, e, de modo algum, um usurpador poderá derrubar essa constituição social natural. Esta concepção inovadora e moderna em Suárez contribuiu para o pensamento político. O poder político é legítimo apenas quando completamente justo e intrinsecamente subordinado aos limites impostos pela convivência política e por qualquer tipo de poder civil que tenha a pretensão justa e legítima derivada da coletividade. Ou seja, o Estado deve ser uma instituição subordinada ao coletivo e seus princípios legítimos de governabilidade baseados naquilo que é justo social e moralmente. Do justo está a afirmação de que “el fin de una república bien constituida es guardar la paz y la unidad entre los ciudadanos” (Medina 167). Este poder dado, concedido ao soberano pode degenerar-se, cabendo aos cidadãos o uso do recurso que existe em todos os pactos, através do qual se legitima a resistência.

Nesta perspectiva, os aspectos fundamentais da teoria política de Suárez estão alicerçados na existência da “colectividad natural; que ésta sea gobernada según la ley natural; que ésta, por último, se funde en el reconocimiento de la libertad, la igualdad y la independencia de todos sus miembros” (Faraco 188-189). Ou seja, a congregação política para se constituir em Estado deve ser plenamente embasada no consentimento do coletivo e na liberdade como garantias sociais.

A mentalidade ibérica mergulhou profundamente nesta concepção do poder e da formação de um espaço político, donde a sociedade definia e mantinha seu lugar de decisão coletiva. Coimbra e Salamanca participariam da etapa de fundação das Américas, como centros de saber e conhecimento no início da era moderna. Difundiam este saber através dos seus evangelizadores, das missões e dos colégios com o intuito de transmitir estes valores intelectuais tanto aos gentios, quanto aos potentados e à elite local que se formava. Neste sentindo, “a *ratio studiorum*, as missões, a apologia da contrarreforma e a formação do Estado

664



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



moderno eram temáticas que tocavam à península como um todo” e alcançavam o Novo Mundo (Boeira 71).

Essas vozes ecoaram até recônditos sertões, que, entranhando-se nos chãos duros das terras conquistadas, firmaram os passos dos *senhores dos caminhos*. Do vazio e do nada, os sertões foram fecundados pelas vozes dos sermões, por missas e batinas dos orantes pregadores, pelas pisaduras daqueles que transitavam lá e cá. De lugares vazios e desolados, destinados aos temerosos salteadores, os sertões vão se tornando fecundos lugares de virtude, de promessa, de encantamento, de identidade, de pertença e de condutas valorosas que moldariam as sentinelas.

Espaços de experiência, lugares de resistência

A Guerra dos Emboabas

O interesse da Coroa portuguesa pelas terras além-mar suscitou algumas expedições ao rio São Francisco, promovendo uma intensa ocupação do sertão do São Francisco pelos currais e pelas fazendas de criação de gado, fortalecendo uma economia que abastecia as vilas e arraiais da região. Essa atividade pecuária era basilar para os missionários, bandeirantes e para o próprio interesse da Coroa, uma vez que expedições eram necessárias para a busca de metais preciosos. Em meados do século XVII já havia ocorrido uma considerável penetração pelo interior, onde as fazendas de gado, arraiais e engenhos de açúcar começavam a dominar o cenário econômico. Os sertões da Bahia e de Pernambuco viam nascer pequenos núcleos de povoamento com intensa atividade econômica, tornando o rio São Francisco de uma grande importância para a circulação portuguesa e para o crescimento econômico com o tráfico de mercadorias para o abastecimento das fazendas.

A efervescente capitania da Bahia era o centro administrativo da colônia, sendo sua capital intensamente favorecida pela economia pecuária, tendo também nela prosperado intensamente a cultura filosófica e barroca da época. Os colégios começaram a ser fundados nas capitanias, na Bahia em 1564 o Real Colégio de Artes, e administrados pelos jesuítas promoveram uma cultura educacional com base na Segunda Escolástica e no método coimbreense. Na vitalidade desta intelectualidade, a presença de bacharéis de Salamanca no Real Colégio de Artes da Bahia é atestada até o século XVIII (AHU-Bahia, cx. 86, doc. 78). Por sua vez, as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Vitória do Espírito Santo fundaram seus colégios também no método coimbreense. Da Bahia saíram igualmente muitas expedições no século XVII financiadas pelo então governador da capitania D. Afonso

665



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Furtado, que, além de movido pelo interesse de dominar o sertão, almejava as riquezas minerais. Essa política motivou o aumento da circulação de bandeiras paulistas que se tornaram constantes nos sertões da colônia, fazendo dessas regiões lugares de “esperanças, prometendo riquezas lendárias àqueles que se dispusessem a enfrentar seus perigos” (Schwartz e Pécora 23). Dois grupos se encontraram nesta mesma marcha com propósitos diferentes. As investidas paulistas tiveram sucesso em fins do século XVII, concomitante às entradas e bandeiras baianas financiadas pelo governador D. Afonso Furtado. Foram os paulistas que, entrando pelo rio Taubaté e ribeirão de Antônio Dias, encontraram as primeiras jazidas de ouro nas minas dos Cataguases e do rio das Velhas.

Os paulistas se arrogavam como os primeiros da terra e os donos da região, enfurecendo-se com a presença dos estrangeiros, principalmente de judeus, pernambucanos e de outras partes da terra “*brasilis*”, que poderiam competir na busca por ouro e metais preciosos. Os emboabas, vindos todos de partes distantes e de outros continentes, viram-se ameaçados pelos insultos dos paulistas. O sentimento de repulsa de ambos os grupos fez crescer o ódio e a violência. O resultado foi uma tensão crescente dos poderosos do sertão, os antigos e naturais do lugar, pelas fazendas, pelos currais de gado e comércio da carne na região, potentados que tendiam a aumentar o monopólio territorial, bem como o comercial.

Cada grupo começava a se organizar como podia. Os emboabas com os jagunços e capangas das barrancas do São Francisco, os paulistas com alguns dos criminosos e bandidos mais perigosos e os matadores mais procurados, inundando de ódio e rixas as terras minerais e os seus arredores. Armavam-se cada qual a seu gosto e maneira, na tentativa de proteger o que era seu, aumentando o ódio entre os dois grupos: paulistas e emboabas. E foi neste tempo que a figura conhecida de Manuel Nunes Viana começou a ser incômoda aos paulistas. No ano de 1707, eclodiu uma confusão no Rio de Janeiro entre o frei Francisco de Menezes e os paulistas relacionada ao contrato das carnes na capitania, que implicou Manuel Nunes Viana no conflito (RAPM, 1847, f. 13109).

Manuel Nunes Viana, filho de Antônio Nunes Viegas, natural da Vila de Viana do Minho, chegou em terras além-mar em 1703 como capitão mor e mestre de campo. Administrador das terras de Guedes de Brito e grande conhecedor dos sertões, ficou famoso a partir do ano de 1703, comandando as expedições contra os bárbaros e gentios do sertão do São Francisco “impedindo as hostilidades que o inimigo bárbaro fazia, não só roubando, mas matando, e pella vigorosa guerra que lhe fez os intimidar, e destruir de maneira que temerosos, se retirarão ao Certão, deixando aquella Rybeira livre, e desembaraçada para o comercio dos Vassalos, e cultura dos campos (...)” (RAPM, 1897, f.392-393). Também era conhecido por ser católico fervoroso, virtuoso e justo. Demonstração disso foi o financiamento à publicação

666



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



de um livro de seu amigo padre jesuíta Nuno Pereira, personalidade marcante na formação da cultura intelectual escolástica da América portuguesa, o *Compêndio narrativo do peregrino da América* (1728), que não era apenas um livro de instrução das virtudes morais e da formação do caráter humano fundado no humanismo tomista, mas o elo entre dois mundos, que testifica a formação cultural e mental de homens fundados no humanismo ibérico.

Ao redor de si começou a ser formado um partido forte, sustentado por amigos como Paschoal da Silva Guimarães, Antônio Francisco da Silva, Francisco do Amaral Gurgel, muitos judeus e famosos padres. Os grandes contratadores de carnes na região, frei Francisco de Meneses, frei Conrado, frei Simão de Santa Tereza e frei Firmo, sendo este sublocatário dos açougues do rio das Velhas, tomando ódio aos paulistas sublevaram o povo, arrematando todos os contratos de carne. De vários pontos já haviam afluído para junto de Manuel Nunes Viana homens armados sob o comando de Manoel da Silva Rios (reinol) do rio das Velhas e sob o comando de Agostinho Monteiro de Azevedo (pernambucano). Todos se juntaram aos de Caeté, comandados por Luiz do Couto (baiano), contra os paulistas, fraternizando com os reinóis os outros forasteiros.

Certo dia, Manuel Nunes Viana e um paulista de nome Jerônimo Poderoso começaram uma discussão, enaltecendo os ânimos entre os grupos rivais, que partiram para a investida armada. Cada qual com seus capangas armados e seus aliados marcharam ao arraial da Cachoeira do Campo. Foram inúmeras derrotas, de Sabará até para além da Cachoeira do Campo. E foi exatamente neste contexto de guerra e de lutas que Manuel Nunes Viana foi eleito governador das Minas pela voz de Luís do Couto, dos poderosos e nobres guerreiros que lutaram na batalha. Completando sua instrução política, frei Francisco o ungiu com um rito à semelhança da investidura nos tempos medievais, ou seja, um governo sacralizado aos moldes dos antigos reis feudais. Logo após, o concelho dos poderosos que lutaram com ele na guerra o colocaram como cabeça da comarca e fixaram sua residência de governo em Caeté.

A guerra dos emboabas contra os paulistas oportunizou as bases de uma forte organização política da comunidade local constituída pelos potentados locais, de base republicana, nos moldes da república cristã e que escolhia e elegia seu representante de governo, tendo o apoio popular.

Uma vez eleito pelo povo, ele escolherá seus administradores segundo sua vontade e a competência dos demais, persuadindo a todos da necessidade de seu governo e do bom uso de seu poder e justiça, já que seria a melhor escolha, visto o estado de anarquia em que as Minas se achavam (Pita 373; RAPM, 1848, f.13110). O povo e os “homens de poder” estavam ao seu lado. E, por isso, ele dispôs a ordem e a justiça, segundo sua capacidade de

667



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



demonstrar ao povo que era generoso e bondoso, influências que lhe traziam renome. O poder de Manuel Nunes Viana em administrar, gerenciar e delegar cargos políticos como governador geral foi uma autoridade concedida pela guerra que travou, sendo ainda um reconhecimento político da comunidade dos emboabas, que o elegera conforme as normas de justiça e de legalidade de um homem “honrado”, valente e de fama local. Ele foi eleito para corrigir as injustiças, reger a comunidade e intervir na ordem. É, nesta medida, que o princípio de justiça como “bem comum” se revela como o fundamento último da concepção política da eleição entre os poderosos locais, consolidando um reconhecimento e uma fidelidade, antes que a Coroa portuguesa subtraísse tal poder, pelo efetivo das câmaras municipais — administração portuguesa instalada logo após o episódio da eleição de Nunes Viana.

Depois da saída dos paulistas, Manuel Nunes Viana permaneceu como governador eleito pelo povo, promovendo a paz e o sossego na região, retirou a jurisdição dos paulistas dada a Borba Gato e nomeou outros representantes de escrivão e meirinho, bem como demais administradores para os cargos desocupados. Mas, no fim de 1708, a Batalha dos Emboabas ainda teria seu desfecho no Capão da Traição, onde Bento do Amaral Coutinho armou uma cilada aos paulistas restantes. Bento, na resolução de vingar seus homens, fingiu se render aos paulistas numa cerimônia de rendição, e vendo aproximarem os paulistas, tomou todos eles de assalto (Pita 375; RAPM, 1848, f.13110). A morte foi para cada cabeça de paulista que ali estava. Mas os ventos desta vitória logo mudariam. Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, governador do Rio de Janeiro, e Antônio de Albuquerque Coelho tomariam as dores dos paulistas, representando não apenas os anseios da Coroa portuguesa, como também dos habitantes da capitania de São Vicente que

668

reunidos sob armas e em marcha, para reaver os bens de que fomos espoliados e para expungir de sobre o nosso nome a vileta que lhe impôs a audaciosa e iníqua ambição dos forasteiros que ora pretendem dominar nas regiões das catas por nossas maiores descobertas, fazemos saber ao mundo que só e só por amor da justiça tomamos armas e nos constituímos em bandeiras: não é rancor, não é ódio, não é ressentimento o que nos move à guerra. Uma vez recuperadas as fazendas e satisfeita a honra, dar-nos-emos por quites e reconheceremos os forasteiros como irmãos nossos, com jus ao nosso amor e com direito a nossa assistência. (Bonavides y Amaral 232)

Ainda no ano de 1709, dom Fernando Martins de Mascarenhas nomeou para os cargos administrativos alguns paulistas de destaque que haviam permanecido nas Minas e também alguns do Rio de Janeiro, contrariando a vontade popular e a soberania da região conquistada numa longa batalha. E, chegando em terras mineiras, foi sacudido pelas ameaças de Manuel



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Nunes Viana e pelo apuro e ódio do povo local. Diante disto, o governador geral se retirou sob uma chuva de vaias e gritos de “Viva o Sr. Manuel Nunes Viana, nosso governador! Morra o Sr. Fernando Martins Mascarenhas se não voltar daqui para o Rio”. Antônio de Albuquerque, então, muda de tática e pede ao frei Miguel Ribeira, religioso da Ordem das Mercês, que interceda junto a Manuel Nunes Viana. E o frei consegue que Viana baixe a guarda, permitindo a entrada do novo governador. Por isso, Manuel Nunes Viana obteve o perdão e foi-lhe dada permissão para se retirar para sua fazenda no sertão do São Francisco (Pita 379).

Visto como um caudilho e bandido pelos paulistas (Vianna 272), Manuel Nunes Viana era o típico cavaleiro medieval que cultuava as virtudes, agia na busca pela justiça e estava dotado de retidão de caráter, tornando-se uma figura lendária no sertão do São Francisco por sua conduta digna e justa. Demonstrava isso pela humildade de se recolher ao seu lugar e entender o poder de um soberano. Foi um praticante das virtudes e cultuador do espírito cavalheiresco, influência de amizades importantes da cultura jesuíta de Salamanca, como Nuno Pereira, deixa clara a formação da personalidade moral de Nunes Viana e de seu universo mental.

Em 1711, os avanços dos interesses centralistas da Coroa portuguesa na região das Minas para conter as sucessivas rixas, que ainda havia entre paulistas e emboabas, usam a tática administrativa de divisão territorial. A capitania foi dividida e dada a outro governador para melhor exercício do poder e controle da Coroa portuguesa, porquanto sabia a Coroa portuguesa que aquele movimento quase iniciara um processo de independência colonial, e que seu líder político tinha pretensões bem maiores:

Manoel Nunes Viana, dizia o governo de Lisboa, não aspirava apenas o governo, mas também o domínio. Era um homem de vistas largas, superior ao seu meio, e que, na conjuntura terrível em que vio-se collocado soube elevar-se a altura das circunstancias, como o primeiro civilizador da sociedade inculta em que vivia, desbravando o terreno para a acção legal e igualmente organizadora e fecunda do governador Antonio de Albuquerque de Carvalho que tacitamente reconheceu o bom senso e acerto com que se houve Manoel Nunes Vianna, confirmando, como confirmou, os actos principaes de seu governo de facto. (Veiga 247)

Voltando da capitania do Rio de Janeiro, veio novamente Antônio de Albuquerque ter nas Minas, pois já teria sido nomeado governador para a capitania de São Paulo e Minas. Mas, desta vez, também não foi bem recebido. Porém, manteve-se no posto de governador na tentativa de cumprir a determinação de controlar a região.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A Conjuração de 1736

Ao que se segue de uma série de más condutas dos administradores da Coroa portuguesa, foram os ventos de ressentimentos que sopraram por toda a região da capitania das Minas, e que se multiplicaram em atos de revolta, luta armada e motins violentos que duraram toda a primeira metade do século XVIII, marcando profundamente a história das Minas Gerais, e chegando aos confins de Pernambuco.

Assim que chegou às Minas em 1711, o governador Antônio de Albuquerque foi fazer uma visita à vila do Sabará, e logo fez juízes locais, vereadores e procurador por votos dos eleitores. O primeiro juiz foi o capitão mor Clemente Pereira de Azevedo, filho do Rio de Janeiro, para vereador o sargento mor José Quaresma, filho de Lisboa, mestre de campo Antônio Pinto de Magalhães, para procurador o capitão João Soares de Miranda e Lourenço Rosado como escrivão da câmara.

Os postos foram ocupados entre os naturais de São Paulo, Rio de Janeiro e alguns outros que foram nomeados por Manuel Nunes Viana, sendo confirmados por Antônio de Albuquerque na escolha de seus administradores, ou seja, “os postos que Manuel Nunes, a instância e por nomeação dos Povos havia criado” (Barreiros 108). Antônio de Albuquerque escreveu logo a D. João V, relatando suas façanhas de pacificação da guerra e da região, pedindo ao monarca português que Manuel Nunes Viana fosse retirado das Minas. Todavia, o valoroso cidadão continuou na região do sertão do São Francisco desta feita perdoado de seus crimes e ainda com a Ordem do Hábito de Cristo e com o ofício de escrivão da ouvidoria do Sabará e outras mais mercês concedidas por D. João V. Pois ele nunca se fizera inimigo do rei, mas da elite local. Esta forma de proceder da Coroa portuguesa deve ser entendida não como desordem administrativa, mas como tolerância e busca da unidade pela paz, que deveria perseguir todo o rei para o bem da república.

Para manter a unidade dos domínios, os governos que se seguiram tentaram manter a região com certo equilíbrio administrativo, usando a tática de dividir para melhor governar. Isso resultou em uma série de contendas que se seguiram em inúmeras revoltas. A repartição das terras minerais em mais uma capitania deixaria muitos no prejuízo dos negócios, principalmente, os criadores de gado e abastados comerciantes, pertencentes principalmente aos currais de gado da Bahia e Pernambuco. Se isso não bastasse, as altas taxas de impostos cobradas pelas câmaras municipais insuflariam a multidão e os grupos dos potentados contra o governo. Antônio de Albuquerque se viu às voltas com uma das primeiras turbulências de seu governo em 1711, devido aos decretos que determinavam o pagamento pelos direitos do gado que viesse da Bahia para estas Minas, assim como dos escravos que entrassem para elas.

670



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O governador seguinte seguiu o mesmo caminho das cobranças de impostos. D. Brás da Silveira, em 1712, arrematou os dízimos e, em 1713, ajustou os quintos. No que toca aos direitos das passagens nos caminhos de Minas, sucederam-se alguns levantes, como o conflito do pagamento dos dízimos ligado à jurisdição da Bahia. E o conde de Assumar, que odiava a fama de Manuel Nunes Viana, continuou gerenciando as Minas com altas taxas e pesados tributos, causando danos à população e provocando revoltas. Os motins de tributação foram frequentes, como os do Papagaio em 1719 gerados em resposta contra o contratador, devido à cobrança do imposto da passagem pelo rio das Velhas. Assumar acreditava que com tais medidas implementaria um sistema eficaz de tributação do ouro, agradando, assim, à Coroa portuguesa. Neste ímpeto, Assumar

publicou um bando em 29 de dezembro de 1717 para que os mineiros não pudessem juntar armas e trazê-las sem ordem sua, pena de serem havidos como réculos e levantados e incorrerem nas penas da lei [...], publicou outro bando em 1718 sobre os quintos, manifestando uns com verdade os seus escravos e outros ocultando muitos deles, pois se pagava por escravos, [logo em seguida] publicou depois para que ninguém tivesse engenhos de destilar aguardente [...], (ainda) em 1718 na mesma vila, publicou uma declaração do lançamento dos quintos, em que tocava pagar, por cada negro, a duas oitavas e meia pelos meios dos ditos provedores nomeados [...]. Em 1719 publicou que se reduzisse a barras todo o ouro, e que o não pudesse haver ouro em pó fora das Minas. (Fundação João Pinheiro 366-370)

671

Somando-se às altas taxas de impostos e às inúmeras respostas populares de descontentamento, o controle da região do São Francisco e do rio das Velhas, bem como suas imediações insurretas, ainda se arrastava no governo de Assumar como um conflito de jurisdição interminável. Em 1718, em um bando, o governador determinou que a jurisdição daquelas terras, outrora governadas por Manuel Nunes Viana, pertencia às Minas, como instância de controle administrativo e como governo legítimo. Por volta de 1720, José de Souza Valdez, ouvidor-geral do rio das Velhas, mandou uma carta a D. João V pedindo urgência na definição do território da sua jurisdição.

Pelos idos de 1722, o conde de Assumar enviou outra carta a D. Lourenço de Almeida, afirmando que havia feito com inteligência e zelo a divisão territorial entre as terras de Minas e as da Bahia, como uma proposta a ser averiguada pelo Conselho Ultramarino. No assombro de outro rival, o conde de Assumar relata à Coroa portuguesa que, antes de ele entrar nestas Minas, havia um rumor de um “outro” governador, o dito Manuel Nunes Viana, que, usando de posse para governar o sertão da Bahia e Pernambuco, bem como o distrito da Barra do



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



rio das Velhas, era garantido pela grande quantidade de seus grupos e seus séquitos de negros e índios armados, que trabalhavam sob suas ordens.

Este contexto político tenso na região das Minas setecentista surgiu de uma situação mal resolvida no passado com a guerra dos emboabas — um contexto que pode ser resumido por um conflito de jurisdição e políticas administrativas não aceitas pelo povo e pelas comunidades locais, que se identificavam com a capitania da Bahia e de Pernambuco, mas que, naquele momento, estavam sob a jurisdição e administração de um governador que não era reconhecido, nem eleito e nem tampouco justo.

Manuel Nunes Viana, competindo com o governador Assumar, continuava seu exercício disputando o governo. Lançou alguns editais e, publicando e fazendo observar bandos, repartiu os distritos e encarregou os oficiais com patentes suas por espaço de nove ou dez anos. Todas as publicações mostravam que ele ameaçava a autoridade do governador, e, dentre algumas ameaças, constavam a proibição dos dízimos ao governo das Minas e o pagamento dos foros para aqueles que habitavam nas terras do morgado Guedes de Brito, a proibição da pesca no São Francisco e a proibição de comércio do peixe, buscando interesse na arrematação do contrato do Caminho do Sertão, e que ninguém recebesse gados em suas fazendas para engordar e retornar às Minas.

Para compensar o poder de Manuel Nunes Viana, Assumar cria a vila de Santa Maria do Bom Sucesso, na região do rio das Velhas em 1718, tentando definir seu poder em Jaboticabas e Papagaios. A resposta viria com o motim de Papagaio, ameaçando a fundação da vila. Pois, as regiões de Pernambuco e da Bahia perdiam não apenas suas terras, como o antigo direito aos currais de gado e sua economia na região. Desestabilizavam-se, assim, antigas casas e potentados locais, prejudicavam-se imensamente os poderosos do sertão do São Francisco em benefício exclusivo dos outrora perdedores paulistas e suas bandeiras. Entretanto, somente no governo de José Antônio Freire de Andrada é que ficaria assegurada a região para a administração territorial das Minas, com a agregação da comarca das Minas Novas do Fanado à comarca do Serro do Frio em 1757.

Assumar escreve ao conde de Vimeiro, impondo-lhe os limites da jurisdição da capitania das Minas que seguem até a Barra do rio das Velhas. Aproveitando o ensejo da missiva, argumentou sobre suas suspeitas de que Manuel Nunes Viana apareceria como um dos envolvidos na conspiração do rio das Velhas, impondo-o a depor às autoridades da comarca, juntamente com Manuel Rodrigues Soares. Porém, os verdadeiros cabeças do motim foram Luís do Couto, José de Seixas Borges e alguns frades.

Estes homens formavam uma armada de bravos guerreiros com a ajuda de mulatos, índios e negros. Em contrapartida, o vice-rei, D. Sancho de Faro e Souza, conde de Vimeiro,

672



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



responde a Assumar que nada fará contra Manuel Nunes Viana. Assumar lhe responde, ameaçando-o com outro poder dado a um régulo jactancioso: Faustino Rebelo. Este segue à região do Papagaio com o intuito de manter a ordem na capitania das Minas. Faustino Rebelo será lembrado mais à frente como traíçoeiro. Das ordens dadas por Assumar para ameaçar e lutar contra Manuel Nunes Viana, Rebelo nenhuma delas cumpriu. Ao contrário, tornou-se aliado nas desordens do motim do Papagaio.

O que se viu foram levantes de protestos, toda ordem de subversão e revoltas sem remédio. Manuel Nunes Viana juntava forças contra um inimigo declarado, reforçando um movimento revoltoso em Papagaio contra as ordens do governador para a cobrança de impostos na região. Então, nesta data histórica de 1718, os povoados da Barra do rio das Velhas, Papagaio e imediações seguem como amotinados ao governo, e apoiando Manuel Nunes Viana, com a ajuda de muitos padres, como Curvelo e Mendes Santiago. O padre Curvelo ficou famoso por suas excomunhões a quem obedecesse ao bando do governador para erigir a vila do Bom Sucesso,

fazendo se executor da má vontade de Manuel Nunes que nesta ocasião se tinha demorado em sua fazenda chamada Jaquetahy distante dous dias de viagem daquelle districto, e della mandou quarenta homens a engrossar o numero do povo que sahio a impugnar a diligência. (AHU, cx. 1, doc. 70, rolo 1, f. 458)

673

A maior parte do bispado de Pernambuco estava envolvida nos motins do sertão das Minas “por que aquele districto estava cheyo de clérigos ignorantes e culpados, e frades apostatas fugidos das Minas e de outras partes [...] por ser o certão país licenciado e que consente toda a liberdade” (RAPM, 1896, f. 654). Um lugar que vivia com ideias de república absoluta e contra a Casa de Bragança, “ofensivos da Real Soberania, independente, ao que compete a Magestade do Rey, [...] em hum parlamento sedicioso” (f. 655). Ao motim do Papagaio seguem outros dois: o de Catas Altas e o do sertão de São Romão de 1736. A revolta de Catas Altas eclodiu nos domínios dos rebeldes já envolvidos em sublevações e como resposta à luta entre Vimeiro e Assumar. Na verdade, era uma luta entre jurisdições e domínios, as antigas querelas dos donos de currais e dos bandeirantes, não resolvidas anteriormente.

O motim de 1736, ou a conjura do sertão, promovido por esses antigos aliados de Manuel Nunes Viana, foi motivado pelo caos e pela guerra contra a administração local. O objetivo do motim era fazer valer o direito das gentes do norte, contra a usurpação de terras e de sua honra implementadas pelos administradores da Coroa desde 1709, concedendo privilégios aos paulistas e ao sul.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A nova administração das Minas sob a jurisdição do governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença manteve a mesma situação administrativa dos seus antecessores, aquecendo ainda mais o ressentimento dos filhos do norte. As regiões de Caeté, Santa Bárbara e Morro Vermelho já ferviam tumultuadas pelos discursos pastorais do padre Curvelo e do revoltoso Manuel Nunes Viana contra o governo das Minas; inclusive os negros também seguiam a mesma carreira de insolência, como a praticada por seus donos. O arraial de São Romão e Brejo Salgado se amotinaram, “constituíram juízes do povo com mais de 200 pessoas armadas, que guiados pelo vigário Padre Mendes Santiago publicaram editais de sublevação” (RAPM, 1896, f. 653).

Na devassa apontou-se como cabeça da conjuração do sertão Domingos do Prado (paulista, mas convertido à causa republicana), citando ainda Maria da Cruz, seu filho Pedro Cardoso e Domingos do Prado, além do padre Mendes Santiago, pessoas de grande riqueza e influência na região das Minas e Pernambuco. Nos altos constava que

esta conspiração foi maior do que parece, entrarão nella pessoas que não chegarão a declare-se nas Minas, e talvez dentro desta tinham muitos que os fomentasse, onde se espalharão o anno passado vozes sediciosas [...] pela frota de Pernambuco e Bahia passa a essa cidade Antonio de Souza Machado com algumas de minhas suspeitas, [...] e procurey extinguir esta *conjuração* sem muito ruido. (RAPM, 1896, f. 670-71, grifo nosso)

674

Aludindo à fala de Martinho de Mendonça, governador das Minas, a conjuração dos três: Minas, Bahia e Pernambuco, seguia os passos dos emboabas de 1709. Esse povo do sertão, que não buscava servir a Coroa portuguesa, mas a ideais de uma república popular que lembrados “por boca de um mulatinho se repetirão na Vila do Carmo: Viva o Povo e morra Martinho de Mendonça” (RAPM, 1896, f. 679). A solução para o conflito foi a prisão e o degredo de Pedro Cardoso, a prisão de Maria da Cruz (que obteve o perdão mais tarde) e a morte de Domingos do Prado. Ou seja, desbaratar a conjuração, sem fazer nenhum alarde e camuflando o ruído do controle social do qual tomava conta a Coroa portuguesa. E cada um foi condenado e preso, seus bens sequestrados, suas memórias queimadas e silenciadas. Até hoje a região do norte das Minas Gerais guarda a memória dos eventos em “Pedras de Maria da Cruz”. A violência do centralismo do poder monárquico foi bem-sucedida, avançando sobre quaisquer formas de resistência política.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



Conclusão

O humanismo espanhol, com a Escola de Salamanca na Península Ibérica, lançou as sementes em terras além-mar, influenciando imensamente a cultura política republicana na América portuguesa, cujos elementos fundadores consolidaram-se na tradição republicana da liberdade política e no direito de resistir ao tirano, ou seja, no princípio do direito natural, fundado na concepção da república e defendido em Salamanca como um direito original de todos os indivíduos da cristandade. Essa é a força poderosa e universal da colonização, que se apresenta e se configura, e estava presente na região das Minas, ao longo do século XVIII. Uma realidade histórica que revela o confronto entre dois interesses divergentes: os do Estado representado pela Coroa portuguesa e seus governadores, e aqueles da sociedade civil na constituição da comunidade republicana livre, fundada nos direitos dos povos de resistir a quaisquer formas de domínio. Este confronto nunca esteve muito bem definido na História, mas na defesa da sociedade civil ecoa a voz de Suárez: a razão do Estado advém da sociedade civil.

675

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Arquivo Público Mineiro (APM). *Secretaria de Governo*.

Impressas

Carta de padrão de Manuel Nunes Viana. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano II, 1897, p. 393-394 (RAPM).

Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais. *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

Pereira, Nuno. *Compêndio narrativo do peregrino da América*. Lisboa, 1728.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1847 (RAPM).

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1848 (RAPM).

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1896 (RAPM).

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1897 (RAPM).

Antonil, André João. "Cultura e opulência do Brasil". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, 1899, p. 398-557.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Bibliografia

Alencar, Flávio. “A política religiosa da monarquia inglesa sob Jaime I e a crítica de Francisco Suárez na *Defensio fidei* (1613)”. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2012.

Anastasia, Carla Maria. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Com Arte, 1998.

Barreiros, Eduardo Canabrava. *Episódios da guerra dos emboabas e sua geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

Boeira, Marcus Paulo Rycembel. *A Escola de Salamanca e a fundação constitucional do Brasil*. São Leopoldo: Unisinos, 2018.

Bonavides, Paulo y Roberto Amaral. *Textos políticos da história do Brasil*. Senado Federal: Brasília, 2002.

Faraco, Cintia. “El tirano y el derecho de resistencia: la libertad y la defensa del *corpus politicum* em Francisco Suárez”. *Entre el Renacimiento y la modernidade: Francisco Suárez (1548-1617)*, por José Fuertes Herreros *et al.* Madrid: Síntesis, 2018, p. 181-198.

Figueiredo, Luciano. “Narrativas das rebeliões: linguagem política e ideias radicais na América portuguesa moderna”. *Revista USP*, n.º 57, 2003, p. 6-27, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i57p6-27>

Frías, María Luque. *Vigencia del pensamiento ciceroniano em las elecciones jurídico-teológicas del maestro Francisco de Vitoria*. Granada: Comares, 2012.

Langella, Simona. “Vitoria Y Suárez frente al tiranicidio”. *Entre el Renacimiento y la modernidade: Francisco Suárez (1548-1617)*, por José Fuertes Herreros *et al.* Madrid: Síntesis, 2018, p. 199-212.

Macêdo, Patrícia L. y Alexandre R. Souza. “A presença delas: mulheres, acervos e revoltas coloniais”. *Revista História e Cultura. Dossiê temático*, vol. 11, 2022, p. 69-88, <https://doi.org/10.18223/hiscult.v11i1>

Medina, Bartolomé de. *El tratado “De dominio” en la escuela de Salamanca*. Pamplona: Universidad de Navarra, 2017.

Pires, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: Minas Gráfica, 1979.

Pita, Rocha. *História da província da Bahia*. Imprensa Econômica, 1878.

Sánchez-Barba, Mario Hernández. *Francisco de Vitoria*. Madrid: Editorial de la Universidad Francisco de Vitoria, 2009.

Schwartz, Stuart y Alcir Pécora. *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de D. Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

676



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Silva, Célia Nonata. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

Silva, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Vol. 5. Bahia: Tipografia do Correio Mercantil, 1843.

Starling, Heloisa Murgel. *Ser republicano no Brasil colônia: a história de uma tradição esquecida*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

Suárez, Francisco. *Defesa da Fé Católica*. Porto Alegre: Editora Concreta, 2015.

Veiga, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Vol. 1. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897.

Vianna, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Brasileira, 1935.

677



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



TEMPLO, TEMPO: A CAPELA-MOR DA CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – MANAUS/AM/BRASIL

Bruno Miranda Braga¹

Um retrato de Manaus 1870-1880

Manaus, capital do atual Estado do Amazonas, na região Norte do Brasil, vivenciou ao longo da segunda metade do século XIX diferentes momentos e diferentes ações tanto políticas como culturais que moldaram a cidade e seus habitantes no empreendimento que foi a modernidade.

Em 1848, a então Vila da Barra foi elevada ao status de cidade com a denominação de Cidade de Manáos, compreendendo uma nova fase ao Amazonas que em 1850 se tornou Província do império do Brasil, uma conquista a elite econômica e política local que tanto queria emancipar-se da Província do Pará. Ao se instalar a Província, e em 1852, seu primeiro presidente Tenreiro Aranha iniciar seu mandato, Manaus começou um processo de reurbanização e construção de novas arquiteturas, dentre elas, a Nova Igreja Matriz.

Num período que se estende de 1852 a 1870, a cidade vivenciou uma série de novidades advindas das suas novas funções de capital da província. Em termos de instrução secundária e pública, Tenreiro Aranha informa que em 1852, a capital possuía somente o Seminário administrado pelo Prelado desde 1848. Naquele mesmo ano em novembro a Lei Nº 171, criou a cadeira da língua francesa. O presidente também nos informa que já estava averiguando a criação de uma escola Normal para habilitarem professores. A cidade necessitava passar por um aformoseamento, nos dizeres da época. Naquele período era preciso resignificar, modernizar Manaus. O governo começou a travar uma luta entre os habitantes que, de alguma forma, permaneciam com características mais nativas que modernas, incomodava o fato de as tradições indígenas serem muito presentes na cidade, e, os governantes, embasados em diversas correntes e pensamentos sejam científicos ou políticos que vogavam na época tentavam “improvisar uma cidade nos trópicos”² para levar adiante sua ideia

678

¹ Historiador Cultural, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Amazonólogo, Especialista em Estudos Amazônicos pela Universidade de Brasília UnB. Sou também Especialista em Gestão e Produção Cultural pela Universidade do Estado do Amazonas UEA. Sou Licenciado em História e em Geografia. Sou membro efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA, e atualmente sou professor da Faculdade Católica do Amazonas. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.

² A expressão é da historiadora Edneia Mascarenhas Dias.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



modernizadora. Assim, surgiram entre as Leis, Decretos e Regulamentos, os Códigos Municipais de Posturas que se trata de uma Legislação que dita como deveria ser as sociabilidades. Os códigos estabeleciam a conduta correta, a postura, que se deveria estabelecer para aprimorar a cidade e deixá-la em ordem. Palavra da vez: ordem, uma cidade, antes de tudo, deveria ter ordem que levaria ao progresso. Sim, esse ideal de ordem é tipicamente positivista, que estava muito em voga no Brasil e no mundo nesse período.

Considero as três primeiras décadas de Manaus enquanto capital da província da seguinte maneira: onde na década de 1850 as visões e criações foram postas em prática, na década de 1860, momento de estagnação, por falta de trabalhadores, e resistência política dos grupos indígenas e africanos em serem trabalhadores das obras públicas, e a década de 1870 como consolidação de algumas das obras, dentre as quais, a Igreja Matriz em 1877. Esquematizo isso no seguinte SmartArt:



Fonte: Elaborado pelo autor.

679

Manaus assim engendrava naqueles anos oitocentistas, um projeto de modernização do espaço, e, ao mesmo tempo, possuía uma série de problemas como falta de abastecimento de água, moradias “irregulares” do ponto de vista da exigência dos códigos de posturas, falta de trabalhadores das obras e outros, inclusive, no ano de 1872, foi sancionado um código de posturas da cidade que regulava e intensificava as pressões aos enquadramentos no que havia de estético naquele momento.

Na seção Posturas, na Lei Nº 247 de 1 de junho de 1872, o título 1 é bem expressivo e objetivo: “Aformoseamento e regularidade da cidade e subúrbios”.³ Nos artigos 1 e 2, discorre sobre como devem ser as edificações dentro dos limites da cidade. Descreve sobre a construção dos muros, como deveriam dar-se sua área, altura, perímetro, base, dentro da malha urbana. Vale destacar que quem estabelecia estes números era a Câmara Municipal. (BRAGA, 2016. p. 119)

³ COLLEÇÃO das Leis da Província do Amazonas – Tomo XX – Parte I. LEI Nº 247 – De 1 de Junho de 1872: Promulga o Código de Posturas Municipais da Cidade de Manáos: Typographia do Amazonas, 1872 – Acervo: Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

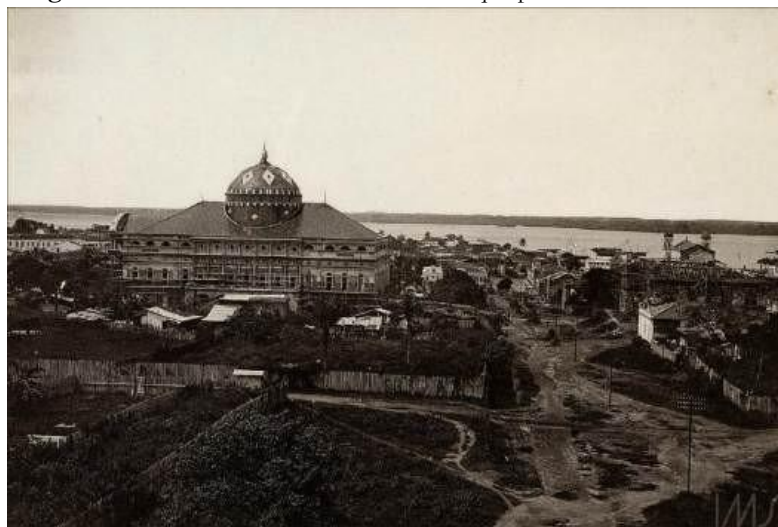
20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O título II, trata do “Commodo e segurança pública”. Descreve como deve ser a edificação de paredes, muros, proíbe que portas e janelas se abram para fora, proíbe canos nos telhados, não permite em ruas, praças e portos a conservação de volumes, também proíbe pessoas transitarem pelos passeios das casas com tais volumes. Proíbe cravar pregos, argolas ou estacas nos cais e rampas da cidade para amarrar embarcações; proíbe fábricas de fogos artificiais, dentro da cidade, proíbe apitar ou usar sinais das patrulhas e rondas, exceto em casos de pedir socorro, também era proibido apagar a luz ou quebrar vidros dos lampiões da iluminação pública. Não era permitido sequer soltar nas ruas da cidade o fogo de artifício denominado “busca-pés”. Para os anos 1880, a cidade consolida bom números de obras públicas, muda bastante sua feição do ponto de vista de urbanidades, mantém suas culturas indígenas e caboclas em pleno exercício, mesmo que contrariando o ideal de modernidade, e, inicia o processo da extração da goma elástica, “a economia da borracha”, quando a produção elevou o número enriquecendo muitos, porém favorecendo poucos.

Figura 01: Panorama de Manáos com destaque para o Teatro Amazonas



Fonte: George Huebner. Álbum Vistas de Manáos, 1896. Acervo: Instituto Moreira Salles.

Seguindo a essa expansão econômica, os prédios foram sendo concluídos com rapidez, e solidez, como o exemplo do Teatro Amazonas, inaugurado em 31 de dezembro de 1896, e se tornou o emblema da cidade, e símbolo do fausto.

A fotografia acima, de autoria do fotógrafo alemão George Huebner que residiu em Manaus, mostra o Teatro Amazonas, possivelmente meses antes de sua inauguração. É expressivo vermos e atentarmos a duas coisas que essa imagem nos proporciona: a primeira é a geografia, a paisagem



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



no qual o Teatro foi assentado: em meio a uma topografia desnivelada, ruas sem pavimentação ou arranjos geométricos e urbanos, porém, mesmo assim sendo o traçado da cidade, esta ganhou seu presunçoso Teatro, para alegria de sua elite enriquecida do oitocentos.

O segundo ponto é distanciamento que a cidade deu para o rio: Manaus que nasceu na “beira” do Rio Negro, ao se expandir “deu as costas para o rio”, se percebermos o prédio da Igreja Matriz, a Catedral que trato nesse texto está numa posição de frente ao rio, o teatro, como os demais prédios foram se distanciando do rio, proporcionando uma nova atmosfera, e novas sociabilidades.

Manaus assim entre as décadas de 1870 e 1880 vivenciou um surto urbanizador proporcionado pela rápida efervescência econômica e pelos anseios da elite política que a governava naqueles anos. Pensar que a cidade estava atendendo as demandas e anseios de um seleto grupo, todavia não se despiu como esse grupo quis de suas sociabilidades, suas formas de ser especialmente uma cidade amazônica.

Dentre os diferentes edifícios surgidos nesse período, destaca-se por sua longevidade e funcionalidade o da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, atual Catedral de Manaus, do qual passo a considerar a seguir.

681

A Igreja Matriz de Manaus: uma breve história

Embasado na pesquisa de referência da historiadora Ana Paula Rabêlo (2008), podemos dividir a história da Igreja Matriz em três fases, que seguem a história da cidade de Manaus desde suas fundações no século XVII, estabeleço então a seguinte cronologia, de acordo com a autora supracitada para a história desse templo:



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Foi um caminho longo até chegar ao atual prédio da Catedral de Manaus, ou como diz o historiador Mário Ypiranga Monteiro (2012), é uma “longa história”. Ao longo desse processo, temos a definição de diferentes tempos e episódios ligados à história da cidade e de seus habitantes.

A cidade de Manaus foi fundada no século XIX, no entorno do que outrora foi a Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, uma estrutura militar portuguesa que serviu como lugar de guarda de território, e de aldeamento de grupos indígenas que eram violentamente sucumbidos e inseridos no conteúdo daquela estrutura, isso a partir de 1669. Todavia desde 1965, missionários da Ordem Carmelitas já passavam por aqueles arredores do Rio Negro e instituíam o culto católico, e naquele ano erigiram “a primitiva capela a Nossa Senhora da Conceição, onde, em seu entorno, indígenas de várias etnias passaram a habitar.” (RABÊLO, 2008. p. 15)

O templo de taipa marca o início da evangelização e da presença da Igreja na região que veio a ser o atual Amazonas, no Norte do Brasil. A partir dos anos 1669, com a edificação da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, esta edificação juntamente com a Igreja de Palha, formavam o primeiro conjunto de sociabilidades dos lusitanos na região do Rio Negro, que já era habitado a milênios por diferentes grupos indígenas falantes de Aruak, Karib, Pano e Tukano, e outras línguas.

De acordo com Ana Paula Rabêlo (2008, p. 17), foram esses dois “elementos arquitetônicos que principiaram a formação do povoado, que se desenvolveu retalhando o sítio de maneira irregular, seguindo a topografia e definindo o traçado da cidade de modo informal, como característica da tradição portuguesa [...]”

Figura 02: Prospecto da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro 1756. Desenho de João André Schwebel



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A imagem acima é uma das poucas que temos acesso sobre como possivelmente era a Capela de Taipa. Vê-se a esquerda da cena retratada uma modesta edificação com uma cruz ao topo, a Igreja. Ao lado direito, quase ao centro, temos a Fortaleza, e ao topo a bandeira do reino de Portugal. Ao entrono temos o povoado, algumas casinhas e malocas que estão dispostas.

O Prospecto da Fortaleza do Rio Negro, que o cartógrafo João André Schwebel⁴ fez em 1756, é simbólica. Vemos um modesto lugar à margem do rio Negro, composto por uma igreja coberta de palha, algumas casas, e uma extensa floresta circundante. Essa era a imagem no setecentos da região no entorno de onde surgirá anos mais tarde, Manaus.

Era ali que as populações indígenas dentre as quais os baré realizavam seus fazeres cotidianos e, suas táticas de sobrevivências. A impressão que temos à primeira vista é que a vida na Fortaleza era letárgica e desanimada, mas a animosidade era uma das marcas do rio Negro, bem como a diversidade étnica.

Entre 1750 e 1777, durante o reinado de Dom José I de Portugal, o cargo de Primeiro-Ministro foi ocupado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o famoso Marquês de Pombal. Nesse período, a Europa sobre as ideias do Iluminismo e do racionalismo, fabricava imagens de governos nos quais os “déspotas esclarecidos” deveriam governar visando uma intensa e coletiva melhoria em seus reinos e nas suas colônias subordinadas.

Em 1791, com a transferência da capital de Mariáú (atual cidade de Barcelos) para a Barra do Rio Negro, uma série de obras e melhorias urbanas se deram na região. Destaca Rabêlo (2008. p. 22), que o então governador da Capitania de São José do Rio Negro José da Gama Lobo D’Almada, quis implementar e “prover o lugar de equipamentos urbanos, talvez para fazê-lo merecedor do status de capital da Capitania do Rio Negro”.

Neste processo, ainda de acordo com Arthur Reis, D’Almada começou a dispor o arruamento e mandou demolir a igreja, que estava sendo reconstruída, reerguendo-a inteiramente, no mesmo sítio da primitiva capela, agora em madeira de lei. Nesta rede urbana que se principia com o templo, o forte, o palácio dos governadores e o quartel têm papel importante como elementos estruturadores do espaço urbano, em decorrência da função político-social que representam. Foi a partir desse núcleo que o povoamento se expandiu. (Rabêlo, 2008. p. 22)

Dessa fase data o segundo templo que é o feito em madeira de lei. Dos 59 anos que se estendem de 1791 a 1850 o templo de madeira foi um dos principais edifícios. É este templo que adentra ao século XIX, e, o novo regime político no Brasil, que foi o império inaugurado em 1822.

⁴ Johan Andreas Schwebel foi um cartógrafo alemão que no século XVIII prestou serviços a coroa portuguesa demarcando onde estavam os fortes, e fortificações militares. Seu nome ficou traduzido ou “aportuguesado” como João André Schwebel.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



O templo acompanhava o percurso da história da cidade, bem como as suas urbanidades e presunções políticas. Nesse sentido, o templo de madeira de lei, era condizente com as aspirações da sociedade daqueles anos. De suas memórias sobre a Capitania de São José do Rio Negro, em 1823, o padre Jozé Maria Coelho, assim descreveu a igreja:

[...] Este Edifício he muito bem construido de Madeira de primeira Ley, tem hum bem arranjado Trono, e huma bella Tribuna sobre o Altar mor, a onde está collocada debaixo de hum Docel huma perfeita imagem da Snr.^a da Conceição; tem duas Tribunas collateraes, huma para o Governo outra para a Muzica; tem hum bello gradamento e dois Confessionários de optima Madeira, dois Púlpitos, oito Janellas que rodeião este edificio em boa Simetria; distante da Igreja 4 varras do lado da Ep: tem huma pequena Torre com hum pequeno sino, mas de boa voz, 2 Garridas das quaes huma está quebrada e presenttem.te tanto a Tora como a parede principal da Cappella mor, muito arruinadas, bem q' com promessa do governo de tudo consertar [...] (Coelho, 1951. p. 123, apud Rabêlo, 2008. p. 24)

A Igreja assim possuía de acordo com o relato do padre Jozé Coelho um bom aparato litúrgico e bom arranjo arquitetônico, porém, de acordo com a pesquisa de Ana Paula Rabêlo (2008) aponta para um estado de abandono do templo a época dessa visita em 1823, pois:

[...] além da falta de recursos financeiros, comum a todas as edificações que dependiam para sua manutenção de verbas do Estado, contribuía para o seu estado de ruína o pequeno número de párocos na região Amazônica, fazendo que fosse necessário que os padres cobrissem grandes áreas e ficassem grandes períodos de tempo longe da Barra. (Rabêlo, 2008. p. 24)

Nas primeiras décadas do século XIX, a região estava assolada por inúmeros problemas, dado o novo momento político, o império, e a não emancipação do estado do Grão-Pará, logo após a independência em 07 de setembro de 1822, a Amazônia como um todo prosseguiu até 1823 ligada intrinsecamente com Lisboa, e somente meses após o episódio da independência, o estado do Grão-Pará foi anexado ao Brasil.

Pouco ainda sabemos sobre o templo de madeira de lei, mas sabemos que sua existência coroa um dos momentos êxtases da história do Amazonas, que foi a instalação da “tão sonhada” Província, fato que serviu de trampolim político para muitos. Em 02 de 1850, a Igreja Matriz “principal construção religiosa da Cidade da Barra, em consequência de um incêndio de causas não esclarecidas, reduziu-se a cinzas” (Rabêlo, 2008. p. 30) iniciando assim uma nova fase da história do templo que é o do “templo das cinzas”, esse período compreende oito anos que se estendem entre 1850 e 1858, tempo que a província se instalou e passou a se “organizar”.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Nesse período, as funções litúrgicas e administrativas passaram a ser executadas na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios,⁵ enquanto isso, dava-se o processo de construção do novo templo da Igreja Matriz, o “templo de pedra”.

O templo de pedra que chega até nossos dias, foi a primeira grande obra realizada no Amazonas no período imperial (Mesquita, 2006. p. 69). Ao se tornar província, o Amazonas na segunda metade do século XIX procurou implementar elementos para o bom exercício das funções políticas. E, dado ao valor e onipresença da Igreja, bem como a necessidade de um novo templo para a Matriz, ela se tornou a “menina dos olhos” dos presidentes provinciais e, da diretoria das obras públicas. Os vinte anos que sua construção levaram de 1858-1878, apresentam além das dificuldades em se obter mão-de-obra⁶, falta de pessoal administrativos e especializado, bem como a logística do material importado.

Perdida em um incêndio em 1850, a reconstrução da igreja se estenderia por quase duas décadas. Ao seu lado corria o igarapé do Espírito Santo onde estava a ponte do mesmo nome, a mais próxima do imenso canteiro de obras que era o sítio da catedral até sua reinauguração em 1878. Importante lembrar que os trabalhadores da olaria tinham que atravessar o igarapé de Manaus para trazer as telhas e tijolos para a matriz, enquanto outros estavam ali ocupados fazendo com que a rua Brasileira e adjacências fosse um espaço de intensa circulação de africanos e índios. Em 1862, só para a obra da matriz foram designados mais de 30 africanos livres. (Melo, 2021. p. 07)

685

Uma discussão importante e humana que a referida autora nos propôs é que de fato, havia trabalhadores, e havia também uma resistência política a forma que se davam os trabalhos. Indígenas e africanos livres eram constantemente inseridos na diretoria das obras públicas para servirem de ajudantes e serventes nas obras, porém, pouco se estabeleciam, uma vez que os regimes e as condições de trabalho não eram favoráveis a seu bem-estar e sociabilidade.

⁵ A atual Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, localizado no Centro Histórico de Manaus, teve como início de construção aproximadamente em 1818. Foi o segundo templo da cidade, sendo elevada a categoria de Paróquia em 1878, logo após a inauguração da nova Igreja Matriz. Após o episódio do incêndio da Igreja Matriz em 1850, passou a ser a sede da Igreja Matriz, o que ainda hoje causa confusão a ponto de equívocos ocorrerem. No tocante ao templo/arquitetura, o edifício atual também não é o que assumiu a função de Matriz, houve outros templos dessa paróquia, um deles, era o de 1850. O templo atual foi projetado pelo arquiteto italiano Filinthe Santoro, e inaugurado em 11 de setembro de 1927, não sendo assim um templo anterior ao prédio da Igreja Matriz, atual Catedral.

⁶ A historiadora Patrícia Maria Alves Melo, apresenta diferentes realidades e usos dos trabalhadores indígenas e africanos na construção da matriz de pedra. Ler mais em: MELO, Patrícia Maria Alves de. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, Século XIX. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 13, p. 1–12, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e79516. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79516>. Acesso em: 25 mar. 2025.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



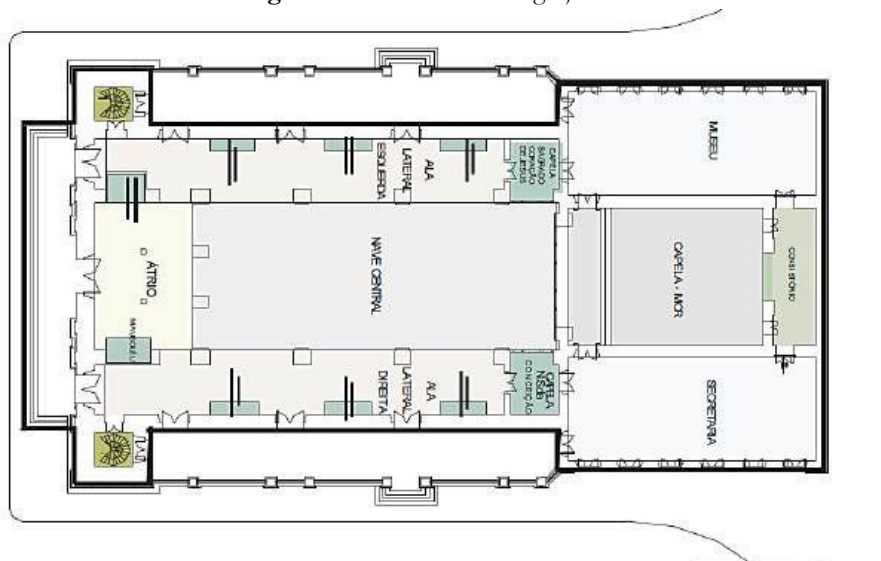
Embora as benções e sagração do templo⁷ tenham ocorrido em 15 de agosto de 1877, havia elementos a serem construídos, e que foram, como aponta Ana Paula Rabêlo (2008) sendo postos e finalizados no correr dos anos seguintes, inclusive no início do século XX.

Composto por seis altares laterais, construídos já no século XX, o templo embora altivo, possui uma arquitetura simples, com pouca decoração interna e certa sobriedade. Por outro lado, a grandiosidade reside nas suas proporções, altura e largura, especialmente na Capela-Mor. Sobre a capela-mor, que é alvo principal desse texto, falo adiante de sua composição, datação e espacialidades.

O templo e sua composição: uma leitura dos diferentes tempos na decoração da Capela-Mor

Pensar a capela-mor como constituída por diferentes elementos artísticos e diferentes tempos, em diferentes artistas e diferentes momentos da história da cidade.

Figura 03: Planta baixa da Igreja Matriz.



686

Fonte: Acervo Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado e Economia Criativa do Amazonas SEC-AM. Reproduzido de Rabêlo, 2008. p. 87.

⁷ A sagração de uma igreja é um rito litúrgico, canônico que o templo é consagrado a Deus e aberto ao culto público. É uma cerimônia solene que marca o início de uso do espaço para as atividades, cultos e administrações dos sacramentos.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

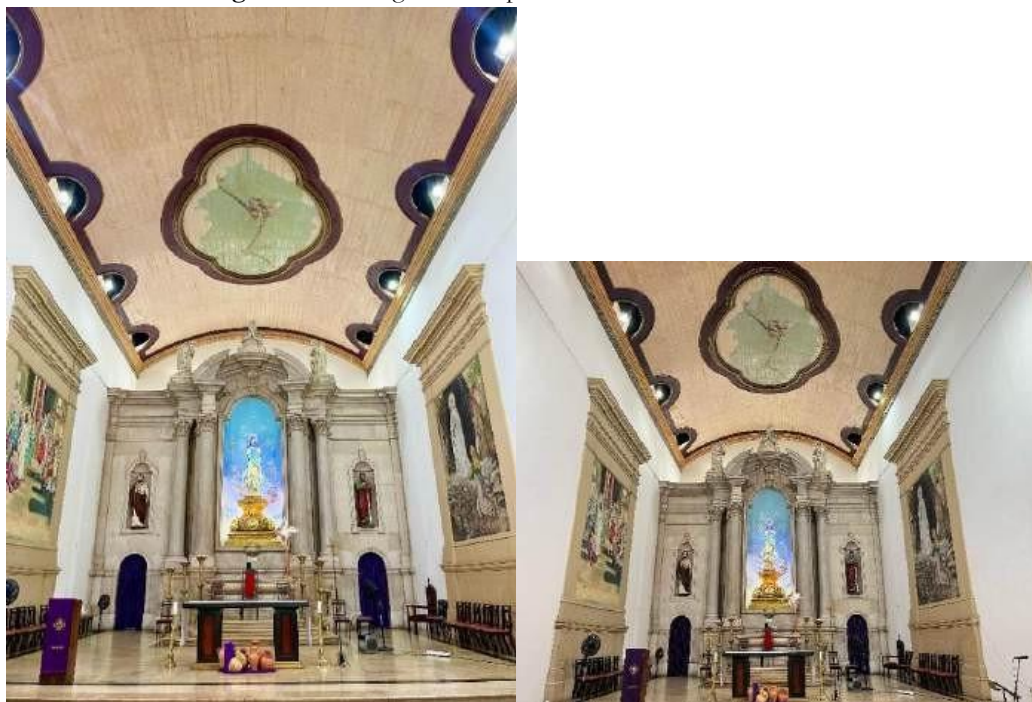
20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Localizada ao centro do templo, logo após a nave da Igreja, como vemos acima na planta baixa, a Capela-Mor é adentrada por um alto arco- cruzeiro. Em seu interior, constam o altar-mor, que guarda a imagem de Nossa Senhora da Conceição, dois altares laterais, um de São Pedro e um de São Paulo. Também compõem o espaço duas pinturas, sendo uma parietal, pintada diretamente na parede que foi feita pelo casal Américo e Eva Holosa Makk em 1958, durante as comemorações do centenário do templo, essa pintura, mostra a Aparição de Nossa Senhora em Lourdes a então menina Santa Bernadette.

Figura 04: Visão geral da Capela-Mor da Catedral de Manaus



Fotos: Bruno M. Braga, abril de 2025.

687

O Altar-Mor – pedra Lioz, São Pedro e São Paulo, Imaculada (1877)

Na foto acima vemos a projeção da capela-mor e todos os seus componentes: as pinturas nas paredes laterais, o altar-mor com os nichos de Nossa Senhora da Conceição ao centro, ladeada pelos nichos de São Pedro e São Paulo, o altar (mesa) novo, e as dimensões desse espaço do templo, e a pintura do teto de autoria do pintor Olympio de Menezes.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Ao centro, o altar-mor se destaca por sua altura e presunção. Feito em rocha carbonática, (Rabêlo, 2008) (Monteiro, 2012) lioz, foi trazido integralmente de Portugal. De acordo com a geóloga Márcia Carvalho de Oliveira (2022. p. 44):

A utilização do calcário português como elemento estrutural e decorativo em centros urbanos data do século XII e pode ser facilmente percebido nas cidades do sul de Portugal e suas colônias. O uso deste material pétreo é ligado às suas ótimas características de resistência mecânica e ao seu diversificado conteúdo fossilífero que garantem um elevado valor estético e decorativo, quando polidos (LUNARDI et al. 2016; SILVA C. 2019; SILVA Z. 2019)⁸.

Sua decoração, embora simples é repleta de elementos arquitetônicos que se mesclam. Acima temos um busto que representa Nossa Senhora com as mãos ajuntadas em sentido de oração. Ao seu lado, temos dois querubins em pose de oração.

Figura 04: Imagem de Nossa Senhora da Conceição, Catedral de Manaus



Foto: Bruno M. Braga, dezembro de 2024.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição, ao centro é belíssima. De acordo com a pesquisadora Ana Paula Rabêlo (2008, p. 103) foi feita em madeira policromada com diferentes douramentos

⁸ O inovador trabalho da geóloga de Márcia Carvalho de Oliveira, e de seu orientador e geólogo doutor Roberto Cesar Barbosa, apresentam para além de elementos geológicos, regimes de historicidades da geodiversidade em contexto da cidade de Manaus, tendo a Catedral Metropolitana como foco da pesquisa. É muito relevante o trabalho da referida autora pois integra um produto que visa apresentar as estruturas geológicas e históricas da cidade, tendo no Lioz seu cume.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



a ouro. “Na base da imagem têm-se a inscrição: Barcelona Castelhana, que nos remete a Escola Castelhana fundada pelo português Manuel Pereira (1588-1683) na Espanha no século XVII”.

O altar-mor com sua estrutura de lioz remete ao tempo da inauguração, ou seja, está no templo desde o século XIX, 1877. Sua composição foi feita inteiramente naquele tempo, sendo perpassada por anos. Ao lado do nicho central que guarda a imagem da Imaculada Conceição, estão os nichos que guardam São Pedro e São Paulo, ambos santos na tradição católica são considerados colunas, baluartes da fé onde se ancorou o cristianismo. São imagens relativamente simples, se comparadas a da Imaculada, porém, seu tamanho, e suas expressões chamam a atenção de quem os vê. Provavelmente, formam junto com a imagem da Santa, o conjunto mais antigo entre as imagens da Catedral.⁹

O forro da Capela-Mor: a tela de Olympio de Menezes, 1935 e a do Casal Makk de 1958

No ano de 1934, de acordo com o historiador Mário Ypiranga Monteiro (2012. p. 111) a sociedade manauara pensou numa “remodelação da igreja, parte interna, e para esses trabalhos, que seriam de vulto, o Estado cooperou bastante”. Da intervenção de 1934, é que data a atual pintura que consta no forro da capela-mor, pintura esta realizada por Olympio Martins de Menezes que era professor de desenho no Ginásio Amazonense Pedro II, além de ser de uma família influente no cenário político da época.

Daqueles anos, 1934-1935, a capela-mor foi o alvo principal das intervenções, ainda de acordo com a pesquisa de Mário Ypiranga, a intervenção iniciou-se no dia 05 de agosto diretamente na capela-mor e altar. Houve trabalhos de polimento do altar, “substituição do forro, preparação do nicho e encarnação da imagem da Padroeira, pinturas e reformas da instalação elétrica foram contratados pelo professor Olímpio de Menezes” (Monteiro, 2012. p. 111).

Dessa intervenção surgiram algumas questões que confundem ainda hoje a sociedade manauara. O forro atual que está a mostra é a pintura seguinte, de autoria de Olympio de Menezes, de 1935. Representa “anjos segurando guirlanda de flores, está colada o madeiramento, numa técnica denominada *marrouflage* [...]. Este madeiramento possui tonalidade bege, com pintura rosa em estêncil”. (Rabêlo, 2008. p. 99)

⁹ Me refiro as imagens que estão ainda presentes no interior da Igreja para o culto público. Sabemos que a imagem mais antiga é a de Nossa Senhora que se encontra na redoma no Museu da Catedral, que possivelmente foi a imagem trazida pelos missionários carmelitas no século XVII quando a instalação da primitiva igreja de palha na Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro.





6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 05: Tela de Olympio de Menezes, 1935.

Técnica: marrouflage



Foto: Bruno M. Braga, abril de 2025

690

A imagem seguinte, é do forro do Casal Makk, datado de 1958:

Figura 06: Pintura Casal Makk, 1958



Foto: Acervo Casa do Restauro/Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas SEC-AM.

Fonte: Rabêlo, 2008. p. 99



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



A grande confusão reside noutra tela que foi posta por sobre a tela de Olympio e permaneceu até a intervenção de 2001-2002, que foi a tela do Casal Makk de 1958. Esta tela representava o Quinto Mistério Glorioso que é a Coroação de Nossa Senhora no céu como Rainha dos Anjos e Santos. O misto de hesitação se centraliza pois há ainda hoje, uma intensa divulgação equivocada que esta tela era a original, sendo que era pelo menos como afirma a historiadora Ana Paula Rabêlo (2008), a segunda tela de forro. Mário Monteiro afirmava que havia ainda uma terceira tela, anterior a de 1935, porém, a equipe de intervenção de 2001-2002, não encontrou indícios dessa tela.

Os serviços de pintura do forro, no ano de 1958, foram executados em menos de três meses estava “concluída a pintura de uma área que cobria todo o forro da capela-mor” (Rabêlo, 2008. p. 100), sendo pouquíssimo tempo para execução de uma tela tão grande. Essa pintura, estava em 2001 em estado avançado de deterioração, e a equipe da intervenção optou em retirá-lo, deixando a tela de Olympio de Menezes de 1935. Ana Paula Rabêlo (2008. p. 100), que além de historiadora é expert em restauro de obras de artes, propôs que possivelmente dado ao pequeno tempo para execução da obra, o casal Makk não atentou “a todos os pré-requisitos necessários para lhe garantir qualidade e longevidade”

691

As pinturas parietais do Casal Makk (1958)

No ano de 1958, a sociedade da cidade de Manaus realizou uma intervenção/reforma-restauro no templo, em virtude do primeiro centenário de instalação da pedra fundamental do templo. Dessa intervenção, justamente a capela-mor foi a mais reformada, e agregada elementos que até então não compunham a decoração original do templo.

A última grande intervenção de restauro foi realizada entre 2001- 2002, antes dela, estavam ainda presentes na capela-mor as onze pinturas parietais e uma tela. Essas pinturas foram realizadas pelo casal Americo Makk e Eva Makk.

Essas pinturas representavam a história do templo, desde a capela de palha, até o templo atual, sendo que atualmente somente a tela permaneceu aparente, as demais foram preservadas e estão cobertas por uma pigmentação especial ainda no interior da capela-mor.

De acordo com Ana Paula Rabêlo:

As pinturas parietais do casal Makk, da mesma forma que a pintura do forro, foi realizada com o intuito de comemorar o centenário do lançamento da pedra fundamental do templo. Os vãos horizontais e verticais, acima do entablamento, receberam de um lado três pinturas referentes à história da fundação da cidade, e do outro, três, em simbolismo referente às primitivas igrejas. (Rabêlo, 2008. p. 101)



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Uma série de postais do ano de 1977, ano do Primeiro Centenário do Templo. Trata-se de uma edição comemorativa do Centenário da Catedral de Manaus, 1877-1977 e de 25 anos da Arquidiocese de Manaus, 1852-1977. São postais, fotografias, com detalhes do interior da Igreja, nos quais vemos algumas das pinturas do casal Makk na capela-mor. As legendas são as que constam nos postais originais.

Essas três imagens seguintes, referem-se a momentos da História da Igreja e, consequentemente da Cidade de Manaus. Ambas as imagens eram pinturas que se localizavam na Capela-mor da Igreja ao lado das pinturas parietais que até hoje permanecem que são “A Aparição de Nossa Senhora a Bernadete em Lourdes”, e temos ainda uma outra pintura parietal de outro tempo, que falarei a seguir, ambos localizados na Capela-mor do templo.

Figura 04: Forte da Barra de S. José do Rio Negro e 1ª Capela de N. Sra. da Conceição. Postal, 1977.

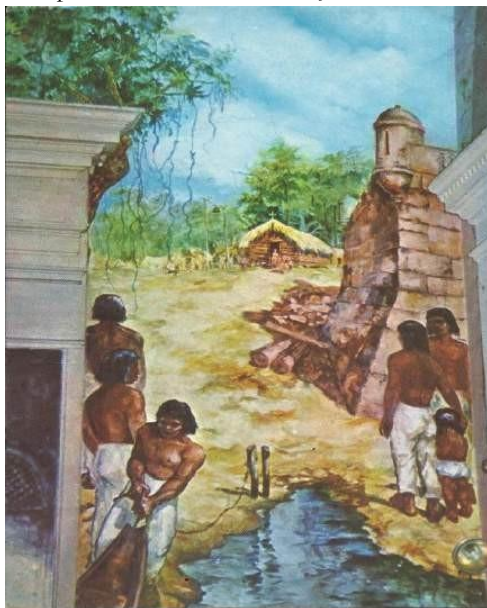
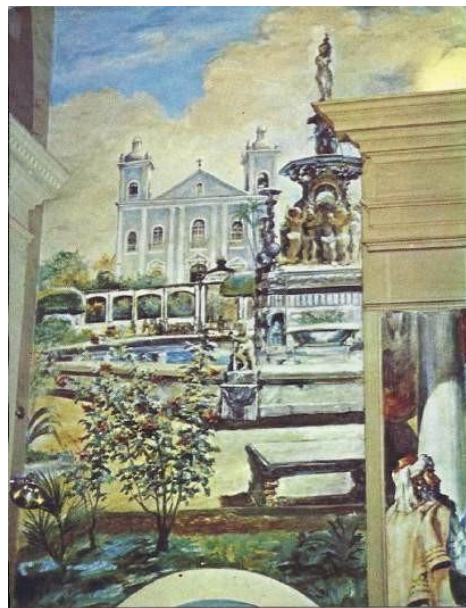


Figura 05: Catedral e chafariz da praça Postal, 1977.



Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.

692



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 06: Pintura representando o Incêndio da 2ª capela (1858). Postal, 1977.



Acervo: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA.

Muito se questiona em meio as redes midiáticas e *webpages* sobre o fato de terem “apagado as belíssimas pinturas da Catedral”, e diante desse saudosismo, se criam diferentes discursos falaciosos, um deles é que essas pinturas eram originais do templo, não o é, o templo, reitero é do século XIX, de 1877, as pinturas foram projetadas em 1858, em alusão ao centenário do início das obras do templo.

E porque elas foram “apagadas”? Na verdade elas foram cobertas, preservadas com um material específico e sobressaiu uma cobertura branca, mais simples e harmônica. De acordo com a historiadora Ana Paula Rabêlo:

A comissão de restauro da edificação chegou à conclusão de que a qualidade técnica e estética destas pinturas comprometia o equilíbrio estabelecido pelos bens mais antigos da edificação. Decidiram-se então que as mesmas deveriam ser restauradas, protegidas e encobertas com tinta PVA, com exceção das duas centrais que ficariam como registro da intervenção. Sendo assim, a tela de Branco e Silva à esquerda da capela-mor e a pintura parietal central, realizada pelo casal Makk foram restauradas e mantidas juntamente com os entablamentos que as ladeiam. (RABÊLO, 2008. p. 102)

Destaca-se também que naquele período da intervenção (2001-2002), o edifício integrava, e ainda integra a área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o IPHAN, do Centro Histórico de Manaus. Para tanto, se chegar “mais perto” da estrutura original era um anseio daquela intervenção, visando apresentar como, possivelmente, era o templo nos tempos da sua inauguração.

Como marca da reforma do casal Makk, ainda está a nossas vistas a pintura seguinte:



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 07: “Aparição de Nossa Senhora a Bernadette em Lourdes, casal Makk 1958.

Técnica: pintura parietal

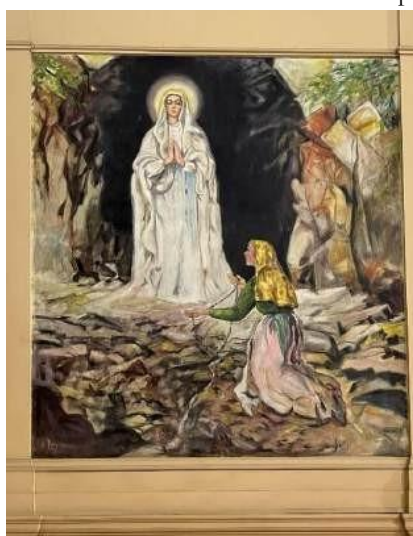


Foto: Bruno M. Braga, jan. de 2025

694

A tela de Branco e Silva (1991, possivelmente)

Figura 08: Jesus protegendo a mulher acusada de adultério

Técnica: óleo sobre tela

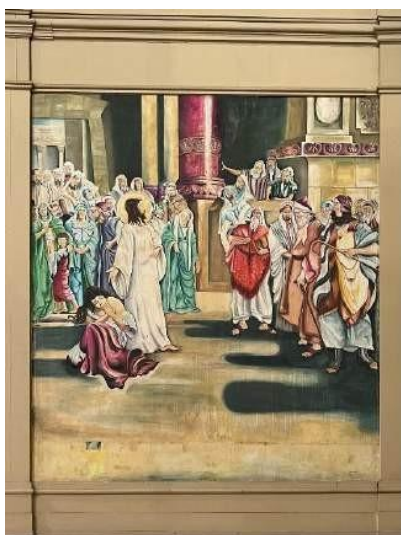


Foto: Bruno M. Braga, jan. de 2025



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal

Realização



Apoio



A uma tela que se encontra na capela-mor é de autoria do artista amazonense Murilo Branco e Silva, e data, de acordo com a assinatura “91”, 1991, possivelmente. Se trata de uma tela posta por sobre outra pintura parietal, que também é do Casal Makk. A pintura parietal que está encoberta por essa tela, era “um cenário para a cátedra situada logo abaixo” (Rabêlo, 2008. p. 101), porém hoje, a Cátedra foi alocada noutra lugar do presbitério. Essa pintura, retrata uma cena do evangelho de João 8, versículo 7, no qual no diálogo com os fariseus, Jesus diz: “Quem não tiver pecado, atire a primeira pedra”. Jesus disse esta frase aos fariseus e aos mestres da Lei, em resposta a uma situação de pressão em que queriam apedrejar uma mulher que havia praticado adultério.

Se trata de uma pintura com elementos cênicos bem alusivos à passagem evangélica, com destaque ao Jesus em túnica branca que combina com seu halo em amarelo brilhante, e se contrasta com as demais cores: fortes tons de caramelo, marrons, e vermelhos e carmins e verdes.

O altar atual (2022)

A mesa, altar da Catedral de Manaus já passou por diferentes substituições em detrimento de reformas e adequações para melhor viabilidade litúrgica. O primeiro altar, feito em lioz, está ainda hoje presente como integrante do altar-mor, ele segue o mesmo estilo e material da “parede, do frontão” no qual estão as imagens centrais da capela-mor.

Nos anos 1980, houve uma substituição em detrimento das reformas litúrgicas e novidades advindas com a incrementação dos aspectos do Concílio Vaticano II, e as necessidades de adequação dos espaços celebrativos detalhados pelo *Sacrosanctum Concilium*¹. Esse segundo altar, feito em concreto era uma réplica do altar original, porém em material inferior e sem valor estético. Quando estive em Manaus, no ano de 1980, sua Santidade, o Papa João Paulo II, benzeu não o altar, mas um mármore que foi posto posteriormente sobre a mesa que fora construída para tal. Na imagem replicada a direita destaquei em azul as pinturas parietais do Casal Makk, a da Aparição de Nossa Senhora a Bernardette em Lourdes, e as demais que se encontram encobertas atualmente. E no centro, destacado em amarelo, vemos o Papa João Paulo II, na Cátedra, e por trás uma estrutura que apoia o mármore que ele ungiu e para tempos depois ser posto no novo altar.

¹ De acordo com liturgistas e especialistas a Sacrosanctum Concilium é uma Constituição sobre a Liturgia Católica sendo uma das quatro constituições apostólicas emanadas do Concílio Vaticano II. Indica modificações no culto católico, visando aumentar a participação do laicato na liturgia da Igreja. Foi o primeiro documento emitido pelo Concílio e o único, dentre aqueles preparados pela Cúria Romana, a ter sido aprovado.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 09: Papa João Paulo II em
Missa dia 10 de julho de 1980 no interior da Catedral de Manaus

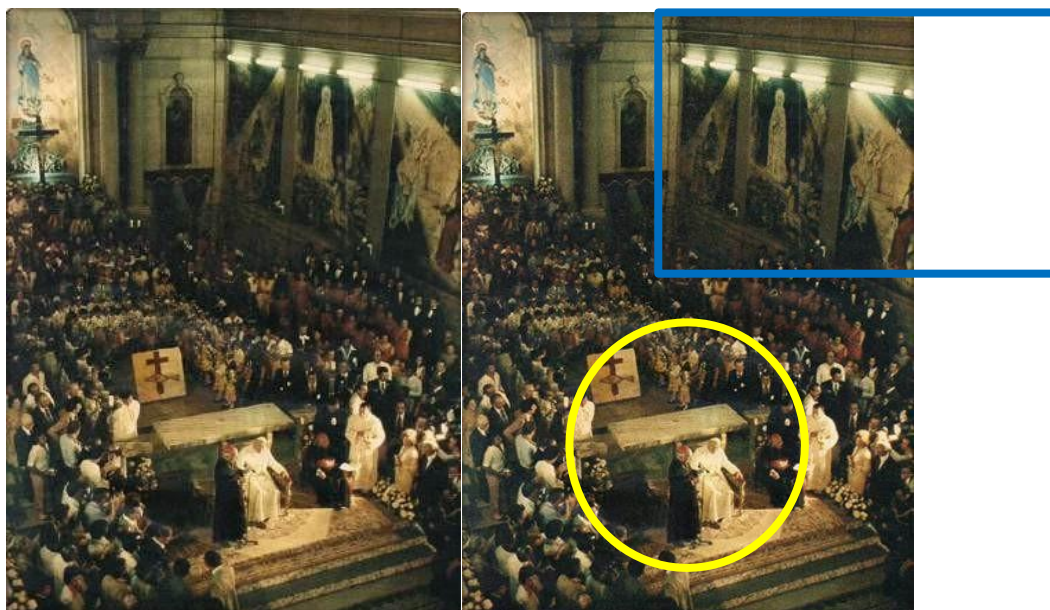


Foto: Revista Manchete, julho de 1980

Figura 10: o Altar (mesa) de Concreto



Foto: Bruno M. Braga, maio de 2016



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Figura 11: o Altar (mesa) atual de madeira



Foto: Bruno M. Braga, abril de 2025

Considerações Finais

697

Diferentes marcas das artes e dos seus autores marcam os tempos de um edifício histórico, vemos nesses tempos o correr das sociabilidades, os jogos de interesses, as ações e afirmações de ideias e ideologias que constroem regimes de historicidade.

Falar de patrimônios históricos envolve falar de marcas. Nesse sentido, o texto buscou apresentar os elementos constitutivos da Capela-Mor da Catedral de Manaus, visando apresentar conforme pesquisas sólidas um balanço de como as intervenções, reformas e restauros inseriram elementos nessa parte do templo.

O templo, que foi inaugurado em agosto de 1877, transcorreu ao longo desses mais de cem anos diversos momentos que fez com que seus elementos arquitetônicos e composições de espaço litúrgico fossem alterados e/ou melhorados para atender diferentes necessidades.

A capela-mor apresenta tempos dentro do templo que perpassam anos, no texto destaquei o tempo inicial, 1877, os anos 1935, 1958, 1980, 1991, 2022. Cada um desses anos, interferiram no templo as marcas que comentei ao longo desse texto: o altar-mor de líz, o forro do teto, a pintura parietal do casal Makk, o altar de mármore, a tela de Branco Silva, o altar de madeira. Esses elementos apresentam assim uma simbiose de saberes, de fazeres e de vivências da arte e da cultura no Amazonas.



Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



Inicialmente procurei apresentar um retrato, um breviário sobre a cidade de Manaus, destacando as décadas de 1870-1880, momento que a cidade estava amplamente "em construção", diferentes obras estavam sendo operadas, e, diferentes questões estavam em jogo.

Depois apresentei uma história, breve também, sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, atual Catedral de Manaus. A história do Templo, se confunde com a história e com o tempo da cidade: desde as bases da fundação da Fortaleza da Barra do Rio Negro, que o templo era singelo de palha, até o templo de pedra, atual, as marcas das diferentes pessoas permeiam as histórias. Seguindo tracei uma leitura da composição do templo, destacando os elementos que compõe a capela-mor, e suas temporalidades que constituem regimes de historicidade.

Referências

BRAGA, Bruno Miranda. **Manáos uma aldeia que virou Paris: Saberes e Fazeres Indígenas na Belle Époque Baré 1845-1910.** Manaus/Universidade Federal do Amazonas UFAM/Dissertação mestrado em História Social, 2016.

COELHO, Padre Jozé Maria. Duas Memórias sobre a Capitania de São José do Rio Negro (1823). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Volume 203 Abril-Junho de 1849. Departamento de Imprensa Nacional Rio de Janeiro – 1951.

COLLEÇÃO das Leis da Província do Amazonas – Tomo XX – Parte I. LEI Nº 247 – De 1 de Junho de 1872: Promulga o Código de Posturas Municipais da Cidade de Manáos: Typographia do Amazonas, 1872 – Acervo: Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA.

MESQUITA, Otoni. **Manaus: história e arquitetura (1852-1910).** 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Catedral Metropolitana de Manaus (sua longa história).** Manaus: Edições Muiraquitã, 2012.

OLIVEIRA, Márcia Carvalho de. **Roteiro Virtual da Geodiversidade da Catedral Metropolitana de Manaus.** Monografia, Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharelado em Geologia, Universidade Federal do Amazonas, 2022.



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3



6º ciclo
ibero-americano
de diálogos
contemporâneos

HISTÓRIA, PODER E SOCIEDADE

20-21-22 | MAIO | 2025

Porto | Portugal



RABÊLO, Ana Paula de Souza. **Do templo de Taipa ao Templo de Pedra: A construção da Igreja Matriz de Manaus (1858-1878).** Manaus: Universidade Federal do Amazonas UFAM/Dissertação, mestrado em História Social, 2008.

699



Centro Português de Apoio
à Pesquisa Científica e à Cultura

Actas Completas e Resumos do 6º Ciclo Ibero-Americano de Diálogos Contemporâneos: História, Poder e Sociedade

Elis Regina Barbosa Angelo & Maria Ferreira (orgs.)

Editora Cravo | Porto | Portugal | 2025 | ISBN 978-989-9037-79-3